



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N°	: 175153
UCI 170972	: CG DE AUDITORIA DA ÁREA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - DSPAS
EXERCÍCIO	: 2005
PROCESSO N°	: 35000.000430/2006-18
UNIDADE AUDITADA	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
CÓDIGO	: 510001
CIDADE	: BRASÍLIA
UF	: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 175153, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre os atos e conseqüentes fatos de gestão, ocorridos na Unidade supra-referida, no período de 01Jan2005 a 31Dez2005.

I - ESCOPO DO TRABALHO

2. Os trabalhos foram realizados na Sede da Unidade Jurisdicionada que compõem este processo, no período de 19mar2006 a 02jun2006, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, realizados por amostragem, sobre as seguintes áreas:

- GESTÃO OPERACIONAL
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- GESTÃO FINANCEIRA
- GESTÃO PATRIMONIAL
- GESTÃO DE PESSOAS
- GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS
- CONTROLES DA GESTÃO

3. A seleção de itens auditados observou os seguintes critérios relevantes, em cada área de atuação:

GESTÃO OPERACIONAL - A avaliação da gestão operacional decorre do exame do processo de planejamento das Unidades e seu monitoramento, o cumprimento e a execução das metas operacionais internas, bem como os instrumentos de registro desse processo.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: Foram analisadas as execuções orçamentárias das unidades, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO FINANCEIRA: Foram analisadas as execuções financeiras das unidades, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO PATRIMONIAL: Foi analisado o inventário físico e financeiro.

GESTÃO DE PESSOAS: Foram objetos de análise os fatos relacionados ao quantitativo de pessoal, cessão de servidores, ajuda de custo e pagamento de auxílio-transporte.

GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS: Foram verificadas a eficácia, a economicidade e a efetividade das aquisições, bem como o cumprimento dos procedimentos formais internos e externos nos processos licitatórios realizados.

CONTROLES DA GESTÃO - Avaliação quantitativa e qualitativa das ações das mencionadas Unidades, decorrentes das recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União, da Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União-SFC/CGU, atuação da Auditoria Interna, e da formalização do processo de prestação de contas da Unidade.

II - RESULTADO DOS EXAMES

4. GESTÃO OPERACIONAL

4.1 SUBÁREA - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

4.1.1 ASSUNTO: CONSISTÊNCIA DAS METAS

4.1.1.1 INFORMAÇÃO:

CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LDO

O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, autarquia federal, com sede em Brasília - Distrito Federal, vinculada ao

Ministério da Previdência Social, instituída com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, conforme definido no artigo 1º do Decreto nº 5.513, de 16 de agosto de 2005, tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

Para o desempenho de suas competências institucionais o INSS encontrava-se inserido no Plano Plurianual 2005, basicamente, por meio de três programas de governo, quais sejam:

- a) **0083 - Previdência Social Básica** - O Programa tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, maternidade, idade avançada, tempo de serviço, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, além do salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda. Associado ao benefício pecuniário, a Previdência garante ao segurado incapacitado o acesso ao Programa de Reabilitação Profissional que oferece aos mesmos meios indicados para promover o reingresso ao trabalho;
- b) **0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários** - O programa tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos. A qualidade dos serviços prestados está diretamente relacionada à resolutividade na concessão, manutenção e cessação de benefícios ao cidadão usuário dos serviços previdenciários; e
- c) **0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União** - Este programa visa atender cidadãos ou suas famílias, vítimas de situações pelas quais a União se julga responsável ou, ainda, atender a personalidades agraciadas com pensões vitalícias em reconhecimento a sua importância para o país.

Conforme registros contidos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN, as Ações dos Programas sob responsabilidade do INSS apresentaram, em 2005, um índice de execução em torno de 60%, tendo em vista que das 100 ações existentes 60 foram executadas. Registramos no quadro a seguir os resultados obtidos nas principais ações de cada programa.

Ação	Produto	Medida	Natureza	Previsto	Realizado	%
Previdência Social Básica						
Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	registro mantido	Milhar	Físico	200.000,00	1.353.148,48	677
			Financeiro	14.893.063,00	9.975952.,00	67

Capac. de Serv. para Reconhecimento de Direitos Previdenciários	servidor capacitado	Unidade	Físico	11.154,00	8.446,00	75,72
			Financeiro	3.943.000,00	1.317.946,00	33,42
Defesa Judicial da Previdência Social Básica	peça processual produzida	Unidade	Físico	857.142,00	887.518,00	104
			Financeiro	11.825.520,00	11.347.739,00	96
Funcionamento das Unid. Descentralizadas da Previdência Social	usuário atendido	Unidade	Físico	33.500.000,00	37.390.080,00	111,61
			Financeiro	349.632.235,00	320.621.774,00	91,70
Gestão e Administração do Programa	-	-	Físico	-	-	-
			Financeiro	5.425.600,00	4.913.220,00	90,56
Implantação do SABÍ nas Agências da Previdência Social	Agência com sistema implantado	Unidade	Físico	166,00	99,00	60
			Financeiro	377.000,00	190.476,00	51
Orientação do Reconhec. do Direito aos Segurados / Benefícios Previdenciários	Segurado informado	Unidade	Físico	78.000,00	365.303,00	468
			Financeiro	218.000,00	208.021,00	95
Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	Pessoa beneficiada	Unidade	Físico	4.819,00	4.819,00	100,00
			Financeiro	16.958.306,00	16.958.306,00	100,00
Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	Aposentado beneficiado	Unidade	Físico	5.994.398,00	0,00	0,00
			Financeiro	19.082.767,617	19.082.767,617	100,00
Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana	Aposentado beneficiado	Unidade	Físico	7.805.314,00	0,00	0,00
			Financeiro	67.250.664,840,00	67.164.885,177,00	99,87
Pagamento de Aposentadorias Especiais	Aposentado beneficiado	Unidade	Físico	419.936,00	0,00	0,00
			Financeiro	5.730.543,00	5.730.543,00	100,00
Pag. de Auxílio Doença Previdenciário, Acidentário e Reclusão - Área Urbana	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	2.123.981,00	0,00	0,00
			Financeiro	15.441.542,972,00	15.441.542,972,00	100,00
Pag. de Auxílio Doença Previdenciário, Acidentário e Reclusão - Área Rural	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	112.730,00	169.012,00	149,93
			Financeiro	767.332.942,00	767.332.942,00	100,00
Pagamento de Pensões - Área Rural	pensionista beneficiado	Unidade	Físico	1.990.281,00	0,00	0,00
			Financeiro	6.934.140,737,00	6.934.140,737,00	100,00
Pagamento de Pensões - Área Urbana	pensionista beneficiado	Unidade	Físico	4.376.868,00	0,00	0,00
			Financeiro	26.661.302,744,00	26.661.302,744,00	100,00
Pagamento de Salário Família	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	139.279,00	74.156,00	53,24
			Financeiro	40.221.883,00	40.182.207,00	99,90
Pagamento de Salário Maternidade - Área Rural	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	23.675,00	15.608,00	65,93
			Financeiro	405.553.723,00	405.553.723,00	100,00
Pagamento de Salário Maternidade - Área Urbana	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	26.615,00	24.940,00	93,71
			Financeiro	242.740.152,00	242.724.826,00	99,99
Publicidade de Utilidade Pública	-	-	Físico	-	-	-
			Financeiro	100.000,00	99.956,00	99,96
Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	benefício pago	Unidade	Físico	264.000.000,00	23.812.417,00	9,02
			Financeiro	91.721.659,00	67.570.449,00	73,67
Serviço de Perícia Médica	perícia médica realizada	Unidade	Físico	3.000.000,00	9.113.792,40	303,79
			Financeiro	149.749.156,00	133.788.325,00	89,34
Serviço de Perícia Médica Judicial	perícia médica realizada	Unidade	Físico	5.000,00	7.279,00	145,58
			Financeiro	6.000.000,00	5.800.782,00	96,68
Serviço de Reabilitação Profissional	segurado atendido	Unidade	Físico	48.000,00	58.109,00	121
			Financeiro	5.719.500,00	5.661.059,00	99
Serviço de Processamento	benefício	Milhar	Físico	271.200,00	259.996,00	95,87

de Dados de Benefícios Previdenciários	processado		Financeiro	357.081.288,00	255.587.397,00	71,58
Serviço de Reabilitação Profissional	segurado atendido	Unidade	Físico	48.000,00	58.109,00	121,06
			Financeiro	5.719.500,00	5.661.059,00	98,96
Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	processo concluído	Unidade	Físico	9.600.000,00	6.462.781,00	67,32
			Financeiro	38.679.000,00	31.830.372,00	82,29

Ação	Produto	Medida	Natureza	Previsto	Realizado	%
Qualidade dos Serviços Previdenciários						
Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	auditoria realizada	Unidade	Físico	2.150,00	1.280,00	59,53
			Financeiro	9.053.000,00	9.021.632,00	99,65
Capac. de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua	servidor capacitado	Unidade	Físico	6.200,00	6.196,00	100,00
			Financeiro	1.563.000,00	442.739,00	28,00
Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	unidade avaliada	Unidade	Físico	1.200,00	1.012,00	84,33
			Financeiro	5.710.000,00	5.350.022,00	93,70
Gestão e Administração do Programa	-	-	Físico	-	-	-
			Financeiro	1.727.000,00	1.561.506,00	90,42
Previdência Eletrônica	serviço previdenciário eletrônico provido	Unidade	Físico	34.000.000,00	68.943.708,00	202,78
			Financeiro	5.485.000,00	4.532.909,00	82,64
Publicidade e Utilidade Pública	-	-	Físico	-	-	-
			Financeiro	100.000,00	99.960,00	99,96
Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	agência reformulada	Unidade	Físico	68,00	28,00	41,18
			Financeiro	14.459.200,00	14.369.914,00	99,38
Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social	usuário atendido	Unidade	Físico	320.000,00	186.786,00	58,37
			Financeiro	2.339.041,00	1.864.535,00	79,71
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União						
Indenização a Anistiados Políticos - Militares (Lei 10.559 - 13.11.2002)	-	-	Físico	-	-	-
			Financeiro	-	15.548.048,00	-
Pagamento de Benefício de Legislação Especial	pessoa beneficiada	Unidade	Físico	79.780,00	82.149,00	102,97
			Financeiro	763.704.880,00	763.704.880,00	100,00
Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Leg. Especial	benefício pago	Unidade	Físico	957.372,00	0,00	0,00
			Financeiro	1.709.860,00	495.447,00	28,98
Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Leg. Especial	benefício processado	Unidade	Físico	950.000,00	1.032.110,00	108,64
			Financeiro	400.000,00	400.000,00	100,00
Serviço de Rec. de Direito de Benefício da Leg. Especial de Resp. União	processo concluído	Unidade	Físico	2.400,00	1.256,00	52,33
			Financeiro	36.000,00	0,00	0,00

Acerca dos indicadores básicos dos programas, em consulta realizada no SIGPLAN, constata-se que esses indicadores em sua grande maioria sofreram uma piora considerável, o quadro a seguir descreve a situação identificada.

Indicador	Medidas		
	Inicial	2004	Final
0083 - Previdência Social Básica			

Taxa de Proteção da População Acima de 60 Anos Pela Previdência	81,00	77,86	85,00
Taxa de Retorno de Segurados Incapacitados Para o Trabalho	62,00	59,00	66,00
Taxa de Solução de Demandas	70,00	65,92	78,00
Taxa de Solução dos Processos Em Estoque No Conselho de Recursos da Previdência Social	42,97	77,44	60,00
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários			
Grau de Satisfação No Atendimento	8,38	-	9,00
Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios	59,00	116,00	55,00
Prazo de Concessão de Benefícios	18,00	27,00	13,00

Os gestores da área finalística do INSS apresentam, de maneira geral, em seu Relatório de Gestão, exercício de 2005, como principais causas dos gargalos gerenciais para o não cumprimento das metas estabelecidas no PPA à escassez de recursos humanos, o contingenciamento dos recursos orçamentários e falta de infra-estrutura física e tecnológica. Contudo, conforme descrito nos itens próprios deste relatório, verifica-se que, além do quantitativo de servidores e das condições precárias de trabalho, a Unidade também carece de ações de caráter gerencial no sentido de que seja possível o desenvolvimento eficaz e eficiente de suas competências institucionais.

Vale destacar o Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, especificamente, o componente Modernização da Administração do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o qual possui como foco das ações a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, a unificação das bases de dados, o desenvolvimento de sistemas e a implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS.

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

ASSUNÇÃO PELOS GESTORES DO INSS, NO EXERCÍCIO DE 2004, DE METAS INCONSISTENTES E AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.

Com o propósito de evidenciar, no âmbito do INSS, a utilização do planejamento como uma ferramenta consistente que viabiliza, em função da identidade, da estratégia e das diretrizes institucionais, a avaliação de implicações futuras das decisões adotadas no presente e instrumento de mudança da instituição, procedemos à análise do Plano Anual Integrado do INSS - PAI, referente ao exercício de 2005.

Conforme documentação disponibilizada, verificamos que constam do PAI-2005 57 metas de execução centralizadas e descentralizadas, agrupadas em quatro áreas de interesse, quais sejam: Reconhecimento de Direitos, Recuperação de Créditos, Profissionalização e Gerência Executiva Empreendedora.

Para monitoramento do referido plano, os agentes responsáveis utilizam como instrumento o Sistema de Gerenciamentos de Planos - SGP, aplicação disponível na Intraprev, com alimentação automática (execução orçamentária) e manual (quantidades atingidas) dos dados existentes.

Constituem-se como principais agentes, no que se refere à alimentação do SGP, os Orientadores Técnicos das Metas. Esses, os Orientadores Técnicos das Metas, possuem como atribuições a alimentação mensal do SGP com informações das metas, o acompanhamento e zelo pelo cumprimento das metas e a apresentação da avaliações trimestrais acerca do cumprimento das metas.

Outro agente que merece destaque no processo de planejamento e avaliação da execução no âmbito do INSS é a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, criada pelo Decreto nº 5.513/2005, tendo em vista ser essa Unidade a viabilizadora, sob a ótica técnica, do planejamento da instituição e a aferidora dos resultados obtidos, anteriormente à publicação do citado decreto o planejamento e gestão estratégica era de responsabilidade da Controladoria-Geral do INSS.

Destacamos, dentre outras, conforme contido no Relatório de Gestão do INSS, as seguintes competências institucionais vinculadas à referida Unidade:

- I. assistir ao Presidente na elaboração e acompanhamento dos programas do Plano Plurianual - PPA afetos ao INSS;
- II. assessorar o Presidente na elaboração do Planejamento Estratégico do INSS, inclusive propondo ferramentas de acompanhamento;
- III. propor diretrizes metodológicas para elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Ação do INSS no âmbito operacional, em articulação com a Presidência, Diretorias e outras unidades orgânicas do Instituto;
- IV. coordenar a integração da ação de planejamento (PPA, Planejamento Estratégico e Plano Anual de Ação);
- V. promover o intercâmbio com a Secretaria de Planejamento e Investimento - SPI do Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando alinhar o plano de ação do INSS às diretrizes do Governo Federal.

Na análise do PAI - 2005 constatamos a ausência de integração entre o Plano Anual e a respectiva Proposta Orçamentária. Além disso, verificamos que, acerca das metas contidas no PAI - 2005, não foi procedida a devida identificação dos atributos básicos das referidas metas, ou seja, não foram caracterizadas, adequadamente, as especificações, quantidades, prazos, custos e vínculos com o objetivo.

Outra questão refere-se à ausência da caracterização dos desafios a serem atingidos com as metas propostas, bem como ausência do foco das metas nas competências institucionais do INSS e de suas unidades internas. Assim sendo, não é possível, pela análise das metas, a verificação do esforço extra para o alcance dos objetivos pretendidos, ou seja, não estão definidas, de forma clara, as alterações pretendidas no "status quo". Registra-se que os fatos aqui apontados foram objeto de recomendação da CGU no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 160221/2005, referente ao exercício de 2004.

A título de exemplo, acerca dos fatos verificados em relação às metas constantes do plano, citamos, de forma genérica, as seguintes metas: i) "Despender até R\$", ii) "Promover deslocamentos", iii) "Oportunizar ações de capacitação para os servidores"; iv) "Realizar ações", v) "Instaurar Processos" e vi) "Manter a contratação de mensageiros mirins onde houver contratos existentes".

Ressaltamos o próprio compromisso assumido pelos gestores do INSS quando da realização da auditoria de avaliação da gestão do exercício de 2004 que, por meio do Ofício/INSS/DC nº 544, de 08 de junho de 2005, apresentaram o seguinte posicionamento:

- a) *"Apesar dos esforços da Coordenação-Geral de Controladoria de antecipar as discussões sobre o planejamento, isto na realidade não ocorreu na elaboração do Planejamento para 2004, o qual só foi construído a partir do mês de novembro de 2003, quando a Proposta Orçamentária para 2004 já estava no Congresso para aprovação. A partir daí foi feito o diagnóstico das necessidades das Unidades Descentralizadas do INSS e ajustado ao valor aprovado para o exercício. Para sanar esta dificuldade realizamos a fase para definições qualitativa das metas antes do encaminhamento da proposta orçamentária do INSS para o Exercício de 2005 e estamos definindo objetivos estratégicos e metas para 2006 em tempo*

hábil para influenciar a proposta orçamentária para 2006."

- b) *"Cabe a esta Coordenação-Geral de Controladoria, conforme Regimento Interno (PT/MPAS 3.464 de 27 de setembro de 2001) e Manual do Planejamento Integrado 2004, propor metodologia para construção e elaboração do Planejamento do INSS, ficando a cargo da Alta Administração do Órgão a definição de qual nível de desafio deverá se imposto a cada uma de suas metas, qualificando-as e quantificando-as. Em muitas situações os técnicos da Controladoria-Geral identificavam essas fragilidades qualitativas do planejamento, e reconhece, que verbalmente tentava-se reformular, mais oficialmente não tinha, conforme relato dos mesmos como alterar, pois a área de negócio, representada na figura do Orientador Técnico de meta, era a maior entendedora do processo. Reconhecemos essa etapa como importante, no contexto da mudança cultural pelo qual o INSS vem passando ao longo de aproximadamente 5 anos. Entendemos que a partir desse reconhecimento quanto a qualificação indesejada da meta, possamos melhorá-la. É um processo evolutivo, que a cada exercício vimos aprimorando. E é isso que a Controladoria-Geral está propondo para que, no ano de 2006 possamos colher resultados efetivos, que espelhem realmente o objetivo traçado para a Instituição INSS."*

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Contudo, apesar da recomendação, procedida pela CGU no Relatório de Auditoria nº 160221/2005, da necessidade de ações mais efetivas, tanto por parte dos níveis estratégicos da organização quanto dos agentes responsáveis pelo direcionamento técnico, no sentido de implantação de um processo consistente de planejamento e avaliação dos resultados obtidos e do próprio compromisso assumido pelos gestores do INSS, verifica-se que os mesmos não adotaram, no exercício de 2005 e 2006, providências com vistas a solucionar os fatos identificados.

Tendo em vista os fatos constatados e no sentido de identificar o posicionamento dos órgãos responsáveis pela condução técnica do processo de planejamento e avaliação de sua execução, solicitamos, em reunião realizada com a equipe técnica dos citados agentes, documentação referente à aferição dos resultados obtidos em 2005, avaliação da qualidade das metas constantes do plano, bem como avaliação do PAI-2005. Momento no qual nos foi informado que por questões organizacionais tais posicionamentos não foram produzidos. Vale ressaltar que, conforme consulta realizada no SGP, 80% das metas não foram avaliadas pelos seus respectivos Orientadores Técnicos e não foi

identificado campo destinado à aferição das metas por parte da Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica.

CAUSA:

Após análise da documentação disponibilizada e considerando as atuações anteriores dos agentes de controle sobre o INSS, identificamos, dentre outros, a falta de reconhecimento, pelos níveis estratégicos da organização, da necessidade de implantação de um processo consistente de planejamento, bem como de mecanismos, agentes e instrumentos que garantam o monitoramento e a avaliação sistemática dos resultados e a ausência da atuação efetiva dos agentes de direcionamento técnico de planejamento como fatores relevantes que determinaram a assunção pelos gestores do INSS, no exercício de 2005, de metas inconsistentes, da ausência de integração entre o planejamento e o orçamento e da não construção de indicadores consistentes. Tal fato evidencia-se tendo em vista a reincidência das questões descritas nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, e da não adoção pelos Gestores do INSS das recomendações procedidas pela CGU em exercícios anteriores.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada com os gestores responsáveis pelo planejamento e gerenciamento estratégico da Entidade nos foi informado que por questões organizacionais, no exercício de 2005 e 2006, ainda não foi possível o estabelecimento de metas que reflitam desafios nem a construção de indicadores que permitam a mensuração satisfatória da gestão, porém, no exercício de 2007, a metodologia de planejamento adotada apontam a solução dessas questões.

Adicionalmente, em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, os gestores do INSS, por meio do Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, prestaram esclarecimentos acerca do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153, no qual, de maneira geral, a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica assume o compromisso de implementação de metas e indicadores mais consistentes, que sirvam de apoio à gestão do INSS. Dentre as informações prestadas destacamos as seguintes:

- a) *"Para o INSS o SIGPLAN é o sistema oficial de acompanhamento dos Programas e Ações do PPA-2004/2007, cabendo ao SGP o gerenciamento das ações operacionais de suas unidades descentralizadas";*
- b) *"Estaremos implementando, tão logo acabe o impasse entre a DATAPREV e seus funcionários, a inserção de campo relativo à avaliação do desempenho*

institucional a ser preenchido pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, bem como um campo próprio para avaliação de cada unidade descentralizada (Gerências Regionais e Executivas) das metas sob sua responsabilidade facilitando a análise e o acompanhamento pelos Orientadores Técnicos de Metas, evitando assim que os mesmos não preencham o relatório trimestral de avaliação do SGP em tempo hábil”; e

- c) *"Como já mencionado no item referente ao baixo desempenho dos indicadores constantes do SIGPlan, após a definição com cada Diretoria dos indicadores que apoiarão a gestão, suas fontes e periodicidade de coleta dos mesmos, ficará sob a responsabilidade desta Coordenação a sistematização dos mesmos".*

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelos gestores não elidem os fatos descritos. Tal afirmação fica evidenciada quando constatado que a Unidade não emitiu opinião acerca da qualidade das metas constantes de seu plano anual, não foi procedida a devida avaliação do PAI-2004 e as metas definidas não foram aferidas pelos agentes responsáveis no âmbito da Instituição.

A ausência da atuação efetiva dos agentes de direcionamento técnico, da avaliação de resultados e da proposição de ações corretivas comprometem sobremaneira o processo de planejamento uma vez que esse tem como propósito a identificação de problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência, garantindo, dessa forma, a qualidade da peça de planejamento produzida. Os agentes que exercem as funções de orientação e avaliação proporcionam informações gerenciais periódicas, para que seja rápida a intervenção nas funções administrativas de planejamento, organização e direção de forma a garantir a manutenção e aumento da eficiência e eficácia na execução dos objetivos, desafios e metas da Instituição.

Ressalta-se o fato de que as justificativas complementares apresentadas, apesar de terem sido encaminhadas pelo Presidente do INSS, referem-se a um posicionamento da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, caracterizando, ainda mais, a necessidade de que os níveis estratégicos da organização (Diretorias de Benefício, de Atendimento, de Recursos Humanos e de Orçamento, Finanças e Logística, bem como a Corregedoria e Procuradoria Federal Especializada) reconheçam a implementação de um processo consistente de planejamento, bem como de mecanismos, agentes e

instrumentos que garantam o monitoramento e a avaliação sistemática dos resultados, como viabilizadores da efetividade de suas ações no âmbito do INSS.

RESPONSÁVEL(IS):

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
573.145.786-72	Leonardo José Schettino Peixoto	Diretor de Atendimento
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, recomendamos à Presidência do INSS a implantação, ainda no exercício de 2006, de um processo consistente de planejamento integrado a sua respectiva proposta orçamentária, bem como determine aos agentes responsáveis pelo direcionamento técnico do planejamento e gestão estratégica que proceda a avaliação da qualidade das metas definidas pela Instituição, a aferição dos resultados obtidos e avaliação do planejamento e suas execuções de forma que tais atividades cumpram o seu papel básico e indispensável de retroalimentação do processo de planejamento, para que ocorra consistência das metas definidas e garantia de que os resultados obtidos sejam aderentes aos resultados esperados.

4.2 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**4.2.1 ASSUNTO - EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS****4.2.1.1 CONSTATAÇÃO:**

BAIXO ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PROJETO.

Em dezembro de 2001 foi celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o Contrato de Empréstimo N° 1346/OC-BR, que estabeleceu as condições técnicas e financeiras para a execução da primeira fase do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, sendo os principais beneficiários o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Secretaria de Previdência Social - SPS.

A primeira fase do Programa, prevista para ser executada no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, tem como objetivo geral, no âmbito do INSS, apoiar a Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social Brasileiro, sendo composto, basicamente, pelo item Modernização da Administração do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Define-se como foco das ações, para o RGPS, a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, a unificação das bases de dados, o desenvolvimento de sistemas e a implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as

áreas de atuação do INSS (arrecadação, benefício, contencioso administrativo e judicial, logística e recursos humanos).

Decorrido quase o período total de vigência do Contrato (três anos) para execução e desembolso dos recursos, verificou-se que somente cerca de 20% (US\$ 21.249.770,00) dos recursos foram aplicados (gastos ou comprometidos), sendo 6,6% de recursos BID e 13,3% de contrapartida

Tendo em vista o encerramento da vigência do Contrato de Empréstimo, a necessidade de fortalecimento e modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro, em especial, a implantação do Novo Modelo de Gestão do RGPS (NMG) e do Plano Diretor de Tecnologia e Informação (PDTI), e considerando a existência de recursos remanescentes do PROPREV, foi elaborado, no período de agosto a outubro de 2004, por representantes técnicos do INSS e MPS, com coordenação da UCP e acompanhamento pelo BID, o Plano de Ação para execução dos recursos remanescentes do PROPREV para os exercícios de 2005 e 2006, o qual foi aprovado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 23 de novembro de 2004, e pelo BID, em 25 de novembro de 2004.

O Plano de Ação 2005/2006 refere-se a uma revisão e redimensionamento dos recursos remanescentes do PROPREV, configurando-se em uma proposta de prorrogação do prazo de execução do Programa por mais dois anos. No referido documento são estabelecidas 23 (vinte e três) metas operacionais, sendo 17 (dezessete) para a Modernização do RGPS e 6 (seis) para o desenvolvimento dos RPPs, e suas respectivas atividades, com o objetivo de reduzir as ocorrências que deram causa às inexecuções identificadas.

No sentido de avaliar a eficácia da ação dos gestores do projeto diante da prorrogação da vigência do PROPREV, foi verificada a aderência das atividades desenvolvidas com as previstas no Plano de Execução 2005/2006, bem como os resultados obtidos referentes às metas estratégicas definidas no Contrato de Empréstimo.

Conforme análise procedida, constata-se que, decorridos quatro anos de execução, somente cerca de 26% (US\$ 30.089.861,36) dos recursos totais previstos (US\$ 114.000.000,00) foram aplicados, sendo 6% de recursos BID e 20% de contrapartida, ressalta-se o prazo final previsto para execução do Projeto para dezembro de 2006.

Acerca da implementação das metas estratégicas e operacionais definidas, tomando como base as informações constantes do Relatório de Progresso relativo ao segundo semestre de 2005 e as análises decorrentes dos trabalhos

auditoriais, verificamos que o Projeto não tem atingido um bom nível de execução das atividades programadas.

Quanto às metas estratégicas, até o encerramento do período objeto de nossos exames, as quais estão apresentadas no citado Relatório de Progresso, identificamos a seguinte situação:

Meta Estratégica	Resultado (31.12.2005)
Projeto INSS/RGPS	
Cobertura	
ME 1 - Aumentar o número de contribuintes individuais de 5,8 a 7 milhões até 2006	9.981.517
Benefício	
ME 2 - Reduzir o prazo médio de concessão de benefícios, por procedimento normal, de 16 para 10 dias até 2006	27
Atendimento ao Público	
ME 3 - Alcançar índice de satisfação dos clientes de 70%, segundo critérios de consulta do Plano de Comunicação do MPS, até 2006.	0%
Arrecadação	
ME 4 - Garantir crescimento anual da arrecadação equivalente a 82% do crescimento anual do PIB, até 2006.	358%
ME 5 A - Garantir solvência financeira de 60% dos créditos parcelados administrativamente, até 2006.	81%
ME 5 B - Garantir solvência financeira de 86% dos créditos declarados, até 2006.	96%
Institucional	
ME 6 A - 100% da base de dados do INSS implantada, até 2006.	0%
ME 6 B - 100% da rede corporativa do INSS implantada, até 2006.	0%
ME 7 - 100% das unidades com modelo de gestão por resultados implantado, até 2006.	0%
ME 8 - 70% dos gerentes e servidores capacitados, até 2006.	2,73%
Projeto SPS/RGP	
Fortalecimento da SPS	
ME 9 - 7 municípios integrantes da amostra com base de dados de previdência social atualizada e integrada através do SIPREV, até 2006.	2
ME 10 - 7 municípios integrantes da amostra com avaliação atuarial realizada, até 2006	1
ME 11 - 7 municípios integrantes da amostra com minuta de projeto de lei (RPP) elaborada e discutida com os setores sociais interessados, até 2006	1
ME 12 - 7 municípios integrantes da amostra com proposta de modelo de gestão elaborada e discutida com os setores sociais interessados, até 2006	1
ME 13 - 14 seminários de integração nacional executados, até 2006	14
ME 14 - 86 equipamentos de informática instalados na SPS	24

e interconectados em rede, até 2006.	
ME 15 - 100% das unidades da SPS com planejamento estratégico implantados e avaliados, até 2006.	0%
ME 16 - 100% dos gerentes e funcionários da SPS capacitados, até 2006.	171%
Apoio à Reforma e Gestão da Previdência Social Municipal	
ME 17 - 100% dos servidores municipais com dados cadastrais atualizados, em 36 meses.	3%
ME 18 - 100% da base de dados atualizada e integrada por meio do SIPREV, em 36 meses.	29%
ME 19 - 100% do plano de cargos e salários municipal com avaliação atuarial realizada, em 36 meses.	15%
ME 20 - 3 fóruns municipais para discussão da minuta de Projeto de Lei para a Reforma da Previdência Social realizados, em 36 meses.	1
ME 21 - 3 fóruns municipais para discussão de um novo modelo de gestão de Previdência Social realizados, em 36 meses.	0
ME 22 - 2 fóruns municipais de Previdência Social realizados, em 24 meses.	3
ME 23 - 80 equipamentos instalados nos municípios da amostra, em 36 meses.	378
ME 24 - 150 servidores responsáveis pela gestão dos municípios da amostra capacitados, em 36 meses.	177

No que se refere às metas operacionais, relativo às atividades implementadas até o encerramento do exercício de 2005, constatamos que dentre as 23 (vinte e três) metas constantes do Plano, 18 (dezoito) ainda não foram executadas integralmente, caracterizando dessa forma a ausência de tempestividade da atuação dos gestores do PROPREV. O quadro a seguir registra as inexecuções identificadas.

Plano de Ação 2005/2006

O que?		Produto	Atividade	Situação (31.12.2005)
Modernização do Regime Geral de Previdência Social				
01	Gerenciamento da Implementação do NMG	Estrutura de Gerenciamento da Implementação dos Processos da SRP e do INSS, implantadas.	Contratação de Consultoria de Gerenciamento e aquisição de equipamentos e software 4/2005	A atividade de gerenciamento desempenhada por servidores do quadro. Foram adquiridos 120 equipamentos e a aquisição dos softwares encontra-se em andamento.
02	Anteprojeto de implementação.	Estratégia de Implementação X Recursos do ProPREV.	Apresentação ao dirigentes para validação 11.2004.	Concluída em 11.2004.
03	Desenvolvimento	Sistemas de	Contratação	Solicitação de

	de Sistemas	Informação dos Processos de Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direito, desenvolvidos, implantados e em produção.	de Bureaux de Software House 7/2005.	propostas para as empresas qualificadas na lista curta.
04	Infra-Estrutura de TI (Hardware e Software - Ambiente Central e Cliente)	Infra-estrutura de TI da SRP e do INSS definida e implementada.	Contratação de equipamentos e softwares 7/2005	Abertura das propostas.
05	Detalhamento dos Macros processos	Processos de Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direito implementados.	Definição e designação da equipe de Implementação 12/2004	Concluída em 3/2005.
06	Auditoria de Sistemas.	Sistema de informação dos Processos de Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direito, desenvolvidos implantados e em produção.	Contratação de Consultoria em Auditoria de Sistemas 10/2005.	Solicitação de propostas para as empresas qualificadas na lista curta.
07	Contratação de SW	Sistema de informação dos Processos Integradores e de Apoio desenvolvidos, implantados e em produção.	Contratação dos Recursos 12/2005	Contratação não iniciada, previsão 1º Semestre de 2006.
08	Portal Integrador	Portal integrador de Sistemas desenvolvido, implantado e em produção.	Contratação de Consultoria e software para disponibilização do Portal em 03/2006	A Dataprev está avaliando a necessidade de aquisição de uma ferramenta para atender a demanda.
09	GED/Workflow	Gerenciamento eletrônico de documentos (GED/Workflow) desenvolvido, implantado e em produção.	Contratação de Consultoria e aquisição de software para início dos trabalhos do	Foi efetuada a pré-qualificação dos recursos necessários.

			Proj. Piloto SAVAJ em 07/2005.	
10	Gestão de Mudança	Plano de Ação para a Gestão de Mudança elaborado e implementado.	Nomeação do responsável pela Gestão e Contratação de Consultoria 07/2005	O produto refere-se ao Projeto de Gestão do Atendimento-PGA, foi iniciado com a participação de servidores do quadro.
11	Migração	Plano Estruturante de Migração operacionalizado	Contratação de recursos necessários 10/2005	Demanda contemplada no desenvolvimento dos novos sistemas sob gestão da Dataprev.
12	Política de Segurança	Política de Segurança Implementada	Contratação de Recursos necessários 03/2005	Ação sendo conduzida por equipe interna.
13	Modelo de Dados Corporativo	Modelo de Dados Corporativo Desenvolvido.	Contratação de recursos necessários 10/2005	Demanda contemplada no desenvolvimento dos novos sistemas sob gestão da Dataprev.
14	Certificação Digital	Certificação Digital definida e implementada	Contratação de Recursos necessários 10/2005	Não iniciada.
15	Business Intelligence (DW)	Sistemas Gerenciais Estratégicos (BI) desenvolvidos, implantados e em produção	Contratação dos recursos necessários 04/2006	Os recursos de desenvolvimento de sistemas foram contemplados na fábrica de software e as aquisições de software de mercado não foram iniciadas.
16	Rede	Infra-estrutura de Rede Corporativa da Previdência redimensionada para atendimento aos requisitos do NMG.	Plano de aquisição dos componentes de Rede elaborado 10/2005	Não iniciada.
17	Infra-estrutura da Unidades.	Unidades da SRP com infra-estrutura física	Plano de realização de reformas	Não iniciada.

		adequadas.	definido.	
Desenvolvimento dos Regimes Próprios de Previdência				
01	Planejamento e Regulamentação	Planejamento Estratégico da SPS institucionalizado e avaliado e Estrutura e Modelo de Gestão da SPS definidos.	Contratação dos recursos necessários. 03/2005	Não iniciada
02	Elaboração de Estudos e Pesquisas.	Estudos e pesquisas para apoio à formulação de Políticas de Previdência Social, realizados e publicados.	Apresentação do Plano de Contratação à UCP 12/2004	Contratação de um consultor para revisão e tradução e consolidação da Coleção Previdenciária e abertura de processo, sem êxito, para contratar consultor com o objetivo de realizar estudos sobre o impacto do salário mínimo.
03	Tecnologia da Informação	Sistemas/Módulos de Informações da SPS implementados (SIPREV).	Apresentação do Plano de Contratações de Consultores.	Foram mantidos os quatro servidores temporários, contratados para dar manutenção no SIPREV.
04	Assistência Técnica	Validação das Avaliações Atuariais dos Municípios realizada e disponibilizada, Legislação previdenciária dos RPPs revisada e consolidada, Estudos sobre a reestruturação organizacional da previdência municipal realizado e Assistência Técnica aos Municípios sobre a Reforma da Previdência disponibilizada.	Apresentação do Plano de Contratações à UCP e TDRs e Apresentação do Planejamento para Assistência Técnica - Previsão de viagens para 2005.	1. Foram mantidos os servidores temporários para validar os estudos atuariais e dar suporte à área de Legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social na SPS. 2. O estudo sobre reestruturação organizacional não foi realizado. 3. Foi

				realizado, em Joinville e Vitória, curso de contabilidade pública para servidores municipais.
05	Divulgação de Informações	Informação sobre a Reforma Previdenciária para as três esferas de governo disseminadas e Informação aos servidores sobre a Reforma da Previdência, disseminada.	Apresentação do Planejamento para realização de eventos, workshops, seminários e CONAPREVs	Foi realizado um CONAPREV em Manaus 11/2005.
06	Recadastramento, avaliação atuarial e modelo de gestão piloto em 6 municípios	Dados previdenciários dos Municípios analisados e atualizados, Avaliação atuarial dos Municípios realizada, Proposta de Projeto de Lei (Marco Legal e Institucional) de adequação dos RPPs, analisado, elaborado e discutido e Modelo de Gestão da Previdência Municipal elaborada e discutida.	Apresentação do Plano de Contratação à UCP 12/2004	<u>Recadastramento:</u> Processo para Belém, Campo Grande, Salvador e Vitória cancelado o de São Paulo está em andamento. <u>Avaliação Atuarial:</u> Foi contratada empresa para avaliação atuarial nos municípios de Belém, Campo Grande, Joinville, Salvador e Vitória com previsão de conclusão no 1º semestre de 2006. <u>Proposta de Projeto de Lei Elaborada e discutida:</u> Atividade não será realizada. <u>Modelo de Gestão:</u> Contratado consultor no segundo semestre, para elaborar modelo

				de gestão dos municípios de Belém, Campo Grande, Salvador e Vitória. Com previsão de conclusão para 05/2006.
--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Destacamos o contido no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão do INSS, item 5.1.1.1, exercício de 2004, no qual foi registrado, também naquele exercício, questões acerca da execução do PROPREV. A equipe de auditoria da CGU, considerando os fatos identificados, apresentou as seguintes recomendações aos agentes estratégicos da Entidade:

- a) Elaboração do planejamento anual detalhado e integrado das ações do projeto, contendo, dentre outros que se fizerem necessários, o plano de aquisições, contratações, capacitação e viagens, bem como o estabelecimento de uma estruturação orçamentária vinculada às diretrizes do planejamento, de modo a permitir a clara identificação dos elementos de programação (diretrizes, objetivos, metas setoriais e estratégicas, ações e seus respectivos indicadores) e seus correspondentes custos, prazos, especificações e quantidades previstos;
- b) Providências no sentido de que fossem atendidas as metas operacionais definidas no Plano de Ações 2005/2006;
- c) Determine, considerando as competências institucionais da Coordenação-Geral de Controladoria e com vistas a garantir a consistência das informações prestadas, à citada Unidade a centralização do fornecimento de informações acerca da programação e execução de metas dos projetos financiados com recursos externos, executados no âmbito do INSS;

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

A Unidade de Coordenação de Projetos, com vista a cumprir os prazos acordados com BID e cumprir o planejamento contido no Plano de Ação 2005/2006, acionou os gestores responsáveis pela execução do Projeto, tanto no INSS quanto no próprio MPS, por meio de mensagens, alertando-os para a necessidade de cumprimento das ações contidas no citado Plano de Ação.

No que se refere ao atendimento às recomendações procedidas pela CGU, verifica-se que o INSS vem realizando esforços no sentido de otimizar a execução orçamentária através da elaboração do planejamento anual detalhado e integrado das ações do projeto, no que concerne a viagens, ações de capacitação e metas estratégicas.

CAUSA:

Após análise da documentação disponibilizada e considerando as atuações anteriores dos agentes de controle sobre o Programa em questão, identificamos, dentre outros, os seguintes fatores relevantes que determinaram o baixo índice de execução física e financeira do PROPREV:

- a) Sucessivas revisões da vinculação organizacional da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP);
- b) Mudança de dirigentes do MPS, do INSS e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - (DATAPREV);
- c) Redução do pessoal técnico da UCP e Unidades de Execução Local - (UEL);
- d) Falta de agilidade e tempestividade dos organismos de cooperação técnica internacional no atendimento de demandas do Projeto;
- e) Falta de agilidade e tempestividade dos setores internos nos processos de contratação;
- f) Ausência de integração entre o MPS, o INSS e a DATAPREV;
- e
- g) Falta de definições estratégicas principalmente no que se refere à Tecnologia e informação.

JUSTIFICATIVA:

Instada a se manifestar, por meio da SA Nº 175081-03, acerca dos procedimentos adotados no sentido de sanar as ocorrências verificadas, principalmente referente aos itens "c", "d", "e", "f" e "g", os gestores da UCP prestaram os seguintes esclarecimentos:

- a) "Redução do pessoal técnico da UCP e UELs - "Como medida para diminuir a deficiência de pessoal foi aberto novo processo para contratação de novos servidores temporários em substituição aos que pediram rescisão de contrato."
- b) Falta de agilidade e tempestividade dos organismos de cooperação técnica - "informamos que um processo, em média, demorava em torno de 4 a 6 meses, dependendo da complexidade da aquisição. Segundo justificativas do PNUD, isto era decorrente do alto número de projetos que eles

tinham, bem como da falta de pessoal para dar andamento a estes processos... Passamos a adotar, mensalmente Reunião Conjunto UCP/BID/PNUD onde começamos a traçar estratégias e prioridades de contratação e a partir daí estamos sendo atendidos, dentro do possível, no que é solicitado e com agilidade e tempestividade."

- c) *Falta de agilidade e tempestividade dos setores internos nos processos de contratação - "Encaminhamos mensagens, por meio de correio eletrônico, cobrando o cumprimento dos prazos acordados com o BID para implantação das atividades do Programa."*
- d) *Ausência de integração entre o MPS, o INSS e a DATAPREV - "Encaminhamos mensagens, por meio de correio eletrônico, com o objetivo de integrar as ações do PROPREV junto às áreas, cobrando o cumprimento dos prazos acordados com o BID para implantação das atividades do Programa."*
- e) *Falta de definições estratégicas principalmente no que se refere a Tecnologia e informação - "As mensagens anexadas para atendimento do item "e" demonstram que os atrasos nos processos de contratação são devido a falta de definições de tecnologia e informação."*

De forma complementar a Unidade informou que "a designação do Coordenador Geral da UCP vinculado ao Gabinete do Ministro proporcionou à UCP uma integração maior com as áreas técnicas envolvidas no Projeto e gerou maior agilidade e integração das ações previstas".

Ainda, sobre o baixo índice de execução física e financeira no âmbito do Projeto e considerando a atuação da CGU no exercício de 2004 abordado o mesmo assunto, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-02 DSPAS/SFC/CGU, foram prestados os seguintes esclarecimentos pelo INSS:

"a) O plano de aquisições e contratações para o ano de 2005 foi elaborado e está em execução. Todavia o planejamento foi diretamente afetado por restrições orçamentárias, alteração de diretrizes estratégicas e dificuldades operacionais na execução dos processos de contratações, implicando em ajustes e adequações que foram realizadas e serão consideradas no planejamento de 2006.

No que se refere às viagens, a proposta do Projeto foi submetida ao Banco Interamericano na renegociação do Proprev, tendo sido viabilizada a utilização de recursos do mesmo para a equipe de implantação. A

partir deste acerto foi elaborada uma proposta orçamentária identificando os deslocamentos necessários e respectivos custos. Até Outubro/05 o nível de execução deste orçamento foi de 62% do valor inicialmente previsto.

No que tange a capacitação, as principais ações tiveram como foco capacitar a equipe do projeto em gerenciamento de projetos, segurança, gestão de tecnologia e modelagem de processos, no entanto houve outras iniciativas com equipes externas, com destaque para a capacitação no Projeto Cobertura Previdenciária Estimada-COPES, Programa Gestão do Atendimento e Auditoria em Sistemas de Informação. Restrições orçamentárias para mais capacitações de maior porte inviabilizaram outras ações, tais como o workshop do Projeto com as Gerencias Executivas e Regionais.

No que se refere às metas estratégicas, no ano de 2005 foram priorizadas as contratações/aquisições que viabilizarão o desenvolvimento e implantação dos novos sistemas de informação, permitindo a efetiva implementação da proposta do Novo Modelo de Gestão para os processos priorizados. O andamento dos processos de contratação/aquisições são pré-requisitos fundamentais para as demais ações previstas até o fim do ano de 2006.

Em atendimento ao solicitado na alínea a) do item 5.1.1.1, segue em anexo (XII) documento contendo o Planejamento Anual detalhado e integrado das ações do projeto, elaborado com base nas informações contidas no item Resumo das Entregas do projeto, constantes no Plano de Trabalho do PINMG. Com a análise deste anexo é possível visualizar o andamento dos trabalhos realizados até a presente data.

Este documento aponta o nível de execução do projeto, estimando o mesmo em 25% do previsto para o período de 2005 e 2006, tomando como base uma avaliação qualitativa das ações em curso, bem como a perspectiva de aceleração do nível de execução do projeto com a conclusão das contratações da infra-estrutura de desenvolvimento e implantação dos novos sistemas, da fábrica de software e do escritório de métricas e projetos, que serão operacionalizados sob coordenação da Dataprev.

Considerando também os relatórios de execução das aquisições do projeto verificamos ainda que até a presente data foram executados 4,29% do orçamento do

projeto, todavia temos em andamento processos de aquisição que totalizam 65,59% do orçamento total do projeto e viabilizam a ampliação da execução física do mesmo no ano de 2006.

* Para o ano de 2006 estamos considerando a proposta orçamentária do MPS para o ano, que totaliza R\$ 76 milhões, mas que ainda está sujeita a ajustes.

b) O escopo do PINMG foi traçado tendo por base as metas operacionais definidas no Plano de Ações 2005/2006, naquilo que compete ao INSS e nas interfaces com o MPS e a Dataprev. O acompanhamento considera as metas estabelecidas pelo Proprev.

Encaminhamos o anexo XIII contendo as metas e seu status de realização até a presente data.

c) Em relação a este item, tendo em vista extinção da Coordenação-Geral de Controladoria, sugerimos que tal prestação de contas seja efetuada pela área competente para o acompanhamento de projetos financiados com recursos internacionais no âmbito do INSS: a Unidade de Execução Local-UEL/INSS e a Unidade de Coordenação de Projetos-UCP.

d) Visando atender os resultados pretendidos pelo Proprev, o desenvolvimento do projeto está pautado na metodologia de gerenciamento segundo o PMI, e as informações sobre o monitoramento e aferição contínua dos desempenhos alcançados e resultados esperados dos produtos desenvolvidos são relatados por meio de Relatórios Mensais de Desempenho (anexo XIV) e de Relatórios Quadrimestrais (anexo XV) enviados aos Srs. Ministro, Presidente do INSS, Secretário Executivo, Diretores do INSS, Gerentes Regionais e Gerentes Executivos, entre outros.

A estrutura de gestão (anexo XVI) obedece à forma estabelecida no acordo com o BID e a Resolução CGE/PS 08/2004 (anexo I).

O planejamento anual das ações do projeto está detalhado no Project Charter (anexo XVII), que se encontra, nesta data, em poder do Diretor Presidente do INSS aguardando assinatura.

O Plano de Trabalho (anexo XVIII) que é um documento mais detalhado, bem como os Planos de Trabalho de todas as dimensões constantes do gerenciamento do PINMG / INSS - Comunicação (anexo XIX), Escopo (anexo XX),

Riscos (anexo XXI), Custos (anexo XXII), Aquisições (anexo XXI), Qualidade (anexo XXIII), Recursos Humanos (anexo XXIV), Métodos (anexo XXV), Requisitos de Tecnologia (anexo XXVI), Governança Externa (anexo XXVII), Prazo (anexo XXVIII), Integração (anexo XXIX) e Gestão de Mudança (anexo XXX) - definem as ações necessárias para a execução, controle e avaliação do projeto. O seu acompanhamento se realiza através do cronograma (anexo XXVIII), onde ações das equipes e gestões estão detalhadas seguindo a estrutura de gestão (anexo XVI).

O acompanhamento da execução das ações do projeto é, realizada através do cronograma, e no mês de novembro, apontou os seguintes índices de realização para as fases de maior relevância: Cronograma Geral - 53% , Planejamento - 100% , Execução - 49% , Controle - 50% .

O Cronograma Geral concluiu 53% das atividades / tarefas do caminho a percorrer até o final do projeto. A etapa de Planejamento fechou a casa dos 100% de realização, ou seja, tudo aquilo que foi planejado no exercício de 2005 foi colocado em prática dentro do previsto, no entanto a inclusão de novas tarefas de planejamento, em especial aquelas previstas para 2006 implicarão em reavaliação desta estatística. A fase de execução, que significa o andamento do projeto no dia a dia, relacionado às atividades / tarefas das Frentes de Implementação de Processos e Sistemas, bem como as atividades / tarefas de todas as áreas de conhecimento do Projeto, que vai até o final do exercício de 2006, executou 49% daquilo que está proposto no cronograma. A fase de controle do projeto que também segue uma rotina mensal até o fim do projeto, concluiu 50% do proposto, vale ressaltar que esse índice é proporcional ao prazo previsto até 2006, o controle é feito mensalmente e se comparado dentro do mês pode ser considerado na casa dos 100%.

O projeto possui mecanismos de monitoramento e instrumentos de aferição contínua de seu desempenho, principalmente no que se refere a prazos, custos, aquisições e qualidade. O cronograma do projeto fornece informações sobre o status de andamento e percentual das atividades realizadas, sendo que podem ocorrer alterações no momento em que se iniciar novas atividades de implementação de macroprocessos (pacotes) e/ou alterações nas datas, apresentando desta forma, modificações mensais em virtude da otimização dos prazos."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Constatamos que a UCP vem adotando medidas no sentido de aprimorar o processo de coordenação e supervisão do PROPREV, instando as unidades técnicas a adotarem ações mais abrangentes com vistas ao cumprimento das metas planejadas e integração das áreas responsáveis e que o INSS, especificamente a Coordenação do PING, vem realizando esforços no sentido de otimizar a execução orçamentária através da elaboração do planejamento anual detalhado e integrado das ações do projeto, no que concerne a viagens, ações de capacitação. Contudo, verificamos que, a despeito da adoção dessas medidas, no exercício de 2005, e em exercícios anteriores, a execução do Projeto está abaixo dos níveis previstos e que os fatores determinantes dessa disfunção referem-se a situações, muitas vezes, reincidentes e contumazes.

Projetos centrados em ações de transformação da organização, por meio da revisão dos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas e adequação da infra-estrutura organizacional e do ambiente de tecnologia, são complexos e quanto mais complexos maiores são os riscos de não serem executados, dessa forma é necessário que todos os agentes, internos ou externos, envolvidos no processo de modernização compreendam a sua importância e atuem de forma integrada com vistas a consecução do mesmo.

No caso específico do PROPREV, a atuação desarticulada das instituições integrantes do sistema previdenciário (MPS, INSS e DATAPREV) comprometem sobremaneira a execução das atividades previstas para o Projeto. Além disso, indo para além dos agentes internos do Órgão Executor, é necessário que os gestores do Projeto identifiquem, no âmbito da administração pública federal, parcerias que concedam ao PROPREV um caráter institucional, reduzindo dessa forma as vulnerabilidades atualmente existentes.

Nesse sentido citamos a Secretaria de Gestão - SEGES, do Ministério do Planejamento, com a atribuição, dentre outras, de formular, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações estratégicos de transformação da gestão pública, voltados à promoção e ao fortalecimento de concepções de estruturas organizacionais e modelos de gestão voltados para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos programas governamentais.

Outra questão a ser destacada refere-se ao Organismo de Cooperação Técnica Internacional, conforme informação prestada pelos próprios gestores, e evidenciada nos parágrafos anteriores deste relatório, o citado organismo não atendeu, no exercício objeto dos exames, tempestivamente às demandas realizadas pelo Projeto, apresentando como justificativa a quantidade

elevada de projetos sob sua responsabilidade e a carência de pessoal para atendimento às demandas dos projetos.

Ressalta-se que, conforme contido no PRODOC, cabe àquele organismo *"agilizar todas as ações de implementação do Projeto, com eficiência e rapidez, respeitando sempre as normas do Organismo Financiador, sem contudo infringir as próprias regras, retratadas no Manual de Execução Nacional"*, constituindo-se o mesmo em um facilitador da execução dos projetos sob sua responsabilidade, o que não ocorreu com relação ao PROPREV em 2005.

Vale destacar a recomendação, procedida pela CGU no relatório de auditoria de gestão do exercício de 2003 e acatada pelo TCU Acórdão nº 897/2005 - TCU - Segunda Câmara, de que fossem avaliadas a relação custo benefício da utilização de cooperação técnica em acordos ou contratos de empréstimos com organismos internacionais.

RESPONSÁVEL(S):

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
573.145.786-72	Leonardo José Schettino Peixoto	Diretor de Atendimento
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, no sentido de que seja reduzida ou eliminada as vulnerabilidades identificadas, recomendamos à Presidência do INSS a adoção das seguintes Medidas:

- a) promova a integração das instituições que compõem o sistema previdenciário, notadamente o MPS, o INSS e a DATAPREV, de forma que essas se comprometam e atuem efetiva e permanentemente no processo de definições estratégicas e execução do PROPREV;
- b) identifiquem, no âmbito da administração pública federal, parcerias que possam conceder ao Projeto o necessário caráter institucional, especificamente no que diz respeito ao Projeto Novo Modelo de Gestão, tornando o mesmo menos vulnerável às mudanças de direção comuns na Previdência Social, em especial a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento;
- c) considerando assunção dos procedimentos de contratação e aquisições pelos quadros do próprio Ministério da Previdência, avaliem a relação custo benefício da utilização de cooperação técnica nos atuais acordos e contratos de empréstimo.

4.2.2 ASSUNTO - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**4.2.2.1 - CONSTATAÇÃO:**

ELEVADO NÚMERO DE DEMANDAS, BAIXO ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE E ELEVADO TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS PELA

OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ÀS DIVERSAS ÁREAS DO INSS.

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS possui como competências institucionais a recepção das reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos à prestação de serviços afetos à Previdência Social. A referida unidade tem a responsabilidade de dar conhecimento aos órgãos da Previdência Social sobre as demandas recebidas para a adoção de medidas próprias destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessarem práticas e condutas inadequadas de órgãos e servidores, melhorando a qualidade do serviço e do atendimento aos clientes previdenciários.

Para viabilizar a solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria encontra-se definido, no âmbito do INSS, o seguinte fluxo:

- a) Os Chefes do Serviços/Seção de Atendimento das 102 Gerências Executivas tomam ciência da demanda recebida, por meio do Sistema SOU, e devem fazer uma verificação prévia dos casos encaminhados para, ou solucioná-los ou direcioná-los para as Agências da Previdência Social de sua jurisdição, estabelecendo o prazo máximo de 15 (quinze) dias para respostas, à exceção dos casos de denúncia que não têm prazo previamente estabelecido, dada a eventual complexidade de suas soluções;
- b) As unidades solucionadoras (APS), através dos seus representantes de Ouvidoria, ou na ausência desses, os chefes das Agências assumem esta função, devendo receber as postulações e encaminhar ao setor competente (concessão, revisão, PAB, etc.) o pedido para resolver a situação. Solucionado o caso, o resultado deve ser informado ao Chefe do Serviços/Seção de Atendimento;
- c) Recebidas as respostas, o citado chefe verifica se as mesmas atendem ao interessado de maneira satisfatória e conclusiva. Em caso positivo, aquelas são encaminhadas à Ouvidoria que fará carta resposta ao postulante, caso contrário, retornará a unidade responsável para reexame.

No sentido de evidenciar a ação tempestiva das Unidades do INSS na solução das reclamações, denúncias e sugestões, procedemos à análise dos relatórios gerenciais emitidos pela OGPS. Após análises dos referidos relatórios, verificou-se o elevado número de dias para solução das referidas demandas, sendo que o tempo médio de atendimento gira em torno de 120 dias, e o baixo índice de resolutividade das mesmas, conforme demonstrado no quadro a seguir, com percentual de solução em torno de 52%.

Quadro de demandas da OGPS

Ano	Casos recebidos na Ouvidoria-Geral	Casos Encaminhados para as Áreas Solucionadoras	Percentual de casos solucionados pelas Áreas Solucionadoras
2002	123.415	63.080	51,11
2003	226.337	128.817	56,91
2004	261.857	134.292	51,28
2005	186.787	89.751	48,05
2006*	56.363	31.595	56,06
Total	854.759	447.535	52,68

Fonte: Sou - Sistema da Ouvidoria

Data da Extração: 26/05/2006 às 12hs

Casos registrados no período compreendido entre 01/01/2006 e 30/04/2006

Com base em consultas realizadas no Sistema SOU, constata-se a existência de cerca de oitenta e quatro mil demandas pendentes de solução nas áreas solucionadoras, ressalta-se que 44% dessas demandas foram encaminhadas a mais de 400 dias, conforme quadro demonstrativo a seguir.

Demandas da OGPS Pendentes

Ano	Quantidade de casos pendentes
2002	3.922
2003	14.058
2004	19.214
2005	28.534
2006*	18.779
Total	84.507

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O número elevado de demandas sobre reclamações, sugestões e denúncias encaminhados pela OGPS e o baixo índice de resolutividade dessas demandas não se constituem em fatos novos no processo gerencial do INSS. A Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e outros agentes de controle que atuação na gestão da Unidade constantemente registram a situação apontada nos parágrafos anteriores.

Contudo, a despeito da existência de recomendações dos referidos órgãos de controle, verifica-se a ausência de adoção de medidas saneadoras por parte dos gestores com vistas a reduzir ou eliminar os gargalos gerenciais que determinam as citadas ocorrências.

CAUSA:

Verifica-se como fatores decisivos na ocorrência dos fatos descritos os seguintes:

- a) a ausência de atuação efetiva dos agentes de supervisão do processo de solução de demandas;
- b) a falta de uma análise acurada nas reclamações, sugestões e denúncias de forma a identificar as causas gerenciais do elevado número de demandas e do baixo índice de resolutividade dessas demandas; e
- c) a ausência de uma estratégia de redução ou eliminação da quantidade de pendências existentes.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-02 DSPAS/SFC/CGU, os gestores do INSS informaram que "a Auditoria-Geral, como integrante do processo, participou de reunião, em 16/11/2005, com representantes da Ouvidoria, que objetivava a redefinição de procedimentos das denúncias recebidas pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social. Esta originou o Memorando/OGPS/MPS nº 338, de 23/11/2005 (em anexo), encaminhado ao Secretário Executivo do MPS, com sugestões de aprimoramento e redirecionamento do fluxo das denúncias".

Complementarmente, a Diretoria de Atendimento prestou os seguintes esclarecimentos acerca do assunto: "o fluxo de trabalho ainda não foi alterado. Esclarecemos que está em curso, negociação com a Ouvidoria Geral para alteração dos procedimentos, visando maior resolutividade às demandas de atendimento que deverão ser encaminhadas a esta Diretoria para priorização. Vale ressaltar que a Dirat acredita que a atuação sistêmica, com a concepção e implementação de projetos estruturantes, proporcionará uma melhoria significativa no atendimento aos usuários, aumentando sua satisfação e, conseqüentemente, diminuindo o volume de reclamações".

Em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, que encaminhou o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153 ao INSS, os gestores, por meio do Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, prestaram os seguintes esclarecimentos:

"Com base na análise da justificativa apresentada no relatório preliminar, sobre a Prestação de Contas do INSS, exercício de 2005, especificamente com relação a esta Diretoria, onde estamos sendo questionados sobre "o elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria Geral do MPS às diversas áreas do INSS", cumpre-nos ressaltar:

Acreditamos estar o fluxo atual de encaminhamento de demandas pela OGPS equivocado ao passo que cria uma instância entre a Ouvidoria Geral do MPS (instância externa) e a área solucionadora (unidade de atendimento - instância interna), pois quem recebe as reclamações (instância externa) não atua no controle direto da resolatividade pela área solucionadora (instância interna).

A OGPS encontra-se fora da linha de comando da Instituição que, desde a publicação do Decreto nº 5513 de 16/08/2005, ficou assim definida:

- Presidência;*
- Diretorias;*
- Gerências Regionais;*
- Gerências Executivas;*
- Chefias de APS.*

Salienta-se que esta disfunção também foi identificada pelo Projeto Novo Modelo de Gestão, objeto de inserção no P 10 - Manual de Especificação de Processos Final, do detalhamento do fluxo dos Processos de Transação de Negócio - PTNs, abaixo discriminados:

- Administrar reclamações, sugestões e denúncias;*
- Avaliar nível de satisfação do usuário;*
- Realizar tratamento de reclamações, sugestões e denúncias.*

Estamos em vias de publicação do novo regimento interno do INSS, (previsão de 15 a 20 dias após a publicação do novo Decreto do INSS), onde será inserido o novo procedimento:

Cada área será responsável pela recepção e solução das reclamações a ela relacionadas, promovendo análise e avaliação conjunta dos serviços previdenciários e assistenciais prestados aos usuários; com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento dos serviços previdenciários, zelando pela adoção dos procedimentos necessários à resolução das reclamações, sugestões ou representações a respeito de deficiências relativas ao atendimento”.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

A despeito das justificativas apresentadas pelos gestores e da proposta de alteração do fluxo de encaminhamento das demandas da OGPS, representando uma melhoria do processo de

solução de demandas, verifica-se que não foram identificadas as causas gerenciais que determinaram o número elevado de reclamações e denúncias represadas, bem como do baixo índice de resolatividade das mesmas. Cabe ressaltar a existência, em regimentos internos anteriores, de determinações acerca do tratamento prioritário das demandas da Ouvidoria Geral do Ministério da Previdência.

Com base nos fatos descritos, constatamos a necessidade de realização de análises acuradas nos relatórios e demandas encaminhadas pela OGPS, de forma que sejam identificadas as causas do elevado número de demandas represadas, do baixo índice de resolatividade e do elevado tempo médio de solução das mesmas, permitindo, não só aos níveis estratégicos do INSS, mas, também, às Gerências-Executivas, a utilização das informações produzidas para redefinir as estratégias de suas ações no sentido de melhorar o desempenho em relação às questões demandadas, bem como a adoção de soluções institucionais, elevando, assim, a qualidade no atendimento aos usuários e na gestão do Regime Geral de Previdência Social.

RESPONSÁVEL(S):

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
573.145.786-72	Leonardo José Schettino Peixoto	Diretor de Atendimento
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

Considerando os fatos descritos e tendo em vista o contido no Decreto nº 5.513/2005, que define como competência da Diretoria de Atendimento subsidiar a Ouvidoria - Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social no exercício de suas atribuições, recomendamos à Presidência do INSS, ainda no exercício de 2006, determinar aos setores competentes a adoção dos seguintes procedimentos:

- Estabelecimento, por parte dos agentes responsáveis pela supervisão do processo de solução, de mecanismos e instrumentos de seleção das demandas encaminhadas, de forma que sejam realizadas a triagem e a qualificação das questões apontadas, com a identificação do risco potencial do não atendimento das referidas demandas, bem como do nível gerencial, local ou nacional, responsável pela implementação das medidas saneadoras a serem adotadas;
- Caracterização das responsabilidades pelo não atendimento da demanda, com a qualificação do responsável, conduta e nexo de causalidade;
- Implantação efetiva de metodologia de gerenciamento das soluções, de forma a garantir o monitoramento (acompanhamento e supervisão) e a aferição contínua dos desempenhos alcançados; e
- Estabelecimento, por parte dos agentes estratégicos, de mecanismos e instrumentos que viabilizem a análise das informações produzidas com vistas à identificação das

causas gerenciais que determinam o elevado número de demandas, o baixo índice de resolatividade e o elevado tempo médio de solução das mesmas e a adoção de ações no sentido de reduzir ou eliminar, de forma institucional, as causas identificadas.

4.2.3 ASSUNTO - RESULTADO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO:

O INSS NÃO PROCEDEU À DEVIDA DESCRIÇÃO, NO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA UNIDADE.

Conforme determinado na Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa nº 71/2005, do Tribunal de Contas da União, deve constar, como peça do processo de contas da Unidade, o Relatório de Gestão contendo item com os indicadores utilizados para avaliar o desempenho da gestão, bem como suas descrições, tipos, fórmulas de cálculo e métodos de medição, além dos responsáveis pelo cálculo e medição dos referidos indicadores.

Nas análises realizadas no processo de prestação de contas, exercício de 2005, constatou-se que não foram relacionados no relatório de gestão da Unidade os indicadores requeridos pelos citados normativos para a Diretoria de Orçamento Finanças e Logística, Corregedoria e Coordenação de Planejamento.

No que se refere às outras áreas do INSS, em especial a Diretoria de Atendimento, Diretoria de Recursos Humanos, Procuradoria Federal Especializada do INSS, Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Unidade de Execução Local - UEL/INSS, verificamos que o assunto não foi abordado de forma adequada. No tópico utilizado com o propósito de descrever os indicadores das citadas unidades, foram relacionados meios para o atingimento dos resultados pretendidos e instrumentos de controle em lugar do indicador propriamente dito, além disso não foram registrados os resultados obtidos para os referidos indicadores. Registramos, a título de exemplo, dentre outras, as seguintes denominações identificadas: i) "Sistema de Supervisão"; ii) "Alcance da Meta Física"; iii) "Alcance da Meta Orçamentária"; iv) "Deslocamentos realizados"; e v) "Valores despendidos".

Vale destacar, conforme apontado no Relatório de Auditoria nº 160221/2005, a ocorrência de situação semelhante no exercício de 2004, no qual os indicadores de gestão não foram adequadamente constituídos, sendo essa questão objeto de recomendação por parte da CGU. Referente ao posicionamento dos

gestores acerca das questões apontadas no citado relatório, os mesmos apresentaram, a época, o compromisso de solucionar os fatos descritos no exercício de 2006, tendo em vista os seguintes esclarecimentos apresentados, por meio do Ofício/INSS/DC nº 506, de 30 de maio de 2005:

"Culturalmente a instituição INSS começou a expor seus números, através de uma ação integrada de planejamento do ano de 2000. Evoluções houve, mais a cultura de indicadores ainda não foi absorvida. Para o exercício de 2006, estamos direcionando toda a metodologia na formulação do Planejamento Anual Integrado para a construção de metas que reflitam desafios e que venham a facilitar formas de medição satisfatória ao acompanhamento da Gestão do Regime Geral de Previdência Social."

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Contudo, apesar da recomendação, procedida pela CGU no Relatório de Auditoria nº 160221/2005, de adoção, ainda no exercício de 2005, de alguns indicadores em complemento aos já existentes, verifica-se que a Unidade não adotou, no exercício de 2005 e 2006, providências no sentido de solucionar os fatos identificados.

CAUSA:

Após análise da documentação disponibilizada e considerando as atuações anteriores dos agentes de controle sobre o INSS, identificamos, dentre outros, como causa a ausência da atuação efetiva dos agentes de direcionamento técnico de planejamento e a falta de reconhecimento, pelos níveis estratégicos da organização, da necessidade de implantação de um processo consistente de planejamento, bem como de mecanismos, agentes e instrumentos que garantam o monitoramento e a avaliação sistemática dos resultados como viabilizadores da efetividade de suas ações no âmbito do INSS. Tal fato evidencia-se tendo em vista a reincidência dos fatos descritos, nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, registrados em itens específicos deste relatório de auditoria.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada com os gestores responsáveis pelo planejamento e gerenciamento estratégico da Entidade e confirmada pelo Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, nos foi informado que por questões organizacionais, nos exercícios de 2005 e 2006, ainda não foi possível o estabelecimento de metas

que reflitam desafios nem a construção de indicadores que permitam a mensuração satisfatória da gestão, porém, no exercício de 2007, a metodologia de planejamento adotada aponta a solução dessas questões.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

A utilização de indicadores tem como objetivo fornecer aos gestores informações mais adequadas para suportar o gerenciamento de suas atribuições, não podendo constituir-se em uma atividade meramente formal. A medição do desempenho exerce um papel importante nas organizações, pois representa um processo de autocritica e de acompanhamento das atividades e das ações, bem como das decisões que são tomadas durante suas execuções.

Na análise dos indicadores propostos pelo INSS, constatamos a ausência de indicadores que permitam mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade da atuação das Unidades que compõem a estrutura organizacional da Entidade.

RESPONSÁVEL(IS):

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
573.145.786-72	Leonardo José Schettino Peixoto	Diretor de Atendimento
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, tendo em vista a informação prestada pelos gestores, sobre a construção de indicadores apenas para o exercício de 2007, a determinação contida na Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa nº 71 e 72, de 7.12.2005, do Tribunal de Contas da União, as competências institucionais definidas para a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, e considerando serem os indicadores de desempenho o instrumento viabilizador da avaliação da tendência e convergência das ações em relação aos resultados esperados, constituindo-se em ferramenta indispensável ao aprimoramento dos processos gerenciais de qualquer organização, recomendamos à Unidade a adoção, ainda no exercício de 2006, em complemento aos já existentes, os seguintes indicadores de desempenho por área:

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Diretoria de Benefícios		
Média de Peritos por APS.	Medir a capacidade de realização de perícias médicas por APS.	Razão entre o número de peritos médicos em efetiva atuação e o número de APS.
Média de Emissão de Laudos Periciais Médicas.	Medir a capacidade de produção de laudos periciais.	Razão entre o número de laudos periciais emitidos no período e o número de médicos peritos existentes.
Tempo Médio de Atendimento Pericial.	Medir a tempestividade do atendimento pericial	Razão entre somatório de horas de todos os atendimentos realizados no período e o número de atendimentos
Qualidade no Atendimento Pericial.	Medir o nível de distinção do atendimento pericial em relação às reclamações e denúncias existentes	Razão entre o número de reclamações e denúncias recebidas acerca do atendimento pericial e o total de reclamações e denúncias recebidas.
Resolutividade de Falhas Cadastrais.	Medir a capacidade de solução das falhas identificadas no cadastro de benefícios.	Razão entre o número de falhas corrigidas e a quantidade de falhas cadastrais identificadas.
Correção de Causas	Medir o nível de	Razão entre o número de causas

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Cadastrais	comprometimento na correção das causas de situações cadastrais inconsistentes	corrigidas e a quantidade de causas identificadas.
Volume de Recursos no CRPS	Medir a capacidade da revisão em reduzir litígios	Razão entre o total de recursos decorrentes de revisão no CRPS, e o total de processos revisados.
Qualidade das decisões	Medir o grau de aderência das decisões de linha em relação às decisões do CRPS (desconsiderando as revisões lineares)	Razão entre o número de decisões do CRPS aderentes às decisões de linha e o total de decisões de linha com recursos decorrentes de revisão julgados.
Diretoria de Atendimento		
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas.	Medir a eficácia da atuação da Diretoria de Atendimento	Razão entre o número de ações corretivas implementadas e a quantidade de ações corretivas negociadas.
Melhorias Gerenciais Obtidas.	Medir a efetividades da ação da Diretoria de Atendimento no que se refere às melhorias gerenciais obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de melhorias gerenciais obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Economias Obtidas.	Medir a efetividades da ação da Diretoria de Atendimento no que se refere às economias obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de economias obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Procuradoria		
Tempestividade da atuação da Procuradoria	Medir a capacidade da Procuradoria em acompanhar e atender os prazos judiciais.	Confronto entre os prazos definidos para defesa ou prestação de informações e suas efetivas apresentação.
Percentual de julgamentos favoráveis	Medir a efetividade da atuação da Procuradoria.	Razão entre o número de ações favoráveis, em função da atuação da Procuradoria, e o total de ações julgadas.
Participação da defesa judicial em litígios.	Medir a eficácia da atuação da Procuradoria no que se refere ao nível de participação da defesa judicial nos litígios.	Razão entre o número de litígios defendidos e a quantidade de litígios julgados.
Diretoria de Recursos Humanos		
Adequabilidade na distribuição dos recursos humanos.	Medir o equilíbrio da distribuição de recursos humanos entre as áreas finalísticas e as áreas meio.	Relação entre a quantidade de servidores alocados na área fim e a quantidade de servidores alocados na área meio.
Utilização de Terceirizados em atividades Fim.	Medir o percentual de contratados exercendo atividades em áreas finalísticas da organização.	Razão entre número de contratados exercendo atividades em áreas finalísticas e a quantidade de recursos humanos alocados nessas áreas.
Aderência das capacitações realizadas às previstas.	Medir a capacidade que o setor de recursos humanos tem de coordenar a aplicação do plano de capacitação da instituição.	Confronto entre ações executadas e as previstas no plano de capacitação do INSS.
Concessão de diárias e passagens em feriados e finais de semana.	Medir a ocorrência de concessões de diárias e passagens em situações irregulares.	Razão entre o número de diárias e passagens concedidas em feriados e finais de semana e a quantidade total.
Perfil e dimensionamento da força de trabalho.	Medir o mapeamento das competências e dimensionamento da força de trabalho da instituição.	Razão entre os servidores com competências mapeadas e o número total de servidores.
Qualidade cadastral dos servidores.	Medir a qualidade do cadastro de servidores da instituição.	Razão entre a quantidade de registros com falhas e o número total de registros.
Diretoria-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade		
Perda de Créditos	Medir o percentual de créditos orçamentários não utilizados.	Razão entre o total de créditos orçamentários devolvidos e o total recebido.
Multas e juros por mora	Medir o percentual de multas e juros pagos.	Razão entre a soma dos valores pagos, a título de multas e juros, e os valores totais pagos.

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Conformidade Contábil	Medir a qualidade da conformidade contábil.	Razão entre a quantidade de conformidades contábeis não procedidas e o número total de documentos registrados.
Qualidade da Conformidade Documental.	Medir a qualidade da conformidade documental	Razão entre a quantidade de conformidades documentais não procedidas e o número total de documentos registrados.
Percentual de estoque de TCEs.	Medir o grau de celeridade na instauração de Tomada de Contas Especiais.	Razão entre a quantidade de TCEs instauradas e o total de TCEs demandadas.
Prazo Médio de Processos Licitatórios	Medir a tempestividade dos processos licitatórios.	Razão entre o tempo despendido e o número de total de processos (calculado por modalidade).
Utilização da Modalidade Pregão.	Medir o nível de utilização da Modalidade Pregão em relação às demais modalidades	Razão entre a quantidade de processo na modalidade pregão e o número total de processos.
Compatibilidade dos Preços Praticados	Medir o nível de compatibilidade entre os contratados pela instituição e os preços praticados no mercado.	Razão entre a média dos preços contratados e a média dos preços praticados no mercado.
Universalização de fornecedores.	Medir o nível de acessibilidade dos fornecedores às compras da instituição	
Auditoria-Geral		
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas.	Medir a eficácia da atuação da auditoria	Razão entre o número de ações corretivas implementadas e a quantidade de ações corretivas negociadas.
Melhorias Gerenciais Obtidas.	Medir a efetividades da ação da auditoria no que se refere às melhorias gerenciais obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de melhorias gerenciais obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Economias Obtidas.	Medir a efetividades da ação da auditoria no que se refere às economias obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de economias obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica		
Eficácia das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento de Quantidades e Prazos estabelecidos das Aferições	Cotejamento entre Quantidades e Prazos Estabelecidos e Atingidos.
Economicidade das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento de Custos estimados das Aferições	Cotejamento entre Custos Estimados e Custos Incorridos.
Eficiência das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento combinado das Quantidades e Prazos estabelecidos com os Custos estimados das Aferições	Cotejamento entre Quantidades, Prazos e Custos Definidos e Quantidades, Prazos e Custos Atingidos.
Qualidade das Aferições Gerenciais.	Mede o cumprimento das Especificações estabelecidas para as Aferições.	Cotejamento entre Especificações Estabelecidas e Especificações Atingidas.
Efetividade das Aferições Gerenciais.	Mede a efetiva aplicação das Aferições (na tomada de decisão) pelos gestores do INSS.	Identificação de Decisões Gerenciais Tomadas em função de Aferições Realizadas.
Unidade de execução local INSS		
Tempestividade das Prestações de Contas	Medir a capacidade que a UEL/INSS possui de coordenar os projetos sob sua responsabilidade.	Confronto entre os prazos definidos para a Prestação de Contas e as Datas de efetiva apresentação.
Incidência dos acompanhamentos e avaliações na execução de Projeto.	Mensurar a qualidade técnica dos acompanhamentos e avaliações da execução dos Projetos realizados pela Unidade.	Razão entre a quantidade de ajustes realizados nos Projetos, decorrentes de intervenção da UEL/INSS, e o total de proposições de ajustes à Execução dos Projetos propostos pela Unidade.
Aderência das Execuções aos Padrões definidos.	Medir à capacidade que a UEL/INSS possui de coordenar	Razão entre a quantidade de ações executadas, no âmbito dos Projetos, e o

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
	os Projetos sob sua responsabilidade.	total de ações previstas no planejamento.
Coordenação-Geral de TI		
Corregedoria Geral		
Agilidade das Apurações de responsabilidade	Mede o nível de tempestividade das apurações	Razão entre a soma de processos prescritos (por Falta de Apuração) e a quantidade de processos instaurados
Gerências Executivas		
Eficácia das Programações Operacionais das GEX	Medir o percentual de Gerências Executivas com programações operacionais definidas - e no prazo estabelecido.	Razão entre o total de Programações Operacionais e o número total de Gerências Executivas
Qualidade das Programações Operacionais das GEX	Medir o cumprimento das Especificações das programações operacionais das Gerências Executivas	Cotejamento entre Especificações Estabelecidas e Especificações Atingidas
Efetividade das Programações Operacionais das GEX	Medir o grau de utilização das programações nas rotinas e operações executadas pela GEX	Identificação de rotinas operacionais executadas em função de programações
Comprometimento com as Ações Corretivas	Medir o nível de implementação de recomendações dos agentes de controle	Razão entre o total de Correções Implementadas e a quantidade total de determinações e recomendações procedidas
Incidência das Reclamações	Medir a proporcionalidade de reclamações - em relação ao nº de benefícios na GEX	Razão entre a quantidade de Reclamações e o Volume de Benefícios geridos na GEX
Incidência das Denúncias	Medir a proporcionalidade de denúncias - em relação ao nº de benefícios na GEX	Razão entre a quantidade de Denúncias e o Volume de Benefícios geridos na GEX
Qualidade dos Atos Correicionais	Medir o nível de incidência das sindicâncias e PADS.	Razão entre a quantidade de processos conclusivos e a quantidade de processos instaurados
Qualidade da Segurança Física na Gestão da Informação	Medir a ausência de vulnerabilidades físicas no gerenciamento informacional	Cotejamento entre as regras de segurança física atendidas e a quantidade de regras de segurança física existentes

4.2.3.2 CONSTATAÇÃO:

IRREGULARIDADES CONSTATADAS DURANTE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM CARTÓRIOS E APOSENTADORIAS DE PESSOAS ACIMA DE 90 ANOS DE IDADE, NOS MUNICÍPIOS SORTEADOS NO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÕES POR SORTEIO PÚBLICO.

Notas Técnicas/DSPAS/SFC/CGU-PR nºs 304, 305, 438, 440, 548, 550, 1.009, 1.010, 1.174, 1.295, 1.296/2005, e 212/2006 e 213/2006, relativas à consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nos cartórios e aposentadorias locais de beneficiários a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento, nos municípios (434 municípios) sorteados nas 12ª a 17ª Etapas do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.

Os assuntos e resultados das ações de controle realizadas nos municípios sorteados ensejaram as seguintes conclusões/ recomendações desta SFC:

ASSUNTO	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO DA SFC
Resultado das ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios	Falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBÍ, falhas no monitoramento das informações

contemplados nos sorteios (12º ao 17º sorteios)	enviadas pelos Cartórios (quantitativa e qualitativa), bem como na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91.
Resultados das ações de controle realizadas nos municípios contemplados nos sorteios públicos, com o intuito de avaliar as aposentadorias locais de beneficiários a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento (12º ao 17º sorteios)	Dados dos beneficiários com alto índice de erros/inconsistências; processo de manutenção dos benefícios inadequado, provocando sérios riscos e prejuízos à gestão da Previdência Social em relação aos pagamentos de benefícios; beneficiários mortos com pagamentos ativos. Recomendações ao INSS: elaboração e implantação de projeto voltado para revisão cadastral sistemático dos benefícios previdenciários; adoção de providências para regularização das impropriedades apontadas nas Notas Técnicas e, ainda, se for o caso, apurar responsabilidades pelos pagamentos indevidos e abertura da Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores aos cofres da Previdência Social.

ATITUDE DO GESTOR:

Falta de adoção medidas tempestivas para cessação ou suspensão dos benefícios apontados como irregulares por esta CGU.

CAUSA:

Intempestividade por parte do INSS na regularização de fatos apontados por esta CGU no tocante à fiscalização dos cartórios e recadastramento dos benefícios previdenciários.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Por meio do Memorando nº 20.522/093/2005, de 19/07/2005, o INSS encaminhou a esta Secretaria informações sobre as providências adotadas com relação aos fatos apontados no município de Chapecó/SC - 13º Sorteio, a saber:

(...)

"2.1. *Existência de segurado falecido cujo registro não consta no SISOBI da Previdência Social: constatou-se realmente que, na data de elaboração do Relatório de Fiscalização nº 329, ou seja, 27/10/2004, os termos elencados na planilha ainda não constavam no SISOBI, porém já foram regularizados, conforme informações abaixo:*

→ Termo 2211 - WaldemaroLY Scheidt, óbito em 29/12/2002, lavrado em 03/01/2003. Recebedor do NB 41/051.346.505-7. O benefício foi cessado em data correta. Sem recebimento pós óbito.

→ Termo 2229 - Olinda Heuser, óbito em 01/05/2003, lavrado em 05/05/2003. Recebedora dos benefícios NB 41/056.402.008-7 e NB 21/110.956.323-7. Os benefícios foram cessados em data correta. Sem recebimento pós óbito.

→ Termo 2231 - Elwiria Grasel, óbito em 01/02/2003, lavrado em 12/05/2003. Recebedora do NB 07/098.751.883-6. Considerando que houve recebimento até a competência 03/2005, encaminhamos, nesta data, Memorando nº 91/2005, APS Chapecó, para ciência e adoção dos procedimentos previstos no Controle Interno. (IN Nº 118/2005).

→ Termo 2232 - João Rosset , óbito em 05/05/2003, lavrado em 15/05/2003. Recebedor do benefício NB 07/049.959.661-2. O benefício foi cessado em data correta. Sem recebimento pós óbito.

→ Termo 2233 - Ari Arno Breunig, óbito em 14/05/2003, lavrado em 15/05/2003. Recebedor do benefício NB 41/117.638.006-8. Cessado em data correta. Sem recebimento pós óbito.

→ Termo 2234 - Waldemar Dacroce, óbito em 14/05/2003, lavrado em 16/05/2003. Não recebia benefícios.

→ Termo 2235 - Lucinada Barbara Delazeni Grisotti, óbito em 16/05/2003, lavrado em 19/05/2003. Recebedora do NB 41/056.402.421/0. Cessado em data correta. Sem recebimento pós óbito.

→ Termo 2236 - Antonio Miguel Isele, óbito em 22/05/2003, lavrado em 27/05/2003. Não recebia benefícios.

2.2. *Existência de segurado falecido cujo registro consta no SISOBI da Previdência Social, com registro diferente do constante do livro "C" do Cartório: neste sentido, efetuou-se a correção no SISOBI, ou seja, promovemos a inversão do termo nº 2124, João Maria Antunes de Lara, que tinha sido digitado com o termo nº 1224.*

2.3. *Existência de segurado falecido cujo registro consta em duplicidade no SISOBI da Previdência Social: efetuou exclusão do termo nº 2163, o qual encontrava-se em duplicidade.*

2.4. *Existência de segurados falecidos cujos registros não constam no SISOBI da Previdência Social em virtude de sua atualização estar com data de agosto/2004: quanto aos termos números 2361 e 2371, constantes da planilha, foram lavrados na*

competência 0904 e, portanto, no prazo foram informados ao INSS e alimentados no SISOBI.

OBS.: a lavratura do óbito deu-se em 09/2004, porém no Cartório oficializa a informação até o dia 10 do mês seguinte."

OBS.: Por meio do Acórdão nº 780/2005-Plenário o TCU determinou à Prefeitura Municipal de Viçosa/RN que:

"9.2.2. Observe a obrigatoriedade contida no art. 68 da Lei nº 8.212/91, de envio mensal, por parte do Cartório de Registro Civil, das informações relativas aos Óbitos ocorridos à Gerência Executiva do INSS."

(...)

"Com relação aos dez beneficiários com mais de 90 anos, relacionados na planilha, somente um, até esta data, consta do SISOBI.

Trata-se da segurada Ulca Catharina Lebens - NB 091.844.565-5 (óbito em 18/06/2005). Os demais continuam com benefícios ativos, conforme registros nos Sistemas Corporativos da Previdência Social.

1.1.Não localização de três aposentados: Neste sentido, constatou-se que:

→ NB 01/091.830.966-2 e NB 41/049.259.709-0 - Elsina Klock, permanece nos sistemas corporativos com benefício ativo, com endereço de Linha Cachoeira - Palmitos/SC, recebendo através da Caixa Econômica Federal de Palmitos/SC. Encaminhamos, nesta data, à APS Chapecó, Memorando nº 91/2005, para adotar providências no sentido de localizar a referida segurada.

→ NB 091.828.331-0 - Elma de Oliveira, permanece nos sistemas corporativos com benefício ativo. Está residindo na cidade de Palmitos/SC. Efetuada a identificação da mesma, através do IUB, em 12/08/2004. Encaminhamos, nesta data, à APS Chapecó, Memorando nº 91/2005, para adotar providências no sentido de localizar a referida segurada.

→ NB 091.844.565-5 - Ulca Catharina Lebens, conforme consulta no SISOBI, ocorreu óbito da mesma na data de 18/06/2005. Informado através do Cartório de São José, CGC 75.418.137.0001-60, termo nº 13673, livro C35, folha 13, lavrado em data de 27/06/2005".

Ofício nº 159/INSS/GAB, de 11.10.2005: Em resposta às recomendações constantes da Nota Técnica nº 813/2005/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 27.7.2005, relativa ao 14º Sorteio, o INSS informou o seguinte:

"A Agência da Previdência Social em Jacobina/BA, com base nas informações da Secretaria Federal de Controle, efetuou a suspensão do NB.0903010127 do Sr. LINO BISPO DE SOUZA em 08/06/05."

"A Agência da Previdência Social em Calcaia/CE está adotando as providências necessárias para que os valores recebidos indevidamente nos benefícios a seguir relacionados sejam ressarcidos aos cofres públicos.

Aposentadoria por invalidez nº 32/050.328.725-3, titular Antonio Ribeiro Paiva encontra-se cessado.

Pensão por morte nº 01/090.406.449-2, titular Antonia Ricardo da Silva, o benefício está ativo e as competências julho e agosto/2005 foram bloqueadas e o pagamento da competência setembro/2005 também será bloqueado."

"a) O INSS, desde 16/12/2002, vem atualizando os benefícios constantes no Arquivo Identificação Única de Benefícios - IUB. Informamos que está em andamento o censo previdenciário previsto no parágrafo 4 do art. 69 da Lei nº 8.212/91 que visa atualizar dados cadastrais de titulares de benefícios. O citado censo tem início previsto para outubro, com aviso aos beneficiários e, de novembro de 2005 a fevereiro de 2006, a rede bancária recepcionará as informações cadastrais dos titulares dos benefícios. Findo este prazo, a execução da primeira etapa estará concluída. No Período de março a dezembro/2006 será realizada a segunda etapa do censo."

Ofício nº 159/INSS/GAB, de 11.10.2005: Em resposta às recomendações constantes da Nota Técnica nº 813/2005/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 27.7.2005, relativa ao 14º Sorteio, o INSS informou o seguinte:

"A Agência da Previdência Social em Jacobina/BA, com base nas informações da Secretaria Federal de Controle, efetuou a suspensão do NB.0903010127 do Sr. LINO BISPO DE SOUZA em 08/06/05."

"A Agência da Previdência Social em Calcaia/CE está adotando as providências necessárias para que os valores recebidos indevidamente nos benefícios a seguir relacionados sejam ressarcidos aos cofres públicos.

Aposentadoria por invalidez nº 32/050.328.725-3, titular Antonio Ribeiro Paiva encontra-se cessado.

Pensão por morte nº 01/090.406.449-2, titular Antonia Ricardo da Silva, o benefício está ativo e as competências julho e agosto/2005 foram bloqueadas e o pagamento da competência setembro/2005 também será bloqueado."

Em 13.12.2005, por meio do Ofício nº 339/INSS/PRES, o INSS encaminhou a esta CGU cópia da IN Nº 01/INSS/DIRBEN, de 25.10.2005, que dispõe sobre procedimentos e rotinas referentes

ao Censo Previdenciário, acompanhada de informações/documentação relativas às providências adotadas pela Diretoria de Benefícios/INSS para regularização dos fatos. As principais informações foram as seguintes:

"4.1 Atendendo às recomendações contidas no item 8 da Nota Técnica nº 1.296/2005, as Gerências Executivas em Maceió, Macapá, Caruaru, Joinville, Blumenau, Ribeirão Preto e Palmas prestaram as informações a seguir relacionadas:

a) A Gerência Executiva em Maceió/AL está adotando as providências necessárias ao atendimento do Relatório de Fiscalização nº 466 referente ao Município de Batalha/AL, conforme relatório parcial a seguir transcrito.

Com relação ao beneficiário Manoel Joaquim Alves, a Agência da Previdência Social em Arapiaca providenciou em 01.12.2005 a suspensão do benefício nº 07/090004618-0, APOSENTADORIA POR VELHICE - TRABALHADOR RURAL, com o código 23, BENEFL. IRREGULAR C/OCORRÊNCIA de PGTO, fazendo constar no Histórico de Ocorrência a expressão "SUSPENSÃO COM BASE NA INFORMAÇÃO CONTIDA NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 466 DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE".

A mencionada Gerência Executiva está adotando as providências necessárias, com vistas à obtenção das informações referentes ao óbito da segurada, bem como o levantamento e cobrança dos valores recebidos indevidamente.

Com relação ao benefício 21/119946578-7, Pensão por Morte Previdenciária em nome de Adélia Freitas Melo esclarecemos que o citado benefício foi suspenso em 24.06.2005 pelo Sistema de Óbitos, cujas informações foram emitidas pelo Serviço Registral de Pessoas Naturais de Batalha - CEI 31.330.00801/03: Data Lavratura: 28/06/2005. A Agência da Previdência Social em Arapiraca está providenciando o levantamento dos valores recebidos indevidamente.

b) A Gerência Executiva em Macapá/AP providenciou em 02/12/2002, a suspensão do benefício 21/1176657310 da beneficiária Raimunda Leão do Amaral, com o código 23, BENEFL. IRREGULAR C/OCORRÊNCIA DE PGTO, fazendo constar no Histórico de Ocorrência a expressão "Benefício Suspenso com base no Relatório de Fiscalização 468 da Secretaria Federal de Controle". A Agência da Previdência Social em Macapá está providenciando a confirmação da data do óbito e levantamento dos valores recebidos indevidamente. Esclarecemos que o número correto do benefício é 1176657310 e não 1176653710, conforme foi informado por essa Secretaria.

c) A Gerência Executiva em Caruaru/PE esclarece que o benefício nº 01/098285113-8 - Pensão por Morte de Trabalhador Rural em nome de Regina Pereira de Lima foi suspenso pelo Sistema de Óbitos em 01/09/2005, cujas informações foram emitidas pelo Cartório do Registro Civil de Graça, Sexto Distrito Judiciário do Município de Recife - CNPJ 01034126000140, Data do Óbito: 05/05/2005 - Livro 000091 / Folha 00130 / Termo/000002726 - Data Lavratura? 16/05/2005. Conforme pesquisa no SISBEN, a última competência emitida refere-se a 04/2005, não havendo, portanto, recebimento de importância indevida.

d) A Gerência Executiva em Joinville esclarece que o benefício nº 08/096338551-8 - APOSENTADORIA POR IDADE - EMPREGADOR RURAL em nome de João Grein foi cessado em 18/11/1999 pelo "Motivo 13 ÓBITO DO TITULAR DO BENEFÍCIO", cujos dados da certidão de óbito encontram-se registrados no Sistema SISBEN como sendo do Cartório do Registro Civil de Itaiópolis - CNPJ 83545590/0001-00, Data de Óbito: 01/01/1999 - Livro 00001/Folha 0001/Termo/0000000190.

Conforme pesquisa no SISBEN, a última competência emitida refere-se a 10/1999, não havendo, portanto, recebimento de importância indevida. Esclarecemos que o número do benefício foi informado erroneamente por essa Secretaria como sendo 0963385510.

O benefício nº 0963385518 gerou pensão por morte para a titular OTILIA HIRTH GREIN de nº 114.451.646.0, cessada em 23.09.2002, conforme informação de óbito existente no SISOBI - data do óbito: 23.09.2002, livro C5, folhas 140 e Termo 2581.

Solicitamos ratificar as informações de registro de óbito ocorrido em 02/05/2005, efetuado no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Comarca de Itaiópolis no Livro C, Folha 48v e Termo 2.798.

e) A Gerência Executiva em Blumenau/SC, por meio da Agência da Previdência Social em Rio do Sul, órgão mantenedor dos benefícios 41/020587132-1 Aposentadoria por Idade e 21/0492409668 Pensão por Morte Previdenciária cuja titular é a segurada Adelina Bitencourt, procedeu à suspensão dos mencionados benefícios pelo Código 48 NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO a partir de 01/11/2005. Solicitamos a realização de diligências no Cartório de Brazanella da Comarca de Rio do Sul-SC com vistas à obtenção das informações do óbito da segurada e posterior cobrança de valores recebidos indevidamente.

f) Preliminarmente, esclarecemos que o município de Nuporanga pertence ao Estado de São Paulo e, não Santa Catarina. O benefício 12/091980407112 AMPARO PREVIDENCIÁRIO POR IDADE -

Trabalhador RURAL, em nome de Victorio Gera foi cessado pelo Sistema de Óbitos em 29/06/2005, cujos dados da certidão de óbito encontram-se registradas no Sistema de Óbitos, tendo sido fornecidas pelo Cartório OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DE NUPORANGA, CNPJ 50.730.845/0001-00, constantes do Livro 000003, Folhas 0149 V e Termo 0000000593, Dt Lavratura: em 08/12/2004. Solicitamos à Agência de Orlândia através da sua Gerência Executiva em Ribeirão Preto a apuração e cobrança dos valores pagos indevidamente.

g) Com relação à beneficiária Rosa Franco de Oliveira, a Gerência Executiva em Palmas, através da sua Agência em Arraias, em 19.11.2005, procedeu à suspensão do benefício nº 01/0957658010- PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL- pelo código 23, BENEFÍCIO IRREGULAR C/OCORRÊNCIA DE PGTO, fazendo constar no Histórico de Ocorrência a expressão: "SUSPENSÃO COM BASE NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 525 DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE" e está providenciando diligências com vistas à apuração do óbito da segurada e possíveis valores recebidos indevidamente.

E, ainda, por meio dos Ofícios nºs 174 e 234/INSS/GABPRES, de 05.04.2006 e 24.04.2006, respectivamente, o INSS encaminhou a esta CGU as seguintes informações/documentação relativas ao andamento do Censo Previdenciário e às providências adotadas pela Diretoria de Benefícios/INSS para regularização dos fatos apontados nas Notas Técnicas/DSPAS nºs 212 e 213/2006, relativas ao 17º sorteio:

Ofício nº 174/2006/INSS/GABPRES:

"6- Com relação à implantação das recomendações constantes nos Relatórios de Auditoria nº 099921/2002 e 101350/2002/DSPAS/SFC/CGU-PR, informamos:

A DATAPREV está realizando o batimento do cadastro do CPF da Secretaria da Receita Federal com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.

Etapa 1 - Validação dos CPF constantes no CNIS - Esta etapa implica em:

Registrar o código de status "CPF VALIDADO JUNTO À SRF" nos registros de dados cadastrais do CNIS nos quais foi constatada igualdade nos dados de identificação: Nome, Data de Nascimento, CPF e Título de Eleitor.

Nos casos em que o Nome da Mãe for divergente, isto é, se o dado for informado no CNIS e na SRF, mas seu conteúdo for diferente, o CPF do CNIS não será validado. Nos casos em que o

dado Nome da Mãe não for informado em nenhum dos dois cadastros ou informado em apenas um deles, o CPF do CNIS será validado. Nesta fase, foram validados 16.536.230 registros (Número de Identificação do Trabalhador - NIT) referentes a segurados contribuintes da Previdência Social.

Etapa 2 - Complementação de CPF ausentes no CNIS - Esta etapa implica em:

Incluir, nos registros do CNIS, para os quais o dado CPF está ausente, o CPF informado pela SRF, desde que seja detectada igualdade nos dados de identificação: Nome, Data de Nascimento, Nome da Mãe e Título de Eleitor. No registro do CNIS, também será informado o status "CPF VALIDADO À SRF".

Etapa concluída com a validação de 3.905.766 registros (NIT) referentes a contribuintes da Previdência Social.

Etapa 3 - Validação dos CPF constantes no CNIS - Esta etapa implica em:

O objetivo desta etapa foi a validação do campo CPF que consta informado na base do CNIS, considerando, além do critério de igualdade dos atributos CPF, Nome, Data de Nascimento, Título de Eleitor e Nome da Mãe não divergente, também o critério de igualdade nos atributos CPF, Nome, Data de Nascimento, Nome da Mãe e Título não divergente, conforme definição do Sub-comitê de Pessoa Física.

O resultado deste batimento foi a validação de 36.592.901 registros no cadastro de pessoas físicas do CNIS.

Etapa 4 - Em 07/10/05 foi concluído o processamento da quarta fase do batimento de CPF do Cadastro de Pessoa Física do CNIS com o CPF da Receita Federal que complementa a segunda etapa.

O objetivo desta fase foi incluir o CPF da Receita em registros do CNIS nos quais esta informação estava ausente, utilizando a cópia atualizada do Cadastro da Receita, de agosto/2005.

O critério utilizado para identificação dos segurados/contribuintes foi a igualdade nos atributos: Nome, Data de Nascimento, Nome da Mãe e Título de Eleitor, conforme definição do Sub-Comitê de Pessoa Física do CNIS.

Foram confrontados 153 milhões de registros do CPF da Receita com 60 milhões de registros do CNIS.

O resultado foi a inclusão do CPF em 144.427 registros do CNIS onde não constava este atributo.

Nas quatro etapas de batimento, 57.179.324 registros com CPF foram validados no CNIS.

Etapa 5 - Depuração das informações referentes ao batimento CNIS X CPF que ficaram sem validação e o Batimento SUB com NIT validado com CPF.

Por força da realização do Censo Previdenciário que está sendo um ação de governo com caráter prioritário e considerando que o batimento do cadastro dos 2,4 milhões de benefícios já recenseados na primeira etapa será confrontado após a conclusão de toda etapa que ocorrerá em agosto/2006. Portanto os batimentos estão em um ritmo mais lento

7 - O Censo Previdenciário tem por finalidade tornar o cadastro do Sistema Único de Benefício (SUB) mais confiável, atualizando obrigatoriamente os dados cadastrais do titular do benefício. Objetiva também promover a atualização cadastral dos beneficiários, complementando as informações ausentes e corrigir as informações inválidas, tais como: nome, nome da mãe (nome abreviado e caracteres inválidos), data de nascimento (data como 00/00/0000, 11/11/1911, 00/05/1950...), documento de identificação, CPF, endereço e, complementarmente, título de eleitor e NIT (PIS/PASEP/CICI)."

Ofício nº 234/2006/INSS/GABPRES:

"Relacionamos abaixo os resultados preliminares das providências adotadas pelas Gerências Executivas em relação às alíneas "a" a "g" da Nota Técnica/DSPAS nº 213/2006:

a) Olho D'Água Grande/AL: "Com relação ao NB 0900250640 o mesmo foi suspenso a partir de 01.04.2006, estamos aguardando informações da Gerência Executiva em Maceió/AL sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente. Valor total sacado entre 7.1.2005 e 6.10.2005: R\$ 2.745,00 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais);

b) Matrinchã/GO: "O benefício nº 0905004000 de Rita Oliveira da Silva foi suspenso pela Gerência Executiva em Mossoró/RN a partir de 01.04.2006, estamos aguardando informações da Gerência Executiva sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente. Valor total sacado é de entre R\$ 4.015,21 (quatro mil e quinze reais e vinte e um centavos);

c) Acari/RN: "O benefício nº 0915850443 de Rita Maria da Conceição foi suspenso pela Gerência Executiva em Natal/RN a partir de 01.04.2006, estamos aguardando informações da Gerência Executiva sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos valores

recebidos indevidamente. Valor total sacado é de entre R\$ 4.015,21 (quatro mil e quinze reais e vinte e um centavos);

d) Pendências/RN: "O benefício nº 0915456141 de Luiza Gregório da Rocha e o NB 0915373483 de Francisco Adolfo de Melo foram suspensos pela Gerência Executiva em Mossoró/RN a partir de 01.12.2005 e 01.02.2006, respectivamente. Estamos aguardando informações da Gerência Executiva sobre as providências adotadas para o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.

6 - Reiteramos os pedidos de atendimento das recomendações às Gerências Executivas, tão logo recebamos as informações remeteremos a esse Gabinete."

Em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, os gestores do INSS, por meio do Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, prestaram esclarecimentos acerca do contido no Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153. Dentre as informações prestadas destacamos as seguintes:

- a) "Informamos que a Diretoria de Benefícios visando agilizar o atendimento das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo, realizou no período de 08.05.2006 a 08.06.2006, capacitação sobre o monitoramento operacional envolvendo os servidores responsáveis pela Divisão/Serviço de Benefícios, Serviço/Seção de Manutenção de Direito e pelo Controle Interno das Gerências Executivas que teve como objetivo a conscientização dos responsáveis nas Gerências Executivas pelo atendimento das recomendações. A capacitação foi realizada em 5 pólos Regionais com a participação da Auditoria Interna do INSS, da Assessoria de Pesquisas Estratégicas e Gerenciamento de Riscos. Contamos também com a participação do Assessor de Controle Interno do MPS, no último pólo";
- b) "Quando a Diretoria de Benefícios recebe recomendações ou determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo adota as providências tempestivas para o saneamento das falhas apontadas ou implementação de melhorias nos sistemas informatizados, exemplo disso citamos os Sorteios Públicos que os relatórios de fiscalização são encaminhados as Gerências Executivas para atendimento";
- c) "Com relação à citação de intempestividade por parte do INSS na regularização de fatos apontados por esta CGU no tocante à fiscalização dos cartórios, comunicamos que a Diretoria de Benefícios expediu ofício para a Secretaria da Receita Previdenciária

informando a relação dos Cartórios devedores no período de janeiro a maio/2006, para que a mesma possa adotar as providências relativas ao art. 68 da Lei 8.212/91, de forma complementar, pois a responsabilidade de envio é das Gerências Executivas"; e

- d) "Quanto à avaliação de que as recomendações contidas nas Notas Técnicas/SFC/CGU-PR ainda encontram-se PENDENTES de regularização por parte do INSS, uma vez os gestores informaram de maneira geral às providências que estão sendo adotadas no âmbito da Previdência Social para regularização dos fatos, porém não houve manifestação especificamente com relação a cada município, informamos que providências estão sendo adotadas para sistematizar o envio a esta Controladoria Geral da União - CGU relatórios mensais sobre o atendimento das recomendações por parte das Gerências Executivas".

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor da DIRBEN/INSS
Gerentes Executivos do INSS do exercício de 2005, relacionados aos municípios sorteados no 12º ao 17º sorteio.		

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS:

No quadro a seguir, demonstramos a evolução relativa das ocorrências evidenciadas nos cartórios dos municípios sorteados nos 12º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º Sorteios, onde pode-se observar que as inconsistências apontadas permanecem no mesmo nível de ocorrência, demonstrando falta de providências por parte dos gestores.

Evolução Relativa das Ocorrências Evidenciadas nos 12º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º Sorteios							
SITUAÇÕES	SORTEIOS						Média Aritmética %
	12º	13º	14º	15º	16º	17º	
	%	%	%	%	%	%	
a) Divergências entre os dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório.	35,71	58,82	44,64	27,59	31,43	29,27	37,91
b) Divergência de registros de óbitos entre o	48,21	41,18	62,50	51,72	28,57	68,30	50,08

SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBI.							
c) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBI e não tem no Livro C.	5,35	21,57	7,14	10,34	8,57	4,88	9,64
d) O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS.	12,05	15,69	12,50	10,34	25,71	12,20	14,75
e) Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.	8,92	7,84	8,82	3,45	11,42	4,88	7,56
Total de municípios que apresentaram inconsistências/divergências da gestão dos Cartórios/Agências do INSS.	65,45	94,12	91,07	55,17	62,85	78,05	74,45

Com relação ao resultado das fiscalizações realizadas nas aposentadorias de beneficiários a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento, nos 12º ao 17º sorteios, as situações encontradas foram as seguintes:

Item	Descrição das Situações	Quantidade de Beneficiários					
		12º	13º	14º	15º	16º	17º
A	Beneficiário localizado, dados cadastrais incorretos.	109	220	111	108	124	300
B	Beneficiário localizado, dados cadastrais corretos.	16	40	58	246	35	28
C	Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBI - Pagamento Ativo.	02	6	7	0	2	4

D	Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBI - Pagamento Cessado/Suspenso.	0	3	2	2	1	2
E	Beneficiário morto, registrado no SISOBI, cessado/suspenso na data do óbito.	7	6	5	3	4	12
F	Beneficiário morto, registrado no SISOBI, Pagamento Ativo	1	1	1	13	0	1
G	Beneficiário morto, cessado/suspenso, com pagamento após o óbito.	2	3	5	1	1	1
H	Beneficiário morto, não localizado pela fiscalização, dados cadastrais incorretos, com pagamento indevido.	0	0	0	0	0	0
I	Beneficiário morto, certidão de óbito localizada e não registrado no SISOBI - Pagamento Ativo.	1	0	1	0	2	1
J	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento cessado/suspenso.	78	107	132	1	3	3
k	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento ativo.	0	1	1	100	201	236
TOTAL		216	387	323	474	373	588
Total Pagtº Indevido (R\$)		53.837,08	22.867,50	45.478,72	46.371,05	48.383,67	24.728,28

Embora o Instituto esteja adotando providências junto às suas Gerências Executivas e APS, bem como desenvolvendo novas regras e rotinas para utilização nos seus sistemas informatizados, verifica-se que as recomendações contidas nas Notas Técnicas/SFC/CGU-PR ainda encontram-se PENDENTES de regularização por parte do INSS, uma vez os gestores informaram de maneira geral as providências que estão sendo adotadas no âmbito da Previdência Social para regularização dos fatos, porém não houve manifestação especificamente com relação a cada município. Vale registrar que os fatos apontados referem-se a situações que causaram e continuam causando prejuízos à Previdência Social, impondo, dessa forma, a adoção de ações urgentes com vistas a regularizar tais questões.

RECOMENDAÇÃO:

Reiteramos as recomendações contidas nas mencionadas Notas Técnicas/SFC/CGU-PR, a saber:

- a) Que a área de benefício proceda a monitoramento sistemático dos registros de óbitos no Sistema SISOB, visando verificar a regularidade do envio das informações de óbitos pelos Cartórios, bem como a qualidade das mesmas;
- b) Que a Diretoria de Benefícios adote procedimento de encaminhar sistematicamente à Diretoria de Receitas da Previdência a relação dos Cartórios que não enviam ao INSS as informações dos óbitos ocorridos, para que esta adote os procedimentos determinados pela Lei nº 8.212/91 e alterações posteriores, e pela OS/INSS/DAF nº 214, de 10.6.1999;
- c) Criar e registrar nos seus sistemas recibo/comprovante de envio das informações de óbitos pelos Cartórios, visando aprimorar os mecanismos de controle e resguardar os envolvidos (Cartórios e Agências do INSS) das ações de penalidades futuras;
- d) Adotar providências para regularizar os pagamentos de benefícios pagos indevidamente, conforme os procedimentos previstos pela Instrução Normativa INSS/DC nº 095, de 14.10.2003; e
- e) Encaminhar a esta SFC justificativas pela ausência de informações relativas aos pagamentos indevidos de benefícios após o óbito dos beneficiários e, se for o caso, apurar responsabilidades pela omissão;
- f) Adotar providências para regularização das impropriedades apontadas nas mencionadas Notas Técnicas e, ainda, se for o caso, implementar medidas no sentido de apurar responsabilidades pelos pagamentos indevidos e abertura da Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores aos cofres da Previdência Social; e
- g) Encaminhar a esta SFC/CGU, no prazo de 60 dias, as informações das providências adotadas, bem como os resultados obtidos.

4.2.3.3 CONSTATAÇÃO:

EXISTÊNCIA DE FALHAS E IRREGULARIDADES REFERENTES AOS PAGAMENTOS DE PENSÃO POR MORTE (ESPÉCIE 23), PENSÃO POR MORTE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE (ESPÉCIE 43), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 72) E APOSENTADORIA POR IDADE DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 78), QUE NÃO FORAM OBJETO DE

REVISÃO, CONFORME DETERMINA O PARECER CJ/MPAS Nº 3.052/2003, GERANDO PAGAMENTOS INDEVIDOS AOS SEUS BENEFICIÁRIOS, QUE DEVEM SER OBJETO DE REGULARIZAÇÃO PELO INSS

Foram utilizadas as informações das bases de dados da maciça (sistema de pagamento benefício) referentes ao mês de setembro de 2001 e outubro de 2004, comparativamente com as informações dos meses de maio e agosto de 2005, com objetivo de verificar e avaliar se os benefícios: Pensão por Morte (espécie 23), Pensão por Morte Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29), Aposentadoria por Invalidez de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29), Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente (espécie 43), Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 72) e Aposentadoria por Idade de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 78) foram objeto de revisão feita com base nos Pareceres CJ/MPAS nºs 2.017/2000 e 3052/2003 e se foram gerados pagamentos indevidos aos seus beneficiários.

As constatações verificadas encontram-se resumidas no quadro a seguir:

Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor Mensal em 08/2005
Pensão por Morte Ex-combatente	23	5.638	R\$ 8.818.428,46
Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo	29	3.098	R\$ 6.615.304,29
Aposentadoria por Invalidez Ex-combatente Marítimo	34	59	R\$ 111.414,71
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente	43	4.550	R\$ 9.622.180,60
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente Marítimo	72	514	R\$ 1.627.208,87
Aposentadoria por Idade Ex-combatente Marítimo	78	2	R\$ 3.699,80
Total		13.861	R\$ 26.798.236,73

De acordo com o Parecer/CJ/MPAS nº 2.017, de 03 de fevereiro de 2000, a aposentadoria seria paga aos ex-combatentes, desde que comprovado o efetivo exercício laboral por 25 (vinte cinco) anos. Esclarece que todos os ex-combatentes aposentados sob a regulamentação de legislação anterior à Constituição Federal de 1.988 passam a ser submetidos à nova ordem jurídica, seja qual for o regime jurídico.

Esclarece também que os proventos são devidos a partir de 5 de outubro de 1.988, sem limitar ao teto máximo de

benefícios pagos pela Previdência Social. Dessa forma, aqueles que preenchiam os requisitos à época da promulgação da Constituição Federal devem receber os valores atrasados, retroativo a esta data, obedecido o prazo prescricional de 5 anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas.

"Art. 103. (...)

*Parágrafo único. **Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas,** toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil. (grifo nosso)*

18. Pelo entendimento do mencionado Parecer deveria ser aplicado, analogamente, o estabelecido no artigo 37, inciso XI, cumulado com o artigo 40, § 11, da Carta Magna, in verbis:

Art. 40.
.....
.....

*§ 11. **Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social,** e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (grifo nosso)*

Art. 37.
.....
.....

*XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, **incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;** (grifo nosso)".*

Com base nesse entendimento o INSS promoveu a revisão dos benefícios de ex-combatentes de guerra e seus dependentes, alterando o valor da Renda Mensal, gerando, inclusive, valores atrasados a serem pagos aos segurados (complemento positivo).

Com a publicação do Parecer MPS/CJ/3.052, de 30 de abril de 2003, houve uma mudança de entendimento, conclui-se que o termo "proventos integrais" inserto no art. 53 do ADCT não estabelece forma de cálculo ou reajuste de benefício previdenciário, pelo que a integralidade dos proventos ali referida não corresponde à integralidade da remuneração do beneficiário, se na ativa estivesse. Assim, **os proventos integrais assegurados no texto constitucional são os que a legislação previdenciária estabelece como tais.**

Esclarece que a renda mensal inicial das aposentadorias concedidas aos ex-combatentes segurados da Previdência Social e seus dependentes, a partir da vigência da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, deve corresponder a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício definido e delimitado na legislação comum da previdência social, ou seja, **a concessão de benefícios previdenciários a ex-combatentes e seus dependentes, a partir da edição da norma legal antes citada, deve se sujeitar às regras comuns aos demais segurados do Regime Geral da Previdência Social, inclusive no que toca ao limite máximo de valor e forma de reajuste dos benefícios determinado por este mesmo Regime.**

E concluiu que qualquer revisão ou concessão de benefício previdenciário devido a ex-combatente ou a seus dependentes em desconformidade com esse novo entendimento ocorreu de forma ilegal, razão pela qual o INSS fica autorizado a rever, de ofício, os respectivos atos, observando-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, além do prazo decadencial de 05 (cinco) anos prescrito no artigo 54, da Lei nº 9.784/1999, salvo comprovada má-fé.

Ocorreu que o INSS, na data da publicação desse novo entendimento, já havia aplicado o disposto no Parecer/CJ/MPAS nº 2.017, de 03 de fevereiro de 2000, alterando indevidamente a renda mensal de boa parte desses benefícios em questão e pagos valores atrasados indevidos.

Diante da resposta apresentada pela DATAPREV, que alega não constar dos sistemas do acervo administrado a identificação dos benefícios pagos aos ex-combatentes de guerra e seus dependentes, que foram revistos com base no Parecer MPAS/CJ nº 2.017/2000, realizamos um levantamento com base no cruzamento das informações das maciças dos meses de novembro/2001 e maio/2005, buscando identificar quais os possíveis benefícios que foram revistos com base no citado Parecer.

O resultado desse cruzamento, constante do **Anexo I** Relatório/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 169937/2006, quadro a seguir, apresenta indicativos dos possíveis benefícios que foram revistos, uma vez que os seus valores pagos em agosto/2005 estão maiores que em novembro/2001, com a utilização dos reajustes

oficiais aplicados pela Previdência sobre as rendas mensais dos benefícios.

Discriminação	Espécie	Qtde	Valor Mensal em 11/2001 R\$	Valor Mensal em 08/2005 R\$	Valor Mensal pago acima dos reajustes R\$	Valor Anual pago acima dos reajustes R\$
Pensão por Morte Ex-combatente	23	2.091	2.0810.475,91	4.668.778,76	741.439,14	9.638.708,82
Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo	29	1.902	2.915.367,79	4.775.460,02	701.545,21	9.120.087,73
Aposentadoria por Invalidez Ex-combatente Marítimo	34	40	52.545,01	83.136,03	9.710,00	126.230,00
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente	43	2.574	4.021.245,26	6.796.634,11	1.177.373,76	15.305.858,88
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente Marítimo	72	412	850.029,43	1.375.661,07	187.835,82	2.441.865,66
Aposentadoria por Idade Ex-combatente Marítimo	78	1	1.293,63	1.872,86	65,15	847,01
Total		7.020	28.650.957,03	17.701.542,85	2.817.969,08	36.633.598,1

• **Outras constatações verificadas**

Ao realizarmos esse levantamento, verificamos a existência de casos de benefícios que apresentam inconsistências e irregularidades, conforme discriminamos a seguir:

a) Pensão por Morte irregular

Existem várias Pensões por Morte concedidas irregularmente, uma vez que pessoas enquadradas como dependentes do ex-combatente e que não têm direito a esse benefício.

b) Aposentadorias e Pensão por Morte que faltam informações cadastrais que confirmem a regularidade da concessão, casos que apresentam inconsistências e ou irregularidades.

Existem vários casos de Pensão por Morte que faltam informações cadastrais que confirmem a regularidade da

concessão. Tais falhas impossibilitam a identificação do instituidor bem como de seus dependentes.

No quadro a seguir, apresentamos um resumo do resultado desse cruzamento, discriminado por espécie, quantidade de benefícios e valor mensal estimado:

Discriminação	Espécie	Qtde	Valor Mensal em 08/2005
Pensão por Morte Ex-combatente	23	2.731	R\$ 3.458.827,06
Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo	29	2.155	R\$ 4.186.895,39
Aposentadoria por Invalidez Ex-combatente Marítimo	34	59	R\$ 111.414,71
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente	43	4.550	R\$ 9.622.180,60
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente Marítimo	72	514	R\$ 1.627.208,87
Aposentadoria por Idade Ex-combatente Marítimo	78	2	R\$ 3.699,80
Total		10.011	R\$ 19.010.226,43

c) Valores de Rendas Mensais acima do Teto (Pareceres/CJ/MPAS Nºs 2017/2000 e 3.052/2003) pagos indevidamente.

O Parecer/CJ/MPAS nº 2.017, de 03 de fevereiro de 2000, esclareceu que a Renda Mensal dos benefícios de ex-combatentes deveriam obedecer ao limite constitucional estabelecido no artigo 37, inciso XI, cumulado com o artigo 40, § 11, da Carta Magna e não exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Apresentamos, no quadro a seguir, um resumo do resultado desse cruzamento, discriminado por espécie, quantidade de benefícios e valor mensal estimado:

Discriminação	Espécie	Qtde	Valor Mensal em 08/2005 em R\$	Valor Mensal Indevido acima do Teto em R\$	Valor Anual Indevido acima do Teto em R\$
Pensão por Morte Ex-combatente	23	4	144.926,31	58.926,31	766.042,03
Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo	29	16	672.363,75	328.363,80	4.268.729,40
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente	43	34	839.070,52	108.070,50	1.404.916,50
Aposentadoria por Tempo de Serviço	72	5	182.775,58	75.275,88	978.586,44

de Ex-combatente Marítimo					
Total		59	1.839.136,16	570.636,49	7.418.274,37

Outra análise foi realizada com base no levantamento constante do **Anexo IV**, feito de acordo com o Parecer CJ nº 3.052/2003, que trouxe uma mudança de entendimento. Nesse Parecer foi esclarecido que a Renda Mensal dos benefícios de ex-combatentes, concedidos **a partir da publicação da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, deveriam ser limitados ao teto máximo de benefício, que corresponde em 2005 a R\$ 2.668,15**. Com base nesse entendimento verifica-se a existência de 1.634 casos que estão acima desse limite.

Apresentamos um resumo do resultado desse cruzamento, no quadro a seguir, discriminado por espécie, quantidade de benefícios e valor mensal estimado:

Discriminação	Espécie	Qtde	Valor Mensal em 08/2005	Valor Mensal acima do Teto em R\$	Valor Anual acima do Teto em R\$
Pensão por Morte Ex-combatente	23	692	3.936.138,52	2.089.778,72	27.167.123,36
Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo	29	530	3.042.536,13	1.628.416,63	21.169.416,19
Aposentadoria por Invalidez Ex-combatente Marítimo	34	1	2.865,75	197,60	2.568,80
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente	43	366	1.874.637,39	898.094,49	11.675.228,37
Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente Marítimo	72	45	213.972,27	93.905,52	1.220.771,76
Total		1634	9.070.150,06	4.710.392,96	61.235.108,48

d) Concessão irregular de benefício - o segurado foi indevidamente enquadrado como ex-combatente, levando em consideração o ramo de atividade e a forma de filiação.

Verificamos, com base em informações constantes do Sistema Único de Benefícios (SUB), relativas ao ramo de atividade e a forma de filiação, que existem vários casos de segurados que exerciam atividades de trabalhador avulso, empresário, industriário, empregado doméstico entre outras, que foram indevidamente enquadrados como ex-combatentes de guerra.

Constam no Anexo V do Relatório/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 169937/2006 os códigos que identificam o ramo de atividade e a

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

forma de filiação que confirmam os casos indicados nessa constatação.

RAMO DE ATIVIDADE	FORMA DE FILIAÇÃO
1 - Bancários	1 - Empregado
2 - Comerciantes	2 - Trabalhador Avulso
3 - De transportes e cargas	3 - Empresário
4 - Ferroviários	4 - Empregado doméstico
5 - Industriários	5 - Facultativo
6 - Marítimos	6 - Equiparado a autônomo
7 - Serviço Público	7 - Especial
8 - Rural	8 - Autônomo
9 - Irrelevante	9 - Optante pela Lei nº 6.184/74
	0-Desempregado (não-contribuinte ou facultativo).

Exemplos: RAFF - 6 e 2 = Marítimo e Trabalhador Avulso; 2 e 0 = Comerciante e Desempregado; 5 e 4 = Industriário e Empregado doméstico.

Apresentamos, no quadro a seguir, um resumo do resultado desse cruzamento, discriminado por espécie, quantidade de benefícios e valor mensal estimado:

Discriminação	Espécie	Qtde	Valor Mensal em 08/2005 R\$	Valor Anual em 08/2005 R\$
<i>Pensão por Morte Ex-combatente</i>	23	5.266	8.152.347,69	105.980.519,97
<i>Pensão por Morte Ex-combatente Marítimo</i>	29	619	1.377.387,26	17.906.034,38
<i>Aposentadoria por Invalidez Ex-combatente Marítimo</i>	34	9	14.503,08	188.540,04
<i>Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente</i>	43	4.285	9.065.048,43	117.845.629,59
<i>Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-combatente Marítimo</i>	72	40	188.186,20	2.446.420,60
<i>Aposentadoria por Idade Ex-combatente Marítimo</i>	78	1	1.872,86	24.347,18
Total		10.220	18.799.345,52	244.391.491,76

e) falhas/falta de análise na verificação da regularidade na manutenção do pagamento de Pensões por Morte a dependentes inválidos

Com vistas a contemplar o previsto no art. 101 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, e tendo em vista a grande incidência de beneficiários de Pensão por Morte de ex-combatente, que se encontram no SUB na condição de **dependentes incapaz**, esclarecemos que o INSS deve realizar um levantamento de todos esses casos e organizar um planejamento, com metas

claramente definidas, para que sejam realizadas perícias médicas em todos esses casos de beneficiários incapazes.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O gestor informou sobre as medidas para reavaliar os benefícios concedidos à ex-combatentes, bem como determinará as revisões médicas de seus dependentes incapazes.

CAUSA:

A causa das irregularidades está diretamente relacionados a ausência de monitoramento e acompanhamento dos benefícios mantidos pelo INSS, referente as espécies em questão.

JUSTIFICATIVA:

Com vistas a identificar quais foram os benefícios que estão sendo pagos pela Previdência Social aos ex-combatentes e seus dependentes, e que foram revistos indevidamente com base no Parecer MPAS/CJ nº 2.017/2000, encaminhamos à DATAPREV o Ofício nº 27.288/DS/DSPAS/SFC/CGU-PR, solicitando as seguintes informações:

- quais os benefícios que foram indevidamente revistos com base no Parecer MPAS/CJ nº 2.017, de 03 de fevereiro de 2000; o valor da última renda mensal paga antes da revisão; o valor da renda mensal revista e a partir de que data foi pago esse novo valor de benefício; e
- quais foram os valores dos atrasados, provenientes da mencionada revisão, que foram pagos aos segurados ex-combatentes e seus dependentes (Complemento Positivo).

A DATAPREV, por meio do Ofício nº 111, de 25.10.2005, apresentou a seguinte resposta:

"As informações prestadas pelo DEBF dão conta de que os dados solicitados pela Controladoria-Geral da União, não constam dos sistemas do acervo administrado pela DATAPREV, em face da revogação do Parecer MPAS/CJ nº 2.017, de 03 de fevereiro de 2000. O Parecer citado no Ofício da CGU foi substituído pelo Parecer MPS/CJ/3.052, de 30 de abril de 2003, que gerou a confecção, pela DATAPREV, de um aplicativo para controle das revisões de que trata o Parecer MPS/CJ/3.052, que será disponibilizado às Agências da Previdência Social - APS no final do mês de outubro de 2005."

Com vistas a verificar quais foram as medidas adotadas pelo INSS para retificar o valor da renda mensal dos benefícios pagos aos ex-combatentes e seus dependentes, conforme determina o Parecer MPS/CJ/3.052, emitimos a SA nº 169937-01 solicitando as seguintes informações:

- a) informar quais os benefícios que foram revistos pelo INSS aplicando-se o disposto no art. 58 do ADCT, conforme determinado no Parecer CJ nº 3.052/2003;
- b) qual o montante, por benefício, dos valores pagos a mais aos segurados (Complemento Negativo); e
- c) existem ações judiciais para manter a renda mensal anterior a paga por força da mencionada revisão? Se existem, quais são esses benefícios e se essas ações prosperaram?

Em resposta a Diretoria de Benefícios informou que encaminhou mensagem às Gerências Executivas do INSS solicitando que fosse informado o quantitativo e os benefícios de ex-combatentes revisados, conforme solicitado na supracitada SA.

Em conformidade com a citada mensagem, foi informado que apenas as Gerências Executivas de Poço de Caldas, Araçatuba-SP e Macapá, iniciaram o processo revisional dos benefícios de ex-combatentes, sendo que as demais alegam que por motivo da greve a prioridade é o atendimento a clientela previdenciária e que no prazo de 60 (sessenta) dias darão início à revisão.

Informou que foram revisados os seguintes benefícios: 43/30334084-3, 43/30336295-2, 43/74611988-7, 23/303123340-0, 43/30314935-3, 43/30318981-9, 43/30310489-9, 43/001431513-0, 43/000425687-5, 43/000430320-2, 23/60239770-7, 43/72399402-1, 23/82398815-5, 23/102525391-1 e 010607038-0.

De acordo com as informações, foi apurado o montante pago a maior (Complemento Negativo) no valor de R\$ 11.356,17 (onze mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos).

Informou, ainda, que no dia 15/07/05 foram convocados os Chefes de Divisão/Serviços de Benefícios e os Procuradores de doze Gerências Executivas, que detêm em manutenção mais de 350 benefícios de ex-combatentes, com o intuito de uniformizar os procedimentos e conscientizá-los da importância dessa revisão, bem como para que a Instituição tenha sucesso no processo. Esclarece, porém, que até aquele momento não se estruturaram para início da ação.

Por fim, o gestor informou, por intermédio do Ofício nº. 364/INSS/PRES, de 31.5.2006, o que segue:

"(...)

a) Relativamente às recomendações constantes do item 41, incisos I, II, III e V, expedimos Memorando-Circular, determinando a imediata revisão dos benefícios de ex-combatentes, a fim de verificar a regularidade do ato concessório, da caracterização dos dependentes, da renda mensal do benefício, assim como dos dados cadastrais dos titulares dos benefícios.

a. 1) A atualização dos dados cadastrais dar-se-á em relação ao titular do benefício nos casos de aposentadoria e nos casos de pensão por morte, em relação ao instituidor e aos dependentes.

a. 2) Quanto à revisão da renda mensal, considerando que os benefícios concedidos na vigência das leis nº. 1.756/52 e 4.297/63 tinham, até às suas revogações - ocorridas em 31.8.1971 pela Lei nº. 5.698, uma forma de reajustamento diferente dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, definimos que a revisão dos benefícios deve ocorrer de forma diferenciada, a saber:

I - Benefícios com data de início a contar de 1.9.1971: a revisão deverá ocorrer a partir da renda mensal vitalícia;

II - Benefícios com data de início até 31.8.1971: a revisão deverá ocorrer a partir da mensalidade reajustada de setembro/1971. Cabe registrar que para a revisão desses benefícios o sistema ainda não está adequado por falta de condições por parte da Dataprev em desenvolver o sistema para contemplar as revisões nesta situação.

b) Com relação à recomendação contida no inciso VI, já solicitamos à Dataprev que expeça relatório com indicação de todos os benefícios de pensão por morte de ex-combatente (espécies 23 e 29) com dependente incapaz, a fim de podermos deflagrar a revisão médica.

c) Quanto aos benefícios com renda mensal acima do valor teto, já foi expedida uma Instrução Normativa definindo procedimentos para a aplicação do teto constitucional a todos os benefícios pagos pelo INSS a qualquer título.

d) Com referência à recomendação contida no inciso II do item 41, que trata da irregularidade mencionada nos itens 24 e 25 do relatório, cumpre-nos discordar do entendimento ali exarado, visto que a Lei nº. 5.698, de 1971, ao revogar as Leis nº.s 4.297/63 e 1.756/52, estabeleceu que os benefícios dos ex-combatentes

sujeitavam-se às mesmas regras definidas para os demais benefícios do RGPS. Para melhor elucidação, transcrevemos o art. 1º da lei revogadora.

Art. 1º O ex-combatente segurado da previdência social e seus dependentes terão direito às prestações previdenciárias, concedidas, mantidas e reajustadas de conformidade com o regime geral da legislação orgânica da previdência social, salvo quanto:

I - ao tempo de serviço para aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço ou ao abono de permanência em serviço, que será de 25 (vinte e cinco) anos;

II - à renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria de qualquer espécie, que será igual a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, definido e delimitado na legislação comum da previdência social.

e) Dessa forma, considerando que a pessoa designada integrou o rol de dependentes do RGPS até 28.4.1995, como se pode verificar no artigo 11 - inciso II da Lei nº. 3.807, de 1960 (com redação da apelo Decreto-Lei nº. 66, de 1066) e posteriormente no artigo 16 - inciso IV da Lei nº. 8.213, de 1991, o qual foi revogado pela nº. 9.032, de 1995, entendemos que os benefícios de pensão por morte concedidos até esta data são devidos.

f) Inobstante, a revisão é necessária a fim de identificar a real condição de pessoa designada, observando-se a legislação de regência da data do fato gerador, que é o óbito do segurado instituidor. (...)."

Cabe acrescentar que, em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153, os gestores do INSS apresentaram os normativos internos elaborados com vistas a estabelecer procedimentos e critérios a serem observados para a aplicação do teto constitucional aos benefícios pagos pelo INSS e para a concessão e revisão de benefícios a ex-combatentes. Complementarmente foram prestados os seguintes esclarecimentos:

a) "O monitoramento da revisão dos benefícios de ex-combatentes será realizado utilizando-se a opção REVISÃO/REVEXC desenvolvida no Sistema de Benefícios - SISBEN. Na mencionada opção consta à relação de todos os benefícios que deverão ser revistos."; e

- b) "Foi solicitado a DATAPREV arquivo contendo os benefícios de pensão por morte dos ex-combatentes espécies 23 e 29 com dependentes incapaz-inválidos, para encaminhamento a Coordenação Geral de Benefícios por Incapacidade objetivando a avaliação médico-pericial dos dependentes."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Constatamos a existência de falhas e irregularidades, referentes aos pagamentos de Pensão por Morte (espécie 23), Pensão por Morte Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29), Aposentadoria por Invalidez de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29), Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente (espécie 43), Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 72) e Aposentadoria por Idade de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 78), que não foram objeto de revisão, conforme determina o Parecer CJ/MPAS nº 3.052/2003, gerando pagamentos indevidos aos seus beneficiários, que devem ser objeto de regularização pelo INSS, junto as suas Gerências Executivas/Agências, cujas conclusões foram as seguintes:

- a) 7.020 benefícios (Espécies 23, 29, 34, 43, 72 e 78) apresentam uma variação do valor de suas rendas, no mês de agosto de 2001 com a relação ao mês de maio de 2005, superior aos índices de reajustes oficiais aplicados pela Previdência sobre as rendas mensais dos benefícios, cujo valor mensal a maior encontra-se em torno de R\$3 Milhões e anual cerca de R\$37 Milhões (itens 21 e 22 do Relatório 169937/2006);
- b) Pensões por Morte concedidas irregularmente a pessoas enquadradas como dependentes do ex-combatente e que não têm direito a esse benefício (itens 24 e 25 do Relatório 169937/2006);
- c) Total de 10.011 Aposentadorias e Pensões por Morte que faltam informações cadastrais que confirmem a regularidade da concessão. Tais falhas impossibilitam, entre outras, a identificação do instituidor, bem como de seus dependentes. Faltam informações essenciais tais como: nome do instituidor; nome de sua mãe; data de nascimento; número do benefício anterior que deu origem a pensão; e data do óbito, que confirmariam ou não a existência de mais de um dependente recebendo o valor integral da Pensão enquanto deveria ser o mesmo rateado. O valor mensal em maio/2005 totalizou R\$ 19.010.226,43 (itens 26 a 28 do Relatório 169937/2006);

- d) Rendas mensais acima do valor do teto, conforme Pareceres/CJ/MPAS nºs 2.017/2000 e 3.052/2003, cujos valores mensais em maio/2005 totalizaram R\$ 10.909.286,22, acima do valor do teto mensal de R\$5.281.029,45 e anual de R\$ 68.653.382,85 (itens 29 a 33 do Relatório 169937/2006);
- e) Utilização inadequada do ramo de atividade e forma de filiação na concessão de 10.200 benefícios, uma vez que existem vários casos de segurados que exerciam atividades de trabalhador avulso, empregado, marítimo, entre outras, para os casos dos ex-combatentes de guerra. Esses enquadramentos estariam em desacordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. O valor mensal em maio/2005 totalizou R\$ 18.799.345,52 e anual de R\$ 244.391.491,76 (itens 34 a 36 do Relatório 169937/2006);
- f) Falhas/falta de análise na verificação da regularidade na manutenção do pagamento de Pensões por Morte a dependentes inválidos, (item 37 do Relatório 169937/2006).

Dessa forma, constatamos que, conforme as justificativas apresentadas pela DATAPREV e pelo INSS, até a presente data não foram adotadas as providências necessárias para revisão dos benefícios dos ex-combatentes, somente foi apresentado pelo INSS um resultado insignificante de revisões em relação ao número dos benefícios que devem ser revistos.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO :

Assim sendo, recomendamos ao INSS o seguinte:

- a) Adotar providências no sentido de regularizar as falhas/irregularidades apresentadas nos benefícios (Espécies 23, 29, 34, 43, 72 e 78), com variação do valor de suas rendas, no mês de novembro de 2001 com a relação ao mês de agosto de 2005, superior aos índices de reajustes oficiais aplicados pela Previdência sobre

as rendas mensais dos benefícios (itens 21 e 22 do Relatório 169937/2006);

- b) Adotar providência sobre as Pensões por Morte concedidas irregularmente a pessoas enquadradas como dependentes do ex-combatente e que não têm direito a esse benefício, realizando um levantamento para a apuração de outros casos que se apresentam na mesma situação, devendo comunicar a esta Secretaria do resultado apurado e as medidas adotadas para a correção e ressarcimento dos pagamentos indevidos (itens 24 e 25 do Relatório 169937/2006);
- c) Regularizar as ausências de informações cadastrais de forma a confirmar a regularidade da concessão, uma vez que tais falhas impossibilitam, entre outras, a identificação do instituidor e de seus dependentes, bem como a confirmação ou não da existência de mais de um dependente recebendo o valor integral da Pensão enquanto deveria ser o mesmo rateado. O valor mensal em maio/2005 totalizou R\$ 19.010.226,43 (itens 26 a 28 do Relatório 169937/2006);
- d) Revisar e regularizar as concessões de benefícios, cujos valores das rendas mensais estejam acima do valor do teto, em desacordo com os Pareceres/CJ/MPAS nºs 2.017/2000 e 3.052/2003. Os valores mensais em maio/2005 totalizaram R\$ 10.909.286,22, sendo que R\$5.281.029,45 estão acima do teto, o que representa anualmente R\$ 68.653.382,85 (itens 29 a 33 do Relatório 169937/2006);
- e) Adotar medidas para regularizar a utilização inadequada do ramo de atividade e forma de filiação na concessão de 10.200 benefícios dos ex-combatentes de guerra, uma vez que existem vários casos de segurados que exerciam atividades de trabalhador avulso, empregado, marítimo, entre outras, em desacordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. O valor mensal em maio/2005 totalizou R\$ 18.799.345,52 e anual de R\$ 244.391.491,76 (itens 34 a 36 do Relatório 169937/2006); e
- f) Adotar medidas para realização de levantamento e de perícias médicas dos beneficiários de Pensão por Morte de ex-combatente, conforme está previsto no art. 101 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, devido a grande incidência de beneficiários de Pensão por Morte de ex-combatente na condição de dependentes incapaz (item 37 do Relatório 169937/2006).

4.2.3.4 CONSTATAÇÃO:

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159480/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE AUXÍLIO DOENÇA E FRAGILIDADE NO PROCESSO DE MANUTENÇÃO - (ITEM 4.1.2.17 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Foi realizado acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de 01Jan2001 a 31.10.2004, referentes ao pagamento de Auxílio Doença - Espécies 31 (Auxílio Doença) e 91 Auxílio Doença Acidente de Trabalho), utilizando batimentos das informações de beneficiários que recebem Auxílio Doença referente às espécies 31 e 91, conforme consta do Relatório de Auditoria nº 159480/2004/SFC/CGU-PR, encaminhado à 4ª SECEX/TCU por meio do Ofício nº 2.642/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 10.02.2005.

Foram constatadas fragilidades no processo de manutenção de auxílio doença e, conseqüentemente, 4.574 benefícios com pagamentos irregulares com um total mensal de cerca de R\$ 4.550.316,09, anualmente cerca de R\$ 59.154.109,17 e um total indevido de R\$ 94.903.693,73, conforme quadro a seguir:

Gerências	Qtde de Benefícios	Qtde de Meses Trabalhados após Incapacidade	Valor Total das Remunerações após Concessão de Auxílio Doença	Valor Mensal Pago pelo INSS R\$	Valor Anual INSS R\$	Valor Total Indevido R\$
03001	24	527	269.695,00	18.960,69	246.488,97	355.731,88
04001	427	10823	6.640.615,87	398.749,58	5.183.744,54	10.416.625,48
05001	62	1.590	926.813,14	46.570,04	605.410,52	1.185.446,62
06001	24	619	275.690,50	18.459,44	239.972,72	460.263,97
07001	23	480	235.514,38	22.833,79	296.839,27	420.913,03
08001	70	1.613	1.643.148,66	63.810,46	829.535,98	1.556.376,50
09001	48	1200	509.587,75	33.287,60	432.738,80	821.944,80
10001	56	1.372	853.699,06	34.070,79	442.920,27	866.743,61
11001	225	5163	2.641.673,96	160.626,97	2.088.150,61	3.595.034,80
12001	119	2.842	1.428.420,08	78.872,22	1.025.338,86	1.822.542,17
13001	39	836	614.897,01	25.074,10	325.963,30	540.663,53
14001	160	3.364	2.199.334	132.136,40	1.717.773,20	2.596.162,33
15001	55	1.179	724.526	39.485,79	513.315,27	679.158,88
16001	12	280	246.350,60	8.452,03	109.876,39	200.162,10
17001	732	5.479	4.917.769,65	885.300,77	63.931.005,45	6.391.860,26
18001	23	485	197.742,61	12.992,91	168.907,83	220.762,57
19001	338	6.761	4.944.546,13	304.396,39	3.957.153,07	5.874.209,68
20001	178	3.247	2.101.222,56	134.924,26	1.754.015,38	2.398.669,78
21001	1.736	46.221	28.848.332,41	1.897.700,81	375.028.321,33	50.530.647,68
22001	43	873	833.231	41.541,39	540.038,07	778.289,04

23001	155	2.706	4.230.559,82	175.519,80	2.281.757,40	2.869.765,24
24001	5	84	55.259,27	5.366,59	69.765,67	68.450,59
25001	4	90	88.476,41	3.029,48	39.383,24	80.343,34
26001	16	360	90.309,21	8.153,79	1.174.019,73	172.925,85
TOTAL	4.574	98.194	65.517.415,08	4.550.316,09	463.002.435,87	94.903.693,73

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 2.637/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 10.02.2005, recomendando o seguinte:

- a) Regularizar todas situações apontadas nos itens 17 a 20 do relatório;
- b) Implementar processo sistemático de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos, referente aos auxílios doenças;
- c) Criar, juntamente com a DATAPREV, uma sistemática de convocação automática dos beneficiários, via sistema, para comparecimento às Agências da Previdência Social, quando da ocorrência de retorno do beneficiário à atividade laboral, visando a regularização da situação em questão.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

A Atitude tomada pelo Gestor foi compor grupo de trabalho para sanar as pendências apresentadas, no entanto não pormenorizou as atitudes de apuração de responsabilidade e nem indicou a efetiva regularização.

CAUSA:

Ausência de informações no sistema das perícias realizadas e de contratação de médicos credenciados para realizá-las; ausência de um cruzamento sistemático entre o SISBEN e CNIS, nos casos de auxílio doença, com providências automáticas de convocação dos segurados/beneficiários para regularizar a irregularidade; regras de validação dos dados cadastrais nos sistemas pouco consistentes; ausência de um processo sistemático de revisão cadastral nos sistemas de benefícios; entre outras.

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou o seguinte: "Estamos convocando servidores para compor o grupo e trabalho que dará continuidade aos trabalhos de saneamentos das pendências do acórdão 1.921, 791, e do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº.

159480/2004 na elaboração dos relatórios que serão encaminhados a Auditoria do INSS."

Por meio do Ofício N° 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, esta SFC/CGU-PR encaminhou o Relatório Preliminar de Auditoria N.º 175153. Em resposta a Unidade apresentou o Ofício N° 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, com os seguintes esclarecimentos:

- a) "O grupo de trabalho mencionado na 'análise da justificativa' está consolidando as respostas dos expedientes encaminhados pela Diretoria de Benefícios às Gerências Executivas que contém as recomendações e determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo";
- b) "O trabalho consiste na elaboração de relatório mensal para encaminhamento aos órgãos de Controle. Já foram elaborados 5 relatórios e encaminhados a Auditoria Geral que após avaliação encaminha ao Tribunal de Contas da União";
- c) "Será elaborado cronograma para envio de relatório mensal para a CGU dos resultados consolidados pelo grupo de trabalho"; e
- d) "Segue anexo, planilha contendo os resultados parciais referente ao Relatório de Auditoria N.º 159480/2004/SFC/CGU-PR".

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos que o INSS, juntamente com suas Gerências-Executivas, não implementou ações para regularizar as situações registradas no Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004, benefício por benefício.

O gestor informou apenas que foi composto grupo de trabalho para sanar as pendências apresentadas. Dessa forma, entendemos que além das regularizações necessárias há necessidade de apurar responsabilidade pela ausência de providências efetivas.

Acerca da planilha encaminhada a esta GCU, contendo os resultados parciais da correções realizadas pelo INSS, verifica-se que da quantidade de benefícios identificados foram analisados pela Unidade apenas 82 benefícios.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Presidente do INSS
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Presidente do INSS
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO:

Reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004, mencionado neste item, e recomendamos ainda que seja apurada responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e pela ausência de providências para regularização. E, ainda, que os resultados obtidos com a ação do Grupo de Trabalho sejam encaminhados também a esta SFC para avaliação.

4.2.3.5 CONSTATAÇÃO:

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159481/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ - (ITEM 4.1.2.18 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Foi realizado acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de 01Jan2001 a 31.10.2004, referentes à concessão e manutenção de Aposentadorias por Invalidez, utilizando cruzamento de informações do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (GFIP - remuneração e vínculo empregatício), referente às aposentadorias de invalidez espécies 32 e 92, conforme consta do Relatório de Auditoria nº 159481/2004/SFC/CGU-PR, encaminhado à 4ª SECEX/TCU por meio do Ofício nº 1.628/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 20.01.2005.

Nesse trabalho constatou-se fragilidade no processo de manutenção das aposentadorias por invalidez; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de suas aposentadorias por invalidez; pagamentos irregulares de 7.495 benefícios, que representam um total indevido de R\$ 80.939.974,19, conforme quadro a seguir:

Gerências Executivas	Qtde de Benefícios	Qtde de Meses Trabalhados após Invalidez	Valor Total das Remunerações após Concessão de Aposentadoria por Invalidez	Valor Mensal Pago pelo INSS R\$	Valor Anual INSS R\$	Valor Total Indevido R\$
03001	68	1.522	1.152.054,03	34.089,58	443.164,54	780.285,83
04001	737	14.922	10.476.494,41	418.857,09	5.445.142,17	8.441.746,63
05001	361	2616	1.053.055,75	228.494,89	2.970.433,57	1.641.935,54
06001	75	1.647	975.411,46	30.672,97	398.748,61	624.419,82
07001	188	4.107	3.325.099,96	95.834,89	1.245.853,57	2.022.355,84
08001	182	3.867	3.167.020,07	86.102,93	1.119.338,09	1.803.689,79
09001	89	1.863	994.078,09	35.043,15	455.560,95	742.772,55
10001	61	1.132	655.191,74	29.898,90	388.685,70	562.875,99
11001	1.035	22.473	16.428.528,91	507.736,21	6.600.570,73	11.091.397,64
12001	107	2237	1.748.199,76	50.620,03	658.060,39	1.060.872,49

13001	161	3300	1.657.131,75	64.935,39	844.160,07	1.398.320,66
14001	270	6151	11.383.468,21	118.165,27	1.536.148,51	2.633.218,73
15001	220	4.679	3.220.977,62	100.219,64	1.302.855,32	2.055.545,69
16001	83	1.607	717.395,34	31.150,55	404.957,15	555.841,08
17001	797	16.882	15.032.638,96	419.833,32	5.457.833,16	8.613.168,32
18001	112	2.457	1.626.610,07	47.509,81	617.627,53	916.255,69
19001	435	10.336	7.492.285,61	229.973,42	2.989.654,46	5.301.855,76
20001	232	5.338	10.768.485,70	124.337,85	1.616.392,05	2.801.145,67
21001	2.013	42.183	50.177.606,69	1.264.265,30	16.435.448,90	25.142.152,24
22001	68	1.506	780.585,51	27.734,23	360.544,99	623.663,17
23001	146	2.671	2.850.690,34	103.262,68	1.342.414,84	1.701.183,76
24001	27	666	461.536,34	11.231,84	146.013,92	246.863,43
25001	1	14	3.231,26	1.482,33	19.270,29	20.752,62
26001	27	527	293.484,80	7.864,72	102.241,36	157.655,25
TOTAL	7.495	154.703	146.441.262,38	4.069.316,99	52.901.120,87	80.939.974,19

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 1.630/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 20.01.2005, recomendando o seguinte:

- Implementar providências para regularizar todas as situações contidas no Sistema SISBEN/ATUBAT/BATINV;
- Regularizar todas as situações apontadas no Relatório/SFC nº 159481/2004;
- Implementar processo sistemático de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos, referente às aposentadorias por invalidez;
- Criar, juntamente com a DATAPREV, uma sistemática de convocação automática dos beneficiários, via sistema, para comparecimento às Agências da Previdência Social, quando da ocorrência de retorno do beneficiário à atividade laboral, visando a regularização da situação em questão.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O gestor não adotou providências no sentido de regularizar as situações registradas no Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004.

CAUSA:

Ausência de providências por parte da Gerências/Agências em regularizar as situações disponibilizadas no BATINV; falhas nos filtros/critérios utilizados pela DATAPREV das informações registradas no ATUBAT/BATINV, provocados principalmente pelas falhas cadastrais (NIT, CPF, Nome, DT nascimento), pela concessão de Pensão Alimentícia nas espécies referente à aposentadoria por invalidez e pelos recolhimentos

indevidos das empresas após a concessão de aposentadorias; ausência de registro e informação das situações já verificadas ou em andamento pelas Gerências/Agências da Previdência Social; ausência de um cruzamento sistemático entre o SISBEN e CNIS, com providências automáticas de convocação dos segurados/beneficiários para regularizar a irregularidade; regras de validação dos dados cadastrais nos sistemas pouco consistentes; ausência de um processo sistemático de revisão cadastral nos sistemas de benefícios; ausência de análise e validação, por amostragem, da sistemática mensal da maciça no processo de concessão e pagamento de benefício; ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento no processo de concessão, manutenção e revisão de benefício; e falta de auditoria, avaliação e acompanhamento sistemático das bases de dados, tanto pela Auditoria Interna como pelas Gerências Executivas do INSS.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício N° 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, a Unidade, em resposta ao Ofício N° 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria N.º 175153, esclareceu o seguinte:

"Ressaltamos que os benefícios constantes no RELATÓRIO DE AUDITORIA N°. 159481/2004/SFC/CGU-PR, estão contidos no arquivo denominado BATINV. Foi solicitado a DATAPREV que implemente as melhorias necessárias para que se consiga visualizar os benefícios que já foram trabalhados e aqueles que estão pendentes de ação, as melhorias são:

- a. implementar no BATINV, BATPEN e CONOBI mecanismos iguais aos existentes no IUB que permitem atualização dos arquivos, retirando os benefícios que foram regularizados.*
- b. Retirar do arquivo BATINV e do BATPEN todos os benefícios que possuem no NIT até duas remunerações no último vínculo que antecedeu a aposentadoria por invalidez ou pensão.*
- c. Retirar do arquivo BATINV os benefícios que se referem a pensão alimentícia com o status "recebe PA".*

A diretoria de Benefícios vem adotando as providências necessárias a regularização dos benefícios constantes no BATINV. Será elaborado cronograma para envio de

relatório mensal para a CGU dos resultados consolidados."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos que o INSS, juntamente com suas Gerências-Executivas, não implementou ações para regularizar as situações registradas no Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004, benefício por benefício.

Dessa forma, entendemos que além das regularizações necessárias há necessidade de apurar responsabilidade pela ausência de providências efetivas.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO:

Reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004, mencionado neste item, e recomendamos ainda que seja apurada responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e pela ausência de providências para regularização.

4.2.3.6 CONSTATAÇÃO:

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE ABONO PERMANÊNCIA EM SERVIÇO (ITEM 4.1.2.19 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Foi realizado acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de 01Jan2001 a 31.10.2004, referentes à concessão e manutenção de Aposentadorias por Invalidez, utilizando cruzamento de informações do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (GFIP - remuneração e vínculo empregatício), referente às aposentadorias de invalidez espécies 32 e 92, conforme consta do Relatório de Auditoria nº 161968/2004/SFC/CGU-PR, encaminhado à 4ª SECEX/TCU por meio do Ofício nº 3.964/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 23/02/2005.

Nesse trabalho constatou-se descumprimento da legislação previdenciária; ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono; falha na crítica do sistema de benefício; ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados; bem como falta de integração com outros regimes de previdências. As inconsistências/irregularidades constatadas em 2002 geraram pagamentos indevidos acima de R\$87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. Estão gerando, ainda, pagamento mensal em torno de R\$939 mil e anual em torno de R\$12,5 milhões.

Observamos que as pendências relacionadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002 continuam a trazer prejuízos à Previdência Social. Essas inconsistências/irregularidades estão gerando pagamentos indevidos em torno de R\$ 873.170,44 mensais e anual de R\$ 10.478.045,28. Sendo que os prejuízos estão acima R\$ 57.489.020,40, não considerando as devidas correções, conforme quadro a seguir:

Discriminação	Qtde de Benef. Relat. n° 101351	Qtde de Benef. Incons./irreg. base de dados de 2004	Valor mensal base de dados outubro 2004 (*)	Valor Anual base de dados outubro 2004	Valor Devido - Total de meses com 13º Salário outubro 2004 (**)	% pendência
Situação 1 - Pagamento de abono após aposentadoria pelo INSS	572	388	119.768,86	1.437.226,32	16.486.768,28	67,83%
Situação 2 - Pagamento de abono após aposentadoria no Serviço Público Federal	825	658	187.714,98	2.252.579,76	29.921.824,91	79,76 %
Situação 3 - Pagamento de abono à Servidor Público Federal Ativos	106	86	25.517,05	306.204,60	***	91,16 %
Situação 4 - Pagamento de abono à Servidor Público Estadual e Municipal com Rescisão	459	344	70.607,82	847.293,84	11.080.427,21	75,16 %
Situação 5 - Pagamento de abono à Servidor Público Estadual e Municipal sem indicativo de Rescisão no CNIS	359	258	66.695,47	800.345,64	***	71,87 %

Situação 6 - Abono pago regularmente para beneficiários acima do teto definido por Lei	457	317	170.519,52	2.046.234,24	***	69,58 %
Situação 7 - Abono pago regularmente para beneficiário com informação no CNIS de Rescisão de contrato	504	142	55.069,44	660.833,28	***	28,17 %
Situação 8 - Abono pago regularmente para beneficiário com informação de vínculo Avulso sem rescisão	324	197	68.497,20	821.966,40	***	81,48 %
Situação 9 - Abono pago regularmente para beneficiário sem informação de Rescisão de contrato no CNIS	223	142	55.069,44	660.833,28	***	64,41 %
Situação 10 - Abono pago regularmente para beneficiário com informação no CNIS de contribuinte individual	133	94	31.081,75	372.981,00	***	70,68 %
Situação 11 - Abono pago regularmente para beneficiário sem informação de vínculo no CNIS	76	55	16.689,48	200.273,76	***	73,68 %
Situação 12 - Abono pago regularmente para Servidores Públicos Federais dos Poderes Legislativo e Judiciário, e para Presidência da República	24	16	5.930,38	71.164,56	***	66,68 %
Total Inconsistência/Irregularidade	4062	2815	873.170,44	10.478.045,28	57.489.020,40	69,30%

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 3.963/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 23/02/2005, recomendando o seguinte:

- Adotar providências para cessação dos abonos de permanência em serviço pagos indevidamente, bem como apurar os valores pagos indevidamente, atualizados na forma da Lei, visando a recuperação dos recursos;
- As irregularidades apontadas devem ser devidamente apuradas por meio da instauração de processo administrativo disciplinar;
- Acionar todos os órgãos públicos para confirmação da utilização em duplicidade do tempo de serviço e vínculo empregatício no abono e na concessão de aposentadoria no Regime Jurídico Único Federal;
- No caso da confirmação da duplicidade de pagamento adotar providências para a cessação do abono e apuração do valor pago indevidamente, com as devidas atualizações;

- Caso não seja confirmada a duplicidade solicitar aos órgãos públicos federais, quando da aposentadoria do servidor, informação da data da ocorrência, para cessação do abono, para os casos em que ocorreram utilização de períodos de vínculos em duplicidade (RGPS e RJU);
- Adotar providências para revisão dos valores pagos nas rendas mensais dos abonos de permanência em serviço, bem como apurar os valores pagos indevidamente, atualizados na forma da Lei, visando a recuperação dos recursos. Devem ser observados os casos de direito adquiridos, bem como de revisões legais, tais como, as previstas no art. 144 da Lei nº 8.213/91 e no art. 58 do ADCT da Constituição Federal;
- Rever o tempo de contribuição ou de serviço dos segurados que recebem Abono de Permanência em Serviço pagos pela Previdência Social para que seja verificado a existência ou não de fraudes, má fé ou erros administrativos na contagem do tempo.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

A Atitude tomada pelo Gestor foi compor grupo de trabalho para sanar as pendências apresentadas, no entanto não pormenorizou as atitudes de apuração de responsabilidade e nem indicou a efetiva regularização.

CAUSA:

Falta de monitoramento e acompanhamento por parte da área de benefício; falhas nas críticas dos Sistemas; falha na alimentação dos dados cadastrais; falta de confrontos com outras bases de dados; e ausência de ações sistemáticas pelos órgãos responsáveis pela avaliação dos Controles Internos.

JUSTIFICATIVA:

O gestor informou o seguinte: *"Estamos convocando servidores para compor o grupo e trabalho que dará continuidade aos trabalhos de saneamentos das pendências do acórdão 1.921, 791, e do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº. 159480/2004 na elaboração dos relatórios que serão encaminhados a Auditoria do INSS."*

Complementando as informações prestadas, a Unidade apresentou o Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria N.º 175153, esclarecendo o seguinte:

e) "O grupo de trabalho mencionado na 'análise da justificativa' está consolidando as respostas dos

expedientes encaminhados pela Diretoria de Benefícios às Gerências Executivas que contém as recomendações e determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo”;

- f) “O trabalho consiste na elaboração de relatório mensal para encaminhamento aos órgãos de Controle. Já foram elaborados 5 relatórios e encaminhados a Auditoria Geral que após avaliação encaminha ao Tribunal de Contas da União”;*
- g) “Será elaborado cronograma para envio de relatório mensal para a CGU dos resultados consolidados pelo grupo de trabalho”;* e
- h) “Segue anexo, planilha contendo os resultados parciais referente ao Relatório de Auditoria N.º 161968/2005/SFC/CGU-PR”.*

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos que o INSS, juntamente com suas Gerências-Executivas, não implementou ações para regularizar as situações registradas no Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005, benefício por benefício.

Analisando a justificativa apresentada após o envio do relatório preliminar, verificamos que o gestor informou sobre o grupo de trabalho e o envio de relatório mensal à CGU, quanto à planilha contendo os resultados parciais. Registramos que do total de benefícios pendentes de análise pelo INSS foram revistos apenas 52.

Dessa forma, entendemos que além das regularizações necessárias há necessidade de apurar responsabilidade pela ausência de providências efetivas.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO :

Reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005, mencionado neste item, e recomendamos ainda que seja apurada responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e pela ausência de providências para regularização. E, ainda, que os resultados

obtidos com a ação do Grupo de Trabalho sejam encaminhados também a esta SFC para avaliação.

4.2.3.7 CONSTATAÇÃO:

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 172709/2005/SFC/CGU-PR - BENEFÍCIOS ATIVOS COM PAGAMENTOS IRREGULARES EM VIRTUDE DE ÓBITO DO BENEFICIÁRIO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE POR PARTE DO INSS DA SITUAÇÃO DE 95% DOS 9.398 BENEFÍCIOS IRREGULARES APONTADOS POR ESTA CGU EM TRABALHO ESPECÍFICO REALIZADO NOS SISTEMAS SISOBI, SIM E DEMAIS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS.

Em 8.12.2005 foi elaborado por esta CGU o Relatório nº 172709/2005, tendo como escopo a avaliação do processo de manutenção de benefícios previdenciários, no período de 2000 a 2004, com o objetivo de verificar a consistência entre os dados constantes dos sistemas: SISOBI (Sistema Informatizado de Controle de Óbito), SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade e sistemas da Previdência Social. Referido relatório foi encaminhado à 4ª SECEX/TCU por meio do Ofício nº 35.502/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 14/12/2005.

Nesse trabalho foram constatadas fragilidades no processo de manutenção de benefícios no SISBEN e no SISOBI; existência de óbitos registrados no SIM e no SISOBI, bem como registrados no SIM e não registrados no SISOBI, gerando pagamentos indevidos a 9.398 benefícios, no total mensal de cerca de R\$ 3.783.276,00, e anualmente de R\$ 49.232.667,00 e um total indevido de R\$ 114.423.215,00, sem levar em consideração atualização monetária.

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 3.963/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 23/02/2005, recomendando que:

- a) regularizasse todas as situações apontadas no relatório;
- b) implementasse um processo gerencial para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos;
- c) criasse, juntamente com a DATAPREV, uma sistemática de batimento com outras bases de dados que contêm informações de óbitos, tais como o SIM e demais bases governamentais; e
- d) reavaliasse os procedimentos de obtenção de dados pelo SISOBI, principalmente os relacionados com envio por formulários e mídia removível (disquetes e CD-ROM), desenvolvendo mecanismos de controle e segurança na recepção de dados.

ATITUDE DO GESTOR:

A Diretoria de Benefícios/INSS encaminhou o relatório para as Gerências/Agências e estas deixaram de adotar, até a presente data, as medidas necessárias quanto à cessação ou suspensão dos benefícios apontados como irregulares por esta CGU no Relatório nº 172709/2005.

CAUSA:

Falha na sistemática de coleta de dados pelo SISOBI, na medida que: há possibilidade de envio de informações incorretas e inconsistentes, ou mesmo o não envio, pelos Cartórios, principalmente, relacionadas ao procedimento de envio por formulários e mídia removível (disquetes e CD-ROM); não existe uma atividade de controle e supervisão no INSS que possibilite identificar as falhas na recepção de dados pelo SISOBI; não são realizadas de forma sistemática, fiscalizações sobre os Cartórios.

Inconsistência de dados cadastrais, já apontados em relatórios anteriores desta Secretaria Federal de Controle Interno, impossibilitando a atualização automática do benefício;

Falhas na crítica do sistema, tendo em vista que existem casos em que os dados no SISOBI são suficientes para suspender o benefício e o mesmo continua gerando pagamentos;

Ausência de uma atividade gerencial permanente de avaliação dos registros cadastrais, possibilitando a identificação de disfunções que dificultam a manutenção do benefício;

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 161/INSS/GABPRE, datado de 31.3.2006, foram encaminhadas as providências adotadas pela Diretoria de Benefícios do INSS sobre a matéria. Em 29.3.2006 foi emitido o Memorando Circular nº 16/DIRBEN/CGBENEF que determinou aos Gerentes Regionais, Gerentes Executivos, Chefes de Divisão/Serviço de Benefícios e Chefes de Agências da Previdência Social que no caso de identificação de irregularidades deveriam ser aplicados os procedimentos constantes da IN nº 118/INSS/DC, de 14.4.2005 e OI nº 110/INSS/DIRBEN, de 3.3.2005, em observância ao princípio do devido processo legal, promovendo-se a cessação do benefício, quando cabível, e a cobrança dos pagamentos indevidos. O expediente informou que foi criado o Código 82 (suspensão de benefício com indicativo de óbito), específico para o caso de

benefícios com informações de óbito em que os familiares não possuem a Certidão de Óbito, sendo que os benefícios suspensos por este motivo só poderão ser reativados pelas Seções de Manutenção de Direitos das Gerências Executivas, utilizando-se o "Motivo 04" caso sejam identificados homônimos. O Memo ressaltou, ainda, o caráter prioritário das apurações, sendo a injustificada falta de respostas das áreas responsáveis passíveis de infração disciplinar.

Junto ao referido Ofício, foi encaminhado também expediente informando a esta CGU que a demora no atendimento do fato devia-se à reconstituição do material que fora queimado. Esclareceu, ainda, que os resultados das apurações seriam encaminhadas mensalmente à CGU para ciência e acompanhamento das providências adotadas pelas Gerências Executivas do INSS.

Em 10.5.2006, por meio do Ofício nº 276/INSS/PRES, foram encaminhadas as primeiras providências adotadas pela autarquia para regularização das irregularidades. Conforme informado, até aquela data haviam sido analisados 47 (quarenta e sete) benefícios - o que representa 0,5% do total de 9.398 (nove mil, trezentos e noventa e oito) benefícios apontados no Relatório nº 172709/2005.

Foi relatado, também, que objetivando solucionar o problema relacionado à não cessação de benefícios pelo SISOBI, a DATAPREV realizou batimento completo do SISOBI em função do SUB (Sistema Único de Benefícios). O trabalho foi concluído resultando em 4.514 (quatro mil, quinhentos e quatorze) benefícios com indicação de cessão, porém ativos - totalizando R\$ 1.873.001,04 (um milhão, oitocentos e setenta e três mil, um real e quatro centavos) e 40.652 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois) benefícios com indicação de suspensão, porém ativos - totalizando R\$ 15.291.032,52 (quinze milhões, duzentos e noventa e um mil, trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

A Coordenação-Geral de Benefícios autorizou a DATAPREV a realizar os procedimentos abaixo descritos:

- a) cessação imediata dos benefícios constantes da tabela com critérios que indicam cessação do benefício;
- b) com relação aos benefícios com critérios que indicam suspensão do benefício realizar:
 - batimento com a base de benefícios já recenseados pelo Censo Previdenciário para identificar se houve recenseamento. Em caso positivo, gerar arquivo com os benefícios existentes no SISOBI que foram recenseados indicando se o censo foi feito pelo próprio beneficiário ou por procurador/representante legal;

- batimento com o SUB para identificar os benefícios que foram suspensos pelo SISOBÍ e posteriormente reativados. Esses benefícios devem continuar ativos, visto que poderiam ser homônimos. Gerar arquivo com os benefícios que estavam suspensos e foram reativados, encaminhando os resultados à Coordenação de Controle Interno de Benefícios.

Como resultado, 9.189 (nove mil, cento e oitenta e nove) benefícios não foram suspensos porque já haviam sido cadastrados e 25.087 (vinte e cinco mil, oitocentos e sete) benefícios estavam suspensos e posteriormente foram reativados, totalizando 34.996 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e seis benefícios).

De forma complementar, em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, os gestores do INSS, por meio do Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, prestaram os seguintes esclarecimentos acerca do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153.

Como evidência do atendimento às recomendações apontadas no Relatório de Auditoria DSPAS/SFC/CGU/PR 171509/2005, foi indicada a emissão do MEMORANDO-CIRCULAR Nº 16 INSS/DIRBEN 29/03/2006, além disso, os referidos gestores acrescentam que *"os resultados encaminhados à CGU parecem ínfimos, mas nosso entendimento foi dar a satisfação de que estamos trabalhando para regularizar os fatos apontados por essa CGU"*.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, cabe-nos salientar a relevância do assunto em tela. As fraudes e incorreções no sistema de benefícios da Previdência Social contribui para o desequilíbrio nas contas públicas, elevando o chamado "déficit da Previdência", situação que impacta diretamente nos resultados das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Brasileiro.

Conforme demonstrado nos trabalhos de auditoria realizados por esta CGU no cruzamento de dados entre sistemas de registro de óbitos e pagamento de benefícios, mensalmente há um prejuízo aproximado de R\$ 3.783.276,00 (três milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e seis reais) , o que corresponde, no período de 2000 a 2004, a R\$ 114.423.215,00 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, duzentos e quinze reais).

De acordo com as informações prestadas pelo gestor, o incêndio do Órgão Central da autarquia em Brasília prejudicou os trabalhos de análise da Diretoria de Benefícios e posterior descentralização às regionais. No entanto, conforme o último

posicionamento do INSS, verificado em 10.5.2006, de um universo de 9.398 (nove mil, trezentos e noventa e oito benefícios), apontados como irregulares por esta CGU, apenas 0,5% (47 quarenta e sete benefícios) haviam sido analisados, resultando em: 23 aguardando resposta do beneficiário, 15 cessados, 7 suspensos e 2 regulares. Ressaltamos que por tratar-se de lesão aos cofres públicos, o assunto deve ser priorizado junto às áreas responsáveis.

Portanto, os fatos verificados no gerenciamento dos benefícios previdenciários realizado pelo INSS demonstram que há prejuízo aos cofres públicos e que há necessidade de adoção de providências por parte dos responsáveis não só quanto à cessação ou suspensão dos benefícios irregulares, mas quanto à restituição ao Erário dos valores pagos indevidamente.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que as Gerências/Agências/INSS:

- adotar providências no sentido de proceder à análise dos 9.351 (95%) benefícios restantes apontados como irregulares por esta CGU;
- encaminhar informações e documentos dos motivos dos erros/irregularidades;
- adotar as medidas necessárias junto às Áreas responsáveis na Autarquia quanto ao ressarcimento na esfera administrativa e judicial dos valores pagos indevidamente e, se for o caso, apurar responsabilidades pelas irregularidades praticadas.

Recomendamos à Presidência do INSS que no caso da não implementação das devidas regularizações, apurar responsabilidades pela falta de adoção de providências.

PREJUÍZO POTENCIAL:

- Pela não adoção de medidas quanto ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente: **R\$ 114.423.215,00** (valores aproximados);

- b) Pela intempestividade no atendimento das recomendações da CGU apurada até 29.3.2006: **R\$ 11.349.828,00** (valores aproximados)

4.2.3.8 CONSTATAÇÃO:

IRREGULARIDADES RELATIVAS AO PAGAMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS E FALHAS NAS AÇÕES GERENCIAIS E OPERACIONAIS PERTINENTES AO CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO INSS.

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS possui como objetivos básicos garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei e melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social.

Para o desempenho de suas competências institucionais o INSS, com sede em Brasília (direção central), é composto por 5 Gerências Regionais, 102 Gerências-Executivas e 1.164 Agências de atendimento ao público - APS, distribuídas pelo o Brasil.

A Estrutura Regimental da Entidade, que vigia no início do ano 2005, era a aprovada pelo Decreto nº 5.257, de 27/10/2004, porém, em agosto de 2005, por meio do Decreto nº 5.513, de 16/08/2005, houve alterações na sua estrutura gerencial, dentre as quais destacamos as seguintes:

- a) a finalização da gestão colegiada, atribuindo ao Presidente o exercício do comando hierárquico do INSS, entre outras atribuições;
- b) a criação de cinco Gerências Regionais, subordinadas diretamente ao Presidente, com o objetivo de estreitar a distância entre o nível estratégico-tático e executivo-operacional; e
- c) a aprovação da estrutura da Diretoria de Atendimento, com a função primordial de assegurar a padronização e a qualidade dos serviços prestados aos usuários do INSS, coordenando as ações e a estratégia de disseminação de informações para a rede de atendimento.

No sentido de obter a visão crítica do desempenho alcançado pelos gestores do INSS, fundamentado nos princípios e objetivos institucionais, que promovessem a excelência no atendimento ao cidadão, transparência e a facilidade de acesso aos serviços prestados, ampliação da cobertura do sistema, gestão por resultados e fortalecimento institucional, foi procedida a análise das informações contidas nos sistemas corporativos do INSS, na documentação referente à atuação dos diversos agentes de controle sobre a gestão da Unidade e na documentação disponibilizada pelos próprios gestores.

Após análise da referida documentação, constatamos que os gestores da Unidade não exerceram de forma adequada, no exercício de 2005, suas atribuições. Dentre as situações que caracterizam a constatação citada destacamos o pagamento indevido de benefícios previdenciários e assistenciais, a ausência de providências por parte do INSS quanto às impropriedades e irregularidades apontadas por esta CGU nas ações de controle realizadas na área de benefícios da autarquia no período de 2001 a 2006.

Com referência a pagamentos indevidos de benefícios previdenciários e assistenciais, identificamos, em análises procedidas nos relatórios de auditoria de acompanhamento e de avaliação da gestão, realizados entre os exercícios de 2001 a 2006, situações inadequadas em relação aos citados benefícios, gerando um prejuízo anual de cerca de R\$ 598 milhões, conforme descrito no quadro demonstrativo a seguir.

Atuação da CGU	Fato	Valor (R\$)
Relatório de Auditoria nº 169937/2005, encaminhado ao gestor em maio/2006.	Cerca de 17 mil benefícios (manutenção de benefícios previdenciários pagos aos ex-combatentes de guerra e seus dependentes).	350.044.874,61
Relatório de Auditoria nº 172709/2005.	Foram evidenciados 9.398 (nove mil trezentos e noventa e oito) benefícios com pagamentos irregulares.	49.232.667,00
Relatório de Auditoria nº 161968/2005.	Manutenção de cerca de 69,30% das situações de inconsistências/irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002 (2.815 benefícios).	57.489.020,40
Relatório de Auditoria nº 159481/2004, encaminhado ao gestor em fev/2005.	Manutenção das aposentadorias por invalidez; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de suas aposentadorias por invalidez e pagamentos irregulares de 7.495 (sete mil, quatrocentos e noventa e cinco) benefícios	80.939.974,19
Relatório de Auditoria nº 159480/2004, encaminhado ao gestor em fev/2005.	Manutenção dos auxílios doenças; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de seus auxílios doenças e pagamentos irregulares de 4.574 (quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) benefícios	59.154.109,17
Relatório de Auditoria nº 135726/2005	Pagamento de 2.921 pensões com dados incorretos ou incompletos pagamentos em duplicidade; concessões após a Lei, sem a devida comprovação legal; pagamento sem identificação do segurado/instituidor; etc.; pensões por Morte Espécie 22 de ex-servidores públicos continuam sendo pagas pelo INSS, descumprindo a determinação do Acórdão TCU nº 94, de 24.2.2003	2.000.000,00
TOTAL		598.860.645,37

Registra-se também as constatações apontadas nas fiscalizações realizadas nos municípios por meio de sorteio público. Como resultado das referidas fiscalizações, foram identificadas divergências entre dados existentes no Sistema de Óbitos - SISOBÍ e os contidos no Livro C dos Cartórios fiscalizados, quais sejam, nome do falecido, CPF e nome da mãe

cadastrado no SISOBI diferente do registrado no Livro C dos Cartórios, registro de óbitos entre no SISOBI sem o correspondente registro no Livro C do Cartório e vice-versa. Além disso, foi constatada a ausência de comprovação pelos Cartórios da entrega dos registros de óbito ao INSS, bem como a entrega dos referidos registros de óbitos fora do prazo determinado pela legislação. Os fatos relatados encontra-se descritos nas Notas Técnicas/DSPAS/SFC/CGU/PR nº 1.108/2004, 1.675/2004, 1.813/2004, 304/2005, 438/2005, 813/2005, 212/2006, 1.125/2004, 1.444/2004, 1.674/2004, 1.812/2004, 305/2005, 440/2005, 213/2006, compreendendo os períodos de 2004 até a presente, uma vez que as providências continuam em andamento e/ou pendente.

Outra questão a ser destacada, verificada nas fiscalizações nos municípios, refere-se a beneficiários com idade superior a 90 anos. Nos trabalhos, foi constatada a ocorrência dos seguintes fatos:

- a) beneficiário com dados cadastrais incorretos;
- b) beneficiário morto com certidão de óbito não localizada, não registrado no SISOBI e com pagamento Ativo;
- c) beneficiário morto com certidão de óbito não localizada, não registrado no SISOBI e com pagamento Cessado/Suspense;
- d) beneficiário morto com registro no SISOBI e pagamento Ativo;
- e) beneficiário morto, cessado/suspense, com pagamento efetuado após o óbito;
- f) beneficiário morto, não localizado pela fiscalização, com dados cadastrais incorretos e com pagamento indevido;
- g) beneficiário não localizado pela fiscalização, com dados cadastrais incorretos e com pagamento ativo; e
- h) beneficiário não localizado, com dados cadastrais incorretos e com pagamento cessado/suspense.

No que se refere à ausência de adoção de medidas saneadoras por parte dos gestores do INSS quanto às impropriedades e irregularidades apontadas por esta CGU, destacamos, em acréscimo às já apresentadas, os seguintes impactos negativos identificados em exercícios anteriores e objeto de recomendação por parte da CGU, em especial, o contido no Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005, também verificados no exercício de 2005:

- a) manutenção de pagamento de benefícios em situações inconsistentes/irregulares;
- b) baixo índice de execução física e financeira no âmbito do Projeto PROPREV;
- c) elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do

Ministério da Previdência Social às diversas áreas do INSS;

- d) descrição indevida, no relatório de gestão, dos indicadores de desempenho utilizados na avaliação da gestão da Unidade; e
- e) assunção de metas inconsistentes e ausência de integração entre o planejamento e o orçamento.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Por meio das análises realizadas, verificamos a ausência de providências por parte do INSS quanto às impropriedades e irregularidades apontadas por esta CGU nas ações de controle realizadas na área de benefícios da autarquia no período de 2001 a 2006. Tal fato fica evidente quando se verifica o caráter recorrente das constatações descritas.

CAUSA:

Identificamos como gargalos gerenciais que determinaram os impactos negativos constatados no exercício de 2005, bem como em exercícios anteriores, os seguintes:

- a) morosidade na implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS - NMG e do Plano Diretor de Tecnologia e Informação do INSS - PDTI, ambos inseridos no Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, projeto concebido com o propósito de transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, unificação das bases de dados, desenvolvimento de sistemas e implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS (arrecadação, benefício, contencioso administrativo e judicial, logística e Recursos Humanos);
- b) Ausência de uma rotina de revisão dos dados constantes do Sistema Único de Benefícios;
- c) fragilidades no processo de homologação dos sistemas corporativos do INSS, tendo em vista a reincidência de falhas e críticas sistêmicas.
- d) falta de tempestividade na implementação das recomendações dos agentes de controle atuantes sobre o INSS, dentre os quais destacamos a Ouvidoria-Geral do MPS, o Tribunal de Contas da União, a Secretaria Federal de Controle e o Ministério Público da União;
- e) ausência de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento e a supervisão do processo de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais;
- f) falha nas críticas dos sistemas; falta e falha de integração de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOB, SIPREV), bem como falta de cruzamento com

sistemas corporativos de outros Órgãos (Ministério da Saúde, INCRA, Ministério do Trabalho, Secretaria da Receita Federal e etc.).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Referente às recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº. 159480/2004, Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004 e do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-4, de 15.3.2006, foi apresentada a seguinte justificativa:

"Estamos convocando servidores para compor o grupo de trabalho que dará continuidade aos trabalhos de saneamentos das pendências do acórdão 1.921, 791, do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº. 159480/2004, Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº. 159481/2004 e do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº. 161968/2005 na elaboração dos relatórios que serão encaminhados à Auditoria do INSS."

Acerca das constatações e recomendações procedidas nas fiscalizações realizadas nos municípios, foi, de maneira geral informado que o INSS vem adotando as medidas no sentido de sanear as falhas identificadas, dentre as quais destacamos as seguintes:

- a) Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 9º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou que, por meio do Aviso nº 721/MPS, de 24.9.2004, determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto."
- b) Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 10º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou que, por meio do Aviso nº 737/MPS, de 30.9.2004, determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto.
- c) Mediante Ofício nº 1.351/INSS/DCPRES, de 21.12.2004, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS informou que a implementação do Projeto de revisão cadastral dos beneficiários da previdência social está em andamento desde 16.12.2002. Segundo o INSS, do total de 3.606.170 benefícios, relacionados a 5.727.825 pessoas, já foram atualizados dados de 1.216.371 pessoas, restando um total de 2.389.429 benefícios referentes a 3.665.449 pessoas.
- d) Por meio do Memorando nº 20.522/093/2005, de 19.07.2005, o INSS esclareceu que, sobre a existência de segurado falecido cujo registro não consta no SISOBI da Previdência Social, realmente, na data de elaboração do Relatório de Fiscalização nº 329, ou seja, 27.10.2004, os termos elencados na planilha ainda não constavam no SISOBI, porém já foram regularizados.

A respeito das ações gerenciais adotadas pelo INSS no sentido de sanar os gargalos gerenciais identificados pela equipe de auditoria, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-4, de 15.3.2006, foi informado o seguinte:

"No cumprimento da sua missão, os Gestores do Instituto Nacional do Seguro Social vem, apesar de diversas restrições orçamentárias, quadro de pessoal sem renovação adequada, parque tecnológico inadequado, entre outras situações logísticas que merecem especial atenção, buscando soluções por intermédio de ações e atividades voltadas para área finalística, sem perder de foco sua finalidade institucionalizada conforme definido no artigo 1º do Decreto nº 5.513, de 16 de agosto de 2005: "O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal, com sede em Brasília - Distrito Federal, vinculada ao Ministério da Previdência Social, instituída com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

Uma das ações prioritárias para o exercício de 2006, contemplada no Plano Estratégico do INSS para o período de setembro de 2005 a dezembro de 2006, é a implantação do Plano de Gestão do Atendimento- PGA no conjunto das Agências do INSS. Essa ação foi implantada, como piloto, em 5 APS no Estado de São Paulo e conforme relatórios disponíveis na intraprev no endereço <http://www-pga/> as mesmas tiveram uma significativa melhora nos seus indicadores.

Com todas as dificuldades elencadas, o MPS vem adotando uma postura gerencial com enfoque em ações estratégicas, voltadas estritamente para a confirmação da missão institucional, que no dia 06/12 foram avaliadas. Dentre essas ações podemos destacar a ampliação dos canais remotos dos serviços previdenciários, a redefinição do modelo de perícia médica, a aquisição de equipamentos de informática para as Agências da Previdência Social, etc.

A estratégia de implementação do NMG definiu as ações necessárias para viabilizar a transformação nos procedimentos e rotinas da Instituição, através da implementação dos processos de trabalho redesenhados, no desenvolvimento de novos sistemas, atendendo as prioridades de implementação definidas pela Instituição que são os macroprocessos Previdência Não Programada e Amparo Assistencial, atualmente denominado, Benefício de Prestação Continuada - BPC LOAS, bem como os processos de apoio e integradores, necessários para suportar os novos processos e sistemas.

Atualmente o projeto possui onze pacotes de trabalho em andamento, sendo que, destes, sete fazem parte do macroprocesso Previdência Não Programada. São eles: Descentralização do Atendimento dos Benefícios Auxílio-Doença, Revisão de Benefícios, Atualização de Benefícios, Recursos de Benefícios, Contencioso Judicial do Benefício, Monitoramento dos Serviços da Perícia Médica e Atualização do Cadastro para o Reconhecimento de Direitos. Um dos pacotes pertence ao macroprocesso BPC-LOAS e trata da Descentralização do Atendimento dos Benefícios de BPC-LOAS. Os outros três pacotes pertencem aos processos integradores e processos de apoio e são: Planejar e Administrar Estrategicamente, Gestão de Documentos e Gestão de Imóveis.

A modelagem dos pacotes de trabalho supra citados totalizaram, em outubro, o detalhamento de 50 PTN's (Processo Transacional de Negócio), 458 atividades e 4.080 tarefas. Estas informações são consolidadas na ferramenta ARIS onde são gerados os diagramas que orientam a seqüência de execução dos processos e respectivas interações. No mês de outubro, foram inseridos nesta ferramenta 17 PTN's, 148 atividades e 988 tarefas. Após a conclusão da modelagem, os processos são submetidos à validação pelas áreas de negócio envolvidas e, posteriormente, são disponibilizados para a etapa de desenvolvimento dos novos sistemas de informação.

Dentre os processos de trabalho que já se encontram nestas condições, foram priorizados o requerimento e o agendamento de exame médico do auxílio-doença para subsidiarem o piloto do primeiro sistema derivado do PINMG. Este sistema será utilizado como Piloto na aplicação da metodologia do NMG e servirá de referência para os demais sistemas a serem desenvolvidos. O trabalho está sob a coordenação da Diretoria de Negócios da Dataprev e do PINMG/INSS.

Os próximos projetos de desenvolvimento de sistemas a serem priorizados estão em fase de análise pelas áreas de negócio da instituição.

A expectativa da contratação da fábrica de software para o início do próximo ano deverá agilizar o processo de desenvolvimento e implementação dos novos sistemas.

Importante ressaltar que a priorização dos macroprocessos e dos pacotes de trabalho visou minimizar as carências principais da Instituição, seguindo as diretrizes propostas e objetivando alcançar resultados mais significativos no menor prazo de tempo possível.

Está em elaboração o projeto para criação de sistema de monitoramento das rotinas dos sistemas de concessão, manutenção

e revisão de benefícios.

O sistema visa identificar, acompanhar e avaliar as possíveis fragilidades/erros dos processos de cadastro de pessoas físicas, reconhecimento, revisão e manutenção do direito, bem como apontar as necessidades de correção identificadas na avaliação dos benefícios.

A Portaria Conjunta nº 3, de 22 de junho de 2005, visa o saneamento das pendências relacionadas às deficiências apontadas pelo TCU. Foi constituído Grupo de Trabalho que está atuando e elaborando relatórios quinzenais para encaminhamento à Auditoria Geral do INSS.

O INSS implementará ações para realização do Censo Previdenciário previsto no § 4 do art. 69 da Lei nº 8.212/91, que tem como objetivo a atualização cadastral de titulares de benefícios.

Com a implantação do projeto de atualização cadastral (Censo Previdenciário), as inconsistências cadastrais serão saneadas."

Em resposta ao Ofício Nº 18.276/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 13.06.2006, os gestores do INSS, por meio do Ofício Nº 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, prestaram os seguintes esclarecimentos acerca do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 175153:

"A Diretoria de Benefícios elaborará um plano de providências que permitirá o envio mensal de relatórios com as consolidações dos resultados informados pelas Gerências Executivas. As dificuldades apontadas com relação ao SISOBI, referem-se as apontadas abaixo:

a. A gestão do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI, com base na Portaria nº 1.408, de 03 de outubro de 2003, passou para a responsabilidade da Assessoria de Gerenciamento de Riscos, órgão subordinado a Secretaria Executiva do MPS, que passou a coordenar, acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos nesse Sistema.

b. Por meio do DECRETO Nº 5.403 DE 28 DE MARÇO DE 2005 o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI passou para a responsabilidade do Departamento de Tecnologia e Informação do Ministério da Previdência Social, conforme transcrição abaixo.

Art. 5º Ao Departamento de Tecnologia e Informação compete:

*.....
X - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas ao Cadastro Nacional de Informações Sociais e ao Sistema Informatizado de Controle de Óbitos.*

c. O Art. 6º do Decreto Nº 5.533 DE 16 DE AGOSTO DE 2005, revogou o Decreto nº 5.257, de 27 de outubro de 2004; a alínea "b" do inciso III do art. 2º, os incisos IV e X do art. 5º e o art. 24 do Anexo I do Decreto no 5.469, de 15 de junho de 2005. Portanto o SISOBI atualmente está sendo administrado pela Diretoria de Benefícios de maneira informal."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme informações prestadas pelos gestores e considerando as análises realizadas pela equipe de auditoria, verifica-se que a Entidade vem adotando medidas no sentido de sanar as falhas apontadas pelos agentes de controle que atuam sobre sua gestão. Contudo, constata-se a ausência de tempestividade na regularização dessas falhas, implicando, dessa forma, em prejuízo aos cofres públicos.

Além disso, tendo em vista o caráter recorrente das situações identificadas, constata-se a ausência de ações mais abrangentes que tenham como propósito a solução dos gargalos gerenciais determinantes das citadas ocorrências. É necessário que os níveis estratégicos da Organização estejam envolvidos com a identificação das situações que dão causa ao citados gargalos gerenciais.

A evidência das afirmações contidas neste item, conforme abordagem adotada na gestão operacional deste relatório, se verifica quando, durante quatro anos consecutivos, o projeto que tem como objetivo eliminar/reduzir as questões ligadas às maiores deficiências do INSS não é executado de maneira adequada.

O objetivo básico do PROPREV é a modernização da gestão previdenciária, passando por questões como gestão por resultados, infra-estrutura tecnológica, revisão de procedimentos e práticas gerenciais e capacitação do corpo técnico. Assim sendo, questões como mudanças de dirigentes, falta de definições estratégicas, falta de integração entre as instituições que integram o sistema previdenciário e falta de agilidade dos setores internos nos processos de contratação não deveriam se caracterizar como fatores determinantes no baixo índice de execução de projetos dessa natureza.

Outra questão a ser abordada diz respeito à ausência da implementação de um processo consistente de planejamento, bem como de mecanismos, agentes e instrumentos que garantam o monitoramento e a avaliação sistemática dos resultados como viabilizadores da efetividade das ações no âmbito do INSS. As metas definidas devem caracterizar-se como desafios a serem atingidos e devem possuir como foco as competências

institucionais da organização, bem como os indicadores de gestão utilizados devem ter como objetivo fornecer aos gestores informações mais adequadas para suportar o gerenciamento de suas atribuições, não podendo constituir-se em uma atividade meramente formal.

Não podemos deixar de citar o elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Previdência Social - OGPS às diversas áreas do INSS, conforme relatórios emitidos pela OGPS, encontram-se pendentes de solução cerca de 84.000 demandas (reclamações e denúncias). Ressalta-se que essa situação não se constitui em fato novo no processo gerencial do INSS, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e outros agentes de controle que atuação na gestão da Unidade constantemente registram essa situação.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Presidente do INSS
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Presidente do INSS
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
573.145.786-72	Leonardo José Schettino Peixoto	Diretor de Atendimento
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
Todos os Gerentes Executivos/INSS das Gerências apontadas		

RECOMENDAÇÃO :

Assim sendo, considerando as questões apontadas, os gargalos gerenciais identificados, as recomendações efetuadas nos itens próprios deste relatório e o contido no Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005, item 5.2.3.1, recomendamos à Presidência do INSS a adoção das seguintes medidas:

- a) conceda a devida celeridade ao processo de implantação do PROPREV (Novo Modelo de Gestão e Plano Diretor de Tecnologia da Informação), de forma que seja viabilizada a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, unificação das bases de dados, desenvolvimento de sistemas e implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS e evitado o desperdício na utilização dos recursos existentes no projeto;
- b) proceda, junto aos órgãos de controle, o estabelecimento de um plano de implementação das

- recomendações, contendo, a forma, os responsáveis e os respectivos prazos para adoção das soluções propostas, referentes a: ausência de uma rotina de revisão dos dados constantes do Sistema Único de Benefícios; ausência de metodologia consistente no sentido de agilizar o processo de localização de bens de devedores da previdência social; fragilidades no processo de homologação dos sistemas corporativos do INSS, tendo em vista a reincidência de falhas e críticas sistêmicas; falta de tempestividade na implementação das recomendações dos agentes de controle atuantes sobre o INSS, dentre os quais destacamos a Ouvidoria-Geral do MPS, o Tribunal de Contas da União, a Secretaria Federal de Controle e o Ministério Público da União; ausência de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento e a supervisão do processo de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais; falha nas críticas dos sistemas, falta e falha de integração de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOBI, SIPREV), bem como falta de cruzamento com sistemas corporativos de outros Órgãos (Ministério da Saúde, INCRA, Ministério do Trabalho, Secretaria da Receita Federal e etc.); divergências entre dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBI e os registrados no Livro C do Cartório; divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBI; divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBI e não tem no Livro C; o Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS; entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei;
- c) determine aos agentes responsáveis pela homologação dos sistemas informatizados da Unidade que desenvolvam metodologia de controle de versões e de solicitações, visando garantir que as falhas que foram objeto de correção não sejam reincidentes, bem como responsabilizar o prestador de serviço pela ocorrência indevida;
- d) identifique e determine a emissão de relatórios e a realização de consultas que permitam o efetivo monitoramento e avaliação das informações registradas, de forma a garantir uma atuação mais eficaz dos gestores da Previdência Social;
- e) regularize todas as irregularidades, impropriedades e falhas apontadas neste item, em relação as concessões e manutenções de benefícios, em especial as contidas nos Relatórios de nº 161968/2005, 159481/2004 e 159480/2004, procedendo à cessação dos benefícios

comprovadamente irregulares, estabelecendo cronograma e definindo prazo; e

- f) adote providências, para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas, neste item, de acordo com a Lei 8112/90.

4.2.3.9 CONSTATAÇÃO:

FALHAS NOS PROCEDIMENTOS INTERNOS NO QUE SE REFERE À FORMALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, NAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - APS OESTE - BELO HORIZONTE, APS 26 DE AGOSTO - CAMPO GRANDE, APS CENTRO - CUIABÁ, APS AFOGADOS - RECIFE, APS LINDOLFO MONTEIRO - TERESINA E APS GERÊNCIA EXECUTIVA EM VITÓRIA.

Com o propósito de agregar qualidade aos trabalhos de avaliação da gestão do INSS, a CGU realizou, por meio de suas unidades nos estados, auditoria de acompanhamento nas Gerências Executivas do INSS em Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Recife, Teresina e Vitória. Os trabalhos de acompanhamento tiveram como objetivo avaliar a existência de represamento de processos, bem como a ocorrência de falhas na manutenção de benefícios. Dentre as questões apontadas nos relatórios de auditoria, destacamos as seguintes:

- a) ausência de confiabilidade e fidedignidade das informações contidas nos sistemas de gerenciamento de processos;
- b) falhas na formalização dos processos de concessão de benefícios;
- c) não localização de processos e morosidade na disponibilização de informações solicitadas; e
- d) represamento de processos de concessão de benefício.

No que se refere às impropriedades na manutenção e atualização dos sistemas que viabilizam o gerenciamento dos processos, registramos a existência, na Agência da Previdência Social - APS - Belo Horizonte - Oeste, de processos com o "status" de represado no sistema, porém, já indeferidos e arquivados. Ressalta-se a informação prestada pelo chefe da citada Agência, aos auditores da CGU, de que sua equipe não tem por hábito utilizar o sistema como ferramenta de gerenciamento.

Na APS - Campo Grande - 26 de Agosto, foi constatada a existência de processos de concessão de benefícios localizados fisicamente na referida agência, porém com informação de localização, no sistema de Informação de Benéficos - INFBEM, indevida, bem como processos não localizados na Agência e registrados no referido sistema como pertencentes à mesma.

A respeito das falhas na formalização dos processos de concessão de benefícios apresentamos as seguintes situações verificadas em cada gerência, conforme contido nos relatórios de auditoria das CGUs nos estados:

Gerencia Executiva de Belo Horizonte

"A amostra utilizada para verificação da formalização processual de benefícios relativos a aposentadoria por idade, especial e por tempo de serviço/contribuição, bem como as pensões por morte previdenciária e por acidente de trabalho totalizavam 239 processos, sendo que apenas 215 pertenciam à GEXBHZ. A Gerencia Executiva disponibilizou 96 desse total, dos quais 49 estavam formalizados como processos e os 47 restantes eram juntada de papéis, formulários, extratos e informações grampeadas. Dos 96 apresentados, 49 estavam incompletos, pois não continham as cópias dos documentos de identificação do beneficiário e seus dependentes no caso de pensão, inclusive o CPF, documento de apresentação obrigatória, bem como a relação dos salários de contribuição, a certidão de óbito e outros necessários à concessão do benefício conforme listagem encaminhada pela Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle.

(...)

Quanto à amostra utilizada para a verificação da existência dos processos físicos de benefícios por incapacidade, quais sejam, auxílio doença previdenciário, aposentadoria por invalidez previdenciária, auxílio doença por acidente de trabalho e aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, dos 118 processos, apenas 110 pertenciam à GEXBHZ. Desses, foram apresentados 69, sendo que 43 tratavam-se de juntada de papéis, formulários, extratos e informações grampeadas, sem a devida formalização processual."

Gerencia Executiva de Campo Grande

"Em atendimento a OS 174949, solicitamos à Agência da Agência da Previdência Social - Campo Grande - 26 de Agosto, a disponibilização de cento e setenta processos de benefício (espécies 21, 41, 42, 46 e 93) para análise.

...

Dos processos analisados, constatamos o que se segue:

1 - nos processos referentes aos benefícios nr. 41/130.691.562-4 e 41/111.479.523-0 as cópias de RG/CTPS não estão autenticadas;

2 - nos processos referentes aos benefícios nr. 41/100.268.419-3, 42/102.113.658-9 e 21/100.268.958-6

inexistem RG/CTPS que identifique os segurados dos benefícios;

3 - nos processos referentes aos benefícios nr. 41/127.258.793-0, 41/100.268.419-3, 41/131.556.868-0, 41/130.691.562-4 e 41/111.479.523-0 as certidões de nascimento/casamento não estão autenticadas;

4 - inexistência de documentos comprobatórios dos vínculos empregatícios e salários de contribuição nos processos referentes aos benefícios nº 41/100.268.419-3, 42/109.752.324-9, 21/119.172.003-6, 21/100.268.958-6, 21/104.935.573-0 e 21/107.433.601-9;

5 - inexistência de certidão de nascimento/casamento nos processos referente aos benefícios nº 42/115.737.236-5, 42/120.866.904-1, 42/109.752.324-9, 42/102.113.658-9, 21/123.802.982-2, 21/127.835.523-2 e 21/104.935.573-0;

6 - inexistência de autenticação dos documentos no processo referente ao benefício nº 21/119.172.003-6;

7 - inexistência de NIT (PIS/PASEP) nos processos referentes aos benefícios nº 21/123.802.982-2, 21/129.151.510-8, 21/100.268.958-6, 21/104.935.573-0, 21/107.433.601-9 e 21/109.752.077-0; e

8 - nenhum dos processos analisados foi autuado e protocolado."

Gerencia Executiva de Vitória

"Analisando os processos de concessão de benefícios do INSS, constatamos os seguintes problemas:

1) Os processos não são identificados (numerados/protocolados) pelas agências com a movimentação dos mesmos. Existem apenas documentos emitidos pelo sistema (resumo do benefício) e, documentos com capa de processo, mas sem a devida numeração, o que contraria o parágrafo 4º do artigo 22 da Lei 9.784/99.

2) Não consta do processo cópia do documento de identificação (ID, RG/CTPS, CIC/CPF): 0760833001, 1062736564, 0847508412, 1029449551, 0778102475, 0784636001, 0805595465, 0826085105, 0110491599, 0100596509, 0418933286, 0784864543, 0419044680, 0747938601, 0710426372, 0498731600, 0499015347, 0436133822, 0805596429, 0767830237, 0727460676, 1003523797, 0772720800, 0784679169, 0805719059, 0100548423, 0738406929, 0418898189, 0100575307, 0100591809, 0436228211, 0542166747, 0419067493, 0418897263, 0838049150, 0498731332, 0826085687,

0842439412, 0784666776, 0767832710, 1003232121, 0100491960, 1143403638, 1003087806, 1003046840, 1003039208, 1003113068, 1003164037, 1003185085, 0012648000, 1070785218, 0100414400, 0767829387, 0487786360, 0542123029, 0710421826 e 0784896020.

3) Não consta do processo cópia da Certidão de Óbito referente à espécie 21 e 93, dos seguintes benefícios: 0767830237, 0826085105, 0110491599, 0100596509, 0418933286, 0419044680, 0767832710 e 1003232121.

4) Não consta do processo Certidão de Tempo de Serviço dos respectivos empregadores, CNIS, cópia da CTPS, GRPS e carnês de contribuição, comprovando o tempo de serviço das atividades exercidas pelos empregados, referente aos benefícios abaixo relacionados: 1080472611, 1032483870, 1062736564, 1003533695, 0778102475, 1070788420, 0288186559, 0767830237, 0542126621, 0727460676, 1003566135, 1055862940, 0110491599, 0100596509, 0847615375, 1003523797, 0847407519, 0419044680, 0541805193, 0847508412, 1003221120, 1003065373, 1115667707, 1003191662, 1003104468, 1003122814, 1003173222, 1003150672, 1003161631, 0784864543, 0842432370, 0418933286, 0499015347, 0436133822, 0288190203, 0784636001, 0805595465, 0767873661, 0805719059, 0826253059, 1003570868, 0288184734, 0100548423, 1074345794, 0419074236, 0418898189, 0100575307, 0100591809, 0542065150, 0436228211, 0542166747, 1003119813, 0542112809, 0842380957, 1031943630, 0288175751, 0418991847, 0727462830, 0542110598, 0419219110, 0838049150, 0418933944, 0498731332, 0826085687, 0784666776, 1003232121, 0100491960, 1003210969, 0767832710, 1025976689, 0012648000, 0100414400, 0767829387, 0767829387, 0487786360, 0710421826 e 0784896020.

5) Não consta a emissão do comunicado/carta, pelo Instituto Nacional de Previdência Social, quanto à liberação da concessão requerida pelo interessado, dos processos referentes aos seguintes benefícios: 1070788420, 0710426372, 0418933286, 0419044680, 1003191662, 1003173222, 1003200980, 0542112809, 0418933944, 0784666776, 1003234426, 1003213801 e 1003184399.

6) Não consta o comprovante do recebimento da Carta/Comunicado de Concessão, assinado pelo segurado/interessado, emitido pelo INSS, comunicando a concessão do benefício requerido, dos processos referentes aos benefícios: 1003221120, 1003150672, 1003161631, 1003009503, 0805712372, 0784864543, 0842432370, 0784673853, 0826085105, 0747938601, 0542179318, 0498731600, 0499015347, 0767830237, 0727460676, 0542109190, 0541805193, 0847615375, 1003523797, 0847407519, 0772720800, 0784679169, 0288190203, 1003533695, 0778102475, 0784636001, 0805595465, 0767873661, 0805719059, 0826253059, 1003570868, 0288184734, 0752927469, 0100548423, 1074345794, 0419074236, 0542161729, 0718138112,

0738406929, 0418898189, 0100575307, 0100591809, 0784856923, 0542065150, 0542166747, 0419067493, 1003119813, 0542112809, 0842380957, 1031943630, 0288175751, 0847433960, 0418991847, 0727462830, 0542110598, 0826217060, 0418897263, 0419219110, 0838049150, 0418933944, 0747935343, 0498731332, 0826085687, 0842439412, 0784666776, 1003234426, 1003213801, 1003077240, 1003184399 e 1003210969.

7) Apenas a Certidão de Casamento e/ou Certidão de Nascimento são os documentos de identificação dos segurados/interessados, dos benefícios abaixo: 1070788420, 0767830237, 0710426372, 0727460676, 0747938601, 0847615375, 0784673853, 0842432370, 0805712372, 0436133822, 0499015347, 0498731600, 0805596429, 0772720800, 0752927469, 0419074236, 0418991847, 0727462830, 0498731332 e 0784666776.

8) O Resumo de Documentos para Cálculo de Tempo de Contribuição das atividades exercidas pelos empregados, encontra-se sem a identificação do Setor Responsável pela concessão do benefício. Dos documentos verificados não constaram o referido resumo dos seguintes benefícios: 1003229660, 1003221120, 1003044880, 1115667707 e 0752927469.

9) Requerimento solicitando a concessão do benefício sem assinatura do interessado, o que contraria o artigo 6º da Lei 9.784/99: 1003104468, 0418933286, 0541805193, 0418933944, 1143403638, 1003111499, 1003087806, 1003046840, 1003039208, 1003113068, 1003164037, 1003011559, 1003185085, 1003111499, 0012648000, 1070785218, 0100414400, 0767829387, 0487786360, 0542123029, 0710421826 e 0784896020.

10) Falta a cópia da Certidão de Tutela/Curatela referente ao benefício do Interessado (NB 1003009503).

11) Consta o extrato extraído da CP/CTPS, preenchido por servidor do INSS, sem a identificação (carimbo e assinatura) da chefia responsável pelo setor de benefícios, dos seguintes segurados: 0805712372, 0784673853, 0847615375, 0419074236, 0100575307, 0419067493, 0838049150 e 0418933944.

12) Na documentação apresentada referente ao benefício 0805596429 - da companheira, não consta documentação referente ao segurado e esposa do mesmo, visto que consta da concessão do benefício o percentual de 50% dado a cada uma.

13) A cópia da Certidão de Óbito, anexada aos comprovantes dos documentos do Segurado (NB 0100528686), encontra-se ilegível.

14) Não consta perícia médica dos seguintes segurados: 1003087806, 1003113068, 1003164037 e 1003039208.

15) A última perícia médica, do benefício 0487786360 (fl. 13), não consta preenchimento nos campos: "Administrativo Perícia" e "Quesitos a cargo do médico perito local", constando, apenas, a assinatura e carimbo da médica perita local no campo: "OBS.: (Setor de Perícias)". Os campos referentes ao MPC foram preenchidos sem constar a assinatura e carimbo do referido médico.

16) O segurado (NB 1003039208), não apresentou ao INSS, a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, conforme Portaria nº 5.051, de 26/02/1999.

17) Na Conclusão das perícias médicas realizadas nos benefícios n.ºs. 0767829387, 0012648000, 0542123029 e 0784896020, não há identificação do médico perito local e nem do médico perito coordenador.

18) Benefícios 1003087806, 1003046840, 1003113068, 10030185085, 1003111499 e 0542123029, não constam informações de perícias médicas periódicas.

19) Não pôde ser comprovada a existência física de 87 processos, tendo em vista que os mesmos não foram disponibilizados até o término dos trabalhos de campo, 17.04.2006."

Vale registrar que, em todos os trabalhos encaminhados a esta Unidade Central da CGU, por suas unidades nos estados, foi relatado como fator impeditivo do aprofundamento dos trabalhos de auditoria o não encaminhamento de processos contido na amostragem, bem como a morosidade na apresentação das informações solicitadas, tendo em vista a dificuldade de localização dos processos. Os principais fatos apontados pelas equipes de auditoria descrevem situações como arquivamento de processos em locais inadequados e falta de zelo na guarda organização e protocolização dos mesmos.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Tendo em vista as características dos fatos apontados, verifica-se que não foram adotadas providências tempestivas com o propósito de sanar as deficiências constatadas.

CAUSA:

Os auditores identificaram como principais causas dos fatos ocorridos a ausência de tempestividade na atualização das informações contidas nos sistemas informatizados, a falta de supervisão nos procedimentos de formalização dos processos de concessão de benefícios e a ausência de sistemática e infra-

estrutura adequadas no que se refere ao arquivamento de processos.

JUSTIFICATIVA:

De maneira geral, os gestores apresentaram como justificativa para os citados impactos negativos a carência de recursos humanos, a ausência de infra-estrutura adequada, a defasagem tecnológica e a carência de recursos orçamentários e financeiros.

Adicionalmente, a Diretoria de Benefícios do INSS, por meio do Ofício N° 434/INSS/PRES, de 23.06.2006, informou que *"com relação às recomendações deste item, a Diretoria de Benefícios fará o monitoramento junto às Gerências Executivas dos casos apontados no relatório, bem como a cobrança dos resultados"*.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Apesar da recorrência das constatações verificadas pelas unidades da CGU nos estados, tendo em vista a abrangência dos trabalhos realizados, verifica-se, indo além da solução pontual das questões registradas, a necessidade da extensão pelas instâncias superiores do INSS, das análises realizadas pela CGU, para outras unidades regionais, de forma que seja possível identificar as razões das ocorrências descritas e, conseqüentemente, reduzi-las ou eliminá-las.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
317.322.081-15	Rolnei de Souza Tosi	Gerente Executivo do INSS em Recife/PE
324.994.936-15	Pitágoras Tadeu Miranda de Almeida	Gerente Executivo do INSS em Belo Horizonte/MG
139.800.091-49	Joaquim Candido Teodoro de Carvalho	Gerente Executivo do INSS em Campo Grande/MS
268.891.881-87	Lucy Rosa da Silva	Gerente Executivo do INSS em Cuiabá/MT
520.768.308-04	Ulpiano José Tavares Gomes	Gerente Executivo do INSS em Teresina/PI
398.313.456-49	Aparecida Francis Pinto da C.	Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, face aos impactos negativos identificados nos trabalhos de acompanhamento, recomendamos que a Presidência do INSS determine aos setores responsáveis, em especial à Diretoria de Atendimento e à Diretoria de Benefício, que procedam, de forma mais abrangente, a verificação da ocorrência dos fatos constatados, em outras Unidades do INSS, com o propósito de identificar as causas gerenciais determinantes dos citados impactos e adotar medidas saneadoras institucionais, bem como que as Unidades avaliadas implementem as recomendações contidas nos relatórios de auditoria de acompanhamento de suas gestões.

4.2.3.10 CONSTATAÇÃO:

O CENSO PREVIDENCIÁRIO NÃO POSSIBILITARÁ A REVISÃO DA LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DO MÉRITO DAS CONCESSÕES E MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL, BEM COMO A EXISTÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS QUE NÃO SERÃO RECENSEADOS, POR VALIDAÇÃO DO CNIS, QUE CONSTAM DA BASE DO SISOBÍ.

A Previdência Social desenvolveu o Projeto Censo Previdenciário, tendo por objetivo promover a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas complementando informações e corrigindo os dados indevidos no cadastro do Sistema Único de Benefícios (SUB).

O projeto também visa atender as recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas das União, Acórdão nº 1921/2003 - Plenário, que determinou:

"9.1.1.12.1 - Plano de ação e cronograma de atualização do cadastro de pessoas vinculadas aos benefícios, especificando as informações a serem atualizadas, metas regionalizadas e prioridades, bem como contemplando a possibilidade do batimento com outras bases de dados, incluindo a base de CPF, aventado a possibilidade de utilização de suas informações para preencher e/ou corrigir dados não cadastrados ou incorretos na base de benefícios;"

"9.1.12.2 - Plano de ação e cronograma para acerto das inconsistências apontadas pela Coordenação de Auditoria de Sistemas da DATAPREV, que não estão contempladas pelo Sistema de Identificação Única de Beneficiários - IUB."

O Censo Previdenciário foi idealizado em duas etapas, a primeira compreendida, inicialmente, no período de novembro de 2005 a fevereiro de 2006, devendo abranger 2.613.543 benefícios, e a segunda no período de março de 2006 a julho de 2007, abrangendo o total de 13.105.658 benefícios.

Para a seleção dos benefícios a serem recenseados na primeira etapa, foram selecionados 7.544.550 benefícios do arquivo de Identificação Única de Beneficiários - IUB, dos quais 4.888.390 foram atualizados e validados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, restando 2.656.163 considerados de risco, excetuando-se os benefícios por incapacidade, os pagos pela ECT, convênios e no exterior.

A segunda etapa compreenderá 13.105.658 benefícios, excetuando-se os benefícios por incapacidade e assistenciais. O total de benefícios a serem atualizados, primeira e segunda etapa, será de 15.719.201, entre novembro de 2005 e julho de 2007.

Para a realização do Censo Previdenciário a Previdência Social está utilizando a Rede Bancária, numa Agência da Matriz pagadora do benefício.

O contrato foi firmado com base no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, combinado com o artigo 60 da lei nº 8.212, de 24.7.1991, e do Decreto nº 5.545/2005 que estabeleceu no artigo 79, § 4º e § 5º:

"§ 4o O recenseamento previdenciário relativo ao pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que tratam o § 4o do art. 69 e o caput do art. 60 da Lei no 8.212, de 1991, deverá ser realizado pelo menos uma vez a cada quatro anos.

§ 5o A coleta e transmissão de dados cadastrais de titulares de benefícios, com o objetivo de cumprir o disposto no § 4º, serão realizados por meio da rede bancária contratada para os fins do art. 60 da Lei no 8.212, de 1991." (NR)"

O custo unitário previsto para cada benefício será de R\$ 7,50, sendo que os serviços prestados deverão abranger a "Recepção dos dados cadastrais dos beneficiários do INSS, mediante apresentação de documentos de identificação do beneficiário, conferência e envio eletrônico das informações para a DATAPREV".

Para o Censo Previdenciário, poderão comparecer as agências bancárias para prestar as informações necessárias o titular do benefício, o procurador, o representante legal e o administrador provisório.

Será obrigatório apresentação dos documentos de identidade (carteira de identidade, carteira de trabalho e previdência social, carteira profissional, passaporte, carteira de habilitação, registro de conselho profissional), CPF e declaração de endereço. São complementares o Título de Eleitor, Número de Identificação do Trabalho - NIT e comprovante de residência.

O não comparecimento do beneficiário para o censo previdenciário, ensejará que o INSS faça a convocação para que o mesmo compareça a rede bancária. A convocação será realizada por carta com AR, no caso de endereço válido, se não possuir endereço será emitido edital de convocação e no caso de carta devolvida será feito a emissão de edital.

No caso de apresentação o censo será realizado, caso não compareça, o benefício será suspenso e será emitido edital para cientificar o beneficiário do fato. Após 90 dias de suspensão do benefício o INSS cessará o benefício, devendo o beneficiário comparecer a Agência da Previdência Social para sua reativação.

Tendo por objetivo acompanhar e avaliar o censo realizado pelo INSS, primeira etapa, foi emitida a SA nº 175153-04, de 15.3.2006, solicitando informações atuais sobre o Censo Previdenciário: quantidade de beneficiários recenseados; etapas já concluídas; resultados obtidos; quantidade que falta recensear.

Em resposta foram encaminhados os primeiros resultados estatísticos do censo previdenciário. Cabe ressaltar que tais informações também estão disponíveis no "site" da Previdência Social, www.mps.gov.br.

Cabe ressaltar que foi informado que "até a presente data, os benefícios recenseados só tiveram atualizados no SUB os dados referentes ao endereço, permanecendo os demais dados pendentes de batimento com as bases do CNIS, SISOBI e Receita Federal e validação a ser efetuada oportunamente quando do encerramento da 1ª etapa do Censo."

Dados Estatísticos da 1ª Etapa

- A primeira etapa do censo previdenciário foi dividido em três fases, distribuídos da seguinte forma:

Tabela I

Fase	Benefícios a serem recenseados	Período	Qtde
1ª Fase	Benefícios pagos no 1º e 2º dias úteis	Novembro de 2005 a Maio de 2006	959.447
2ª Fase	Benefícios pagos no 3º dia útil	Dezembro a junho de 2006	472.759
3ª Fase	Benefícios pagos no 4º e 5º dias úteis	Janeiro a julho de 2006	950.952

Informações em 23.3.2006

- balanço do censo previdenciário, em 19.5.2006, apresentava os seguintes dados estatísticos:

Tabela II

	Total previsto	Recenseado	A recensear	% recenseado
1ª Fase	957.168	930.321	43.764	97%
2ª Fase	471.510	450.689	29.933	96%
3ª Fase	947.975	858.077	98.426	92%
Total	2.376.653	2.239.087	172.123	95%

- Os custos da realização do censo previdenciário, 1ª etapa, até 24.5.2006, apresentava os seguintes valores, por banco:

Tabela III

Bancos	Benefícios ativos a recensar		Totais da 1ª etapa	
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR
BANCO DO BRASIL	62.721	470.407,50	628.756	4.715.670,00
BANCO DA AMAZÔNIA	4.373	32.797,50	16.238	121.785,00
BANCO MERIDIONAL DO BRASIL	1.915	14.362,50	14.288	107.160,00
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.343	17.572,50	38.347	287.598,75
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.444	10.830,00	27.980	209.850,00
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO	5.623	42.172,50	49.123	368.422,50
BANCO DO ESTADO DO CEARÁ	337	2.527,50	22.073	165.547,50
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3.946	29.595,00	36.818	276.135,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	54.329	407.467,50	352.872	2.646.540,00
NOSSA CAIXA NOSSO BANCO	2.039	15.292,50	41.756	313.170,00
BRADESCO	34.333	257.497,50	517.051	3.877.882,50
ITAÚ	24.608	184.560,00	284.313	2.132.347,50
BANCO SANTANDER BRASIL	2.048	15.360,00	10.194	76.455,00
ABN AMRO BANK	11.929	89.467,50	70.731	530.482,50
BANCO MERCANTIL DO BRASIL	936	7.020,00	23.848	178.860,00
HSBC	12.695	95.212,50	118.054	885.405,00
UNIBANCO	13.819	103.642,50	125.893	944.197,50
BANCO SAFRA	255	1.912,50	2.373	17.797,50
BANCO RURAL	71	532,50	1.340	10.050,00
BANSICREDI	1.435	10.762,50	12.034	90.255,00
BANCOOB	212	1.590,00	3.986	29.895,00
TOTAIS	241.411	1.810.582,50	2.398.068	17.985.506,25

- Quantidade de notificações emitidas na 1ª etapa:

Tabela IV

Etapa	Carta	Editais	Total
1ª etapa	296.682	157.903	454.585
2ª etapa	93.819	60.721	154.540
3ª etapa	130.155	82.049	212.204

- Quantidade de benefícios suspensos, 1ª etapa, 1ª fase:

Fase	Carta	Editais	Total
1ª Fase	24.528	56.461	80.989

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O Gestor vem adotando providências para melhorar o cadastro das informações dos beneficiários da Previdência Social e não existem ações da mesma magnitude para as devidas avaliações do mérito da concessão e manutenção dos benefícios, principalmente quanto a legitimidade e legalidade.

CAUSA:

O cadastro é um gargalo gerencial para Previdência Social, entretanto existem muitas falhas e irregularidades quanto ao mérito das concessões e manutenções do benefício.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O gestor encaminhou informações do projeto, arquivos com os dados do censo e os seus resultados parciais.

Em resposta ao Relatório preliminar o gestor encaminhou as seguintes informações:

"Com relação à divergência entre as informações iniciais do quantitativo de benefícios a serem recenseados na primeira etapa, deveu-se a exclusão dos benefícios que foram suspensos/cessados por diversos motivos não relacionados ao censo durante o período de realização do mesmo e da transferência dos benefícios para a segunda etapa referentes a 6 bancos que não participaram da primeira etapa por não assinatura do contrato.

Decorrido os prazos legais a Diretoria de Benefícios elaborou relação contendo 8.765 benefícios referentes à primeira fase da primeira etapa que deveriam ter sido cessados por não realização do Censo Previdenciário na competência junho 2006. Os mesmos não foram cessados em virtude do movimento de greve na DATAPREV. O respectivo quantitativo, refere-se à extração ocorrida em 22.05.06, podendo ter havido o recenseamento de alguns benefícios nesse intervalo. (...)"

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Da análise procedida nos primeiros dados do censo previdenciário observamos a existência de divergência dos totais da serem recenseados pela Previdência Social, primeira etapa. No documento do Projeto Censo, apresentado por meio do Ofício nº

250/INSS/PRES, de 10 dezembro de 2005, o total previsto para ser recenseado era de 2.613.543 (dois milhões, seiscentos e treze mil, quinhentos e quarenta e três) benefícios. Em resposta a SA nº 175153-04 solicitando informações, o total previsto na primeira etapa, em 23.3.2006, era de 2.383.158 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, cento e cinquenta e oito) benefícios, nas informações enviadas em resposta a SA nº 175153-36, dados estatístico em 19.5.2006, o total previsto é de 2.376.653 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três) benefícios.

Cabe ressaltar que, devido ao cronograma de realização do censo, até a data de resposta das solicitações de auditoria, não havia benefícios cessados, uma vez que os mesmos ainda estavam no período de carência das notificações, ou seja, 90 dias, contados da notificação por carta ou edital da sua suspensão.

A segunda etapa do censo, tendo 14.536.681 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e um) benefícios a serem recenseados, iniciou em março de 2006, com o primeiro aviso, e o início do recenseamento efetivo em abril de 2006, prosseguindo até julho de 2007.

Importante destacar que a Previdência Social validou os dados de 4.888.390 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa) benefícios, por meio do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, entretanto, utilizando o SISOBÍ e os dados dos beneficiários encaminhados pela Previdência Social, constatamos que deste total, 57.791 (cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e um) beneficiários têm registro no SISOBÍ de já falecidos. Sendo assim, considerando que esses benefícios podem estar ativos e gerando pagamento indevido, o INSS deve adotar providência para cessá-los, caso ainda não o tenha providenciado. A título de informação, esses 57.791 (base 2005) geram pagamento mensal no montante de R\$ 13.981.917,81, ou R\$ 181.764.931,53 anual.

Quanto à análise do censo e dos seus resultados, é importante ressaltar que estão sendo atualizados os dados cadastrais e não o mérito das concessões dos benefícios, continuando a Previdência Social sem elementos que permitam confirmar a legitimidade e legalidade dos benefícios concedidos constantes de sua base de dados.

Em relação às divergências no total previsto e total recenseado, o INSS justificou a divergência ocorrida, porém não informou o total exato de benefícios em cada situação apresentada para o não recenseamento.

Quanto aos benefícios não cessados por greve da DATAPREV devemos ressaltar a necessidade de sua implementação, uma vez que tais benefícios estão gerando prejuízos a Previdência Social.

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício

RECOMENDAÇÃO:

- Revisar as concessões e manutenções de benefícios também quanto aos méritos;
- implementar ações para cessações dos 8.765 benefícios, não recenseados, utilizando as suas Gerências/Agências;
- avaliar o custo e benefício da realização do Censo pela rede bancária, considerando o custo elevado para o recenseamento na primeira fase quando comparado com os custos para os pagamentos dos benefícios pela rede bancária;
- Verificar se os 57.791 benefícios encontram-se atualmente cessados no Sistema da Previdência, uma vez que os mesmos encontram-se registrados no Sistema SISOBI, da relação dos 4.888.390 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa benefícios), validados por meio do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;
- No caso dos ativos, adotar providências para recuperações dos valores pagos indevidamente.

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**5.1 SUBÁREA - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO****5.1.1 ASSUNTO - ESTIMATIVAS DAS RECEITAS****5.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

A receita prevista (Receitas Correntes e de Capital) para o exercício de 2005 foi de R\$ 108.609.350.625,00. A realizada/executada atingiu o montante de R\$ 112.411.567.639,99, distribuída conforme quadros a seguir:

Quadro Previsão X Realização da Receita

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO
Receitas Correntes	108.599.553.199,00	112.405.316.856,15
Receita de Contribuições	106.461.322.490,00	106.168.263.040,36
Receita Patrimonial	687.848.622,00	512.569.401,26

Receita de Serviços	182.222.194,00	235.999.868,21
Outras Receitas Correntes	1.268.159.893,00	5.488.484.546,32
Receitas de Capital	9.797.426,00	6.250.783,84
Alienação de Bens	9.797.426,00	6.250.783,84
Movimentação Financeira	50.838.597.451,58	49.268.084.671,40
Repasse	50.838.597.451,58	49.268.084.671,40
Total	159.447.948.076,58	161.679.652.311,39

Quadro Receita Arrecadada por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Realizada por Fonte
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	23.388.223,34
54 CONTRIBUICAO DOS EMPR.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	111.614.000.638,91
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	506.435.697,78
90 RECURSOS DIVERSOS	-76,00
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	267.743.155,96
Soma	112.411.567.639,99

Comparando-se a receita realizada do exercício em exame com a de 2004, houve um incremento de 17% e, a receita realizada excedeu a prevista em 3,50% em termos percentuais, ou seja R\$ 3.802.217.014,99. No entanto incluindo a Movimentação Financeira esse percentual cai para 1,40% ou R\$ 2.231.704.234,81.

Em que pese o valor absoluto do que excedeu ser expressivo, em termos percentuais, em se tratando de receita, está dentro do previsível.

5.1.2 ASSUNTO - FIXAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES**5.1.2.1 INFORMAÇÃO:**

Dos 9 Programas de Governo gerenciados pelo Ministério da Previdência Social - MPS, o Instituto Nacional do Seguro social é diretamente responsável por 3 programas finalísticos, a saber:

0083	Previdência Social Básica	Garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em Lei
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos
0088	Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões gratuitas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei

Ainda há o Programa 0750 - Apoio Administrativo e o 1282 - Proteção Social ao Idoso, este último sob responsabilidade do

Ministério do Desenvolvimento Social executado no INSS, totalizando 11 programas a saber:

PROGRAMAS	
0065	Proteção Social a Pessoa Portadora de Deficiência
0083	Previdência Social Básica
0084	Arrecadação de Receitas Previdenciárias
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários
0087	Gestão da Política de Previdência Social
0088	Indeniz e Pensões Especiais de Responsabilidade da União
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União
0750	Apoio Administrativo
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
1079	Proteção Previdenciária
1282	Proteção Social a Pessoa Idosa

As diretrizes para fixação das Despesas Correntes guardam compatibilidade com o Plano Plurianual 2004/2007 dos Programas disposto no PPA para o MPS e com a Lei Orçamentária Anual, no que diz respeito à atividade finalística ou à política previdenciária. No entanto quanto à peça do planejamento tem se observado fato diverso, através da má execução de algumas ações.

Ressaltamos que os fatos pontuais serão devidamente tratados em itens específicos deste Relatório de Auditoria de Gestão.

PROGRAMA		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA
0065	Proteção Social a Pessoa Portadora De Deficiência		5.300.423.518,97
0083	Previdência Social Básica	143.513.865.657,00	143.463.488.117,96
0084	Arrecadação de Receitas Previdenciárias	111.932.484,00	156.026.031,73
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários	32.512.200,00	35.769.391,52
0087	Gestão da Política de Previdência Social	6.801.665,00	6.189.009,41
0088	Indeniz e Pensões Especiais de Responsab da União	764.140.880,00	764.600.326,23
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	2.974.435.695,00	2.972.292.982,47
0750	Apoio Administrativo	2.463.722.372,00	2.448.893.410,17
0901	Operações Especiais: Cumprimento De Sentenças Judiciais	4.635.103.975,00	326.772.049,19
1079	Proteção Previdenciária	1.832.000,00	1.100.285,04
1282	Proteção Social a Pessoa Idosa		4.086.383.617,76
Total		154.504.346.928,00	159.561.938.740,45

Fonte SIAFI GERENCIAL

A execução da despesa excedeu a fixada em 3,27% em termos percentuais, ou seja R\$ 5.057.591.812,45. Em que pese o valor absoluto do que excedeu ser expressivo, em termos percentuais está dentro do previsível para o planejamento.

Quanto ao resultado orçamentário, reportamo-nos aos quadros: "Previsão X Realização da Receita" e "Fixação X Realização da Despesa", onde observa-se que a Receita Realizada

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

(R\$ 161.679.652.311,39) ultrapassou a Despesa Executada (R\$ 159.189.539.201,52), em outras palavras o Instituto apresentou "Superávit Orçamentário", ou seja, Resultado Orçamentário Positivo de R\$ 2.490.113.109,87.

5.1.2.2 INFORMAÇÃO:

A Lei Orçamentária Anual aprovada sob o nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, consignou ao Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS, dotação orçamentária inicial de R\$ 6.895.978.719,00 e para o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, cuja gestão está no INSS, de R\$ 138.572.843.842,00, ou seja, foi fixado inicialmente o montante de R\$ 145.468.822.561,00.

Ao longo do exercício a dotação inicial foi acrescida para R\$ 159.880.233.172,58, conforme Quadro Fixação X Realização da Despesa:

Quadro Fixação X Realização da Despesa		
CATEGORIA ECONÔMICA	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPL	154.054.346.928,00	149.504.722.846,97
Despesas Correntes	154.006.898.328,00	149.466.614.877,90
Pessoal e Encargos	6.155.095.398,00	5.536.279.826,39
Outras Despesas Correntes	147.851.802.930,00	143.930.335.051,51
Despesas de Capital	47.448.600,00	38.107.969,07
Investimentos	47.448.600,00	38.107.969,07
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	450.000.000,00	-
Despesas Correntes	450.000.000,00	-
Outras Despesas Correntes	450.000.000,00	-
Subtotal	154.504.346.928,00	149.504.722.846,97
MOV DE CRED ORÇAMENTÁRIO SUPL	5.576.211.315,58	9.435.141.425,55
Despesas Correntes	5.574.037.238,07	9.432.967.348,04
Pessoal e Encargos	(243.255.986,00)	-
Outras Despesas Correntes	5.817.293.224,07	9.432.967.348,04
Despesas de Capital	2.174.077,51	2.174.077,51
Investimentos	2.174.077,51	2.174.077,51
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	(200.325.071,00)	249.674.929,00
Despesas Correntes	(200.325.071,00)	249.674.929,00
Outras Despesas Correntes	(200.325.071,00)	249.674.929,00
Subtotal	5.375.886.244,58	9.684.816.354,55
TOTAL	159.880.233.172,58	159.189.539.201,52

Esse acréscimo deu-se em virtude da aprovação de créditos adicionais para pagamento de despesas: Pessoal e Encargos; Médicos Peritos; Funcionamento das Unidades Descentralizadas; Serviço de Processamento de Dados; garantir o pagamento dos benefícios previdenciários; precatórios e sentenças judiciais, do exercício.

5.1.2.3 CONSTATAÇÃO:**INADEQUADA INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.**

Com o intuito de verificar se as despesas correntes estão claramente estabelecidas dentro de um planejamento orçamentário que possa refletir de forma racional os objetivos do Instituto, seus custos, prazos, responsáveis e possíveis entraves gerenciais, solicitamos ao INSS disponibilizar a peça de planejamento orçamentário e qual a metodologia utilizada.

Essa solicitação deu-se pelo descompasso entre planejamento e orçamento observado no exercício de 2004 e no exercício sob exame, que gerou disfunções na execução orçamentária da Autarquia, pois despesas, incluídas as de caráter obrigatório, tem apresentado problemas de subestimação, caso do salário-família e salário-maternidade, durante o exercício e outras, aparentemente, com utilização de pagamento de outras despesas.

ATITUDE DO GESTOR:

Para o exercício sob exame o gestor não procedeu a uma adequada integração entre o planejamento e o orçamento.

CAUSA:

A causa está relacionada a falha na definição dos parâmetros utilizados para a definição da proposta orçamentária.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Em resposta o INSS informou que:

"O planejamento orçamentário do INSS é elaborado em conformidade com as melhores práticas, levando em consideração os dados fornecidos pelos gestores de cada área/setor da autarquia, visando trazer as necessidades de cada unidade em nível micro para então se proceder a consolidação orçamentária em nível macro, adequando-os aos objetivos do Instituto. Dessa forma, todas as ações de planejamento são devidamente integradas e compatíveis com as necessidades da entidade (...)."

Encaminhou, ainda, cópia da pré-proposta orçamentária para 2006 do INSS, contendo, individualizado, o Programa de Trabalho, discriminação das despesas, Natureza da Despesa, a Proposta em si, o consignado na LOA2005, justificativa e memória de cálculo.

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, o INSS encaminhou as seguintes informações:

"Visando a elaboração da **Pré-Proposta Orçamentária 2007**, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em articulação com a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, solicitou a todos os Coordenadores de Ação levantamento das necessidades de cada área, preenchendo planilha específica, justificando as necessidades e demonstrando, através de memória de cálculo todos os valores inseridos, inclusive com a apresentação de um cronograma de execução.

Após esta etapa estaremos nos reunindo para, em conjunto, analisarmos e discutirmos os números e, se necessário, adequá-los a real necessidade do INSS, considerando, além da execução 2005 e as ações planejadas, fatores como aumento e/ou diminuição das demandas internas e externas oriundas das diversas áreas.

Concluídas, análise e discussão, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade estará consolidando e encaminhando a Proposta Orçamentária 2007, propriamente dita, para análise e aprovação da Setorial Orçamentária do Ministério da Previdência Social

O mesmo procedimento será utilizado para confecção da PRE-PROPOSTA orçamentária do Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

Considerando que as justificativas apresentadas para o exercício de 2005 não foram suficientes para essa CGU, ratifico que a proposta orçamentária do presente exercício teve a participação da comunidade do **INSS**.

Naquela oportunidade, a elaboração da Pré-Proposta Orçamentária 2006 consideramos as informações fornecidas pelas diversas áreas do INSS, através dos Orientadores Técnicos das Metas e Coordenadores-Gerais e que culminou com confecção de material encaminhado a essa CGU, conforme relatado.

O papel da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em articulação com a Controladoria, responsável à época pelo Planejamento deste órgão, foi de orientação e consolidação das necessidades

encaminhadas pelas áreas, nesta análise, consideramos, sempre, as ações de planejamento.

Na adequação aos limites impostos pela Secretaria de Orçamento Federal, esta Coordenação-Geral buscou atender as necessidades prioritárias de cada unidade em nível micro para então se proceder a consolidação orçamentária em nível macro."

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em que pese a justificativa de que o planejamento orçamentário do INSS é elaborado em conformidade com as melhores práticas. Constatou-se, entretanto, fato diverso por meio da má execução de algumas ações.

No exercício de 2005, não foram apontadas medidas que visem elidir o problema em tela, portanto a situação permanece pendente de solução.

Em face da resposta encaminhada pelo INSS, em atendimento ao contido no relatório preliminar, que aponta para melhorias no planejamento orçamentário de 2007, devemos observar que a ausência de planejamento orçamentário do INSS e suas disfunções na execução de algumas ações, para o exercício de 2005, foram apontadas em relatórios anteriores, não elidindo a responsabilidade pela permanência da situação.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a proposta orçamentária possa refletir de forma racional os objetivos da unidade, seus custos, prazos, responsáveis e possíveis entraves gerenciais, com as devidas informações dos parâmetros e cálculos utilizados na definição da proposta orçamentária.

5.2 SUBÁREA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO**5.2.1 ASSUNTO - EXECUÇÃO DE DESPESAS**

5.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Em pesquisa ao SIAFI Gerencial identificamos as seguintes ocorrências:

- a) Pagamento de despesas com Diárias e Passagens no elemento de despesa exercícios anteriores; e
- b) Saldo nas contas: Crédito em Liquidação, Valores a Creditar e Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Em resposta o INSS informou que:

"(...)

A Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade promoveu orientações diversas solicitando aos gestores que observasse o fiel cumprimento da legislação relacionada a pagamento de diárias, principalmente, realizar pagamento prévio, evitando portanto, processos de exercício anteriores. Ressalte-se que esta Coordenação Geral providenciou emissão de Mensagem SIAFI 2005/1434349 em 20/12/2005, e que a mesma orientação foi repassada no exercício de 2004.

Finalmente, a CGOFC informa que reforçará o assunto junto às Gerências Regionais em reuniões de serviço, bem como a emissão de um nova mensagem SIAFI."

Saldo nas contas: Créditos em Liquidação, Valores a Creditar e Ajustes de Exercício Anteriores - financeiros, que indica possibilidade de pagamento sem dotação orçamentária.

"(...)

1º - Com relação a conta Valores a Creditar (112.61.00.00) informamos que esta conta tem como função registro de valores a creditar, em transito ou a compensar pelo agente financeiro, os saldos que foram objeto de questionamento referem-se a documentos hábeis apropriados para devoluções de despesas através de GRU, o documento aqui utilizado foi o GD, cujo o título é GRU Devolução de Despesa, tem como natura o Recebimento, faz-se a GD e emiti-se a GRU para que o servidor recolha e assim regulariza-se a conta supra citada.

Neste caso trata-se de Devoluções de Diárias, de Ligações Telefônicas e de Cópias Reprográficas.

2º - No tocante a conta Ajustes Ex. Anteriores Financeiros (513.81.00.00) a qual tem como função

registrar os ajustes, efetivados em contas financeiras, referentes a exercícios anteriores. Esclarecemos que o saldo apresentado no final do exercício dar-se em decorrência de um erro na execução financeira quando do preenchimento do documento PF (nota de programação financeira) que o executor ao efetuar a PF esqueceu de preencher a classificação, a título de exemplo solicitamos consultar a 2005PF000001 emitida em 28 de dezembro de 2006 pela Unidade Gestora 511816 Gestão 57202.

3º - Por último a conta Créditos em Liquidação (112.19.70.01) consta saldo relativos a créditos da entidade oriundos de créditos em liquidação, os saldos constantes nesta conta refere-se a transferências feitas referentes a multas em trânsitos classificados inicialmente contabilmente na conta 333.90.3935 - Multas Dedutíveis para posterior apuração e quitação do débito referente a multas."

RESPONSÁVEL (EIS):

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA AFC:

Diante das justificativas apresentadas, acatamos inicialmente as providências adotadas que deverão ser objeto de acompanhamento na gestão do exercício de 2006 do INSS.

5.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

REINCIDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE DOTAÇÕES IMPRÓPRIAS PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS.

O INSS vem executando despesas fora da ação a que se destina ao seu pagamento. Ressaltamos que essa irregularidade ocorreu em outros exercícios, sendo objeto de ressalva na gestão de 2004, conforme se verifica no quadro a seguir:

Projeto/Atividade	Despesa	Crédito Liquidado
	SALARIO-MATERNIDADE	43.453,65
0117 PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA	AUXILIO P/ EXAMES FORA DO DOMICILIO	19.112,39
	Soma	62.566,04
0132 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA	PRECATORIOS INCLUIDOS NA LEI DO ORCAMENTO	243,94

0134	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA	PRECATORIOS INCLUIDOS NA LEI DO ORCAMENTO	8.116,16
		SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	8.209,70
		SALARIO-MATERNIDADE	5.148,75
		PECULIO	11.332.974,92
0136	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO RECLUSÃO	ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	104,00
		INDENIZACOES TRABALHISTAS	2.196,48
		OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	90,00
		PRECATORIOS INCLUIDOS NA LEI DO ORCAMENTO	5.135,05
		Soma	11.353.858,90
		SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	66.337,49
		AUXILIO P/ EXAMES FORA DO DOMICILIO	17.098,12
0141	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA	AUXILIO-PROGRAMA DE REABILITACAO PROFISSIONAL	874,10
		JUROS	69,62
		Soma	84.379,33

ATITUDE DO GESTOR:

O Gestor reconhece que ocorreram algumas execuções nas Gerências Executivas na forma apresentada por esta CGU, no entanto reincide na utilização de dotações impróprias para realização de despesas em desacordo com a Lei.

CAUSA:

As causas são erros de classificação, descumprimento de normas legais e na ausência de monitoramento e supervisão da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Em resposta o INSS informou que:

"(...)

É muito importante salientar, que algumas ações, logo no primeiro semestre já necessitavam de suplementação, fato este, devidamente demandado previamente à Secretaria de Orçamento Federal. Considerando que as despesas relacionadas a estas ações são de caráter obrigatório (CF), restou a esta CGOFC realizar tais despesas em outras ações que apresentavam saldo suficiente, com controle, ou seja, PLANO INTERNO que caracterizava e demonstrava a situação de execução provisória, zelando inclusive com a correta classificação contábil da despesa, visando no futuro a facilidade de sua reclassificação, fato este que ocorreu no final do exercício com a aprovação de crédito suplementar, ficando somente algumas Gerências Executivas com as pendências aqui apontadas pela CGU.

(...)

0117 - Pagamento de Salário-Família

Execução indevida no valor de R\$ 43 mil em salário-maternidade e de R\$ 19 mil em auxílio para exames fora de domicílio,

totalizando aproximadamente em R\$ 62 mil , executado em 26 Gerências Executivas, que deixaram de promover as devidas reclassificações. É importante ressaltar que o valor que ficou pendente de reclassificação é basicamente desprezível comparando com a valor efetivo desta ação , que totalizou acima de R\$ 36.636 mil.

Obs.: Esta CGOFC fará os devidos registros junto aquelas Gerências Executivas que constam desta inconsistência..Relatório da execução indevida por UG em anexo.

0132 - Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana;

Esta CGOFC informa que não houve execução indevida. Ocorreu um erro de classificação contábil. Trata-se de uma execução de R\$ 243,94 (duzentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos) na UG 510890 que realizou o pagamento de uma determinação judicial. Esclarecemos que não se trata de pagamento de precatório. Por fim, podemos afirmar que o valor em questão não impctou o quantitativo físico desta ação, que teve uma execução superior a R\$ 67 bilhões.

Obs.: Esta CGOFC fará o devido registro junto UG 510890 que constou desta inconsistência. Relatório da execução indevida por UG em anexo.

0134 - Pagamento de Pensões - Área Urbana;

Esta CGOFC informa que não houve execução indevida. Ocorreu um erro de classificação contábil. Trata-se de uma execução de R\$ 8.116,16 (oito mil, cento e dezesseis reais e dezesseis centavos) nas UGS 510135 e 511397 que realizaram pagamentos de determinação judicial. Esclarecemos que não se trata de pagamento de precatório. Por fim, podemos afirmar que o valor em questão não impctou o quantitativo físico desta ação, que teve uma execução superior a R\$ 27,5 bilhões.

Obs.: Esta CGOFC fará o devido registro junto as UGS 510135 e 511397 que constou desta inconsistência..Relatório da execução indevida por UG em anexo.

0136 - Pagamento de Auxílios;

Inicialmente, esta CGOFC informa que na execução de R\$ 5.135.05 (Cinco mil, cento e trinta e cinco reais e cinco centavos) não houve execução indevida. Ocorreu um erro de classificação contábil por parte da UG 510190, que realizou pagamento de determinação judicial. Esclarecemos que não se trata de pagamento de precatório.

Quanto ao valor de R\$ 8.209,70 (oito mil, duzentos e nove reais e setenta centavos) informamos que trata-se de execução em Plano Interno provisório realizada pelas UGS 510580, 510915 e 511286, referente a pagamento de reembolso salário-família e que não foram reclassificados no final do exercício. Da mesma forma, o valor de R\$ 5.148,45 (Cinco mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) executado, também com Plano Interno provisório, pelas UGS 510140, 510217, 510529, 510534, 511097, 511690 e 511841, em pagamentos referentes a reembolso salário-maternidade, e que não foram reclassificados no final do exercício. Por fim, podemos afirmar que o valor em

questão, em torno de R\$ 18,5 mil não impactou o quantitativo físico desta ação, que teve uma execução superior a R\$ 15,5 bilhões.

Obs.: Esta CGOFC fará o devido registro junto as UGS acima citadas que constou desta inconsistência..Relatório da execução indevida por UG em anexo.

0141 - Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana.

Quanto aos valores de R\$ 17.098,12 (dezessete mil, noventa e oito reais e doze centavos) e R\$ 874,10 (oitocentos e setenta e quatro reais e dez centavos) esta CGOFC informa que trata-se de valores que foram realizados com a utilização de Plano Interno Provisório para pagamentos de Auxílio para Exame fora do Domicílio e de Auxílio a Segurados em Programa de Reabilitação Profissional, respectivamente. Execução em Plano Interno provisório e que não foram reclassificados. Entendemos também, que o valor em questão, em torno de R\$ 17,9 mil não impactou o quantitativo físico desta ação, que teve uma execução superior a R\$ 188 milhões.

Obs.: Esta CGOFC fará o devido registro junto as UGS 510216, 510686, 510699, 511792 e 511827, referente a falta de reclassificação do Auxílio em Reabilitação Profissional e as UGS 510208, 510296, 510699, 510706, 510835, 510916, 510918, 511212, 511685, 511686, 511799, 511827 e 512085, referente a falta de reclassificação de Auxílio para Exame Fora do Domicílio, que constou desta inconsistência..Relatório da execução indevida por UG em anexo."

Diante de todas as justificativas aqui apresentadas, somam-se ainda, as diversas dificuldades que enfrentamos no final do exercício face inexistência de endereço, telefone, e-mail, equipamentos, etc. Contudo, é importante registrar a dedicação, capacidade, companheirismos dos servidores da CGOFC que com dignidade honraram suas matrículas e fizeram o melhor possível para o fechamento daquele exercício."

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, o INSS encaminhou as seguintes informações:

"DE ACORDO.

Ressaltamos que a CGOFC estará evidando todos os esforços para que tais registros não ocorram neste exercício. Por fim, solicita reavaliar a posição dessa CGU quanto ao deferimento parcial da justificativa apresentada pela CGOFC."

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto já foi amplamente debatido em relatórios anteriores e a nossa avaliação é que o Gestor fere dispositivos legais com descumprimento das disposições do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal e do art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, uma vez que a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, são expressamente vedados e que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica, devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Verificamos a necessidade de ser aprimorado o processo de planejamento da proposta orçamentária, com utilização de adequados parâmetros de cálculos, de forma a evitar a solicitação suplementar de recursos e/ou utilização indevida de orçamento de outras programas/ações.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística adote providências visando tornar mais efetiva sua execução orçamentária, mediante planejamento estratégico, entrelaçado com a proposta orçamentária e sua execução, evitando distorções nas despesas a serem realizadas, bem como estabeleça mecanismos de controle interno e monitoramento da execução orçamentária, evitando assim apropriações indevidas. Deve também destacar os problemas operacionais em item específico no seu relatório de gestão.

Recomendamos também apuração de responsabilidade pelo descumprimento das normas legais.

6. GESTÃO FINANCEIRA**6.1 SUBÁREA - RECURSOS DISPONÍVEIS****6.1.1 ASSUNTO - RESULTADO DA GESTÃO DE DISPONIBILIDADES****6.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

Em consulta realizada no sistema SIAFI GERENCIAL, verificamos que o INSS recebeu do Ministério da Previdência Social a título de Sub-Repasso e concedeu a suas Unidades Gestoras a título de Sub-Repasso um total de R\$ 6.770.602.581,93 (seis bilhões, setecentos e setenta milhões, seiscentos e dois

mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos), conforme quadro a seguir:

Fonte de Recursos		Sub-Repasse Recebido	Sub-Repasse Concedido
00	RECURSOS ORDINARIOS	343.488.478,47	343.488.478,47
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	36.009.316,60	36.009.316,60
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	2.797.960,84	2.797.960,84
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	181.190.363,85	181.190.363,85
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	128.808.215,89	128.808.215,89
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	5.274.948.917,08	5.274.948.917,08
54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	5.775.011,83	5.775.011,83
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	299.147.452,24	299.147.452,24
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	498.137.788,54	498.137.788,54
77	FONTE A CLASSIFICAR	1.136,00	1.136,00
90	RECURSOS DIVERSOS	297.940,59	297.940,59
		6.770.602.581,93	6.770.602.581,93

Saldo em 31.12.2005

Observando as informações do quadro, verificamos a efetividade entre os valores recebidos a título de sub-repasse e efetivamente concedidos a título de sub-repasse.

6.2 SUBÁREA - RECURSOS REALIZÁVEIS

6.2.1. ASSUNTO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS APURADOS

6.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

INTEMPESTIVIDADE E AUSÊNCIA DE AÇÕES REFERENTES À INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS AOS COFRES PÚBLICOS.

Dispõe o artigo 1º e parágrafos da Instrução Normativa TCU N° 13, de 4 de dezembro de 1996:

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano aos cofres públicos, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências

com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e ao imediato ressarcimento ao Erário.

*§ 1º - A não adoção das providências referidas no **caput** deste artigo, no prazo máximo de cento e oitenta dias, caracterizará grave infração à norma legal, sujeitando a autoridade administrativa competente à imputação das sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilização solidária.*

§ 2º - Esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno, a autoridade administrativa competente deverá providenciar a instauração da tomada de contas especial.

Conforme descrito na norma, a instauração de Tomada de Contas Especial é o instrumento de que dispõe a Administração Pública de reaver prejuízos sofridos após esgotadas as medidas cabíveis na esfera administrativa.

Analisando a Prestação de Contas do INSS referente ao exercício de 2005 (Processo nº 35000.000430/2006-18 - Volume I), verificamos que a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, setor responsável pela instauração de Tomada de Contas Especial na autarquia apresentou a seguinte situação:

a) Retomada das ações de Tomadas de Conta Especial - TCE com a implantação das Comissões nas Gerências-Executivas, analisou até o final do exercício 276 processos de 1.574. O resultado alcançado representa 18% da meta física prevista e uma execução orçamentária de R\$ 207.517,60. Dentre várias medidas adotadas, destaca-se a seguir atividades de trabalho exercidas no ano 2005:

a.1) Na intenção de dar celeridade aos processos, e diante da existência de divergências e aplicação das normas internas, que não proporcionaram a operacionalidade do trabalho pela respectiva linha da cobrança administrativa, fatos esses que se iniciaram desde o ano de 1997, as Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especiais e Comissões Extraordinárias de Tomada de Contas Especiais, avocaram para si a tarefa de efetuar a cobrança administrativa, a partir de julho de 2005, devido ao grande represamento dos processos para cobrança administrativa passíveis de tomada de contas especial, encaminhados pelas Corregedorias às respectivas Gerências Executivas.

a.2) Diante da necessidade de se corrigir referidas disfunções, a Divisão de Tomada de Contas Especias - TCE, em conjunto com a Coordenação de Controle Interno de Benefícios e Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social vem trabalhando,

desde o início do presente exercício, na revisão das normas de cobrança administrativa, e a inclusão dos discriminativos dos indêbitos e responsáveis nos relatórios finais dos PAD's, tanto para os processos atuais, como para os processos represados.

a.3) Esclarecemos que no caso do Controle Interno de Benefícios, a minuta da Resolução que dispõe sobre o procedimento de apuração e ressarcimento de valores de pagamentos indevidos encontra-se na fase de conclusão.

a.4) Ressaltamos que, a ausência de valores quantitativos no quadro demonstrativo dos processos em fase de cobrança administrativa, deve-se ao fato de que os relatórios conclusivos dos Processos Administrativos, geralmente, não definem os responsáveis e o valor do dano causado.

Diante das medidas implementadas a Divisão responsável quantificou, conforme informações prestadas pelos servidores das Gerências Executivas, o número de processos em cobrança administrativa, Processos de Tomada de Contas Especiais em andamento e concluídos, a seguir apresentados:

GERÊNCIAS EXECUTIVAS	COBRANÇA ADMINISTRATIVA	TCE EM ANDAMENTO	TCE CONCLUÍDAS	TOTAL GERAL
ANÁPOLIS	10			10
ARACAJU	56			56
BARREIRAS	1			1
BAURU	1	1		2
BELÉM	1			1
BELO HORIZONTE		1	1	2
BRASÍLIA				0
CAMPINA GRANDE	1			1
CAMPINAS	4			4
CANOAS		1		1
CONTAGEM	2	1		3
CURITIBA	1			1
DIVINÓPOLIS	1			1
FEIRA DE SANTANA	4			4
FLORIANÓPOLIS	4			4
FORTALEZA	3			3
GOIÂNIA	4			4
IJUI	1			1
ITABUNA		2		2
JOÃO PESSOA	1			1
JOINVILLE				0
JUAZEIRO				0
JUAZEIRO DO	2			2

NORTE				
JUNDIAÍ				0
MACAPÁ	2			2
MACEIÓ	4			4
MANAUS	16			16
MARILIA				0
MOSSORÓ	2			2
NITERÓI	6			6
NOVO HAMBURGO	28			28
OURO PRETO				0
PASSO FUNDO	1			1
PETROLINA	3			3
PETRÓPOLIS		1		1
POÇOS DE CALDAS				0
POMBAL	1			1
PONTA GROSSA	1			1
PORTO VELHO	1			1
RIBEIRÃO PRETO	1			1
RJ-CENTRO	15		3	18
RJ-NORTE	16			16
RJ-SUL	3	1		4
SALVADOR				0
SANTO ANTÔNIO DE JESUS				0
SOBRAL		1		1
SOROCABA	1			1
SP-CENTRO	5			5
SP-LESTE				0
SP-SUL	5			5
SUMARÉ	1			1
TERESINA				0
UBERLANDIA				0
VITÓRIA		7		7
VITÓRIA DA CONQUISTA	6			6
VOLTA REDONDA	41			41
TOTAL	256	16	4	276

Em levantamento procedido nos trabalhos realizados pelos órgãos de controle, verificamos a existência de determinações e recomendações no tocante à necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial em situações específicas. Entretanto, foi constatado que não houve resultado de TCE instauradas e, em algumas situações, não foram instauradas TCE nos casos a seguir relacionados:

Na Área relativa à atuação da Controladoria Geral da União:

- Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV. Prejuízo aproximado: R\$ 1.212.086,67 (um milhão, duzentos e doze mil, oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos);
- Irregularidade na contratação da FUB e pagamento indevido. Prejuízo aproximado: R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais).

Na Área relativa à atuação do Tribunal de Contas da União:

- DECISÃO nº 027/2002 -TCU - Plenário (TC 016.101/2000-4);
- DECISÃO nº 084/2002 - TCU - Plenário;
- DECISÃO nº 1.566/2002 (item 8.2.1) e Acórdão nº 02/2005 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4;
- Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5);
- ACÓRDÃO nº 140/2004 - TCU - Plenário;
- DECISÃO nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC 004.029/1999-2 - DECISÃO nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 007.058/2001-0 e demais Acórdãos e Decisões do TCU envolvendo regularização dos pagamentos a título de adiantamento pecuniário - PCCS;
- DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e ACÓRDÃO nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara.

Observa-se que de um universo de 1.574 processos foram analisados 276, o equivalente a 18% do total. Destes 276, 256 foram encaminhados para cobrança administrativa e 20 para instauração de Tomada de Contas Especial. Destes 20, apenas 4 TCE foram concluídas.

Na Prestação de Contas do INSS referente ao exercício de 2005, foram realizados trabalhos com o intuito de instaurar ou concluir processos de TCE num total de 249. Não foi informado, entretanto, quantos resultaram em TCE e destes quantos foram concluídos.

ATITUDE DO GESTOR:

No exercício de 2005 o gestor deixou de verificar a necessidade de instauração de 82% dos processos com indicativos de Tomada de Contas Especial, não concluiu 80% das TCE instauradas e não atendeu a recomendações e determinações dos

órgãos de controle quanto à necessidade de instauração de TCE em processos específicos ou não apresentou resultados conclusivos em processos instaurados.

CAUSA:

A causa do fato deve-se à não instauração de Tomada de Contas especial em processos com indicativo de TCE; e intempestividade na conclusão de processos de TCE instaurados; e não atendimento às recomendações e determinações dos órgãos de controle.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No Processo de Prestação de Contas do INSS referente ao exercício de 2004, o Instituto apontou como causa da inércia que se encontrava a Autarquia no tocante aos processos de Tomada de Contas Especial a necessidade de capacitação de servidores. No mesmo Relatório foi informado da realização de instauração de Comissões Permanentes de Tomadas de Contas Especiais em todas as Gerências Executivas do INSS, atingindo pelo menos três servidores por Gerência.

Em resposta ao Relatório preliminar, o gestor informa que não concorda com apontado e justifica:

" Com relação ao contido na alínea "a" temos a esclarecer que: com a retomada das atividades da Tomada de Contas Especial - TCE foram implantadas 102 (cento e duas) Comissões Permanentes de TCE nas Gerências Executivas onde foram apenas catalogadas 276 (duzentos e setenta e seis) Processos Administrativos passíveis ou não de instauração de Tomada de Contas Especial sendo:

✓ 256 (duzentos e cinquenta e seis) Processos pendentes de análise com relação à Cobrança Administrativa pela origem do fato;

✓ 16 (dezesseis) Processos em andamento na fase de Cobrança Administrativa;

✓ 04 (quatro) Processos de Tomada de Contas Especial, CONCLUÍDOS, pendentes de registro contábil no qual foram destruídos em decorrência do sinistro.

Quanto ao quantitativo de 1.574 (hum mil quinhentos e setenta e quatro) Processos citado no relatório trata-se de informações fornecidas pela gestão anterior no qual, provavelmente, foram elencados, também, os

Processos com erro administrativo na área de benefício, os oriundos de revisão de benefícios, as auditorias realizadas em benefícios, bem como, os Processos Administrativos Disciplinares concluídos.

Entendemos que com relação à meta física, dos 276 (duzentos e setenta e seis) Processos, 20 (vinte) representam 7,8%, no período de agosto a dezembro de 2005 cuja execução orçamentária totalizou R\$109.567,50 (cento e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), representando 6,6% do total estimado R\$1.660.000,00 (hum milhão, seiscentos e sessenta mil reais) inserido no Sistema Geral de Planejamento - SGP.

Por todo o acima exposto, entendemos, s.m.j. que estamos atingindo as metas propostas, mesmo diante dos óbices encontrados. "

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	Nome	Cargo
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.635-15	Antônio Bacelas Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme se observa nos resultados apresentados pelo INSS em 2004 e 2005, não houve atendimento de determinações e recomendações dos órgãos de controle quanto à necessidade de instauração de Tomada de Contas em situações específicas. Processos de TCE instaurados no decorrer do exercício de 2005 não foram concluídos até a presente data. De um total de 1.574 processos apenas 276, ou 18% foram analisados pelas Comissões de TCE das Gerências Executivas e destas análises apenas 4 dos processos em que foram instauradas TCE foram concluídos.

Estes fatos demonstram intempestividade por parte do gestor na realização de atos visando a restituição aos cofres públicos de valores indevidos. Conforme determina o artigo 2º, parágrafo 1º da Instrução Normativa TCU Nº 13, de 4 de dezembro de 1996, a não adoção das providências caracterizará grave infração à norma legal, sujeitando a autoridade administrativa competente à imputação das sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilização solidária.

Portanto, faz-se necessário a adoção de providências, inclusive com instauração de processo administrativo disciplinar

para identificação dos responsáveis pela não restituição ao Erário de prejuízos sofridos, bem como pela intempestividade na instauração e conclusão de processos com indicativo de Tomada de Contas Especial.

Em face da justificativa apresentada ao relatório preliminar, esclarecemos que as informações prestadas pelos gestores apresentam-se de forma imprecisa, não agregando informações ao apontado por esta CGU, inclusive corroborando com o apontado.

RECOMENDAÇÃO:

- Dar celeridade aos processos de instauração de TCE, com os devidos encaminhamentos a esta CGU para avaliação envio ao TCU para apreciação e julgamento;
- Apurar responsabilidade pela intempestividade na instauração e conclusão de processos com indicativo de Tomada de Contas Especial.

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

PENDÊNCIAS EM VALORES A RECEBER POR RESPONSABILIDADES APURADAS E IMPUTADAS A SERVIDORES OU A TERCEIROS.

A conta "Diversos Responsáveis" tem por função registrar a responsabilidade dos agentes pelos danos materiais causados à fazenda pública, em descumprimento das normas vigentes. Inclui-se da mesma forma os causados por terceiros.

Em análise constatamos o saldo de R\$ 138.455.810,58, Composto da seguinte forma:

1.1.2.2.9.00.00	Diversos Responsáveis - Apurados	138.455.810,58
1.1.2.2.9.01.00	Pagamentos Indevidos	129.427.017,84
1.1.2.2.9.02.00	SalDOS não Recolhidos	146.360,19
1.1.2.2.9.03.00	Desfalques ou Desvios	921.583,45
1.1.2.2.9.04.00	Débitos de Terceiros em Prest. Ser	0,01
1.1.2.2.9.05.00	Responsáveis por Danos ou Perdas	2.556.143,41
1.1.2.2.9.08.00	Falta ou Irregularidade de Comprov	0,37
1.1.2.2.9.15.00	Fraudes em Benefícios	5.404.705,31

Em detalhamento das respectivas contas, identificamos registros anteriores ao ingresso do INSS ao sistema SIAFI.

ATITUDE DO GESTOR:

O Gestor não está procedendo adequadamente o devido acompanhamento/monitoramento de direitos a receber.

CAUSA:

A causa está relacionada à falha no acompanhamento/monitoramento de direitos a receber.

JUSTIFICATIVA:

Em contato com o Gestor, mais especificamente na Auditoria Geral do INSS, nos foi informado que para o 2º semestre do corrente exercício, há previsão de trabalho na área de análise contábil no PAAAI para sanar as possíveis impropriedades/irregularidades.

Em resposta ao apontado por esta CGU, foi informado pelo gestor que:

"Não concorda. A CGOFC informa que não foi notificada a respeito deste assunto. Entretanto a CCONT estará promovendo a análise da referida conta no sentido de melhor justificar tal disfunção."

RESPONSÁVEL (EIS):

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AValiação DA SFC:

Verificamos que o INSS deverá proceder a devida depuração dos saldos da conta, principalmente quanto aos valores a receber por responsabilidades apuradas e imputadas a servidores ou a terceiros.

A informação de que não foi notificada sobre o fato apontado pela CGU, não elide o gestor de responsabilidades sobre os controles que por ele devem ser observados, devendo o mesmo ser tempestivo e proativo na sua gestão.

RECOMENDAÇÃO:

O INSS deverá promover ações para regularizar os saldos da conta, principalmente quanto aos valores a receber por responsabilidades apuradas e imputadas a servidores ou a terceiros, aplicando nos termos da Lei 8429/92 que determina a responsabilização de quem der causa a perdas e danos ao Erário.

6.3 SUBÁREA - RECURSOS EXIGÍVEIS**6.3.1 ASSUNTO - RESTOS A PAGAR****6.3.1.1 CONSTATAÇÃO:**

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DAS AÇÕES (PROJETOS/ATIVIDADES) DO PROGRAMA 0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA, DESTINADAS AO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, PARA O PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR.

A evolução dos Restos a Pagar, durante o exercício de 2005, discriminada por natureza de despesa, encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

NATUREZA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	RESTOS A PAGAR A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO
APOSENTADORIAS E REFORMAS	166.794.095,65	-338.663.566,07		
PENSÕES	131.949.951,58	-9.769.924,70		
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	460.237.163,36	-3.824.899,85	-7.064,75	
BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	67.824.247,28	-17.631.286,20	-1.189,33	
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	27.181,77	-9.336,34		
SALARIO-FAMILIA		-8,09		
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	48.595.213,23	-78.448,32	-183.948,28	
OBRIGACOES PATRONAIS	0,01	-488.418,81	-22.739.253,76	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL		-36.531,40	-146.030,42	

OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.474,49			
MATERIAL DE CONSUMO	9.729.293,07	-4.802.907,44	-3.071.839,70	18.425,69
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	662.373,51	-2.127.357,78	-899.160,65	122.743,75
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	759.472,26	-578.951,37	-1.915.521,34	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	4.863.593,65	-1.230.181,75	-10.554.104,77	4.085,46
LOCAÇÃO DE MAO-DE- OBRA	2.337.736,06	-2.796.787,49	-13.534.868,04	52.344,86
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	61.405.137,57	-52.416.096,81	-62.308.036,60	520.883,10
AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO	33.252,14	-78.471,66		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	919.726,41	-932.819,60	-314.891,77	14.422,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944,72	-140,48		
OBRAS E INSTALAÇÕES	65.965,82	-573.195,82	-10.693,50	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.852.414,12	-20.504.660,96	-1.431.382,67	2.189.515,74
SENTENÇAS JUDICIAIS	34.787.755,93	-13.990.210,67	-701.627,82	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.668.107,61	-1.051.901,13	-274.160,31	10.171,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.475.539,20	-2.319.803,32	-18.563.503,06	598,22
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	0,01			
TOTAL	1.064.995.639,45	-930.101.905,69	-273.329.038,39	5.866.380,10

Fonte: SIAFI Gerencial

Pela análise da execução dos Restos a Pagar em 2005, constatamos que os recursos das ações (projetos / atividades) do programa 0083 - Previdência Social Básica, destinadas ao pagamento de benefícios previdenciários, vêm sendo utilizados para o pagamento de Restos a Pagar.

Os recursos envolvidos são da ordem de **R\$ 826.832.639,64** (oitocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), indevidamente inscritos em Restos a Pagar em 31.12.2005.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O gestor inscreveu indevidamente, em 31.12.2005, recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários para pagamento de Restos a Pagar.

CAUSA:

A causa para a impropriedade relatada está relacionada ao descumprimento de normativo legal.

JUSTIFICATIVA:

O gestor foi questionado, por intermédio da solicitação de auditoria nº 175.153-35, de 19.5.2006, sobre a impropriedade identificada.

Em resposta, por meio de mensagem eletrônica de 29.5.2006, o gestor informou o que segue:

"O valor de R\$ 142,4 bilhões referente à execução do Fundo do Regime Geral da Previdência Social do programa 0083 - Previdência Social Básica, refere-se ao valor total, inclusive com um RAP - Restos a Pagar de R\$ 701,6 milhões no programa 0083. Esclarecemos que adotamos o princípio da prudência, lembrando que o registro de tal valor, visava atender exclusivamente eventuais despesas pendentes do mês de dezembro que poderiam ocorrer na maciça daquele mês. É importante salientar também que a decisão de se manter um RAP decorreu da necessidade de se prevenir, considerando que a interação e integração do Órgão naquele momento se encontrava bastante difícil face as dificuldades de comunicação entre as áreas, isto posto, em decorrência do sinistro ocorrido em dezembro de 2005. Contudo, a execução final ficou em R\$ 141,7 bilhões no programa 0083, frustrando a projeção inicial e provocando uma folga. Sendo assim, este órgão cancelou o saldo da RAP inscrito.

Finalmente, a CGOFC já manifestou a necessidade de manter a DIRETORIA DE BENEFÍCIOS devidamente informada da execução orçamentária deste exercício, visando alimentação das informações no SIGPLAN, bem como os ajustes necessários ao fechamento do exercício,

evitando assim, a inscrição de RAP - Restos a Pagar nas ações do programa 0083 - Previdência Social Básica."

Em resposta ao Relatório preliminar de auditoria o gestor manifestou-se em não concordar com o apontado, acrescentando:

(...) CGOFC enfatiza que não houve a utilização de tais restos a pagar com a maciça de dezembro. Em nenhum momento esta CGOFC liquidou saldo de empenhos. finalmente esclarece que trata-se de restos a pagar não processados e que os empenhos vinculados ao FRGPS foram cancelados."

AValiação DA JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelos gestores não elidem os fatos descritos. Tal afirmação fica evidenciada quando a Unidade afirma que a inscrição foi realizada tendo por objetivo cobrir eventuais despesas da maciça, entretanto cabe ressaltar que os pagamentos de benefícios previdenciários são despesas de caráter compulsório, não necessitando a inscrição em restos a pagar para garantir eventuais despesas. Sendo assim, a afirmativa efetuada pelo responsável não procede e tão pouco tem justificativa para a prudência em questão. Verificamos que não foram observado os Decretos nºs 93.872/1986 e 825/1993, bem como o art.36 da Lei 4.320/64.

Conforme apresentado pelo gestor e verificado por esta equipe os saldos foram cancelados, entretanto é importante destacar que tais procedimentos, que não representam falhas graves na gestão, apresentam-se com falhas formais e de controle, devendo o INSS procurar em sua gestão evitar tais procedimentos.

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

RECOMENDAÇÃO :

Não inscrever em restos a pagar despesas de caráter compulsório, observando os Decretos nºs 93.872/1986 e 825/1993, bem como o art.36 da Lei 4.320/64.

6.3.1.2 CONSTATAÇÃO:

PAGAMENTO DE DIÁRIAS E PASSAGENS COMO DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, EM DESCUMPRIMENTO AO ART.6º DO DECRETO Nº 343/1991.

Foi verificado o descumprimento ao art. 6º do Decreto nº 343/1991, quando do deslocamento de servidores para outras localidades, sem os devidos pagamentos antecipados, sendo utilizado despesas de exercícios anteriores para a quitação das despesas em questão. Cabe registrar que essa impropriedade foi registrada no Item 7.2.4.1 do Relatório de Auditoria de Gestão/SFC nº 160221/2005, portanto ocorrendo a reincidência, sendo recomendado no citado relatório o seguinte:

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que o gestor adote providências no sentido de aprimorar seus processos gerenciais de planejamento e execução das despesas, seus mecanismos de controle e monitoramento da execução descentralizada do órgão, evitando, assim, casos como o pagamento de diárias e passagens em exercícios anteriores, quando o mesmo não se justifica.

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor não adotou medidas efetivas para coibir a execução de despesas Diárias e Passagens como despesa de exercícios anteriores.

CAUSA:

A causa da impropriedade em questão está relacionada a ausência de planejamento das Unidades do INSS (Diretorias, Coordenações, Gerências Executivas e Agências da Previdência), em relação aos deslocamentos necessários para o cumprimento da missão institucional da autarquia.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES):

"Coordenação-Geral Orçamento Finanças e Contabilidade em 30/03/2006:

No exercício de 2005, de um valor total R\$ 49.403.087,01 de despesa com diárias executadas na conta contábil 333.90.14.14 - Diárias no País, apenas o valor de R\$ 41.675,35 foi executado na classificação contábil 333.90.92.14 - Diárias Pessoal Civil de Exercícios Anteriores, perfazendo menos de 0,08% do montante total, portanto imaterial e irrelevante ante da grandeza orçamentária do órgão, não se justificando, de per si, maiores controles diante da análise do custo benefício, bem como de uma administração pública gerencial, preocupada com eficiência e resultado.

Ressalte-se que a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade já havia orientado as gerências quanto ao assunto em tela, sendo que no exercício de 2005, não houvesse inscrição em Restos a Pagar na natureza de despesa 3.3.90.14 - Diárias Pessoal Civil.

Salientamos que mesmo assim, foram adotadas medidas no exercício de 2006 visando a não ocorrência de pagamento de diárias e passagens na rubrica Despesas de Exercícios Anteriores."

Em resposta ao relatório Preliminar o gestor manifestou-se da seguinte forma:

"De acordo no sentido de que a magnitude diminuta do valor não justifica o descumprimento de normativo legal. Ressalte-se porém, que a diminuta magnitude do valor demonstra que existe controle e critério na realização das despesas, devendo haver aperfeiçoamento no controle para que não haja qualquer realização desconforme com as normatizações. Deverá ser acatada recomendação no sentido da apuração de responsabilidades das pessoas que descumpriram as normas legais."

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
899.266.507-59	Álvaro Luís Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Logística

AVALIAÇÃO DA JUSTIFICATIVA:

Discordamos integralmente da justificativa apresentada pelo gestor, no que diz respeito o entendimento de que o descumprimento da legislação está devidamente justificado por ser "imaterial e irrelevante ante da grandeza orçamentária do órgão, não se justificando, de per si, maiores controles diante da análise do custo benefício, bem como de uma administração pública gerencial, preocupada com eficiência e resultado."

Dessa forma, o fato de ser um percentual muito baixo não implica exclusão do controle, tampouco que tais recursos devam ser utilizados sem critérios e em desconformidade com a legislação atinente.

Dessa forma, há necessidade de apuração de responsabilidade das pessoas que descumpriram as normas legais.

Em que pese a concordância do gestor com o apontado, devemos esclarecer que a diminuta magnitude do valor não

justifica tais ocorrências, uma vez ser dever do gestor público primar pela legalidade e legitimidade de seus atos.

RECOMENDAÇÃO:

- a. adotar providências no sentido de aprimorar seus processos gerenciais de planejamento e execução das despesas de diárias, bem como seus mecanismos de controle e monitoramento da execução descentralizada das unidades do INSS; e
- b. apurar responsabilidade pelo descumprimento do art. 6º do Decreto nº 343/1991, quando do deslocamento de servidores para outras localidades, sem os devidos pagamentos antecipados.

7. GESTÃO PATRIMONIAL**7.1 SUBÁREA – INVENTÁRIOS FÍSICOS E FINANCEIROS****7.1.1 ASSUNTO: SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL****7.1.1.1 CONSTATAÇÃO:**

FALHA DE CONTROLE NO SISTEMA PATRIMONIAL E AUSÊNCIA DE INVENTÁRIO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2005.

Com o objetivo de verificar a situação sobre o controle patrimonial dos bens permanentes, bem como as providências adotadas pelo Instituto em razão do incêndio ocorrido em 27.12.2005, elaboramos a Solicitação de Auditoria nº 175.153.31, de 04.0.2006, indagando sobre as baixas patrimoniais em decorrência do sinistro.

Não foi apresentado o inventário dos bens do INSS atualizado, referente ao exercício de 2005, e a base de dados que continha as informações necessárias para elaboração do processo foi perdida por conta do incêndio.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O Gestor não adotou tempestivamente ações para elaboração do Inventário, que teve a sua situação agravada em virtude do incêndio no INSS, onde se localizava o cliente-servidor com as bases de dados.

CAUSA:

A causa está relacionada diretamente a não existência de plano de contingenciamento para resguardar as bases de dados e a intempestividade na elaboração do Inventário.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Em 20.3.2006, por meio do Memorando nº 15/SESM/CGLC/INSS-DF, o INSS informou que:

"...em virtude do incêndio ocorrido no prédio do INSS em 27.12.2005, conforme documento anexo, e apesar dos esforço desta equipe de material em cumprir as datas para fechamento do exercício/2005, deixamos de apresentar os inventários de material permanente e consumo, tendo em vista este instituto ter perdido suas bases de dados no sistema cliente-servidor."

O Diretor de Orçamento, Finanças e Logística - Substituto, anexou, o Memorando-Circular nº 001 CGRL/ISS, de 23.02.2006, estabelecendo instruções de procedimentos para a reconstituição de processos e expedientes, bancos e base de dados, arquivos digitais e digitalizados, sistemas, programas fontes, bem como a avaliação e identificação do patrimônio imobiliário perdido no incêndio.

No item quatro do citado expediente, constou o que segue:

*"Considerando ainda que, nessa ocasião, o sistema de controle de material permanente, LINKDATA, não disponível em rede, encontrava-se instalado na Unidade de Serviço de Suprimento de Material, localizado no sexto andar do Bloco "O", em um único computador, e no mesmo local encontravam-se suas cópias de segurança juntamente com o relatório de carga extraído por ele; **recomendamos:***

(....)

"6. Dos procedimentos para avaliação e identificação do patrimônio mobiliário perdido no incêndio.

6.1. O controle de bens móveis será mantido em conformidade com o Manual de Procedimentos e Normas Administrativos, na parte de Gestão de Suprimentos e Serviços Gerais, em especial o disposto no capítulo II, seções V, VI e VII, e nas situações específicas após o incêndio, além das recomendações dos itens seguintes;

6.2. Os materiais que estavam localizados nos primeiros quatro andares do Bloco "O", que foram retirados e que se encontram em boas condições de uso, comporão o patrimônio mobiliário das linhas. O objetivo é buscar o controle efetivo do patrimônio em questão.

6.3. Os bens que estão sem plaqueta de identificação patrimonial, serão tombados, imediatamente, pelo Serviço

de Suprimento e Material da Coordenação Geral de Licitações e Contratos.

6.4. Até a conclusão dos trabalhos do inventário, ficará vedada a movimentação dos materiais permanentes.

6.5. O modelo dos relatórios de inventário está inserido no anexo I.

6.6. Com o propósito de caracterizar a responsabilidade sob a custódia do material permanente de cada unidade, uma das vias do "Relatório de Inventário de Material Permanente", a chefia responsável pela unidade assinará e a entregará a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - 01.300.1, Anexo MPS, Ala A, sala 419 - Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF, a qual encaminhará para a unidade de Serviço de Suprimento e Material da Coordenação Geral de Licitações e Contratos, para atualização das cargas. A outra via, arquivada na unidade objeto do inventário."

Em resposta ao Relatório Preliminar o gestor, em 21.06.2006, informou que:

"Preliminarmente informamos que o início da nossa gestão foi em 13 de setembro de 2005, restando pouco mais de 03 (três) meses para o término do exercício de 2005. Naquela ocasião fomos informados pelo Chefe do Serviço de Suprimentos sobre a necessidade de dar continuidade aos serviços de fechamento de inventário de bens móveis.

Lembramos que quando falamos de INVENTÁRIO nos reportamos exclusivamente ao inventário dos bens (móveis e de consumo) vinculados a Direção Central, pois somente estes estão na nossa competência; cabendo a Coordenação Geral de Recursos Logísticos o controle sobre o fechamento dos inventários de bens móveis em âmbito nacional.

Assim, buscando regularizar a situação e o fechamento do inventário iniciou-se os trabalhos buscando regularizar a situação do patrimônio mobiliário, inclusive com a mudança e a migração do sistema patrimonial, que passará a ser o ADMPER-WEB e ficará uniforme com o sistema em uso nas Gerências Executivas e Regionais do país quando das realizações dos inventários físicos-financeiros anuais realizados.

Em decorrência do incêndio do edifício-sede desta DC, acontecido no dia 27/12/2005, todo o acervo dos documentos relativos aos procedimentos adotados em referência ao patrimônio mobiliário foram queimados, inclusive o computador que continha as bases de dados

do sistema patrimonial (LINK DATA) em uso naquela oportunidade.

Naquela ocasião, estava sendo procedida a migração entre os Sistemas LINK DATA e ADMPER-WEB, onde já tinha sido feito o levantamento físico e iniciado o processo de cadastramento dos bens numa tabela externa do Sistema ADMPER, criada pela DATAPREV, onde compreendia-se a verificação dos dados dos bens no Sistema LINK DATA e conseqüentemente à digitação no Sistema ADMPER-WEB, que posteriormente, implantado ficaria em uso nesta Direção Central.

Diante da situação apresentada, ficou impossibilitada a implantação do Sistema ADMPER-WEB, haja vista à inexistência do restante das fichas que continham os dados dos materiais coletados quando da realização do inventário físico.

Dessa forma, se fez necessário a realização de um novo inventário físico, que através da Portaria nº 08 e 13/INSS/DIROFL, de 05 de abril e 07 de junho de 2006, foi formado um Grupo de Trabalho que realizou a conferência física para servir de base à implantação do ADMPER-WEB e que está adotando os procedimentos necessários à digitação com vistas ao cadastramento no Sistema ADMPER dos materiais verificados, bem como, analisando os saldos existentes da conta e subcontas de material permanente no Sistema SIAFI.

A fim de demonstrar que a Coordenação Geral de Licitações e Contratos tentou tempestivamente realizar ações para fechamento do inventário 2005, e que vem se esforçando para manter o controle e zelo na administração do acervo patrimonial existente, procedendo de acordo com o Manual de Normas e Procedimentos Administrativos - Gestão de Suprimentos e Serviços Gerais juntamos em anexo :

- Portarias nºs 08 e 13/2006/INSS/DIROFL.
- A página 32 do Inventário emitida pelo Sistema LINK DATA em 26/12/2005 (tendo sido a única página encontrada de todo o inventário impresso após o sinistro)
- relatório das atividades desenvolvidas referente a migração entre dos Sistemas LINK DATA E ADMPER no período de 21/06 a 15/12/2005.
- emails encaminhados pelos servidores envolvidos nos trabalhos que estavam sendo realizados nos meses de outubro e dezembro de 2005, onde demonstramos as ações simultâneas para fechamento do inventário.

- *Despacho emitido pelo Serviço de Suprimentos e Material em 21/06/06 com informações sobre o fechamento do inventário de materiais de consumo - CMC."*

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos a intempestividade da ação por parte do gestor na questão da elaboração do Inventário dos bens do INSS, com as devidas confirmações da existência física e atualizações necessárias.

O Diretor do INSS apresentou como justificativa para a não realização do inventário dos bens a perda do cliente-servidor no incêndio ocorrido na sede do INSS, que continha as bases de dados necessários para emissão de relação e a identificação dos bens para conferência física. Tal justificativa reflete a precariedade dos controles na guarda das informações importantes para a gestão patrimonial dos bens do INSS.

Com relação às inconsistências existentes nos inventários do INSS, conforme já constaram de itens específicos dos Relatórios de Gestão n°s 087911/2002 e 117146/2003, têm se repetido a existência de pendências com relação à apresentação dos inventários físicos financeiros de bens, por parte de algumas agências do INSS, bem como de divergências entre os valores dos mencionados inventários e os constantes do SIAFI.

Conforme planilhas de material permanente elaborada pela Coordenação de Contabilidade do INSS, apontou divergências ao confrontar por conta contábil os valores registrados entre o SIAFI (R\$ 197.736.624,60), BMMP (R\$ 157.680.282,47) e os Inventários (R\$ 138.765.566,28), resultantes de ausência de registros e/ou elaboração dos respectivos Boletins e Inventários Anuais, em diversas Agências Executivas e Direção Central.

Os fatos narrados pela Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos da Direção Central do INSS, em resposta ao Relatório Preliminar, sobre a ausência do inventário anual de 2005, demonstram que as medidas adotadas ainda não resultaram em ações efetivas como forma de implementar e regularizar as informações apuradas, correspondentes ao saldo de material de consumo e ao inventário de bens móveis, levantados no Instituto.

RESPONSÁVEL (EIS):

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

RECOMENDAÇÃO:

Elaborar o inventário dos bens do INSS, com o objetivo de garantir a consistência das informações dos registros dos bens permanentes;

Orientar as Gerências Executivas do INSS da necessidade de realizar o inventário no seu âmbito de atuação, bem como da sua atualização sistemática;

Promover os acertos contábeis entre o SIAFI, BMMP e Inventário; e

No caso de não implementação e regularização das recomendações dos itens anteriores, adotar providências para apuração de responsabilidades.

7.2 SUBÁREA - BENS IMOBILIÁRIOS

7.2.1 ASSUNTO - BAIXAS DE BENS IMOBILIÁRIOS

7.2.1.1 - INFORMAÇÃO:

Com a finalidade de verificar a existência das baixas patrimoniais em decorrência do incêndio ocorrido em 27.12.2005, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153-31, de 04.03.2006, para obtermos informações sobre as providências adotadas. Em resposta, foi esclarecido que não havia sido elaborado o inventário anual de bens móveis relativo ao fechamento do exercício de 2005, no âmbito da Direção Central do INSS.

Informou ainda, que editou a Resolução nº 5/INSS/PRES, de 30 de dezembro de 2005, estabelecendo os procedimentos emergenciais para gerir o funcionamento administrativo do INSS, que no artigo 1º, inciso II, dispõe: "no menor prazo possível, levantar, avaliar, **inventariar** e reconstituir o acervo documental perdido no sinistro." (grifo nosso)

Em 05 de abril de 2006, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística - Substituto, em cumprimento a Resolução anteriormente citada, constituiu Grupo de Trabalho - GT, com a finalidade de realizar o levantamento físico dos bens móveis em uso, pertencentes às unidades administrativas da Direção Central, bem como proceder ao cadastramento dos referidos bens no sistema de administração de bens móveis - ADPMER/WEB. Conclusão prevista para 60 dias, permitida prorrogação.

A Coordenadora-Geral de Licitação e Contratos atendendo ao item "c" da Solicitação de Auditoria nº 175153.31/2006, que indagou sobre os procedimentos adotados para efetuar o levantamento sobre as perdas de equipamentos de informática locados, inclusive os relativos aos contratos vencidos, esclareceu que foi realizado trabalho de identificação e localização dos equipamentos não atingidos pelo sinistro, anexando relação de computadores/impressoras (Antigos), locado e não locados.

7.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE PERMUTA DE IMÓVEIS REALIZADA ENTRE O INSS E A MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

Trata-se de irregularidades no processo de permuta de Imóveis realizada entre o INSS e a MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários, pendente de regularização desde 2000. Esse assunto foi tratado no Item 4.1.2.7 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 160221/2005, com a seguinte recomendação:

"Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote as seguintes providências:

- a) Proceder a avaliação ao mesmo tempo, por meio da CEF, dos imóveis envolvidos no processo de permuta, utilizando critérios e nível de rigor maior ou igual ao estabelecido pela NBR 5676 (Avaliação rigorosa ou Rigorosa Especial), de modo igualitário para todos os imóveis.*
- b) Liberar as hipotecas somente após o recebimento da torna;*
- c) Realizar o encontro de contas para obter o valor da torna a ser cobrada da empresa Miramar, após a conclusão dos resultados das avaliações;*
- d) Acionar a empresa Miramar cobrando o valor apurado e, se for o caso, adotar as medidas judiciais cabíveis."*

ATITUDE DO GESTOR(ES) :

O gestor atual solicitou à Caixa Econômica Federal os estudos para avaliação dos imóveis do INSS e da empresa Miramar.

CAUSA:

Inconsistências nos procedimentos adotados para avaliação dos imóveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

"Está sendo objeto de Estudo de Caso pela CEF, referente as avaliações e assim que tivermos o resultado serão tomadas as decisões finais.

Cópia reprográfica do Ofício nº 617/INSS/DCPRES, de 22.06.2005.

Ainda nesta data, 01.12.05, está sendo objeto de estudo pela área técnica da Caixa Econômica Federal, tendo sido cobrado constantemente pelo Setor responsável. Assim sendo, todos os demais itens acima, estão pendentes de definição face o estudo da alínea "a".

Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio em 30/03/2006.

Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho designado pela Portaria DIROFL nº. 3.453, de 26 de agosto de 2004, datado de 21 de março de 2006."

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
221.273.131-00	Cantídio de Freitas Mundim Neto	Coordenador-Geral de Logística
784.219.778-49	José Roberto Senno	Chefe da Divisão do Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
287.351.101-04	Antonio José Soares Cavalcante	Coordenador-Geral de Logística
054.351.961.91	Marlene da Silva Prado	Coordenador-Geral de Logística
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

AVALIAÇÃO DA JUSTIFICATIVA:

Segundo informações do gestor, estão sendo adotadas providências no sentido de dirimirem as pendências constatadas, com as devidas providências a cargo da Caixa Econômica Federal, e sobre as quais o gestor tem feito reiteradas cobranças.

Ressalta-se, entretanto, que o assunto encontra-se pendente desde 2000. Conforme apontamentos contidos nos Relatórios de Auditoria nºs. 053596 A/2000, 070246/2001, 087911/2002, 117146/2003, 139816/2004, 153860/2004, Notas Técnica nº 917/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 13.12.2002, e Nota Técnica nº 524/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 6.5.2005, os gestores responsáveis pela permuta em questão cometeram atos de improbidade administrativa, ilegalidades e irregularidades, e esses resultados dos trabalhos foram encaminhados ao TCU.

Dessa forma, verificamos que o assunto continua pendente de regularização por parte do INSS.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote as recomendações já encaminhadas pelo Relatório de Auditoria de Gestão/SFC nº 160221/2005, Item 4.1.2.7:

- a) Proceder avaliação ao mesmo tempo, por meio da CEF, dos imóveis envolvidos no processo de permuta, utilizando

critérios e nível de rigor maior ou igual ao estabelecido pela NBR 5676 (Avaliação rigorosa ou Rigorosa Especial), de modo igualitário para todos os imóveis.

- b) Liberar as hipotecas somente após o recebimento da torna;
- c) Realizar o encontro de contas para obter o valor da torna a ser cobrada da empresa Miramar, após a conclusão dos resultados das avaliações;
- d) Acionar a empresa Miramar cobrando o valor apurado e, se for o caso, adotar as medidas judiciais cabíveis.

7.2.2 ASSUNTO: CONSERVAÇÃO DE BENS IMOBILIARIOS

7.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

FALHA NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PRÉDIO E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

Com a finalidade de verificar as providências que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS vem adotando em decorrência do incêndio ocorrido no dia 27.12.2005, de sua propriedade, situado no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco "O", emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153.23, de 27.03.2006.

ATITUDE DO GESTOR(ES):

O gestor vem adotando providências para regularizar e normalizar as atividades do INSS, em nível de órgão central, em função do sinistro ocorrido no final de dezembro de 2005.

CAUSA:

A causa está diretamente relacionada na falha de conservação e manutenção do prédio sinistrado.

JUSTIFICATIVA DO(S) GESTOR(ES):

Em 3.5.2006, o Coordenador-Geral de Engenharia e Patrimônio esclareceu o que segue:

"1. (...)

2. Conforme é público, no dia 27 de dezembro de 2005, próximo das sete horas, iniciou incêndio no referido prédio do INSS. O fogo começou no 7º andar, queimou dois andares para baixo (5º e 6º andares) e três andares para cima (8º, 9º e 10º andares), além do próprio 7º andar. Em alguns momentos durante o fogo recomeçou espontaneamente, sendo prontamente debelado pelos Bombeiros.

3. O prédio foi interditado pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e Defesa Civil, que os vistoriou logo que o fogo foi apagado.

4. A Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social emitiu TERMO DE INTERDIÇÃO Nº 103/2005 às 11:10 horas do dia 27/dez/2005, interditando o estabelecimento Edifício Sede do INSS.
(...)

5. Às 12:00 horas do dia 27 de dezembro de 2005 houve reunião, no auditório da DATAPREV, situado na quadra vizinha do prédio do INSS incendiado, de todos os servidores com o Ministro da Previdência Social e a Diretoria do INSS. As autoridades mostravam-se consternadas com o ocorrido, mais estabeleceram um plano inicial para as ações. O Ministro determinou que as ações referentes as contratações ficariam a cargo do Ministério da Previdência Social (Secretaria Executiva e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração). Os Diretores do INSS estabeleceram cada um para os servidores de suas Diretorias locais de reunião, de trabalho e quem deveria ir a estes locais. Estabeleceram algumas medidas mais imediatas.

6. A Polícia Federal em conjunto com o Corpo de Bombeiros, logo após ocorrido o incêndio, determinou a interdição visando perícia técnica para identificar as causas do incêndio e possíveis culpados, se houvesse. O prédio ficou interditado para perícia, só após liberação poderia ser objeto de ação do INSS/MPS.

7. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal elaborou Laudo Pericial nº 223/05, datado de 31/janeiro/2006, sobre o incêndio ocorrido em 27/12/2005 no Edifício sede do INSS, concluindo que o incêndio teve como causa um fenômeno termoeletrico e como subcausa curto-circuito. Este laudo foi encaminhado ao INSS em 18 de janeiro de 2006.

8. As ações pertinentes ao Ministério da Previdência Social para recuperação do prédio e atendimento a situação emergencial foram as seguintes (informações do Eng, Ivan Carlos Alves de Mello):

- a) Licitação emergencial em 29/12/2005.
- b) Assinatura de Contrato em 30/12/2005 (com previsão de término para 20/01/2006) - Contrato

44/2005 - contratada a empresa Adler Engenharia e Comércio.

- c) O escoramento feito pela empresa contratada ficaria com as despesas paga até 03/03/2006.
- d) Atendimento às exigências contidas no termo de interdição nº 103/2005 do Subsecretário de Defesa Civil.
- e) Segue em anexo: 02 Relatórios da empresa contratada Adler, onde se podem constatar mais de 20 ações feitas.

9. Locação de imóvel para instalar o INSS pelo tempo necessário para as providências relativas ao prédio sede do INSS que sofreu incêndio:

- a) Processo nº 35000.000090/2006-17 aberto 07.02.2006.
- b) Aviso de Procura de Imóvel com publicação na imprensa jornal Correio Brasiliense em 06.03.2006.
- c) Quantidade de propostas recebidas: 06.
- d) Ofício solicitando Avaliação CEF para o imóvel: Ofício nº 82/INSS/CGLC, de 12.04.06.
- e) Aguardando: decisão sobre o valor e decisão final sobre a locação.

10. Informações da Divisão de Projetos e Obras sobre a elaboração de projeto básico para licitação da obra de recuperação, concluído pelos engenheiros do quadro do INSS em 03.05.2006 - vide Orçamento e Cronograma em anexo. Foram elaborados estudos, plantas (mais de 20 pranchas), projetos, especificações; planilhas orçamentárias, cronograma físico e outros elementos visando estabelecer um projeto básico para licitar a recuperação do prédio para um padrão mais adequado e atual ao funcionamento do INSS. Demais procedimentos da CEPA/DMEA e CGEPA do INSS estão com conclusão (proposta de contratação visando escoramento completo do prédio, após manifestação e esclarecimento referentes ao laudo técnico)."

Foi também fornecido em anexo pelo Coordenador-Geral de Engenharia e Patrimônio do INSS, o Relatório elaborado pela Adler Engenharia e Comércio, relatando o serviço emergencial executado em função do sinistro, bem como Orçamento estimado da Divisão de Projetos e Obras do Instituto, detalhando os serviços a serem executados e o cronograma físico-financeiro com prazo da obra em 360 dias, com o valor de orçamento estado em R\$ 34.088.745,28.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos que várias providências foram adotadas para regularizar e normalizar as atividades do INSS, em nível de órgão central, em função do sinistro ocorrido no final de dezembro de 2005.

Entretanto, não verificamos ações para apurar responsabilidade pelo indicativo de falha de manutenção, conservação e prevenção de incêndio do imóvel do INSS, que é necessário para o caso em questão.

RESPONSÁVEL (EIS):

CPF	Nome	Cargo
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para apurar responsabilidade, caso ainda não tenha sido feita, pela falha na manutenção, conservação e prevenção de incêndio, em função do sinistro ocorrido em 27.12.2005, no edifício sede do INSS; e

Adotar providências preventivas de manutenção, conservação e prevenção de incêndio, nas outras dependências do INSS, de forma a evitar a ocorrência de sinistro dessa natureza.

8. GESTÃO DE PESSOAS**8.1 SUBÁREA - MOVIMENTAÇÃO****8.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL****8.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

Com a finalidade de obter o quantitativo e a distribuição dos servidores do INSS, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153-21, à Diretoria de Recursos Humanos para que informasse o seguinte:

a) quantitativo de servidores ativos e temporários, por categoria funcional, bem como as suas localizações por área (Áreas Meio e Áreas Fim).

Mediante o Ofício 82/INSS/DIRRH, de 05.5.2006, o INSS encaminhou a informação do quantitativo de servidores ativos, por categoria funcional e suas localizações por área, conforme a seguir demonstrado:

Quantitativo de Pessoal por Situação
Brasil**Posição: Dezembro-2005**

Situação	Quantitativo de Servidores		Variação %
	2004	2005	
Ativos Permanente	40.023	39.368	-1,64
Cedidos	782	2.589	231,07
Celetista	9	8	-11,11
Excedente de Lotação	2	3	50,00
A - Total de Servidores Ativos	40.816	41.968	2,82
Aposentados	41.041	40.645	-0,96
B - Total Servidores Aposentados	41.041	40.645	-0,96
Requisitados	8	7	-12,50
C - Total de servidores Requisitados	8	7	-12,50
Instituidor de Pensão	11.230	11.719	4,35
D - Total de Instituidores	11.230	11.719	4,35
Exerc. Descen. De Carreira	1.637	1.737	6,11
Exercício Provisório	39	40	2,56
Nomeado Cargo Comissão	47	22	-53,19
E - Total de Outras Situações	1.723	1.799	4,41
Total Geral (A+B+C+D+E)	94.818	96.138	1,39
Total de Servidores Ativos (A+C+E)	42.547	43.774	2,88

DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES**ATIVOS POR ÁREAS MEIO E FIM****BRASIL**

Totais de Servidores por Áreas				Totais de Servidores	
Meio		Fim			
2004	2005	2004	2005	2004	2005
11.593	15.239	29.223	26.729	40.816	41.968

O INSS conta ainda com o contingente de **8.198** estagiários, do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, em todo território nacional, sendo **4.513** de Nível Médio e **3.685** de Nível Superior, de acordo com as informações prestadas pelo Ofício nº 82/INSS/DIRH, de 05.05.06.

Sobre o assunto a Diretoria de Recursos Humanos do INSS informou, em resposta ao Relatório Preliminar, o que segue sobre a distribuição de servidores:

"Item 8.1.1 - Quantitativo de Pessoal - quanto à redução do quantitativo de servidores lotados na atividade-fim do INSS no exercício de 2005 em relação ao de 2004, esclarecemos que, no Relatório de Gestão de 2005, foram incluídos no quantitativo de servidores da atividade-fim apenas aqueles lotados nas Agências da Previdência Social, sem considerar servidores lotados na área de Benefícios das Gerências-Executivas e da própria Diretoria de Benefícios, no total de 2.467 servidores. Registramos que para reafirmar a decisão do Instituto de priorizar a atividade-fim, foi autorizada pelo Presidente da República, por meio da Exposição de Motivos Interministerial n.º 57, de 29/12/05, a nomeação de 800 Técnicos Previdenciários e 200 Analistas previdenciários, que seriam lotados, no exercício de 2006, exclusivamente em Agências da Previdência Social."

AVALIAÇÃO DA SFC:

De acordo com o quantitativo de pessoal por situação - posição dezembro/2005, o INSS tinha, considerando os critérios utilizados pela área de Recursos Humanos, segundo Prestação de Contas de 2005, disponível para o desempenho de suas atividades institucionais o contingente de 41.968 servidores, conforme demonstrado anteriormente.

Observa-se na distribuição do Quadro de Pessoal do INSS, que no exercício de 2005, ocorreu em relação ao exercício de 2004 uma redução de 8,53% de servidores localizados na atividade fim do INSS, situação esta que deve ser monitorada pela área de Recursos Humanos como forma de alertar e evitar, quando possível, tal ocorrência, garantindo assim a melhoria da qualidade de atendimento Previdenciário.

No Relatório de Auditoria nº 139816/2004, subitem 9.1.1.1, constou os resultados de estudos promovidos pelo Instituto, no qual foi informado que o quantitativo de servidores ideal para funcionamento de suas Unidades estaria entre a faixa mínima de 37.238 e máxima de 45.987 servidores. As necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho, o contingente existente, atualmente, está contido na faixa prevista como ideal para funcionamento das atividades do Instituto.

Destaca-se ainda no contexto da análise, a necessidade da Área de Recursos Humanos, dentre as suas atribuições, articular-se de modo com que as Unidades de Atendimento não sofram redução de contingente, determinando em conjunto com os demais segmentos do Instituto o ideal mínimo de contingente a ser mantido nas áreas finalísticas de atendimento à clientela Previdenciária, como também rever a localização dos servidores admitidos nas carreiras de Analista e Técnico Previdenciário de modo a assegurar a melhoria da qualidade de atendimento nas Agências da Previdência Social - APS.

No que diz respeito ao emprego de estagiários, conforme consulta ao SIAFI, observa-se que o INSS despendeu no exercício de 2005 a importância de R\$ 17.163.721,57 (CONOB/SIAFI - 18:01h) a favor do CIEE e, deste valor, 4% (quatro por cento), R\$ 686.548,86, foram pagos a título de administração à citada Instituição, pela intermediação na colocação de estagiários.

Cabe registrar, como forma de observação, que a despesa realizada com emprego de estagiários pelo INSS corresponde a 28,86% da despesa de mesma natureza em todo o Serviço Público Federal, que no exercício de 2005 alcançou a cifra de R\$ 59.569.629,95.

No que se refere à avaliação sobre o contingente de Recursos Humanos existente na área de atendimento do Instituto, o Diretor de Recursos Humanos informou que foi autorizado o recrutamento, por concurso público, de Técnicos e Analistas Previdenciários visando diminuir a insuficiência de contingente nas Agências da Previdência Social. Dessa forma, cabe ressaltar a necessidade da área de Recursos Humanos apresentar estudo que demonstre a real necessidade de Recursos Humanos, por unidades do INSS, nos mesmos moldes efetuados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, como forma de adequar a real necessidade da Instituição, objetivando melhorar a qualidade do atingimento de sua missão Institucional.

8.2 SUBAREA: REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

8.2.1 ASSUNTO - GRATIFICAÇÕES

8.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

PAGAMENTO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO - GADF, CUMULATIVAMENTE COM O VENCIMENTO DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG E COM OS QUINTOS DE FG.

Com o objetivo de verificar o possível pagamento de parcela da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF, cumulativamente com o vencimento da Função Gratificada - FG e com os quintos de FG, a inativos e pensionistas, dos

servidores do INSS, realizamos extração das informações no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, referente à base de dados do mês de dezembro de 2005.

Sobre esse assunto o TCU por meio do Acórdão nº0814/2005, Primeira Câmara, determinou a comunicação aos pensionistas e aposentados, bem como a suspensão dos pagamentos a diversos órgãos, inclusive o INSS.

O resultado da extração demonstrou a existência de pagamentos, conforme se verifica no quadro a seguir:

ANO MESP AG	MATR_S IAPE	NOME_SERVIDOR	RUBRICAS			VALOR INDEVI DO MENSAL
2005 12	058676 5	IRAN DE LIMA CAVALCANTI	00585	00622	82107	90,53
2005 12	089974 7	OSVAIL PRADO	00585	00622	82107	117,71
2005 12	095018 2	EVERARDO MENDES DE MORAES	00585	00622	82107	153,00
2005 12	121214 6	SERGIO MANENTI	00585	00622	82107	90,53
2005 12	088658 3	KATIA TAMANINI MOREIRA CONDE	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090278 3	TERESA EPIFANIO FELIX	00585	00622	82107	117,70
2005 12	094587 1	JAIR BENEDITO SOUZA CAMARGO	00585	00622	82107	90,53
2005 12	092514 8	JOAO ALBERTO RAUPP	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093188 1	JOSE MARTINS DA SILVA	00585	00622	82107	152,98
2005 12	100595 8	NABOR PRACA BEZERRA CAVALCANTI	00585	00622	82107	117,70
2005 12	094054 6	MARIA ROSA MARINHO PEDRIALI	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094070 3	VERA MATHEUS PEREIRA DOS SANTOS	00585	00622	82107	117,70
2005 12	089961 3	THEREZINHA ROMA HEIMBECHER	00585	00622	82107	153,00
2005 12	094586 2	TERESINHA DE JESUS SOARES RIBEIRO DE ALENCAR	00585	00622	82107	153,00
2005 12	093349 2	EDITH RAMOS NARDIN	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094552 0	MARILIA SCHMIDT	00585	00622	82107	117,70
2005 12	004494 8	SHYRLENE RANGEL OLIVEIRA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	056946 0	HERBERT DA SILVEIRA REIS	00585	00622	82107	90,54
2005 12	075922 9	RUTH HIROKO NAKAGAWA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	093641 0	JOSE OSCAR GUIMARAES	00585	00622	82107	90,53
2005 12	095001 9	HERNANI GUIMARAES CORREA	00585	00622	82107	153,00

2005 12	089976 1	HILDEGARD MARIA LEITNER	00585	00622	82107	117,71
2005 12	093345 1	IRANI MARILENE GASPAROTTO VENEZIAN	00585	00622	82107	90,53
2005 12	090099 7	ISABEL HANCHAR	00585	00622	82107	90,54
2005 12	090196 0	LIREDA MAGALHAES TAVORA	00585	00622	82107	152,98
2005 12	090138 8	CLECIO FIDALSKI	00585	00622	82107	117,71
2005 12	093936 7	DINAH APARECIDA GONCALVES CINTRA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093951 7	ILE MARIA DALMOLIN REZENDE	00585	00622	82107	117,70
2005 12	094478 4	IRENE ARAUJO DOS PRAZERES	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093954 4	IVETE RAMIRES BANZATO	00585	00622	82107	153,00
2005 12	094478 5	MARIA AUGUSTA RODRIGUES	00585	00622	82107	117,71
2005 12	094588 2	NEIDE DUARTE DOS SANTOS PEREIRA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090135 1	JOSE MAZETTI DIAS	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090145 9	MARILENE BRUSTOLIN MARQUES	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090153 4	ANGELINA PELLACANI	00585	00622	82107	117,71
2005 12	093931 0	FLORENTINA GOMIDE	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094081 8	MARIA DAS GRACAS DE AQUINO LIMA	00585	00622	82107	117,70
2005 12	094577 5	ODIL FREDERICO BONETTI	00585	00622	82107	90,54
2005 12	094577 8	FRANCISCA ROCILDA CASTELO TEIXEIRA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	088671 0	JOSE CARLOS RODRIGUES FILHO	00585	00622	82107	153,00
2005 12	091069 8	MARIA DE FATIMA DA S TEIXEIRA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093930 2	MARIA LUCIA SERRADELA MARQUES	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093341 0	MARILIA SORGI	00585	00622	82107	153,00
2005 12	093346 4	NYELSEN ANGELINA TOGNELA CORRAL	00585	00622	82107	90,53
2005 12	090289 7	ONEIDE DE SOUZA FREITAS PINHEIRO	00585	00622	82107	91,33
2005 12	089970 3	JACIRA VIEIRA CAMPOS	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090011 0	THEREZINHA DE JESUS AIROSA	00585	00622	82107	90,54
2005 12	093165 0	NEUZA BATISTA BARBOSA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	090008 1	ARLEIDA TEIXEIRA	00585	00622	82107	117,71
2005 12	089977 2	DOLORES LOTTERMANN DE BARROS	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090294 7	MARCOS EANES FARIAS PEREIRA	00585	00622	82107	117,70

2005 12	093342 2	MARIKO SHINTAKU TOYAMA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093344 0	NEUZA APARECIDA PETERLINI	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094517 9	VERA COVACEVICH GIOVANNETTI	00585	00622	82107	117,70
2005 12	088811 8	MARIA ESTER DE PAIVA ALVES BARBOSA	00585	00622	82107	70,26
2005 12	089974 3	LAEDI PIMENTEL DE MENEZES	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090016 8	JOAO BUCHNER SOBRINHO	00585	00622	82107	90,54
2005 12	090117 0	NILDA JANSEN GROCHEVESKI	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090137 0	ZEIDE BELO FERREIRA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	094585 9	SUELI VOSS DIAS	00585	00622	82107	90,54
2005 12	093347 3	DURVALINA APARECIDA DA SILVA CAETANO	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093376 1	MARIA APARECIDA LOPES ISIARA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	093734 9	MARIA REGINA DE OLIVEIRA VIEIRA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090400 8	EVALDO DA MOTA SILVEIRA	00585	00622	82107	117,70
2005 12	094479 8	MARIA DE LOURDES CASADO CAVALCANTI	00585	00622	82107	90,54
2005 12	090339 5	NELIO DE ALBUQUERQUE COUTELO	00585	00622	82107	118,74
2005 12	090008 5	PEDRO DA SILVA BURATTI	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090185 6	ODETE PIVATO	00585	00622	82107	116,54
2005 12	090278 7	MOISES BARROS BRAGA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094571 6	ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS	00585	00622	82107	117,71
2005 12	090352 4	RISEUDA SILVA RIBEIRO	00585	00622	82107	90,53
2005 12	090082 4	ABEL DIAS DE OLIVEIRA	00585	00622	82107	153,00
2005 12	090357 7	MARIO DOMINGUES DA SILVA FILHO	00585	00622	82107	117,70
2005 12	090142 7	DULENE MARLY CEZARIO DA SILVA	00585	00622	82107	90,54
2005 12	090279 6	RAQUEL DE OLIVEIRA MAIA	00585	00622	82107	90,53
2005 12	094574 8	NEIDE TEREZINHA CARDOSO	00585	00622	82107	153,00
2005 12	093352 2	ARLETE FERREIRA GRILLO	00585	00622	82107	90,53
2005 12	088727 0	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	089348 6	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	90,53
2005 12	089954 7	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	089965 7	OEDEA CAPRIGLIONI (INSTITUIDOR PENSÃO)	00175	00585	00622	90,54

2005 12	093731 4	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	90,53
2005 12	094513 4	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	90,53
2005 12	093051 2	WALDEMAR TAVARES (INSTITUIDOR PENSÃO)	00175	00585	00622	117,70
2005 12	099951 3	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	117,71
2005 12	100529 4	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	100605 0	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	058914 6	INSTITUIDOR PENSÃO	00018	00585	00622	153,00
2005 12	099954 6	INSTITUIDOR PENSÃO	00175	00585	00622	117,71
2005 12	088657 2	EDINALDO ALVES	30187	00585	00622	117,71
2005 12	088684 6	JOSENILA COUTINHO VIEIRA	30153	00585	00622	151,49
2005 12	093720 3	LINO DIAS RODRIGUES	30189	00585	00622	117,70
2005 12	088659 2	JOSE LUIZ MONJARDIM AMIGO	30658	00585	00622	90,54
2005 12	088661 6	DARCY GONCALVES FREITAS	00175	00585	00622	153,00
2005 12	090349 1	SEVERINA DE FARIAS	00175	00585	00622	117,73
2005 12	093395 1	INEZ MORAES DA SILVA	30189	00585	00622	90,53
2005 12	093725 9	MARIA DE LOURDES ROSSI PEREIRA	30189	00585	00622	117,70
2005 12	089958 0	MANOEL FERREIRA PULTER	30658	00585	00622	90,54
2005 12	090185 4	DALVA HELVIG NIKOLAK	30503	00585	00622	153,00
2005 12	090242 1	GUIOMAR ALVES DE MORAES	00175	00585	00622	153,00
2005 12	093942 1	MARILIA DE CARVALHO MIRANDA SINHOR	30658	00585	00622	90,53
2005 12	094551 8	MARIA DE OLIVEIRA MELO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	092548 5	CARLOS DIVINO ALVES VAZ	30658	00585	00622	118,74
2005 12	089970 1	HENRIQUE CELSO PEROTTI LAFFITTE	00175	00585	00622	153,00
2005 12	090200 7	MIOSOTIS PINHO	00175	00585	00622	90,53
2005 12	090015 2	MARUCHIA MIALIK	30214	00585	00622	153,00
2005 12	090084 1	IDA DIAS AMBROSIO	00175	00585	00622	153,00
2005 12	094492 1	MARIA DA GLORIA MENDES PIACENTINI	00175	00585	00622	153,00
2005 12	091591 5	FRANCISCO DE OLIVEIRA RODRIGUES	30658	00585	00622	152,99
2005 12	093720 8	TERESINHA MATTANO DE SOUZA PINTO	00175	00585	00622	117,70
2005 12	090212 8	THEREZINHA DE JESUS QUINTAS BASTOS	00175	00585	00622	90,11

2005	094519					
12	7	GIZELLA ARMELI DE ARAUJO	00175	00585	00622	153,00
						13.202,18

Em 15.3.2006, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153-01, sobre as providências adotadas relacionados aos pagamentos indevidos.

ATITUDE DO GESTOR(ES) :

O gestor aguarda o julgamento do mérito do Mandado de Segurança nº 25568 impetrado no Supremo Tribunal Federal - STF.

CAUSA:

A causa do problema está relacionado a interpretação e implementação do direito em questão, bem como de acompanhamento sistemático dos pagamentos efetuados pelas áreas de pessoal do INSS.

JUSTIFICATIVA:

Em 31.3.2006 o Gestor encaminhou a seguinte resposta por meio magnético:

"Em 28.03.2006, a Procuradoria dos Tribunais Superiores encaminhou à Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos processo nº 04500.004679/2005-49, no qual consta Medida Cautelar em Mandato de Segurança nº 25568/DF, movida pela APSEF, cujo relator é o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que deferiu liminar para sustar os efeitos do Acórdão nº 814/2005, na parte em que determinou a suspensão do pagamento da GADF cumulativamente com VPNI, oriunda de parcelas de décimos, quintos e vencimento da função gratificada (FG) ou similares, em relação aos filiados da impetrante."

Complementando as informações anteriormente prestadas, o Diretor de Recursos Humanos do INSS por intermédio do Memorando INSS/DIRH nº 143, de 21.06.2006, esclareceu o que segue:

Item 8.2.1 - Gratificações - relativamente ao Pagamento da GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - cumulativamente com vencimentos de função gratificada e quintos de função, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos - CGARH encaminhou aos Gerentes-Executivos e Chefes de Recursos Humanos o Memorando-Circular n.º 21, de 20 de junho de 2005,

solicitando que fossem adotadas, com a maior brevidade possível, as providências determinadas pelo o Tribunal de Contas da União e que comunicassem, por meio de Ofício à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SAF/TCU.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Apesar do processo nº 04500.004679/2005-49, no qual consta Medida Cautelar em Mandato de Segurança nº 25568/DF, movida pela APSEF, verificamos a existência de falhas/irregularidades na implementação do pagamento da parcela da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF, cumulativamente com o vencimento da Função Gratificada - FG e com os quintos de FG, a inativos e pensionistas, contrariando determinações do TCU.

Conforme as informações prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos do INSS foi encaminhado às Gerências-Executivas e Chefes de Recursos Humanos nos estados o Memorando-Circular nº 21, de 20 de junho de 2005, com a finalidade de serem atendidas as determinações do TCU, no que se refere as falhas/irregularidades apontadas.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

- Adotar providências para os devidos recursos junto a Justiça Federal de forma a eliminar os efeitos do Mandado de Segurança;
- Adotar as devidas providências para atendimento do Acórdão do TCU 814/2005, em relação ao não filiados da APSEF;
- Apurar responsabilidade dos responsáveis pela implementação da gratificação em questão, sem o devido embasamento legal; e
- Encaminhar os resultados das ações junto a Justiça Federal.

8.2.2 - ASSUNTO - CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS**8.2.2.1 CONSTATAÇÃO:**

DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÕES PERTINENTES À ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAL, CARACTERIZANDO FRAGILIDADES NA SEGURANÇA DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA CGARH/INSS. NÃO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA FORMULADAS PELO CONTROLE INTERNO GEX-DF.

De acordo com as Notas Técnicas nºs 1.554 e 1.555/DPPE/DP/SFC/CGU-PR, ambas de 21.12.2005, com a utilização dos Sistemas WINSAPE, SIAPE, SIAPECAD, DATAWAREHOUSING, SISAC e SIAFI, foram realizados trabalhos para verificar a consistência

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

de registros e pagamento na folha de pessoal das Gerência Executiva do INSS no DF e CGARH/INSS.

a) Gerência Executiva do INSS no DF- GEX-DF

Com relação à Gerência Executiva do INSS no DF foi encaminhado a Solicitação de Auditoria DPPEs/DP/SFC/CGU/PR nº 001/2005 ao Gerente Executivo do INSS no Distrito Federal, por intermédio dos Ofícios DPPEs/DP/SFC/CGU/PR nºs 19.719, de 10/08/2005, e 20.038, de 11/08/2005, cujo prazo de atendimento expirou em 30/08/2005. As solicitações/esclarecimentos constantes da citada SA foram reiteradas pelo E-MAIL Nº 191/DPPEs/DP/SFC/CGU/PR, de 01/11/2005, no entanto até a presente data não houve resposta por parte daquela gerência. Sendo assim, foi comunicado à Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Previdência Social - DSPAS/SFC e ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Previdência Social sobre o não atendimento, por intermédio do E-MAIL Nº 201/DPPEs/DP/SFC/CGU/PR, de 18/11/2005.

Dessa forma, permanecem pendentes a apresentação de documentação e/ou esclarecimentos acerca dos assuntos constantes dos itens a seguir relacionados:

Item 01. Quadro quantitativo da força de trabalho efetiva, em exercício no Serviço de Recursos Humanos -SRH-DF, por categoria funcional, inclusive estagiários, indicando a lotação aprovada para esse Setor.

Item 02. Relação em meio eletrônico ou magnético, dos terceirizados, contratados e cooperados, contendo nome, CPF, finalidade da contratação, localização, atividades exercidas e valor da remuneração, **excetuadas** as situações previstas no artigo 1º Decreto 2.271/97, ou seja, atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

Item 03. Competências do Serviço de Recursos Humanos SRH/GEXDF/INSS, disponibilizando cópia do respectivo ato normativo.

Item 04. Diferenças com a despesa de pessoal, superiores a 10%, de janeiro a abril de 2004 em relação ao mesmo período de 2005, conforme informação extraída do SIAPE, por meio do Sistema DATAWAREHOUSING.

Item 05. Comprovantes de ressarcimento (meses de JAN e MAR/2005), referentes aos servidores cedidos sem ônus para o órgão de origem, bem como as providências adotadas pela unidade quanto aos valores porventura em atraso.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CARGO	ORGÃO CESSIONÁRIO
0878729	MILTON RODRIGUES DA PAIXAO	PERITO MEDICO DA PREVIDENCIA S	GDF
0878795	CARLOS HENRIQUE DE ARAUJO GUIDOUX	PERITO MEDICO DA PREVIDENCIA S	GDF
0878910	JOAO RICARDO ARCOVERDE MORAES	ENGENHEIRO	GDF
6877449	HENRIQUE VIEIRA FERRARI	ENGENHEIRO	GDF

Item 06. Portarias de localização e os laudos periciais amparando o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores a seguir relacionados, observando que a maioria encontra-se na situação funcional de cedidos:

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR	SITUAÇÃO
1451177	ISABEL CRISTINA L. DE A LOPES	ATIVO PERMANENTE
1475414	ZENON FROTA DE MACEDO	ATIVO PERMANENTE
1492631	AHMAD YOUNES EL HAFI	ATIVO PERMANENTE
0666742	IRENE ALVES DE SOUZA FREITAS	Cedido
1451053	MARIA CECILIA DE ARAUJO	Cedido
0002071	VILMA BATISTA PINTO	Cedido
1095026	EDUARDO DA CRUZ SILVA	Cedido
0221156	MARIA LIMA DA SILVA	Cedido
0718047	ODIR FERNANDES DOS SANTOS	Cedido
0877674	JUVANETE DA SILVA LIMA BEZERRA	Cedido
0878846	ADMA LUCINDA LIMA DE MORAIS	Cedido
0878976	ANA MARIA BARBOSA SANTOS	Cedido
0878985	MARIA APARECIDA DA CONCEICAO S	Cedido

Item 07. Pagamento de proventos integrais aos aposentados/instituidores relacionados abaixo, embora estejam com ocorrência de aposentadoria com proventos proporcionais no SIAPE (DADOS FUNCIONAIS):

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR	APOSENTADORIA	PROP APOS
0221760	NICEIA RODRIGUES DE ALENCASTRO	Ap. Vol. C/Prov. Proporcionais	30/30
0526071	JOANA ALVES PERPETUA	Apos.Vol.Prov.Prop.Ec20/ 98 A.8	01/01

0877263	PEDRO ALVES CORREA	Ap.P/Inv.Prov.Prop. A.186,I	01/01
0877536	RENATO MIRANDA DE CASTRO FILHO	Ap. Inv. C/Prov. Proporcionais	01/01
0878061	NILSON GUIMARAES LAGE	Ap.Vol.Prov.Prop. A.186,III,C	35/35
0878211	ENI DE OLIVEIRA SANTOS	Ap.Vol.Prov.Prop. A.186,III,C	35/35
0878227	ODILON JOSE DE SIQUEIRA	Ap. Vol. C/Prov. Proporcionais	35/35
0878426	ANTONIO COSTA DA SILVA	Ap. Inv. C/Prov. Proporcionais	35/35
0878519	JOSE DE JESUS	Ap. Vol. C/Prov. Proporcionais	01/01
0878728	FRANCISCO GALDINO DOS SANTOS	Ap.Vol.Prov.Prop. A.186,III,C	35/35
0945622	CONTARDO DINO CAZZOLA	Ap. Vol. C/Prov. Proporcionais	35/35

Item 08. Com relação ao servidor ELPIDIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Matrícula 0170225:

a) Esclarecimentos quanto às aposentadorias inacumuláveis do servidor, nos cargos de Motorista Oficial no INSS, datada em 05/06/1986 e de Especialista - Presidência da República no Ministério do Planejamento - MP, ocorrida em 29/10/1999, conforme informações constantes dos dados cadastrais no SIAPE.

b) Pagamento da vantagem da VPNI art. 62 da Lei 8.112/90, embora nos seus dados funcionais conste a fundamentação legal do art. 184-II da Lei nº 1.711/52, no campo "aposentadoria grupo/ocorrência" (CDCOINDFUN).

Item 09. Pagamento de proventos integrais, bem como a vantagem prevista no inciso I do art. 192 da Lei 8.112/90, ao servidor FRANCISCO GALDINO DOS SANTOS, matrícula 0878728, contudo em seu cadastro consta a ocorrência de aposentadoria com proventos proporcionais no SIAPE (DADOS FUNCIONAIS).

Item 10 Pagamento da vantagem prevista inciso II do art. 192 da Lei 8.112/90 a servidora RAIMUNDA CANDIDO DE AZEVEDO, matrícula 0879123, entretanto em seu cadastro consta a fundamentação legal do art. 184-I da Lei nº 1.711/52, no campo "aposentadoria grupo/ocorrência" (CDCOINDFUN).

Item 11. Pagamento da vantagem prevista no inciso II do artigo 192 da Lei nº 8.112/90, de janeiro a junho/2005, em valores divergentes das tabelas de vencimento vigentes em 2005 a

servidores dessa Unidade. Relacionamos a seguir alguns servidores que se encontram nessa situação:

Em maio/2005

SIAPE	SERVIDOR	CARGO	VALOR PAGO	VALOR DEVIDO
0877254	ANTONIO MARIANO DE ARAUJO	ART. CARP. MARCENARIA	14,84	72,30
0878435	ANTONIO TEIXEIRA LINHARES	MOTORISTA OFICIAL	1,95	91,00
0878455	DAVINO CADETE DA SILVA	MÉDICO	58,22	124,06
0879089	ERASTO TENORIO DE LIMA	PERITO MEDICO	1.228,60	168,14
0050416	FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA	PERITO MEDICO	1.175,31 (*) 58,80	168,14
0878695	HILTON GONCALVES FREIRE	PERITO MEDICO	1.228,60	168,14
0555968	IZALTINA MARIA MADUREIRA ROCHA	PERITO MEDICO	1.100,86	168,14
0877244	JANDIRA MARIA DE JESUS DE CASTO	PROCURADOR FEDERAL	2.355,12	588,37
0878723	JULIA PEREIRA DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL	183,51	124,06
0878715	MARIA LUIZA COELHO CHAVES	PROCURADOR FEDERAL	2.094,74	588,73
0879123	RAIMUNDA CANDIDO DE AZEVEDO	ASSISTENTE SOCIAL	197,60 (*) 55,53	85,97
0878901	TEREZINHA SOARES L. DOS SANTOS	AG. ADMINISTRATIVO	244,98	104,45

(*) pagamento da rubrica nas seqüências 1 e 2

Item 12. Pagamento do percentual de ATS aos servidores a seguir relacionados, considerando a data de ingresso no serviço público, dado a inexistência de registro de afastamentos no SIAPECAD. Providenciar, inclusive, o registro das averbações de tempos de serviço no SIAPECAD:

<u>SIAPE</u>	NOME	DATA INGR. SERV PUBL	ATS PAGO	SUPOSTO ATS DEVIDO
0879123	RAIMUNDA CANDIDO DE AZEVEDO	21/10/1976	25	13
0878227	ODILON JOSE DE SIQUEIRA	26/02/1957	31	27
0878728	FRANCISCO GALDINO DOS SANTOS	18/08/1974	26	17

0908472	REINALDO DE CARVALHO	(*) 29/08/1953	36	30
---------	----------------------	-------------------	----	----

(*) data de ingresso no órgão

Item 13. Razão da suspensão de pagamento das servidoras NELMA GONÇALVES DE FARIA, e IVANA VIEIRA, matrícula 0878964 e 878145, nos períodos de janeiro a fevereiro de 2005.

Item 14. Requerimentos do auxílio-transporte dos servidores relacionados a seguir, especificando as linhas utilizadas e o valor diário das mesmas, bem como os respectivos comprovantes de residência:

MATRÍCULA	SERVIDOR	END. SIAPE	VALOR JAN/05
0878867	JERUSA DE JESUS FERREIRA	PLANALTINA	426,92
0879141	CLAUDECY AMARAL BEDRAN	FORMOSA	334,52
1451177	ISABEL CRISTINA LEAL DE ARRUDA	SANTA MARIA	(*) 629,56

(*) O valor do auxílio transporte de R\$ 629,56 ocorreu em janeiro e nos meses subseqüentes ficaram em R\$ 61,96.

Item 15. Não realização do desconto do auxílio-transporte percebido pelos servidores no período de férias, conforme amostra relacionada a seguir:

MATRÍCULA	SERVIDOR	FÉRIAS/2005	VALOR PAGO
0879141	CLAUDECY AMARAL BEDRAN	09/02 A 10/03/2005	334,52
0879157	CARLOS ROMERO DE MATOS	24/04 A 24/05/2005	158,82
0758742	ANTONIA ARETUZA M. CARVALHO	15/02 A 16/03/2005	158,52
1451053	MARIA CECILIA DE ARAUJO	02/05 A 31/05/2005	108,30
0877552	ERICO LUZ TAVARES	03/01 A 01/02/2005	88,12
0897458	PAULO AROLD DE SOUZA BRITO	01/02 A 02/03/2005	79,32
0170755	RAIMUNDO LIRA DA SILVA	10/02 A 11/03/2005	158,52
0877307	DANIEL DE SOUZA	01/03 A 30/03/2005	148,45

Item 16. Pagamento das seguintes rubricas referentes a indenizações judiciais sem o devido cadastramento no Sistema de Ações Judiciais - SicaJ, em desacordo com as orientações constantes das Portarias MP nº 17/2001 e 336/2001:

Rubrica	Discriminação	Quantidade	Valor
03942	AO 6221220/84 - QUINQ.GRAT. AP	18	11.267,52
04016	RT 942/89 - PCCS - AP	1	989,92
04142	AO 6248632 - BIENAL JUD. - AP	7	13.102,29
05215	RT 958/90 PCCS ATIVO	1	494,75
06394	RT 966/90 1VF/MS PCCS AT/AP	1	1.072,34

Item 17. Pagamento das rubricas 00173 - Opção de função, 00904 -Representação mensal Apos. e 00905 -Opção GADF, aos servidores REINALDO DE CARVALHO, matrícula 0908472 e LAIS D AVILA DE CARVALHO, matrícula 0916940, em desacordo com a parcela única definida na Medida Provisória nº 2.048/2000.

Item 18. Documentação comprobatória (cópia da portaria de designação e o período de substituição, bem como o motivo e o período de afastamento do titular) para o pagamento da rubrica 00024 - Substituição/Interino no exercício de 2005 aos servidores relacionados a seguir:

MATRÍCULA	SERVIDOR
434159	KARLA REIS GONÇALVES
1450889	MARCIA SOUZA MOURA
7160939	DIRLUCI ALVES SARGES

Item 19. Integralização de proventos da aposentadoria do servidor JOÃO RICARDO DE BRITO TEIXEIRA, matrícula 0878749, por invalidez permanente, a partir de 2004, sendo que o mesmo continua em atividade na CONAB, com jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Item 20. Pagamento da rubrica 00173- OPÇÃO DE FUNÇÃO - APOSENTADO aos servidores a seguir relacionados, tendo em vista que o Parecer/AGU nº GQ-189, publicado no DOU de 26/03/1999, ampara a concessão da opção de função na aposentadoria, somente no caso daqueles que tenham completado tempo para aposentadoria antes da revogação do artigo 193 da Lei nº 8.112/90, ou seja, em 19/01/1995.

<u>SIAPE</u>	NOME	DATA APOSENT.	TEMPO DE SERVIÇO
0877988	MARGARIDA ALVAREZ LEMOS DO CARMO	07/01/04	27a 1m 2d
0877626	JOCILDA DAS GRACAS BAYER	30/03/96	25a 8m 21d

Item 21. Cópias das certidões de averbação de tempo de serviço (público ou privado) anterior ao ingresso no serviço público amparando o pagamento do Abono de Permanência (EC nº 41/2003),

considerando que de acordo com a data de ingresso no serviço público e tempo de serviço anteriores constantes no SIAPE/SIAPECAD, os servidores relacionados a seguir não preencheram os requisitos necessários para a obtenção do citado abono:

MATRÍCULA	SERVIDOR	IDADE	DATA DE INGRESSO NO SERV. PÚBLICO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO* (até 31/12/2003)
0879157	CARLOS ROMEIRO DE MATOS	52	25/03/85	19
0000618	SHIGUEMI KONDO	62	03/10/77	26
0877552	ERICO LUZ TAVARES	65	01/09/81	22
0878872	SEVERINA RODRIGUES SIQUEIRA	68	03/09/84	19

*No SIAPECAD não constam averbações de tempos anteriores

Item 22. Documentação comprobatória que amparou o pagamento de auxílio-funeral aos beneficiários relacionados a seguir:

DATA	OB	ÓBITO	VALORES	PROCESSO	EX-SERVIDOR/FAVORECIDO
09Fev05	900161	27/12/04	1.881,28	AP 23400-001/2005	TEOTINO FRANCISCO DOS SANTOS MARLI GONCALVES RICCI
21Fev05	900181	02/02/05	14.804,43	AP 23400-009/2005	JOSEPH DE PAULA BEZERRIL MARCELO XIMENES AGUIAR BIZERRIL
19Mai05	900566	18/04/05	9.819,07	AP 23400/014/2005	MIGUEL ANTONIO DOS SANTOS VALDICE BATISTA SANTOS

b) CGARH/INSS

A folha de pagamento administrada pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS, UPAG: 000.000.091 - RHDC-DF, relativa a maio de 2005, data em que foram extraídas as trilhas de auditoria utilizadas neste trabalho, apresentou valor de R\$ 3.831.983,00. Complementarmente, em consulta ao Sistema Data Warehousing, constatamos que o gasto anual dessa folha foi estimado em R\$ 46.578.096,00.

Vale esclarecer que a CGARH/INSS, em atendimento à Solicitação de Auditoria DPPES/DP/SFC/CGU/PR nº 001/2005, apresentou, por meio do Ofício nº 12/2005-CGAR/INSS, de 30/09/2005, esclarecimentos e/ou providenciou a regularização de

quase a totalidade dos assuntos tratados na referida Solicitação, permanecendo pendente a regularização os seguintes pontos:

1. Adicional por tempo de serviço pago a maior

Observamos que o período de 02/10/1979 a 09/09/81 foi, indevidamente, considerado para efeito de concessão de anuênios à servidora STELA SIQUEIRA CAMPOS, matrícula 0878350, conforme a Portaria/INSS/DRH/CGARH/RHDC nº 1.915, publicada no Boletim BS/INSS/DG em 15/07/02. A citada servidora, mediante a Portaria/INSS nº 201, de 28/09/79, foi nomeada para exercer a função de confiança de Coordenadora Regional de Inscrição de Beneficiários. Somente em 10/09/1981 foi admitida em concurso público, conforme informações registradas no SIAPE. Portanto resta evidenciado que, naquela época (02/10/1979 a 09/09/81), a mesma não apresentava vínculo efetivo com o serviço público federal.

2. Sentenças Judiciais sem o devido cadastramento no SICAJ

Verificamos o pagamento de rubricas referentes a indenizações judiciais sem o devido cadastramento no Sistema de Ações Judiciais - SICAJ. Esse procedimento está em desacordo com as orientações constantes das Portarias/MP nº 17/2001 e 336/2001, aos servidores a seguir relacionados:

Matrícula	Servidor	Rubrica	Discriminação
0220808	Carlos Humberto de Oliveira	03941	AO 621220/84-Quinq. Grat.At
0888245	Eulenia Oliveira Rezio	04079	RT 1060/89 -PCCS Ap
0221860	Francisco da Silva Freire	04148	AO 7015640/85 - Quinquenio AP
0877278	Ivan Ferreira de Souza	04148	AO 7015640/85 - Quinquenio AP

3. Falta de ressarcimento da remuneração de servidores cedidos

Ficaram pendentes de apresentação dos comprovantes de ressarcimento da remuneração referente ao mês de abril/2005 das servidoras Ana Paula Procaci Ervilha (R\$ 1.545,16) - matrícula 0879134 e Viviane Socorro Valadares Guimarães Barreto (R\$ 2.695,81) - matrícula 0878352, cedidas à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CALEGISDF e à GEAP, respectivamente.

4. Pagamento indevido da Vantagem Pessoal Transitória

Foi verificado o pagamento indevido da Vantagem Pessoal Transitória prevista no art. 2º MP 1573-7 (rubrica 00330) à servidora SHIRLEI DE FATIMA DE QUEIROZ NETO, matrícula 0886500. A citada servidora não faz jus à referida vantagem, uma

vez que atualmente está lotada na RHDC do Distrito Federal, localidade não contemplada pela referida MP.

Esclarecemos que essa vantagem é decorrente da Gratificação de Localidade, instituída pela Lei nº 8.270, de 17/11/1991, extinta pela Medida Provisória nº 1.573-7, de 02/05/1997, convertida na Lei nº 9.527, de 10/12/97. A referida Lei determinou em seu §1º, art. 2º, que os valores recebidos a título desta Gratificação passariam a constituir vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. A Mensagem nº 293440/MARE de 09/05/97 informou que a gratificação é devida somente ao servidor que já recebia à época de sua concessão, e é permitida a UPAG apenas a exclusão da vantagem. O §2º do art. 2º da Lei nº 9.527/97 determina a extinção do seu pagamento na hipótese em que o servidor passar a ter exercício em caráter permanente, em outra localidade não discriminada expressamente nas normas vigentes à época de sua concessão.

ATITUDE DO GESTOR(ES) :

Com relação ao Gestor da GEX-DF, conforme informação da mencionada Nota Técnica, houve omissão ao atendimento do solicitado. A CGARH implementou acertos ficando pendentes alguns pontos.

CAUSA:

Fragilidades nos controles internos mantidos pelas Unidades.

JUSTIFICATIVAS:

A GEX-DF não apresentou nenhuma justificativa.

Com relação à CGARH/INSS as justificativas apresentadas foram as seguintes:

1. Adicional por tempo de serviço pago a maior

A Unidade apresentou cópia do Boletim de Admissão da servidora em 02/10/79, informando que foi considerado para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, com fundamento na Resolução Senado nº 35, de 02/09/99.

2. Sentenças Judiciais sem o devido cadastramento no SICAJ

"A Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, tem adotado providências com urgência que o caso requer, junto aos Serviços/Seções de Recursos Humanos das Gerências Executivas, quanto as orientações necessárias para que fosse efetuada a migração das rubricas para o SICAJ em cumprimento a Portaria/MP nº 17 de 06.02.01."

3. Falta de ressarcimento da remuneração de servidores cedidos

A Unidade informou que iria solicitar o comprovante referente ao mês de abril/2005.

4. Pagamento indevido da Vantagem Pessoal Transitória

Não foi solicitada justificativa do gestor.

AVALIAÇÃO DA JUSTIFICATIVA:

Verificamos várias falhas e impropriedades na gestão da folha de pagamento das Unidades GEX-DF e CGARH do INSS. Com relação à GEX-DF não foi apresentada às devidas justificativas e providências adotadas para regularização dos fatos apontados.

A CGARH adotou providências para regularizar as falhas e impropriedades apontadas, ficando pendentes de acertos os assuntos relacionados ao adicional por tempo de serviço pago a maior, sentenças judiciais sem o devido cadastramento no SICAJ, falta de ressarcimento da remuneração de servidores cedidos e pagamento indevido da vantagem pessoal transitória.

Dessa forma, os gestores responsáveis devem adotar providências para regularização das falhas e impropriedades apontadas, e no caso de não adoção deverá ser apurado as devidas responsabilidades por meio de Processo Administrativo Disciplinar.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
233.738.909-00	MILTON DEOCLECIO MORENO	GERENTE-EXECUTIVO DO INSS NO DF (16/05/2003 A 05/11/2005)
224.828.141-20	JOSIMARIA BEZERRA ARAÚJO	COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/INSS

RECOMENDAÇÃO :

a) Gerência Executiva do INSS no DF:

- a) Promover o imediato atendimento às solicitações formuladas; e
- b) Regularizar as falhas e impropriedades apontadas, encaminhando os respectivos documentos comprobatórios a esta SFC/CGU, sob pena de ser atribuída responsabilidade administrativa, civil e penal, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 10.180, de 06/02/2001, "nenhum documento ou informação poderá ser sonegado ao Controle Interno do Poder Executivo Federal".

b) CGARH/INSS

- a) Providenciar o devido acerto no ATS da servidora STELA SIQUEIRA CAMPOS, alterando o percentual de 19% para 17%, uma vez que o período de 1 ano, 11 meses e 14 dias, exercido em cargo comissionado, não deve ser considerado para concessão dessa gratificação;
- b) Orientamos, ainda, providenciar a atualização no SIAPECAD do registro de tempo de serviço prestado em outros órgãos pela servidora, vez que não constam averbações de tempos anteriores;
- c) agilizar as análises dos processos que deram origem aos pagamentos dos servidores a seguir relacionados, com o objetivo de efetivar o cadastramento das ações no Sistema de Ações Judiciais - SICAJ, devendo, por ocasião da avaliação da gestão, ser informada em que fase se encontram as análises dos respectivos processos.

Matrícula	Servidor	Rubrica	Discriminação
0220808	Carlos Humberto de Oliveira	03941	AO 621220/84-Quinq. Grat.At
0888245	Eulenia Oliveira Rezio	04079	RT 1060/89 -PCCS Ap
0221860	Francisco da Silva Freire	04148	AO 7015640/85 - Quinquenio AP
0877278	Ivan Ferreira de Souza	04148	AO 7015640/85 - Quinquenio AP

- d) Fazer gestões no sentido de obter das cessionárias o ressarcimento referente à cessão das servidoras Ana Paula Procaci Ervilha e Viviane do Socorro Valadares Guimarães Barreto, à CADLEGISDF e GEAP, respectivamente, ou caso contrário, solicitar o retorno das mesmas, em conformidade com o disposto no Decreto nº 4.050/2001.

- e) Regularizar o pagamento da servidora SHIRLEI DE FATIMA DE QUEIROZ NETO, tendo em vista que a partir da data em que passou a ter exercício em Brasília, deixou de ter direito a perceber a vantagem pessoal transitória.

c) Presidência do INSS:

Adotar providências para apurar responsabilidade no caso de não atendimento, pela Gerência Executiva/INSS no DF, das recomendações supracitadas.

8.3 SUBÁREA - INDENIZAÇÕES

8.3.1 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES JUDICIAIS

8.3.1.1 CONTATAÇÕES:

Deficiência na extração de informações da base de dados dos precatórios pagos pelo INSS.

Com o objetivo de avaliar a consistência e regularidade do processo de pagamento de precatórios judiciais pelo INSS, analisamos a base de dados contendo todos os pagamentos realizados e a realizar de precatórios judiciais, compreendidos entre 2000 e 2006, obtida junto ao Órgão Jurídico do citado Instituto.

Da análise inicial efetuada, constatamos deficiências nas informações extraídas da base de dados, o que impossibilitou a emissão conclusiva de opinião sobre os objetivos visados pela ação de controle, qual seja, avaliar o processo de pagamento de precatórios judiciais, sob os aspectos da legalidade e consistência.

Entre as deficiências identificadas, ressaltamos as seguintes:

- Ausência de documentação, com informações detalhadas, sobre os dados disponibilizados;
- Impossibilidade de localização de precatórios por Unidade da Federação;
- Impossibilidade de determinação efetiva dos beneficiários dos precatórios, já que na base de dados disponibilizada é registrado apenas 1 (um) beneficiário por precatório.

Em decorrência das inconsistências anteriormente descritas, observa-se que o INSS não busca elementos como forma de deter informações que possibilite a realização de cruzamentos

de base de dados visando identificar a existência de pagamentos indevidos motivados pela duplicidade de ações a favor de um único beneficiário, principalmente, quando impetrada por Sindicatos ou Associações.

Dessa forma, faz-se necessária a efetivação de controle específico, objetivando mapear e avaliar, sob os aspectos da consistência e regularidade, de todos os processos de pagamentos de precatórios judiciais.

ATITUDE DO GESTOR(ES) :

Conforme contatos mantidos com a área Jurídica do INSS, a ausência de informações precisas é sentida por parte da citada área, a qual vem se articulando com o Conselho da Justiça Federal como forma de encontrar soluções para sanar a deficiência com relação ao monitoramento dos pagamentos relativos aos precatórios.

CAUSA:

Ausência de mecanismos de controle confiáveis para fins de pagamento de precatórios.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR(ES) :

Em contato com os responsáveis pelas áreas de Pagamentos e de Procedimentos Judiciais do INSS, os mesmos confirmaram as deficiências identificadas e afirmaram que providências estão sendo analisadas para implementação futura.

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos
738.407.697-87	Monica Arcorverde Moraes	Chefe de Procedimentos Judiciais da Diretoria de Recursos Humanos do INSS
788.445.094-15	Aluizo Silva de Lucena	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada no INSS
149.197.291-20	Antônio Augusto de Siqueira	Chefe da Divisão de Pagamentos Judiciais

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a área Jurídica do INSS que exerça o efetivo controle sobre os pagamentos de precatórios judiciais com vistas a eliminar inconsistências de informações abrangendo os seguintes aspectos:

- Mapeamento de todo o processo de pagamento de precatórios judiciais;
- Avaliação da consistência da base de dados; e
- Avaliação da consistência e regularidade dos pagamentos efetuados.

8.3.2 ASSUNTO: DIÁRIAS**8.3.2.1 CONSTATAÇÃO:****FALHAS FORMAIS E MATERIAIS NOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

Nos trabalhos de Auditoria de Avaliação de Gestão, referentes ao exercício de 2005, realizados por esta CGU nas unidades regionais do INSS nos Estados, foram identificadas falhas formais e materiais nos processos de concessão de diárias, conforme relatado a seguir:

GEX CAMPO GRANDE:

Na análise de 10 Propostas de Viagens (processos de concessão de diárias) da APS Campo Grande foram encontradas as impropriedades abaixo listadas:

1)Inexistência de documento de convocação de servidor para as viagens constantes das Propostas de Viagens 98766, 160231, 48788, 47400, 39226, 60974, 21448, 86723, 7362 e 56438;

2)Inexistência de bilhetes de passagens das viagens realizadas constantes das Propostas de Viagens 48788, 47400, 60974, 21448 e 86723;

3)Não publicação no Boletim nº 21, de 27/5/2005, da Proposta de Viagem 48788, em desacordo com o parágrafo único do Art. 7º do Dec. 343/91;

4)Não publicação no Boletim nº 33, de 19/8/2005, da Proposta de Viagem 86723, em desacordo com o parágrafo único do Art. 7º do Dec. 343/91;

5)Não publicação no Boletim nº 11, de 18/3/2005, da Proposta de Viagem 7362, em desacordo com o parágrafo único do Art. 7º do Dec. 343/91;

6)Não publicação no Boletim nº 24, de 24/6/2005, da Proposta de Viagem 60974, em desacordo com o parágrafo único do Art. 7º do Dec. 343/91; e

7)Inexistência de processo físico de pagamento de diárias, acarretando fragilidade nos controles e impossibilidade de avaliar se houve restituição de diárias quando recebidas em excesso pelo servidor ou o mesmo não realizou a viagem, em cinco dias contados do retorno à sede.

GEX RECIFE:

Foi verificado que a Unidade efetua os pagamentos de diárias mediante documento de elaboração de Proposta de Viagem - PV sem formalização de processo onde conste documentos referentes à confirmação por parte do Setor de Orçamento e Finanças da existência de disponibilidade orçamentária e financeira, à comprovação de viagem por meio de bilhete de passagem ou comprovante de embarque e ao relatório de executados na viagem, que seriam necessários ao controle das referidas concessões, como pôde ser verificado diante dos seguintes processos:

SERVIDOR	PV	Valor	Período	Deslocamento
Angelo de Sousa	072038	1.383,83	06/07 a 20/07/2005	Recife/Natal
Antenor Eduardo Fernandes	075361	1.403,96	28/07 a 11/08/2005	Imperatriz/São Luiz
Carlos Alves Guerra	030921	1.484,68	18/01 a 30/01/2005	Garanhuns/Recife
Celina de Oliveira Silva	031122	1.388,95	11/04 a 24/04/2005	Garanhuns/Recife
Damião Santana de Lima	031111	1.611,65	09/04 a 22/04/2005	Serra Talhada/Recife
Edvaldo Rodrigues Aroeira *	100342	1.782,08	08/08 a 22/08/2005	Caruaru/Recife
Fábio Barbosa do Nascimento	140971	1.483,38	21/11 a 05/12/2005	Afogados da Ingazeira/Recife
Fernando Pinheiro Higino	159832	1.483,09	07/06 a 21/06/2005	Caruaru/Paudalho
Galba Malta Brandão	107264	1.390,76	27/09 a 11/10/2005	Brasília/Recife
Geraldo José do Nascimento	094415	1.386,33	27/06 a 10/07/2005	Bom Conselho/Recife
Hermann Henrique de Souza	126231	1.498,36	24/10 a 07/11/2005	Maceió/Recife
Joaquim Paiva O Filho	024965	1.450,27	25/04 a 09/05/2005	Recife/Fortaleza
José Hildeberto S Rodrigues	075377	1.400,55	28/07 a 11/08/2005	Imperatriz/São Luiz
Josefa Betania dos Anjos	007857	1.386,33	27/02 a 12/03/2005	Araripina/Recife
Lourdemar Barros Fernandes	111839	1.479,53	03/10 a 17/10/2005	João Pessoa/Recife
Lourinete Bernardes da Silva	140910	1.422,48	21/11 a 05/12/2005	Recife/Limoeiro
Lucimar de Souza Gonzaga	031230	1.664,84	09/04 a 22/04/2005	Petrolina/Recife
Marcus Antônio	150661	1.392,38	27/11 a	Serra

SERVIDOR	PV	Valor	Período	Deslocamento
Mourato de Sá			10/12/2005	Talhada/Recife
Maria Clara C Almeida	126629	1.780,05	26/10 a 09/11/2005	Recife/Salvador
Maria de Fátima S Cruz	149132	1.392,38	28/11 a 11/12/2005	Garanhuns/Recife
Maria de Lourdes C Adrião	140946	1.416,94	21/11 a 05/12/2005	Limoeiro/Recife
Maria José Nobrega	111855	1.479,53	03/10 a 17/10/2005	João Pessoa/Recife
Mário Henrique M Sousa	162053	1.434,16	14/11 a 28/11/2005	Petrolina/Recife
Paulo Henrique L. P. Filho	094651	1.782,08	20/06 a 04/07/2005	Garanhuns/Recife
Raimundo Rogério Araújo	067002	1.470,33	03/07 a 17/07/2005	Fortaleza/Recife
Reniere da Silva Neri	072035	1.383,83	06/07 a 20/07/2005	Recife/Natal
Romero Maynard A Falcão	084675	1.782,08	04/07 a 18/07/2005	Caruaru/Recife
Sérgio Carvalho Alves	126634	1.459,84	26/10 a 09/11/2005	Recife/Salvador
Tereza Cristina Silva Lira	125574	1.388,95	30/08 a 12/09/2005	Ribeirão/Recife
Valdir Marinho Pontes	157216	1.428,11	21/11 a 05/12/2005	Caruaru/Cortês

Nesse sentido, resta prejudicada a comprovação da necessidade e da realização da viagem.

GEX TERESINA:

Constatou-se, em relação à amostra de propostas de viagem objeto dos exames de auditoria, a ausência de devolução, pelo servidor, do valor referente a diárias recebidas em excesso, sem qualquer determinação da Unidade nesse sentido, quando do retorno à sede em prazo inferior ao inicialmente previsto, em desacordo com o disposto no art. 8º do Decreto nº 343/1991 (PVs nºs: 24859, 157317, 150979, 151698, 152951, 109069, 138801, 138787, 40697).

Impropriedades em concessões de diárias:

No que diz respeito à concessão de diárias na entidade, em análise à amostra selecionada, constataram-se as seguintes impropriedades:

a) ausência de indicação da modalidade de transporte rodoviário utilizado, ou seja, se em ônibus ou em veículo oficial da Entidade (PVs nºs: 120757, 122460, 120741, 122447, 121702,

121752, 116052, 26314, 24859, 25912, 21486, 17685, 74445, 64926, 88418, 132098, 131967, 157317, 151821, 150979, 151698, 152764, 152951, 149449, 149869, 148654, 10207, 120762, 123363, 120765, 159759, 30193, 109069, 71661, 138801, 138787, 136741, 133936, 40697, 77286);

b) pagamento de diárias em momento posterior ou concomitante ao deslocamento efetuado pelo servidor, em desconformidade com o disposto no art. 6º, do Decreto nº 343/1991 (PVs nºs: 120757, 120741, 121702, 116052, 26314, 24859, 25912, 21486, 74445, 64926, 47133, 88418, 132098, 131967, 157317, 151821, 150979, 151698, 152764, 152951, 149449, 149869, 148654, 10207, 120762, 120765, 154151, 159759, 159737, 159443, 30193, 109069, 71661, 138801, 138787, 136741, 133936, 1471, 1476, 50633, 47147, 40697, 42153, 33459, 77286);

c) ausência de justificativa expressa quando de afastamento iniciado a partir de sexta-feira, bem como nos casos em que os referidos afastamentos incluíram sábados, domingos e feriados (PVs nºs: 120757, 122460, 120741, 122447, 121702, 121752, 116052, 26314, 24859, 25912, 21486, 74445, 64926, 88418, 132098, 131967, 157317, 151821, 150979, 151698, 152764, 152951, 149449, 149869, 148654, 10207, 120762, 123363, 120765, 159759, 159737, 159443, 30193, 109069, 71661, 138801, 138787, 136741, 133936, 40697, 42153);

d) ausência do respectivo bilhete de passagem/comprovante de desembarque, quando da utilização de transporte rodoviário ou transporte aéreo nacional (PVs nºs: 120757, 122460, 120741, 122447, 121702, 121752, 116052, 26314, 24859, 25912, 21486, 17685, 74445, 64926, 47133, 88418, 132098, 131967, 157317, 151821, 150979, 151698, 152764, 152951, 149449, 149869, 148654, 10207, 120762, 123363, 120765, 154151, 159759, 30193, 109069, 71661, 138801, 138787, 136741, 133936, 1471, 1476, 50633, 47147, 40697, 42153, 33459, 77286);

e) pagamento em valor irregular do adicional a que se refere o art. 9º, do Decreto nº 343/1991 (PV nº 42153).

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Omissão do Gestor quanto à correta aplicação do Decreto nº 343/1991, que dispõe sobre a concessão de diárias no Serviço Público Civil da União, nas autarquias e fundações públicas federais.

CAUSA:

Falhas no controle interno relativo aos atos de concessão de diárias na Entidade.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:**GEX Campo Grande:**

Instado a se pronunciar sobre os fatos encontrados, em 28/4/2006, através do Ofício nº 06.001.02.0/104/2006, o Chefe da APS C. Grande - 26 de Agosto informou o seguinte:

"A emissão de propostas e concessão de diárias para viagem de servidores desta Agência são centralizadas na Gerência Executiva Campo Grande/MS, conforme instituído e disciplinado nas Resoluções INSS/DC nº 113 de 11/12/2002 e INSS/DC nº 143 de 19/12/2003, respectivamente, cópias em anexo.

Conforme documentação em anexo, encaminhamos em 27/4/2006 a Solicitação de Auditoria nº 174949/006 à Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para informar o solicitado, visto o assunto em pauta ser tratado naquele setor. Informamos, ainda, que estamos autorizados a firmar o "pague-se" somente nos documentos relacionados no Art. 2º da Portaria nº 181, de 25/1/2006, cópia anexa".

Quanto aos itens 3, 4, 5 e 6, o gestor não se pronunciou sobre os mesmos.

Gex Recife

Questionado acerca da respectiva constatação, por meio da solicitação de auditoria nº 02/2006, o gestor encaminhou o Ofício nº 030/2006, conforme a seguir transcrito:

"Esta Gerência Executiva Recife está providenciando Memorando - Circular, no qual serão estabelecidas rotinas para melhor formalização dos processos resultantes do pagamento de diárias para os servidores da sua jurisdição".

Gex Teresina

Manifestando-se sobre as falhas apontadas, o Gestor informou, em relação às PV's nºs 24859, 157317, 109069 e 40697, o que segue:

"Não houve diárias recebidas em excesso, pois se trata de PV de prorrogação, na qual o proposto permanece na localidade."

No que se refere às demais PV's, não se manifestou, em que pese a solicitação feita por esta CGU-Regional/PI.

Quanto às demais impropriedades apontadas o gestor informou:

a) ausência de indicação da modalidade de transporte rodoviário utilizado:

a.1) "PV's 116052 e 152764 - utilizado transporte rodoviário (ônibus), passagens anexas às AP's (Autorização de Pagamento), entregues no Setor Financeiro.

PV 152951 - utilizado veículo oficial (PREVMÓVEL). O servidor é chefe dessa unidade móvel."

a.2) em relação às PV's nºs 13887, 40697, 136741, 133936, 1471, 1476, 47147, 33459, 13880, 71661, 109069, 30193, 159443, 159737, 159759, 154151, 10207, 157317, 131967, 132098, 88418, 47133, 64926, 74445, 25912, 26314 e 24859: "Na modalidade de transporte aéreo há a informação da reserva/PTA, quando não, a modalidade utilizada é de transporte terrestre. Para s (sic) PVs 159737 e 159443, os propositos devolveram, via Ordem de Recebimento -OR, os valores relativos ao adicional de locomoção por terem utilizado viatura oficial."

b) pagamento de diárias em momento posterior ou concomitante ao deslocamento efetuado pelo servidor:

b.1) em relação às PV's nºs 13887, 40697, 136741, 133936, 1471, 1476, 47147, 33459, 13880, 71661, 109069, 30193, 159443, 159737, 159759, 154151, 10207, 157317, 131967, 132098, 88418, 47133, 64926, 74445, 25912, 26314 e 24859, que se trata de PV de prorrogação, na qual o proposto permanece na localidade. Argumentou, ainda, que em casos de PV de prorrogação a data inicial será a imediatamente posterior à do vencimento da anterior, podendo corresponder a uma sexta-feira ou fim-de-semana.

c) ausência de justificativa expressa quando de afastamento iniciado a partir de sexta-feira, bem como nos casos em que os referidos afastamentos incluíram sábados, domingos e feriados:

c.1) "PV 148654, viagem do Gerente-Executivo, em veículo oficial, para vistoriar funcionamento da Agência Picos/PI e Prevcidade Paulistana/PI. Em face da grande distância, houve necessidade da chegada no sábado, pois é proibido viajar oficialmente a noite. (sic) PV 123363, a servidora deslocou-se de Curimatá/PI para Paulistana, cidades distantes uma da outra, viagem de ônibus, sem horário regular, havendo necessidade de deslocamento no domingo para poder trabalhar no início da semana."

c.2) em relação às PV's nºs 13887, 40697, 136741, 133936, 1471, 1476, 47147, 33459, 13880, 71661, 109069, 30193, 159443, 159737, 159759, 154151, 10207, 157317, 131967, 132098, 88418, 47133,

64926, 74445, 25912, 26314 e 24859, que se trata de PV de prorrogação, na qual o proposto permanece na localidade, podendo tal tipo de PV ter início em sábados, domingos ou feriados.

d) ausência do respectivo bilhete de passagem/comprovante de desembarque, quando da utilização de transporte rodoviário ou transporte aéreo nacional:

d.1) "PV 50633, viagem aérea, convocação e controle pela Direção Geral do INSS em Brasília/DF."

d.2) em relação às PV's nºs 13887, 40697, 136741, 133936, 1471, 1476, 47147, 33459, 13880, 71661, 109069, 30193, 159443, 159737, 159759, 154151, 10207, 157317, 131967, 132098, 88418, 47133, 64926, 74445, 25912, 26314 e 24859: "Não foi detectado (sic) ausência de bilhete de passagem/comprovante de desembarque. Na realidade as PVs citadas são de prorrogação em que não há novo deslocamento nem novo pagamento de Adicional de Deslocamento."

d.3) " (...) não foi emitida AP - Autorização de Pagamento no que tange a reembolso de Passagens dos servidores abaixo relacionados, tendo em vista os mesmo não terem apresentado os referidos recibos para serem reembolsados.

PV. Nº 149868/2005 - Manoel Alves de Macedo

PV. Nº 120762/2005 - Maria do Rosário de Fátima Gomes dos Santos

PV. Nº 120765/2005 - João Batista R de Sousa

PV. Nº 77286/2005 - Diogo de Meneses Ferreira

Na Forma da Nota Técnica PFE-INSS/CGADM/DPES/Nº 360/2004, oriunda da Procuradoria Federal Especializada-INSS/DF, anexa, não há exigências de apresentação de bilhetes de passagem para fins de pagamento do Adicional de deslocamento a que se refere o Dec.343/91."

e) pagamento em valor irregular do adicional a que se refere o art. 9º, do Decreto nº 343/1991, não apresentou justificativas.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Gex Campo Grande:

Analizando a reposta do Chefe da APS 26 de Agosto, não se pode acatar suas justificativas para os itens 1, 2 e 7 pois, em que pese o atendimento, pela Unidade, da Resolução INSS/DC nº 113, de 11/12/2002, da Resolução INSS/DC nº 143, de 19/12/2003 e da Portaria nº 181, de 25/1/2006, é imperativo que a Gerência Executiva Campo Grande/MS, no papel de gestor das Propostas de Viagens (concessão de diárias), cumpra o prescrito na Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 04, de 10/5/2000, que regula

procedimentos e prazos para o arquivamento de documentos e registro de conformidade.

Esta IN diz, em seu Art. 1º, §2º, que "os processos de pagamento, referentes aos atos e fatos de gestão, deverão apresentar capa, em local visível, a data da conformidade diária a qual se vinculam". Ou seja, tal comando implica que todo pagamento referente a ato e fato de gestão deve ter um processo físico que o corrobore, o que é reforçado pelo Art. 6º, §2º: "Os processos resultantes das liberações de recursos e das prestações de contas de convênios e/ou similares e de suprimento de fundos deverão ser anexados aos processos originais e mantidos em arquivo na mesma ordem cronológica por unidade gestora/gestão". Com isso, não se pode aceitar o fato de que a Gerência Executiva Campo Grande/MS não possua processo físico relativo à concessão de diárias de pessoal subordinado.

Gex Recife:

A análise do Gestor ratifica a ocorrência do fato constatado.

Gex Teresina:

As justificativas apresentadas pelo Gestor devem ser acatadas parcialmente, uma vez que somente nas propostas de viagem - PV's nºs 150979, 151698 e 152951, há indicação no campo "Descrição da Viagem" de continuidade de viagem anterior, ou seja, indicação de tratar-se de prorrogação de viagem anterior, com a necessária informação acerca do número da proposta de viagem inicial objeto de prorrogação. Ressalte-se, ainda, que foram disponibilizadas, a esta CGU-Regional/PI, em que pese solicitação formal realizada pela Equipe de Auditoria, tão-somente cópias das propostas de viagem iniciais referentes às PV's nºs 150979 e 151698, o que impossibilitou a comprovação da autenticidade das informações prestadas pelo Gestor quanto às demais.

Faz-se pertinente, em relação às justificativas apresentadas pelo Gestor, tecer os seguintes comentários, por item ressaltado:

a.1 e a.2) as justificativas apresentadas não devem ser acatadas, uma vez que não são capazes de elidir a falha apontada, qual seja, a ausência de indicação, na proposta de viagem, da modalidade de transporte rodoviário utilizado, limitando-se o Gestor a informar, intempestivamente, aquele transporte utilizado;

b.1) conforme disposição clara do art. 6º, do Decreto nº 343/1991, as diárias devem ser pagas antecipadamente, salvo nos

casos nele excepcionados, o que não ocorreu nos casos mencionados pelo Gestor.

Desse modo, entende-se irrelevante, para o cumprimento da obrigatoriedade de pagamento antecipado das diárias aos servidores beneficiários, ser a proposta relativa à viagem inicial ou à prorrogação de uma viagem anterior, razão pela qual as justificativas apresentadas não devem ser acatadas;

c.1) as justificativas apresentadas não foram capazes de elidir a falha apontada. O Gestor, tão-somente, informou, intempestivamente, o motivo pelo qual os afastamentos foram iniciados a partir de sexta-feira, ou quando incluíram sábados, domingos e feriados; entretanto, não mencionou a razão pela qual não fez constar, em momento oportuno, qual seja, quando do ato de concessão, tais informações;

c.2) não há qualquer relação entre o tipo de proposta de viagem, se inicial ou se prorrogação de viagem anterior, e a ausência de indicação, nessas propostas, de justificativa expressa quando do afastamento iniciado a partir de sexta-feira e aqueles que incluírem sábados, domingos e feriados. Em outras palavras, o fato de ser a proposta de viagem relativa à prorrogação de uma viagem anteriormente realizada não exime o Gestor da obrigatoriedade de expressamente indicar a justificativa quanto ao deslocamento iniciado a partir de sexta-feira e aqueles que incluírem sábados, domingos e feriados, motivo pelo qual as justificativas apresentadas não devem ser acatadas;

d.1) O Gestor, em sua justificativa, informa tratar-se de viagem aérea, com convocação e controle pela Direção Geral do INSS em Brasília/DF. Entretanto, observa-se, na análise da proposta de viagem respectiva, que as diárias foram autorizadas e concedidas pelo Gerente Executivo do INSS em Teresina, assim como a Ordem Bancária (20050B901107) foi emitida pela Gerência Executiva do INSS em Teresina, objeto dos exames de auditoria, motivo pelo qual o controle quanto ao bilhete de passagem deveria ter sido realizado por essa Entidade. Desse modo, as justificativas apresentadas não devem ser acatadas;

d.2) as justificativas não devem ser acatadas, uma vez que, mesmo em propostas de viagem relativas à prorrogação de viagem anteriormente realizada, subsiste a obrigatoriedade de apresentação do bilhete de passagem referente ao retorno do servidor à sede, de modo a permitir o controle sobre o efetivo período de seu afastamento;

d.3) o fato de os servidores beneficiários não terem solicitado o reembolso dos valores pagos, com recursos próprios, para realização do deslocamento, não exime o Gestor da obrigatoriedade de exigir a apresentação daquele bilhete de

passagem/comprovante de embarque/desembarque, razão pela qual as justificativas apresentadas não devem ser acatadas. Em que pese o entendimento firmado pela Procuradoria Federal Especializada-INSS/DF, em sua Nota Técnica PFE- INSS/CGMADM/DPES/nº 360/2004, no sentido de não haver justificativa legal para a manutenção do procedimento de se exigir os bilhetes de passagem para fins de recebimento do adicional de locomoção, entende-se, por expressa disposição do Decreto nº 343/1991, em seu art. 9º, que tal adicional destina-se a cobrir despesas de deslocamento do servidor até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa, não sendo devido quando o respectivo servidor beneficiário não se deslocou para terminal rodoviário ou aeroporto, ou qualquer outro local utilizado para tal fim, comprovado por meio da apresentação do bilhete de passagem ou outro documento que comprove o efetivo deslocamento àquele local de embarque/desembarque.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
071.799.524-07	FRANCISCO GONZAGA TRAVASSOS	GERENTE EXECUTIVO/RECIFE
520.768.308-04	ULPIANO JOSE TAVARES GOMES	GERENTE EXECUTIVO/TERESINA
398.313.456-49	APARECIDA FRANCIS PINTO DA CUNHA	GERENTE EXECUTIVO/VITÓRIA

RECOMENDAÇÃO :Gex Campo Grande:

Recomenda-se que a APS 26 de Agosto questione junto à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS em Brasília, para que sejam revistos os procedimentos de concessão de diárias e suporte documental, de forma que os normativos da IN/04 - SFC/STN, de 10/5/2000 sejam cumpridos de ora em diante, diminuindo, assim, a fragilidade encontrada.

Recomenda-se, também, que tais processos de Propostas de Viagem contenham, no mínimo a documentação de requisição de servidor, relatório de viagem, canhoto das passagens (aéreo ou terrestre), certificado de participação em cursos, quando houver, Ordem de Serviço, quando se referir a alguma fiscalização realizada. Tais processos serão emitidos com numeração única e sequencial e mantidos em arquivo único, para melhor gestão do controle interno.

Gex Recife:

Recomendamos que a Unidade, com vistas a possibilitar maior controle dos pagamentos de diárias no âmbito da mesma, formalize os respectivos processos de concessão de passagens e diárias, fazendo constar dos mesmos os documentos de justificativa que lhes deram suporte, os bilhetes de passagens ou cartões de embarque, e que os mesmos sejam devidamente numerados e rubricados, mantendo-se a ordem cronológica dos respectivos documentos, em observância ao que dispõe a Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999.

Gex Teresina:

Recomenda-se ao Gestor:

- a) fazer constar, nos casos de propostas de viagem relativas a prorrogação de viagem anterior, no campo "Descrição da Viagem", informações acerca da referida prorrogação, com indicação do número da proposta de viagem prorrogada;
- b) exigir dos servidores beneficiários a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, nos casos em que não seja possível comprovar a viagem anterior objeto de prorrogação, relativamente às PV's nºs 24859, 157317, 109069, 138801, 138787, 40697.

Recomenda-se, ainda:

- a) indicar no ato de concessão das diárias, a modalidade de transporte utilizado pelo servidor beneficiário, se em transporte aéreo, transporte rodoviário ou em veículo oficial;
- b) adotar as medidas cabíveis no sentido de fazer com que os pagamentos das diárias concedidas sejam efetuados em momento anterior ao deslocamento;
- c) fazer constar, nos atos de concessão de diárias, justificativa expressa quando do afastamento iniciado a partir de sexta-feira, ou quando tais afastamentos incluírem sábados, domingos e feriados, nos termos do art. 6º, § 3º, do Decreto nº 343/1991;
- d) exigir, dos servidores beneficiários, a apresentação do bilhete de passagem/comprovante de desembarque, ou outro documento que comprove o efetivo deslocamento ao local de embarque/desembarque, quando da utilização de transporte rodoviário ou transporte aéreo nacional.

8.3.2.2 CONSTATAÇÃO:

CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO ENTRE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MESMA MICRORREGIÃO.

Gex Recife:

A Unidade concedeu diárias para deslocamento até o município de Gravata - PE, localizado na mesma microrregião do município de Caruaru - PE (Microrregião do Vale do Pajeú), lotação dos servidores, em desacordo com o Parágrafo Terceiro do Art. 58 da Lei 8.112/90, que determina "*Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou **microrregião**, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas*". (grifo nosso)

Gex Vitória:

Constatamos que o INSS vem autorizando o pagamento de diárias dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 204, de 22.06.2001, que compreende os Municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

O pagamento de diárias a servidores que se deslocam dentro de região metropolitana é considerado irregular pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão 8/2002-Plenário, de 27.02.2002, tendo em vista o que dispõe o § 3º do artigo 58 da Lei nº 8.112/90, alterada pela Lei 9.527/97.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Autorizou a concessão de diárias indevidas no âmbito da mesma microrregião.

CAUSA:

Inobservância ao artigo 58, § 3º, da Lei 8.112/90, alterada pela Lei nº 9.527/97.

JUSTIFICATIVA:

Gex Recife:

Questionado na Solicitação de Auditoria nº 04/2006, o Gestor justificou por meio do Of. Nº 031/2006 da seguinte forma:

"o pagamento de diárias no INSS em nenhum momento levou ou leva em consideração, a existência de microrregião, sendo este mais um fator a ser corrigido, já que se trata de uma determinação legal".

Gex Vitória:

(Documento s/n, datado de 18.04.2006)

"Todas as propostas de viagem foram emitidas para atender às necessidades de capacitação dos servidores desta Gerência, tendo em vista a inexistência de espaço físico nesta GEX, a carga horária dos treinamentos, bem como, o conteúdo a ser desenvolvido, exigindo que os servidores pernitassem no local do curso.

As referidas propostas de viagem foram emitidas fundamentadas no artigo terceiro da Lei 8.112/90, transcrito abaixo:

"Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da me metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integral entre países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades brasileiras considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da semana que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)."

ANALISE DA JUSTIFICATIVA:

Os gestores não informaram as providências a serem adotadas para evitar a concessão de diárias para deslocamentos entre municípios integrantes da mesma microrregião. Também não há informações quanto à apuração de responsabilidades pela ocorrência do fato.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
071.799.524-00	FRANCISCO GONZAGA TRAVASSOS	Gerente Executivo Recife
837.761.847-87	GEOVANI BRAZ BRAGATTO	Gerente Executivo Substituto Vitória

RECOMENDAÇÃO:

Face ao exposto recomendamos ao INSS e em especial às Gerências Executivas de Recife e Vitória:

- 1) não autorizar o pagamento de diárias a servidores que se desloquem dentro de região metropolitana, tendo em vista o que dispõe o 58, § 3º, da Lei 8.112/90, alterada pela Lei nº 9.527/97.
- 2) realizar a apuração de todas as diárias pagas a servidores que se deslocaram dentro da região metropolitana, no exercício de 2005, quantificando os valores a serem ressarcidos.
- 3) providenciar o ressarcimento de todas as diárias pagas irregularmente, conforme valores a serem levantados pelo INSS.

8.3.2.3 CONSTATAÇÃO:

PAGAMENTO DE ADICIONAL DE DESLOCAMENTO A SERVIDOR QUE UTILIZOU VEÍCULO OFICIAL

Gex Vitória:

Constatamos, nas propostas de viagem 150971 (02.12.2005) e 144699 (30.11.2005), o pagamento do adicional de deslocamento previsto no artigo 9º do Decreto 343/91, a motoristas conduzindo veículo oficial.

O Tribunal de Contas da União já se pronunciou a respeito de tal situação por meio do Acórdão 1236/2003 - 2ª Câmara, de 18.08.2003, da seguinte forma:

"1.4. abstenha-se de pagar adicional de deslocamento aos locais de embarque e desembarque aos servidores que utilizem veículo oficial para tais deslocamentos;"

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Pagamento de adicional de deslocamento sem observância de norma regulamentar.

CAUSA:

Inobservância ao artigo 9º do Decreto 343/91 e ao Acórdão TCU 1.236/2003-2ª Câmara.

JUSTIFICATIVA:

(Documento s/n, datado de 17.04.2006)

"(...) esclarecemos que, nos casos de deslocamento de servidor com veículo oficial, o procedimento adotado por esta Divisão é pelo não pagamento do adicional de deslocamento; Com relação às PVs de números 150971 (02.12.2005) e 144699 (30.11.2005), equivocadamente, foi acrescido o valor referente ao adicional. Esclarecemos que as PVs são emitidas por servidor de apoio, que, por engano, acrescentou o citado adicional e, considerando o número exorbitante de PVs para serem autorizadas, em face da constante falta de orçamento, não observamos tal irregularidade. Realizamos reunião com os responsáveis pela emissão de PVs, oportunidade em que alertamos sobre a falha detectada, sendo solicitado maior controle e atenção para que não ocorra novamente. Na oportunidade, esclarecemos que foi providenciada Guia de Recolhimento da União - GRU para os servidores (...), no valor de R\$ 54,98 (cópia em anexo)."

ANALISE DA JUSTIFICATIVA:

O Gestor concorda com a falha apontada e informa ter providenciado a guia. Entretanto, foi anexada somente a guia a ser paga. Não há comprovação do recolhimento.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
837.761.847-87	GEOVANI BRAZ BRAGATTO	GERENTE EXECUTIVO Substituto em Vitória

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o INSS abstenha-se de pagar o adicional de deslocamento a servidores que utilizem veículos oficiais.

Recomendamos o ressarcimento das quantias pagas a título de adicional de deslocamento constante das propostas de viagem 150971 e 144699. Lembramos que as ocorrências de reposições ou indenizações ao erário devem ser previamente justificadas ao servidor, explicitando, na oportunidade, o vício que comprometeu o ato e, principalmente, para proporcionar a faculdade do exercício do amplo direito de defesa e do contraditório.

8.4 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR**8.4.1 ASSUNTO - PROCESSOS DISCIPLINARES**

8.4.1.1 INFORMAÇÃO:

Conforme informado na Prestação de Contas do INSS referente ao exercício de 2005 – Processo nº 35.000430/2006-18, a Corregedoria-Geral realizou na Gestão de 2005: 478 PAD, 168 Sindicâncias e 127 Instruções Prévias, num total de 773 processos. O dano estimado ao erário ultrapassou R\$ 19.182.537,08 (dezenove milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos). Os 646 PAD e Sindicâncias resultaram em 78 servidores advertidos, 62 suspensos, 34 demitidos e 4 com aposentadoria cassada.

Nos trabalhos de Auditoria de Avaliação de Gestão do INSS referente ao exercício de 2005, apresentado por meio do Relatório SFC/CGU-PR nº 160221/2005, esta CGU identificou a seguinte situação:

Identifica-se a tendência para a não instauração de processos disciplinares no âmbito da Corregedoria-Geral do INSS. Deve ser observada a alteração da sistemática de estabelecimento de meta para a Corregedoria-Geral (Ofício/INSS/CORREG/Nº 012, de 02.02.2005). Para o exercício de 2004, foi estabelecido como meta "Instaurar 950 Processos Administrativos". Já para o ano de 2005, a meta foi apresentada da seguinte forma: "Analisar o estoque de denúncias/existentes na Corregedoria em dezembro/2004, instaurando, quando necessário, os processos administrativos disciplinares". Denota-se clara alteração de método. Apesar de já identificado estoque de processos disciplinares pendentes de instauração, a quantificação da meta foi estimada apenas em função da análise do estoque de denúncias existentes, sem considerar a necessidade de efetiva instauração de processos disciplinares pendentes, desviando de competência atribuída à Corregedoria-Geral pelo Decreto nº. 5.257, de 27 de outubro de 2004 (Anexo I, artigo 10, inciso III).

Quadro – Processos Pendentes de Instauração

Unidade	Quantitativo	Fonte da Informação
Corregedoria Regional I (RS, SC, PR)	31	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 012, 02.02.05
Corregedoria Regional II (SP)	53	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 20, 25.02.05
Corregedoria Regional III (RJ, ES)	185	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 011, de 02.02.05
Corregedoria Regional IV (BA, MG, SE)	16	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 20, 25.02.05
Corregedoria Regional V (PE, MA, AL, PB, CE, PI)	24	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 012, 02.02.05
Corregedoria Regional VI (GO, MT, MS e Região Norte)	186	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 120, 21.12.04
Total	495	

Desta análise foi recomendado à Corregedoria Geral do INSS:

(...)

f) realizar planejamento de ações objetivando reduzir o estoque de processos disciplinares pendentes de instauração, incluindo a instauração de processos em metas a serem atingidas pela Corregedoria-Geral do INSS.

Em 15.3.2006 encaminhamos à Corregedoria-Geral a Solicitação de Auditoria nº 175153-03 que entre outros aspectos questionou em seus itens "7" e "8" as medidas adotadas pelo gestor para regularização das demandas dos órgãos de controle, conforme a seguir transcrito:

7- Informar o resultado da TCE, bem como do PAD nº 37284.000956/02-52, conforme recomendações constantes do Relatório/SFC nº 084952/2001, do item 6.1.6 do Relatório/SFC nº 087911/2002, do item 4.1.1.6.13 do Relatório/SFC nº 139816/2004 e do item 4.1.1.1.35 do Relatório/SFC nº 153860/2004, e Acórdão nº 1.306/2005-2ª Câmara - TC 010.205/2001-0, que tratam da apuração de responsabilidades pelos prejuízos constatados em razão da contratação da empresa BANKING SOLUTIONS DO BRASIL Ltda. (Q-Matic) - Concorrência nº 002/2001 (contratação emergencial intermediada pela DATAPREV). Esse assunto foi solicitado ao INSS por meio do Ofício nº 5.311/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 24.02.2006.

8 - Informar as providências adotadas com vistas ao cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, bem como quanto as medidas adotadas concernentes às recomendações desta SFC/CGU-PR, constantes do Relatório nº 160221/2005 e assuntos pendentes conforme itens a seguir relacionados:

4.1.1.3 CONSTATAÇÃO: Pendências dos Resultados dos PADs e ausência de medidas para reaver os recursos públicos (TCE). Ref.: DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e ACÓRDÃO nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara.

RECOMENDAÇÃO: (...) E que a Corregedoria-Geral do INSS dê celeridade aos processos em questão, encaminhando os resultados dos PADs a essa SFC/CGU.

4.1.1.7 INFORMAÇÃO: DECISÃO nº 1.566/2002 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4 - Improriedades constatadas quando da avaliação dos controles de bens imóveis.

AValiação da SFC: Com base nas informações prestadas, observamos que: o subitem 8.2.2 encontra-se atendido e os subitens 8.14.1, 8.16.1 e 8.21.7 encontram-se em processo de regularização,

devendo a Corregedoria-Geral do INSS encaminhar tempestivamente a esta SFC os resultados conclusivos dos mesmos.

4.1.1.12 INFORMAÇÃO: ACÓRDÃO nº 816/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 013.636/2002-0 e TC nº 009.060/2003-4) e ACÓRDÃO nº 1.850/2003 - TCU - 2ª Câmara - Convênio celebrado entre Ministério da Previdência e Assistência Social/INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD.

AVALIAÇÃO DA SFC: Conforme última informação prestada pelo gestor, resta pendente o resultado do PAD nº 44000.002941/1998-02, devendo a Corregedoria encaminhar a esta SFC o produto final desses trabalhos.

4.1.1.17 CONSTATAÇÃO: Ausência de providências de conclusão de PAD por parte da Corregedoria do INSS. Ref.: TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Gerência Executiva/INSS/RJ em Irajá/RJ.

RECOMENDAÇÃO: Que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para reinstauração do PAD, com encaminhamento do resultado a esta SFC/CGU.

4.1.2.3 CONSTATAÇÃO: Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV. Prática de Ato de Improbidade Administrativa.

RECOMENDAÇÃO: Que a Corregedoria-Geral do INSS encaminhe o Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.004818/97-37 a esta SFC/CGU-PR, com o fito de esclarecer o motivo do arquivamento, tendo em vista que a Decisão nº 527/2002 TCU/2ª Câmara, que determina a recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS no valor de R\$ 1.212.086,67.

4.1.2.4 CONSTATAÇÃO: Terceirização irregular de mão-de-obra - Empresa TECNOCOOP SISTEMAS.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que o processo seja encaminhado a esta SFC para avaliação quanto aos fatos que motivaram o arquivamento do PAD.

4.1.2.5 CONSTATAÇÃO: Realização de obras e reformas em imóvel de terceiros - Linhares/ES. Contrato de locação de reforma de imóvel; e recusa ao direito de preferência na compra do mesmo, realizada em desacordo com o que dispõe o Regimento Interno do INSS, em LINHARES-ES - (Processo nº 15492.000553/2003-04).

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que o processo seja encaminhado a esta SFC para avaliação quanto aos fatos que motivaram o arquivamento do PAD.

4.1.2.15 CONSTATAÇÃO: Irregularidade na Locação de Imóvel situado a Rua André Cavalcante, nº 103, Bairro de Fátima - Rio

de janeiro/RJ, pela DATAPREV, ocupado pela Superintendência Regional do INSS/RJ.

RECOMENDAÇÃO: Diante do exposto, recomendamos que a Corregedoria-Geral e Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS cientifique esta Secretaria Federal de Controle Interno sobre os resultados alcançados no Processo Administrativo Disciplinar e no Processo de Tomada de Contas Especial, respectivamente.

5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: O INSS não procedeu à devida descrição, no relatório de gestão, dos indicadores de desempenho utilizados na avaliação da gestão da Unidade.

RECOMENDAÇÃO: Dessa forma, tendo em vista a informação prestada pelos gestores, sobre a construção de indicadores apenas para o exercício de 2006, a determinação contida na Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa nº 62, de 27.10.2004, do Tribunal de Contas da União, as competências institucionais definidas para a Coordenação-Geral de Controladoria, e considerando serem os indicadores de desempenho o instrumento viabilizador da avaliação da tendência e convergência das ações em relação aos resultados esperados, constituindo-se em ferramenta indispensável ao aprimoramento dos processos gerenciais de qualquer unidade, recomendamos à Unidade a adoção, ainda no exercício de 2005, em complemento aos já existentes, os seguintes indicadores de desempenho por área:

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Corregedoria Geral		
Agilidade das Apurações de responsabilidades	Mede o nível de tempestividade das apurações	Razão entre a soma de processos prescritos (por Falta de Apuração) e a quantidade de processos instaurados

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO: Reincidência de utilização de Dotações Impróprias para a Realização de Despesas.

RECOMENDAÇÃO: (...) E, ainda, que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para apurar responsabilidade pelo descumprimento legal na execução orçamentária do Órgão.

6.2.1.3 CONSTATAÇÃO: Reincidência na realização de despesa para Pagamento de Benefícios Previdenciários em desacordo com a Lei.

RECOMENDAÇÃO: (...) E, ainda, que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para apurar responsabilidade pelo descumprimento legal no pagamento de benefícios, principalmente, os referentes ao auxílio-doença.

9.5.1.2 CONSTATAÇÃO: Estabelecimento de diretrizes de instauração de Processos Disciplinares-PAD que geraram significativa redução nas apurações de ilícitos administrativos; utilização inadequada de servidores locais na apuração de grandes irregularidades e/ou envolvendo autoridades regionais; uso indevido do conteúdo do Acórdão nº. 412/2004-Plenário do TCU

para justificar paralisação de PAD; ausência de articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa; falhas e carências estruturais no desenvolvimento das atividades correicionais.

RECOMENDAÇÃO: (...)Que a Corregedoria-Geral do INSS e as suas Unidades Regionais adotem as seguintes recomendações:

a) Não obrigar as comissões disciplinares a concluírem o inquérito administrativo nos prazos da primeira instauração ou prorrogação. Tal conduta pode ferir a finalidade do processo disciplinar no sentido de esclarecer os fatos e apontar os responsáveis, bem como a independência da atuação do colegiado disciplinar.

b) não declarar nulidade processual em razão apenas da conclusão de apuração disciplinar fora dos prazos previstos na Lei 8.112/90, conforme entendimento firmado pelo STF (MS nº 21.494 e MS nº 22.656).

c) utilizar servidores de outras unidades da federação na apuração de grandes irregularidades, de fraudes, de ilícitos que envolvam autoridades regionais ou quando a utilização de servidores da localidade possa comprometer a imparcialidade nas apurações disciplinares.

d) adotar providências para equipar adequadamente as corregedorias regionais do INSS e as comissões disciplinares, mediante realização de levantamento de necessidades. Outrossim, incrementar capacitação dos servidores que atuam em apurações disciplinares.

e) viabilizar os meios necessários para a atuação autônoma das comissões disciplinares e planejar as ações disciplinares de modo a evitar atrasos no pagamento de diárias para os membros das comissões disciplinares.

f) realizar planejamento de ações objetivando reduzir o estoque de processos disciplinares pendentes de instauração, incluindo a instauração de processos em metas a serem atingidas pela Corregedoria-Geral do INSS.

g) utilizar adequadamente as orientações constantes do Acórdão nº. 412/2004 - Plenário do TCU, de modo a não obstar a regular e eficiente instauração e condução de apurações disciplinares administrativas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do OFÍCIO INSS/CORREG/Nº 060, de 17.3.2006, a Corregedoria Geral apresentou os seguintes esclarecimentos:

Resposta ao Item 7:

O processo 37284.000956/2002-52 (Volumes I a IV - Relatório do PAD (protocolizado o quarto volume sob o nº 35000.001617/2004-69 e Apensos 35000.002787/99-04 (02 volumes) e 35000.006462/98-01, **Q.MATIC**, foi encaminhado à Chefe da Divisão

de Tomada de Contas Especial , através **do Despacho Corregedoria Geral nº 236, datado de 10/03/2006 - SIPPS 15085781**

O processo nº 37284.000956/02-52 cópia- Volumes I a VI e Apensos 35000.008013/98-80, 35000.009734/98-15, 35000.009378/99-85, 35000.007902/98-39, 35000.003219/99-59 (02 volumes), 35000.010443/99-42, Processos de Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos - PCS's nº 01.500.0/03/99, 01.001/01/99 e 35000.0011456/2000-35 - **BANKING SOLUTIONS DO BRASIL LTDA-SIPPS 4642720**, foi encaminhado à Chefia da Divisão de Tomada de Contas Especial, através do **Despacho Corregedoria Geral nº 237, de 10/03/2006**

Outrossim, informamos, ainda, que foram encaminhadas cópias dos respectivos relatórios atinentes aos processos supramencionados à Corregedoria Geral da União, Dr. Moisés, Antônio de Freitas, através do Ofício INSS/CORREG.GERAL nº 048, de 07/março/2006.

Resposta ao item 8 - Item 4.1.1.12

Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 35000.000220/2002-98 - Centro Educacional de Tecnologia em Administração - **CETead** e Processo 44000.002941/1998-02, foi encaminhado à Controladoria Geral da União/Presidência da República, através do Ofício INSS/CORRGE/Nº 2, datado de 05/08/2005, cópias, em anexo retornando a esta Corregedoria sem o respectivo Parecer. - Segue, ainda, cópia do Parecer Conclusivo do PAD, oriundo desta Corregedoria Geral.

Resposta ao item 8 - Item 4.1.2.3

Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS - **BRADIV** - Prática de Ato de Improbidade - Processo nº 35000.004818/97-37. Referido processo é apenso do processo de revisão nº **44000.002244/2004-3**, o qual se encontra na Controladoria Geral da União, conforme documento, em anexo.

Resposta ao item 8 - Item 4.1.2.4.

Terceirização de mão de obra - Empresa **TECNOCOOP SISTEMAS**, o Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 35329.000704/2002-36 e Apensos, encontra-se na Controladoria Geral da União, conforme documento anexo. - VER

Resposta ao item 8 - Item 4.1.2.5

PAD 35059.002451/2001-80 - Contrato de Compra e Venda **de Imóvel em Linhares/ES**, apenso nº 35301.008358/2003-21, encontra-se na Secretaria Federal de Controle - SFC, conforme documento anexo.
VER RJ

Resposta ao item 8 - Item 4.1.2.15

Irregularidades na Locação do Imóvel - Bairro Fátima/ - PAD nº 35000.002223/1999-91 e apenso 37280.000252/01-20, encontra-se em andamento pela Corregedoria Regional no Rio de Janeiro -m 17.800, na fase de Ultimação de Instrução. Referida informação foi repassada através do MEMORANDO CORREG.GERAL Nº 53 DE 06/03/2006 à Divisão de Auditoria e m Gestão Interna, por solicitação.

Complementando a informação referente ao item "8" (4.1.1.12 - informações sobre o Acórdão 816/2003) , o gestor encaminhou em 6.5.2006 o Ofício/INSS/Correg.Geral nº 75, com o seguinte esclarecimento:

Cumprimentando-a valho-me do presente, para em atenção à Solicitação de Auditoria, em epígrafe, informar a posição atual do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nosso número, 35000.002223/1999-91 e Apenso 35280.002252/01-20, nº CGU 44000.002941/1998-02, que trata de irregularidades relacionadas a locação de imóvel, no Bairro Fátima/RJ.

Referido PAD, está sendo encaminhado à Corregedoria Regional do Rio de Janeiro, sediada em Belo Horizonte, com o fim de ser dada continuidade na apuração dos fatos, em consonância com a cópia do Despacho nº 369/2006, desta Corregedoria, em anexo.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-20, de 24.4.2006, que também tratou de assuntos referentes à determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive sobre os fatos apontados na Gerência Executiva/INSS/RJ em Irajá/RJ, o gestor informou, por meio do OFÍCIO/INSS/CORREG. GERAL Nº 80, de 16.5.2006 a seguinte situação:

Decisão 026/2002 - TCU/Plenário - Parecer nº 0015-C/2004-CORREG. 01.800.000, de 29/03/2004, trata-se do Processo nº 35092.000552/2004-52 - sobre constatação de irregularidades no pagamento de débitos trabalhistas/adiantamento pecuniário - PCCS. Posição Atual: Os autos foram devolvidos a esta Corregedoria Geral, pela Procuradoria Federal Especializada - Divisão de Procedimentos Disciplinares, através do Despacho SubProc./Gab/DPD nº 024/2006, de 26/01/06 (cópia anexa), em decorrência da emissão do Parecer nº 002/PGF/AEGSP/2006, da Procuradoria Geral Federal (cópia anexa), para nova análise quanto a pertinência na instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, bem como indicação de servidores administrativos, caso entendesse.

Referidos autos encontram-se, sobrestados, nesta Corregedoria, conforme o contido no Despacho nº 300/2006(cópia anexa), devido o desmembramento da Decisão, mencionada, protocolizada e encaminhada, através de Despacho às várias unidades da

Procuradoria Federal Especializada do INSS nos estados, com o fim de manifestarem-se quanto a questão.

O Processo nº 35000.001792/2003-75 - que trata de Representação da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades na Gerência Executiva do INSS em Irajá/RJ, no que tange a Serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, obras e serviços de engenharia, permuta, locação e alienação de imóveis, conforme informações da Corregedoria Regional do INSS de Belo Horizonte, sediada no Rio de Janeiro (cópia E-mail anexa), o processo encontra-se em nova análise quanto à reinstauração a qual, devido ao grande volume, em vista de tratar-se de inúmeras irregularidades na área de logística, envolvendo situações pertinentes a diversas Gerências Executivas localizadas no Rio de Janeiro, possivelmente necessitará no desdobramento de mais de um procedimento, de forma que cada irregularidade seja apurada em separado, para uma apuração mais célere.

O processo 35000.002591/2002-12 e apensos 35000.010907/200-17 e 35000.003262/201-74 - atinente a empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda, tramitou por esta Corregedoria, em 28/01/2003, conforme Sistema Informatizado de Protocolo - SIPPS e encontra-se na Procuradoria Geral Federal, desde 18/06/2003.

Item "8" (4.1.1.3 - Decisão nº 527/2002 e Acórdão nº 1.297/2003 - ambos 2º Câmara): Em 20.4.2006, com o intuito de verificar a posição dos PAD, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153-17. Em resposta, o gestor encaminhou, em 24.5.2006, o Ofício/INSS/CORREG.GERAL nº 84 informando que o PAD nº 35000.000454/2003-16 - Apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do processo nº 35000.005539/00-86, relacionado a irregularidades na contratação do sistema SGIC FOR WEB junto à empresa COMP LINE INFORMÁTICA LTDA., foi julgado pelo Parecer INSS/CORREGEDORIA GERAL/nº 92, de 14.6.2005, pelo arquivamento, na forma prevista no artigo 167, § 4º da Lei nº 8.112/90. Relatou, ainda, que o PAD nº 35000.003262/1999-88 e apenso nº 35000.004900/98-05 - NOVADATA, o qual trata de irregularidades referentes ao pagamento total e antecipado dos serviços de atualização tecnológica de 2.928 equipamentos de informática do INSS encontra-se em fase de Relatório Final da Comissão Processante.

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS:

Com relação à resposta referente ao item "7" da Solicitação de Auditoria nº 175153-03, o Gestor adotou as providências relativas à apuração de responsabilidades encaminhando os resultados do PAD a esta CGU.

No tocante às respostas apresentadas ao item "8" da Solicitação de Auditoria nº 175153-03, verificamos que:

Item 4.1.1.3:

Tendo em vista as providências adotadas pela Corregedoria do INSS, o assunto encontra-se com providências adotadas, a Corregedoria-Geral deverá encaminhar a esta CGU para acompanhamento os resultados do PAD nº 35000.003262/1999-88 e apenas nº 35000.004900/98-05 - NOVADATA quando da conclusão dos trabalhos.

Item 4.1.1.7:

No tocante à Decisão nº 1.566/2002 - TCU Plenário, que trata do patrimônio imobiliário do INSS, a Corregedoria Geral do INSS deveria apresentar os resultados das ações desenvolvidas pelas Corregedorias Regionais nos Estados de Mato Grosso e Amazonas, conforme a seguir transcrito:

*8.14. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:
8.14.1. caso ainda localizado o volume I do Processo nº 35087.027441/96-76, instaure processo administrativo com a finalidade de apurar as responsabilidades;*

*8.21. determinar à Superintendência do INSS no Amazonas que:
8.21.7 instaure processo administrativo com a finalidade de apurar responsabilidades pela penhora do terreno recebido em 1989 da Estaleiros Amazônia S/A - ESTANAVE, ocorrida em virtude de não ter sido adotado o tempestivo registro, no cartório competente, da dação em pagamento do imóvel;*

Entretanto, as referidas informações não foram encaminhadas a esta CGU, devendo a Corregedoria Geral do INSS encaminhá-las a este Órgão de Controle para verificação do efetivo cumprimento da determinação da Corte de Contas da União.

Item 4.1.1.12:

Conforme informado no Ofício /INSS/Correg.Geral nº 75, de 6.5.2006, o referido PAD está sendo encaminhado à Corregedoria Regional do Rio de Janeiro, sediada em Belo Horizonte, com o fim de ser dada continuidade na apuração dos fatos, devendo o gestor encaminhar os resultados a esta CGU quando da conclusão dos trabalhos.

Item 4.1.1.17:

Conforme informado pelo Gestor, por meio do Ofício/INSS/Correg.Geral nº 80, de 16.5.2006, o Processo Administrativo Disciplinar sobre as possíveis irregularidades na GEX Rio de Janeiro - Irajá - ainda não foi concluído, devendo a Corregedoria Geral encaminhar os resultados a esta CGU quando de

sua conclusão.

Item 4.1.2.3:

Processo nº 35000.004818/97-37 é apenso ao processo nº 44000.002244/2004-3 e foi encaminhado a esta CGU.

Item 4.1.2.4:

Processo nº 35329.000704/2002-36 entregue a esta CGU.

Item 4.1.2.5:

Processo nº 35059.002451/2001-80 entregue a esta CGU.

Item 4.1.2.15:

Processo na fase de ultimação de instrução, devendo os resultados ser encaminhados a esta CGU.

Os itens 5.2.1.1, 6.2.1.2, 6.2.1.3 e 9.5.1.2 não foram respondidos pela Unidade, devendo a Corregedoria Geral do INSS atentar para o prazo estipulado na Solicitação de Auditoria nº 175153-03, vencido em 30.3.2006. Salientamos que a intempestividade na resposta configura não observância do dever da Unidade de prestar contas.

8.4.2 - ASSUNTO - INFRINGÊNCIA AO REGIME DISCIPLINAR

8.4.2.1 CONSTATAÇÃO:

DESCUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

Nos trabalhos de Auditoria de Avaliação de Gestão, referentes ao exercício de 2005, realizados por esta CGU nas unidades regionais do INSS nos Estados, foi identificado descumprimento da jornada de trabalho, conforme relatado a seguir:

GEX VITÓRIA

Analisando as folhas de ponto do setor de pessoal, referentes ao mês de novembro/2005, constatamos que o servidor com matrícula SIAPE nº 887384 está cumprindo apenas 30 horas semanais, apesar de receber por 40 horas semanais, conforme consulta ao sistema SIAPE, em 03.04.2006.

GEX GOIÂNIA:

Com a finalidade de verificar o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores lotados na APS Goiânia-Centro, e tendo em vista que:

a.) foi prestada informação pela Chefe da APS Goiânia-Centro de que não há documento formal estipulando as jornadas de trabalho dos servidores;

b.) o único documento cuja Equipe de Auditoria teve acesso que informa a jornada de trabalho dos servidores, denominado "Comunicação de Ocorrência de Ponto - COP", não condiz com a realidade verificada na APS sob análise, já que apresenta, para todos os servidores, a jornada de trabalho com início às 08:00 h (oito horas) e término às 18:00 h (dezoito horas), com intervalo no período das 12:00 às 14:00 h (doze às catorze horas), sendo que, a exceção de dois servidores, que possuem cargos em comissão ou função de direção, todos os demais realizam jornada de seis horas com carga horária semanal de 30 horas, conforme declarado pelos mesmos;

c.) não há afixado, em local visível e de grande circulação, relação nominal dos servidores que cumprem jornada reduzida de seis horas diárias, com especificação individual de horário de entrada e saída, fato que constitui violação ao estabelecido no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 1.590/95 (redação dada pelo Decreto nº 4.836/2003) e no parágrafo 2º do art. 6º da Resolução INSS/PRES Nº 6, DE 04/01/2006, que é condição necessária para flexibilização de horários;

d.) o servidor médico Mauro de Alencastro Costa se recusou, mesmo diante da Chefe da APS Goiânia-Centro, a prestar informação verbal sobre seu horário de trabalho ao Coordenador da Equipe de Auditoria, infringindo, portanto, o art. 26 da Lei nº 10.180, de 06/02/2001, que estabelece que: "*Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão*";

Emitimos a Solicitação de Auditoria nº 03/2006 - OS 174947, de 18/05/2006, para que a Chefe da APS determinasse a todos os servidores o preenchimento de formulário contendo a jornada de trabalho dos mesmos, com a respectiva rubrica. A exceção dos médicos lotados na Perícia Médica, onde só a servidora médica Maria da Luz Vasconcelos Ferreira Salles informou seu horário, todos os demais servidores preencheram corretamente o formulário. Assim, a Chefe da APS informou os horários de parte dos servidores médicos, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 01 - Jornada de Trabalho dos
Servidores Médicos Informada pela Chefe da APS*

Nome do Servidor Médico	Horário de Trabalho
Agnaldo Caiado Parrode	07:00 às 09:00 e 11:30 às 13:30
Edith Brockestayer	08:00 às 12:00
Marcelo Vinícius de Andrade	Não informado.
Maria da Luz Vasconcelos Ferreira Salles*	09:00 às 13:00*
Mauro de Alencastro Costa	07:00 às 09:00 e 11:00 às 14:00
Paulo Afonso Figueiredo	10:00 às 14:00
Sérgio Ricardo Neto de Rezende	Informado pela Chefe da APS 07:00 às 10:00, já que o servidor encontra-se de licença médica

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº. 03/2006 - OS 174947, de 19/05/2006.

Obs: (*) A servidora Maria da Luz Vasconcelos Ferreira Sales informou formalmente seu horário de trabalho.

Com a finalidade de avaliar o cumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores médicos lotados na Perícia Médica da APS Goiânia-Centro, efetuamos verificação "in loco" na sala reservada ao atendimento dos segurados junto à Perícia Médica, registrando as situações ocorridas em cada horário verificado. Pelas informações coletadas na referida verificação, constantes do Anexo I, e mediante entrevistas com os periciados presentes, pudemos concluir que:

- O atendimento de perícia somente é realizado até às 14:20 horas, fato de amplo conhecimento do público em geral e reconhecido pelos servidores da APS à equipe de auditoria.
- Os periciados não são atendidos exatamente nos horários marcados, sendo orientados a chegarem na perícia na abertura da agência e a aguardarem o atendimento, o que, por vezes, representa uma espera de várias horas.
- Os periciados enfrentam transtornos em decorrência da dificuldade imposta na emissão dos laudos dos médicos.
- A carga horária média cumprida pelos médicos é inferior à 4 horas diárias.
- Conforme reclamações de vários entrevistados, os médicos sequer olham os exames apresentados pelos periciados, limitando-se à realização de um pequeno questionário e a um exame rápido, geralmente negando o benefício, contrariando os laudos médicos apresentados pelos periciados.
- Durante os horários em que são efetuadas as perícias, o ambiente de atendimento é tumultuado, não havendo, em várias ocasiões, espaço para que todos os usuários esperem sentados.
- Os periciados são mal orientados e mal atendidos, sendo constantemente vítimas de tratamento sem urbanidade.

Foi emitida à Seção de Recursos Humanos da Gerência-Executiva a Solicitação de Auditoria nº 04/2006 - OS 174947, de 19/05/2006, com a finalidade de obter de forma precisa a jornada de trabalho dos servidores médicos. Em resposta à referida solicitação o Sr. Ronaldo César Gomes Pereira da Silva, Chefe da Seção de Recursos Humanos/GEXGOI/GO, apresentou o Ofício nº 174 - INSS/Seção de Recursos Humanos - Goiânia-GO, de 22/06/2006, contendo as seguintes informações:

"Em atenção a solicitação em referência, prestamos as informações sobre a carga horária dos peritos médicos lotados na Agência da Previdência Social Goiânia-Centro:

- Agnaldo Caiado Parrode, matrícula 0888940
Data de admissão no INSS: 09/03/1987

Fez opção por jornada dupla de trabalho (40 hs semanais) a contar de 01/01/1999 (cópia do processo correspondente nº 35069.000435/98-95, em anexo);

- Edith Brockestayer, matrícula 1313971
Data de admissão no INSS: 18/07/2005

Carga horária: 40 horas semanais

Cópia do Edital do concurso, Temo de Posse e Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, em anexo;

- Marcelo Vinícius de Andrade, matrícula 1189260
Data de admissão no INSS: 08/07/2005

Carga horária: 40 horas semanais

Cópia do Edital do concurso, Temo de Posse e Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, em anexo;

- Maria da Luz Vasconcelos Ferreira de Sales, matrícula 0888808
Data de admissão no INSS: 02/01/1984

Fez opção por jornada dupla de trabalho (40 hs semanais) a contar de 01/05/1998 (cópia do processo correspondente nº 35069.002187/97-45, em anexo);

- Mauro Alencastro Costa, matrícula 0888850
Data de admissão no INSS: 12/02/1985

Fez opção por jornada dupla de trabalho (40 hs semanais) a contar de 01/12/1998 (cópia do processo correspondente nº 35069.000436/98-58, em anexo);

- Paulo Afonso Figueiredo, matrícula 012393
Data de admissão no INSS: 01/08/1997

Carga horária: 20 horas semanais de trabalho;

- Paulo Afonso Figueiredo, matrícula 6122393
Data de admissão no INSS: 01/10/1997

Carga horária: 20 horas semanais de trabalho;

- Sérgio Ricardo Neto de Rezende, matrícula 0888704

Data de admissão no INSS: 16/04/1973

Carga horária: 20 horas semanais de trabalho".

Analizamos os documentos apresentados e constatamos a propriedade das informações prestadas, sendo que, exceto pelo servidor médico Sérgio Ricardo Neto Rezende, todos os demais servidores médicos anteriormente relacionados estão obrigados cumprir 8 (oito) horas diárias, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, todavia, conforme relatado anteriormente, os mesmos sequer cumprem a jornada de quatro horas informada pela Chefe da APS, conforme consta do Quadro 1.

Realizamos, ainda, consulta junto ao Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE, com a finalidade de verificar a compatibilidade dos documentos apresentados com os dados constantes do referido sistema, e constatamos que os mesmos estão suportados documentalmente. O quadro abaixo sintetiza a consulta realizada:

Quadro 02 - Informações do SIAPE dos Servidores Médicos

Lotação: na Perícia Médica da APS Goiânia-Centro - MAIO/2006

Servidor	Matrícula	Carga Horária (Horas)	Remuneração (R\$)
Agnaldo Caiado Parrode	0888940	40	11.297,75
Edith Brockestayer	1313971	40	7.926,67
Marcelo Vinícius de Andrade	1189260	40	8.039,15
Maria da Luz Vasconcelos Ferreira Salles	0888808	40	10.831,91
Mauro de Alencastro Costa	0888850	40	10.902,07
Paulo Afonso Figueiredo	6122393	20	5.660,13
Paulo Afonso Figueiredo	0122393	20	5.484,81
Sérgio Ricardo Neto de Rezende	0888704	20	5.868,14

Fonte: Consulta realizada no SIAPE, referente ao mês de maio/2006.

No intuito de conferir maior confiabilidade e consistência à referida verificação *in loco*", emitimos a Solicitação de Auditoria nº 05/2006 - OS 174947, de 22/05/2006, com a finalidade de obter as listagens das perícias médicas realizadas nos meses de janeiro a maio de 2006, separadas por médico atendente, contendo identificação dos beneficiários, datas e horários de atendimento e resultados das perícias, com discriminação dos casos relativos a recursos.

Em que pese o não fornecimento dos dados relativos aos resultados das perícias e os recursos apresentados, em função de dificuldades no manuseio do sistema informatizado por parte do Auditado, a listagem apresentada foi suficiente para confirmar a

constatação obtida pela Equipe de Auditoria quando da realização da verificação *in loco*, qual seja, que os servidores médicos não cumprem a jornada de trabalho registrada em seus contratos, ou sequer a jornada informada de quatro horas. A referida listagem, gerada pelo Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI, contem os agendamentos dos segurados por médico, nos meses de janeiro a maio/2006. O quadro a seguir apresenta a consolidação dos dados gerados pelos Sistema SABI:

Quadro 03 - Quantidade de Perícias por Servidor Médico - Março a Maio/2006

Médico Perito	Março		Abril		Maio		Horas dos dias em Viagens	Totais (3 meses)		Média SEMANAL	
	Perícias	Horas de Trabalho (*)	Perícias	Horas de Trabalho (*)	Perícias	Horas de Trabalho (*)		Perícias	Horas de Trabalho (*)	Perícias (**)	Horas de Trabalho
Aguinaldo C. Parrode	188	61:20	95	33:20	153	53:40	-	436	148:20	34	11:24
Edith Brockestayer	138	52:40	69	29:50	146	48:30	40:00	353	171:00	29	13:09
Marcelo V. Andrade	112	42:20	66	29:40	179	62:01	28:00	357	162:01	29	12:27
Maria da Luz V. S. Sal	152	42:10	88	29:00	160	53:30	16:00	400	140:40	32	10:49
Mauro de A. Costa	212	73:30	88	33:00	189	67:30	16:00	489	190:00	39	14:36
Sérgio Ricardo N. R.	117	45:00	44	18:30	28	11:21	-	189	74:51	19	07:29

(*) Conforme horários de agendamento cumpridos no período por servidor, somadas as horas de trabalho relativas a viagens (para as quais consideramos que os médicos trabalharam 8 horas por dia de viagem)

(**) Média semanal equivalente a cinco vezes a média diária de perícias, não considerados os períodos de viagem

Fonte: Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI e Processos de Propostas de Viagens - PVs dos servidores relacionados

O Quadro 03 acima representa a consolidação de dados constantes no SABI - Sistema de Benefícios por Incapacidade, sendo que a quantidade de perícias engloba tantos os atendimentos concluídos quanto os atendimentos não concluídos, por pendências de qualquer natureza. Apesar do fato de que o SABI destina 10 minutos para cada consulta, para fins de agendamento, não efetuamos qualquer correlação entre a duração das perícias e o número de atendimentos, para fins de cálculo das horas de trabalho dos servidores nos meses sob análise. As horas de trabalho foram totalizadas dia a dia, por servidor, conforme os horários de agendamentos do SABI. Foram devidamente incluídos nesta análise os atendimentos efetuados também pela Agência Bandeirantes no período, uma vez que os mesmos ficam a cargo dos médicos servidores da APS-Centro, bem como as horas relativas aos dias de viagem (8 horas por dia de viagem).

Ainda quanto à metodologia adotada para a consolidação dos dados constantes no Quadro 03, informamos que a média de horas trabalhadas por semana refere-se, de fato, ao cálculo de uma média de horas diárias, convertidas para média semanal pela multiplicação do respectivo valor pelo número de dias úteis em uma semana, ou seja, cinco. O mesmo foi efetuado para o cálculo

da média semanal de perícias por servidor. Os dias em que ocorreram viagens não entram no cálculo de quantidade de perícias, e são computados como 8 horas diárias de trabalho, para fins do cálculo de horas trabalhadas. Nos casos de viagens em que ocorreu atendimento, consideramos como viagem o correspondente à metade do dia de trabalho. Importante ressaltar, ainda, que só consideramos que o servidor médico se ausentou do trabalho nos casos de lacunas de atendimentos superiores a duas horas.

Informamos que não ocorreram casos de férias dos médicos relacionados no período sob análise, com exceção do Sr. Agnaldo Caiado Parrode, que teria estado de férias no período de 07/02 a 08/03/2006, mas que, conforme dados do SABI, efetuou atendimentos regularmente durante todos os dias do mês de março, evidenciando, no caso, incoerência dos dados do SIAPE com os dados do SABI, sendo que consideramos, portanto, somente os dados deste último, tendo em vista que constam, no mesmo, os registros das perícias efetuadas.

Pela análise dos dados do Quadro 3, concluímos que os servidores médicos lotados na APS-Goiânia Centro não cumprem sua jornada de trabalho regulamentar, sendo que:

➤ Nenhum dos médicos sequer atingiu a média de **15 horas semanais**, em contraste com o regime de **40 horas semanais** previsto em seus contratos, ou mesmo, em relação às 4 horas diárias informadas pela Chefe da APS (Quadro 1);

➤ É facultado, para os servidores que trabalham no atendimento ao público nas Agências da Previdência Social, cujo horário de funcionamento nos dias úteis vai das 07:00 às 19:00 horas, cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de 30 horas semanais, caso que, a princípio, seria aplicável ao servidores médicos da APS Goiânia-Centro, conforme a Resolução INSS/PRES Nº 6, de 04/01/2006.

➤ Considerando que o Sistema SABI permite a marcação de até 24 perícias por dia por perito (em consonância com Resoluções do Conselho Federal de Medicina), o que possibilitaria o atendimento de **120 perícias por semana**, constatamos que nenhum dos médicos atingiu a média de **40 perícias semanais**, ou seja, nenhum dos servidores médicos chegou a atender, em média, **1/3 de sua cota máxima de perícias**. Ressaltamos que essa cota não chegaria a esgotar o horário de trabalho previsto nas jornadas dos servidores, uma vez que 24 perícias por dia equivalem, conforme estimativa do sistema SABI, a apenas 240 minutos ou 4 horas diárias.

Ressalvamos, ainda, que as horas de trabalho registradas no SABI não espelham, necessariamente, o total de

horas em que o profissional médico efetivamente trabalhou no período, uma vez que os horários dos agendamentos não é pontual, conforme vistoria *in loco* e entrevistas com os periciados, possibilitando grande concentração de atendimentos em períodos diários menores que os considerados nas planilhas do Anexo II.

Ressaltamos que a servidora médica Margarida Rosa Fátima não foi incluída no Quadro 03 por ter efetuado perícias apenas no período de 02 a 27 de março de 2006. Perfazendo, neste período, descontadas as horas relativas à uma viagem efetuada pela mesma em 16/03/2006, uma média semanal de **39 perícias e 13:56 horas**, valores que também corroboram com as conclusões apresentadas no parágrafo anterior. Da mesma forma, o servidor médico Sérgio Ricardo N. Rezende foi excluído do Quadro 03 em virtude de licença médica a partir do dia 11/05/2006, mas foi possível calcular suas médias semanais de perícias e horas de trabalho, equivalentes a **19 perícias e 07:29 horas de trabalho por semana**, em média. Conforme podemos observar, os resultados calculados em separado para esses servidores não invalidam as conclusões obtidas mediante análise dos dados do Quadro 03.

Uma vez que os controles de frequência da APS-Goiânia Centro são inadequados e insuficientes para que se possa evidenciar, sequer, os horários de trabalho de cada servidor, e tendo em vista a recusa injustificada dos servidores médicos, relacionados no Quadro 01, em informar seus horários formalmente, emitimos as Solicitações de Auditoria 07 e 08 - 174947, de 26/05/2006, reiterando o pedido. Todavia, a informação que foi prestada posteriormente, por meio de documento datado de 29/05/2006, carece de clareza, precisão e suporte documental, estando a referida resposta apresentada, **integralmente**, a seguir:

"Declaramos, perante a Controladoria Geral da União, que cumpro a jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas na Agência da Previdência Social Goiânia-Centro, sendo:

1. o horário de trabalho de interesse público, dentro do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI, que trata do agendamento automático de perícia médica é de 4 (quatro) horas diárias, conforme tabela abaixo.

2. o restante complementar da carga horária de 8 (oito) horas diária é cumprida com atividades de interesse institucional tais como: viagens ao interior do estado, análise processual, visita hospitalar, etc".

Quadro 04 - Horário de Trabalho Informado pelos Médicos

Mat.	Nome	Horário de trabalho
13139	Edith Brockestayer	2º, 4ª e 6ª-14:00h às 18:00hs

71		3 ^a e 5 ^a -08:00h às 12:00hs
888850	Mauro de Alencastro Costa	07:00h às 09:00h e 11:00h às 13:00h
122393	Paulo Afonso Figueiredo	10:00h às 14:00h
1189260	Marcelo Vinícius de Andrade	2 ^o , 4 ^a e 6 ^a -07:00h às 11:00h 3 ^a e 5 ^a - 14:00h às 18:00h
888940	Agnaldo Caiado Parrode	07:00 às 09:00 e 11:00h às 13:00h

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria Nº 07/2006 – OS 174947, de 29/05/2006.

Quanto ao teor da declaração apresentada cabem as seguintes considerações:

a.) a jornada de trabalho diária dos servidores médicos continuou não sendo informada;

b.) foi constatado pela Equipe de Auditoria, que os médicos não cumprem jornada de trabalho sequer de quatro horas;

c.) na realização das verificações, as viagens realizadas foram devidamente consideradas pela Equipe de Auditoria. Além disso, a existência das viagens afeta a presença do servidor médico na repartição e não a jornada de trabalho que o servidor deve cumprir;

d.) o horário de trabalho informado para atendimento ao público, especialmente os atendimentos após às 14:00hs, são divergentes dos dados constantes dos relatórios gerados pelo SABI, conforme Quadro 03, e não conferem com a verificação *in loco* realizada, nem com os horários fornecidos pela Chefe da APS Goiânia-Centro, configurando o fornecimento de informações falsas, sendo que em todo o período de realização da auditoria, não houve atendimento na perícia médica após às 14:00 horas, tendo em vista que os médicos peritos não se encontravam sequer nas dependências da APS.

e.) não foi apresentada qualquer comprovação que pudesse suportar a afirmação de que (...) *o restante complementar da carga horária de 8 (oito) horas diárias é cumprida com atividades de interesse institucional tais como: (...) análise processual, visita hospitalar, etc*". Caso tal informação seja procedente, a APS não demonstrou possuir qualquer tipo de controle visando aferir as horas gastas com tais atividades complementares às perícias. Além do que, a informação prestada pela Chefe da APS (Quadro 1) não faz qualquer menção a tais atividades, atestando que a jornada diária de trabalho realizada é de 4 (quatro) horas e não de 8 (oito) horas, conforme declaração dos médicos.

A irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores médicos, detectada mediante verificação

in loco e dados do SABI, conforme exposto, é corroborada, ainda, pelas seguintes informações levantadas por esta equipe de auditoria, relativas a atividades particulares de alguns dos médicos:

Quadro 05 - Atividades Particulares dos Servidores Médicos

Nome do Médico	Especialidade	Consultório	Telefone	Secretária	Horários	Endereço
Aguinaldo Caiado Parrode	Cardiologia Clínica	Procardíaco	3229-0085	Flaviane	Manhã - a partir das 9:00 Tarde - a partir das 16:30 (Segunda à Sexta)	Rua 9, nr. 512 - Setor Aeroporto - Goiânia/GO
		Brasmed	3223-9467	Marta	Tarde - das 14 às 15:30 (Segunda à Sexta)	RUA 9-A 205 Setor Aeroporto - Goiânia/GO
Edith Brockestayer	Gastro-hepatologia	Hospital Santa Helena	3219-9090	Cecílio	Tarde - das 16:00 às 18:40 (segundas e quartas)	Rua 95 nº 99 - Setor Sul
		Santa Casa de Misericórdia	3254-4200	Isa	Tarde - a partir das 16:00 (terças e quintas)	Rua Campinas, nr. 1.135 - Setor Americano do Brasil - Goiânia/GO
Maria da Luz Vasconcelos Ferreira de Salles	Ginecologia e Obstetrícia	Clínica Médica Coimbra	3209-9600	Dirlene	Tarde - das 16:00 às 18:00 (Seg, Ter, Qui e Sex)	Av. Ismerino Soares de Carvalho. Qd.10A Lt.15 N.609, St. Aeroporto - Goiânia/GO
Mauro de Alencastro Costa	Ortopedia e Traumatologia	HTO	3223-2929	Vanusa	Manhã - das 10:00 às 12:00 (Segunda à Sexta)	Av. República do Líbano, nr. 936, Setor Aeroporto - Goiânia/GO
Paulo Afonso Figueiredo	Oftalmologista	Centro de Microcirurgia	3215-3104	Cleide	Tarde - a partir das 14:00 (ordem de chegada) (segunda à sexta)	RUA 15 Qd.J-9 Lt.15 N.440, Setor Oeste, Goiânia/GO

Fonte: Levantamento realizado junto a alguns convênios médicos e *internet*

Ressaltamos que as informações contidas no quadro acima não esgotam, necessariamente, todas as atividades alheias ao serviço público eventualmente realizadas pelos servidores médicos sob análise, tratando-se apenas de levantamento realizado junto a alguns convênios médicos e *internet*.

Desta forma, da comparação das informações contidas no Quadro 01 com o horário de trabalho informado pela Chefe da APS, bem como com a verificação *in loco* realizada por esta Equipe de Auditoria, constatamos que os servidores Aguinaldo Caiado

Parrode e Mauro de Alencastro Costa exercem atividades incompatíveis com seus horários de trabalho, ausentando-se inapropriadamente da Perícia Médica durante o horário de atendimento. Nestes casos, verificamos o descumprimento das determinações contidas nos incisos I e XVIII do Art. 117 da Lei 8.112/90, a seguir, tendo como consequência prejuízos ao atendimento do segurado, conforme detalhado nos itens 2.4 e 2.6 deste Relatório.

"Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

(...)

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho."

O *caput* do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 10/08/1995 (nova reação dada pelo Decreto nº 4.836/2003, de 07/05/2003), veda, ainda, intervalos no atendimento ao público nos casos de regime de seis horas diárias, conforme observamos a seguir:

*"Art. 3º Quando os serviços exigirem **atividade contínuas de regime de turnos ou escalas**, período igual ou superior a doze horas ininterruptas, **em função de atendimento ao público** ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, **neste caso dispensar o intervalo para refeições**".*

Do exposto concluímos que:

- a APS informou que os médicos realizam jornada de trabalho de quatro horas diárias na perícia;
- os médicos informaram que realizam jornada de trabalho de quatro horas na perícia médica e de quatro horas em outras atividades;
- verificamos, por meio de visita *in loco*, análise do SABI, entrevistas com os segurados, que os servidores médicos não realizam jornada de trabalho sequer de quatro horas diárias na perícia médica, não se encontrando nas dependências da APS após às 14:00 horas. Em relação ao cumprimento das demais quatro horas informadas pelos médicos, não foi apresentada qualquer documentação que suporte as referidas informações, nem pela APS, nem pelo GEBENIN.

Servidores realizando jornada de trabalho inadequada e supervisão inadequada dos Recursos Humanos pela Gerência-Executiva.

Por meio de verificação *in loco* na Agência da Previdência Social - APS Goiânia-Centro, informação prestada pela Chefe da APS, consulta verbal junto aos próprios servidores, bem como de análise de formulário preenchido pelos mesmos contendo sua jornada de trabalho e rubrica, constatamos que servidores que não realizam atendimento ao público estão cumprindo indevidamente jornada de trabalho de apenas seis horas diárias e carga horária de 30 horas semanais, sendo que não há, nas dependências da APS, em local visível e de grande circulação, quadro com a escala dos servidores, contrariando, portanto, o art. 3º do Decreto nº 1590, de 1995 (redação dada pelo Decreto nº 4.836/2003, de 07/05/2003), cuja descrição apresentamos a seguir:

"Art. 3º Quando os serviços exigirem atividade contínuas de regime de turnos ou escalas, período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso dispensar o intervalo para refeições".

(...)

parágrafo 2º - os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o caput deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala mínima dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários de seus expedientes".

É importante ressaltar que, conforme Resposta à Solicitação de Auditoria nº 07/2006 - OS 174947, de 29/05/2006, foi informado que a APS Goiânia-Centro é composta apenas pelo Serviço de Benefício, sendo que todos os servidores da área administrativa trabalham no atendimento ao público e na "Retaguarda", utilizando-se a prática de rodízio.

Tendo em vista que "Retaguarda" é uma sala reservada aos servidores que não estão atendendo o público, e que realizam apenas a análise dos processos de concessão de benefícios e outros serviços administrativos, os referidos servidores deveriam trabalhar, de acordo com a legislação aplicável, oito horas diárias, com carga horária semanal de 40 horas. Todavia, a Equipe de Auditoria encontrou situação diversa, com os servidores da "Retaguarda" trabalhando em regime de revezamento:

quem trabalha no período matutino não trabalha no período vespertino.

Desta forma, os servidores da APS Goiânia-Centro que, quando não embuídos de atribuições exclusivas de atendimento ao público e, mesmo assim, cumprem jornada de trabalho inferior a oito horas diárias, contribuem para a ineficiência da APS na consecução de sua competência regimental e inobservam o inciso XIV do Decreto nº 1.171, de 22/06/1994:

"XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;

b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário".

Em que pesem as determinações contidas no Memorando-Circular nº 2 INSS/DIRRH, de 17/01/2006, elaborado para adequar a Resolução INSS/DC Nº 142, de 13/11/2003, ao Acórdão TCU nº1.677, de 19/10/2005, que foi enviado aos Gerentes Regionais, Gerentes-Executivos, Chefias de Recursos Humanos e Chefes de Agências da Previdência Social, informando sobre procedimentos complementares relativos à jornada de trabalho, controle de assiduidade, reiterando a necessidade da afixação da escala dos servidores, os referidos normativos legais não estão sendo observados.

A falta do mencionado quadro de escalas, tanto no "atendimento prévio", como na Perícia Médica da APS Goiânia-Centro, **impossibilita** o controle social por parte dos usuários dos serviços, controle este que deveria ser **assegurado** pela Gerência-Executiva, conforme inciso II do art. 15 do Decreto nº 5.513, de 16/08/2005. Aliás, as irregularidades relativas ao descumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores da APS-Goiânia, em especial dos médicos peritos, evidencia falhas da Gerência-Executiva na consecução de atividades de sua competência, senão vejamos o art. 15 do citado normativo legal:

"Art. 15. Às Gerências-Executivas, subordinadas às Gerências Regionais, compete:

I - supervisionar as Agências da Previdência Social sob sua jurisdição nas atividades de:

(...)

b) perícia médica e de reabilitação profissional, inclusive as

efetuadas por executores indiretos; e

(...)

II - assegurar o controle social, em especial por meio da manutenção dos Conselhos de Previdência Social;

(...)

IX - executar as atividades de administração de recursos humanos, consoante deliberação da Diretoria de Recursos Humanos”;

Ainda quanto à falta de publicidade dos quadros de escalas, o Código de Ética do Servidor Público (Decreto nº 1.171/94) dispõe que:

“VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar”.

Apesar de não ser objeto primeiro deste trabalho, faz-se necessário mencionar ainda que, relativamente às impropriedades detectadas no cumprimento de jornada de trabalho, constatamos problemas idênticos na Gerência-Executiva, notadamente quanto ao setores financeiro e de emissão e arquivamento de PV's (sala 503, que faz parte do gabinete da Gerência-Executiva), os quais, quando demandados, informavam que o servidor responsável *“trabalhava somente no horário da manhã”* (ou à tarde, conforme o horário da demanda).

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O gestor deixou de realizar o controle efetivo da jornada de trabalho realizada pelos servidores lotados nas Gerências Executivas do INSS em Vitória e Goiânia-Centro.

CAUSA:

A causa originou-se do não cumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores do INSS lotados nas Gerências Executivas de Vitória e Goiânia-Centro.

JUSTIFICATIVA:

Gex Vitória:

(Documento s/n, datado de 18.04.2006)

"Devido ao fato de o mesmo ter vindo para o setor de Agência, nas COPs do mesmo houve erro de digitação, pois o horário de trabalho de todos os servidores do SRH é de 8 às 18 horas. Este servidor também não anotava o horário na FRC (Ficha de Registro de Frequência o horário e esta chefia também não atentou para este fato. Ressaltamos que todos os COPs estão sendo corrigidos e os servidores já receberam orientações (verbais) quanto ao correto preenchimento das fichas de frequência."

Gex Goiânia:

O gestor não apresentou justificativa para os fatos apontados.

Responsáveis Potenciais:

CPF	NOME	CARGO
398.313.456-49	Aparecida Francis Pinto da Cunha	Gerente Executivo Vitória
196.720.631-72	José Aparecido da Silva	Gerente Executivo Goiânia Centro

ANALISE DA JUSTIFICATIVA:**Gex Vitória:**

Em que pese a justificativa do gestor, a folha de ponto é o documento oficial que comprova a carga horária trabalhada pelo servidor, permanecendo, portanto, a impropriedade apontada.

Gex Goiânia:

O gestor não apresentou justificativa para os fatos apontados e deverá adotar providências imediatas para regularização da jornada de trabalho dos servidores lotados na Gerência Executiva em análise.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o INSS atente para o efetivo controle do cumprimento da jornada de trabalho conforme determina a legislação pertinente, e que as Gerências Executivas de Vitória e Goiânia adotem providências para o cumprimento das jornada de trabalho.

8.4.2.2 CONSTATAÇÃO:

IMPROPRIEDADES NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES

Nos trabalhos de Auditoria de Avaliação de Gestão, referentes ao exercício de 2005, realizados por esta CGU nas unidades regionais do INSS nos Estados, foram identificadas impropriedades no preenchimento da folha de registro de ponto dos servidores, conforme relatado a seguir:

GEX TERESINA

No que se refere à análise da jornada de trabalho dos servidores da Gerência Executiva do INSS em Teresina (PI), a amostra selecionada se limitou às Folhas de Registro de Comparecimento e às Fichas de Registro de Frequência da APS Teresina-Centro, relativas aos meses de julho, setembro e novembro de 2005. Desse modo, como resultado dos exames foram constatadas as impropriedades a seguir:

a) ausência de rubrica do servidor, quando da entrada e/ou saída na Entidade, conforme a seguir evidenciado:

Nome	Dia(s)
Maria Helena Fernandes da Silva	4/11/2005
Zélia Maria Alves dos Santos	30/09 e 15/07/2005
José Alves Nunes de Castro	4, 7, 8 e 9/11/2005
Ney Ferraz Júnior	16 e 17/11/2005
Maria de Jesus de Oliveira Evangelista	25 a 27/7/2005
Laura Virgínia M. de Oliveira	11 e 25/11/2005
Lauro Fernando Torres de Alencar	14 e 18/11; e 23/9/2005.
Aparecida Lage de Macedo	27/7/2005
Maria Alice Alencar de Lima	1/11/2005
Cleide Maria Pereira da Silva	11 e 14/11/2005;
Marina Alves Ferreira	20 a 23, 26 a 30/9; 17, 22 e 25/11/2005

b) ausência de indicação, pelo servidor, do horário efetivo de entrada e/ou saída na Entidade, impossibilitando o controle das horas trabalhadas, conforme se pode observar a seguir:

Nome	Dia(s) /Mês
Lauro Fernando Torres de Alencar	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Aparecida Lage de Macedo	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Cleide Maria Pereira da Silva	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Aurea Maria de Castro Sousa	Dias trabalhados em setembro e novembro/2005.
Maria das Graças Santos e Silva	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Ubiratan Martins dos Santos	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Kátia Cristina Santana Gomes	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.

Domingos Matias da Silva Filho	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
--------------------------------	------------------------------------------------------

c) Registro não realista do horário de entrada e saída na Entidade, comprovado mediante a impossibilidade fática de todos os servidores da APS em análise iniciar o expediente exatamente às 08:00h (ou 14:00h, para aqueles com jornada de trabalho de 20 horas, no turno da tarde) e terminá-lo às 18:00h (ou 12:00h, para aqueles com jornada de trabalho de 20 horas, no turno da manhã), como faz supor a análise das Folhas de Registro de Comparecimento apresentadas a esta CGU-Regional/PI. É o que se pode observar a seguir:

Nome	Dia(s)/Mês
Aurea Maria de Castro Sousa	Dias trabalhados em julho/2005.
Maria Helena Fernandes da Silva	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Zélia Maria Alves dos Santos	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
José Alves Nunes de Castro	Dias trabalhados em julho e setembro/2005.
Ney Ferraz Júnior	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Maria de Jesus de Oliveira Evangelista	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Aristides Reis Pereira	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Bernarda Pereira Cavalcante Silva	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Norma Lúcia Calado Lima	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Paulo Alexandre de Noronha Moura	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Márcio de Albuquerque Linhares	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Maria Lídia de Jesus Pierote	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Gerson Torres de Alencar	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Marina Alves Ferreira	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Maria Edna da Paz Torres	Dias trabalhados em setembro e novembro/2005.
Maria da Conceição Carvalho C. Rodrigues	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Maria Alice Alencar de Lima	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Maria de Jesus Soares de Sousa	Dias trabalhados em julho, setembro e novembro/2005.
Ocimar Cardoso da Rocha	Dias trabalhados em setembro e novembro/2005.
Abdoral Saldanha Maria Júnior	Dias trabalhados em setembro/2005.

d) ausência de registro, nas Fichas de Registro de Frequência, de faltas não justificadas pelos servidores da APS Teresina-Centro, conforme se pode visualizar a seguir:

Nome	Dia(s)
Maria de Jesus de Oliveira Evangelista	25 a 27/7/2005
Cleide Maria Pereira da Silva	11/11/2005
Marina Alves Ferreira	21 a 23, 26 a 30/9; e 22 e 25/11/2005
Maria Alice Alencar de Lima	1/11/2005
Lauro Fernando Torres de Alencar	23/9; e 14 e 18/11/2005
Aparecida Lage de Macedo	27/7/2005
Ney Ferraz Júnior	16 e 17/11/2005
Laura Virgínia M. de Oliveira	11 e 25/11/2005

e) rubrica de servidor da APS Teresina-Centro em dia não útil (sábado, domingo e/ou feriado), conforme a seguir evidenciado:

Nome	Dia(s)
Maria Alice Alencar de Lima	17 e 18/9/2005
Lauro Fernando Torres de Alencar	17 e 18/9/2005
Ubiratan Martins dos Santos	31/9 e 15/11/2005

GEX VITÓRIA:

Analizando as folhas de ponto do setor de pessoal, referentes ao mês de dezembro, constatamos que os servidores apenas as rubricam, sem informar o horário de saída, conforme determina o § 1º do artigo 6º do Decreto 1.590/95.

GEX GOIÂNIA

Com o objetivo de verificar a adequabilidade dos controles de frequência da APS Goiânia-Centro, solicitamos, no dia 16/05/2006, as Folhas de Registro de Comparecimento - FRC dos meses de abril e maio/2006, e constatamos as seguintes impropriedades:

Mês de maio/2006 (situação verificada até dia 16/05/2006):

Os horários anotados na FRC divergem, para a quase totalidade dos servidores, em relação aos constantes da Comunicação de Ocorrência de Ponto - COP (08:00 às 18:00hs), a

qual é enviada para o Setor de Recursos Humanos na Gerência-Executiva para efetivação dos pagamentos;

Os servidores João Hernestino Pires da Silva, Marta Helena Grecco Cordeiro, Martha Santana da Silva, Solange Moreira dos Santos, Tereza de Jesus do Nascimento Piauí e Vanúbia de Oliveira preencheram um horário na FRC (08:00 às 18:00) e informaram formalmente outro horário para a Equipe de Auditoria, com jornada de trabalho de seis horas diárias;

Dezessete servidores rubricaram a FRC, mas não preencheram o horário de suas jornadas de trabalho;

Vinte servidores não preencheram a FRC.

Mês de abril/2006:

Não anotação do horário de entrada e saída por diversos servidores;

As FRC's dos servidores abaixo relacionados foram entregues em branco, sem aposição de assinatura do servidor, com assinatura apenas do Chefe da APS:

- Maria Rita de Assis;
- Solange Moreira dos Santos;
- Agnaldo Caiado Parrode, sendo que o mesmo "(...) não assinou a frequência e **rabiscou a do mês 03/2006**", conforme informação prestada formalmente pela Chefe da APS Goiânia-Centro à Seção de Recursos Humanos;
- FRC da servidora Geisany de Carvalho Azevedo foi entregue com rasura;
- FRC's entregues sem assinatura:
- Getúlio Vargas da Silva;
- Maria de Fátima Barbosa Jorge;
- Tereza de Jesus do Nascimento Piauí;
- Vanúbia Dias de Oliveira;

Os horários anotados nas FRC's divergem, para a quase totalidade dos servidores, dos constantes da Comunicação de Ocorrência de Ponto - COP (08:00 às 18:00hs), a qual é enviada para o Setor de Recursos Humanos na Gerência Executiva para efetivação dos pagamentos.

Desta forma, ficou evidenciada que os controles de frequência implementados pelo órgão são inadequados, ineficientes e não surtem qualquer efeito para aqueles que não o preenchem, ou o preenchem de forma equivocada, os rasuram, ou mesmo, os "rabiscam", já que, conforme verificação efetuada no SIAPE, todos os servidores tiveram seus proventos pagos de forma integral. Por conseguinte, não está sendo cumprida o item 8.1 da Resolução INSS/DC nº141/2003, que determina que "a Folha de

Registro de Comparecimento - FRC deverá ser distribuída e recolhida diariamente pelo chefe imediato, após confirmados os registros de presença, horários de entrada e saída (...)".

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

O gestor deixou de realizar o controle efetivo da jornada de trabalho realizada pelos servidores lotados nas Gerências Executivas do INSS em Vitória e Goiânia-Centro.

CAUSA:

A causa originou-se nas falhas no controle interno relativo à pontualidade e assiduidade dos servidores nas Gerências Executivas de Teresina, Vitória e Goiânia-Centro.

JUSTIFICATIVA:**Gex Teresina:**

Justificando-se sobre os fatos apontados, o Gestor assim se manifestou:

"a) em relação à ausência de rubrica do servidor, quando da entrada e/ou saída na Entidade:

NOME	DIA	JUSTIFICATIVA
Maria Helena F. da Silva	04/11/2005	Informou o horário e não rubricou a entrada. (lapso)
Zélia Maria Alves dos Santos	30/09/ e 15/07/06 (sic)	Informou o horário e não rubricou. (lapso)
José Alves Nunes de Castro	4, 7, 8 e 9/11/05	O servidor deixou de assinar, mas trabalhou normalmente, conforme cópia de CPM anexo.
Ney Ferraz Júnior	16 e 17/11/2005	Férias conforme cópia anexa
Maria de Jesus de O. Evangelista	25 a 27/07/2005	Viagem em objeto de serviço conforme PV anexa
Laura Virgínia M. de Oliveira	11 e 25/11/2005	Treinamento
Lauro Fernandes Torres de Alencar	14, 18 e 23/09/05	O servidor deixou de assinar devido a demanda
Aparecida Lages de Macedo	27/07/2005	O servidor deixou de assinar devido a demanda
Maria Alice Alencar de Lima	01/11/2005	O servidor deixou de assinar devido a demanda
Cleide Maria Pereira da Silva	11 e 14/11/2005	O servidor deixou de assinar devido a demanda

Marina Alves Ferreira	20 a 23, 26 a 30/09; 17, 22 e 25/11/2005	Segue em anexo, cópia de relatório de auditoria de benefícios - trabalho realizado pela servidora nos períodos citados.
-----------------------	------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

(...)

b) quanto à ausência de indicação, pelo servidor, do horário efetivo de entrada e/ou saída na Entidade:

"(...) a ausência da indicação pelo servidor do horário é argumentada em função de que já existe o horário fixado no ponto;"

c) no que se refere ao registro não realista do horário de entrada e saída na Entidade:

"(...) o horário informado é de acordo com o gerado no sistema. A jornada de trabalho é de 40 horas."

d) quanto à ausência de registro, nas Fichas de Registro de Frequência, de faltas não justificadas, se limitou a informar que tal impropriedade já fora justificada na resposta à impropriedade "ausência de rubrica do servidor, quando da entrada e/ou saída na Entidade".

e) em relação à rubrica de servidor da APS Teresina-Centro em dia não útil (sábado, domingo e/ou feriado):

NOME	DIA	JUSTIFICATIVA
Maria Alice Alencar de Lima	17 e 18/09/2005	Lapso
Lauro Fernando Torres de Alencar	17 e 18/09/2005	Lapso
Ubiratan Martins dos Santos	31/09 e 15/11/05	Lapso

(...)"

Gex Vitória:

(Documento s/n, datado de 18.04.2006)

"Todos os servidores do SRH (foram orientados a informar o horário de conforme determina o § 1º do artigo 6º do Decreto 1.590/95. Todos os previstos e certamente tal fato não voltará a acontecer.

Ressaltamos que, não obstante o preenchimento dos campos da "FRC", os cumprem sua jornada de 8 horas diárias e muitos trabalham inclusive sá quando necessário."

Gex Goiânia:

Não consta justificativa no relatório.

ANALISE DA JUSTIFICATIVA:

Gex Teresina:

No que diz respeito às justificativas apresentadas pelo Gestor, cabe tecer os seguintes comentários:

a)

NOME	ANÁLISE
Maria Helena F. da Silva	O Gestor apenas ratificou a impropriedade.
Zélia Maria Alves dos Santos	O Gestor apenas ratificou a impropriedade.
José Alves Nunes de Castro	Cabe ao Gestor exigir, de todos os servidores, o registro na Folha de Registro de Comparecimento do horário efetivo de entrada e saída na Entidade.
Ney Ferraz Júnior	As justificativas devem ser acatadas.
Maria de Jesus de O. Evangelista	As justificativas devem ser acatadas.
Laura Virgínia M. de Oliveira	Não foram apresentados documentos comprobatórios da participação da servidora no treinamento informado, motivo pelo qual a justificativa não deve ser acatada.
Lauro Fernandes Torres de Alencar	Os argumentos apresentados pelo Gestor não devem ser acatados, uma vez que a "demanda" em nada exime o funcionário da obrigatoriedade de registro do horário de entrada e saída na Entidade.
Aparecida Lages de Macedo	Os argumentos apresentados pelo Gestor não devem ser acatados, uma vez que a "demanda" em nada exime o funcionário da obrigatoriedade de registro do horário de entrada e saída na Entidade.
Maria Alice Alencar de Lima	Os argumentos apresentados pelo Gestor não devem ser acatados, uma vez que a "demanda" em nada exime o funcionário da obrigatoriedade de registro do horário de entrada e saída na Entidade.
Cleide Maria Pereira da Silva	Os argumentos apresentados pelo Gestor não devem ser acatados, uma vez que a "demanda" em nada exime o funcionário da obrigatoriedade de registro do horário de entrada e saída na Entidade.
Marina Alves Ferreira	As justificativas devem ser acatadas.

b) as justificativas apresentadas pelo Gestor não devem ser acatadas, uma vez que o horário fixado na Folha de Registro de Comparecimento tem por finalidade informar ao servidor, ou a quem dela tomar ciência, do horário de trabalho a ser cumprido, razão pela qual o referido servidor tem o dever de registrar o

horário efetivo de entrada e saída na Entidade;

c) como informado no item precedente, o servidor tem o dever de registrar, de modo realista, o horário de entrada e saída na Entidade. Convém salientar que tal exigência tem por finalidade permitir o controle sobre as horas trabalhadas diariamente pelos servidores, assim como averiguar o cumprimento da jornada de trabalho semanal, razão pela qual as justificativas apresentadas não devem ser acatadas;

d) as justificativas apresentadas não elidem a falha apontada, uma vez que, nos casos informados, caberia ao setor de recursos humanos da Entidade proceder às anotações das respectivas ocorrências nas Folhas de Registro de Comparecimento;

e) o registro da rubrica do servidor em dia não útil evidencia, tão-somente, a prática, costumeira na Entidade, de registro não realista nas Folhas de Registro de Comparecimento, uma vez que, não fosse essa a prática, seria impossível o registro de rubrica de servidor em dia inexistente no calendário civil (31 de setembro), ou mesmo em sábados, domingos e feriados.

Gex Vitória:

O gestor concorda com a falha apontada e se compromete a saná-la.

Gex Goiânia:

O gestor não informa as providências a serem adotadas para elucidação do fato.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	Nome	Cargo
520.768.308-04	Ulpiano José Tavares Gomes	Gerente Executivo Teresina
398.313.456-49	Aparecida Francis Pinto da Cunha	Gerente Executivo Vitória
196.720.631-72	José Aparecido da Silva	Gerente Executivo Goiânia Centro

RECOMENDAÇÃO :

Recomendamos ao INSS que oriente suas Unidades no sentido de exigir o correto preenchimento da Folha de Registro de Comparecimento pelos servidores da Entidade, nela fazendo constar, sem prejuízo de outras informações pertinentes:

a) a rubrica dos servidores em todos os dias trabalhados;

b) o horário efetivo de entrada e saída na Entidade, de modo a permitir o controle da jornada de trabalho semanal; e

c) a anotação de ocorrências pelo setor de recursos humanos, quando for o caso.

9. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

9.1 SUBÁREA - PROCESSOS LICITATÓRIOS

9.1.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

9.1.1.1 - INFORMAÇÃO:

O INSS realizou nos anos de 2003 e 2004 compras de estações de trabalho, impressora, scanners e swith. Para a consecução das aquisições promoveu dois Pregões e aderiu a duas Atas de Registro de Preços de outros órgão, Ata de Registro de Preços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e a do Tribunal Superior do Trabalho -TST.

A aquisição ficou distribuída de acordo com as tabelas abaixo, por processo, item adquirido, quantidade e valor:

Tabela I - Processo nº 35000.001509/2003-13 - Pregão nº 16/2003

Especificação	Qtde	Total	Qtde aditivada 25% - art. 65, Lei nº 8666	Total Global
Microcomputador padrão	2502	4.676.238,00	625	5.846.232,00
Microcomputador CGTI	25	63.450,00	6	78.678,00
Microcomputador monitor 17"	133	350.836,00	33	380.472,00
Microcomputador Phila	75	153.888,75	19	192.873,00
Microcomputador Gravadora	189	414.855,000	47	518.020,00
Impressora laser 12 ppm	43	31.433,00	11	39.474,00
Scanner automático	41	60.419,65	10	75.156,15
Câmara fotográfica	02	38.540,60	2	49.552,20

digital				
Total		5.789.661,00		7.180.457,35

Tabela II - Processo nº 35000.001509/2003-13 - Pregão nº 016/2003

Especificação	Qtde	Total	Qtidade aditivada 25% - art. 65, Lei nº 8666	Total Global
impressora laser	682	1.141.668,00	170	1.426.248,00
impressora térmica	40	53.000,00	10	66.250,00
equipamento de rede switch	100	215.000,00	25	268.750,00
estação de trabalho	2000	5.320.000,00	500	6.650.000,00
Total		6.729.668,00		8.411.248,00

Tabela III - Processo nº 35000.002080/2004-54 Ata de Registro de Preços do TST

Especificação	Qtde	Total	Qtidade aditivada 25% - art. 65, Lei nº 8666	Total
Microcomputador (estação de trabalho) com gerenciamento remoto	4000	10.340.440,00	000	10.340.440,00
Total		10.340.44,00		10.340.440,00

Tabela IV

Especificação	Qtde	Preço Unitário	Qtidade aditivada 25% - art. 65, Lei nº 8666	Total
Microcomputador/est	3.351	6.259.668,00		6.259.668,00

ação de trabalho				
------------------	--	--	--	--

Analizamos a composição dos processos de aquisição, tendo por objetivo verificar as peças que compõem o processo licitatório em análise, seu edital, projeto básico/termo de referência, as propostas, julgamentos, atos de adjudicação, homologação e contratação e outros documentos necessários a sua composição.

a) **Processo nº 35000.001509/2003-13, Pregão nº 016/2003**, menor preço global, teve por objetivo adquirir equipamentos de informática, som/imagem e vídeo, tendo por finalidade atender as necessidades do instituto que envolve:

- A continuidade do Projeto de implantação das Agências da Previdência Social, implementadas através do Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social;
- Procuradorias Federais Especializadas;
- Diretoria de Arrecadação - GFIP;
- O Centro de Operação das Gerências Executivas para a operacionalização do Sistema de Acompanhamento de Benefícios por Incapacidade - SABI;
- Projeto PHILA;
- Substituição dos equipamentos de informática locados, nas linhas de interesse da Previdência;
- Substituição de equipamentos obsoletos, e atendimento de necessidade de equipamentos de informática em novas Unidades.

O processo iniciou com o Memorando nº 379 CGTI/2003, de 3.10.2003, fls. 02, encaminhando o Termo de Referência, cujo objetivo é quantificar, especificar e definir as condições para a aquisição dos equipamentos de informática, som/imagem e vídeo, com valor global estimado em R\$ 13.667.150,00, para os itens abaixo:

Tabela V

Item	Especificação	Quantidade
I	Microcomputador padrão	4041
II	Microcomputador CGTI	39

III	Microcomputador monitor 17"	183
IV	Microcomputador Phila	140
V	Microcomputador Gravadora	249
VI	Impressora laser 12 ppm	184
VII	Impressora laser 14 ppm	184
VIII	Impressora Jato de tinta	1945
IX	Scanner manual	60
X	Scanner automático	31
XI	Projeto digital - canhão	01
XII	Câmara fotográfica digital	02

Consta do Termo de Referência, fls. 05, o objeto, justificativa, prazo de vigência, estimativa de preço e especificações técnicas para os itens a serem adquiridos.

É parte integrante do processo documento da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 17.10.2002, fls. 35, com a classificação orçamentária que deverá onerar o Programa de Trabalho: 09.271.0750.2000.0001 - Administração da Unidade, Natureza da despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa Jurídica.

Foi informado ainda que a época da abertura do processo a disponibilidade orçamentária era no valor de R\$ 8.667.150,00 e que para compor o restante foi solicitado um Crédito Suplementar da ordem de R\$ 5.0000.0000,00.

A Portaria INSS/CGADC/Nº 2153, de 22.7.2003, fls. 92, designou a Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2003.

Consta às fls. 93, solicitação da Comissão Solicitando a adequação da estimativa de itens a serem adquiridos a existência da dotação orçamentária existente e encaminhando a Procuradoria Federal Especializada para efetuar a análise da documentação do Pregão a ser realizado.

Às fls. 94 consta Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 465/2003, sobre o processo de aquisição em epígrafe, às fls. 102, o Despacho PFE-INSS/CGMADM /GAB nº 1.512/2003, que conclui pela possibilidade jurídica da aquisição, sob a forma de pregão, desde que atendidas todas as observações/ressalvas/correções indicadas na Nota Técnica acima citada.

Às fls. 105 a Coordenação-Geral de orçamento, Finanças e Contabilidade retifica o Programa de Trabalho a ser onerado,

09.271.0750.20000.0001 - Administração da Unidade, Natureza de Despesa: 4.5.90.52 Material Permanente e 09.271.0083.2583.0001 - Funcionamento das Unidades de Atendimento, Natureza de Despesa 4.4.90.52 - Material Permanente, valor global R\$ 8.845.750,00, em conformidade com os novos quantitativos apresentados pela Coordenação de Tecnologia e Informação do INSS, conforme fls. 106:

Tabela VI

Item	Especificação	Quantidade
I	Microcomputador padrão	2593
II	Microcomputador CGTI	24
III	Microcomputador monitor 17"	133
IV	Microcomputador Phila	75
V	Microcomputador Gravadora	139
VI	Impressora laser 12 ppm	42
VII	Impressora laser 14 ppm	96
VIII	Impressora Jato de tinta	1419
IX	Scanner manual	50
X	Scanner automático	31
XI	Projeto digital - canhão	01
XII	Câmara fotográfica digital	02
XIII	Notebook	07

Às fls. 109 consta o Edital de Pregão nº 015/2003, suas disposições, seus respectivos anexos, Termo de Referência (Projeto Básico), Minuta do Contrato, às fls 166 consta comprovante de publicação do edital, Diário Oficial de 20.10.2003.

É parte integrante do Processo vários questionamentos pela empresas interessadas e que retiraram cópia do edital. Considerando o grande número de questionamentos e a necessidade de alterações necessárias, a pregoeira revogou o Pregão nº 15/2003, DOU 30.10.2003.

O Pregão foi renumerado para 016/2003 e as alterações necessárias realizadas, sendo publicado no DOU de 3.11.2003, estando composto dos itens necessários conforme determina o art. 38, da Lei nº 8.666/93.

O pregão realizou-se conforme às fls. 586 a 1011, tendo sido apresentado o relatório da Comissão Constituída

conforme Portaria/INSS/CGADC/2153/ de 22.7.2003, tornando publico o resultado de julgamento do pregão nº 016/2003, conforme abaixo:

Tabela VII

Item	Especificação	Qtde	Total
I	Microcomputador padrão	2502	4.676.238,00
II	Microcomputador CGTI	25	63.450,00
III	Microcomputador monitor 17"	133	350.836,00
IV	Microcomputador Phila	75	153.888,75
V	Microcomputador Gravadora	189	414.855,000
VI	Impressora laser 12 ppm	43	31.433,00
VII	Impressora laser 14 ppm	Cancelado	
VIII	Impressora Jato de tinta	Cancelado	
IX	Scanner manual	Cancelado	
X	Scanner automático	41	60.419,65
XI	Projektor digital - canhão	Cancelado	
XII	Câmara fotográfica digital	02	38.540,60
XIII	Notebook	Cancelado	

Conforme fls. 1012 foi solicitado pela Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação, Memorando nº 354/CGTI/2003, de 26.11.2003, aditivção de 25% nos itens relacionados no Edital e adjudicados, no momento da celebração dos contratos.

O despacho de autorização da despesa no valor total de R\$ 7.180.458,25 e homologação da licitação consta às fls. 1026, tendo sido acrescido em 25% o contrato conforme art. 65, da Lei nº 8.666/93. Consta das folhas seguintes do processo o empenho e os contratos firmados com os fornecedores ganhadores do certame.

Tabela VIII

Item	Especificação	Qtde	Total	Qtde aditi vada 25% - art. 65, Lei nº 8666	Total
I	Microcomputador padrão	2502	4.676.238,00	625	5.846.232,00

II	Microcomputador CGTI	25	63.450,00	6	78.678,00
III	Microcomputador monitor 17"	133	350.836,00	33	380.472,00
IV	Microcomputador Phila	75	153.888,75	19	192.873,00
V	Microcomputador Gravadora	189	414.855,00 0	47	518.020,00
VI	Impressora laser 12 ppm	43	31.433,00	11	39.474,00
VII	Impressora laser 14 ppm	Cancelado			
VIII	Impressora Jato de tinta	Cancelado			
IX	Scanner manual	Cancelado			
X	Scanner automático	41	60.419,65	10	75.156,15
XI	Projetor digital - canhão	Cancelado			
XII	Câmara fotográfica digital	02	38.540,60	2	49.552,20
XIII	Notebook	Cancelado			

b. **Processo nº 35000.000587/2004-73, Pregão nº 015/2004**, tendo por objeto a aquisição de Equipamento de Informática (impressora laser 15 ppm, impressora térmica, switch e estação de trabalho).

A abertura do processo administrativo licitatório foi precedida de requisição, aprovada pela autoridade competente. O documento requisitório não apresenta claramente a especificação do objeto a ser requisitado, conforme fls. 01 a 05 apenas consta a discriminação dos seguintes equipamentos de informática:

Tabela IX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
I	Impressora laser 15 ppm	682
II	Impressora Térmica	40
III	Switch	100

Nas fls. 09 a 20, é apresentado o termo de referência contendo, entre outras, as especificações dos equipamentos a serem adquiridos, referente ao Quadro I do processo.

Consta apresentação de uma planilha de preços praticados no mercado e proposta das cotações para estimativa dos preços, conforme fl. 22, bem como planilha contendo informações das distribuições dos equipamentos (órgão, local, endereço e quantidade), fls. 24 a 28. Ressaltamos que no processo não constam os documentos comprobatórios das pesquisas de preços realizadas, contrariando o art. 15 da Lei 8.666/93.

Tabela X

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	Local de Consulta
I	Impressora laser 15 ppm	1600,00	www.kyocera.com
I	Impressora laser 15 ppm	1800,00	www.lexmark.com
I	Impressora laser 15 ppm	1750,00	www.okidata.com
II	Impressora Térmica	1600,00	www.okey.com.br
II	Impressora Térmica	1400,00	www.okey.com.br
II	Impressora Térmica	1260,00	www.trixtec.com.br
III	Switch	3300,00	Shopping.terra.com.br
III	Switch	3333,00	Intrabox.com.br
III	Switch	3312,00	Brstore.dell.com

No plano de trabalho constou informações dos equipamentos a serem adquiridos, que são os mesmos discriminados nas Tabelas I e II, contendo as justificativas, quantitativo e estimativa, exigências de habilitação, critérios de aceitação da proposta, sanções por inadimplemento, com despacho da Coordenadora Geral de Apoio a Diretoria Colegiada.

Em 25.3.2004, foi anexado ao processo, o Memorando nº 104/CGTI/2004, do Coordenador Geral de Tecnologia e Informação, alegando que nas recentes aquisições de estações de trabalho, pelo Pregão 16/2002 e adesão a Ata de Registro de Preço da ECT foram insuficientes para atender a demanda necessária, restando um quantitativo residual de 914 estações de trabalho pendentes de substituição, solicita a Coordenadora Geral de Apoio a Diretoria Colegiada, que avalie a viabilidade legal e administrativa de se buscar o atendimento da demanda por meio do mecanismo de aditivção de 25% do contrato 40/2003, conforme fls. 55 e 56.

Dessa forma, foi apresentado novo termo de referência incluindo o item IV, contendo informação de especificação de estação de trabalho com a quantidade de 914, fls. 58 a 62. Esclarecemos que a explicação apresentada demonstra claramente falha e/ou ausência de planejamento na gestão de suprimentos de bens, além de não ficar devidamente demonstrado e comprovado com

documentos comprobatórios no processo, da real necessidade desses equipamentos.

Na Tabela XI, foi extraído do processo a planilha de preços praticados no mercado, sendo que os 3 (três) itens mencionados nos quadros anteriores não sofreram modificação, fls. 74. Ressaltamos que também não foi anexado ao processo os documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizados.

Tabela XI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	Local de Consulta
IV	Estação de Trabalho	2400,00	Procomp-Pregão 16 + 3000,00 SO
IV	Estação de Trabalho	2900,00	www.dell.com.br
IV	Estação de Trabalho	2300,00	Novadata-Pregão 16 + 300 SO

Nas fls. 76 a 94, constam as novas planilhas de endereço para distribuição dos equipamentos e o novo plano de trabalho, com a inclusão do Item IV, especificado na tabela XI.

A Gerente na Diretoria Colegiada, encaminhou, fls. 95, a Coordenação Geral de Orçamento, Finança e Contabilidade o processo para que esta informe a previsão/disponibilidade orçamentária, para fazer a pretensa contratação, de acordo com a Tabela XII a seguir:

Tabela XII

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	Impressora laser 15 ppm	682	1.716,67	1.170.768,94
II	Impressora Térmica	40	1.570,00	62.800,00
III	Switch	100	3.315,00	331.500,00
IV	Estação de Trabalho	914	2.533,33	2.315.463,62
			TOTAL	3.880.532,56

Segundo consta as fls. 98 a CGTI não possuía disponibilidade orçamentária suficiente para a aquisição pretendida, tendo disponível o valor de R\$ 3.000.000,00, com classificação no Programa de Trabalho: 09.271.0083.2593.0001, funcionamento das Unidades de Atendimento, Natureza da Despesa: 44.90.52 - Material Permanente.

Para complementar o orçamento necessário, a Coordenação-Geral de apoio a Diretoria Colegiada autorizou o remanejamento do Projeto Phila, conforme fls. 101.

A Coordenação de Orçamento e Finanças, em 5.5.2004, fls. 102, informa a disponibilidade financeira no valor de R\$ 880.532,56, do Projeto Phila, Programa de Trabalho: 09.271.0083.2593.0001, Natureza da Despesa: 44.90.52 - Material Permanente.

Às fls. 106/165, consta a minuta do edital de licitação, do contrato e demais anexos.

Consta às fls. 168 a 179, Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 200/2004, com análise do processo licitatório e conforme parágrafo 55 da Nota Técnica, aprovação do processo com solicitação de adequações necessárias.

Consta às fls. 283 Relatório de pesquisa e análise sobre preços de aquisição de equipamento de informática.

Às fls. 295 consta o Memorando nº 183-A/INSS/DIROFL, de 15.6.2004, informando a otimização do orçamento aprovado pela Atividade 2593.0001/Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social, constante do Plano Plurianual 2004/2008 (PPA), e determinando a aquisição de mais 1.086 estações de trabalho.

Às fls. 296 consta documento da Coordenação-Geral de apoio à Diretoria Colegiada, de 15.6.2004, ratificando o contido no Memorando nº 183-A/INSS/DIROFL, de 15.6.2004, e encaminhando à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística, para verificação da disponibilidade orçamentária.

A disponibilidade financeira foi confirmada pelo documento constante às fls 297, de 16.6.2004.

Após a confirmação da disponibilidade orçamentária o processo foi encaminhado à Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação / Grupo de Trabalho PT/INSS/DCPRES nº 179/2004, para atender o Contido nos itens 18, 19 e 20 da Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DLC nº 200/2004 (fls. 171/172. Devendo ainda observa os itens 8.1 e 8.1.1 da Decisão TCU 586/2002.

A Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação, em 23.6.2004, emitiu o Despacho/CGTI nº 084/2004, atendo o solicitado pela Coodenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, fls. 299.

Às fls. 368 consta o Plano de Trabalho, aprovado, do material a ser adquirido conforme especificações no Termo de Referência, contendo o quantitativo e a estimativa de preço:

Tabela XIII

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	Impressora laser 15 ppm	682	1.716,67	1.170.768,94
II	Impressora Térmica	40	1.570,00	62.800,00
III	Switch	100	3.315,00	331.500,00
IV	Estação de Trabalho	2000	2.533,33	5.066.660,00
			TOTAL	6.631.728,94

Às fls. 378 a 445 consta o edital de Pregão nº 15/2004 e seus anexos.

Por meio da Portaria nº 2.721 /INSS/CGAPOIO, de 8.7.2004, foi feita a nomeação do Pregoeiro e sua equipe, com vistas ao recebimento, exame e julgamento das propostas e documentos relativos à licitação na modalidade de Pregão nº 15/2004, bem como foi o aviso de licitação foi publicado no DOU nº 131, de 9.7.2004.

Quanto aos questionamentos existentes foram todos respondidos tempestivamente pela área técnica e a comissão responsável, entretanto a empresa TN Industrial entrou com pedido de mandado de segurança, com deferimento de liminar, para determinar que durante o Pregão nº 15/2004 não seja exigido da impetrante o cumprimento dos itens 1.2 e 1.4, que versa sobre a exigência de que o equipamento a serem adquiridos seja de fabricação nacional.

O pregão realizou-se no dia 21.7.2004, conforme a Ata do Pregão nº 15/2004, fls. 1738, sendo apresentado os licitantes credenciados, as propostas escritas e a classificação final menores/últimos lances verbais, conforme abaixo:

Tabela XIV

Item 01 - Impressora laser 15 ppm		
Classificação	Licitante	Último lance
1º	MICROSENS LTDA	2.674,00
2º	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	2.101,00
3º	AMC INFORMÁTICA LTDA	2.113,00
Item 02 - Impressora Térmica		
Classificação	Licitante	Último

		lance
1º	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	1.325,00
Item 03 - Switch		
Classificação	Licitante	Último lance
1º	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	2.150,00
2º	COMPUTER STAR INFORMÁTICA LTDA	2.600,00
3º	ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA	2.605,00
Item 04 - Estação de Trabalho		
Classificação	Licitante	Último lance
1º	NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES LTDA	2.660,00
2º	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	2.880,00
3º	MICROSENS LTDA	3.965,00

Consta às fls. 1742 o Ofício nº 768/INSS/CGAOIO, de 22.7.2004, encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, tendo por referência o mandado de Segurança s/nº - pregão nº 15/2004, no qual o INSS informa que a empresa TN Industrial S.A. participou da licitação, tendo sido classificada em 10º lugar (penúltima colocação), com valor superior a 67% ao da empresa que se sagrou vencedora do certame.

Quanto à motivação da requisição a concessão de liminar pela impetrante, TN Industrial S/a, o INSS esclareceu:

"Os subitens 1.2 a 1.4 do Edital do pregão nº 15/2004 assim estabeleciam:

1.2 - As impressoras e estações de trabalho, objeto dos itens I, II e IV, a serem adquiridos através deste Pregão deverão ser fabricadas no País, com significativos valor agregado, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.248/91 e regulamentado pelo Decreto nº 1.070/94;

1.3 - Para efeito de comprovação de requisito referido no item anterior, o produto deverá estar habilitado a usufruir do incentivo de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248/91, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;

1.4 - Alternativamente ao disposto no subitem anterior, o Ministério da Ciência e Tecnologia poderá reconhecer, mediante requerimento do fabricante, a conformidade do produto com o requisito referido no subitem 1.2."

Por sua vez o parágrafo 3º, art 3º, do Decreto 3.555/2000, incluindo élo Decreto nº 3.693/2000, estabelece o seguinte:

§ 3º Os bens de informática adquiridos nesta modalidade, referidos no item 2.5 do Anexo II, deverão ser fabricados no País, com significativo valor agregado local, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 1.070, de 2 de março de 1994. (Incluído pelo Decreto nº 3.693, de 2000)

§ 4º Para efeito de comprovação do requisito referido no parágrafo anterior, o produto deverá estar habilitado a usufruir do incentivo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. (Incluído pelo Decreto nº 3.693, de 2000)

§ 5º Alternativamente ao disposto no § 4º, o Ministério da Ciência e Tecnologia poderá reconhecer, mediante requerimento do fabricante, a conformidade do produto com o requisito referido no § 3º." (Incluído pelo Decreto nº 3.693, de 2000)

Anexo II - 2.5 Microcomputador de mesa ou portátil ("notebook"), monitor de vídeo e impressora.

Como se pode verificar do confronto entre o texto do Edital e o do Decreto mencionado, o INSS tão somente transcreveu no seu instrumento convocatório, a norma legal em vigor, a qual restringe a aquisição de bens de informática apenas aos fabricados no país, quando utilizada a modalidade de pregão"

(...)

Ressalte-se que o edital em questão não dá preferência à empresa brasileira, conforme alegado pela impetrante, porém aos bens de informática produzidos no país, quer sejam por empresas brasileiras ou estrangeira."

Às fls. 1745 consta o parecer técnico dos equipamentos apresentados pela empresas vencedoras do certame, PROCOMP, NOVADATA e MICROSENS, elaborado pela DATAPREV.

A empresa AMC Informática Ltda. Impetrou recurso administrativo, fls. 1760, contra a classificação das propostas das empresas MICROSENS LTDA, MICROTÉCNICA LTDA e TN INDUSTRIAL S/A, inobservado clausulas do edital. A recorrente alega em seu

recurso que a MICROSENS não contemplou assistência técnica para a capital do Estado de Roraima, deixando de atender a exigência contida na alínea "h" do subitem 4.4 do Edital e no subitem 5.2.6.8 do Termo de Referência, enquanto que as empresas MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA e TN INDUSTRIAL S/A não apresentaram a formalização do credenciamento da rede de assistência técnica, em desacordo com o subitem 5.2.6.8 do Termo de Referência e a carta de solidariedade do fabricante, conforme exigido na alínea "g" do subitem 4.4 do Edital.

Após exame do recurso e apresentação das considerações do Pregoeiro, bem como a jurisprudência relativas ao fato, o pregoeiro manteve sua decisão, encaminhando o recurso à Diretoria /colegiada, para decisão final, conforme fls. 1776.

O recurso foi indeferido pela Coordenação-Geral de Apoio a Diretoria Colegiada, conforme fls. 1783.

O Relatório Final do Pregão nº 15/2004 consta às fls. 1780 a 1780, no qual consta a adjudicação aos vencedores do certame, apresentando o seguinte resultado final:

Tabela XV

MICROSENS LTDA					
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Preço Unitário	Valor total
01	IMPRESSORA LASAR	Unidade	682	1.674,00	1.141.668,00
PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA					
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Preço Unitário	Valor total
02	IMPRESSORA TÉRMICA	Unidade	40	1.325,00	53.000,00
03	EQUIPAMENTO DE REDE SWITCH	Unidade	100	2.150,00	215.000,00
NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES LTDA					
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Preço Unitário	Valor total
04	ESTAÇÃO DE TRABALHO	Unidade	2000	2.660,00	5.320.000,00

Cabe ressaltar que os preços apresentaram variações em relação aos inicialmente cotados, sendo que no total global a licitação apresentou um resultado a maior de R\$ 97.939,06 do previsto, tendo sido solicitado a Coordenação de Orçamento e

Finanças a existência de disponibilidade orçamentária, para que fosse autorizada a despesa, fls. 1783.

Conforme fls. 1785 foi informada da existência de disponibilidade orçamentária para o pleito, sendo sua classificação no programa de Trabalho 09.271.0083.2593.0001, natureza da Despesa 44.90.52 - Equipamento e material Permanente.

O item 03 do Pregão nº 15/2004, *switch*, teve sua homologação suspensa para que fosse realizadas diligências técnicas, conforme Despacho/CGTI nº 112/2004, de 31.8.2004, fls. 1821 do processo.

O Ofício nº 141/2004/CGTI, de 2.9.2004, encaminhou à DATAPREV o equipamento *switch* para ratificação da homologação do equipamento. Conforme fls. 1825 a DATAPREV considerou que o quantitativo já foi considerado na solução de pontos de atendimento que a empresa está fornecendo ao INSS, portanto não deveria o item 03, *switch*, não deveriam ser contratados.

Às fls. 1827 consta documento da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, de 17.9.2004, encaminhando o processo para HOMOLOGAÇÃO do Pregão nº 15/2004 pelo Diretor-Presidente do INSS, com exclusão do item 03, referente a compra de *switch*.

A licitação foi homologada em 17.9.2004, pelo Diretor-Presidente do INSS, conforme fls. 1828, e o Despacho de Autorização de Despesa às fls. 1830.

Às fls. 1831 a 1833 consta as Notas de Empenhos para atender a aquisição a aquisição realizada pelo Pregão nº 15/2004, conforme despacho autorizativo DIROFL nº 179, publicado em 30.9.2004.

Consta do Processo nº 35000.000587/2004-73, Pregão nº 15/2004 os contratos:

- Contrato nº 052/2004 - PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, tendo por objeto a aquisição de impressoras térmicas, incluindo fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnicos, com prazo de validade de 24 meses e valor de R\$ 53.000,00 - fls. 1871.
- Contrato nº 50/2004 - MICROSENS LTDA, tendo por objeto a aquisição de impressora laser, com garantia pelo prazo de 24 meses a contar da entrega do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico, valor de R\$ 1.141.668,00, fls. 1883.

- Contrato nº 53/2004 - NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S.A, tendo por objeto a aquisição de estações de trabalho, com garantia pelo prazo de 24 meses a contar da entrega do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico, valor de R\$ 5.320.000,00, fls. 1897.

Com base no parágrafo 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, os contratos de nº 50/2004 e nº 53/2004 foram aditivados em 25%, por solicitação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, Memorandos/INSS/CGTI nºs 416/2004, fls. 1919, e 417/2004, fls. 1923, com o de acordo da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística emitidos nos respectivos memorandos, os contratos foram acrescidos da seguinte forma:

Tabela XVI

Contrato	Fornecedor	Quantidade Aditivada	Valor Aditivado
50/2004	MICROSENS LTDA.	170	R\$ 284.580,00
53/2004	NOVADATA SISTEMAS E COMP. LTDA	500	R\$ 1.330.000,00

A conformidade orçamentária consta às fls. 1928, bem como parecer da Procuradoria Federal Especializada, Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 518/2004, às fls. 1930 a fls. 1934-A, e o despacho de autorização da despesa para o aditamento dos contratos às fls. 1937.

O contrato nº 52/2004 foi posteriormente aditivado, também, com base no parágrafo 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, ou seja em 25%, de acordo com a solicitação contida no Memorando/INSS/CGTI nºs 448/2004, fls. 1942, e o de acordo da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística emitido no respectivo memorando, o contrato ficou assim acrescido:

Tabela XVII

Contrato	Fornecedor	Quantidade Aditivada	Valor Aditivado
52/2004	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	10	R\$ 13.250,00

A conformidade orçamentária consta às fls. 1947, bem como parecer da Procuradoria Federal Especializada, Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 579/2004, às fls. 1949 a fls. 1952, e o despacho de autorização da despesa para o aditamento do contrato consta das fls. 1954.

Por meio do Memorando/CGTI/Nº 472/2004, fls. 1956, de 14.12.2004, considerando a suspensão do Pregão nº 039/2004 (DATAPREV), foi solicitado autorização para saneamento do Pregão nº 15/2004, no sentido de homologar o item 03, aquisição de *switch*, suspenso por solicitação da DATAPREV, uma vez que os mesmos faziam parte da compra a ser realizada pelo Pregão nº 039/2004 (DATAPREV).

Consta às fls. 1994, documento de homologação do item 3 do Pregão nº 15/2004. Às fls. 1995 há informação da existência de disponibilidade orçamentária, da Coordenação-Geral de Orçamentos, Finanças e Contabilidade.

O despacho de autorização da despesa consta às fls. 1997. Em 30.12.2004, fls. 2028, foi efetivado o contrato 074/2004 com a PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, tendo por objeto a aquisição de equipamentos de rede, *switch*, com garantia pelo prazo de vinte e quatro meses a contar da entrega do equipamento. Foram adquiridos 100 *switch*, ao preço unitário de R\$ 2.150,00, totalizando R\$ 215.000,00.

Às fls. 2970 foi solicitado o aditamento em 25% do contrato nº 074/2004, Memorando/CGTI/Nº 475/2004, tendo por base o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, às fls. 2976 consta a informação de disponibilidade financeira da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Programa de Trabalho: 09.122.0750.2000.0001 - Administração das Unidades, Natureza da Despesa 44.90.52 - Material Permanente.

A autorização de aditativa do contrato consta às fls. 2977, pela Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, em 12.5.2005.

Consta às fls. 168 a 2979 a Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 163/2005, com análise do Termo Aditivo, bem como às fls. 2985 o Despacho PFE-INSS/CGMADM/GAB Nº 592/2005 que conclui pela viabilidade jurídica do acréscimo, desde que atendidas as recomendações constantes da Nota Técnica da PFE-INSS.

O Despacho de Autorização da despesa consta do processo às fls. 2992, realizado pela Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada. Não consta no processo o termo aditivo assinado e publicação do extrato do aditivo no DOU.

c. Processo nº 35000.002080/2004-54 - Adesão a Ata de Registro de Preços do TST, tendo por objetivo adquirir 4000 estações de trabalho, com valor unitário de R\$ 2.585,11, perfazendo um total de R\$ 10.340.440,00.

Às fls. 02 do processo consta o Memorando/Nº 480/CGTI, de 17.12.2004, solicitando a aquisição de equipamentos de informática, estações de trabalho, sugerindo a adesão a Ata de Registro de preços do TST. Compõe a solicitação os seguintes documentos, que iniciaram o processo:

- Relatório de análise do parque de equipamentos de informática do INSS, fls. 05.
- Carta UNISYS BSB.DFA.C471/2004, de 16.8.2004, solicitando do INSS posição sobre o débito dos contratos de locação e devolução dos equipamentos, fls. 13.
- Especificação Técnicas, Pregão nº 55/2004, Tribunal Regional do Paraná, fls. 15.
- Especificações Técnicas, Pregão para Registro de Preços nº 35/2004, Ministério da Defesa, fls. 32.
- Especificações Técnicas, Pregão para Registro de Preços nº 046/2004, Casa Civil, fls. 55.
- Especificações Técnicas, Pregão nº 67/2003, Supremo Tribunal Federal, fls. 64.

Consta às fls. 71, Ofício SUPRE.R Nº 22, de 20.11.2004, da DATAPREV, informando que a quantidade de estações locadas com a UNISYS, contratos vencidos, é de 10.897, contratos com locação em vigor no total de 5.863, quantidade de estações/impressoras desligados nas Gerências e Agências da Previdência Social, total de 5.155, e em funcionamento nas Agências da Previdência Social é de 38.211.

Por meio do Ofício nº 1335 - Gabinete do Diretor Presidente, de 17.12.2004, fls. 72, foi solicitado ao Tribunal Superior do Trabalho a adesão do INSS à Ata de Registro de Preços, nos termos do resultado do pregão nº 082/2004 do TST, conforme especificações constantes do processo administrativo nº 119761/2004-7, no total de 4.000 unidades de microcomputadores.

A Ata de Registro de Preços consta às fls. 73, tendo por especificação microcomputador (estação de trabalho) com gerenciamento remoto, quantidade registrada na ata de 4.000 unidades, ao preço de R\$ 2.585,11, empresa vencedora - IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.

Ofício nº 345/INSS/DIROFL/CGOFC, de 17.12.2004, fls. 88, solicita autorização à SPOA no sentido de autorizar a execução de R\$ 10.451.000,00, do Programa de Trabalho 09.122.0750.2000.0001 - Administração da Unidade, Grupo de

Despesa, fonte de recursos 2153 - PROPREV, para a aquisição dos equipamentos através da Ata de Registro de Preços do TST.

O Ofício/TST/SRLCA nº 831/2004, fls. 90, informa a concordância da adesão do INSS à Ata de Registro de Preços, nos moldes do Decreto nº 3.931/2001, conforme documento da empresa vencedora do certame.

Às fls. 89, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, informa a disponibilidade orçamentária, que deverá onerar o Programa de Trabalho 09.122.0750.2000.0001 - Administração da Unidade, Natureza da Despesa 4.4.90.52 - Despesa de Capital, Fonte de Recursos 2153, ressaltando o entendimento com a SPOA e UCP/MPS, para utilização de recursos do PROPREV.

Consta as fls. 154, Nota Técnica/PFE-INSS/SUBPROCURADORIA nº 585/2004 da análise de contrato dos equipamentos, mediante a utilização do pregão para Registro de Preços nº 082/2004, do TST, que não observou nenhum óbice quanto à contratação, ressaltado a necessidade de alguns ajustes, conforme itens 21 a 26 da Nota Técnica, e em especial o contido no item 24.

Em atendimento ao item 24 da Nota Técnica 585/2004, da Subprocuradoria, a Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação emitiu o Parecer Técnico nº 189/2004, conforme fls. 163.

A requisição/pedido de aquisição dos equipamentos consta das fls 174, contendo a especificação e quantidade a ser adquirida.

Consta às fls. 177, Despacho de Autorização de despesa por meio da Ata de Registro de Preço, Pregão nº 082/2004, TST.

Foi firmado o contrato nº 73/2004, Ata de Registro de preço TST - Pregão 082/2004, entre a IMB e o INSS, tendo por objeto a aquisição de 4.000 microcomputadores com gerenciamento remoto, no valor total de R\$ 10.340.440,00 e prazo de vigência de 36 meses a partir da assinatura.

Tabela XVIII

Item	Especificação	Qtde	Preço Unitário	Total
I	Microcomputador (estação de trabalho) com gerenciamento remoto	4000	2.585,11	10.340.440,00

d. Processo nº 35000.001780/2003-41 - Adesão a Ata de Registro de Preços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo por objeto a compra de equipamentos de informática, microcomputadores, no total de 3.351 unidades, totalizando R\$ 6.259.668,00, pelo prazo de doze meses.

Às fls. 02 consta o Memorando/CGTI/Nº 367/2003, de 4.12.2003, solicitando a aquisição de equipamentos de informática, às fls. 06 consta a informação de disponibilidade orçamentária, pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 4.12.2003, que utilizará o Programa de Trabalho 09.271.0750.2000.0001, Administração da Unidade, natureza da Despesa 44.90.52 - Material Permanente e PT 09.271.0083.2593.0001 - Funcionamento das Unidades de Atendimento, Natureza da Despesa 44.90.52 - Material Permanente.

Compõe o Processo em sua estrutura:

- às fls. 8 a 44, documentação relativa ao Pregão nº 091/2003 - Registro de Preços da ECT;
- às fls. 45 a 98, documentação relativa ao Pregão nº 010/2003 - Registro de Preços do Ministério do planejamento, orçamento e Gestão - MPO;
- às fls. 99 a 122, documentação do Pregão nº 39/2003 - Registro de Preços da Advocacia Geral da União.
- Às fls. 123 a 159, documentação do Pregão 033/2003 - Casa Civil.

A Coordenação-Geral de Apoio a Diretoria Colegiada, em 8.12.2003, fls. 161, encaminhou o processo à CGTI para parecer técnico quanto as especificações constantes das Atas de Registros de Preços, acima citadas, considerando a possibilidade de aquisição por este processo.

O parecer da CGTI costa às fls. 162, sendo sugerido a utilização da Ata de Registro de Preços da ECT, em que pese a necessidade de adequações técnicas nos equipamentos aos equipamentos adquiridos pelo Pregão nº 016/2003 do INSS, o que permitiria a prática de preços menores ao da Ata de Registro de Preços da ECT.

Em 8.12.2003, foi encaminhado o Ofício nº 1458/INSS/DCAPOIO/DF à ECT solicitando autorização para participar do Sistema de Registro de Preços, Pregão 091/2003.

Em resposta foi encaminhado o documento CT/DECAM nº 1007/2003, de 11.12.2003, fls. 169, informando não haver óbice por parte da ECT à adesão do INSS a sua Ata de Registro de

Preços, datada de 7.11.2003, com a empresa NOVADATA Sistemas e Computadores Ltda., desde que observadas as disposições exaradas na Nota Jurídica DEJUR/DJRAD - 1327/2003, fls. 170.

Por meio do Ofício nº 1483/INSS/DCAPOIO, de 12.11.2003, foi encaminhado à empresa NOVADATA informando a autorização da ECT para que seja utilizada a Ata de Registro de Preços, Pregão nº 091/2003.

Em resposta ao Ofício a NOVADATA informou da possibilidade de realizar o fornecimento de até 100% dos equipamentos, fls. 213.

Por meio do Ofício nº 1487/INSS/DCAPOIO, de 12.11.2003, às fls. 214, foi solicitado uma contraproposta da empresa NOVADATA baseada no parecer técnico emitido pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, a empresa em resposta apresentou a contraproposta, fls. 215, que o custo inicial, unitário, dos equipamentos será de R\$ 1868,00. Cabe ressaltar, que o valor da Ata de Registro de Preço estava na ordem de R\$ 2.371,00.

Consta às fls. 233 a 237, Nota Técnica/PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 600/2003 da análise de contrato dos equipamentos, mediante a utilização do pregão para Registro de Preços nº 091/2003, da ECT, que conclui pela viabilidade jurídica da contratação.

A autorização de despesa da realização da compra por meio da Ata de Registro de Preço, consta às fls. 331.

Às fls. 243 integra o processo o contrato nº 040/2003 - Pregão nº 091/2003, Ata de Registro de Preços do ECT, cujo objeto é aquisição de informática, com garantia por doze meses incluindo fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário para atender as necessidades do Instituto, no total de 3.351 unidades, ao custo unitário de R\$ 1868.000,00, totalizando R\$ 6.259.668,00.

Tabela XIX

Item	Especificação	Qtde	Preço Unitário	Total
I	Microcomputador/estação de trabalho	3.351	1.868,00	6.259.668,00

ANÁLISE DA CGU:

A operacionalização das compras realizadas pelo INSS, nos quatro processos analisados, em termo de formalização legal, foi realizada de forma razoável com a legislação vigente e suas

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

formalidades exigidas, estando os processos compostos pelas documentações necessárias, que permite identificar o objeto adquirido, a fundamentação legal, as autoridades envolvidas, pareceres jurídicos necessários, Programa de Trabalho e a despesa orçamentária.

Entretanto, cabe ressaltar que as compras envolveram cerca de 13.505 (treze mil, quinhentos e cinco) estações de trabalho, por um valor global de R\$ 30.266.383,00 (trinta milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e três reais), e em nenhuma das fase das aquisições foi possível identificar um planejamento para estas aquisições, que envolvesse de forma clara um estudo das necessidades, o quantitativo necessário ao Instituto, das Agência da Previdência Social e das Gerências Executivas, o impacto da não execução das aquisições, custo para a administração pública, que permitisse avaliar de forma objetiva e clara a justificativa para aquisições de tamanhos vultosos.

9.2 SUBÁREA - CONTRATOS DE OBRAS, COMPARA E SERVIÇOS

9.2.1 ASSUNTO - PAGAMENTOS CONTRATUAIS

9.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Objetivando avaliar a consistência, regularidade e efetividade da prestação de serviços por parte dos agentes financeiros (bancos), referentes aos processos de arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios, solicitamos informações à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS sobre o assunto.

A autarquia em questão mantém contratos de prestação dos serviços com diversas instituições financeiras, sendo destacados para análise Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Unibanco, com a intermediação da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

No exercício de 2005, foram pagos pelos serviços aos mencionados bancos os seguintes valores:

BANCO	VALOR
BANCO DO BRASIL	27.035.099,63
CAIXA ECONÔMICA	29.170.961,21
BRADESCO	34.674.965,75
BANCO ITAU	23.963.071,08
UNIBANCO	10.572.997,79
TOTAL	125.417.095,46

Fonte: SIAFI

Ressaltamos, neste ponto, que algumas deficiências relativas ao processo de pagamento de benefícios, foram identificadas e devidamente tratadas no item 7.2.2.1 do Relatório de Gestão nº 160.221/2005 desta SFC/CGU.

Foram solicitadas ao gestor, por meio da solicitação de auditoria nº 175.153-38, de 2.6.2006, as informações a seguir:

- a) cópia do Contrato com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Unibanco realizado como o objetivo do pagamento de benefícios previdenciários; e
- b) a prestação de contas dos bancos acima citados, que geraram pagamentos às instituições no exercício de 2005.

Em resposta, o gestor informou, por intermédio de mensagem eletrônica de 1.6.2006, que:

"(...)

Atendendo a solicitação de nº. 175153-38, com o objetivo de subsidiar os trabalhos dessa Auditoria, estamos enviando planilhas dos controles dos batimentos físicos x financeiros dos Agentes Financeiros solicitados.

(...)"

Dessa forma, foram disponibilizadas cópias dos contratos e planilhas contendo o batimento CONPAG (Controle de pagamentos) X EBEN (Extrato de Benefícios), arquivos trocados entre INSS e bancos visando a prestação de contas, e acerto de contas de pagamento de benefício.

De acordo com o Decreto nº 3.635, de 18.10.2000, que dispõe sobre o pagamento de tarifas bancárias pelo INSS, a remuneração pelos serviços em questão devem obedecer aos seguintes valores unitários máximos:

I - arrecadação de contribuições:

- a) R\$ 1,39 (um real e trinta e nove centavos), por documento de arrecadação quitado em guichê de caixa;*
- b) R\$ 0,60 (sessenta centavos), por documento de arrecadação, quitado por processo automatizado de auto-atendimento;*

II - pagamentos de benefícios:

- a) R\$ 1,07 (um real e sete centavos), por benefício pago por meio de cartão magnético;*

- b) R\$ 0,30 (trinta centavos), por benefício pago mediante crédito em conta corrente bancária;
- c) R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos), por benefício pago em guichê de caixa, mediante recibo;
- d) R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), por pagamentos eventuais de benefícios, denominados Pagamentos Alternativos de Benefícios - PAB;
- e) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos), por pagamento de benefício efetuado em agências especiais, assim reconhecidas conforme critérios definidos pelo INSS.

Pela análise preliminar dos contratos de prestação de serviços, firmados entre o INSS e os agentes financeiros, constatamos que os limites máximos de remuneração fixados pelo Decreto nº 3.635/2000 foram respeitados.

Segundo a cláusula XXVII, presente nos contratos analisados, seriam destinados **R\$ 175.828.340,83** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e três centavos) do Orçamento Geral da União para remuneração, pelo INSS, dos agentes pagadores, discriminados da seguinte forma:

- Banco do Brasil, **R\$ 55.234.084,12** (cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil e oitenta e quatro reais e doze centavos);
- Caixa Econômica Federal, **R\$ 41.303.112,60** (quarenta e um milhões, trezentos e três mil, cento e doze reais e sessenta centavos);
- Bradesco, **R\$ 40.354.053,71** (quarenta milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e três reais e setenta e um centavos);
- Itaú, **R\$ 26.827.557,72** (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos); e
- Unibanco, **R\$ 12.109.532,68** (doze milhões, cento e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Entretanto, a avaliação da execução dos contratos, sob os aspectos da consistência, regularidade e efetividade, ficou prejudicada, tendo em vista o não envio das informações necessárias, constantes da documentação pertinente, já que foram prestadas informações apenas do acerto de contas entre os bancos e o INSS.

AValiação DA SFC:

A análise da execução dos contratos de prestação de serviços, referentes à arrecadação de contribuições e pagamento

de benefícios, firmados entre o INSS e bancos, restou prejudicada em virtude do não envio da documentação pertinente.

Sendo assim, faz-se necessária a prestação das informações devidas para que a aferição da consistência, regularidade e efetividade dos referidos serviços seja realizada por esta SFC/CGU.

9.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

PAGAMENTO DE FATURAS, POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA SEM A DEVIDA COBERTURA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE OS PREÇOS CONTRATADOS E PRATICADOS PELO MERCADO.

Conforme contido no item 10.1.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005, após análise dos pagamentos realizados pelo INSS à DATAPREV, constatou-se o pagamento, no exercício de 2004, de faturas referentes a prestação de serviços sem cobertura contratual, por meio de reconhecimento de dívida, no montante de cerca de R\$ 31 milhões.

Além disso, no tocante aos preços praticados pela DATAPREV junto ao INSS para prestação de serviços de manutenção, desenvolvimento e consultoria em tecnologia da informação, verificou-se a ausência de parâmetros consistentes que viabilizassem a comparação com outras empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação, não permitindo com isso, a verificação da economicidade da contratação, tendo em vista que a referida Empresa é contratada sob a modalidade de dispensa de licitação. Foi registrada também a ausência de desmembramento dos custos envolvidos no processo de formação de preços, tais como: custos com mão-de-obra, custos com manutenção administrativa, custos com material, etc.

Cabe registrar o posicionamento apresentado pela Divisão de Licitações e Contratos da Procuradoria Federal Especializada do INSS, em 09.01.2004, por meio da Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 06:

"(...)

Em cumprimento a estas exigências firmadas pelos incisos I, II e III, do Parágrafo Único, do Artigo 26, esclarece-se que a DATAPREV é a única empresa pública criada para a finalidade específica de prestação de serviços de informática na área de previdência e assistência social. Justifica-se, portanto, a sua escolha.

(...) sugere-se à autoridade administrativa a juntada aos presentes autos de elementos que propiciem a comparação de

preços dos serviços a serem contratados através da dispensa com serviços oferecidos pela DATAPREV e outros órgãos e entidades da Administração Pública, a fim de resguardar a instituição de eventuais questionamentos acerca da lisura do procedimento."

Tendo em vista os fatos constatados, a equipe de auditoria recomendou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de quem deu causa à ilegalidade referente ao pagamento de faturas sem cobertura contratual, em observância ao disposto nos artigos 59 e 82 da Lei nº 8.666/93, bem como em futuras contratações de prestação de serviços de tecnologia da informação, que fosse exigido do contratado a planilha de custos de formação de preços, discriminando os percentuais referentes aos custos administrativos e operacionais em cada serviço específico.

No sentido de evidenciar as ações adotadas pelos gestores com vistas a sanar as questões apontadas, procedemos a análise dos contratos firmados entre o INSS e a DATAPREV, após a recomendação contida no citado Relatório de Auditoria de Gestão.

Após análise da documentação referente aos contratos 003/2004, assinado em 13.2.2004, 053/2005, assinado em 2.8.2005, e seus respectivos termos aditivos, constatamos que ainda nesses contratos não foram apresentados, formalmente, estudos comparativos entre os preços cobrados pela DATAPREV e os praticados pelo mercado de na área de TI, bem como verificamos adoção do procedimento de pagamento de faturas referentes a prestação de serviços sem cobertura contratual, registramos que a vigência do contrato 053/2005 expirou em janeiro de 2006 e o INSS vem fazendo o pagamento dos serviços prestados por meio do referido artifício.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :

Tendo em vista a reincidência dos fatos apontados, verificamos a ausência de providências por parte do INSS quanto à regularização das impropriedades e irregularidades apontadas.

CAUSA:

Ausência de planejamento e atuação tempestiva dos setores administrativos das Unidades no sentido de se antecipar, efetuando os procedimentos licitatórios necessários, antes do final da vigência dos contratos firmados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve solicitação formal sobre a falha em questão.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Mantendo o posicionamento procedido pela CGU em seu Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005, apresentamos as considerações a seguir descritas.

A administração do patrimônio público encontra em nosso regime normativo princípios básicos e fundamentais que norteiam todo ato praticado por servidor legalmente investido em cargo público. Cabe ao titular do cargo exercer suas atribuições em estrita observância da legislação, tendo como objetivo a eficiência, eficácia e efetividade de seus atos. Ele tem o dever de zelar pela transparência e economicidade de sua gestão. O reconhecimento de uma dívida obriga o erário a efetuar o reembolso por serviços prestados após o término do instrumento legal de contrato. É um ato previsto em lei, porém, não exonera os responsáveis da apuração de responsabilidade, pois é fato que influi negativamente no controle e planejamento dos gastos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 1º, § 1º dispõe:

"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."

Um pouco mais adiante, em seu artigo 16, esta Lei Complementar pressupõe que:

"A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de

trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;"

Os reconhecimentos de dívidas em análise originaram-se da ausência de gerenciamento e planejamento dos responsáveis pelo cumprimento do cronograma de pagamentos e de comprovação da execução de serviços. Isto gerou uma situação de ilegalidade para a Administração, que ressarcia a empresa contratada sem respaldo contratual, conforme exigência do Artigo 2º da Lei das Licitações:

"As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei."

A Lei nº 8.666/93 apresenta a seguinte consideração sobre o tema:

"Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. (grifo nosso)

(...)

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar."

Dada a gravidade do ato, que frustra os princípios da legalidade, moralidade, economicidade e transparência, é obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar por parte da autoridade máxima do Órgão, sob pena de responsabilidade solidária, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.429/92 e 8.112/90:

"Lei nº 8.429/92

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

(...)

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

Lei nº 8.112/90

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

No tocante aos preços praticados pela DATAPREV junto ao INSS para prestação de serviços de manutenção, desenvolvimento e consultoria em tecnologia da informação, a comparação apresentada pelo gestor feita entre a DATAPREV e o SERPRO não pode ser considerada isoladamente como um parâmetro de comparação de preços. Primeiramente, porque não se trata de serviços afins, tendo em vista a exclusividade dos sistemas

previdenciários e suas demandas. Em segundo lugar, porque não há um desmembramento dos custos envolvidos no processo de formação de preços, tais como: custos com mão-de-obra, custos com manutenção administrativa, custos com material, etc. A verificação da economicidade da contratação da DATAPREV por dispensa de licitação só é possível em se realizando um comparativo com outras empresas de TI. Na medida em que os preços praticados passem a ser discriminados em nível de custos operacionais e administrativos será possível estabelecer parâmetros comparativos efetivos para a Administração. Sem este desmembramento, não é possível ao INSS e aos órgãos de controle verificar a origem do preço final oferecido. Não basta descrever o objeto a ser ressarcido, é preciso definir como se chegou ao custo deste objeto.

RESPONSÁVEL (EIS):

CPF	Nome	Cargo
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, reiterando as recomendações contidas no supra citado relatório de auditoria, recomendamos a adoção das seguintes medidas:

- a) seja instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de quem deu causa à ilegalidade referente ao pagamento de faturas sem cobertura contratual, em observância ao disposto nos artigos 59 e 82 da Lei nº 8.666/93;
- b) nas contratações de prestação de serviços de tecnologia da informação, exija do contratado a planilha de custos de formação de preços, discriminando os percentuais referentes aos custos administrativos e operacionais em cada serviço específico; e
- c) quando da contratação por meio da modalidade Dispensa de Licitação, efetue o estudo comparativo dos preços propostos pela empresa a ser contratada e os praticados no mercado, de forma que seja possível a aferição da economicidade ou não da referida contratação, em especial no que se refere à empresa DATAPREV.

10. CONTROLE DA GESTÃO**10.1 SUBÁREA - Controle Externo****10.1.1 ASSUNTO - Atuação do TCU/SECEX**

10.1.1.1 INFORMAÇÃO

DECISÃO nº 1.098/2002 - TCU - Plenário - TC 003.501/2001-7 - Inexistência de ação efetiva da gestão de segurança, verificada junto ao INSS e DATAPREV. Implementação do Sistema de Autorização de Acesso - SAA . Acompanhamento realizado por esta CGU.

A Decisão nº 1.098/2002 - TCU - Plenário é proveniente da Auditoria realizada pela Secretaria Adjunta de Fiscalização - ADFIS, no período de 19.3 a 22.6.2001, junto ao INSS e à DATAPREV, dando cumprimento ao item 8.4.1. da Decisão nº 633/2000 - TCU - Plenário, objetivando verificar o grau de confiabilidade dos sistemas de informação da Previdência Social. Dentre as constatações apresentadas, destacam-se a ausência de um plano diretor de tecnologia da informação e a inexistência de uma ação efetiva da gestão de segurança.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175173-02, de 15.03.2006, o INSS informou que foi elaborada, em março de 2006, proposição do Projeto de Implementação do Sistema de Autorização de Acesso - SAA pelo MPS, INSS e DATAPREV, estando no estágio de coleta das assinaturas.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

O processo de gestão de segurança da informação da Previdência Social, no que se refere ao grau de confiabilidade dos dados, objeto da Decisão nº 1.098/2002 - Plenário, possui importância singular no combate às fraudes no sistema previdenciário. As medidas que vêm sendo adotadas pelo INSS, conforme relatadas em trabalhos anteriores desta SFC junto às Unidades Gestoras, demonstram a preocupação no desenvolvimento de ferramentas de aprimoramento dos controles de dados. O Sistema de Autorização de Acesso (SAA), em fase final de homologação, é um exemplo desse esforço. Entretanto, este é um processo contínuo, portanto não se esgota com a implementação do SAA.

Faz-se necessário um controle efetivo e regular sobre os sistemas de dados do INSS de modo que o mesmo seja auto-suficiente na geração de "críticas" que apontem possíveis distorções ou fraudes. Medidas neste sentido são fundamentais para o fortalecimento da transparência das ações da máquina pública e dos mecanismos de controle dos processos gerenciais.

10.1.1.2 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 027/2002/TCU - Plenário (TC 016.101/2000-4).
Procuradoria-Geral Federal Especializada - PFE/INSS

A presente Decisão originou-se da verificação do cumprimento de decisão do TCU referente à adoção de medidas para combater fraudes, apuração de responsabilidade e ressarcimento de valores relativos à atuação irregulares em ações judiciais, medidas para controle e acompanhamento de procedimentos judiciais, acordos em processos judiciais, representação da autarquia junto ao Poder Judiciário, revisão da conduta de comissões de inquérito, e elaboração de cálculos relacionados à reclamação trabalhista.

Durante os trabalhos de auditoria de avaliação de gestão do INSS, referentes ao exercício de 2004, esta CGU recomendou à Procuradoria Federal Especializada/INSS que encaminhasse informações sobre a conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares resultantes da Decisão nº 027/2002, e que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adotasse providências quanto ao ressarcimento aos cofres públicos em razão de pagamentos indevidos ou a maior, relativos à Reclamação Trabalhista nº 1.154/89 e, caso necessário, fosse inataurada a competente Tomada de Contas Especial-TCE.

Por meio do Ofício nº 355/INSS/GAB/PRES, datado de 19.12.2005, que encaminhou o Plano de Providências, a PFE/INSS informou que em razão da competência prevista no artigo 11, § 2º, inciso VI da Lei nº 10.480/2002, o Procurador-Geral Federal é a autoridade competente para instaurar sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em relação aos membros da carreira de procurador federal, bem como proceder os seus julgamentos, devendo as consultas relacionadas à instauração de sindicância ou PAD serem encaminhadas diretamente à Procuradoria-Geral Federal. Informou, ainda, que em setembro de 2004 foi encaminhado, pelo Procurador-Chefe da PFE/INSS, pedido à Procuradoria-Geral Federal para que prestasse as informações relacionadas às medidas disciplinares porventura adotadas ao caso em tela, sem, no entanto, obter resposta.

A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística informou que posicionou a Divisão de Tomada de Contas Especial no sentido de dar celeridade nas recomendações apresentadas pela CGU, buscando inclusive adotar a recomendação em parceria com o setor responsável pela gestão do objeto contratado (conforme Memo nº 533/CGOFC/INSS de 17.10.2005).

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-05, de 15.3.2006, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou o seguinte:

Em virtude de não constar em nossos acervos informações dos processos administrativos relativos às Reclamações Trabalhistas nº 1.154/89 (PAD nº 35000.011167/1996-60) e nº 240/92, a Divisão de TCE solicitou à Procuradoria Federal Especializada do INSS, por intermédio do Memorando nº 15 de 31/03/2006, informações acerca dos julgamentos dos referidos processos.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme esclarecimentos prestados pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, o fato referente à instauração de PAD envolvendo procuradores federais foi encaminhado à Procuradoria-Geral Federal em 2004 devido à competência da mesma no julgamento do fato. Quanto à instauração de tomada de contas especial, o INSS deverá dar celeridade ao processo e encaminhá-lo a esta CGU.

10.1.1.3 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista.

Refere-se a presente Decisão à representação formulada com fulcro no art. 69, inciso III, da Resolução nº 136/2000 envolvendo irregularidades na condução da defesa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em reclamação trabalhista.

Durante os trabalhos de auditoria de avaliação de gestão do INSS, referente ao exercício de 2004, esta CGU recomendou à Procuradoria Federal Especializada/INSS que encaminhasse informações sobre a conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares resultantes da Decisão nº 084/2002, e que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adotasse providências quanto ao ressarcimento aos cofres públicos em razão de pagamentos indevidos ou a maior, relativos à Reclamação Trabalhista nº 240/92 e, caso necessário, fosse iniciada a competente Tomada de Contas Especial-TCE.

Por meio do Ofício nº 355/INSS/GAB/PRES, datado de 19.12.2005, que encaminhou o Plano de Providências, a PFE/INSS informou que em razão da competência prevista no artigo 11, § 2º, inciso VI da Lei nº 10.480/2002, o Procurador-Geral Federal é a autoridade competente para instaurar sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em relação aos membros da carreira de procurador federal, bem como proceder os seus julgamentos, devendo as consultas relacionadas à instauração de

sindicância ou PAD serem encaminhadas diretamente à Procuradoria-Geral Federal. Informou, ainda, que em 01.06.2005, por meio do Despacho SUBPROC/GAB/DPD nº 336 foi encaminhada à Procuradoria-Geral Federal a manifestação da PFE/INSS em Presidente Prudente/SP sobre o caso em referência e respectivos documentos, bem como cópia do expediente (SIPPS 6220292) relacionado aos fatos para fins de análise quanto à instauração de Processo Administrativo Disciplinar, encontrando-se o referido processo na Procuradoria-Geral Federal.

A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística informou que posicionou a Divisão de Tomada de Contas Especial no sentido de dar celeridade nas recomendações apresentadas pela CGU, buscando inclusive adotar a recomendação em parceria com o setor responsável pela gestão do objeto contratado (conforme Memo nº 533/CGOFC/INSS de 17.10.2005).

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-05, de 15.3.2006, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou o seguinte:

Em virtude de não constar em nossos acervos informações dos processos administrativos relativos às Reclamações Trabalhistas nº 1.154/89 (PAD nº 35000.011167/1996-60) e nº 240/92, a Divisão de TCE solicitou à Procuradoria Federal Especializada do INSS, por intermédio do Memorando nº 15 de 31/03/2006, informações acerca dos julgamentos dos referidos processos.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme esclarecimentos prestados pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, o fato referente à instauração de PAD envolvendo procuradores federais foi encaminhado à Procuradoria-Geral Federal em 01.06.2005, por meio do Despacho SUPPROC/GAB/DPD nº 336, devido à competência da mesma no julgamento do fato. Quanto à instauração de tomada de contas especial, o INSS deverá dar celeridade ao processo e encaminhá-lo à CGU.

10.1.1.4 CONSTATAÇÃO:

DECISÃO Nº 1.566/2002 E ACÓRDÃO Nº 02/2005 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - IMPROPRIEDADES CONSTATADAS QUANDO DA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES DE BENS IMÓVEIS. INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

A Decisão nº 1.566/2002 trata de divergência de informações na contabilização de valores de venda de imóveis; impropriedades relativas a taxas de ocupação; despesas de condomínio de imóveis ocupados; ocupação irregular de imóveis;

recebimento, como dação de pagamento, de terreno povoado; adjudicação de imóveis inexistentes; locação de imóvel por preço superior ao da avaliação; penhora de terreno em virtude de atraso do registro; má conservação de imóveis; e inventários não atualizados e não registrados no SIAFI. Em 2005 o Tribunal de Contas da União emitiu o Acórdão nº 02 - Plenário - versando sobre a mesma matéria.

Conforme verificado por esta CGU, em trabalhos anteriores de auditoria, o INSS regularizou a situação de impropriedades apontadas pela Corte de Contas na referida Decisão, no entanto encontravam-se pendentes de regularização alguns subitens, conforme apontado no Relatório DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005. Essas pendências foram objeto de questionamento feito ao INSS por meio da Solicitação de Auditoria nº 160221-07, de 12.4.2005. As respostas foram apresentadas pela Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e Coordenação de Contabilidade, conforme a seguir transcrito.

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor deixou de atender itens específicos da Decisão nº 1.566/2002 - TCU Plenário que permanecem pendentes de regularização apesar dos fatos terem sido apontados em 2002.

CAUSA:

O fato originou-se da existência de itens da Decisão nº 1.566/2002 - TCU Plenário ainda pendentes de regularização por parte do INSS.

JUSTIFICATIVA:

Resposta apresentada pela Coordenação de Contabilidade - Despachos datados de 2.8.2005 e 27.10.2005:

Emitido Memorando-Circular Conjunto DGPAI/CEPAI nº 41, em 4.8.2005, com a seguinte orientação às Gerências Executivas, Serviços, Seções de Logística e Superintendências do INSS:

"(...) Orientamos que todos os imóveis de propriedade do INSS, que estão com a documentação dominial regularizada e que não estejam vinculados às suas atividades operacionais, deverão ser disponibilizados para alienação.

Orientamos, ainda, que todos os imóveis que não estiverem com a documentação regularizada ou constituírem reserva técnica do Instituto, deverão ser locados a terceiros, obedecendo a legislação vigente.

Alertamos, ainda, que todos os imóveis cedidos a outros Órgãos, Entidades ou Terceiros, anteriormente à vigência da Lei nº 9.702, de 17.11.1998, que não estão disponíveis ou em condições para alienação, deverão ser transformados em locação para os atuais ocupantes, com valor locatício compatível com o mercado imobiliário local, desde que examinado o vínculo referente aos ocupantes pela Procuradoria do INSS da respectiva GEX."

Providências relacionadas às determinações do TCU:

8.1.1.1. estabeleça mecanismos de controle contábil que permitam a visualização da composição patrimonial (Bens Imóveis) do INSS, com precisão e clareza, em atenção ao art. 85 da Lei nº 4.320/64 e aos itens 02 e 03, letra 'f', da IN/STN nº 08/93;

"No Balancete SIAFI o grupo de contas de Bens Imóveis do Ativo Permanente encontra-se classificado no Grupo 14.211.00.00 - BENS IMÓVEIS, nas subcontas denominadas:

EDIFÍCIOS, GLEBAS E FAZENDAS, TERRENOS, FLORESTAS, IMÓVEIS A REGISTRAR, SALAS E ESCRITÓRIOS, CASAS E APARTAMENTOS, ARMAZÉNS E SILOS, ESTUDOS E PROJETOS, OBRAS EM ANDAMENTO, INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS, IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS, BENS IMÓVEIS A ALIENAR e OUTROS BENS IMÓVEIS, segregando as incorporações concluídas das obras em andamento.

Relativamente às OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, as Gerências Executivas do INSS adotam os seguintes procedimentos:

I. Mantêm os Processos contendo a documentação completa da obra, tais como os Projetos de Engenharia de todas as etapas, memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físicos e Financeiros, alvarás, diários de obra, termos de medição e aceitação, e demais documentos relativos à obra ou serviço de engenharia;

II. Mantêm controles auxiliares que permitam a individualização das despesas com manutenção de bens imóveis, de modo a demonstrar as quantidades de materiais e respectivos valores despendidos constantes dos sistemas de Controladoria - intraprev, no seguinte endereço: www-SAD.

A elaboração, controle e responsabilidade sobre os dados constantes do Inventário de Bens Imóveis são da Coordenação-Geral de Logística, mais especificamente, da Divisão de Gerenciamento do patrimônio Imobiliário, e não poderia ser diferente, vez que à mesma compete, por força regimental, tal atribuição.

Os saldos sintéticos das contas de Bens Imóveis do Ativo Permanente estão respaldados em controles físicos permanentes,

cujos montantes são coincidentes com os saldos contábeis de cada conta, nos termos do artigo 96 da Lei nº 4.320/64 (Art. 96 O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.)"

Análise da Justificativa:

O gestor promoveu alterações nos controles contábeis que contribuem para o gerenciamento do patrimônio do INSS. Portanto, foram adotadas providências em atendimento ao referido item.

8.1.1.2. *alimente tempestivamente o Sistema SIAFI com as informações gerenciais referentes ao aludido patrimônio (IN/DTN nº 05/92);*

"Hoje existem entendimentos entre a Coordenação-Geral de Logística e Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no sentido de que todos os processos (alienação, dação, permuta e aquisição de bens imóveis) deverão, obrigatoriamente, transitar pelas setoriais contábeis para registro dos fatos inerentes às transações ocorridas, em obediência aos princípios contábeis."

Análise da Justificativa:

Por ocasião dos trabalhos de auditoria de gestão referente ao exercício de 2005, obtivemos informações em 1.6.2006 junto às Coordenações de Logística e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de que há 3 anos não há diferença relativa ao patrimônio do INSS no sistema SIAFI. Conforme esclarecimento, uma vez por ano é feita emissão prévia do inventário e correspondente batimento para eliminação de possíveis divergências.

Visando comprovar a regularidade dos registros, realizamos em 6.6.2006 testes no sistema SIAFI confrontando os saldos das contas do Balancete Contábil com os saldos informados no Inventário de Bens Imóveis do INSS. Os testes foram realizados nas informações referentes às Gerências Executivas dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais e foram verificados além dos saldos das contas, as descrições e localização dos imóveis. A amostra foi escolhida com base nos itens 8.1.1.2, 8.1.3.1, 8.8.8, 8.14.3, 8.16.4 e 8.19.2 da Decisão nº 1.566/2002, uma vez que os referidos itens contemplam determinações envolvendo ajustes no registro no SIAFI dos citados Estados. Os testes demonstraram não haver incompatibilidade entre os registros no SIAFI e os registros no Inventário de Bens Imóveis do INSS, com 100% de adequação. A única pendência encontrada foi na Gerência Executiva de

Cuiabá/MT, nos registros de terrenos, onde não foram listados os endereços correspondentes aos valores dos imóveis apresentados. Porém, o saldo da conta foi o mesmo encontrado no saldo do inventário.

8.1.3.1. faça cumprir as normas legais e regulamentares visando ao gerenciamento do sistema contábil, uma vez que o SIAFI não vem sendo fonte segura e tempestiva de informações gerenciais referentes ao patrimônio imobiliário do INSS e às suas alienações (IN/DTN nº 05/92);

"Através de despachos, normas e e-mail contendo informações e solicitações tempestivas, os órgãos de logística são orientados visando aprimorar o gerenciamento do patrimônio imobiliário do INSS."

Análise da Justificativa:

Em visita realizada à Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade em 1.6.2006, verificamos que a unidade vem promovendo o gerenciamento do sistema contábil e mantém gestões junto às regionais no sentido de padronizar os registros contábeis no SIAFI. Conforme documento apresentado pelo gestor, foi encaminhado às 103 Gerências Executivas do INSS um manual de procedimentos contábeis sobre alienação de bens imóveis à vista e a prazo (financiamento concedido). O referido documento foi encaminhado aos Chefes de Orçamento, Finanças e Contabilidade e aos contadores responsáveis. Foram apresentados também mensagens eletrônicas encaminhadas às regionais sobre questões pontuais envolvendo o assunto, demonstrando que há um monitoramento tempestivo por parte do setor.

8.1.3.4. efetue, de imediato, para a Conta Única, as transferências dos créditos financeiros recebidos em decorrência da alienação de bens imóveis (item 03, NE/DTN nº 24/91; subitem 3.10.1.3 da IN/STN nº 05/96);

"Atendida. Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Ministerial nº 589, de 02 de junho de 2004, que vem tratando exclusivamente das questões afetas ao patrimônio imobiliário do INSS e apresentando relatórios trimestrais ao TCU."

Análise da Justificativa:

Em 1.6.2006 mantivemos contato com um dos integrantes do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Ministerial nº 589, de 2.6.2004. Na ocasião obtivemos cópia da última versão do Relatório de Atividades (versão referente ao período de abril a outubro de 2005) e fomos informados de que os trabalhos do referido Grupo haviam encerrado em janeiro de 2006. De acordo

com informações prestadas pelo gestor, foram realizadas diversas ações visando a regularização do sistema de gerenciamento dos bens imóveis do INSS. O setor de Orçamento, Finanças e Contabilidade demonstrou ainda que estão sendo realizadas as transferências para a Conta Única dos créditos financeiros recebidos em decorrência da alienação de bens imóveis.

8.1.3.5. atualize o Relatório Contábil do INSS, incluindo todas as incorporações ainda pendentes de lançamento em nível nacional;

"As últimas atualizações inseridas no Inventário de Bens Imóveis datam de 31.12.2004, estando, portanto, atualizadas. São, em sua maioria, oriundas das auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo."

Análise da Justificativa:

Conforme contato mantido em 1.6.2006 com o setor de Orçamento, Finanças e Contabilidade, as últimas atualizações inseridas no Inventário de Bens Imóveis do INSS foram feitas em 31.12.2005.

Resposta apresentada pela Coordenação-Geral de Logística por meio do Ofício nº 116/CGLOG/INSS, de 30.8.2005:

8.1.2.2. atualize os sistemas de gerenciamento na área de patrimônio, buscando a precisão das transações e dos eventos pertinentes;

8.1.2.3. atualize o sistema de cadastro de imóveis, demonstrando a verdadeira composição patrimonial e a situação dos imóveis sob a administração da autarquia;

"Não foi possível a contratação por falta de recursos orçamentários. Neste exercício serão feitos estudos no sentido de efetivar a obtenção de sistema adequado que atenda ao gerenciamento dos bens imóveis do INSS. Já foi aberto processo de aquisição sob nº 35000.000746/2005-11."

Análise da Justificativa:

Em razão da abertura de processo de aquisição do sistema o item está em processo de regularização.

8.1.2.5. execute adequadamente os contratos relativos à administração patrimonial, em obediência ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;

"As execuções dos contratos têm sido observadas pelos seus gestores, visando o fiel cumprimento pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas."

Análise da Justificativa:

O artigo 66 da Lei nº 8.666/93 dispõe que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Conforme as informações prestadas pelo gestor, este normativo está sendo observado na execução dos contratos relativos à administração patrimonial do INSS.

8.1.4. Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF:**8.1.4.1 apure a responsabilidade pelos juros e multas relativas aos atrasos nos pagamentos das cotas de condomínios, ocorrência verificada no Processo nº 35000.15258/91-51;**

"O número do processo não está correto, portanto não foi possível localizá-lo no sistema."

Análise da Justificativa:

O gestor não apresentou as providências adotadas junto ao TCU quando da identificação da incorreção do número do processo. Tendo em vista a Decisão ser datada de 2002, a justificativa apresentada demonstra intempestividade por parte do INSS e não regulariza o fato apontado pelo Tribunal. Portanto, o item 8.1.4.1 permanece PENDENTE, devendo o gestor informar as medidas adotadas junto ao TCU para verificar o número correto do processo e encaminhar a esta CGU os documentos que comprovem esta comunicação.

8.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo que:**8.2.3. providencie o pagamento, por parte dos ocupantes de imóveis cedidos pelo INSS no Espírito Santo, das despesas de manutenção;**

"Foi encaminhada a presente resposta através do Memo CEPAI/DGPAI nº 1346, de 21.12.2004. Imóvel SGPI nº 10055-07 - firmado contrato de concessão de direito real de uso onerosa em 9.12.2003, com valor de aluguel a preço de mercado. Imóvel SGPI nº 10043-07 - assinado contrato de locação com a prefeitura em nov/2003. Imóvel SGPI - 10058-07 - assinado contrato de locação com a prefeitura em nov/2003."

Análise da Justificativa:

Com base nos documentos encaminhados, verificamos que o item foi ATENDIDO.

8.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte que:

8.3.1. adote providência para melhorar o estado de conservação do prédio situado na Rua Benjamin Constant R84/90 - Macau/RN;

"Relatório Técnico de vistoria cópia anexa."

Análise da Justificativa:

O INSS providenciou a vistoria e elaborou relatório técnico identificando os problemas do referido imóvel. Regularização em andamento.

8.3.2. regularize as cessões feitas dos imóveis pertencentes ao INSS, de modo a sustar as que permanecem informais;

"Os imóveis a que se refere a Solicitação de Auditoria nº 160221-75, de 31.5.2005, localizados na Rua Ceará-Mirim, blocos 5 e 6, bem como o da Deodoro nº 730, intento da inquirição da CGU, foram objeto de várias e incansáveis informações desta Seção de Logística, que preconizavam ser necessária a avaliação técnica especializada dos imóveis, a fim de que se possa estabelecer um percentual da avaliação que determine o valor da locação. Isso para o imóvel da Av. Deodoro, 730; os da Rua Ceará-Mirim não se correlacionam com problemas locatícios."

Análise da Justificativa:

O gestor salienta a necessidade da avaliação técnica dos imóveis, porém não informa as providências adotadas pela autarquia para a realização das mesmas, portanto o item permanece PENDENTE.

8.3.3. viabilize alternativa para o imóvel situado na Avenida Salgado Filho, 1789, considerando que o mesmo, como consequência de Decisão Judicial, está sendo locada por valor superior ao de avaliação;

"Imóvel entregue em 18.4.2002, processo nº 35232.006728/92-14 (pendência sanada - Memo CEPAI/DGPAI nº 1346/2004)."

Análise da Justificativa:

Com base no contido no Memorando CEPAI/DGPAI nº 1346/2004, verificamos que o gestor adotou providências quanto ao referido imóvel.

8.6. determinar à Superintendência do INSS na Bahia que:

8.6.1. providencie, junto ao Banco do Brasil, o pagamento das despesas de manutenção do imóvel cedido a esse Banco pelo INSS no Município de Jequié;

"Conforme informado por telefone, mais uma vez informamos que a APS localizada no município de Jequié não tem área cedida ao Banco do Brasil. (e-mail anexo)."

Análise da Justificativa:

O gestor informou não ser possível atender à determinação do TCU por não ter sido localizado imóvel cedido pelo INSS ao Banco do Brasil no Município de Jequié. Conforme verificado na Decisão proferida pela Corte de Contas, o município citado é o mesmo que encaminhou essa justificativa. Este assunto permanece pendente de esclarecimento, sendo encaminhado para apreciação do TCU.

8.6.2. observe o prazo de duração dos contratos, conforme o disposto no dispõe o artigo 57 da Lei nº. 8.666/93;

"

Tipo	Município	Endereço	Providências Adotadas	Situação Atual
Casa	Esplanada	R. Monsenhor Zacarias Luz, 09 - Centro	Locação de outro imóvel através do processo nº 35013.003586/2003-51	Liberada a verba pela Central/DG, fase de licitação reforma do imóvel visando a devida rescisão contratual.
prédio	Camaçai	Av. Radial A, 400 - Centro	Em tramitação o processo nº 35013.003585/2003-14, cujo objeto é a locação de outro imóvel	Em fase de elaboração do contrato de nova locação.

"

Análise da Justificativa:

Com base nos documentos e informações apresentadas consideramos o item ATENDIDO, para apreciação do TCU.

8.6.3. providencie a documentação comprobatória exigida no art. 3º, § 3º, da Portaria MPAS nº. 2835, de 4.12.95, do reembolso das despesas efetuadas com o rateio dos tributos e condomínio (água, luz, telefone, etc.), na proporção da área cedida pelo INSS à DATAPREV, desde a sua efetiva ocupação do 5º e 6º andares, do Edifício Octacílio Gualberto, Praça da Sé, Salvador/BA, conforme Termo de Cessão, de 16/08/96 (processo 35013.006064/95-21);

"Cobrança mensal do reembolso das despesas (pendência sanada - Memo DGPAI/CEPAI nº 1346/2004). Nova resposta e-mail de 9.8.05, cópia anexa."

Análise da Justificativa:

Com base nos documentos e informações apresentadas consideramos o item ATENDIDO, para apreciação do TCU.

8.7. determinar à Superintendência do INSS no Amapá que:

8.7.2. proceda à regularização dos imóveis localizados nos seguintes endereços: Quadra 01, Lote 01, Distrito de São Joaquim do Pacuí, Município de Macapá; Rua Ferreira Gomes, Quadra 24, Setor 16, Município de Ferreira Gomes; Rua Presidente Kennedy, Quadra 13, Lote 20, Município de Oiapoque; Rua Rio Jari, nº. 1183 - Lote 440, Quadra 05, Setor 05; Rua Cônego Domingos Maltez, s/nº, Município de Calçoene; e Rua Jovino Dinoá, nº. 1044, Município de Macapá;

"Após várias tentativas a fim de regularizar o bem junto à Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, sem que aquele órgão apresentasse algum retorno, estamos encaminhando o Processo à Procuradoria Federal Especializada para regularizar em juízo."

Análise da Justificativa:

Providências adotadas pelo INSS, aguardando resultado na esfera judicial.

8.7.3. envides esforços no sentido de conjuntamente com a Procuradoria Estadual do INSS no Pará, utilizem os meios e instrumentos, necessários à regularização da situação dominial do imóvel situado na Rua Hermógenes de Matos, nº. 321, Quadra 14, Lote 399, Setor 04, Município de Mazagão, alienado ao Sr. Francisco Soares Nascimento Júnior;

"A PFE impetrou ação processo nº 2005.31.00.000498-0, na 2º Vara Federal, contra o réu Fran Soares Nascimento Júnior, para que o mesmo possa efetuar a transferência do imóvel para a sua pessoa."

Análise da Justificativa:

Com base nos documentos e informações apresentadas consideramos o item ATENDIDO, para apreciação do TCU.

8.8. determinar à Superintendência do INSS no Rio Grande do Sul que:

8.8.1. providencie judicialmente a retirada dos ocupantes dos imóveis objetos do Processo nº. 35239.001617/96-59, nos casos em que permanecerem nos imóveis sem base contratual e sem pagar aluguel, alienando-os posteriormente, caso sejam prescindíveis ao INSS;

"Pertencente à Gerência de Pelotas/RS. Respondido no Memo DGP/PAI/CEPAI nº 1.346/2004, conforme segue: Os imóveis arrolados

no processo nº 35239.001617/96-59 - SGPI nº 10131, 10135 e 10138 foram desocupados. Pendência sanada."

Análise da Justificativa:

Com base nos documentos e informações apresentadas consideramos o item ATENDIDO, para apreciação do TCU.

8.8.2 processe modificação no valor do aluguel de imóvel alugado em Marau, objeto do Processo nº. 35239.012170/91, de modo a torná-lo compatível com a avaliação;

"Pertencente à Gerência de Passo Fundo/RS. Respondido no Memo nº 1.346/DGPAI/CEPAI, conforme segue: O processo em questão já se encontra encerrado e existe outro em vigor para o funcionamento da APS de Marau/RS com o valor compatível (pendência sanada)."

Análise da Justificativa:

O gestor não informou o valor da modificação ocorrida no valor do aluguel, portanto com base na resposta e nos documentos apresentados não é possível verificar a compatibilidade entre o valor do aluguel e a avaliação do mesmo, devendo o INSS encaminhar os referidos documentos a esta CGU.

8.8.4 adote as ações judiciais cabíveis, com a finalidade de se obter a desocupação do imóvel cedido por meio do Processo nº. 35239.005464/95-19, que não foi obtido êxito pela via administrativa;

"Imóvel de registro SGPI 10017-19-00007 (imóvel onde funciona a APS de Farroupilha/RS)

1) formalizado processo de regularização de área ocupada pela Fundação Nova Vicenza de Assistência (Prefeitura Municipal de farroupilha) sob o nº 35239.005464/95-19, objeto de desocupação judicial através de Decisão TCU 1566/2002; A PFE entrou com ação reivindicatória ajuizada em 9.6.2005 e distribuída em 10.6.2005 para a retomada do imóvel. Está sendo realizado o rateio das despesas de água em virtude da Prefeitura já pagar as despesas com energia elétrica (há uma entrada de energia elétrica em separado);

2) formalizado processo de regularização de área ocupada pelo SUS - Prefeitura Municipal de Farroupilha, sob nº 35249.000460/2004-41 - encaminhado ofício à PMF para regularização de imóvel em 29.11.2004, e reiterado em 14.4.2005 para fins de regularização de acordo com a Lei nº 9.702/98. Está sendo feito o rateio das despesas de água e energia elétrica."

Análise da Justificativa:

Com base nas informações apresentadas verificamos providências por parte do Gestor para atendimento das determinações do TCU.

8.8.7. adote ações judiciais com a finalidade de desocupar o imóvel situado no número 1603 da Rua General Câmara, em Santana do Livramento, visto que está invadido;

"Foi encaminhado à Procuradoria local para que adote as medidas judiciais cabíveis."

Análise da Justificativa:

O assunto continua pendente de informações e de ações por parte do Gestor.

8.11. Determinar à Superintendência do INSS em Santa Catarina que:

8.11.4. adote todas as medidas necessárias, inclusive as de natureza judicial, para reaver o imóvel ocupado pela Secretaria Estadual de Saúde/SC, localizado no Centro de Florianópolis;

"Com relação ao imóvel em questão, informamos que esgotamos todas as possibilidades administrativas de regularização dominial, conforme constam dos nossos despachos nos processos de solicitação de cessão por parte do Governo do Estado de Santa Catarina e do Ministério Público Federal, junto ao MPS e DC do INSS. Informamos que nos citados despachos solicitamos orientações e até a presente data não recebemos respostas. Anexamos todos os documentos, formalizando um dossiê a respeito da ocupação irregular do imóvel pela Secretaria da Saúde do Estado de SC, tendo em vista que o assunto esta sendo tratado em nível de Ministério e Diretoria Colegiada."

Análise da Justificativa:

Tendo em vista o esgotamento na esfera administrativa, o INSS deverá providenciar judicialmente a regularização do imóvel ocupado irregularmente pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Este item, apesar das providências adotadas pela autarquia, permanece PENDENTE.

8.13. determinar à Superintendência do INSS no Rio de Janeiro que:

8.13.3. caso ainda não efetivada a devolução ou regularização dos espaços irregularmente ocupados situados na Rua Feliciano Sodré, nº. 154, São Gonçalo/RJ, sejam tomados os procedimentos administrativos e judiciais cabíveis;

"Informamos que foi aberto processo de desocupação de imóvel nº 35318.000306/2003 (Ofício/INSS/DADM nº 55/02), sendo o mesmo

encaminhado à PFE/INSS em Niterói/RJ, que impetrou ação de desocupação do imóvel situado na Rua Feliciano Sodré, 154 - São Gonçalo/RJ, recebendo o número 2004.51.02.004656-2 em outubro de 2004."

Análise da Justificativa:

Com base nas informações apresentadas, foram adotadas as medidas necessárias à desocupação. Aguardando desfecho na esfera judicial. Item ATENDIDO.

8.14. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:**8.14.2. registre todas as transações com bens imóveis em processos administrativos;**

"Informamos que nesta Gerência não se registrou nenhuma transação com bens imóveis em processo administrativo."

Análise da Justificativa:

A determinação do TCU é no sentido de que ao realizar uma compra, venda, permuta, doação, cessão ou outra transação envolvendo bens imóveis, a Superintendência do INSS no Mato Grosso deve proceder ao registro por meio de processo administrativo, situação diversa da informada pelo gestor.

8.14.3. promova o acerto dos registros contábeis no SIAFI e no inventário de bens imóveis;

"Os acertos dos registros contábeis no SIAFI e no inventário de bens imóveis já se encontram devidamente efetivados pelo Setor de Orçamento, Finanças e Contabilidade desta GEX."

Análise da Justificativa:

Conforme verificado em 1.6.2006, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade realiza o gerenciamento das ações das Gerências Regionais, por meio de circularização de procedimentos junto às regionais e monitoramento das ações de registros contábeis no Sistema SIAFI.

8.14.4. utilize corretamente o Plano de Contas, de forma a contemplar os lançamentos contábeis nas contas '14131.00.00 - Bens Imóveis não destinados a uso', '14211.97.00 - Bens Imóveis a alienar' e '14211.94.00 - imóveis em poder de terceiros?', bem como especificar cada uma das obras quando do uso da conta '14211.91.00 - obras em andamento'.

"Anexo cópia de e-mail encaminhado em 5.8.2005."

Análise da Justificativa:

O e-mail encaminhado em anexo a esta CGU demonstra que a unidade regional em Mato Grosso está adotando os procedimentos contábeis determinados pelo TCU.

8.15. determinar à Superintendência do INSS em Pernambuco que:

8.15.1. adote as medidas pertinentes, inclusive judiciais, no sentido de solucionar a questão da adjudicação ocorrida em 1972, pelo INSS, de lotes inexistentes em Jaboatão (Processo nº 324/70);

"Encaminhado à Procuradoria. Execução Fiscal nº 00.0008494-8 na 6ª Vara da Justiça Federal."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, a pendência encontra-se na esfera judicial. Providências adotadas, aguardando resultado da lide.

8.15.2. proceda aos à regularização dos demais imóveis cujos atos dependam apenas do INSS;

"O INSS/PE, através da sua GEX Recife, encontra-se providenciando a legislação dos seus imóveis, mesmo sem ter obtido quaisquer verbas para pagamento de taxas e emolumentos, junto à Prefeitura de Recife e cartório de imóveis dessa cidade, no presente exercício. Informamos que esta GEX já regularizou diversos imóveis, como podemos notar pela quantidade significativa de imóveis alienados, vale salientar que o INSS/PE já alienou 63 imóveis e temos 9 imóveis a serem alienados em venda direta de acordo com a Lei nº 9.702/98. Informamos, ainda, que esta GEX colocou no PND/2004 10 imóveis para ir a Concorrência Pública. Podemos informar que estamos orçando com os custos para solicitar verba à Direção Geral para contratação de firma especializada na legalização de imóveis. E, segundo informações do Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Direção Geral, a mesma estará disponibilizando verbas para a contratação de firmas para levantamento topográfico, plantas e pagamento de taxas."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, consideramos o item com providências de atendimento.

8.15.3. providencie, se ainda não o fez, melhorias no edifício-sede do INSS em Recife, de forma a não colocar em risco a segurança das pessoas e o patrimônio público;

"O imóvel discriminado como Edifício JK, sito na Av. Dantas Barreto , 315, no bairro de Santo Antônio, nesta cidade, constituído de 22 pavimentos, de propriedade do INSS/PE encontra-se desocupado desde maio de 2000. No que se refere à sua destinação, existe a possibilidade de todo o prédio ser reformado, tendo inclusive o Sr. Superintendente Estadual o colocado como reserva técnica. Vale salientar as medidas adotadas até a presente data pela GEX em conjunto com a Superintendência Estadual. Com a finalidade de salvaguardar a segurança dos funcionários e de terceiros, bem como os bens e documentos desta autarquia, o citado imóvel foi desocupado em maio/2000. Com a finalidade de manter a segurança das pessoas que transitam nas imediações do prédio, foram colocados tapumes no seu perímetro a fim de evitar qualquer acidente com veículos e transeuntes. Vale salientar que em junho/2001 o INSS celebrou um Protocolo de Entendimento para o imóvel tornar-se um conjunto habitacional com duzentos e cinquenta e duas unidades."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

8.16. determinar à Superintendência do INSS em Minas Gerais que:
8.16.4. providencie a inclusão de todos os imóveis do INSS no Estado no inventário de bens imóveis e no SIAFI;

"Determinação atendida, conforme Memo nº 1346 DGPAI/CEPAI/2004."

Análise da Justificativa:

Conforme verificado em 1.6.2006, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade realiza o gerenciamento das ações das Gerências Regionais, por meio de circularização de procedimentos junto às regionais e monitoramento das ações de registros contábeis no Sistema SIAFI.

8.16.5. se já não tiver feito, proceda à alienação ou retomada dos seguintes imóveis invadidos, os quais encontravam-se em situação Pendente de Regularização (letra c, fl. 356, TC 375.409/97-1):

- 4 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:
Códigos SGPI 10053-11-00000-5 e 10054-11-00000-4; 10073-11-00000-5 e 10074-11-00000-4.

"Devidamente respondido através do Memo 11-301.104/2004, em 19.3.2004, destinado à Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, tratando-se de 4 lotes no bairro Vera Cruz em Belo Horizonte: códigos SGPI 10053-11-0000-5 e 10054-11-0000-4, lotes 15 e 21 da quadra 15 foram alienados para a Viação Vera Cruz,

através dos processos 35097.012604/98-39 e 35097.012605/98-00, respectivamente pelos valores R\$ 36.000,00 e R\$ 35.000,00, através da concorrência 02/98, sendo 10% a vista e 90% em 60 meses. Quanto aos imóveis do código 10073-11-00000-5 e 10074-11-00000-4, lotes 11 e 12 da quadra 37, para a empresa Oficina Carreira Ltda., pelo valor total de R\$ 60.000,00, sendo 10% a vista e 90% em 48 meses através do processo 35097.012602/98-11, concorrência 02/98."

**- 26 lotes no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte:
Códigos SGPI 10587-11-00000-6 a 10612-11-00000-2.**

"Encaminhamos inicialmente, através do processo 35097.004808/96-61, comando 9620753, para o Serviço do Contencioso Judicial, para as medidas judiciais, visando a retomada dos imóveis em Ação contra o Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que o Dr. Alan Pereira de Araújo, procurador responsável, achou prudente submeter inicialmente a 01.200.2 - Coordenação Geral do Contencioso Judicial, desde 30-10-2003, visto que o mesmo, de certa forma se mostrou preocupado em virtude das cláusulas de doação. Recebemos o sinal positivo para que ingressássemos com uma Ação de Desapropriação Indireta contra o Governo do Estado de Minas Gerais, sendo o processo encaminhado após a avaliação para dar valor a causa dos 26 lotes pela Engenheira Isabel Cristina Gonçalves Carneiro, com conclusão em junho/2005, sendo encaminhado para o Gerente Executivo para ciência e definição quanto à alienação direta para o Estado ou impetração da Ação, com base na Lei nº 9.702/98."

**- 1 caixa d'água na Favela Prado Lopes, em Belo Horizonte:
Código SGPI 10165-11-0000-4.**

"Trata-se de um imóvel composto de 5 lotes, em uma favela em Belo Horizonte, denominada "Pedreira Prado Lopes", recebido em enfiteuse (aforamento) pelo ex-IAPI, na década de 40/50, para construção de uma caixa d'água. Como queremos crer, o fornecimento de água pela empresa do ramo passou a atender plenamente o município. Em virtude do exposto, não se tornava necessário viabilizar tal manutenção, tanto é que não consta nos cartórios de registros o resgate de aforamento, entendendo-se, a grosso modo, que a enfiteuse ou aforamento trata-se simplesmente de uma cessão mediante o pagamento de um foro anual. Caso o interessado viabilize em ser proprietário terá que providenciar tal resgate, o que pelos registros nos RGI não houve."

**- 1 gleba na Rua Cândido de Souza, Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte:
Código SGPI 10165-11-00000-4.**

"Observamos que já obtivemos o desarquivamento de uma Ação Demarcatória na Justiça Federal, à qual fotocopiamos alguns

documentos de interesse para a propositura da Ação Reivindicatória; entretanto, para plenitude do acervo documental necessário, necessitamos do desarquivamento de processos de usucapião do referido terreno anteriores à aquisição pelo ex-IAPTEC na Justiça Estadual, que tem sido demorado. Portanto estamos aguardando o desarquivamento pendente na Justiça Estadual para oferecermos subsídios para a Procuradoria ingressar com uma nova Ação."

**- 4 lotes na Av. Macapá x Rua Nova Frigurgo, em Ipatinga:
Códigos SGPI 10517-11-00000-6 a 10520-11-00000-3;**

"Relativamente às medidas tomadas é melhor se reportar à Gerência Executiva de Governador Valadares."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, o INSS está adotando providências para regularização do fato. Quanto aos imóveis de Ipatinga, não houve manifestação da GEX Governador Valadares/MG sobre o assunto.

8.17. determinar à Superintendência do INSS no Maranhão que:

8.17.1. regularize a cessão do prédio da Avenida Alexandre de Moura, Bairro do Apicum, São Luís;

"Esse imóvel foi permutado pelo Edifício João Goulart, não sendo regularizado o imóvel da Alexandre de Moura, mas vamos proceder à regularização."

Análise da Justificativa:

O INSS deve regularizar a situação cadastral do imóvel da Alexandre de Moura, uma vez que não foi cessão e sim permuta o fato ocorrido com o mesmo.

8.18. determinar à Superintendência do INSS em Goiás que implemente as ações cabíveis, judiciais se necessárias, junto aos compradores dos seus imóveis que estão inadimplentes;

"Informamos que a PFE da GEX Goiânia implementou várias Ações Judiciais contra os adquirentes de imóveis do INSS em Goiás, através do Plano Nacional de Desimobilização junto à Caixa Econômica Federal, que estão em situação de inadimplência, inclusive com alguns casos já resolvidos, de acordo com o Memo da Procuradoria nº 08-201.41/29/2005. Existem também Ações relacionadas com invasões de imóveis, porém não recebemos nenhuma informação por parte da Procuradoria. Assim que obtivermos tais informações, comunicaremos."

Análise da Justificativa:

Providências adotadas pelo INSS, pendências na esfera judicial aguardando resultado.

8.19. determinar à Superintendência do INSS em São Paulo que:

8.19.1. consulte a SPU antes de locar imóveis de terceiros;

8.19.2. atualize o inventário dos bens imóveis do INSS nesse Estado, juntamente com os respectivos registros no SIAFI;

"Gerências de São Paulo-centro, São Paulo-oeste, São Paulo-sul, São Paulo-leste, Araçatuba, Araraquara, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Osasco, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, São José da Boa Vista, São José dos Campos e Sorocaba, conforme Memo nº 1346 DGPAI/CEPAI/2004."

Análise da Justificativa:

Conforme verificado em 1.6.2006, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade realiza o gerenciamento das ações das Gerências Regionais, por meio de circularização de procedimentos junto às regionais e monitoramento das ações de registros contábeis no Sistema SIAFI.

8.20. determinar à Superintendência do INSS no Piauí que:

8.20.1. processe a juntada e formalize, por meio de processos, toda a documentação relativa à administração dos imóveis do INSS nesse Estado;

"Pendência sanada, conforme Memo nº 1346 DGPAI/CEPAI/2004."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas e documentos apresentados pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

8.20.2. priorize solução para o terreno localizado na Rua Riachuelo, em Teresina/PI, adquirido junto a pessoa que não era o verdadeiro proprietário, implementando ações judiciais se necessárias, com a finalidade de obter a posse do imóvel ou de se ressarcir de eventuais prejuízos provocados por estelionato;

8.20.3. regularize a situação jurídica dos imóveis do INSS no Estado;

"1-Expedidos os ofícios de nº 087 e 109/2004/GEXTER/INSS/PI ao Cartório do 4º ofício de notas e registros de imóveis desta Comarca, solicitando expedir certidão de registro do imóvel localizado na rua Riachuelo, 23º quarteirão urbano, série ponte na Zona Norte de Teresina, registrado no livro de registro Geral nº 2-AC, fls. 197v, sob o nº de ordem R-2-10.381, adjudicado

pelo extinto Instituto de Administração Financeira e Assistência Social - IAPAS, em conformidade com os autos da execução fiscal nº 2975/1977, classe 3, movida contra o Instituto Elias Torres, de propriedade do senhor Elias Torres de Oliveira.

2-Como providência decorrente visando a regularização do imóvel junto à Prefeitura Municipal de Teresina, o extinto IAPAS foi informado que o imóvel em questão já havia sido transferido pelo proprietário Elias Torres de Oliveira ao senhor Francisco das Chagas Marques Figueiredo em 5.1.1968, tendo este transferido para o senhor Valdecy Claudino & Cia., em 6.12.1976, conforme Processo nº 14.515/1976, do cartório do 4º Ofício de Notas e Registro de Imóveis. A Prefeitura certifica, ainda, que em 01.31982 o referido terreno foi adquirido pela Imobiliária Progresso Ltda., conforme Processo nº 043.06541/1982, do cartório do 6º Ofício de Notas desta capital.

3-Expedido o ofício nº 16-301.1/021/2000/INSS/GEXTER/PI à Prefeitura Municipal de Teresina solicitando revisão de alinhamento do imóvel em tela, solicitação esta não atendida apesar das constantes diligências efetuadas pelos servidores da Equipe do Patrimônio Imobiliário desta GEXTER junto ao setor de cadastro daquele Órgão.

4-Esta GEXTER protocolou expediente dirigido à Procuradoria Federal Especializada solicitando adotar as medidas legais cabíveis, oportunidade em que ainda estamos aguardando resposta da PFE."

Análise da Justificativa:

Tendo em vista a Procuradoria Federal Especializada não ter se manifestado quanto às medidas legais cabíveis solicitadas pela GEXTER, o assunto permanece pendente.

8.21. determinar à Superintendência do INSS no Amazonas que:

8.21.1. adote as ações cabíveis, judiciais se necessárias, para solucionar as pendências relativas a imóveis do INSS em Manaus que estão invadidos;

"Esta regional dispõe de três imóveis invadidos por terceiros, os quais a seguir relacionamos:

1-Terreno situado entre o limite à esquerda e a rua J, bairro da Compensa "Viúva do Borel", em Manaus/AM, área de 12.378,25 m². Medidas adotadas/Situação Atual: Em 20.8.2004 esta Seção de Logística encaminhou o Memo nº 132 juntamente com dossiê completo visando a regularização da situação, destinado à Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - DGPAI/DF, bem como solicitando orientação quanto aos procedimentos a serem adotados em relação ao imóvel supra citado. Através do Memo nº 795/DGPAI/INSS, datado de 6.9.2004, aquela Divisão nos informou que encontra-se envidando esforços junto ao Ministério das

Cidades e Diretoria Colegiada, no sentido de encontrar mecanismos imprescindíveis e precisos para a operacionalização dos procedimentos relativos à matéria, com base na Lei nº 9.702/98, e assim viabilizar a situação identificada.

2-Terreno localizado na rua Recife, 2080 - A, Bairro Parque Dez, em Manaus/AM, área de 8.726,92m²

Medidas Adotadas/Situação Atual: conforme informações da nossa PFE, o INSS impetrou medida judicial conforme processo nº 35011.003535/2002-68. Em andamento.

3-Terreno localizado na rua Pedro Ferreira Gonçalves, Qd. 8, Lote 260, em Parintins/AM área de 294,14m².

Medidas Adotadas/Situação Atual: o INSS através da PFE impetrou Ação Reivindicatória, conforme processo 086/2000. Em andamento."

Análise da Justificativa:

O INSS adotou providências para regularizar o item. Assunto na esfera judicial, aguardando resultado.

8.21.2. providencie o pagamento, corrigido monetariamente, do valor que deixou de ser pago pelo Sr. José Jerônimo da Silva quando adquiriu o imóvel situado na Rua Frei José dos Inocentes, Casa 01 do Conjunto Mecena, Boa Vista/RR (CR\$ 38.718,60, em 30.12.93);

"Informamos que iremos providenciar os cálculos referentes ao valor pago pelo Sr. José Jerônimo da Silva e, posteriormente, será encaminhado ao mutuário para fins de pagamento."

Análise da Justificativa:

O gestor agiu intempestivamente, uma vez que a Decisão data de 2002 e os cálculos ainda não foram feitos. Por este motivo, o INSS deve providenciar a apuração de responsabilidades.

8.22. Superintendência do INSS em Rondônia:

8.22.2 resolva, em definitivo, a situação que se arrasta por mais de 6 (seis) anos com relação à propriedade do lote situado na Avenida Rogério Creser, esquina com Avenida Rio Branco, s/nº, Porto Velho (nº RIP 10004-26-00000-7), observando, para tanto, a legislação que rege a matéria;

"Informo que esse imóvel já possui Termo de Averbação, bem como Certidão de Inteiro Teor, conforme Registro nº 04237, de 22.8.1988. Informo, ainda, que o endereço correto é: Av. Rogério Weber com Av. Rio de Janeiro - Porto Velho/RO."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

8.23. determinar à Superintendência do INSS no Paraná que adote providências para adequar aos preceitos do Decreto nº 99.509/90 a cessão do imóvel em posse da Associação dos Servidores da Previdência Social, reexaminando a conveniência de ser mantida a referida cessão, sendo indispensável que, para tanto, seja obtida autorização legal;

"Tentamos alugar a área em 1999, e não houve êxito. Voltamos a formalizar processo de locação em janeiro de 2003 (processo 35183.000721/2003-54 - SIPPS 8632284). O laudo de valor locativo importou em R\$ 2.907,30 (elaborado em 8.7.2003). Oficiamos à ASPS sobre o valor da locação, inclusive anexamos ao mesmo minuta do contrato de locação, e simplesmente não nos responderam. Então o processo tramitou pela PFE no INSS, que através do Parecer INSS/CONSU/14-201.1/nº 075/2004 recomendou a elaboração do Termo de Rescisão, o qual foi encaminhado através de Ofício da Logística. Em ambos os casos, isto é, minuta do contrato de locação a ser assinado e do termo de rescisão, foram reiterados pelo INSS, não havendo manifestação por parte das ASPS. Isto posto, o processo tramitou pelo Serviço do Contenciosos Judicial, solicitando medidas judiciais para retomada da área. A Procuradora Federal Maria Cândida do Amaral Kroetz vislumbrou não haver fundamento para o ajuizamento de medida judicial. Após isso, o Procurador-Chefe, César Swaricz surgiu o encaminhamento do presente ao Tribunal de Contas da União e ao chegar ao TCU, nos disseram não fazer parte de suas atribuições a emissão de parecer no âmbito de processos administrativos internos de suas unidades jurisdicionadas, remetendo-o novamente à GEX Curitiba e desta para a Coordenação-Geral de Matéria Administrativa - CGMADM, que através da Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DLIC nº 56/2005, do Procurador Federal Rodolfo L. Krause decidiu pela retomada do imóvel. Estamos prestes a oficiar à ASPS sobre a decisão proferida pela CGMADM e, caso a mesma não ocorra, aí sim buscar as vias judiciais."

Análise da Justificativa:

O assunto continua pendente de regularização e providências.

8.25. determinar, ainda, à Presidência do INSS, que adote providências com vistas à implementação das seguintes medidas pela administração central da autarquia e/ou por seus órgãos subordinados:

8.25.2. edição de norma definindo procedimentos a serem adotados nos casos em que existirem imóveis pendentes de regularização jurídica;

"Orientação Interna INSS/DIROFL nº 022, de 24.3.2005."

Análise da Justificativa:

Conforme informações e documentos apresentados pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

8.25.4. sempre que possível, desocupação prévia dos imóveis que forem postos à venda, de forma a não afastar possíveis interessados;

"Normas de alienação de imóveis foram analisadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral e aprovadas pela Diretoria Colegiada, conforme Resolução nº 184, de 28.2.2005, como se pode verificar da cópia da publicação no DOU nº 41, de 2.3.2005, seção I, página 49, folhas 026/028."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

8.25.5. para toda e qualquer cessão de imóveis do INSS, destinada as instituições não pertencentes à Administração Pública, exigência de prévia autorização mediante ato do Presidente da República, tendo em vista o teor do § 3º do art. 18 da MP nº 1.567/97, em suas diversas reedições, convertida na Lei nº 9.636, de 15.5.98, c/c a Lei nº 7.787/89;

"As cessões estão suspensas em obediência ao Artigo 10 da Lei nº 9.702/98."

Análise da Justificativa:

Conforme informações prestadas pelo gestor, consideramos o item ATENDIDO.

Resposta apresentada pela Presidência do INSS por meio do Ofício nº 264/INSS/GABPRES, de 4.5.2006:

8.1.4.4 efetue levantamento de todos os ocupantes de imóveis residenciais no Distrito Federal que estão inadimplentes em relação aos pagamentos das taxas de ocupação e efetue as revogações das permissões de uso desses imóveis, em obediência ao inciso X do artigo 16 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.5 providencie as medidas necessárias no sentido de que as taxas de ocupação dos imóveis residenciais do INSS sejam equivalentes a dois milésimos dos valores de avaliação dos imóveis, conforme determina o artigo 14 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.6 providencie os ressarcimentos dos valores que, indevidamente, não foram cobrados a título de taxa de ocupação, em virtude da orientação da SAF de que fossem cobradas taxas equivalentes a um milésimo do valor do imóvel, em desacordo com o artigo 14 do Decreto nº. 980/93;

8.1.4.7 suste imediatamente as cessões de imóveis residenciais para todas as pessoas que foram aposentadas ou dispensadas/exoneradas dos cargos em comissão/função de confiança na administração pública, em obediência aos incisos V e I, respectivamente, do artigo 16 do Decreto nº. 980/93;

Conforme verificado no Acórdão nº 1.896/2005 - Plenário, foram aplicadas multas a ex-diretores e demais servidores responsáveis pelos fatos apontados no Acórdão nº 1.566/2002 itens de 8.1.4.4 a 8.1.4.7, pelos motivos a seguir transcrito:

(...) omissão quanto à cobrança dos valores relativos às diferenças decorrentes da mudança do percentual de 1 milésimo para 2 milésimos sobre o valor dos imóveis a título de taxa de uso, bem como dos percentuais de 22,07% e 3,05%, concedidos em janeiro de 1995 e janeiro de 2002, respectivamente, medida que havia sido determinada por este Tribunal nos termos dos itens 8.1.4.6 e 8.25.7.2 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

(...) haver permitido, por meio do art. 16 da Resolução INSS/DC nº 142, de 18/11/2003, a permanência dos servidores aposentados que à época ocupavam imóveis funcionais residenciais na posse dos referidos imóveis, contrariando determinação do TCU em sentido contrário, contida no item 8.1.4.7 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, que determinou ao INSS que sustasse imediatamente as cessões de imóveis residenciais para todas as pessoas que foram aposentadas ou dispensadas/exoneradas dos cargos em comissão/função de confiança na administração pública, em obediência ao art. 16, incisos I e V, do Decreto nº 980, de 1993;

Por meio do Memorando nº 71 DIPAI/CEPAI/CGEPA, de 22.2.2006, a Divisão de Patrimônio Imobiliário do INSS informou que:

"Atendendo a solicitação de fls. 61, informamos inicialmente que, a divisão de Patrimônio Imobiliário foi reinstalada somente em 10/02/2006, na sala 437 - A, do anexo ao Ministério da Previdência Social, ainda de maneira precária, pois não dispomos sequer de uma linha telefônica.

Muitas das providências indicadas pela Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, (fls. 57/58) foram adotadas,

entretanto deverão ser refeitas, pois, a maioria dos comprovantes se perderam no incêndio ocorrido no Bloco "O", em 27/12/2005.

Assim, elaboramos um cronograma para execução das providências a serem adotadas, para atendimento ao Acórdão 1896/2005, ressaltando que os prazos não são concomitantes, pois a execução de uma providência depende da conclusão da providência anterior:

Encaminhamento de correspondência a todos os ocupantes de imóveis funcionais, por meio de AR, informando quanto à decisão do TCU para a cobrança da diferença na taxa de ocupação entre a aplicação dos índices de 0,1% e 0,2%. Prazo: 45 dias.

Esclarecemos que as correspondências já se encontravam no protocolo para serem enviadas aos ocupantes, mas retornaram ao Serviço de Administração de Imóveis Funcionais (SAIMF) devido a divergência na relação dos ocupantes e dos nomes constantes nos envelopes. Assim, no incêndio do dia 27/12/2005, todo esse material foi queimado;

Levantamento da diferença de valores encontrada pela aplicação da taxa de 0,1% e 0,2%. Prazo: 60 dias.

Esclarecemos que o levantamento da diferença já havia sido concluído e a mesa seria informada aos ocupantes, entretanto no incêndio, perdeu-se todo esse material.

Encaminhamento de ofício aos setores de lotação de vários órgãos, solicitando informações a respeito da situação funcional dos ocupantes de imóveis funcionais. Prazo: 30 dias.

Foram enviados ofícios para alguns órgãos, recebemos algumas respostas (fls. 64/84) e estaremos enviando nova correspondência, devido ao fato de não termos os comprovantes de que os ofícios foram entregues, pois se queimaram no incêndio.

Vistoria sistemática a todos os imóveis funcionais de modo a identificar o real ocupante e cada imóvel.

Esta providência ainda não foi adotada, pois o SAIM ainda está sendo reinstalado. Alguns processos foram recuperados, entretanto necessitam ser limpos para manuseio, pois encontram-se chamuscados ou manchados pela água. Assim, há muito trabalho a ser feito para reestruturação do setor. Além disso, essa vistoria só será possível, após as seguintes providências:

- a) Encaminhamento de correspondência aos ocupantes, informando a data e hora da vistoria;
- b) Disponibilização de veículo com motorista;

c) Disponibilização de, pelo menos dois servidores para execução das vistorias.

Elaboração de relatório fotográfico do estado de conservação do imóvel funcional quando da sua ocupação para futura desocupação.

Esclarecemos que esse procedimento já vem sendo realizado desde outubro/2005.

Encaminhamento do Ofício nº 186/DIROF/INSS, solicitando à Caixa Econômica Federal - CAIXA valor e prazo para realizar a reavaliação dos imóveis funcionais do INSS.

Recebemos resposta do ofício, na qual a caixa informa que o valor para execução dos laudos de avaliação é de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) e prazo de 60 dias, após tomadas todas as providências mencionadas no ofício de resposta da CAIXA (fls. 85/86).

Encaminhamento, após o cálculo das diferenças nas taxas de ocupação dos valores relativo às diferenças para averbação junto ao setor de Recursos Humanos.

Esta providência somente poderá ocorrer após o cálculo da diferença, para a qual estimamos um prazo de 60 dias. Após a obtenção do valor de diferença, o setor de Recursos Humanos será imediatamente informado.

Encaminhamento de ofício aos[órgãos públicos, com servidores do INSS cedidos, solicitando ceder ao INSS imóvel equivalente àquele ocupado pelo servidor cedido.

Prazo: 30 dias.

Esclarecemos que as correspondências já estavam prontos para serem entregues, mas foram queimadas no incêndio.

Comunicação aos ocupantes da disponibilidade ou não, conforme resposta no item acima, de outro imóvel, pois em caso contrário deverá retornar ao INSS ou o contrato deverá ser rescindido.

Prazo: 15 dias após a resposta dada pelos outros órgãos sobre a disponibilidade de outro imóvel equivalente ao ocupado.

Cálculo do novo valor a ser avaliado e sua aplicação tão logo seja efetuada a reavaliação do imóvel.

Prazo: 30 dias após a aprovação dos laudos de avaliação enviados pela CAIXA.

Ressaltamos as informações contidas nos itens 8 e 9 do despacho de fls. 57/58, referentes a Medida Liminar impetrada pela ANASPS

contra a retirada dos servidores dos imóveis funcionais do INSS e quanto as atitudes relativas aos atos legais para alteração e adequação da legislação que estão sendo tratadas juntamente com a Presidência do INSS, Procuradoria Federal e Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.

Salientamos as dificuldades que estamos encontrando para atender ao Acórdão do TCU e as demais demandas, em razão da precariedade de nossas instalações e gostaríamos de contar com a compreensão dos solicitantes, pois se trata de uma situação atípica, para a qual temos tentado buscar a melhor solução, razão que solicitamos um prazo inicial de 60 dias, à partir desta data, para início da contagem dos prazos estabelecidos para cada providência."

Análise da Justificativa:

O gestor informou que o incêndio ocorrido no Edifício Sede do INSS em Brasília prejudicou os trabalhos referentes ao atendimento destes itens. Informou que foi estabelecido um cronograma para atendimento das determinações do TCU, mas que os prazos não são concomitantes, uma vez que a execução de uma providência depende da conclusão da providência anterior.

Em razão disso, o gestor deverá encaminhar a esta CGU documentos que comprovem as providências adotadas quando do atendimento às seguintes recomendações:

1. Encaminhamento de correspondência a todos os ocupantes de imóveis funcionais, por meio de AR, informando quanto à decisão do TCU para a cobrança da diferença na taxa de ocupação entre a aplicação dos índices de 0,1% e 0,2%;
2. Levantamento da diferença de valores encontrada pela aplicação da taxa de 0,1% e 0,2%;
3. Encaminhamento de ofício aos setores de lotação de vários órgãos, solicitando informações a respeito da situação funcional dos ocupantes de imóveis funcionais;
4. Vistoria sistemática a todos os imóveis funcionais de modo a identificar o real ocupante e cada imóvel;
5. Encaminhamento, após o cálculo das diferenças nas taxas de ocupação dos valores relativo às diferenças para averbação junto ao setor de Recursos Humanos;
6. Encaminhamento de ofício aos [órgãos públicos, com servidores do INSS cedidos, solicitando ceder ao INSS imóvel equivalente àquele ocupado pelo servidor cedido;
7. Comunicação aos ocupantes da disponibilidade ou não, conforme resposta no item acima, de outro imóvel, pois em caso contrário deverá retornar ao INSS ou o contrato deverá ser rescindido;
8. Cálculo do novo valor a ser avaliado e sua aplicação tão logo seja efetuada a reavaliação do imóvel.

8.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo que:

8.2.1. instaure tomada de contas especial a fim de que sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis e quantificado o prejuízo decorrente do não ingresso aos cofres da Autarquia da importância de CR\$ 27.377,22 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros reais e vinte e dois centavos), correspondente ao recolhimento de 5%, referente a sinal e princípio de pagamento dos Lotes 03, 04 e 05 da Rua Rio Verde, s/n - Morro do Atalaia, Bairro Paul, Vila Velha/ES, conforme Ordem de Recebimento nº. 014/93, emitida em 23/12/93 pela Superintendência Estadual do INSS/ES;

Foi apresentada cópia de mensagem eletrônica encaminhada pelo INSS/DF ao Sr. Darci João Testa, do INSS Espírito Santo. Entretanto, não foram apresentadas as respostas da referida mensagem. Portanto não houve esclarecimento do fato. Assunto PENDENTE.

8.25.7. apuração dos prejuízos causados ao INSS em virtude das seguintes irregularidades, bem como o ressarcimento junto a cada um dos responsáveis dos valores apurados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais:

8.25.7.1. execução de despesas de condomínio relativas a imóveis residenciais do INSS localizados no Bloco D da SQN 310 e no Condomínio Napoleão de Queiroz, sito na OAS 04, em Brasília-DF, uma vez que os mesmos encontravam-se ocupados, não cabendo despesa à autarquia, de acordo com a alínea c do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.025/90;

"Considerando que a afirmação da execução de despesas de condomínio relativas a imóveis residenciais foram realizadas de 1994 a 1997, período compreendido na ação da Auditoria por parte do TCU, encarecemos que nos seja fornecida a identificação das unidades residenciais com os respectivos períodos."

Análise da Justificativa:

O gestor solicitou informações complementares para atendimento à determinação do TCU, as quais devem ser verificadas junto ao Órgão de Controle Externo.

8.25.7.2. não revisão das taxas de ocupação dos imóveis administrados pelo INSS, em 23/01/95, data do reajuste geral dos servidores públicos, de acordo com o estatuído no artigo 16 da Lei nº 8.025/90;

"Em fevereiro de 2003 foi promovida a revisão das taxas de ocupação, adequando-as ao instituído no artigo 16 da Lei nº 8.025/90, bem como foi acrescida dos percentuais de 22,07% e 3,05, relativos aos reajustes dos servidores públicos federais em janeiro/95 e janeiro/02 respectivamente, conforme cópia da Carta-Circular nº 1/2003."

Análise da Justificativa:

A referida carta foi encaminhada em anexo a esta CGU. Item ATENDIDO.

8.25.7.3. não cessação das permissões de uso de imóveis residenciais quando os ocupantes estiveram inadimplentes no pagamento das taxas de ocupação, descumprindo-se o inciso X do art. 16 do Decreto nº 980/93;

"Da mesma forma que no item 8.25.7.1, solicitamos também que nos seja fornecida a identificação dos imóveis com os respectivos ocupantes e datas das inadimplências, relativas ao pagamento das taxas de ocupação."

Análise da Justificativa:

O gestor solicitou informações complementares para atendimento à determinação do TCU, as quais devem ser verificadas junto ao Órgão de Controle Externo.

8.25.7.4. remessa a este Tribunal de informações atualizadas acerca do processo nº 35000.003945/95-57, que, à época da auditoria, se encontrava desaparecido, devendo ser informadas as providências porventura tomadas para ressarcir a autarquia de eventual prejuízo decorrente desse desaparecimento;

"O processo nº 35000.003945/1995-57, que se encontra com carga para a antiga Divisão de Avaliação e Estudos Especiais, continua desaparecido. Juntamos cópia do Memorando nº 176/2003 e do processo desaparecido. Desconhecemos qualquer providência que tenha sido tomada para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao INSS."

Análise da Justificativa:

O INSS deverá promover a apuração de responsabilidades para identificar os servidores responsáveis pelo desaparecimento do processo. Item PENDENTE.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	Nome	Cargo
021.728.738-70	Valdir Moyses Simão	Presidente do INSS

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
318.913.064-72	Francisco Caninde da Silva	Gerente Executivo do INSS em Mossoró/RN
303.198.890-68	José Humberto Quevedo Melo	Gerente Executivo do INSS em Passo Fundo/RS
218.166.970-87	Vilson Antônio Catarino Rodrigues	Gerente Executivo do INSS em Uruguaiana/RS
421.592.379-49	Marilu Scalambrini da Cunha	Gerente Executivo do INSS em Florianópolis/SC
252.476.032-49	Leoniza Lucena Posseibon Ribeiro	Gerente Executivo do INSS em Boa Vista/RR
003.747.539-89	Cinara Wagner Fredo	Gerente Executivo do INSS em Curitiba/PR
398.313.456-49	Aparecida Francis Pinto da Cunha	Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES
520.768.308-04	Ulpiano José Tavares Gomes	Gerente Executivo do INSS em Teresina/PI

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS:

Com base nos documentos e respostas apresentados pelo INSS, verificamos que providências estão sendo tomadas tanto na esfera administrativa quanto judicial para regularização dos fatos apontados no Acórdão nº 1566/2002 - Plenário quanto à situação dos imóveis do Instituto. Entretanto, determinados itens permanecem PENDENTES, devendo o INSS encaminhar a esta CGU informações sobre o atendimento dos mesmos, conforme a seguir relacionados: **8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.21.2, 8.23 e 8.25.7.4.**

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao INSS que adote providências para regularização dos itens: 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.21.2, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário e que atente para a tempestividade no atendimento às determinações do TCU, realizando, principalmente quanto ao item 8.21.2, apuração de responsabilidades pelo não cumprimento das mesmas.

10.1.1.5 - INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 94/2003 - TCU - Plenário - TC nº 014.188/2001-5 - Benefícios em duplicidade - Espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos.

O presente Acórdão originou-se de auditoria realizada no SIAPE com vistas a verificar a confiabilidade e

vulnerabilidade do sistema, especificamente no pagamento de pensões.

No Relatório de Avaliação da Gestão do INSS referente ao exercício de 2004, esta CGU esclareceu que em consulta realizada na *maciça* de pagamentos de benefícios, referente ao mês de fevereiro de 2005, existiam 2.238 (dois mil, duzentos e trinta e oito) benefícios ativos da espécie 22, envolvendo diversas Agências Previdenciárias. No Relatório em questão foi recomendado à Diretoria de Benefício do INSS que adotasse as providências já propostas pelo TCU e SFC e, ainda, adotasse medidas no tocante à apuração de responsabilidades pelo descumprimento das determinações da Corte de Contas (Acórdão 94/2003, item 9.2.5), no que diz respeito à falta de providências das Gerências Executivas/APS do INSS para suspensão/cessação dos pagamentos de benefício das Pensões Espécie 22, bem como valores pagos indevidamente, referentes aos benefícios mantidos em duplicidade pelo INSS e pelos órgãos de origem dos segurados/instituidores (Tesouro Nacional) já identificados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No Plano de Providências encaminhado pelo INSS a esta CGU por meio do Ofício nº 355/INSS/GAB/PRES, datado de 19.12.2005, o gestor informou o seguinte:

"O INSS através do Controle Interno de Benefícios acionou as Gerências Executivas de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Petrolina/PE, Juazeiro/BA, São Luiz/MA, Rio de Janeiro-Centro, Santos/SP, Brasília/DF, Rio Branco/AC e Pelotas/RS para regularizar a situação dos 15 benefícios de Pensão por Morte de ex-servidores públicos (espécie B-22) que estavam sendo pagos em duplicidade, obtendo o seguinte resultado:

Dos 15 benefícios, 2 continuam ativos pelas razões a seguir expostas:

O Benefício NB-22/118.654.954-5, Pensão por Morte Estatutária de filha maior solteira, foi concedido a Izabel Moreira por determinação judicial (Processo nº 91.00.09922-8) por óbito do instituidor Sr. Manoel Teodorico Moreira, com início em 15.08.1981, com decisão final transitada em julgado desde o ano de 1994,

O Ministério dos Transportes concedeu administrativamente em 2002 à mencionada pensionista Pensão por Morte Estatutária decorrente do mesmo fato gerador.

Os dois benefícios estão ativos, gerando pagamento em duplicidade.

Conforme entendimentos mantidos com a Procuradoria Federal Especializada do INSS, o processo de nº 91.00.09922-8 será encaminhado à Coordenação Geral de Matéria Administrativa pela PFE da Gerência Executiva de Belo Horizonte/MG para análise e possível transferência do benefício para o Ministério dos Transportes, em obediência ao disposto no artigo 248 da Lei 8.112/91, cabendo ainda ser analisada pelo citado órgão público a regularidade da pensão concedida sob sua responsabilidade.

Quanto à pensionista Josefa Sombra Rodrigues, a mesma recebia duas pensões a seguir relacionadas que eram mantidas pelo INSS, tendo em vista ser o instituidor médico pertencente ao quadro funcional do antigo Território do Acre e ex-servidor do ex-IPASE.

O NB-22/030.737.971.0 foi transferido para o Ministério da Fazenda e encontra-se cessado.

O NB-22/030.737.981.7 originou-se de atividade exercida no ex-IPASE. Por esta razão, permanece ativo, devendo ser transferido para a Seção de Recursos Humanos do INSS, órgão sucessor do ex-IPASE. O órgão de Recursos Humanos no Rio Branco/AC tem tido dificuldade na implantação do benefício, por não possuir dados do instituidor, envidando esforços para solucionar a pendência. Não se trata de duplicidade de recebimento.

Os 13 benefícios restantes encontram-se cessados conforme descrição abaixo:

NB-22/083.781.281.0 - Maria Selma de Souza, cessado em 30.05.2005;
NB-22/074.701.715.8 - Lenaide Raimunda dos Santos, cessado em 27.05.2005;
NB-22/073.799.698.6 - Arlinda Alves Varjão, cessado em 27.05.2005;
NB-22/072.760.461.9 - Ivanilce Pinto de Paulo, cessado em 27.05.2005;
NB-22/074.687.599.1 - Maria Ruth Lima de Trindade, cessado em 22.80.2005;
NB-22/078.562.962.9 - Andrea dos Santos Ferreira , cessado em 30.05.2005;
NB-22/000.126.441.9 - Alda Alves Pereira, cessado em 22.02.2005;
NB-22/088.177.693.9 - Osnilda Blume, cessado em 27.05.205;
NB-22/000.125.297.6 - Maria Benedita Geremias, cessado em 27.05.2005;
NB-22/085.881.856.6 - Cleusa Alves Ribeiro, cessado em 27.05.2005;
NB-22/085.881.857.4 - Elaine Ribeiro, cessado em 27.05.2005;
NB-22/050.436.238.0 - Ilva Ana Pinto de Paula, cessado em 02.08.2005;

NB-22/078.038.815.1 - Ana Maria Ribeiro, cessado em 27.05.2005.

Foi realizada reunião no dia 28.07.2005, no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, com a Coordenadora-Geral de Elaboração Sistematização e Aplicação de Normas, para tratarmos da transferência dos 2.194 benefícios de espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos.

Encaminhamento: Foi encaminhado ao MPOG arquivo contendo os 2.227 benefícios para proceder batimento com a base de dados do SIAPE, visando identificar o instituidor do benefício, Órgão de Origem e informações de pagamento em duplicidade. Informamos que no mencionado arquivo contem 2.194 benefícios ativos e 33 benefícios suspensos.

Com o auxílio das Gerências Executivas, identificamos, dentre os 2.194 benefícios, 546 que possuem informação sobre o Órgão de Origem.

Para tais casos, a Coordenação Geral de Benefícios emitiu ofícios aos respectivos órgãos de origem, solicitando a transferência destes benefícios.

Será solicitado ao MPOG o envio do resultado referente ao batimento do arquivo contendo os 2.227 benefícios com a base de dados do SIAPE.

Em 11.10.2005, foi realizada reunião com o MPOG para tratar do acesso às bases do SIAPE para batimentos diversos, compensação previdenciária, transferência das Pensões Estatutárias- Espécie 22- para os Órgãos de Origem.

Foi feita uma breve exposição de como o INSS assumiu a responsabilidade pelo pagamento destes benefícios de espécie 22 (PENSÃO POR MORTE ESTATUTÁRIA) e esclarecido sobre as dificuldades da conclusão da transferência dos benefícios, em cumprimento ao art. 248 da Lei 8.112/90, uma vez que, por se tratar de benefícios muito antigos, o INSS não detém a informação do órgão de origem a que pertencia o instituidor da pensão.

O INSS, nestes casos, vale-se de informações, nem sempre precisas, vindas da própria pensionista. A dificuldade da transferência consiste na identificação do órgão público atual que seria o responsável pelo órgão público extinto ou transformado que, consequentemente, teria competência legal para assumir a manutenção do benefício.

Na oportunidade, falou-se de um parecer (do qual foi fornecida cópia) que trata da existência de um convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro para pagamento dos proventos das

pensionistas vinculadas a ex-servidores do antigo Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, sendo que o MPOG é o responsável pela disponibilização de recurso financeiro para fins de pagamento do tempo de investidura federal. Ressaltou-se da necessidade de responder o Ofício do INSS, esclarecendo que órgão será o responsável pelo pagamento dos proventos das pensões oriundas de órgãos extintos de ex-congressistas e de filhas maiores solteiras que não conhecem o órgão onde o pai trabalhava.

Destacamos que do total de 2.194 benefícios, não foi possível identificar os órgãos de origem dos instituidores de 1.648 pensões estatutárias, motivo pelo qual sugerimos a transferência destes benefícios, em caráter definitivo, para a Gerência Regional de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no Distrito Federal, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Anexo II.**"

Visando atualizar as informações sobre a matéria, expedimos, em 15.3.2006, a Solicitação de Auditoria nº 175153-04, sendo a resposta encaminhada por meio magnético em 31.3.2006, conforme a seguir transcrito:

"Recebemos informações de alguns órgãos que procederam a transferência solicitada.

Apesar das tentativas de solucionar o problema o assunto continua pendente após contatos com o MPOG conseguimos os primeiros resultados oriundos do batimento que precisa de depuração. Recebemos um arquivo contendo 237 benefícios com suspeita de que os beneficiários estão recebendo pelo Ministério de Origem e pelo INSS.

Estamos procedendo à depuração do arquivo para enviar às Gerências Executivas e APS adotarem as providências necessárias à suspensão dos benefícios no INSS e proceder ao levantamento dos valores recebidos indevidamente para ressarcimento."

Em resposta ao Relatório Preliminar o gestor informou que:

"O INSS continua trabalhando no sentido de transferir os benefícios para os respectivos Órgãos de Origem, entretanto continuamos com dificuldade em transferir os mesmos, não obstante as tentativas de solucionar o problema junto ao MPOG. Sugerimos a interferência dessa CGU no sentido de que o MPOG assuma os benefícios que não se identifica os Órgãos de Origem.

Com relação ao monitoramento de possíveis dificuldades, a Diretoria de Benefícios solicitou o batimento dos benefícios de espécie 22 com o arquivo do SERPRO e

localizamos 237 benefícios com suspeita de que os beneficiários estão recebendo pelo Ministério de Origem e pelo INSS. Esse arquivo está sendo trabalhado pelas Gerências Executivas."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Com relação às informações prestadas pela Diretoria de Benefícios é possível identificar a seguinte situação:

- a) 2.227 benefícios encaminhados ao MPOG para proceder batimento com a base de dados do SIAPE, visando identificar: instituidor do benefício, Órgão de origem e informações de pagamento em duplicidade;
- b) Destes, 2.194 estão ativos e 33 estão suspensos;
- c) Dos 2.194 ativos, 546 possuem informações sobre o Órgão de origem. Para tais casos, a Coordenação-Geral de Benefícios do INSS emitiu ofícios aos respectivos Órgãos solicitando a transferência destes benefícios;
- d) Quanto aos 1.648 benefícios restantes, não foi possível identificar os Órgãos de origem dos instituidores, motivo pelo qual o INSS sugere a transferência destes benefícios, em caráter definitivo, para a Gerência Regional de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no Distrito Federal, Órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conforme verificado, por serem benefícios muito antigos, de Órgãos extintos ou transformados, há dificuldade na coleta e avaliação das informações. Entretanto, a Diretoria de Benefícios adotou as medidas necessárias na esfera do INSS para regularização dos benefícios em duplicidade - espécie 22.

Com relação aos 1.648 benefícios em que não foi possível identificar os Órgãos de origem dos instituidores, o INSS propõe a transferência destes benefícios, em caráter definitivo, para a Gerência Regional de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no Distrito Federal, Órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esta CGU considera procedente a proposição do gestor, remetendo o assunto à apreciação da Egrégia Corte de Contas.

Cabe ressaltar, que o monitoramento constante desta espécie de benefício faz-se necessário, haja vista os benefícios cessados por ocasião do presente trabalho, devendo o Instituto estabelecer rotinas específicas visando identificar possíveis duplicidades, o que, conforme informado em resposta ao Relatório Preliminar, vem sendo realizado nas Gerências Executivas.

10.1.1.6 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5) - Servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos.

O Acórdão nº 314/2003 - Plenário, refere-se ao descumprimento de determinação contida na Decisão nº 233/2001 - TCU/2ª Câmara, para instauração de Tomadas de Contas Especiais dos servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios.

O Gestor encaminhou o Ofício nº 509/DIROFL/INSS informando que mediante a Portaria nº 1.565 INSS/DCPRES, de 10.6.2003, constituiu-se Grupo de Trabalho para instaurar a Tomada de Contas Especial. Informou, ainda, que o processo de TCE encontrava-se na fase final, apenas concluindo os relatórios individualizados de cada benefício indicado como fraudulento.

Por ocasião dos trabalhos de avaliação da gestão do exercício de 2005, emitimos, em 2.5.2006, a Solicitação de Auditoria nº 175173-27, solicitando o resultado da Tomada de Contas Especial.

Por meio do Ofício nº 266/INSS/GABPRES, de 5.5.2006, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística informou que os trabalhos encontravam-se sobrestados com a Comissão Permanente de TCE, em virtude do surgimento de novos benefícios envolvendo o processo principal, bem como a reativação de alguns benefícios por decisão judicial, acarretando uma revisão dos processos, com vistas à definição do valor a ser cobrado.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Com base nos fatos novos apresentados pelo gestor, não há, ainda, um desfecho conclusivo sobre a restituição ao Erário dos valores indevidos, o que só ocorrerá com o resultado da TCE. Portanto, o INSS deverá encaminhar a esta CGU o resultado da referida TCE quando da sua conclusão.

10.1.1.7 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.299/2003 - TCU - Plenário (TC nº 014.643/2003-7) - Denúncia de irregularidades na área de execução fiscal do INSS, apuradas na Universidade Católica de Salvador - UCSAL.
ACÓRDÃOS nºs 519/2005 e 757/2006 - Plenário - TC 014.643/2003-7.

Com relação ao Acórdão nº 1.299/2003, restava pendente as informações sobre instauração de PAD envolvendo os responsáveis pelas irregularidades. Conforme informações

prestadas pela Corregedoria, não foram identificados servidores do INSS envolvidos na infração, sendo o assunto considerado regularizado na esfera do INSS.

Em 04.05.2005 foi realizada sessão ordinária no Tribunal de Contas da União sobre as irregularidades apontadas na Universidade Católica de Salvador - UCSal, originando o Acórdão 519/2005, que, em seus itens 9.2 e 9.3, determinou ao MPS e Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS que:

9.2 determinar ao Ministério da Previdência Social e à Procuradoria-Geral Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, instaurem, caso ainda não o tenham feito, o procedimento administrativo necessário para a apuração de responsabilidade pela anulação indevida do débito da Universidade Católica de Salvador - UCSal, cujos envolvidos foram identificados no Relatório de Auditoria nº 135840/2004/DSPAS/SEC/CGU-PR, e encaminhem no prazo de 60 (sessenta) dias o relatório final da equipe designada para proceder à apuração, quantificando, se for o caso, eventual dano causado ao erário e anunciando as providências adotadas com vistas ao seu ressarcimento;

9.3 determinar à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS que informe, no prazo de 60 dias, a situação das ações anulatórias ajuizadas para desconstituir o ato que indevidamente extinguiu os débitos da Universidade Católica de Salvador - UCSal, mantendo este Tribunal informado acerca dos desdobramentos que daí advierem visando a recuperação da dívida; e
(...)."

Em 1.1.2006, o Adjunto de Consultoria da PGF apresentou a seguinte informação sobre o Processo Administrativo Disciplinar, referente ao item 9.2 do mencionado Acórdão 519/2005:

"Trata-se do Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.000489/2005-17, instaurado mediante Portaria Conjunta firmada pelo Procurador-Geral Federal e o Ministro de Estado da Previdência Social, tendo sido prorrogado o prazo da apuração, inclusive sendo reconduzida a respectiva Comissão Processante. Ocorre, contudo, que a Presidente da Comissão Processante nos noticiou, informalmente, que os autos do Apuratório foram requisitados pela Chefia de Gabinete do Ministro da Previdência, e entregues, em razão do pedido, ao Ministério em questão."

Com relação ao item 9.3, do Acórdão 519/2005, em 1.1.2006, o Coordenador-Geral de Matéria Tributária encaminhou as informações para o atendimento da determinação do TCU, com os seguintes posicionamentos:

Crédito	Ação Anulatória	Posição 13.06.2005	Processual em
---------	-----------------	-----------------------	------------------

01) 31.480.975-9	2004.33.00.021859-7	ajuizada, contestada, replicada.
02) 30.105.496-7	2004.33.00.024872-0	ajuizada.
30.105.492-4	2004.33.00.024872-0	ajuizada.
03) 30.826.060-0	2004.33.00.025831-6	ajuizada
04) 30.826.058-9	2004.33.00.025832-0	ajuizada
30.826.059-7	2004.33.00.025832-0	ajuizada.
05) 30.825.194-6	2004.33.00.024876-4	ajuizada
06) 30.825.195-4	2004.33.00.024866-1	ajuizada, indef. A inicial. Apelação
30.825.197-0	2004.33.00.024866-1	ajuizada, indef. A inicial. Apelação
07) 30.825.196-2	2004.33.00.024865-8	ajuizada, Emendada a inicial.
08) 30.825.199-9	2004.33.00.024873-3	ajuizada.
09) 30.414.285-9	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.159.118-0	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.159.122-9	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.159.123-7	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.288-3	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.286-7	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.289-1	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.287-5	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.290-5	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.293-0	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.284-0	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.159.116-4	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.105.772-9	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.414.292-1	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.159.117-2	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
30.105.756-7	2004.33.00.024643-1	ajuizada, contestada, replicada
10) 31.479.780-7	2004.33.00.025919-1	ajuizada
11) 30.903.882-0	2004.33.00.024868-9	ajuizada
12) 30.903.883-9	2004.33.00.024428-0	ajuizada
13) 30.903.884-7	2004.33.00.024255-4	ajuizada
14) 30.903.885-5	2004.33.00.024870-2	ajuizada
15) 30.903.886-3	2004.33.00.024842-8	ajuizada
16) 31.479.778-5	2004.33.00.024869-2	ajuizada
17) 31.479.783-3	2004.33.00.024639-0	ajuizada
18) 31.479.781-5	2004.33.00.024641-4	ajuizada, contestada, replicada, c/despacho saneador..
19) 31.479.779-3	2004.33.00.024637-3	ajuizada, contestada, replicada, c/despacho saneador..
20) 31.777.311-9	2004.33.00.024251-0	ajuizada, contestada, replicada.
21) 31.777.310-0	2004.33.00.024429-4	ajuizada.
22) 31.481.274-1	2004.33.00.024638-7	ajuizada, contestada, replicada
23) 31.480.972-4	2004.33.00.024640-0	ajuizada.
24) 31.480.971-6	2004.33.00.021954-0	ajuizada.
25) 31.480.973-2	2004.33.00.024636-0	ajuizada.

A M.M. Juíza da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia indeferiu a inicial por entender que "está a autarquia previdenciária autorizada a promover a cobrança judicial do seu crédito por meio de um novo processo de execução fiscal, afigurando-se completamente desnecessária a medida ora adotada". Esta Divisão, no entanto, recorreu da decisão, defendendo o entendimento de que o ajuizamento da ação anulatória tem como objetivo principal a legitimação da cobrança do crédito previdenciário restabelecido, vez que houve uma sentença de extinção da ação executiva, não configurando falta de interesse processual o seu manejo.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme informações prestadas pelos gestores, verificamos que o assunto encontra-se com providências de atendimento às determinações do TCU.

10.1.1.8 CONSTATAÇÃO:

AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS PARA ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TCU QUANTO AO PAGAMENTO INDEVIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

Acórdão N°. 1860/2003 - 1º Câmara (TC nº 009.535/1996-9) - Pensão civil. TRT. Juiz classista. Concomitante percepção, no período de judicatura, da remuneração do cargo de juiz, com o benefício da aposentaria por invalidez pelo INSS. Má-fé. Prejuízos ao INSS.

O referido Acórdão determinou ao INSS que:

9.2. (...) adote as medidas cabíveis, se ainda não o fez, com vistas ao ressarcimento das importâncias pagas indevidamente ao Sr. Milton Magno Rocha, relativamente ao benefício da aposentadoria por invalidez ao tempo em que exercia o cargo de Juiz Classista na Junta de Conciliação e Julgamento de Itaboraí-RJ, informando a este Tribunal, por intermédio da 4ª Secretaria de Controle Externo, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências tomadas;

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor deixou de apresentar informações sobre o atendimento da determinação do TCU quanto ao ressarcimento aos cofres públicos dos valores indevidamente pagos a título de benefício por invalidez.

CAUSA:

Pagamento concomitante de benefício por invalidez e salário de juiz classista ao Sr. Milton Magno Rocha, gerando determinação do TCU ao INSS no sentido de providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 355/INSS/GABPRES, de 19.12.2005, relativo ao Plano de Providências adotadas pelo INSS, a Diretoria de Benefícios informou que o Sr. Milton Magno Rocha, filho de Andrelina Magno Rocha, nascido em 14.02.1933, CPF nº 047.886.137/00, NIT nº 10317324419, foi aposentado por invalidez, NB 32/010.487.903.3, com data de início do benefício em 01.09.1976. O beneficiário faleceu em 07.03.1996, e a viúva Nair Matta Rocha requereu em 25.03.1996 a pensão por morte nº 21/101.111.048.0.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175173-04, de 15.3.2006, a Diretoria de Benefícios informou que por meio da Divisão de Manutenção de Direitos solicitou à Gerência Executiva 17.023 (Niterói) realizar o levantamento dos valores recebidos indevidamente e providenciar a cobrança dos mesmos.

Em resposta ao Relatório Preliminar, o gestor informou que:

"Quanto ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelo beneficiário Milton Magno Rocha, no NB 32/010.487.903-3, estamos aguardando o levantamento que está sendo efetuado pela Gerência Executiva de Niterói."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
282.010.607-25	Luiz Eduardo Nacif	Gerente Executivo de Niterói

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Em que pesem as informações prestadas no Relatório Preliminar, o INSS não apresentou providências tempestivas quanto aos valores pagos indevidamente, conforme determinação proferida pelo Tribunal de Contas da União, portanto o assunto permanece PENDENTE de regularização, devendo o Instituto encaminhar a esta SFC/CGU-PR as providências adotadas pela

Gerência Executiva de Niterói/RJ para ressarcimento das importâncias pagas indevidamente ao Sr. Milton Magno Rocha, relativamente ao benefício da aposentadoria por invalidez do tempo em que exercia o cargo de Juiz Classista na Junta de Conciliação e Julgamento de Itaboraí-RJ.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Benefício do INSS encaminhe a esta SFC/CGU-PR as providências adotadas pela Gerência Executiva de Niterói/RJ (17.023) com vistas ao ressarcimento das importâncias pagas indevidamente ao Sr. Milton Magno Rocha.

10.1.1.9 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 2.011/2003 e ACÓRDÃO 214/2004 - TCU - 2ª Câmara - TC 016.101/2000-4, referente às Decisões Plenárias nos 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como Relações nºs 023/98 - 1ª Câmara, 17/98 - 2ª Câmara e 004/97 - 2ª Câmara.

O Acórdão nº 2.011/2003, complementado pelo Acórdão nº 214/2004, refere-se à auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando verificar o cumprimento de determinações prolatadas pelo TCU, por meio das Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como das Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC, atinentes à defesa judicial dos interesses do referido Instituto. Das providências adotadas pelo INSS, ficou pendente a apuração de responsabilidades recomendada por esta CGU.

A Corregedoria-Geral do INSS informou que a apuração de responsabilidade, por envolver a advogada credenciada Yolanda Oliveira Queiroz, estaria a cargo da Procuradoria-Geral Federal, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme esclarecimentos prestados pela Corregedoria-Geral do INSS, por se tratar de apuração de responsabilidade envolvendo advogado credenciado, o PAD foi instaurado na Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União, estando em fase de instrução.

10.1.1.10 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 140/2004 - TCU - Plenário - Intermediação e concessão irregular de benefícios. Processo Administrativo Disciplinar nº 35239.001460/02-17. Demissão do servidor responsável por

improbidade administrativa. Medidas administrativas em andamento para ressarcimento ao Erário.

Por intermédio do Ofício nº 1.156 INSS/DCGAB, de 3.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou as seguintes informações sobre as providências em andamento pelas Áreas envolvidas na apuração dos fatos:

a) Corregedoria-Geral

"1. (...) o servidor ANTÔNIO CARLOS SORNAT, matrícula nº 0928034, respondeu a procedimento administrativo disciplinar através do processo nº 35239.001460/2002-17, cuja penalidade foi a demissão, conforme PT/MPS nº 1300, publicada no DOU nº 177, Seção 2, pág. 23 de 12.09.2003.

2. Informamos ainda que, conforme mensagem eletrônica da Corregedoria-Regional no Rio Grande do Sul, foram tomadas as providências quanto à apuração ao erário do prejuízo causado pelo ex-servidor.

(...) "

b) Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos (01.700.2)

"a) O servidor foi demitido através da PT MPS 1300, publicada no DOU de 12/9/2004;

b) O acerto de contas do servidor foi feito na folha de pagamentos de setembro/2003, não restando valores a serem restituídos ao erário relativo à folha de pessoal;

c) Quanto aos acertos da folha de pagamentos não existem valores para cobrança administrativo ou judicial;

d) Segundo informações da Seção de Orçamento Finanças e Contabilidade da gerência de Canoas, não foi instaurada Tomada de Contas Especial."

Em resposta à SA nº 175173-18, de 24.4.2006, que solicitou as providências adotadas quanto à instauração de Tomada de Contas Especial em atendimento à determinação da Corte de Contas, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS informou, por meio de documento elaborado pela Divisão de Tomada de Contas Especial em 27.4.2006, que foi solicitada à Comissão Permanente de TCE em Canoas/RS a análise da cópia do processo administrativo constante na referida Gerência Executiva, com o escopo de se verificar se houve a cobrança administrativa do débito e o respectivo pagamento, elementos essenciais à instauração de Tomada de Contas Especial.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme os fatos descritos, as ações desenvolvidas pelo INSS resultaram em sanções administrativas aplicadas ao

servidor, culminando em sua demissão. No tocante à restituição aos cofres públicos dos prejuízos causados pelo fato, o INSS está providenciando sua regularização, devendo o resultado da análise da Comissão Permanente de TCE em Canoas/RS ser encaminhado a esta CGU.

10.1.1.11 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 659/2004 - TCU - Plenário (TC nº 020.496/2003-5) - Representação formulada pela SEGECEX. Programa de fiscalização em municípios a partir de sorteios públicos instituído pela Controladoria-Geral da União. Exame das informações contidas nos relatórios contendo resultados das fiscalizações. Determinações e ciência a diversos órgão e entidades.

Este assunto foi tratado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 160221/2005 nos itens 4.1.1.19 e 4.1.2.9. Trata-se de providências adotadas pelas Gerências, Agências e Diretorias do INSS quanto às irregularidades apontadas por esta CGU em razão dos trabalhos de fiscalização, por sorteio público, de recursos federais transferidos aos municípios.

Conforme informações que haviam sido prestadas no citado Relatório e na Nota Técnica nº 27.250/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 26.10.2004, o INSS vem regularizando a situação e apresentando as providências adotadas em cada benefício específico.

Em 2005, foram encaminhadas, por meio do Anexo III do Plano de Providências, as medidas tomadas pelas Gerências e Agências sobre o fato. A Diretoria de Benefícios esclareceu que as informações enviadas pelas regionais são consolidadas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta nº 3, de 22.06.2005. Informou, ainda, que expediu Memorando-Circular nº 4 INSS/DIRBEN, em 25.2.2005, no sentido de atender às recomendações dos órgãos de controle.

Em resposta ao Relatório preliminar o gestor informou que será elaborado cronograma dos resultados consolidados pelo grupo de trabalho para envio de relatório mensal para a CGU.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

De acordo com as informações que estão sendo prestadas pelo INSS, foram adotadas providências quanto às irregularidades apontadas nas fiscalizações da CGU. Entretanto, cabe-nos ressaltar a necessidade do INSS encaminhar o resultado das restituições dos pagamentos efetuados indevidamente.

10.1.1.12 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 791/2004 - Plenário (TC nº 020.539/2003-4) Auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com o objetivo de verificar a legalidade na concessão de benefícios previdenciários. Detectadas fragilidades e pouca confiabilidade nos dados constantes dos sistemas de benefício. Irregularidades em benefícios do tipo pensão por morte.

Assunto tratado no item 4.1.1.20 do Relatório de Auditoria nº 160221/2005, sendo considerado pendente em função da ausência de manifestação do gestor sobre o atendimento das determinações proferidas pela Corte de Contas no referido Acórdão.

No Plano de Providências encaminhado a esta CGU, por meio do Ofício nº 355/INSS/GABPRES, de 19.12.2005, a Diretoria de Benefícios informou que foi acordado com o TCU a formação de um Grupo de Trabalho pelo INSS e DATAPREV, visando sanear as pendências relacionadas às deficiências apontadas pelo TCU. Como resultado foi emitida a Portaria Conjunta nº 3, de 22.6.2005. A Diretoria de Benefícios formou Grupo de Trabalho com servidores das Gerências Executivas para atender às determinações da mencionada Portaria. O GT elabora relatórios quinzenais, estando na elaboração do quarto relatório que será encaminhado à Auditoria-Geral do INSS para análise e demais providências.

Em resposta ao Relatório Preliminar o gestor informou que a Diretoria de Benefícios já está elaborando a emissão do sexto relatório.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

De acordo com as informações que estão sendo prestadas pelo INSS, foram adotadas providências quanto aos fatos apontados pelo TCU referentes à legalidade na concessão de benefícios previdenciários, sendo que os resultados dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho criado para este fim estão sendo encaminhados ao Tribunal.

10.1.1.13 INFORMAÇÃO:

Acórdão 1.493/2004-Plenário - TCU - Plenário (TC nº 003.808/2003-0) - Imóveis em poder de terceiros.

Acórdão 1.495/2004-Plenário - Gestão de ativos imobiliários do INSS em cumprimento do artigo 96 da Lei nº 10.707/2003 (LDO de 2004) e em cumprimento ao item 9.5.4 do Acórdão nº 681/2004 - Plenário.

Assuntos tratados respectivamente nos itens 4.1.1.21 e 4.1.1.22 do Relatório de Auditoria nº 160221/2005. Trata-se da análise da gestão do patrimônio imobiliário da autarquia, contendo o Acórdão nº 1.493/2004 - Plenário as seguintes constatações: ausência de contrapartida pela ocupação de imóveis, descumprimento da legislação para alienação de imóveis desnecessários, omissão na reintegração de posse deferida em ação judicial e falta de competência dos responsáveis para decidir sobre a alienação dos imóveis desnecessários. Quanto ao Acórdão nº 1495/2004 Plenário, o mesmo resultou em: precariedade da gestão dos imóveis, ausência de dados que permitam à administração central conhecer a real situação de todos os imóveis, atendimento insatisfatório dos sistemas informatizados, falta de fidedignidade dos dados, ausência de rotina de fiscalização do patrimônio imobiliário, existência de dúvidas sobre a propriedade de alguns imóveis, e despesas com manutenção e conservação registradas indevidamente no SIAFI pela totalidade.

No Relatório nº 160221/2005/SFC/CGU-PR foram apresentadas justificativas pelo INSS quanto ao atendimento das determinações do Acórdão 1493/2004, resultando na seguinte avaliação por parte desta CGU:

Em que pese as considerações e conclusões apresentadas pelo Gestor, bem como as reiteradas orientações dirigidas às Unidades do INSS, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

Entendemos que o patrimônio imobiliário do INSS carece de atenção especial por parte da Administração, não podendo se admitir ausência ou dificuldade na obtenção de informações quanto a sua real situação, seja pela inexistência de documentos comprobatórios do registro de propriedade ou pela falta de acompanhamento de processos em andamento na Justiça e de pendências judiciais envolvendo o Instituto, que decerto deverão ser resolvidas.

Verifica-se que o INSS não possui controles eficazes sobre os imóveis recebidos em dação de pagamento de débitos previdenciários, que poderiam ser objeto imediato de alienação, bem como de suas respectivas documentações dominiais. As orientações internas não vêm sendo cumpridas adequadamente, o que pode ser resultante da ausência de monitoramento e acompanhamento das determinações e do estabelecimento de sanções administrativas.

Entendemos, também, que as ações relativas à regularização das situações apontadas são prioritárias e de interesse da Autarquia, independentemente da disponibilidade orçamentária e da alegada carência de recursos humanos.

No Plano de Providências encaminhado por meio do Ofício nº 355/INSS/GABPRES, de 19.12.2005, o Gestor apresentou cópia do Memorando-Circular Conjunto nº 50/DIPAI/DMEA/CEPAI/CGPAI/INSS, de 17.10.2005, enviado a todas as Gerências Regionais e Executivas, Serviços de Administração e Serviço/Seção de Logísticas/Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS, contendo as seguintes recomendações:

(...)

- 1) Solicitamos às Gerências Executivas atualização dos elementos e documentos visando a regularização dos imóveis de propriedade do INSS;
- 2) Caberá à Gerência Executiva regularizar as ocupações de imóveis com as respectivas cobranças dos valores locatícios devidos;
- 3) Informar as necessidades de regularização de documentação dominial de propriedade do INSS, proposta de solução e prazos de execução para regularização, junto à Gerência Regional;
- 4) Verificar as pendências judiciais referentes aos imóveis e encaminhar solicitação de cobrança à área pertinente. (Procuradoria, etc.);
- 5) Recomendamos às Gerências Regionais e Executivas encaminhar as pendências pertinentes, que por ventura houver, às áreas de Orçamento e Finanças e de Auditoria do INSS da respectiva regional para as apurações de eventuais prejuízos e responsabilidades, visto as competências e atribuições regimentais;
- 6) Reiteramos solicitação de regularização referentes aos imóveis em poder de terceiros (observar Acórdão nº 1.493/2004 - Plenário);
- 7) As Gerências Executivas deverão examinar e corrigir, naquilo que for pertinente, as informações referentes ao Inventário de bens imóveis, verificando a compatibilidade entre os registros no SIAFI (setorial contábil) e área de logística;
- 8) Solicitamos providências para cumprimento da Lei nº 9.702/98 e recomendações dos Órgãos de Controle referentes aos Termos de Cessão de Imóveis;
- 9) Reiteramos orientações constantes no Memo Circular nº 047/DGPIM/INSS.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-05, de 15.3.2006, a Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio informou o seguinte:

Ratificamos a informação anterior, uma vez que o prédio não está mais ocupado pela creche do TRT, embora não tenha sido procedida a entrega das chaves e nem mesmo tenha sido celebrado o contrato de locação, pois a construção vizinha oferece risco de desabamento, podendo comprometer a segurança do prédio em questão. Informamos ainda que já estão ultimando providências

para contratação de serviços de escoras para o imóvel com avarias.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

A expedição do Memorando-Circular Conjunto pela Diretoria responsável pela gestão do patrimônio do INSS demonstra o esforço da unidade central na regularização dos fatos apontados pela Corte de Contas. Entretanto, dada a relevância do tema e a capilaridade do INSS, que possui unidades em todo o país, este assunto será objeto de monitoramento por parte desta CGU, devendo a Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS encaminhar, tempestivamente, um relatório consolidado das providências adotadas pelas unidades quanto às recomendações constantes do Memorando-Circular Conjunto nº 50/DIPAI/DMEA/CEPAI/CGPAI/INSS, de 17.10.2005.

10.1.1.14 INFORMAÇÃO:

Acórdão 1.568/2004-Plenário - Possíveis irregularidades no cálculo de aposentadorias de servidores.

Refere-se o presente Acórdão a possíveis irregularidades praticadas no âmbito do INSS, referentes a alteração do cálculo de aposentadorias de servidores em cumprimento a determinação do TCU, sob alegações dos recorrentes de descumprimento das liminares concedidas.

Consta no Relatório do Ministro Relator a seguinte informação:

Trata-se de denúncia referente ao descumprimento, por parte da chefe da Divisão de Recursos Humanos do INSS em Recife/PE, de decisões judiciais transitadas em julgado. À denúncia inicial (fls. 04/07), foi acrescentada outra de igual teor (fls. 01/03-v.2), referindo-se ao descumprimento, pela mesma responsável, de outras decisões semelhantes, relativas a outros servidores aposentados.

As decisões a que se referem os documentos de denúncia são liminares concedidas em mandados de segurança impetrados por servidores aposentados do INSS contra atos administrativos da chefe de recursos humanos do INSS/PE que alteraram a forma de cálculo de seus proventos. De se esclarecer que essa alteração da forma de cálculo dos proventos foi determinada por decisão deste Tribunal de Contas da União para um caso específico e estendida, pelo INSS, a todos os servidores que se encontravam em igual situação. Os impetrantes dos mandados de segurança, servidores aposentados atingidos pela correção do cálculo dos proventos, questionavam não a legalidade da alteração em si, mas

a falta de processo administrativo para justificar a alteração do cálculo e a não concessão do amplo direito de defesa.

Segundo o denunciante, passados oito anos da concessão das liminares, as obrigações judiciais ainda não teriam sido adimplidas, apesar de o Juiz Federal ter fixado, nos dois mandados de segurança, multas contra o INSS nos valores diários de R\$ 500,00 e de R\$ 200,00, até a efetiva implantação das medidas determinadas.

Como os fatos denunciados findavam-se no contexto da Superintendência do INSS no Estado de Pernambuco, este processo era da alçada da Secex/PE, e lá tramitou até 26/8/2003. Conforme ressaltou o senhor diretor da 1ª DT da Secex/PE no despacho de fls. 134/136, aquela Secretaria inicialmente, ao invés de investigar as razões de descumprimento das decisões judiciais, centrou seus trabalhos em questionamentos sobre a atuação dos procuradores do INSS/PE. Segundo o senhor diretor, para o cumprimento das sentenças prolatadas no provimento dos mandados de segurança, seria necessária a criação de uma rubrica própria, o que só poderia ser feito na Direção Geral do INSS. Mencionou no referido despacho a existência nos autos de documentos que comprovam esse entendimento.

Alegou ainda que não há elementos que comprovem o comportamento desidioso de procuradores do INSS/PE e que, no âmbito do INSS/PE, foram instaurados processos administrativos com vistas à regularização do feito.

Acrescentou ainda o diretor da Secex/PE que o cumprimento das decisões judiciais - cuja desatenção originaram a presente denúncia - carece de medidas próprias da Direção Geral do INSS, e opinou no sentido de que estaria excluída a competência daquela Secex para a análise da matéria."

Em resultado o TCU acordou o seguinte:

9.1 conhecer, com fulcro no art. 53, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a presente Denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 determinar ao INSS que, nas prestações de contas futuras, informe este Tribunal sobre o andamento dos processos nos 94.0014025-8 e 94.0014006-1, em tramitação na 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco;

9.3 retirar a chancela de sigilo dos presentes autos, mantendo-a somente quanto à autoria; e

9.4 apensar este processo à prestação de contas do INSS, exercício de 2004.

Em virtude do contido no subitem 9.2 do referido Acórdão, emitimos, em 22.04.2005, a SA nº 160221-21, solicitando informações sobre o andamento dos processos 94.0014025-8 e

94.0014006-1, em tramitação na 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Por meio do Ofício nº 20/2005 SUPPROC/GAB/DPD, de 7.7.2005, a PFE/INSS encaminhou o relatório das ações judiciais referentes aos processos questionados.

Processo nº 94.0014025-8: Em 5.7.2004 foi proferida sentença julgando improcedentes os embargos a execução opostos pelo INSS. O último andamento do processo ocorreu em 2.2.2005, quando o Juiz da 6ª Vara Federal determinou nos autos do Mandado de Segurança aguardar o deslinde dos Embargos de Execução nº 2002.83.00.4004-3.

Processo nº 94.0014006-1: O INSS foi citado para proceder ao pagamento de multa no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

O Acórdão 1.568/2004 julgou IMPROCEDENTE a denúncia sobre possíveis irregularidades no cálculo de aposentadorias de servidores. O item 9.2 do referido Acórdão determinou ao INSS informar sobre a tramitação de processos originados da lide.

Em atendimento ao referido item, o INSS informou em 29.5.2006 o seguinte:

Processo nº 94.0014025-8: O pedido dos Embargos à Execução foi julgado improcedente em 23.3.2005.

Em 17.3.2005 o TRF da 5ª Região negou provimento à Apelação interposta pelo INSS, sendo apresentado Embargos de Declaração, que não foi conhecido, em razão de ter sido considerado intempestivo, em sessão de julgamento ocorrido em 1.9.2005.

Em 21.10.2005 foram interpostos novos Embargos de Declaração, para os quais foi dado provimento no sentido de considerar tempestivos os Embargos de Declaração anteriormente apresentados, sendo este conhecido e no mérito rejeitado. Tal decisão foi publicada em 15.12.2005.

Em 10.4.2006, foram os Embargos à Execução baixados à 6ª Vara de Recife/PE, encontrando-se conclusos ao juiz para despacho desde 26.5.2006.

Registra-se que em decorrência do retorno dos Embargos à Execução, a Execução da Sentença encontra-se também em conclusão ao juiz, para despacho, desde 26.5.2006, a qual provavelmente terá prosseguimento.

Em consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, verificamos que o Processo Originário nº 9400140258 (Processo atual nº 2002.05.00.004768-4) encontra-se em trâmite, sendo a última fase registrada em 25.5.2006 com a publicação de DESPACHO expediente DESPA/2006.000016. Consta em 24.4.2006 Despacho do Desembargador Federal Relator deferindo em parte o pedido de efeito suspensivo ao agrave de instrumento tão somente para reduzir o valor da multa diária imposta por descumprimento de decisão judicial para R\$ 100,00 (cem reais) por dia, retroativo à data inicialmente fixada.

Quanto ao Mandado de Segurança nº 9400140061, Os autos foram remetidos ao INSS em 12.12.2005 pelo prazo de 30 dias, encontrando-se, em sua fase atual, com mandado expedido em 17.2.2006 com diligências a serem realizadas.

O processo foi devolvido ao cartório em 15.3.2006. O Juiz despachou em 28.3.2006 determinando a remessa dos autos à Contadoria Judicial para atualização de cálculos, determinando, ainda, que após retorno, fosse expedido o competente precatório.

O processo retornou da Contadoria e encontra-se desde 10.5.2006 para conferência de precatório complementar.

10.1.1.15 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.686/2004 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 006.386/2003-3) - Permuta de imóvel por prédio a ser construído. Dispensa indevida de licitação. Rejeição das razões de justificativa. multa e determinações.

Em relação ao Acórdão em referência, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União o que segue:

"(...)

9.5. determinar ao INSS que passe a observar os parâmetros do Sinapi/CEF como referência de custos unitários de materiais e serviços de obras, conforme vem sendo estabelecido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, desde 2002 (art. 93 da Lei nº 10.524, de 25/07/2002 e art. 101 da Lei nº 10.707, de 30/07/2003);"

No Plano de Providências encaminhado a esta CGU por meio do Ofício nº 355/INSS/GABPRES, de 19.12.2005, o INSS informou que o processo nº 35000.002026/2004-17, referente à aquisição do acesso ao SINAPI da Caixa Econômica Federal está em fase de autorização de despesa para assinatura do contrato.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175153-05, de 15.3.2006, a Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio

informou que o Contrato já se encontra devidamente empenhado, conforme Nota de Empenho nº 2005NE901819, datada de 14 de maio de 2005.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista os trâmites do processo nº 35000.000981/2005-92, referente à aquisição do SINAPI/CEF o assunto encontra-se regularizado.

10.1.1.16 INFORMAÇÃO:

TC nº 014.605/2004-4 (SIGILOSO) - TCU 4ª SECEX - Denúncia versando sobre possíveis fragilidades nas Guias de Previdência Social - GPS.

Sobre a denúncia acerca de possíveis fragilidades nas GPS, o TCU determinou o que segue:

- a) que informe se tem conhecimento da ocorrência de anomalia no procedimento ou no recolhimento da GPS, de forma que em alguns pagamentos as verbas devidas ao INSS são creditadas a terceiros (FNDE, Incra, Senac, Sesc, Senai, Sebrae, DPC, Faer, Senar, Sest, Senat e SESCOOP), a exemplo dos casos a seguir;*
- b) que informe se tem notícia de ocorrência de GPS pagas na data do vencimento em que os valores devidos a terceiros são creditados ao INSS na forma de juros e multas, conforme exemplos contidos no quadro a seguir;*
- c) em caso afirmativo para os itens anteriores, que informe as causas dessas anomalias e as providências adotadas para corrigir as anomalias já identificadas e para prevenir novas ocorrências, incluindo eventuais solicitações à Dataprev, e que informe ainda se existem estudos com vistas a modificar a GPS, no sentido de não mais permitir pagamentos a entidades distintas em uma única guia.*

No Relatório de Auditoria nº 160221/2005, os itens "a" e "b" foram considerados em regularização, enquanto o item "c", referente aos estudos visando modificar a guia GPS foi considerado pendente.

No Plano de Providências encaminhado a esta CGU por meio do Ofício nº 355/INSS/GABPRES, de 19.12.2005, a Diretoria de Benefícios informou que o assunto encontra-se afeto à Receita Previdenciária, propondo tratar o mesmo junto à Secretaria da Receita Previdenciária/MPS.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Em razão da promulgação da Lei nº 11.098, de 13.01.2005, o presente assunto encontra-se na esfera da Secretaria da Receita Previdenciária - SRP/MPS.

10.1.1.17 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 627/2005 - TCU Plenário : Determinações quanto às ações desenvolvidas nas áreas de auditoria em TI e auditoria em benefícios no âmbito do INSS

O item 1.1 do referido Acórdão determinou ao INSS que incluísse na revisão do Regimento Interno a regulamentação da estrutura, das atribuições e das competências da Divisão de Controle Interno de Benefícios do INSS e da Auditoria de Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral. O item foi considerado pendente no Relatório nº 160221/2005/SFC/CGU-PR.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 175173-02, de 15.3.2006, o gestor informou que:

As alterações no Regimento Interno do INSS, com base no Acórdão Nº 627/2005, TCU Plenário - foram objeto de proposta encaminhada ao Ministério da Previdência Social em 04/07/2005 (Ofício Nº 649/INSS/DCPRES). A proposta de Regimento Interno foi elaborada considerando as disposições contidas na Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 5.257/2004, porém, antes de sua publicação foi aprovada a nova Estrutura Regimental, mediante Decreto Nº 5.513, de 16/08/2005, tornando necessária a revisão do Regimento Interno proposto anteriormente, cujo prazo ainda se encontra em vigor - 90 dias a contar de 16/08/2005.

A nova estrutura regimental, aprovada pelo Decreto Nº 5.513/2005, permitirá à área técnica de Auditoria a implementação das atribuições e competências em auditoria de tecnologia da Informação e de benefícios. As atribuições e competências do setor de controle interno de benefícios serão também contempladas no Regimento Interno a ser elaborado especificando as competências e atribuições da Coordenação de Controle Interno, atualmente vinculada à Diretoria de Benefícios.

Atualização de status em 30/03/2006: após a publicação do Decreto Nº 5.513/2005 foram averiguadas inconsistências e necessidades de ajustes na Estrutura Regimental aprovada que não impactam nas recomendações relacionadas ao Acórdão 627/2005 - TCU. Desta forma a Presidência do INSS, juntamente com o Ministério da Previdência Social, buscou a negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e elaborou estudos acerca da revisão do Decreto Nº 5.513/2005 resultando em minuta de Decreto e de Regimento Interno que está em fase final

de aprovação (o Decreto já tramita no âmbito do MPOG e Casa Civil) pelas áreas técnicas e setoriais do Instituto. Prazo para implementação do Regimento Interno: constará do Decreto a ser publicado (90 dias após a publicação)

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme verificado, em virtude da revisão do Decreto Nº 5.513/2005, que resultou em minuta de Decreto e de Regimento Interno, os quais estão em fase final de aprovação, a situação encontra-se EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO.

10.1.1.18 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 2.169/2003 - TCU - 2ª Câmara e nº 1.758/2004 - TCU - Plenário: credenciamento de advogados pelo INSS.

Este assunto foi considerado pendente no item 4.1.1.29 do Relatório 160221/2005, sendo recomendado ao INSS que adotasse providências junto à PGF/AGU no sentido de dotar a Procuradoria Federal Especializada/INSS de Procuradores Federais necessários ao cumprimento de suas atividades institucionais, substituindo todos os advogados credenciados, conforme item 9.2 do Acórdão nº 2.169/2003.

Em 31.3.2006, o INSS encaminhou por meio magnético a resposta à Solicitação de Auditoria nº 175173-02, de 15.3.2006, que fazia referência à matéria no item 10. Foram apresentados os seguintes esclarecimentos:

Recomendação Aceita. Os advogados credenciados não estão mais atuando nas execuções fiscais, por força do Memorando Circular Conjunto/PFE/INSS/CGMT/N. 1, de 28/01/2005, nem junto ao TRT da 2ª Região. Informamos, ainda que em 2004 rescindimos os contratos de 41 advogados e, em relação ao exercício de 2005, a redução foi ainda maior, com 59 rescisões. Em anexo, o quadro demonstrativo do número de advogados credenciados.

A substituição dos advogados credenciados por procuradores federais depende da lotação de mais procuradores pela Procuradoria Geral Federal.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista a informação prestada, de que foram rescindidos 41 contratos em 2004 e 59 contratos em 2005, verifica-se que o INSS está cumprindo às determinações dos órgãos de controle no tocante à substituição de advogados credenciados por servidores concursados da carreira Procurador

Federal. Quanto à carência de recursos humanos, o INSS deve atuar junto à PGF/AGU no sentido de ressaltar a necessidade de um incremento no efetivo de Procuradores Federais na Procuradoria Federal Especializada junto à Autarquia.

10.1.1.19 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.586/2004 - 2ª Câmara - TCU (TC nº 003.534/2001-8) - Pagamento de multa pelo INSS em virtude de descumprimento de decisão judicial que determinou a incorporação, à remuneração dos autores da Reclamação Trabalhista nº 02.1392/1990, dos índices econômicos correspondentes ao Plano Verão (26,05%) e ao Plano Collor (84,32%). Conhecimento. Improcedência. Determinações. Remessa de cópias. Juntada do presente processo às contas do INSS, exercício de 2004.

Pelo Acórdão em referência, foi determinado pelo Tribunal o que segue:

9.1.(...);

9.2. *determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que suspenda, após análise das peculiaridades de cada caso concreto, todos os pagamentos decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990) que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva, encaminhando-lhe cópia dos Acórdãos nos 1.857/2003 - P (TC 027.560/1991-0, Ata 48/2003), 476/2004 - 1ªC (TC 015.175/1983-9, Ata 07/2004) e 398/2004 - P (TC 004.306/2000-3, Ata 11/2004), acompanhado do Relatório e dos Votos que os fundamentaram;*

9.3. *determinar à Secretaria Federal de Controle Interno - Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social que acompanhe as providências adotadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para o cumprimento da determinação supra, informando nas contas de 2004 daquela Autarquia a situação de cada processo;*

9.4. *encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Gilberto Augusto Leitão Martins;*

Com o objetivo de obter as informações necessárias para verificar o atendimento das determinações do TCU, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 153860-09 e 153860-37, de 18.10.2003 e 11.11.2004, à Diretoria de Recursos Humanos e à Procuradoria Federal Especializada do INSS, respectivamente, com a finalidade de verificar as providências e os controles exercidos para proceder as revisões sobre os pagamentos

decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990), que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia, em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.183 INSS/DCGAB, de 9.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, esclareceu que a Diretoria de Recursos Humanos informou que *"...para se incluir vantagem judicial na folha de pagamento de servidores beneficiados em ações judiciais, preliminarmente, conforme Portaria/MP nº 17, de 06.02.2001 (SICAJ), a Procuradoria que está acompanhando a ação se manifesta quanto à força executória, e após é realizado o cadastramento da ação no SICAJ."*

Após o pedido de dilatação do prazo de 10 (dez) dias, a contar 13.11.2004, data limite para atendimento da Solicitação de Auditoria nº 153860-37, de 11.11.2004, formulada pelo Ofício nº 1.257/INSS/DCGAB, de 30.11.2004, foram encaminhadas as informações prestadas pela Coordenação-Geral de Matéria Administrativa da Procuradoria Federal Especializada, a qual solicitou e repassou por intermédio da Nota Técnica PFE/INSS/CGMA/DORC nº 546, de 30.11.2004, os esclarecimentos prestados pela Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, com o seguinte teor:

Nota Técnica PFE/INSS/CGMA/DORC nº 546, de 30.11.2004

Retornam os autos a esta Coordenação, com a informação da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, no sentido de que "os pagamentos mantidos aos servidores destes relativos aos 26,05% e 84,32% foram previamente analisados pelas Procuradorias que acompanham as ações para após serem cadastradas pelos Recursos Humanos no Sistema de Cadastro de Ação Judicial - SICAJ, entendemos s.m.j que as informações deverão ser prestadas por essa Coordenação". (fls. 7) (grifamos)

Diante do exposto e com a finalidade de prestar as informações solicitadas pela SFC, isto é, informar se o INSS mantém cadastro sobre os processos referentes aos "pagamentos decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990), que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva",

anexamos aos autos os documentos de fls. 9 a 13, fornecidos pela Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, contendo o cadastro dessas ações judiciais, Estado, nº da ação, interessado e situação das mesmas.

Vale esclarecer que as ações judiciais com a situação "analisada" já estão devidamente implantadas.

As demais ações, cuja situação é diversa de "analisada", encontram-se em fase de processamento.

(...).

ANEXO de fls.9 a 13

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - DRH

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - CGARH

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS JUDICIAIS - DPJUD

AÇÕES JUDICIAIS CADASTRADAS NO SICAJ

ITEM	UF	Nº DA ÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	ÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 84,32%							
1	CE	RT 1220/89	SINDSEP/CE	84,32 %	10427	Pend. Aut.	
2	CE	RT 1330/92	Aurenice Nunes de A Santana	84,32 %	9854	Analisada	
3	CE	RT 488/92	José Amauri de Araujo e Outros	84,32 %	768	Analisada	
4	AC	RT 30243032/91	Abel Ferreira de Lima e Outros	84,32 %	9191	Analisada	
5	AC	RT 6559/90	Antonio Jose Mendes	84,32 %	6369	Pend. Aut.	
6	AC	RT 16181695/91	Antonio Jose Mendes e Outros	84,32 %	9192	Analisada	
7	AC	RT 0519005281/90	Alcione Lima Vieira do Nascimento e Outros	84,32 %	4307	Analisada	
8	AC	RT 5154/90	Adriane Augusto da Silva e Outros	84,32 %	3690	Analisada	
9	AC	RT 272602779/91	Ademir Sena de Souza e Outros	84,32 %	1998	Analisada	
10	AP	RT 3733 a 3742/91	Clara Augusta M. Ventura e Outros (RT'S 3744/3753 e 3754/3763)	84,32 %	8813	Analisada	
11	AP	RT 37123721/91	Kleber Magalhaes e Outros	84,32 %	7836	Analisada	
12	DF	RT 1447/90	Dilvan Rodrigues Silva e Outros	84,32 %	9075	Analisada	
13	DF	MS 340001376-4/2001	Maria Socorro Costa Conceição e Outros	84,32 %	8797	Analisada	
14	DF	AO 2438-4/91	Fumiya Azuma e Outros	84,32 %	4442	Analisada	
15	ES	RT 223/91	SINDPREV	84,32 %	7272	Desautorizada	
16	MG	RT 1324/90	Antonio Eduardo Martins e Outros	84,32 %	7368	Analisada	
17	MG	AO 25883-0/91	Maria da Penhoa Pereira Dias e Outros	84,32 %	2446	Analisada	
18	PA	RT 937/91	Nazare Maria Santiago da Silva e Outros	84,32 %	7418	Analisada	
19	PA	RT 712/91	Afonso Pessoa Picanço	84,32 %	894	Analisada	
20	PE	AO 1766-3/91	Jaime Araujo Lima	84,32 %	8395	Analisada	
21	RJ	AS 136486-5/92	Celia Rabinowits Pereira e Outros	84,32 %	10076	Analisada	
22	RJ	AO 28788-3/92	Ana Maria Nascimento A Bastos	84,32 %	9667	Analisada	
23	RJ	AO 75033-8/92	Josias Francisco Jovita e Outro	84,32 %	9194	Analisada	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

				%			
24	RJ	AO 135472-0/92	José Dias Batatinha e Outros	84,32%	8796	Sem Benefic.	
25	RN	RT 2228/91	Bartolomeu Bandeira de Melo	84,32%	4631	Analísada	
26	RN	AO 9154-7/92	Helio Santiago e Outros	84,32%	2525	Analísada	
27	RN	RT 1610/90	SINDPREVS	84,32%	792	Analísada	211 - FP 03/03
28	RO	RT 319/91	Angelo Almerio de Melo Baleeiro e Outros	84,32%	5084	Analísada	
29	SE	RT 401/91	Francisco de Assis da Conceição	84,32%	778	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	AÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 26,05%							
1	AC	RT 34923500/91	Abel Ferreira de Lima e Outros	26,05%	9188	Analísada	
2	AC	RT 0164101	Antonio Vaisman dos Reis e Outros	26,05%	4137	Analísada	
3	AC	RT 464/90	Angela Cristina Lima Fujita e Outros	26,05%	4061	Analísada	
4	AC	RT 1276/89	Adriana Aparecida Lima e Outros	26,05%	3747	Analísada	
5	AC	RT 3549/91	Clemilda Belo Nogueira e Outros	26,05%	2045	Analísada	
6	AC	AO 996-4/1992	José Galdino Filho	26,05%	4136	Analísada	
7	AC	RT 657306609/1990	Antonio Rodrigues da Silva Sobrinho e Outros	26,05%	4438	Analísada	
8	AC	RT 28302838/1991	Carlos Jose de Sousa e Outros	26,05%	4221	Analísada	
9	AC	RT 292002926/1991	Antonio Jovino de Oliveira e Outros	26,05%	4224	Analísada	
10	AC	RT 351703585/1990	Alcione Lima Vieira do Nascimento e Outros	26,05%	4497	Analísada	
11	AL	RT 2288/93	José Correia de Araújo	26,05%	9702	Analísada	
12	AL	RT 1405/89	SENALBA/AL	26,05%	4626	Analísada	194
13	CE	AO 1372-8/1994	SINTSEF/CE	26,05%	660	Analísada	
14	CE	AC 20741-4/1998	Geraldo Luciano Lopes	26,05%	318	Analísada	
15	CE	AO 752-8/1991	SINPRECE	26,05%	8455	Pend. Autoriz.	
16	CE	RT 875/89	Antonio Cesar Barbosa de Oliveira e Outros	26,05%	7332	Analísada	
17	CE	RT 1437/90	SIND.EMPREG.ENT.CULT.RECREAT.DO EST. DO CEARA	26,05%	2037	Analísada	
18	CE	RT 143790/90	SIND.EMPREG.ENT.CULT.RECREAT.DO EST. DO CEARA	26,05%	1663	Pend. Autoriz.	
19	CE	AO 91752-8/91		26,05%	1645	Analísada	
20	CE	RT 874/89	Bolivard Alves Bezerra e Outros	26,05%	1571	Desautorizada	
21	DF	RT 862/1989	Adelia Maria Carvalho de Souza Wilhelms	26,05%	9087	Analísada	
22	DF	AO 10002-5/89	Lindalva de Farias Nunes e Outros	26,05%	9089	Analísada	
23	DF	RT 385/89	SINDICATO DOS AUX. DE ADM. ESCOLAR DO DF	26,05%	3150	Analísada	194
24	DF	RT 1436/89	Luiz José Dias e Outros	26,05%	2492	Analísada	
25	DF	RT 940/89	Giselda Marques Torres Rodrigues e Outros	26,05%	1942	Analísada	
26	DF	AO 30933-8/2002	Marta Maria Guanaes Silva Dutra	26,05%	10720	Analísada	
27	DF	RT 1730/89	Gilvanete Julieta de Medeiros Leite e Outros	26,05%	10822	Analísada	194
28	MG	AO 4981/1989		26,05%	6432	Analísada	
29	MA	RT 2174/90	Maria dos Remédios M. Mendes	26,05%	11289	Autorizada	
30	MA	MS 95.3061-6	SINTSPREV/MA	26,05%	7678	Analísada	
31	PB	RT 1146/91	Alessandra Maria B. Dantas e Outros	26,05%	10048	Analísada	
32	PB	RT 817/89	José Araújo Filho e Outros	26,05%	5403	Pend. Autoriz.	
33	PB	AO 4596-0/92	Josibete Rodrigues de Albuquerque	26,05%	10938	Autorizada	
34	PB	AO 1099-7/92	Heráclito Ribeiro Filho	26,05%	10573	Pend. Autoriz.	
35	PB	RT 1626027028/89	Raquel Ferreira C. de Alvarenga e Outros (RT 1626/1627 E 1628)	26,05%	10295	Pend. Autoriz.	

36	PB	RT 1746/89	Joselita de Oliveira Serrano e Outros	26,05%	10078	Analisada	194
37	PE	AO 5720-0/93	Pedro Francisco de Souza e Outros	26,05%	2318	Analisada	
38	PE	RT 2895/89	Adalberto Miranda de Oliveira Filho e Outros	26,05%	936	Analisada	194
39	PE	RT 2675/89	Absalon Soares de Aquino e Outros	26,05%	857	Analisada	
40	PI	RT 1609/1990		26,05%	3062	Autorizada	
41	PI	RT 1564/1990	SINTSPREVS/PI	26,05%	8795	Analisada	
42	PI	RT 1721/1990	SINTSPREVS	26,05%	7113	Analisada	
43	PI	RT 598/90	Marc Antonio Peixoto da Cunha e Outros	26,05%	9773	Analisada	
44	PI	RT 1077/90	João Elias de Souza Lima e Outros	26,05%	1880	Analisada	
45	PI	RT 973/89	Valdei Manoel Rodrigues e Outros	26,05%	1383	Desautorizada	
46	PR	RT 1414/1989	Arleme Bittencourt Temmer e Outros	26,05%	3324	Analisada	
47	PR	RT 1107/89	Célio Vinicius Cordeiro	26,05%	7339	Analisada	
48	RO	RT 207702105/1989	Raimundo Eledir Pereira e Outro	26,05%	7352	Analisada	
49	RO	MS 934-0/89		26,05%	685	Pend. Autoriz.	
50	RJ	RT 194-3/89	Theresinha Maria Gonçalves Rodrigues	26,05%	3289	Pend. Autoriz.	
51	RJ	AO 106763-0/91	Ney Vianna Fernandes Machado e Outro	26,05%	10302	Autorizada	
52	RN	AO 5098-0/92	Lucia Maria Lemos de Macedo	26,05%	10871	Autorizada	194
53	RN	RT 714/92	Janilda Medeiros Figueiredo do Nascimento	26,05%	8833	Analisada	194
54	RN	AO 152-3/93	Alcidia Alice de Arujo e Outros	26,05%	5840	Analisada	
55	RN	AO 6492-2/92	João Ronaldo da Nóbrega	26,05%	5621	Analisada	
56	RN	RT 520/89	LBA	26,05%	4487	Analisada	
57	RN	AO 5170-7/1992	Ada Maria de Gregorio Grimaldi e Outros	26,05%	5615	Analisada	
IT EM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	ÇÃO	ALT. OBJETO
58	SC	MS 7201000677-4/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	9464	Pend. Autoriz.	
59	SC	MS 7202001038-5/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	9370	Desautorizada	194
60	SC	AO 7200013127-4/2002	SINDPREVS/SC (AC 725/89)	26,05%	10998	Pend. Autoriz.	194
61	SC	AO 7200012537-7/2002	SINDPREVS/SC (AC 725/89)	26,05%	10738	Analisada	194
62	SC	AO 7200012264-9/2002	SINDFISP/SC (AC 725/89)	26,05%	10730	Analisada	
63	SC	AO 720002565-6/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	10386	Sem Benefic.	
64	SC	MS 720001708-8/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	10321	Pend. Autoriz.	
65	SC	MS 72.04.000637-5/2002	SINDPREVS/SC	26,05%	10642	Pend. Autoriz.	
66	SE	AO 11190-4/92	Adolpho Soares da Motta	26,05%	11191	Pend. Autoriz.	
67	SE	AO 10714-1/92	Maria José dos Santos	26,05%	4128	Analisada	211 - FP04/03
68	SE	AO 10871-7/1992	Murilo Santos Prado	26,05%	8853	Analisada	
69	SE	AO 10661-7/1992		26,05%	4131	Analisada	
70	SE	AO 10678-1/1992	Ritta de Cassia Santos Silva	26,05%	4130	Analisada	
71	SE	AO 10690-0/1992	Dinorah Carvalho Costa da Cunha	26,05%	4126	Analisada	
72	SE	AO 11717-1/1992	Valderez Lisboa dos Santos	26,05%	3587	Analisada	
73	SE	AO 10656-0/1992	Maria Helia Ramos Souza	26,05%	3586	Analisada	
74	SE	AO 10626-9/1992	Valderez Dantas de Jesus	26,05%	2978	Analisada	
75	SE	AO 10730-3/1992	Maria de Lourdes A Eugênio	26,05%	2957	Analisada	
76	SE	AO 11439-3/1992	Roque dos Santos Mendonça	26,05%	4125	Analisada	
77	SP	RT 1586/89	Artur Jose A Meyer e Outros	26,05%	8825	Sem Benefic.	
78	SP	RT 1710/89	Alice Fagundes Martins e Outros	26,05%	7318	Analisada	
79	SP	RT 1076/89	Elisabeth Ruas Padron e Outros	26,05%	7412	Analisada	
80	SP	RT 1711/89	Ana Cristina Zulian e Outros	26,05%	7340	Desautorizada	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

81	SP	RT 1080/89	Andre Luiz dos Santos	26,05%	7140	Analisada	
82	SP	RT 662/91	Andreia Teresa Micheli Rochetti e Outros	26,05%	7405	Analisada	
83	SP	RT 312/89	Aparecida de Lourdes Mussarelli Massaro e Outros	26,05%	9190	Sem Benefic.	
84	SP	RT 1059/89	Balbina Rey Mendes	26,05%	10006	Desativada	
85	SP	RT 1707/89	Eunice Fonseca Bezerra	26,05%	9779	Analisada	194
86	SP	RT 1140/89	Rosa Linda Korn e Outros	26,05%	9778	Analisada	194
87	SP	RT 1146/89	Elaine Schulz da Costa e Outros	26,05%	9193	Analisada	194
88	SP	RT 1711/89	Ana Cristina Zulian e Outros	26,05%	7340	Desautorizada	
89	SP	RT 1132/89	Paulo Mariano da Silva Gomes e Outros	26,05%	7115	Analisada	
90	SP	RT 1575/89	Ana Aparecida Bizetto Bagarollo e Outros	26,05%	6363	Desautorizada	
91	SP	RT 1107/89	Waldir Tavares Mendes e Outros	26,05%	5875	Pend. Autoriz.	
92	SP	RT 1712/89	Adão Aparecido da Silva e Outros	26,05%	5751	Analisada	
93	SP	RT 1818/90	Ana Maria Arruda dos Santos e Outros	26,05%	1105	Desautorizada	
94	SP	RT 1076/89	Antonio Augusto Santos Sala e Outros	26,05%	10200	Pend. Autoriz.	
95	SP	RT 1585/89	Alda Ribeiro dos Santos e Outros	26,05%	10504	Analisada	194
96	SP	MS 6110009118-5/2001	Henrique Stuart Lamarca e Outro	26,05%	10323	Analisada	
97	SP	RT 1867/89	Renata Souza da Silva e Outros	26,05%	10102	Analisada	194
98	SP	RT 1059/89	Balbina Rey Mendes e Outros	26,05%	10007	Analisada	194
99	SP	RT 1342/89	Tania Teresa Mecati	26,05%	7487	Analisada	
100	SP	MS 2003.61.09.007097-7	Eleni Ferreira Vinagre e Outros	26,05%	11856	Autorizada	
101	SP	RT 1343/89	Rafael Cassio D'ambrosio e Outros	26,05%	8216	Analisada	194
102	SP	AO 2003.6109005237-9	Dulce Aparecida Gurtler Bueno e Outros	26,05%	11889	Autorizada	
103	SP	RT 2285/89	Sônia Ribeiro Bacile	26,05%	13810	Autorizada	
104	SP	AO 2003.61.09.004802-9	Nelson Pesse Júnior	26,05%	11737	Pend. Autoriz.	
105	SP	RT 320/89	Alice Cristino Gabriel e Outros	26,05%	7293	Suspensa	

AÇÕES DE 26,06%

1	AC	RT 961/92	Nady de Castro Castelo Oliveira	26,06%	11866	Analisada	
2	RO	RT 934/91	SINDSEF/RO	26,06%	1404	Autorizada	206
3	RO	MS 0096-2002	SINDSEF/RO	26,06%	13707	Autorizada	
4	PB	RT 1146/91	Joselita de Oliveira Serrano e Outros	26,06%	10048	Analisada	
5	RJ	RT 2778/89	Catharina Laboré de Araújo	26,06%	10096	Analisada	
6	RN	RT 780/92	Janilda Medeiros Figueiredo do Nascimento	26,06%	9503	Analisada	
7	SE	RT 10300020/93	Nacacia Prado Guerra e Outros	26,06%	7335	Analisada	
8	SP	RT 1382/92	Alzira Pereira Cordeiro e Outros	26,06%	9588	Analisada	194

AÇÕES DE PSS

1	DF	MS 24866-3/99	FENAFISP	PSS	10290	Sem Benefic.	
2	DF	MS 3400011262-8/99	ANFIP	PSS	10292	Sem Benefic.	
3	DF	MS 39091-7/99	FENAFISP	PSS	9933	Sem Benefic.	
4	DF	MS 3400020231-9	ANFIP E ANPPREV	PSS	9817	Sem Benefic.	
5	SC	MS 8135-3/2000	SINDFISP	PSS	7552	Sem Benefic.	
6	SC	MS 10378-2/99	SINTSPREV/SC	PSS	7548	Sem Benefic.	
7	PA	MS 2004.39.00.003057-1	AFISEPA	PSS 11% EC 41	12145	Analisada	
8	PE	MS	Rui Gondim Coutinho	PSS 11% EC	12975	Pend.	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

		20048300004555-4		41		Autoriz.	
9	PE	MS 20048300009469-3	Josemar de Oliveira Santos Neves	PSS 11% EC 41	12976	Pend. Autoriz.	
10	PE	MS 20048300005220-0	Nadja Buffone Pires	PSS 11% EC 41	13050	Pend. Autoriz.	
11	PE	MS 2004.83.00.8739-1	SINDSPREV/PE	PSS 11% EC 41	13208	Analizada	
12	MT	MS 2004.4556-1	Wilma Campos Borges	PSS 11% EC 41	13227	Analizada	
13	SC	MS 8135-3/2000	SINDFISP	PSS	7552	Sem Benefic.	
14	SC	MS 10378-2/99	SINTSPREV/SC	PSS	7548	Sem Benefic.	
15	SC	MS 200400006812-3	SINDPREVS/SC	PSS 11% EC 41	12426	Pend. Autoriz.	
16	SP	MS 61.00.005353- 3/04	Adélia Leal Rodrigues e outros	PSS 11% EC 41	12175	Desautoriz ada	
17	SP	MS 20046100011896-0	SINDSEF/SP	PSS 11% EC 41	12336	Pend. Autoriz.	
18	SP	MS 2004.61.00.011731 -1	Sabato Antônio Magaldi e outros	PSS 11% EC 41	12413	Analizada	
19	SP	MS 2004.61.00.013778 -4	Solon Ribeiro Filho	PSS 11% EC 41	12345	Analizada	
20	RJ	MS 51.01.003459- 9/04	Hilda Regina Ribeiro e outros	PSS 11% EC 41	12760	Analizada	
21	RJ	MS 51.01.008818- 3/04	João Batista Ferreira da Silva e outros	PSS 11% EC 41	12533	Analizada	
22	RJ	MS 51.01.008079- 2/04	Aldo Lins e Silva	PSS 11% EC 41	12532	Analizada	
23	RJ	MS 51.01.008117- 6/04	Magalita Guasti Miguel Pereira e outros	PSS 11% EC 41	12534	Analizada	
24	RJ	MS 20040340009423-4	AFIPAL	PSS 11% EC 41	12885	Desautoriz ada	obs:autor beneficiado pelo SICAJ 12913
25	RJ	MS 2004.51.02001852- 9	Arcilia Soares Lourenço	PSS 11% EC 41	13662	Sem Benefic.	
26	RN	MS 2004.84.00.001427 -4	Maria Matilde Costa de Oliveira	PSS 11% EC 41	12209	Analizada	
27	RN	MS 2004.84.00.002392 -5	Ailton Gomes da Silva	PSS 11% EC 41	12536	Analizada	
28	RN	MS 2004.84.00.003060 -7	Carlos Alberto Salustino Dutra e Outros	PSS 11% EC 41	12537	Analizada	
29	RN	MS 2004.84.00.002709 -8	Carlos Alberto Salustino Dutra e Outros	PSS 11% EC 41	12629	Analizada	
30	RN	AO 2004.84.00.002939 -3	José Eriberto da Rocha	PSS 11% EC 41	13010	Desautoriz ada	obs:autor beneficiado pelo SICAJ 12913
31	DF	MS 61.00.005350- 3/04	Flavio Moacyr Pinheiro Lima Junior e outros	PSS 11% EC 41	12177	Analizada	
32	DF	MS 61.27.000450- 1/04	Neyde Lima Santos Corbelli	PSS 11% EC 41	12152	Analizada	
33	DF	MS 34.00.003768- 3/04	FENAFISP	PSS 11% EC 41	12906	Analizada	
34	DF	MS 34.00.018316- 9/04	FENAFISP	PSS 11% EC 41	12913	Analizada	
35	DF	MS 34.00.009423- 4/04	ANFIP	PSS 11% EC 41	12921	Analizada	
36	DF	MS 34.00.017223- 8/04	Bernadeth de Freitas Vieira e outros	PSS 11% EC 41	13116	Analizada	
37	DF	MS 34.00.018154- 9/04	Gilson Campanha	PSS 11% EC 41	13214	Analizada	
38	DF	MS 34.00.017041- 2/04	SINDIFISCAL	PSS 11% EC 41	13428	Analizada	
39	RJ	MS 2004.5101007024-5	Jadyr Maria Carvalho Caldas e Outra	PSS 11% EC 41	13086	Analizada	
40	RJ	MS	Luiz Barbosa Gondim e Outros	PSS 11% EC	13105	Analizada	

		2004.5101002773-0		41			
41	RJ	MS 2004.5101007076-2	Josias José de Mello e Outros	PSS 11% EC 41	13146	Analísada	
42	RJ	MS 2004.5101008474-8	Maria Coeli Cavalcante da Silva e Outros	PSS 11% EC 41	13260	Analísada	
43	RJ	MS 2004.5101008720-8	Narciso Carvalho de Azevedo	PSS 11% EC 41	13300	Analísada	
44	AL	MS 204.4309-5	SINDPREV/AL	PSS 11% EC 41	12710	Analísada	
45	RJ	MS 2004.51.01.013342-5	Jacy Chimenti	PSS 11% EC 41	13502	Analísada	
46	DF	MS 2004.34.00006091-6	SINDSPREV/RJ	PSS 11% EC 41	13393	Analísada	
47	RJ	MS 2004.5101008305-7	Dulce Nobre de Freitas e Outros	PSS 11% EC 41	13645	Pend. Autoriz.	
48	MG	MS 2004.3800019290-0	Rosa Maria de Carvalho e outros	PSS 11% EC 41	13543	Analísada	
IT EM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 47,94%							
1	CE	AO 2398-4/98		47,94%	10688	Analísada	
2	PB	AO 5875-6/94	José Aalberto Maciel de Carvalho	47,94%	9497	Analísada	
3	RN	AO 13233-1/97	Gisana Brito Medeiros	47,94%	301	Analísada	
AÇÕES DE 28,86%							
1	RS	AO 23625-0/97	UNASLAF	28,86%	10943	Autorizada	
2	RS	AO 10409-5/97	Irtton Antunes Avila	28,86%	3732	Analísada	
3	CE	MS 24175-3/93		28,86%	5341	Analísada	
4	DF	AO 6916-2/94	Corina Francisca de Souza Oliveira e Outros	28,86%	10704	Analísada	
5	DF	AO 14606-8/93	Selma do Rocio Xavier Ferreira e Outros	28,86%	10010	Pend. Autoriz.	
6	DF	AO 13138-9/93	José Pinheiro e Outros	28,86%	9112	Analísada	
7	DF	MS 18584-5/93	Maria Aparecida Rodrigues Possale Sandrine e Outros	28,86%	7619	Analísada	
8	DF	AO 9408-6/94	Adaliete do Rosário Benedito e Outros	28,86%	11173	Autorizada	
9	DF	AO 12480-3/93	Antonio Teles de Sousa e Outros	28,86%	11802	Autorizada	
10	DF	AO 348879-1/98	Maria Concionila S.M. de Medeiros	28,86%	11842	Autorizada	
11	GO	AO 1684-2/95	Arsênio Neiva da Silva e Outros	28,86%	11305	Analísada	
12	PE	AO 97.9708-0	Justino Francisco dos Santos e outros	28,86%	13343	Analísada	
13	RJ	AO 0010012-4/94	Ana Maria da Silva Pessanha e Outros	28,86%	10907	Autorizada	
14	RN	AO 8963-4/99	Sergio Carvalho Alves	28,86%	10628	Analísada	
15	RN	AO 2553-5/97	Jackon Dantas e Outros	28,86%	10574	Analísada	
16	RN	AO 8771-9/97	Maria de Fatima Dantas Jeronimo	28,86%	10341	Analísada	
17	RN	AO 2001.84.000.10856-5	Cynthia Cinira de Amorim Santos	28,86%	11810	Autorizada	
18	RN	AO 24073-0/93	Maria de Fatima Campelo da Silva	28,86%	7748	Analísada	
19	SP	AO 607966-1/97	Antonio José Martins Júnior	28,86%	11723	Autorizada	
20	RN	AO 13604-0/1995	SINDIFISP - RN	28,86%	13870	Analísada	
21	RN	AO 8400001613-7/2000	Francisca Gomes Alves e Outros	28,86%	13858	Desautorizada	
AÇÕES DE 45%							
1	RJ	AO 42387-6/92	Maria Thereza de Souza Leão e Outros	45%	10842	Analísada	
2	RJ	RT 1577/89	Alba Regina de Jesus e Outros	45%	8823	Analísada	
AÇÕES DE PENSÃO VITALÍCIA							
1	RN	AO 11442-6/99	Orpheo Fraguas Resende	Pensão Vitalícia	10870	Sem Benefic.	
AÇÕES DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE							
1	RS	AO 91803-6	Geraldo Andino Nobre	Adic. De Insalub.	11181	Pend. Autoriz.	
2	RS	RT 298801/81	Maria Auxiliadora da Silva e Outros	Adic. De Insalub.	10935	Pend. Autoriz.	
AÇÕES DE ANUÊNIO							

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

1	DF	AO 4660-0/94	Ulcimar Freitas	Anuênio	10705	Analisada	
2	DF	AO 9209-0/93	Neide Resende	Anuênio	11437	Autorizada	
3	CE	AO 2640-2/93	Zelia Maria Bezerra dos Santos e Outros	Anuênio	9837	Analisada	
4	SP	RT 4255/89	Anabel Fracalasse e Outros	Anuênio	8844	Pend. Autoriz.	
5	RJ	AO 6221220-0/84	Arminio Sampaio da Cunha e Outros	Anuênio	8803	Desativada	
6	RN	AO 15290-4/93	Sônia de Souza Marinho e Outros	Anuênio	5910	Analisada	
7	RN	AO 7729-5/93	Frnacisca Maria da Silva e Outros	Anuênio	5904	Analisada	
8	RN	AO 9058-5/93	Sônia Maria de Freitas Tertulino e Outros	Anuênio	5902	Analisada	
9	RN	AO 14933-4/93	José Alvamar Gomes de Sena	Anuênio	5900	Analisada	
10	RN	AO 24939-8/93	Lenize Carvalho Fialho Café e Outros	Anuênio	5893	Analisada	
11	RN	AO 3464-2/93	Jaira Maria de Arruda Sales Costa	Anuênio	5891	Analisada	
12	RN	AO 15292-0/93	Edir Melo de Carvalho e Outros	Anuênio	5890	Analisada	
13	RN	AO 9838-3/94	Domingos Savio Pinheiro da Camara	Anuênio	5889	Analisada	
14	RN	AO 4782-7/94	José Salviano da Silva	Anuênio	5770	Analisada	
15	RN	AO 4074-1/94	Luzimar Mendes de Franca e Outros	Anuênio	5759	Analisada	
16	RN	AO 15293-9/93	Rosenblit Gomes de Miranda e Outro	Anuênio	5747	Analisada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
17	RN	AO 8119-3/92	Maria das Neves Santos de Medeiros e Outros	Anuênio	5738	Analisada	
18	RN	AO 9057-7/93	Francisca das Chagas da Silva Campos	Anuênio	5727	Analisada	
19	RN	AO 3691-4/94	Maria Neide Dias e Outros	Anuênio	5722	Analisada	
20	RN	AO 7345-3/94	Edivaldo Pereira Guedes e Outro	Anuênio	5715	Analisada	
21	RN	AO 6685-2/92	Dalvanira Gomes Advincula e Silva e Outros	Anuênio	5713	Analisada	
22	RN	AO 11680-0/93	Milton Borges da Silva	Anuênio	5665	Analisada	
23	RN	AO 5789-8/93	Ana Tereza de Souza Rodrigues Gabriel Ferreira e Outros	Anuênio	5656	Analisada	
24	RN	AO 27794-4/93	Socorro Paula Torres de Franca e Outros	Anuênio	5652	Analisada	
25	RN	AO 3697-3/94	Antonia Zezilda Araújo de Souza e Outros	Anuênio	5647	Analisada	
26	RN	AO 24072-2/93	Renner Jales de Medeiros e Outros	Anuênio	5640	Analisada	
27	RN	AO 29555-1/93	Magnus Vinicius Pinheiro de Souza e Outros	Anuênio	5634	Analisada	
28	RN	AO 8122-3/92	Cleneide Quintela Gadelha do Espirito Santo e Outros	Anuênio	5626	Analisada	
29	RN	AO 16877-0/93	Albanita Santana Cau de Farias e Outros	Anuênio	5604	Analisada	
30	RN	AO 8768-1/93	Onofre Gomes de Lima e Outros	Anuênio	5601	Analisada	
31	RN	AO 16528-3/93	Aldenora Nobre de Amorim Souza e Outros	Anuênio	5597	Analisada	
32	RN	AO 23509-5/93	Terezinha Leandro da Silva e Outros	Anuênio	5585	Analisada	
33	RN	AO 8124-0/92	Maria do Rosario Dantas e Outros	Anuênio	5569	Analisada	
34	RN	AO 31224-3/93	Manoel Aragão Neto e Outros	Anuênio	5575	Analisada	
35	RN	AO 8362-7/93	Antonio Candido Ribeiro e Outros	Anuênio	5536	Analisada	
36	RN	AO 6683-6/92	João Honorio Sobrinho e Outros	Anuênio	5530	Analisada	
37	RN	AO 19604-9/93	Raimundo Paiva e Outros	Anuênio	5521	Analisada	
38	RJ	AO 5151008126-4/2003	Sueli Rebello Brandão	Anuênio	13734	Desautorizada	
AÇÕES DE PENSÃO							
1	RS	AO 2952-0/90	Josane Maria Lucena	Pensão	10552	Sem Benefic.	
2	SP	2004.61.08.004970-4	Rita de Cássia Alves Ferreira Negreiros	Pensão	13437	Sem Benefic.	
3	RJ	AO 1997.0041090-0	Renato Rivello	Pensão	13745	Sem Benefic.	
4	RJ	AO 1997.0013707-4	Derly Menezes	Pensão	13751	Sem Benefic.	
AÇÕES DE JETON							
1	MG	MS 22266-6/84	Moacir Borman de Siqueira Campos (MS 06-II-84-F)	Jeton	10372	Analisada	
AÇÕES DE GDAT							
1	BA	MS 330004099-3/2000	SINDIFISP	GDAT	7567	Homologada	
2	CE	MS 19424/2000	Adriana Moreira Tavares e Outros	GDAT	3328	Pend.	

						Autoriz.	
3	DF	MS 28469-8/99	ANFIP	GDAT	8132	Homologada	
4	DF	MS 3400037454-1	Arthur Carlos da Silva	GDAT	7568	Homologada	
5	DF	MS 3400028299-1/99		GDAT	4495	Desativada	
6	DF	MS 28299-1/99		GDAT	97	Desativada	
7	ES	MS 9229-5/99	AFIPES	GDAT	7203	Desautorizada	
8	MG	MS 3800019543-9/2000	Eunice Maria Reis de Abreu e Outros	GDAT	8798	Sem Benefic.	
9	MS	MS 60006808-7/99	ANFIP/MS	GDAT	7556	Autorizada	
10	PR	MS 32180-0/97	SINFISPAR	GDAT	8505	Homologada	
11	RJ	MS 21079-4/99	Roberto Villela Nunes e Outros	GDAT	7114	Desautorizada	
12	RN	MS 10941-3/2000	ANOFIP	GDAT	7243	Homologada	
13	RN	MS 11430-2/99	ANOFIP	GDAT	7242	Autorizada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
14	RS	MS 7100025743-6/99	AGAFISP	GDAT	8851	Homologada	
15	RS	AO 2272-4/2000	Antonio Carlos Teixeira de Castro	GDAT	3568	Desautorizada	
16	SE	MS 5697-3/99	AFIPRESE	GDAT	3544	Homologada	
17	SE	MS 5697-3/99	AFIPRESE	GDAT	3544	Homologada	
18	SP	MS 6100046516-9/99	APAFISP/SP	GDAT	9945	Homologada	
19	SP	MS 6100049519-8/96	SINDFISP/SP	GDAT	2262	Homologada	
AÇÕES DE 3,17%							
1	AL	AO 965909-8/96	Neise Anibal Cavalcanti e Outros	3,17%	8725	Pend. Autoriz.	
2	AL	AO 4467-8/96	Ivanise Tavares do Nascimento e Outros	3,17%	8545	Analizada	
3	AL	AO 965798-2/96	Celio Antonio Emidio Silva	3,17%	8544	Analizada	
4	AL	AO 4294-2/96	Heliana Alves de Miranda e Outros	3,17%	8413	Homologada	
5	AL	AO 6208-0/96	Miguel Angelo de V. Buarque e Outros	3,17%	8228	Analizada	
6	AL	AO 5710-9/96	Sidney Ribeiro de Souza e Outros	3,17%	5911	Analizada	
7	AL	AO 4280-2/96	Terezinha de Barros Leao e Outros	3,17%	5881	Analizada	
8	AL	AO 4451-1/96	Geruza Costa Lima e Outros	3,17%	5807	Analizada	
9	AL	AO 285-3/97	Neide Quintino de O Silva e Outros	3,17%	5803	Analizada	
10	AL	AO 4526-7/96	Aurea Rita Costa Ezequiel e Outros	3,17%	5788	Homologada	
11	AL	AO 4944-2/97	Osvaldo Lourenço da Silva	3,17%	5781	Analizada	
12	AL	AO 5712-5/96	Mauro Lucio de Souza Duarte e Outros	3,17%	5777	Homologada	
13	AL	AO 5229-8/96	Gilda Lima Austrelino e Outros	3,17%	5753	Homologada	
14	AL	AO 4291-8/96	Neide Ribeiro Calazans e Outros	3,17%	5737	Analizada	
15	AL	AO 6195-5/96	Maria das Dores Silvestre e Outros	3,17%	5730	Analizada	
16	AL	AO 283-7/97	Carlos Eugênio Veiga dos Santos e Outros	3,17%	5657	Analizada	
17	AL	AO 5718-4/96	Carlos Barros Gomes e Outros	3,17%	5654	Analizada	
18	AL	AO 8038-0/96	Severino Roberto de Moraes	3,17%	5628	Analizada	
19	AL	AO 4475-9/96	Luciene Vieira de Araujo Menezes e Outros	3,17%	5456	Analizada	
20	AL	AO 00070-2/97	Valdeci Gomes da Silva Santos e Outros	3,17%	5454	Analizada	
21	AL	AO 2823-2/97	Antonio Luiz dos Santos e Outros	3,17%	5428	Analizada	
22	AL	AO 8007-0/96	Jose Alves de Souza e Outros	3,17%	5427	Analizada	
23	AL	AO 4981-5/96	Edjena Maria Silva Bispo e Outros	3,17%	5421	Analizada	
24	AL	AO 1768-0/97	José Veronildo Pessoa de Barros	3,17%	5411	Analizada	
25	AL	AO 8045-3/96	Maria Hilda da Rocha e Outros	3,17%	5402	Analizada	
26	AL	AO 0089-3/97		3,17%	4444	Analizada	
27	AL	AO 458-9/96	Mauricio Barbosa Lima e Outros	3,17%	3585	Analizada	
28	AL	AO 6207-2/96	Maria Celia Alves Reis e Outros	3,17%	3582	Analizada	
29	AL	AO 0290-0/97	Armando Nunes Brasil e Outros	3,17%	3578	Analizada	
30	AL	AO 5799-0/96	Tânia Velka D.M. de Almeida e Outros	3,17%	3340	Analizada	
31	AL	AO 0090-7/99	Pedro Alves de Oliveira e Outros	3,17%	3243	Analizada	

32	AL	AO 4449-0/96	Renilde de Melo A Silva e Outros	3,17%	2895	Analísada	
33	AL	AO 4478-3/96	Joaquim Farias do Nascimento e Outros	3,17%	2894	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJET O
34	AL	AO 8035-6/96	Luiz Pedro da Silva e Outros	3,17%	2843	Analísada	
35	AL	AO 4270-5/96	Paulo Nunes Leite e Outros	3,17%	2841	Analísada	
36	AL	AO 4662-0/96	Aluisio Pereira da Silva e Outro	3,17%	2840	Analísada	
37	AL	AO 4293-4/96	Denise Marques Santos e Outros	3,17%	2839	Homologada	
38	AL	AO 4663-8/96	Durval tabajara dos Santos e Outros	3,17%	2836	Analísada	
39	AL	AO 4659-0/96	Carlos Jorge Viana dos Santos e Outros	3,17%	2737	Analísada	
40	AL	AO 5222-0/96	Antonio Oliveira e Outros	3,17%	2733	Analísada	
41	AL	AO 5171-2/96	Maria Lucia Bezerra da Silveira e Outros	3,17%	2728	Analísada	
42	AL	AO 4988-5/96	Renato de Melo Barbosa e Outros	3,17%	2713	Homologada	
43	AL	AO 4286-1/96	Maria Alice dos Santos Correia e Outros	3,17%	2709	Homologada	
44	AL	AO 5863-6/96	Luciano P. Lima e Outros	3,17%	2706	Analísada	
45	AL	AO 4456-2/96	Maria de Fatima dos Santos Pereira e Outros	3,17%	2526	Analísada	
46	AL	AO 4190-3/96	José Potiguara de O Filho e Outros	3,17%	1878	Analísada	
47	AL	RT 51607/96	Roberto Luiz Kunller e Outros	3,17%	877	Analísada	
48	AL	AO 4479-1/96	Janssen de Gusmão Marques e Outros	3,17%	190	Analísada	
49	AL	AO 5865-2/96	Ligia Maria da Silva Barros e Outros	3,17%	187	Analísada	
50	AL	AO 4783-9/96		3,17%	168	Analísada	
51	AL	AO 5861-2/96	Gresio Liberato da Silva e Outros	3,17%	165	Analísada	
52	AL	AO 5231-0/96	Paulo Marcelo Ludovico da Silva e Outros	3,17%	7577	Analísada	
53	BA	MS 4146-0/95	SINDPREV/BA	3,17%	7728	Autorizada	
54	DF	MS 79215-5/98	SINPROPREV	3,17%	10838	Pend. Autoriz.	
55	DF	MS 4151-0/95	FENAFISP	3,17%	8806	Autorizada	
56	DF	AO 340014905-4/97		3,17%	2333	Pend. Autoriz.	
57	DF	AO 16567-5/99		3,17%	1339	Pend. Autoriz.	
58	DF	MS 37048-4/95		3,17%	747	Pend. Autoriz.	
59	DF	MS 200/0024867-3	ANFIP	3,17%	11885	Autorizada	
60	DF	AO 3400011244-7/2000	Antonia Maria Brigido de Araujo e Outros	3,17%	642	Sem Benefic.	
61	ES	AO 5753-1/2000	João Batista da Silva	3,17%	3033	Analísada	
62	MA	AO 933-3/96	SINDSEP	3,17%	7692	Analísada	
63	PB	AO 6861-7/97	José Antonio Coelho Cavalcanti e Outros	3,17%	7594	Analísada	
64	PB	AO 3070-9/97	Celeste Ainda Martins Guerra e Outra	3,17%	7419	Homologada	
65	PB	AO 3466-6/97	Antonia Figueiredo Pires Ferreira	3,17%	2131	Pend. Autoriz.	
66	PB	AO 7866-3/97		3,17%	164	Analísada	
67	PE	AO 15994-9/97	SINDSEP/PE	3,17%	7160	Analísada	
68	RN	AO 4314-0/96	Elza Dantas Sales	3,17%	8524	Homologada	
69	RN	AO 4238-3/97	Edna Alves Lins de Araujo e Outros	3,17%	5846	Homologada	
70	RN	AO 10602-0/97	Maria Dinalva Costa de Oliveira	3,17%	5832	Analísada	
71	RN	AO 4316-7/96	Maria das Graças M. Olpes Cardoso e Outros	3,17%	3037	Homologada	
72	RN	AO 4612-3/96	SINDPREVS/RN	3,17%	582	Homologada	
73	RN	AO 4313-2/96	Edinora Medeiros F. da Silva	3,17%	431	Homologada	
74	RS	AO 22317-7/97	Cláudio Coelho Timme e Outros	3,17%	11556	Pend. Autoriz.	
75	RS	AO 1139-2/99	Ana Luiza Barbosa Vasconcellos e Outros	3,17%	6230	Homologada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJET O
AÇÕES DE ABONO PECUNIÁRIO							
1	PB	MS 5458-6/97	Marcio Piquet da Cruz	Abono	333	Analísada	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

				Pecuniário			
AÇÕES DE ABATE TETO							
1	CE	MS 810000114-0/2000	Francisco Oswaldo de Oliveira	Abate Teto	6914	Autorizada	
2	CE	MS 13601-3/94	Maria Auxiliadora de Sousa e Outros	Abate Teto	7314	Sem Benefic.	
3	PE	MS 12345-5/91	Antonio Pedro de Moraes da Cunha e Outros	Abate Teto	1035	Pend. Autoriz.	
4	PE	MS 12905-4/91	Luis Alberto Martins Gonçalves	Abate Teto	10633	Autorizada	
5	PE	MS 91.12785-0	Pedro Ney Liberal e outros	Abate Teto	13340	Analizada	
6	PE	MS 9166-9/91	Jaime de Araujo Lima	Abate Teto	6685	Pend. Autoriz.	
7	PE	AO 83008147-4/2000	Eduardo de Albuquerque Melo Filho	Abate Teto	6700	Analizada	
8	RJ	MS 5101002639-1/2000	Nelson Fagundes de Mello	Abate Teto	7422	Sem Benefic.	
9	RS	AO 9778-6/94	Lygia Lourdes Zugno Filippini e Outros	Abate Teto	9690	Sem Benefic.	
10	RS	AO 21937-7/2001	Maria Dejarah Tubbs Ribeiro	Abate Teto	8629	Sem Benefic.	
11	RS	MS 14166-1/94	Antonio Carlos Teixeira de Castro e Outro	Abate Teto	8862	Sem Benefic.	
12	RS	MS 21884-4/91	Antonio Augusto Bomfliglio Olinto e Outros	Abate Teto	8855	Sem Benefic.	
13	RS	MS 10720-1/95	Gelson Cesar de Vasconcelos	Abate Teto	8861	Sem Benefic.	
14	RS	MS 780799-6/86	Hernani Del Corona e Outros	Abate Teto	7765	Sem Benefic.	
15	RS	MS 6019-8/93	Estevam Carlos Teixeira de Freitas e Outro	Abate Teto	7764	Sem Benefic.	
16	RS	AO 2110-0/96	Marlene Chies Stocker	Abate Teto	8871	Pend. Autoriz.	
17	RS	AO 5881-6/97	Cleonice Daniel Amaral	Abate Teto	1983	Sem Benefic.	
18	RS	MS 33337-6/2000	Albertina de Mello Braga	Abate Teto	3179	Sem Benefic.	
19	RS	MS 9877-0/92	Adão Moreira dos Santos e Outros	Abate Teto	7285	Sem Benefic.	
20	RS	MS 34610-3/2000	Antonio de Padua Ferreira da Silva	Abate Teto	7165	Sem Benefic.	
21	RS	AO 7100041013-9/2000	Nedy de Azevedo	Abate Teto	9551	Sem Benefic.	
22	SC	MS 1202-0/99	Nilson Vieira Borges e Outro	Abate Teto	10532	Analizada	
23	SC	MS 3539-8/93	Altair da Silva Cascaes Sobrinho	Abate Teto	7286	Sem Benefic.	
AÇÕES DE URP - ABRIL/MAI/1988							
1	PE	AO 5720-0/93	Pedro Francisco de Sousa e Outros	URP Abr/Mai-88	2318	Analizada	
AÇÕES DE PCCS							
1	BA	RT 1301085/89	SINDPREV/BA	PCCS - 100%	4109	Analizada	
2	DF	RT 354/95	Carlos Anderson Nunes de Amorim e Outros	PCCS - 47,11%	10776	Analizada	
3	DF	RT 050/90	Clarice Carneiro da Cunha Rocha e Outros	PCCS	10706	Analizada	
4	DF	MS 3400008202-3/2002	SINDPREV/BA	PCCS - 100%	9344	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 23502-0/2001	SINDPRESVS/RN (RT 144/90)	PCCS	8859	Analizada	
6	DF	RT 285/96	Maria Pereira de Jesus Clemente e Outros	PCCS	7177	Analizada	
7	DF	RT 285/96	Maria Pereira de Jesus Clemente e Outros	PCCS - 100%	2474	Desativada	
8	MG	RT 1307/90		PCCS - 47,11%	10515	Analizada	
9	MG	MS 3800036572-5/2002	Lúcia Aparecida Múlia	PCCS	10686	Analizada	
10	MG	MS 1305-0/95	Emi Ferraz e Outros	PCCS - 100%	10182	Analizada	
11	MS	600-8/99	Justina Conche Farina e Outra	PCCS - 100%	3168	Autorizada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJET

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

							O
12	PE	MS 6524-7/99	Paulo Roberto de Lima	PCCS	10442	Desautorizada	
13	PE	AO 872-7/90	SINDSPREV/PE	PCCS - 100%	8828	Analisada	
14	PE	RT 490/91	SINDSPREV/PE	PCCS - 100%	3032	Analisada	208
15	PE	RT 1243/89	Abigail Saraiva da Silva e Outros	PCCS - 100%	10297	Analisada	
16	PE	RT 89/5001015620		PCCS - 100%	5218	Analisada	
17	PB	RT 1376/89	SINDSPREV/PB	PCCS - 110,03%	4181	Analisada	208
18	RS	AO 7100029131-3/2001	Jaira da Silva Costa	PCCS	11051	Analisada	
19	RS	AO 7100032561-3/2002	Flavio Carlos de Mattos	PCCS	10707	Autorizada	208
20	RS	AO 7100023277-5/2002	Lindolfo Carlos Marquadt	PCCS	10637	Autorizada	
21	RS	MS 7100027401-7/2001	Elzira Tavares alves (RT 12288326/89)	PCCS - 47,11%	9719	Analisada	
22	RS	AO 7100004616-1/2001	Maria Ines Reis Alves	PCCS - 47,11%	9499	Analisada	
23	RS	AO 7100026649-5/2001	SINDPREV (RT 12288326/89)	PCCS - 47,11%	9047	Analisada	
24	RS	AO 7100011591-9/2000	Maria da Graça Machado Futuro	PCCS	8509	Analisada	
25	RS	AO 7100028754-1/2001	Carlos Roberto Rodrigues da Silva	PCCS - 47,11%	8504	Analisada	
26	RS	AO 7100028765-6/2001		PCCS - 47,11%	8393	Desautorizada	
27	RS	AO 7100035761-7/2000	Celia Azambuja	PCCS	7593	Analisada	
28	RS	MS 7100006421-0/99	Jorge Borges de Menezes	PCCS - 47,11%	6445	Analisada	
29	RS	AO 71000012146-4/2000	Elisabeth Lima Donadio	PCCS - 47,11%	6434	Analisada	
30	RS	AO 71000014555-9/2000	Marisa Virginia Forlan	PCCS - 47,11%	6422	Analisada	
31	RS	AO 40317-2/2000	Rafael Nunes de Nunes	PCCS - 47,11%	2354	Analisada	
32	RS	AO 7100012145-2/2000	Elisabete Pires dos Santos	PCCS - 47,11%	2134	Analisada	
33	RS	AO 7100014206-6/2000	Beatriz Russowsky Zyngier	PCCS - 47,11%	2054	Analisada	
34	RS	AO 7103000701-4/2003	Nairo Greco	PCCS	11273	Autorizada	
35	RN	RT 2136/90	Maria das Graças A Machado e Outros	PCCS	11572	Pend. Autoriz.	
36	SC	AO 7200001303-4/2002	SINDPREVS (RT 958/90)	PCCS - 47,11%	9618	Desautorizada	
37	SE	AO 8010-3/2000	José Francisco Costa	PCCS - 47,11%	6375	Analisada	
38	SE	RT 1004/90	SINDPREV/SE	PCCS - 47,11%	1682	Analisada	
39	SE	MS 8500005346-6/2000	Ana Maria de Almeida Bressy e Outra	PCCS - 47,11%	1128	Desautorizada	
40	SP	AO 6100005739-1/2002	SINSPREV (RT 1571/89 - Francisco de A neto e Outros)	PCCS - 100%	9665	Autorizada	
41	SP	RT 1053/89	Noé Araujo dos Santos e Outros	PCCS - 47,11%	7139	Analisada	

AÇÕES DE QUINTOS/DÉCIMOS

1	DF	AO 8649077-4/86	Francisco Leandro Filho	Quintos/Décimos	10837	Analisada	
2	DF	MS 3400007060-8/98	Sergio Luis de Castro Mendes Correa	Quintos/Décimos	9818	Analisada	
3	MA	MS 3700004128-1/2002	Maria das Graças Monteiro Fontoura	Quintos/Décimos	10238	Analisada	
4	PB	MS 7966-0/97	Sebastião Soares de Farias e Outros	Quintos/Décimos	10199	Analisada	
5	PR	MS 6207-0/95	Rui Agostinho da Silva e Outros	Quintos/Décimos	10189	Analisada	
6	RS	AO 7100017990-6/2002	Natalino Maccari	Quintos/Décimos	10564	Pend. Autoriz.	
7	RS	AO 7100035071-1	Ione Stumpf	Quintos/Décimos	11158	Autorizada	
8	RS	AO 7100016369-	Vivaldino José Luchese	Quintos/Décimos	10501	Analisada	

		8/2002		s			
9	RS	AO 7100017991-8/2002	Luci Camargo Meggiolaro	Quintos/Décimos	10502	Analizada	
AÇÕES DE GDAJ							
1	DF	MS 3400024332-0/2000	ANPPREV	GDAJ	7241	Pend. Autoriz.	
2	DF	MS 27092-1/2001	SINPROPREV	GDAJ	8150	Analizada	
3	MG	MS 3803004500-1/2002	João Martins de Souza	GDAJ	10448	Desautorizada	
4	RJ	MS 5101023188-0/2000	Marcio Barbosa Cordeiro e Outros	GDAJ	9508	Analizada	
5	SP	MS 6100008561-8/2001	Rosa Brino e Outra	GDAJ	8507	Pend. Autoriz.	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE GADF							
1	CE	MS 23243-7/99	Francisco airton de Pinho	GADF	8802	Analizada	
2	CE	MS 13128-2/99	Paulo Ricardo Menescal Ferreira	GADF	7302	Analizada	
3	CE	MS 19156-9/98	Maria do Socorro Lopes de Moura e Outros	GADF	7300	Analizada	
4	CE	MS 19163-1/98	Stenio Cavalcante Fernandes e Outros	GADF	2445	Analizada	
5	CE	MS 19162-3/98	José Geraldo da Silveira e Outros	GADF	2447	Analizada	
6	CE	MS 19157-7/98	Celio Alan Cunha Moreira de Menezes e Outros	GADF	323	Analizada	
7	CE	MS 7036-4/99	Enio Ferreira Lima	GADF	326	Analizada	
8	CE	AC 20741-4/98	Geraldo Luciano Lopes	GADF	318	Analizada	
9	CE	MS 13071-7/2000	Sara Pinho de Azevedo	GADF	3175	Analizada	
10	CE	MS 23503-5/98	Maria Altanita Brito	GADF	8812	Analizada	
11	CE	MS 20742-2/98		GADF	8093	Analizada	
12	CE	MS 19160-7/98		GADF	8094	Analizada	
13	MG	MS 60920-1/97	Arline Araujo e Outros	GADF	3245	Analizada	
14	MG	MS 63329-0/97	Antonio Jair Fernandes	GADF	6245	Analizada	
15	MG	MS 3800005905-0/98	Helio Boggione	GADF	9048	Analizada	
16	SE	MS 8500006609-0/2000	Benedita Nilza e Outros	GADF	8784	Desautorizada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA							
1	DF	AO 24278-0/91	Aloisio Gonzaga Pavie	Grat. Extraordin.	8857	Analizada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA							
1	MG	AO 373-6/86	Aloisio Gonzaga Pavie	Grat. Judiciária	8807	Analizada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE							
1	RO	RT 1052/91	Lenizete Lucia de Almeida Sussuarana	Grat.Esp.de Loc.	8852	Sem Benefic.	
2	RO	RT 1052/91	Lenizete Lucia de Almeida Sussuarana	Grat.Esp.de Loc.	8400	Analizada	
3	RO	RT 1051/91	Ludmila Pereira Gomes e Outros	Grat.Esp.de Loc.	8398	Analizada	
4	MG	AO 3419/86-B	Márcia Maria B. Fernandes	Grat.Esp.de Loc.	11266	Autorizada	
AÇÕES DE FUNÇÃO GRATIFICADA							
1	CE	MS 19161-5/98	Magda Bezerra Ponchet e Outros	Função Gratif.	10026	Analizada	
2	CE	MS 19158-5/98	Maria Julieta Távora Arruda e Outros	Função Gratif.	9457	Analizada	
AÇÕES DE VANTAGENS PESSOAIS							
1	AM	AO 341-0/83	Maria da Conceição Coutinho da Silva e Outros	Vantag. Pessoais	8854	Desautorizada	
2	DF	MS 2646-1/93	João Martins de Souza	Vantag. Pessoais	9113	Analizada	
3	DF	MS 8609-0/2002	Weiss Webber A Cavalcante e Outros	Vantag. Pessoais	11123	Analizada	
4	DF	MS 2002.00.35170-8	ANFIP	Vantag. Pessoais	11743	Pend. Autoriz.	
5	MG	MS 3800016621-0/98	Débora da Conceição Maia Beraldo e Outros	Vantag. Pessoais	9679	Analizada	
6	MG	MS 3800029274/2002	Guilherme Estrada Rodrigues e Outros	Vantag. Pessoais	10589	Autorizada	

7	MA	MS 3062-1/2002	Antonia Francisca S.B. Maria e Outros	Vantag. Pessoais	11240	Autorizada	
8	MG	AO 385/87	Maria das Mercez Lamego Pinheiro	Vantag. Pessoais	8016	Analisada	
9	MA	MS 2003.37.00.0011853-4	George Cortez Arrais	Vantag. Pessoais	11741	Autorizada	
10	RJ	RT 1984/6083340	Adauto Moreira Rios	Vantag. Pessoais	10443	Analisada	
11	RJ	MS 768327-8/86	Manoel Iran Borges dos Santos	Vantag. Pessoais	2358	Analisada	
IT EM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICA J	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE BIENAL							
1	BA	MS 23156-8/2002	Denilson Fernandes Sacramento	BIENAL	10570	Desautorizada	
2	DF	AO 14766-2/86	Alda Bernardes de Faria e Silva e Outros	BIENAL	10613	Pend. Autoriz.	
3	DF	MS 27594-7/98	Lucia de Paula Moreira e Outros	BIENAL	10365	Analisada	
4	DF	AO 20051-1/80		BIENAL	9074	Analisada	
5	DF	AO 8849-4/85		BIENAL	9073	Analisada	
6	MA	AO 3450-0/84		BIENAL	7677	Analisada	
7	PB	MS 6915-0/97	Evaldo Ribeiro Silva	BIENAL	10237	Analisada	
8	PB	MS 8642-9/97	Temistocles Gonçalves Lacet	BIENAL	9936	Analisada	
9	PB	MS 8641-0/97	Adete Delgado Ribeiro Silva	BIENAL	9686	Analisada	
10	PB	MS 92299-2/97	Alda Pereira de Lima	BIENAL	9504	Analisada	
11	PR	AO 7570-2/97	Gelcyr Luiz ancheski e Outro	BIENAL	10741	Analisada	
12	PR	MS 5774-7/97	Alvarez Guimaraes da Costa e Outros	BIENAL	7930	Analisada	
13	PR	AO 97.21449-4	Alfredo Machado Lopes e Outros	BIENAL	12011	Analisada	
14	RJ	AO 5102005680-0/2000	José Henrique de Mesquita	BIENAL	10803	Analisada	
15	RJ	MS 12171-0/96		BIENAL	9072	Analisada	
16	RJ	MS 5907-3/97		BIENAL	8805	Analisada	
17	RJ	AO 624863-2/84	Leolita Miranda Tavares e Outros	BIENAL	8801	Pend. Autoriz.	
18	RJ	AO 624863-7/85	Leolita Miranda Tavares e Outros	BIENAL	1644	Pend. Autoriz.	
19	RJ	AO 6281427-0/84	Joaquim Avelino Serrão e Outros	BIENAL	8404	Analisada	
20	RJ	AO 628142-7/84	Joaquim Avelino Serrão e Outros	BIENAL	2106	Pend. Autoriz.	
21	RJ	AO 598858-6/84	Emília da Silva Peixoto e Outros	BIENAL	5309	Pend. Autoriz.	
22	RJ	AO 607986-5/84	Ednalva de Almeida Matos e Silva e Outros	BIENAL	4554	Analisada	
23	RJ	AO 595769-9/84	Yara Freitas Cantinho e Outros	BIENAL	2975	Pend. Autoriz.	
24	RJ	AO 697707-3/84	Odette dos Reis Sarandy	BIENAL	1520	Pend. Autoriz.	
25	RJ	MS 13317-6/97	Lídia de O Nogueira e Outros	BIENAL	11264	Autorizada	
26	RJ	AO 252565-8/80	Milton Barreto de Oliveira e Outros	BIENAL	2498	Pend. Autoriz.	
27	RJ	AO 2003.5101.007832-0	Vilma Lemos Costa	BIENAL	11837	Autorizada	
28	RS	AO 7100003134-8/2003	Iria Thereza Bomassarg	BIENAL	11205	Autorizada	
29	RS	AO 7100003147-6/2003	Luiz Carlos Ferreira Pinto	BIENAL	11206	Autorizada	
30	RS	AO 7100003136-1/2003	Américo Zarpelon	BIENAL	11291	Autorizada	
31	RS	AO 7100003137-3/2003	Jurandyr Azambuja	BIENAL	11290	Autorizada	
32	SC	AO 4099-0/73		BIENAL	9051	Analisada	
33	SP	MS 42492-0/98	Diogo João Porta Martins e Outros	BIENAL	10742	Analisada	
34	SP	AO 499768-9/82	Carlos Lopes Bravo e Outros	BIENAL	9803	Analisada	
35	SP	AO 6339441-0/83		BIENAL	8834	Analisada	
36	SP	AO 4257596-7/82		BIENAL	8932	Analisada	
37	SP	AO 425596-8/81	Alvaro Franco Caruso e Outros	BIENAL	8831	Analisada	
38	SP	AO 5059267-0/82		BIENAL	8931	Analisada	

39	SP	AO 501701-7/82		BIENAL	8930	Analísada	
40	SP	AO 457576-8/82		BIENAL	8928	Analísada	
41	SP	AO 571673-0/83		BIENAL	8820	Analísada	
42	SP	AO 6365892-2/84	Adail Couto Paes e Outros	BIENAL	8819	Analísada	
43	SP	AO 2777355-0/81		BIENAL	8742	Analísada	
44	SP	AO 569186-9/83		BIENAL	7779	Analísada	
45	SP	AO 6486126-0/84	Alberto Botafogo Fagundes e Outros	BIENAL	5961	Analísada	
46	SP	MS 98.42491-1	Celina de Oliveira e Outros	BIENAL	11230	Autorizada	
47	SP	AO 573152-6/83	Adélia Paravicini Torres e Outros	BIENAL	5636	Analísada	
48	SP	MS 9706-5/99	Antonio Gomes Ferreira e Outro	BIENAL	3183	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO							
1	CE	MS 19160-7/98	João Leonardo Silveira e Outros	Incorp. De Função	8094	Analísada	
2	CE	MS 20742-2/98	Benedito Gomes do Nascimento e Outros	Incorp. De Função	8093	Analísada	
3	CE	MS 7476-4/99	Maria do Socorro Nogueira de Almeida	Incorp. De Função	373	Analísada	
4	DF	MS 3400019528-6/2002	ANPPREV	Incorp. De Função	10339	Pend. Autoriz.	
	MG	AO 20033800068886-0	Maria Aparecida Campos	Incorp. De Função - DAS	13470	Analísada	
5	PA	MS 3900002097-3/99	Adriano Yared de Oliveira	Incorp. De Função	265	Analísada	
6	PE	MS 5089-4/99	Regina Silva Santos	Incorp. De Função	232	Analísada	
7	PE	MS 12001-0/84	Vandragesilo Neves Pereira	Incorp. De Função	6724	Analísada	
8	PE	AO 4032-0/2000	Maria Neide Nogueira Baracho	Incorp. De Função	6782	Analísada	
9	PE	AO 476-4/90	João Afonso Diniz Ferraz	Incorp. De Função	6715	Analísada	
10	PE	MS 5089-4/99	Regina Silva Santos	Incorp. De Função	232	Analísada	
11	PR	MS 11138-1/95	Simone Gonçalves de Sá e Outros	Incorp. De Função	7501	Analísada	
12	RN	RT 1370/89	Manoel Rosa de Medeiros	Incorp. De Função	8800	Analísada	
13	RN	RT 867/8	Maria Josefina Trindade	Incorp. De Função	5589	Analísada	
14	RN	AO 105-0/84	Mario Rocha	Incorp. De Função	5589	Analísada	
AÇÕES DE ENQUADRAMENTO							
1	RS	AO 693706-3/85	Wilmar Pereira Neto	Enquadramento	10279	Pend. Autoriz.	
2	SC	RT 160/90	José Luiz Fernandes Ribeiro	Enquadramento	10095	Pend. Autoriz.	
3	RJ	RT 108/90	Maria da Conceição Aparecida de Andrade Silva	Enquadramento	10094	Pend. Autoriz.	
4	DF	RT 1095/92	Odilon Jose Vieira	Enquadramento	10081	Pend. Autoriz.	
AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO							
1	DF	MS 7005-0/2000	Marilza Vieira Freire e Outro	Reintegração	10854	Sem Benefic.	
2	ES	AO 5001006350-6/2000	Dalva de Jesus Rodrigues	Reintegração	11190	Pend. Autoriz.	
3	PE	AO 8300022603-1/2001	Antonio Aureliano Soares	Reintegração	10335	Sem Benefic.	
4	RJ	AO 99.0652386-7	Kátia José de Oliveira Araújo	Reintegração	13123	Sem Benefic.	
5	SP	RT 507/94	Roberto de Lima Campos	Reintegração	13239	Sem Benefic.	
6		AO 2004.5101004590	Renato Pereira da Costa e Outros	Reintegração	13224	Sem Benefic.	
7	GO	AC 3750-0/2002	Fleury José Machado	Reintegração	9927	Pend. Autoriz.	
8	RO	AO 2002.4100001563-0	Regina Brito Onofre da Costa	Reintegração	13781	Sem Benefic.	
AÇÕES RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA							
9	PE	AO 95.0007568-7	José Gomes Aprígio	Restabelecimento de aposen	13876	acompanhamento	
AÇÕES DE QUINQUÊNIO							
1	DF	MS 3400014773-0/97	ANFIP	QUINQUÊNIO	10526	Pend. Autoriz.	
2	DF	MS 3400006136-6/2003	ANFIP	QUINQUÊNIO	11252	Autorizada	
3	DF	MS 37372-0/2002	Dário Lopes da Costa e	QUINQUÊNIO	11257	Pend.	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

			Outro			Autoriz.	
4	DF	MS 3400002167-4/2003	Djacyr Cavalcanti de Arruda	QUINQUÊNIO	11256	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 19012-6/2003	ANPPREV	QUINQUÊNIO	11538	Pend. Autoriz.	
6	RS	MS 710052895-0/2002	Marcelino Carmeliano de Miranda	QUINQUÊNIO	11051	Autorizada	
7	SP	RT 242/89	Lucilio Salvador Michetti e Outro	QUINQUÊNIO	9085	Analisada	
AÇÕES DE REENQUADRAMENTO							
1	GO	AO 8042-7/95	Shirley Dalenogari Costa	Reenquadramento	10568	Pend. Autoriz.	
2	RJ	AO 5594-0/88	Cleber Pinheiro	Reenquadramento	10370	Autorizada	
3	SP	RT 938/92	Ecilda Maria da Silva Nunes	Reenquadramento	10461	Pend. Autoriz.	
4	PR	AO 12538-5/1991	Belkis Fernandes e Outros	Reenquadramento	1447	Pend. Autoriz.	
5	RS	AO 1100947-0/91	Aguinaldo Mendes de Lima	Reenquadramento	9711	Sem Benefic.	
6	PB	AO 3306-2/95	Amélia de Oliveira Barros Soares	Reenquadramento	2422	Sem Benefic.	
AÇÕES DE HORA EXTRA							
1	BA	RT 47578/85	Sergio Aurino Reis Borges	Hora Extra	1715	Analisada	
2	DF	RT 17688/88	Silene Duarte Rezende Barbosa	Hora Extra	6928	Analisada	
3	DF	RT 1772/89	Antonia de Maria Alves de Souza e Outros	Hora Extra	5529	Pend. Autoriz.	
4	DF	RT 46634/85	Adésia Maria da Conceição Laborda Chenaud	Hora Extra	1853	Analisada	
5	DF	RT 082/86	Antonio Espiridião de Moraes e Outros	Hora Extra	4712	Analisada	
6	RJ	RT 6253385/84	Sidney Teixeira de Carvalho e Outros	Hora Extra	1292	Analisada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 12 REFERÊNCIAS							
1	PI	RT 395/90	SINTSPREVS	12 REFERENC.	7661	Analisada	
AÇÕES DE OPÇÃO FUNÇÃO DAS-101.6							
1	SE	AO 2362-8/95	Reinaldo da Cruz e Outros	Opção Func. DAS6	8848	Analisada	
AÇÕES DE FC/DC							
1	DF	AO 668-4/85	Luiz Gonzaga Santana	FC/CD	8829	Analisada	
2	MS	MS 6000438-3/99	Wellington João Santiago Ramos	FC/CD	7998	Desautorizada	
AÇÕES DE DIFERENÇA INDIVIDUAL LEI 7923/89							
1	CE	AO 12099-0/99	Maria Del Carmem Alvarez Fontenele	Dif.Ind.Lei 7923/89	935	Analisada	
2	MG	MS 122489-9/98	Salatiel Ladislau Carrilho Machado	Dif.Ind.Lei 7923/89	10520	Analisada	
3	MG	MS 3400012261-3/98	Alaim Mello dos Santos e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	10571	Analisada	
4	MG	MS 3800062987-1/97	Geraldo Magela Gomes e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	9986	Analisada	
5	MG	MS 17981-3/98	Luiz Ulisses Elmaes Bitencourt	Dif.Ind.Lei 7923/89	9458	Analisada	
6	MG	MS 63257-0/97	Vinicius Alves da Cruz e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	3035	Analisada	
7	MG	MS 6024-4/97	Francisco Carlos Freire e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	3039	Analisada	
8	MG	MS 3800061556-0/97	Adjalme de Souza e Outro	Dif.Ind.Lei 7923/89	360	Analisada	
9	MG	MS 12249-1/98	Mario Lucio da Cunha e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	354	Analisada	
AÇÕES DE ART. 192 LEI 8.112/90							
1	MG	3800021399-4/99	Antonio Wandy Menezes e Outro	Vant.Art.192 L.8112/90	8799	Autorizada	
2	PE	MS 9414025-8/94	José Luis Carvalho Aguiar e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	9816	Analisada	
3	PE	MS 14006-1/94	Elisabete Auxiliadora Melo de Souza e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	9808	Analisada	
4	PE	MS 264-7/95	Fernando Rafael Nunes e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	3739	Analisada	

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

5	PE	MS 14003-7/94	Rivani Maria de Oliveira Santos e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	6888	Analisa da	
6	PE	MS 2965-8/99	Maria Elba Araújo Bandeira Farias	Vant.Art.192 L.8112/90	6902	Analisa da	
7	PE	MS 1404-5/94	Juracy Batista de Melo e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	10216	Analisa da	
8	RJ	AO 5811422-2/98	Nelson Machado	Vant.Art.192 L.8112/90	404	Analisa da	
9	RS	AO 7100003276-5	Wilson Muller da Rocha	Vant.Art.192 L.8112/90	10455	Analisa da	
AÇÕES DE ART. 184							
1	PR	AO 2682-0/88	Jurema Manfredini	Art.184 L. 1711/52	400	Analisa da	
AÇÕES DE DIFERENÇA DE VENCTº/PROVENTO							
1	DF	MS 11757-7/2002	Arthur Carlos da Silva	Dif.Ventº/Provent o	11106	Autoriza da	
AÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL							
1	RJ	MS 5101025040-4/2001	Maria do Carmo Daniel dos Santos	Compl.Sal.Dec.2438/88	10530	Analisa da	
2	CE	RT 2099/91	Antonio Barbosa da Silva e Outros	Compl.Sal.Dec.2438/88	3720	Analisa da	
3	CE	RT 74392/88		Compl.Sal.Dec.2438/88	734	Analisa da	
4	SC	MS 7205003358-5/2000	Aluisio Alfredo S. Pantoja	Compl.Sal.Dec.2438/88	9050	Analisa da	
5	SP	AO 202695-3/91	José Jorge Prado	Compl.Sal.Dec.2438/88	2340	Analisa da	
AÇÕES DE VANTAGEM PESSOAL INONIMADA							
1	DF	AO 701572-90/2002	Weiss Webber A Cavalcante	Vant. Pes. Inonimada	11229	Autoriza da	
AÇÕES DE VANT.PES.ART. 13							
1	RS	AO 1503261-3/97	Alberico Guelfi	Vant.Pes.Art.13	11211	Autoriza da	
AÇÕES DE APOSENTADORIA INTEGRAL							
1	BA	MS 3300010604-8/2002	Raquel Maria Varjão de Oliveira	Aposent. Integral	11376	Sem Beneficiario	
AÇÕES DE GDAP							
1	SC	MS 72051192-6/2002	SINDPREV/SC	GDAP	11429	Autoriza da	
AÇÕES DE FG e GADF							
1	SC	MS 72000002373-1/2003	Hilda Schveitzr Tristão	FG e GADF	11292	Autoriza da	
AÇÕES DE REPRESENTAÇÃO MENSAL							
1	DF	MS 40952-7/2000	Dario Lopes da Costa	Rep.Mens.Dec.2333/87	2524	Analisa da	
2	DF	MS 25658-8/97	Regina Célia S. Alves e Outros	Rep.Mens.Dec.2333/87	11094	Pend. Autoriz.	
3	DF	MS 4389-3/2001	Abidias Jose de Sousa e Outros	Rep.Mens.Dec.2333/87	8568	Analisa da	
4	PA	MS 390000461-1/98	Dircelia Koury Palmeira	Rep.Mens.Dec.2333/87	8830	Analisa da	
AÇÕES DE GRATIF. SUPLEMENTAR - GPS							
1	DF	MS 2000.34.00.43001-7	Oneire Moreira Damasceno Coelho	GPS	3124	Autoriza da	
2	DF	MS 2000.34.00.42820-5	Antonio Ribeiro Lima	GPS	2837	Autoriza da	
3	DF	MS 2000.34.00.043608-1	Jamil Francisco dos Santos e outros	GPS	12591	Pend. Autoriz.	
4	DF	MS 2000.34.00.042823-3	Célia Bezerra da Silva Abreu e outros	GPS	12662	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 2000.34.00.042814-4	Donizete José Pereira e outros	GPS	12563	Pend. Autoriz.	
6	DF	MS 2000.042821-8	Carmem Célia de Freitas Santos e Outros	GPS	11777	Autoriza da	
AÇÕES DE GRATIF. 33% - DEC. 2.374/87							
1	DF	MS 2003.34.00.29915-2	SINDSEP/PE	Gratif. 33%	11771	Analisa da	
2	PE	MS 2002.34.00.26113-4	Adel Barreto e Outros	Gratif. 33%	11653	Autoriza da	
T O T A L D E AÇÕES CADASTRADAS					612		

Foram encaminhadas em 30.3.2006, por meio magnético, as informações atualizadas sobre a matéria, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 175173-05, de 15.3.2006, conforme a seguir transcrito:

No caso específico da Reclamação Trabalhista nº 02.1392/1990 foram ajuizadas Medida Cautelar e Ação Rescisória para desconstituição do julgado. Seguem as decisões proferidas pelo TRT 10ª Região sobre as duas ações.

Processo 00134-2001-000-10-00-5-AR . EMENTA:

AÇÃO RESCISÓRIA. REEXAME. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. Matéria que foi objeto de agravo de petição e, posteriormente, de ação rescisória julgada improcedente, na qual se visava desconstituir o acórdão respectivo, não pode ser objeto de nova análise pelo Tribunal, na via rescisória, pois, além de lhe ser vedado reexaminar causa já decidida, a matéria está coberta pela coisa julgada. Na forma regimental, o relatório e o exame da admissibilidade da ação são da lavra de S. Exª a Juíza Elke Dóris Just, relatora do processo

Processo 00135-2001-000-10-00-0-PC. EMENTA:

Ação cautelar. Tendo sido extinto sem o julgamento do mérito o processo principal, do qual a cautelar é acessória, fica obstado o exame da plausibilidade do direito alegado. Processo extinto sem o julgamento do mérito.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Por meio da Nota Técnica PFE/INSS/CGMA/DORC nº 546/2004, foram encaminhados os documentos fornecidos pela Divisão e Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, contendo o cadastro dessas ações judiciais, Estado, número da ação, interessado e situação das mesmas. Foi esclarecido que as ações judiciais com a situação "analisada" já estavam devidamente implantadas e que as demais ações, cuja situação é diversa de "analisada" encontravam-se em fase de processamento.

A resposta apresentada por meio magnético à Solicitação de Auditoria nº 175173-05, de 15.3.2006, demonstrou que o INSS mantém acompanhamento dos processos envolvendo reclamações trabalhistas.

Portanto, o assunto referente à reclamações trabalhistas resultantes de planos econômicos encontra-se em

processo de regularização, devendo o INSS manter esta CGU informada acerca dos resultados das ações na situação diversa da "analisada".

10.1.1.20 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 2.079/2004 - TCU - 1ª Câmara - TC nº 003.371/1995-6 - Concessão de aposentadoria a sete servidoras da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA. Inclusão, nos proventos de duas servidoras, da parcela de 26,05%, referente à URP de fevereiro/89, por força de sentença judicial. Incidência do percentual em diversas rubricas. Irregularidade. Ilegalidade dos atos e negativa de registro. Suspensão do pagamento das verbas irregulares. Dispensa de ressarcimento dos valores recebidos. Legalidade das demais concessões.

Conforme relatado no item 4.1.1.33 do Relatório nº 160221/2005/SFC/CGU-PR, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.079/2004, considerou ilegais as concessões de aposentadoria às servidoras Cândida Maria Medeiros Campos e Maria Norma Albuquerque e determinou ao INSS a cessação dos pagamentos decorrentes das concessões impugnadas. Determinou, também, a dispensa do ressarcimento das quantias indevidas, recebidas de boa-fé.

Conforme informações prestadas pela Gerência-Executiva do INSS em Fortaleza, as servidoras Cândida Maria Medeiros Campos e Maria Norma Albuquerque não vêm recebendo a Reclamação Trabalhista nº 1437/90 desde maio/2002 e junho/2001, respectivamente.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Em consulta realizada no dia 15.5.2006 no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, por meio de levantamento da ficha financeira de 2001 a 2006, verificamos que as servidoras - Cândida Maria Medeiros Campos e Maria Norma Albuquerque não vêm recebendo a Reclamação Trabalhista nº 1437/90. Com isso, as determinações referentes ao Acórdão nº 2.079/2004 encontram-se ATENDIDAS.

10.1.1.21 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 2.091/2004 - TCU - 1ª Câmara - TC nº 852.418/1997-3 - Aposentadoria. INSS. Inclusão, no benefício, de parcelas referentes a planos econômicos (URP e Plano Collor), supostamente amparadas pelo instituto da coisa julgada. Verificação da inexistência de decisão judicial a sustentar tais

pagamentos após a data-base seguinte da categoria. Utilização de critério irregular de reposição. Ilegalidade do ato. Aplicação da Súmula nº 106.

Pelo Acórdão em referência, o TCU determinou o que segue:

- 9.1. considerar ilegal o ato concessório de fls. 01/02, em favor de Augusto César Barros de Almeida, recusando-lhe registro;
- 9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo interessado, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
- 9.3. determinar à entidade de origem que:
 - 9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.3.2. passe a adotar o entendimento manifestado na presente deliberação para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92;
- 9.4. determinar à SEFIP que acompanhe, com rigor, a implementação das determinações constantes dos itens 9.3.1 e 9.3.2 supra, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 1.243/INSS/DCGAB, de 25.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS encaminhou justificativas do Chefe da Seção de Recursos Humanos da SRHAC - Rio Branco, esclarecendo que:

"(...) Informamos que tendo em vista a complexidade do assunto (transitada em julgada a decisão derradeira, e sem a possibilidade atual de qualquer recurso ou ação rescisória), tem-se por definitiva a decisão judicial.

Devemos informar, que com relação a URP 26,06 (fevereiro), foi concedido Mandado de Segurança nº 2004.30.00.001542-9, o qual determina ao INSS que "abstenha-se de suspender o pagamento das incorporações dos índices referentes à URP", tal como recomendado no Acórdão 1.551/2004/TCU, de 29.6.2004.

Finalmente, gestões foram tomadas para a devida comunicação ao TCU através do Gerente Executivo (conforme Ofício nº 097/GEXRBC/INSS, encaminhado ao TCU em 12.11.2004)."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Em consulta realizada no dia 15.5.2006 no endereço eletrônico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, verificamos que em 5.10.2004 foi concedida liminar para ordenar à autoridade impetrada que se abstenha de suspender o pagamento das incorporações dos índices referentes à URP. Na mesma data foi emitido Ofício de nº 377 - 3ª Vara - expedido ao INSS notificando-o a cumprir imediatamente a Decisão. De acordo com informações prestadas pelo gestor, o TCU foi comunicado da Decisão Judicial em 12.11.2004, conforme Ofício nº 097/GEXRBC/INSS.

10.1.1.22 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 026/2002 - TCU - Plenário - TC nº 001.157/1998-1 - PCCS, com a redação dada pela DECISÃO nº 1.367/2002 - TCU - Plenário.

Assunto tratado no item 4.1.1.38 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 160221/2005, sendo considerado pendente em razão da ausência de apuração de responsabilidades.

Conforme informações prestadas pela Corregedoria-Geral, esta procedeu à análise do mencionado relatório, conforme Parecer/INSS/CORREG/Nº 0015C/2004, sendo constatadas irregularidades no pagamento de débito trabalhista. Entretanto, o caso também mostrou envolvimento de Procurador Federal. Assim, o Parecer foi encaminhado ao Gabinete do Sr. Diretor-Presidente/INSS, nos termos do artigo 32, inciso X, do Decreto nº 4.688/2003, com sugestão de remessa à Procuradoria-Geral Federal, em razão do exposto no 11, § 2º, inciso VI, da Lei nº 10.480/2002.

Em resposta ao Relatório Preliminar o gestor encaminhou por meio magnético em 23.6.2006 a seguinte informação:

"Processo nº 35092.000552/04-52 - trata de DECISÃO Nº 1.367/2002-TCU PLENÁRIO/OFÍCIO Nº 963/2003-TCU, onde foram apontadas diversas irregularidades relacionadas ao pagamento de débitos trabalhistas a servidores pertencentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS.

Referidos autos foram encaminhados a esta Corregedoria pela

Subprocuradoria - Divisão de Procedimentos Disciplinares PFE/DF, para análise quanto a possível apuração, em conjunto, bem como a indicação de servidores administrativos para o feito. Pelo Despacho nº 300, datado de 29/03/2006, da lavra do então Corregedor Geral, Dr. Luiz Antonio Leite de Andrade, o mesmo desmembrou referida Decisão, com a formalização de 13 (treze) Dossiês, com o devido encaminhamento para

as diversas Procuradorias Federais Especializadas, com o fim de manifestarem-se sobre a questão. Tendo sido atendido apenas três Procuradorias, ou seja, PFE/SP, PFE/MG e PFE/PI. Em seguimento foi emitido o Despacho de nº 462, onde esta Corregedoria Geral entendeu por devolver os autos àquela Subprocuradoria, em consonância com o disposto na Lei 10480/2002 c/c com o Aviso nº 02/AGU, para o devido acompanhamento quanto a devolução pelas demais Procuradorias e análise por aquela especializada, uma vez ser de competência daquela pasta, e caso seja detectado envolvimento concomitante de membro da carreira de servidor diversa a Procurador Federal, que os autos sejam encaminhados, com o fim de avaliação por parte desta, quanto a apuração em conjunto."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Conforme esclarecimentos prestados pela Corregedoria-Geral, o fato referente à instauração de PAD envolvendo procuradores federais foi encaminhado à Procuradoria-Geral Federal devido à competência da mesma no julgamento do fato. Portanto, o assunto encontra-se na esfera da Advocacia Geral da União que deverá prestar os devidos esclarecimentos à Corte de Contas.

10.1.1.23 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.449/2004 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 019.777/2003-3) - Aposentadoria. Inclusão de percentuais referentes à URP (26,05%), IPC (84,32%) e PCCS em decorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado. Ilegalidade. Negativa de registro de atos. Súmula nº 106/TCU.

Por meio do Acórdão em referência, que trata dos atos de aposentadoria das Sras. Jaci Cleide Franca de Medeiros, Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros, o TCU determinou o que segue:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria das Sras. Jaci Cleide Franca de Medeiros (fls. 01/02), Rosalina Ferreira de Oliveira (fls. 03/05), Selda da Silveira Moura (fls. 06/07) e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros (fls. 08/09), recusando-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, até a data da notificação deste Acórdão ao órgão concedente, de conformidade com a Súmula nº 106/TCU;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.140 INSS/DCGAB, de 29.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou documento INSS/DIRRH/CGARH/DPJUD (01.700.203), de 28.10.2004, com a seguinte informação:

"Interessados: Jaci Cleide França de Medeiros (CPF nº 315.219.324-68); Rosalina Ferreira de Oliveira (CPF nº 026.652.632-20); Selda da Silveira Moura (CPF nº 004.259.314-04) e Yara Silveira de Castro Borges Medeiros (CPF nº 043.918.374-04).

1. Encaminhado processo administrativo pela Chefia do Contencioso Judicial desta Procuradoria, versando sobre determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) contida no Ofício nº 4262/2004, de 26.8.2004 (referente ao Acórdão nº 1.449/2004) para imediata cessação do pagamento relativo às seguintes vantagens integrantes dos proventos de aposentadoria dos interessados acima nominados, quais sejam: a) percentual de 84,32% (IPC) e PCCS, por força de decisões judiciais na RT nº 1610/90 e na RT nº 144/90, respectivamente; b) percentuais de 26,06% e 26,05%, decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89.

2. Preliminarmente, considerando que o INSS não foi parte nas Reclamações Trabalhistas nºs 1.364/92 , 520/89 - nas quais figurou no pólo passivo a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, sucedida e representada judicialmente pela UNIÃO, este Grupo de Trabalho solicitou à Seção de Recursos Humanos - SRH (Equipe de Aposentadorias e Pensões) desta GEXNAT, informar qual o órgão de origem dos servidores aposentados acima nominados, bem como o(s) órgão(s) responsável(eis) pela implantação das vantagens ora questionadas pelo v. acórdão do e. TCU (fl. 10/11).

3. Em resposta, a Sra. Chefe da SRH informa que as servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira**, matrícula SIAPE nº 758375, **Selda da Silveira Moura**, matrícula SIAPE nº 750773 e **Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros**, matrícula SIAPE nº 750613, são servidoras da extinta LBA, sendo redistribuídas para este Instituto pela Portaria PT/MARE/SRH nº 927, publicada no DOU de 29/03/96; já a servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, matrícula SIAPE nº 924.097, foi admitida no INSS em 13/02/84. Informa a SRH, por fim, que as vantagens concedidas pelas decisões judiciais proferidas nas RT's 1.364/92 e 520/89, constantes dos proventos das servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira**, **Selda da Silveira Moura** e **Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros**, foram implantadas pelo seu órgão de origem (LBA); e que as vantagens decorrentes das RT's 144/90 e 1610/90,

cosntantes dos proventos da servidora aposentada **Jaci Cleide França de Medeiros**, foram implantadas pelo INSS em cumprimento às referidas decisões judiciais (fl.13).

4. Em face dessas informações (fl. 13) e considerando a superveniência da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, mencionada no v. Acórdão do TCU, à fl. 3, este Grupo de Trabalho solicitou à SRH: a) se as servidoras acima nominadas fizeram a opção de que trata o art. 3º e parágrafos da referida Lei; b) se a mencionada Lei implicou alterações nos proventos das servidoras, especialmente no que tange à absorção das vantagens judiciais, tais como Adiantamento Pecuniário (PCCS) da RT da RT 144/90 (fl.14).

5. Em resposta, a Sra. Chefe da SRH prestou as seguintes informações, à fl. 15:

"a) A servidora Jaci Cleide França de Medeiros, não optou pela Carreira do Seguro Social, mas pela Carreira Previdenciária (Lei nº 10.355/01) e percebe a Gratificação (GDAP).

b) Quanto às servidoras Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges Medeiros, estas optaram por integrar a Carreira do Seguro Social, porém não são beneficiárias da RT 144/90. Contudo, cabe esclarecer que a Lei nº 10.855/04, foi alterada pela MP 199, de 15/07/04 e que não ensejou redução de proventos."

6. Feito esse relato, passa-se à manifestação.

6.1 - Primeiramente, com relação à **vantagem de 84,32%** (RT nº 1610/90) incorporada aos proventos da servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, cumpre registrar que a sentença proferida no processo de conhecimento transitou em julgado, encontrando-se o feito em fase de execução, estando pendente de julgamento de Recurso Ordinário interposto pelo INSS, nos autos da Ação Rescisória nº 00657-2002-000-21-00-2 (petição de fls. 16/35, acórdão de fl. 36 e RO de fls. 37/50 e informação processual de fl. 51, remetido ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho em 26/02/2004), em que se discute a legalidade da incorporação do mencionado percentual. Trata-se, como vê, de matéria que se encontra sub judice.

6.2 - No que se refere à vantagem **PCCS**, também integrante dos proventos da servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, cabem as seguintes considerações:

6.2.1. A vantagem em tela foi incorporada aos vencimentos da servidora interessada por força decisão judicial. De notar que a sentença da 3ª JCI de Natal (fls. 52/60), proferida no processo de conhecimento, transitou em julgado (fl. 60). No processo de execução, foram interpostos agravos de petição pelo INSS e pelo sindicato reclamante - SINDIPREVS - RN, tendo o e. Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região negado provimento ao recurso do INSS e dado parcial provimento ao recurso do SINDIPREVS-RN, a

fim de incluir os anuênios, quintos e décimos incorporados nos cálculos do PCCS, consoante acórdão de fls. 61/74. Contra esse acórdão o INSS, por meio desta Procuradoria, interpôs Recurso de Revista, protocolado no e. Tribunal Superior do Trabalho sob o nº 596274/99 (fls. 75/92), **ainda pendente de julgamento na instância superior** (cf. andamento processual à fl. 93). Cabe ainda, ressaltar que referido recurso é desprovido de efeito suspensivo. Conclui-se, assim, que a matéria ainda se encontra sub judice.

6.2.2. Saliente-se, noutro vértice, que o Despacho/DCPES/RL/Nº 092/2001, de 17.12.2001, da Procuradoria Geral/Coordenação do Contencioso Judicial/Divisão do Contencioso de Pessoal (01.200.21) - Fls. 94/95 - recomenda a manutenção dos pagamentos da mencionada vantagem enquanto não houver pronunciamento judicial que respalde o seu corte administrativo; ademais, o Despacho 01.200.2 nº 513/2001 de 18.12.2001, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial (fl. 95-A), determina a adoção das medidas recomendadas no despacho DCPES/RL/Nº 092/2001, retromencionado; ademais, a mensagem enviada por e-mail no dia 21.01.2003, pela Doutora Judith Vaz (fls. 96/97), Diretora Presidente do INSS, à época, determinou que nenhuma providência de suspensão de pagamento do PCCS fosse tomada até resolução do problema no âmbito da Direção do INSS.

6.3. Ocorre, entretanto, que, **recentemente**, por sugestão deste Grupo de Trabalho, a matéria sob exame foi apreciada pela Chefia Nacional da Procuradoria Federal Especializada - INSS, em Brasília, no bojo do procedimento originado do Ofício nº 3235/2004, referente ao Acórdão do TCU nº 1.177/2004, que, em caso semelhante ao presente, determinou à Gerência Executiva do INSS/Natal a imediata cessação do pagamento relativo às mesmas vantagens judiciais ora questionadas (84,32% e PCCS) integrantes dos proventos de outros servidores desta GEXNAT. Na oportunidade, o Sr. Coordenador-Geral de Matéria Administrativa da PFE-INSS, Dr. Glauco Alves Cardoso Moreira, proferiu o Despacho PFE-INSS/CGMADM/GAB Nº 1299/2004, de 15 de setembro de 2004, aprovado pelo Sr. Procurador-Chefe Nacional da PFE-INSS, Dr. Jéferson Carus Guedes (fls. 98/107), sugerindo que essa PFE-INSS/Natal-RN fornecesse subsídios ao Gerente Executivo desta GEXNAT com vista à interposição de recurso administrativo contra o v. acórdão do TCU nº 1.177/2004, medida que, segundo o mencionado Despacho, poderia justificar o não cumprimento imediato da v. decisão da colenda Corte de Contas.

6.4. Com relação às vantagens incorporadas aos proventos das servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros, (...)**, os percentuais de 26,06% e 26,05% são decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89, reclamações trabalhistas nas quais o INSS não foi parte, tendo figurado no pólo passivo a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, sucedida e representada judicialmente pela UNIÃO. Ademais, segundo a informação prestada pela SRH, referidas vantagens foram implantadas no contracheque

das servidoras pelo seu órgão de origem (LBA), autarquia também sucedida pela União.

7. Ante todo o exposto, este Grupo de Trabalho manifesta-se conclusivamente nos seguintes termos:

a) relativamente ao percentual de 84,32% (RT nº 1610/90) e à vantagem denominada PCCS (RT nº 144/90), ambos incorporados aos proventos da servidora Jaci Cleide França de Medeiros, considerando os termos do citado Despacho PFE-INSS/CGMADM/GAB Nº 1.299/2004, aprovado pelo Procurador Chefe Nacional da PFE-INSS, no sentido de que esta PFE local forneça subsídios ao Gerente Executivo desta GEXNAT com vista à interposição de recurso administrativo contra o v. acórdão do TCU nº 1.177/2004, este Grupo de Trabalho **SUGERE** o encaminhamento do presente processo à douta Consultoria Jurídica desta PFE/INSS local, tendo em vista que a providência a ser adotada é, à toda evidência, de natureza nitidamente administrativa, o que refoge às atribuições deste Grupo de Trabalho, que integra a estrutura da Seção de Contencioso Judicial desta Procuradoria, e cuja atuação, de acordo com os termos do art. 3º, inciso VII, parágrafo único, da Portaria PGF/PFE/INSS - Natal nº 006/2004, de 26 de julho de 2004, limita-se a intervenções de índole judicial nos feitos em trâmite na Justiça Obreira.

b) no que se refere às vantagens incorporadas aos proventos das servidoras Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros, decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89, considerando que o INSS não foi parte nas referidas ações judiciais; considerando que tais vantagens foram implantadas pelo órgão de origem das servidoras, LBA, instituição sucedida e hoje representada pela União; entendemos que deve ser encaminhada cópia integral do presente expediente à douta Procuradoria da União (PU/AGU) nesta Capital, para que esta se manifeste sobre a determinação contida no v. Acórdão do TCU, em exame. Contido, também por se tratar de providência de cunho administrativo, pelas mesmas razões expostas na alínea anterior, entende este Grupo de Trabalho, salvo melhor juízo, caber à douta Consultoria desta Procuradoria avaliar a conveniência de tal medida."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Com relação à servidora JACI CLEIDE FRANÇA DE MEDEIROS, a vantagem de 84,32% e a vantagem PCCS encontram-se sob *judice*, tendo o INSS interposto recursos ainda pendentes de julgamento.

Quanto às vantagens incorporadas aos proventos das servidoras ROSALINA FERREIRA DE OLIVEIRA, SELDA DA SILVEIRA MOURA e YARA SILVEIRA DE CASTRO BORBES DE MEDEIROS os percentuais de 26,06% e 26,05% são decorrentes, respectivamente, das RT nº 1.364/92 e 520/89, reclamações trabalhistas nas quais

o INSS não foi parte, tendo figurado no pólo passivo a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, sucedida e representada judicialmente pela UNIÃO. Ademais, segundo a informação prestada pela SRH, referidas vantagens foram implantadas no contracheque das servidoras pelo seu órgão de origem (LBA), autarquia também sucedida pela União.

10.1.1.24 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC 004.029/1999-2 - DECISÃO nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 007.058/2001-0 e demais Acórdãos e Decisões do TCU envolvendo regularização dos pagamentos a título de adiantamento pecuniário - PCCS

A questão envolvendo o Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS vem sendo tratada por esta CGU em diversos relatórios de auditoria de avaliação e acompanhamento de gestão realizado no INSS. No Relatório de Acompanhamento nº 160221/2005, o tema foi abordado no item 4.1.1.40, referente à Decisão nº 493/2002, a qual trata especificamente de PCCS do INSS/ES, e item 4.1.1.41, sobre a Decisão nº 501/2002, referente ao PCCS do INSS/MG. Na tabela a seguir é possível visualizar a quantidade de entendimentos proferidos sobre o assunto pela Corte de Contas, desde 2000:

Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União versando sobre PCCS:

Ano	Quantidade
2000	8
2001	3
2002	44
2003	44
2004	149
2005	50
TOTAL	298

A legislação e jurisprudência do TCU acerca do PCCS traz o seguinte entendimento:

Lei nº 10.855 de 01.04.2004:

Art. 2º Fica estruturada a Carreira do Seguro Social, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal do INSS, e dos cargos efetivos cujos ocupantes atenderem aos requisitos estabelecidos por esta Lei, e que sejam:

I - integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou;

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003.

*§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo aos ocupantes dos cargos de Supervisor Médico Pericial, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Procurador Federal.*

§ 2º Os cargos da Carreira do Seguro Social são agrupados em classes e padrões, na forma do Anexo I desta Lei.

*Art. 3º Os servidores referidos no **caput** do art. 2º desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal do INSS, serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II desta Lei.*

*§ 1º O enquadramento de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III desta Lei, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo IV desta Lei.*

§ 2º A opção pela Carreira do Seguro Social implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes ao adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988, que vencerem após o início dos efeitos financeiros referidos no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.997, de 2004)

§ 3º A renúncia de que trata o § 2º deste artigo fica limitada ao percentual resultante da variação do vencimento básico vigente no mês de novembro de 2003 e o vencimento básico proposto para dezembro de 2005, conforme disposto no Anexo IV desta Lei.

§ 4º Os valores incorporados à remuneração, objeto da renúncia a que se refere o § 2º deste artigo, que forem pagos aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas, por decisão administrativa ou judicial, no mês de novembro de 2003, sofrerão redução proporcional à implantação das Tabelas de Vencimento Básico, de que trata o art. 17 desta Lei, e os valores excedentes serão convertidos em diferença pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, redutível na mesma proporção acima referida, sujeita apenas ao índice de reajuste

aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

§ 5º Concluída a implantação das tabelas em dezembro de 2005, respeitado o que dispõem os §§ 3º e 4º deste artigo, o valor eventualmente excedente continuará a ser pago como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

§ 6º A opção pela Carreira do Seguro Social não poderá ensejar redução da remuneração percebida pelo servidor.

§ 7º Para fins de apuração do valor excedente referido nos §§ 4º e 5º deste artigo, a parcela que vinha sendo paga em cada período de implantação das Tabelas constantes do Anexo IV desta Lei, sujeita à redução proporcional, não será considerada no demonstrativo da remuneração recebida no mês anterior ao da aplicação.

§ 8º A opção de que trata o § 1º deste artigo sujeita as ações judiciais em curso, relativas ao adiantamento pecuniário, cujas decisões sejam prolatadas após o início da implantação das Tabelas de que trata o Anexo IV desta Lei, aos critérios estabelecidos nesta Lei, por ocasião da execução.

§ 9º No enquadramento, não poderá ocorrer mudança de nível.

§ 10. O prazo para exercer a opção referida no § 1º deste artigo, nos casos de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será contado a partir do término do afastamento.

Decisão nº 26/2002 – Plenário

8.2.2 - providencie a instauração de tomadas de contas especiais para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos a serem ressarcidos que vierem a ser identificados na reanálise dos processos judiciais, mesmo nos casos daqueles já arquivados, que tratam da condenação do INSS ao pagamento da verba Adiantamento Pecuniário do PCCS, instituído pela Lei nº 7.686/88 (Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 05/06/97) - item 3.2, fl. 87, deste processo;

8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que

desconsideram, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, proceda à suspensão imediata desses pagamentos, subtraindo-os das rubricas das folhas de pagamentos relativas às referidas sentenças, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido os responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE conforme a proposta do item anterior - item 3.3, fls. 87 e 88, destes autos; (Alterado pela Decisão 1367/2002 - Ata 38 - Plenário. Vide nova redação.)

8.2.4 - nos feitos que envolvam reclamações trabalhistas acerca da rubrica salarial denominada "Adiantamento do PCCS", quando ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado, adote ações com a finalidade de se trazer aos respectivos autos a comprovação dos pagamentos de mesma natureza feitos anteriormente aos servidores, para conseqüentemente efetuar o recálculo dos valores porventura devidos - item 3.4, fl. 88, deste processo;

8.2.6 - de modo a se evitar situações de ambigüidade, que possam induzir a pagamento indevidos, que na instrução dos processos de reclamatórias trabalhistas, referentes ao pagamento das diferenças decorrentes do adiantamento do PCCS (Lei nº 7.686/89), conste quadro "Resumo do Processo", contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes - item 3.7, fls. 88 e 89, deste processo;

Acórdão nº 1.824/2004 - Plenário

9.2 firmar o entendimento de que a MP nº 146/03, posteriormente convertida na Lei nº 10.855/04, regularizou o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores enquadrados no art. 2º dessa lei, tornando, por conseqüência, regular a inclusão dessa parcela nos atos de aposentadoria dos referidos servidores;

9.3 em consonância com os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizar, excepcionalmente, que os processos de aposentadoria e os recursos, envolvendo exclusivamente o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores enquadrados no art. 2º da Lei nº 10.855/04, sejam considerados legais por relação, ainda que contenham pareceres divergentes e/ou propostas de ilegalidade.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 426/DIRRH/CGARH/INSS, o INSS encaminhou as providências que vêm sendo adotadas sobre a questão do PCCS, conforme a seguir transcrito:

1. Preliminarmente, faz-se necessário tecer um relato histórico da vantagem denominada Adiantamento Pecuniário - PCCS.

2. Conforme dispunha o art. 9º da Lei nº 7.604/1987, em razão da complexidade e especificidades das atribuições exercidas no âmbito do então Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, foi determinado em prazo de 120 dias para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional projetos com o objetivo de estabelecer equivalência dos regimes da Previdência Social e, em 180 dias, um Plano de Carreira, Cargos e Salários.

3. Em setembro de 1987, diante do fato de a citada lei não ter sido cumprida, aquele Ministério autorizou o pagamento de uma gratificação denominada "Empréstimo Patronal" aos servidores das extintas Autarquias Federais: IAPAS, INAMPS E INPS, integrantes do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), cujo valor correspondeu a 50% da remuneração dos servidores ativos e 25% para os aposentados, no primeiro mês, e de 100% para os servidores ativos e 50% para os aposentados, nos dois meses seguintes.

4. Em janeiro de 1988, a referida gratificação passou a denominar-se "Adiantamento PCCS", incorporando-se definitivamente na remuneração dos servidores, porém, sobre ela não incidiu o reajuste geral de 47,11%, conforme Portaria nº 2.935, de 29/12/1987, do então Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, em obediência à legislação que regulava a política salarial do funcionalismo público federal na época (Decreto-Lei nº 2.335/1987, art. 13 do Decreto-Lei nº 2.365/1987, e art. 5º do Decreto-Lei nº 2.371/1987).

5. Em novembro de 1988, editada a Medida Provisória nº 20/1988, convertida na Lei nº 7.686/1988, a referida vantagem consolidou-se no ordenamento jurídico voltado para a política remuneratória dos servidores públicos federais, ficando convalidada desde janeiro de 1988, nos valores nominais então percebidos, in verbis:

6. "Art. 8º. O Aditamento Pecuniário concedido em janeiro de 1988 aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, do Instituto Nacional de Previdência Social e do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social continuará a ser pago àqueles servidores que a ele façam jus na data da vigência desta lei, considerando os valores nominais percebidos em janeiro de 1988.

7. "§ 1º A partir do mês de novembro de 1988, o Adiantamento Pecuniário será reajustado nos termos do art. 8º do Decreto-Lei

nº 2.335/87, após a aplicação da antecipação salarial a que se refere o art. 1º desta lei.

8. "§ 2º O Adiantamento Pecuniário incorpora-se aos proventos e aposentadorias".

9. A Lei nº 7.923/1989 reestruturou diversas tabelas remuneratórias do funcionalismo público federal, mantendo-se a denominação da parcela remuneratória dos previdenciários como "Adiantamento do PCCS" (art. 2º § 3º, inciso XXIII).

10. Em setembro de 1992, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.460/1992, o "Adiantamento Pecuniário" previsto na Lei nº 7.686/1988 foi incorporado aos vencimentos dos servidores, sendo que, se houvesse redução de remuneração, a diferença continuaria a ser paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (art. 9º da Lei nº 8.460/1992).

11. A Administração Pública, in continenti, determinou sua exclusão como parcela remuneratória, gerando, assim, as diversas demandas judiciais, muitas delas ainda em tramitação, algumas favoráveis à Administração e outras aos servidores.

10. Na verdade, o PCCS nunca deixou de ser retribuído aos servidores, apenas deixou de ser pago, administrativamente, em parcela separada.

11. É relevante destacar que a Lei 8.460/1992 cuidou de organizar os cargos e carreiras da Administração Pública, e o seu art. 4º estabeleceu expressamente a incorporação aos vencimentos do adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686/1988. Porém, ao observarmos os valores constantes da Tabela de Vencimentos, são totalmente iguais para todos os servidores do Poder Executivo, com concessão de antecipação de 20%.

12. O Adiantamento Pecuniário anteriormente concedido aos servidores previdenciários era uma parcela salarial específica, PCCS, no percentual de 100%. Então, para ocorrer a incorporação a concessão teria que abranger o percentual anteriormente pago em relação aos valores nominais percebidos em janeiro de 1988, mantendo a diferença salarial já estabelecida pela Lei nº 7.686/1988.

13. Considerando a concessão do percentual de 20%, não foi mantida a diferença salarial, portanto, não ocorreu incorporação. Na verdade, a antecipação de reajuste não poderia incorporar, por não atingir o patamar salarial dos previdenciários, por serem superiores, ficando demonstrada a exclusão do PCCS, sem extensão e sem sua incorporação.

14. A Administração deixou de efetuar os pagamentos dos valores, os quais, conforme observou-se, não foram incorporados e também não foram extintos. Vejamos o teor do art. 28 da Lei nº 8.460/1992:

15. "Art. 28. Ficam extintas, a partir de 1º de setembro de 1992:

16. I - Gratificação de Produtividade a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923, de 12/12/1989;

17. II- Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923/1989;

18. III- Gratificação de Desempenho de Atividades Rodoviárias a que se refere o art. 5º da Lei nº 7.995, de 09/01/1990".

19. O cerne da questão, pois, é que a lei determinou a incorporação aos vencimentos (não a uma parcela específica da remuneração) e não a extinguiu. Aliás, a incorporação já havia sido determinada pelo, art. 8º da Lei nº 7.686/1996, sem que se houvesse, contudo, interpretações no sentido de que a vantagem teria desaparecido e assim continuou, evidentemente, sendo paga regularmente.

20. Neste contexto, é de se compreender que o objetivo da Lei nº 8.460/1992 era o mesmo da Lei nº 7.686/1988 neste particular, ou seja, incorporar aos vencimentos de forma a torná-la definitiva e perfeitamente, identificável, caso contrário haveria indicação da parcela remuneratória em que se deu a incorporação e também a sua expressa extinção.

21. O reajuste verificado pela Lei nº 8.460/1992 foi antecipação do reajuste geral, logo, tal parcela necessariamente deveria ter sido considerada neste contexto, sob pena de prejuízo para os previdenciários, pois que percebiam suas remunerações acrescidas do referido adiantamento, não devido aos demais servidores da Administração Pública Federal.

22. Sobre o reajuste de 47,11% sobre o Adiantamento Pecuniário PCCS, foi reconhecido pela Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União, de 27/08/1997, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos de representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas federais, onde se determina não se recorrer de decisão judicial que reconhecer o direito, de reajuste, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/1987, ao adiantamento pecuniário concedido em janeiro de 1988 aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social.

23. Entretanto, embora parte integrante da remuneração dos servidores, o citado "adiantamento" não sofreu o reajuste de 47,11% concedido às demais parcelas salariais, que eram base de cálculo do adiantamento, deixando, assim, de ser cumprida a Portaria nº 2.935/1987, que determinava o reajuste a todas as parcelas que compunham a remuneração dos servidores.

24. Quando do cumprimento das decisões judiciais, as quais compeliram este Instituto a pagar integralmente o PCCS, aplicando as correções salariais devidas, de forma a atingir novamente 100% da antiga remuneração, foram cometidos equívocos na execução da ordem judicial.

25. Mesmo aplicando-se a correção ao PCCS, por força de decisão judicial, o seu novo valor, ainda assim, adicionado às demais parcelas aglutinadas pela Lei nº 8.460/1992, não ultrapassaria o novo valor do vencimento básico criado por aquele dispositivo legal.

26. Por sua vez, as sentenças judiciais contemplaram a referida vantagem de forma diferente no que diz respeito à sua composição. Alguns casos no pagamento do PCCS merecem destaque por suas peculiaridades.

27. No Maranhão existiam, até janeiro de 1997, 31 processos que asseguravam o pagamento a 800 servidores daquele Estado. Entretanto, por decisão administrativa, seu valor foi elevado em quase 200%, o que ensejou análise mais detalhada da Procuradoria-Geral, a qual concluiu que não era devida a incorporação daquela vantagem, por se tratar de sentença anterior à Lei nº 8.460/1992. Com isso, foi suspenso o pagamento do PCCS no Maranhão, fazendo com que os interessados buscassem a tutela judicial, sendo-lhes concedida liminar, a qual foi posteriormente cassada;

28. Havia decisão judicial para exclusão do PCCS no Estado da Bahia;

29. A base de cálculo do PCCS do Rio Grande do Norte no percentual de 260% sobre o vencimento básico e vantagem pessoal.

30. Por esses motivos, a Procuradoria-Geral resolveu reexaminar todos os processos judiciais que tratam de PCCS, tendo decidido pela exclusão de muitos.

31. Porém, em face das orientações traçadas no Memorando nº 140/GAB/INSS, de 13/094/1998, da Presidência do INSS, todos os processos que importassem em exclusão da mencionada parcela deveriam ser encaminhados àquele Gabinete, de forma que fossem submetidos ao então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

32. Em julho de 1999, o Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 271/1999, encaminha diligência solicitando ao INSS que prestasse informações acerca das providências tomadas para sustar o pagamento do Adiantamento Pecuniário de que versa a Lei nº 7.686/1988 a todos os servidores deste Instituto, a partir de sua incorporação ocorrida em setembro de 1992 (art. 4º da Lei nº 8.460/1992).

33. Em dezembro de 1999, o então Diretor-Presidente, por meio do Ofício/INSS/DPR nº 377, informa ao TCU que "o 'Adiantamento Pecuniário - PCCS' deixaria de ser legítimo, passando a representar duplo pagamento conforme é, inclusive, o entendimento maior dessa Corte". Informa, ainda, que os pagamentos administrativos foram sustados desde 1992 e que estava encaminhando para a Procuradoria-Geral os processos judiciais para exame e orientação das providências compatíveis.

34. A Procuradoria examinou grande parte dos processos judiciais, concluindo pelo cancelamento das rubricas de pagamento criadas especificamente para esse fim, sob pena de incorrer em duplicidade de pagamento, ou seja, o objeto da ação judicial já vinha sendo cumprido administrativamente, nos termos da Lei nº 8.460/1992, e orientou as Procuradorias locais que revissem os pareceres que orientassem acerca da inclusão em folha, em parcelas destacada.

35. Conforme orientado, os processos foram encaminhados às Gerências Executivas de origem para avaliação, sendo que somente as ações oriundas do Estado do Maranhão tiveram seus pagamentos suspensos em fevereiro de 1997, bem como de aposentados para os quais houve determinação nominal expressa do TCU.

36. Por fim, o TCU determina que o INSS passe a adotar o entendimento manifestado no item 8.2.3 da Decisão TCU nº 26/2002-Plenário, alterado pela Decisão TCU nº 1.367/2002-Plenário, in verbis:

37. "8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsideram, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, adote todas as medidas legais cabíveis visando obter a suspensão desses pagamentos, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE".

38. Importante registrar que existem decisões judiciais, abrangendo os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leve à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada até o julgamento de mérito da ação.

39. É evidente que deste cenário de caos remuneratório faz-se necessária a estruturação da Carreira Previdenciária, que se deu por meio da Lei nº 10.355/2001, só que tal iniciativa não atendeu plenamente ao reivindicado pelos servidores, haja vista que a tabela remuneratória não apresentou ganho que viesse a compensar a perda verificada pela categoria. Revelando-se, pois, insuficiente para resolver esta enorme e antiga pendência, adveio a Lei nº 10.855/2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355/2001, instituindo a Carreira do Seguro Social para os servidores do Quadro de Pessoal do INSS, com previsão de reajuste de 47,11%, vindo a regularizar a situação até então vigente.

40. Os servidores do INSS interessados em integrar a Carreira do Seguro Social o fizeram mediante opção, por escrito, a qual implica em renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração a título de PCCS, judicial ou administrativamente concedido e que estão por vencer, correspondendo ao valor proporcional ao que for acrescido à remuneração, na medida em que forem sendo implementadas as parcelas constantes das Tabelas de Vencimento do Anexo IV da referida Lei nº 10.855/2004.

41. Há que se ressaltar que a renúncia fica limitada ao percentual resultante da variação do vencimento básico vigente no mês de novembro de 2003 e o vencimento básico proposto para dezembro de 2005, conforme disposto no mesmo Anexo IV, ou seja, se limitará aos 47,11%.

42. Isto quer dizer que o servidor optante que já percebe o chamado "PCCS, judicial ou administrativamente, terá descontado o seu total o mesmo valor que vier a ser acrescido à sua remuneração em razão da implementação das parcelas decorrentes do enquadramento na nova Carreira do Seguro Social.

43. E, conforme o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.855/2004, os valores excedentes (do PCCS judicial ou administrativamente concedido) serão convertidos em diferença pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios."

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 175173-01, emitida em 15.3.2006, o Gestor encaminhou por meio magnético em 31.3.2006 a seguinte informação:

"Conforme PT/PR/INSS nº 20 de 01/09/2005, foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de proceder levantamento de parcelas administrativas e/ou judiciais que constam na Folha de Pagamento de servidores do INSS para identificar possíveis incorreções e inconsistências em seus valores ou forma de parametrização no SIAPE. Numa primeira etapa, foi definida como prioridade a identificação de servidores que vem recebendo rubrica de VP (PCCS) e rubricas de VPNI. Foram analisados 3.368 servidores, sendo que desses 347 apresentaram inconsistências de VP e VPNI. Esse fato já foi comunicado às 47 Unidades de Recursos Humanos onde estão lotados os servidores, para que sejam providenciados os acertos, inclusive financeiros. Numa segunda etapa, foi analisado, através de relatório extraído do SIAPE, um universo de 3305 servidores que recebem VP (vantagem pessoal), dos quais 469 apresentaram inconsistências que foram comunicadas às respectivas Unidades de Recursos Humanos para os devidos acertos. Os acertos estão sendo acompanhados pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos. Aguardando equipamentos e espaço físico para a DRH, a fim de que seja convocado o Grupo de Trabalho para dar sequência ao acompanhamento dessa atividade. Prazo limite para implementação: Maio de 2006."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA

Em cumprimento à determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, foram encaminhadas correspondências às áreas de Recursos Humanos das Gerências-Executivas do INSS, contendo orientações no sentido de serem providenciadas as migrações dos registros das ações judiciais relativas ao PCCS do SIAPE para o sistema SICAJ, até 30.6.2005, sob pena de desativação do pagamento.

No presente trabalho de avaliação de gestão, verificamos que em 22.5.2006 a Procuradoria Federal Especializada/INSS por intermédio de sua Coordenação-Geral de Matéria Administrativa encaminhou Memorando-Circular de nº 4/2006 às Unidades Locais da PFE/INSS. O referido documento solicitou brevidade no sentido de viabilizar a manifestação da Procuradoria nos dossiês administrativos de acompanhamento de ações judiciais, as quais envolvam a inserção de rubricas em folhas de pagamento de molde a possibilitar as migrações do SIAPE para o SICAJ, requisitando ao Serviço de Recursos Humanos local a identificação dos casos que exijam a manifestação da PFE/INSS.

Verifica-se que foram realizadas ações por parte do gestor visando regularizar a situação do PCCS dos servidores do INSS, entretanto, ainda não foram cumpridas totalmente as determinações do TCU sobre o assunto em questão.

10.1.1.25 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e ACÓRDÃO nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara.

Refere-se a presente Decisão às irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria realizada pela 4ª SECEX, no período de 01.04 a 03.05.2002, na área de licitações e contratos do INSS. Este trabalho resultou nas seguintes determinações:

"(...) 8.4.6. relativamente ao processo nº 35000.005539/2000-86, que trata da contratação de sistema de gerenciamento de contratos, adotar as providências cabíveis, visando à comprovação do cumprimento integral do Contrato nº 020/2000 e da regularidade dos pagamentos efetuados, inclusive, se necessário, instaurando tomada de contas especial, para que sejam apuradas as responsabilidades e quantificado o débito porventura existente, informando a este Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias as medidas adotadas;

8.4.7. informar, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas para obter da empresa Novadata Sistemas e Computadores S/A os equipamentos pagos e não entregues, relativos ao Contrato nº 040/98 (processo 35000.004900/1998-05), ou, alternativamente, para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessária."

Em 12.4.2005, por meio da SA nº 160221-05, solicitamos ao gestor informar a posição atual dos PADs nº 35000.000454/2003-16 e 35000.004900/1998-05, relativos às empresas COMPLINE e NOVADATA, em atendimento aos itens 8.4.6 e 8.4.7 da Decisão nº 527/2002 - TCU 2ª Câmara.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.4.2005, a Corregedoria informou que:

"(...) Processo nº 35000.004900/1998-05 (apensado ao Processo nº 35000.003262/1999-88) contratação de serviços para atualização tecnológica de equipamentos do INSS pela empresa NOVADATA, em face ao Contrato de Prestação de Serviços nº 40/98: o Processo Administrativo Disciplinar foi constituído pela PT/Correg nº 019/2005, com prorrogação pela PT/Correg nº 057/2005. FASE: Em apuração, aguardando retorno de Carta Precatória encaminhada para a Corregedoria Regional em Salvador/BA, para a oitiva de um dos acusados domiciliado naquela cidade. Processo nº

35000.000454/2003-16. Apuração de desaparecimento dos autos nº 35000.005539/2000-86 e irregularidades na execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2000, havido entre o INSS e a empresa Comp Line Informática Ltda. O Procedimento Administrativo Disciplinar foi instaurado pela PT/Correg nº 016/2005, com prorrogação pela PT/Correg nº 056/2005. FASE: Em apuração, aguardando retorno de Carta Precatória encaminhada para a Corregedoria Regional em Salvador/BA, para oitiva de um dos acusados, bem como a localização de um dos acusados, que se encontra em local incerto, provavelmente domiciliado naquela cidade de Salvador/BA."

Em 20.4.2006, com o intuito de verificar a posição dos PAD, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 175153-17. Em resposta, o gestor encaminhou, em 24.5.2006, o Ofício/INSS/CORREG.GERAL nº 84 informando que o PAD nº 35000.000454/2003-16 - Apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do processo nº 35000.005539/00-86, relacionado a irregularidades na contratação do sistema SGIC FOR WEB junto à empresa COMP LINE INFORMÁTICA LTDA., foi julgado pelo Parecer INSS/CORREGEDORIA GERAL/nº 92, de 14.6.2005, pelo arquivamento, na forma prevista no artigo 167, § 4º da Lei nº 8.112/90. Relatou, ainda, que o PAD nº 35000.003262/1999-88 e apenso nº 35000.004900/98-05 - NOVADATA, o qual trata de irregularidades referentes ao pagamento total e antecipado dos serviços de atualização tecnológica de 2.928 equipamentos de informática do INSS encontra-se em fase de Relatório Final da Comissão Processante.

Em resposta ao Relatório Preliminar, o gestor informou que:

"(...)

Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 35000.003262/1999-88 e Apenso nº 35000.004900/98-05 - NOVADATA, trata da apuração de irregularidades referentes ao pagamento total e antecipado dos serviços de atualização tecnológica de 2928 (dois mil, novecentos e vinte e oito) equipamentos de informática do INSS. Referidos autos encontram-se em JULGAMENTO na Consultoria Jurídica do MPS - 44023.009.00, encaminhado e recebido por aquela Pasta, em 12/06/2006, conforme CM - SIPPS Nº 373993."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as providências adotadas pela Corregedoria do INSS, o assunto encontra-se com providências adotadas, a Corregedoria-Geral deverá encaminhar a esta CGU para

acompanhamento os resultados do PAD nº 35000.003262/1999-88 e apenso nº 35000.004900/98-05 - NOVADATA quando da conclusão dos trabalhos.

10.1.1.26 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 816/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 013.636/2002-0 e TC nº 009.060/2003-4) e ACÓRDÃO nº 1.850/2003 - TCU - 2ª Câmara - Convênio celebrado entre Ministério da Previdência e Assistência Social/INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD.

Referem-se os citados Acórdãos às constatações resultantes da TC 013.636/2002-0, que verificou irregularidade no Convênio celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD. Dentre as providências adotadas pelo INSS para atendimento à Corte de Contas restavam pendentes a reabertura do PAD nº 44000.002941/1998-02, objetivando apurar a conduta do ex-Diretor de Administração/INSS, ocupante de cargo comissionado, Paulo Tannus de Feitas; e sindicância instaurada, sob o nº 35013.001034/2004-99, para apuração da manutenção do pagamento da aposentadoria do Sr. Crésio de Matos Rolim, após a cassação da aposentadoria do mesmo.

Por meio da Portaria/INSS/CORREG/Nº 326, de 31/5/2004, a Corregedoria procedeu à reabertura do PAD nº 44000.002941/1998-02 - CETEAD. O processo encontrava-se em fase de instrução.

Mediante a Solicitação de Auditoria nº 175173-19, de 24.4.2006, solicitamos a posição do PAD nº 44000.002941/1998-02.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 75, de 6.5.2006, a Corregedoria informou o seguinte:

"1)Foi instaurado PAD através da PT/INSS/CORREG Nº 167, publicada no BSL Nº 00092, de 26/8/2002 e alterações, cuja conclusão se deu através do Parecer/CJ/MPS/Nº 3210/2003, pela:

1.1)Cassação de aposentadoria de Crésio de Matos Rolim;

1.2)Remessa dos autos à CGU para averiguação da responsabilidade do ex-Ministro de Estado José Cechin, uma vez que foge a competência desta Corregedoria; e

1.3) Reabertura do processo relativamente contra o ex-Diretor Administrativo - Comissionado Paulo Roberto Tannus de Freitas.

Foi reaberto o referido PAD com relação ao item 1.3, que ao final concluiu por encaminhar o mesmo à AUDITORIA, com o fim de que fosse apurada a qualidade dos sistemas implantados pelo CETEAD, para então analisar se houve má avaliação por parte do ex-Diretor, na implantação do SIGS, conclusão esta acatada, através do Parecer nº 0009/B/2004 desta Corregedoria Geral, com o encaminhamento dos autos à Auditoria Geral para nova auditoragem, que em suma, concluiu que já havia sido auditado e concluído pela não funcionabilidade do sistema, e ainda, que a qualidade do sistema já fora avaliada pela Secretaria Federal de Controle;

2) Foi reaberto novo PAD, através da PT/INSS/CORREG nº 327, de 31/5/2004, que concluiu pelo arquivamento do feito, o qual foi encaminhado à Consultoria Jurídica do MPS, de quem decorreu tal orientação, para julgamento, que ao final concluiu através do Parecer/CJ/MPS 3511/2005, pela necessidade de auditoria do sistema SIGS ou justificativa motivada da impossibilidade, tendo em vista a ausência de provas concludentes quanto à eficiência do sistema, com o novo encaminhamento dos autos à Auditoria.

2.1) Foram encaminhados os autos à Auditoria Geral, que emitiu novo Despacho, concluindo que a avaliação do sistema SIGS foi amplamente apreciada pelo TCU, constatando-se a ineficiência do mesmo. Foram então os autos encaminhados à Controladoria Geral da União para avaliação do item 1.2. deste, com relação a apuração de responsabilidade do então Ministro de Estado à época dos fatos, Sr. José Cechin, sendo aguardada cópia de Parecer conclusivo quanto a apuração dos fatos;

2.2) Com relação à apuração de responsabilidade, do ex-Diretor PAULO ROBERTO TANNUS DE FREITAS, mencionada no item 1.3. deste, solicitamos os autos daquela Controladoria Geral da União, cujas providências estão sendo tomadas."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Pelas informações apresentadas pelo gestor, verifica-se que os trabalhos referentes ao processo CETEAD resultaram na cassação da aposentadoria de Crésio de Matos Rolim. Quanto à sindicância envolvendo o ex-diretor Paulo Tannus de Freitas, foi concluído pelo arquivamento dos autos por ausência de provas concludentes.

10.1.1.27 CONSTATAÇÃO:

AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA CONCLUSÃO DE PAD POR PARTE DA CORREGEDORIA-GERAL DO INSS.

TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Gerência Executiva/INSS/RJ - Irajá.

A questão originou-se da Auditoria Extraordinária nº 02/2002, realizada pela Auditoria Interna do INSS, em processos referentes a serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, obras e serviços de engenharia, permuta, locação e alienação de imóveis realizados no âmbito da ex-Superintendência Estadual do Estado do Rio de Janeiro e da Gerência Executiva de Irajá/RJ.

No Relatório de Acompanhamento de Gestão/DSPAS/SFC/CGU-PR/2004 foi informado que havia sido elaborado o Parecer 289/2003, com sugestão de instauração de Processo Disciplinar encaminhando os autos nº 35000.001792/03-75 ao Gabinete do Diretor Presidente, por haver envolvimento de Procurador Federal.

Em 12.04.2005, por meio da SA nº 160221-05, solicitamos informações quanto às medidas adotadas após a emissão do Parecer 289/2003.

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que foram adotadas as seguintes providências:

- a) item 11 do Parecer mencionou a possibilidade de envolvimento de Procurador Federal nas irregularidades constatadas nas 4º e 5º fases do Relatório de Auditoria de Gestão Interna do INSS, razão pela qual os autos foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, tendo sido os processos referentes às 2º e 3º fases restituídos à Corregedoria-Geral do INSS por meio do Memo/PGF/PFE/INSS-PG nº 016, de 30.01.2004;
- b) com base no Parecer Correg nº 00011/2004, de 24.03.2004, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Portaria INSS/CORREG nº 00219, de 25.03.2004;
- c) apesar de sucessivas prorrogações de prazo a apuração não foi concluída, nem tampouco foi elaborado Relatório Parcial, aguardando análise acerca da pertinência de eventual reinstauração.

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor não adotou providências junto às unidades regionais da Corregedoria do INSS no sentido de agilizar os resultados do PAD instaurado em razão de possíveis irregularidades na GEX IRAJÁ/RJ.

CAUSA:

Ausência de conclusão de PAD instaurados em razão de irregularidades apontadas pelo TCU na TC nº 012.074/2003-1 - referente a irregularidades ocorridas na GEX IRAJÁ/RJ.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em 4.5.2006 emitimos a SA nº 175153-29 solicitando informações sobre a análise acerca da pertinência de eventual reinstauração e o motivo da apuração não ter sido concluída.

Por meio do Ofício/INSS/Correg.Geral nº 79, de 17.5.2006, a Corregedoria-Geral do INSS informou que;

(...) o processo nº 35000.001792/2003-75, que trata de representação da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades na Gerência Executiva do INSS em Irajá/RJ, conforme informações da Corregedoria Regional do INSS em Belo Horizonte, encontra-se em nova análise quanto à reinstauração a qual, devido ao grande volume, em vista de tratar-se de inúmeras irregularidades na área de logística, envolvendo situações pertinentes a diversas gerências executivas localizadas no Rio de Janeiro, possivelmente necessitará no desdobramento de mais de um procedimento, de forma que cada irregularidade seja apurada em separado, para uma apuração mais célere.

Em resposta ao Relatório Preliminar, o gestor informou o que segue:

"Processo nº 35000.001792/03-75 - trata de representação da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na GEX/Irajá/RJ
Referido processo, conforme Mensagem Eletrônica, datada de 20/06/2006, encaminhada pela Corregedoria Regional em Belo Horizonte, sediada no Rio de Janeiro, foi desmembrado em cinco, por tratar-se de inúmeras irregularidades na área de logística, envolvendo situações pertinentes a diversas Gerências Executivas localizadas no Rio de Janeiro, com o fim de serem

providenciados os respectivos processos administrativos disciplinares na forma seguinte:

- 1) *Processo 35000.001792/2003-75 e Apensos - Trata especificamente de Obras, compras, permutas e alienações de imóveis no âmbito das Gerências Executivas do Rio de Janeiro;*
- 2) *Processo 35301.153818/1994-36 e Apensos - Trata Obras de melhorias realizadas em imóveis situados na Rua Pedro Lessa e na Graça Aranha - Rio de Janeiro/RJ;*
- 3) *Processo 35588.002345/2002-73 - Trata de Contrato de prestação de serviço - Empresa Engeral - Contrato nº 13/2001 - Processo 35588.002969/2001-28;*
- 4) *Processos 35301.013960/996/36, 35301.008345/1996-26, 35301.009577/1996-47, 35301.020550/1996-14, 35301.008344/1996-63, 3501.009389/96-37 e 35301.009387/1996-10 - trata de processos de alienação de imóveis.*

Previsão para instauração: Conforme Email, datado de 20/06/2006, da Corregedoria Regional do INSS em Belo Horizonte, sediada no Rio de Janeiro o processo nº 35000.001792/03-75, desmembrado em 5 (cinco) processos distintos serão instaurados a partir do dia 17/07/2006, cuja comissão responsável será composta pelos servidores MARÚCIA MEDINA CALVÃO, ADRIANA ROSÁRIO CALOMENI e JUPIASSU FELIPE DA COSTA, a qual está finalizando 2 (dois) processos, num total de 4 (quatro)."

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
159.995.301-30	Luiz Antonio Leite de Andrade	Corregedor-Geral do Inss
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do Inss

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

O gestor informou que o processo nº 35000.001792/03-75 foi desmembrado em 5 (cinco) outros processos, com prazo para instauração a partir de 17.7.2006.

A resposta apresentada pelo gestor demonstra que o assunto permanece PENDENTE de regularização. Cabe ressaltar que o fato originou-se de uma Tomada de Contas de 2003 (TC nº 012.074/2003-1) e que apesar das sucessivas prorrogações de prazo a apuração de responsabilidades não foi concluída.

RECOMENDAÇÃO:

A Corregedoria-Geral do INSS deverá providenciar junto à Unidade Regional da Corregedoria em Belo Horizonte e demais

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

regionais do Estado do Rio de Janeiro a priorização da conclusão da apuração de responsabilidades de servidores envolvidos no fato, informando a esta CGU sobre a conclusão dos trabalhos.

10.1.1.28 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 814/2005 - TCU 1ª Câmara

O Acórdão nº 814/2005 - TCU 1ª Câmara trata da inclusão nos proventos de servidores inativos e pensionistas de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo da vantagem GADF, paga cumulativamente com VPNI, oriunda de parcelas de "décimos ou quintos" e vencimento de FG ou similares. O Tribunal concluiu pela impossibilidade do pagamento face ao disposto no art. 6º da Lei nº 8.538/92 e determinou a suspensão do pagamento dessa vantagem, conforme a seguir transcrito:

(...) 9.1. determinar aos órgãos especificados a seguir, com fundamento no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, comuniquem aos inativos e pensionistas dos instituidores relacionados a respeito deste Acórdão e suspendam o pagamento da GADF, paga cumulativamente com VPNI, oriunda de parcelas de "décimos ou quintos" e vencimento da Função Gratificada (FG) ou similares, informando a este Tribunal as providências tomadas, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.1.1. Instituto Nacional do Seguro Social: Abel Dias de Oliveira, Acioli Silva, Adalberto Cavarsan, Adalberto de Moraes Septimio, Adélia Antonioli, Adiles Benedito de Barros, Adiva Feil Ely, Afraneu de Freitas Azambuja, Aida Cecy Vargas, Aladilson Norbim Barcellos, Alaide Eudoxia Calsing, Alba Elizabeth Pias Coelho, Albany Avila Darella, Alceu Terezio Bonfate, Alcinda Castro Abdalla, Aldete Silva de Deus, Alice Cristino Gabriel, Alvina Moellmann, Ana Cristina Perches Zaghi, Ana Maria de Camargo Luchesi, Ana Maria Gonçalves Rosa Bellan, Analice Machado, Ancelmo Picolo, Angelina Pellacani, Anilce Aquilino, Anita Rosa de Carvalho Araújo, Anna Alessi Ribas, Antonia Odete Pereira Bomfati, Antonio Machado Garrão, Antonio Batista Machado, Antonio Carlos Gomes Sanches, Antonio Francisco Garcia, Antonio Paulo Donato, Antonio Silveira Pereira, Aparecida Bernadete Souza Silva, Apolinario Fernandes Vila Verde, Aracy Barbosa de Sousa, Aristides Romero Palma, Armando Colaferro, Armando Pieroni, Arthur Marcelli, Aurea Celeste Cypreste Amorim, Aurea Rodrigues Ley, Aylton José Marchezini, Beatriz Zamboni Zalamena, Benedito de Souza, Berta Strehlau Munhoz, Boaventura Lindoso Bittencourt, Braz dos Santos Ribeiro, Carlos Divino Alves Vaz, Carlos Jonathas Muller Magalhães, Carmem Silvia Melhado, Carmen Andrade de Oliveira, Carmen Parra, Catarina Cristofolini, Cecilia Maria Tilio Alberto Vicente,

Celia Maria Giacomelli Elias, Celia Regina Zaia Boneto, Celso Carlos Rocha, Ceverino Correa da Silva, Chirlene Gonçalves Teixeira, Claudionor Scarpetta Borges, Clecio Fidalski, Clementina Contessoto Capretz, Cleonice Lucarelo Molina, Creusa Aparecida Ferreira Ignacio, Dagmar Faria de Melo, Dalila Ferreira de Almeida, Dalva Helvig Nikolak, Darci Escoto, Darci Ribeiro de Oliveira, Darcy Gonçalves Freitas, Daura Fernandes Carneiro, Daylor José Lasch, Demetrios Carlos Marcinkoski, Denise Nasser W. do Amaral, Dilene Henriqueta Lago Teixeira, Dinah Aparecida Gonçalves Cintra, Dinah Lago Rolim, Divair Silva Vieira, Dolores Scholz Gomes, Dolores Lottermann de Barros, Domingos Augusto Baldi, Dorilea Amorim Moser, Dulce Griesang Renck, Dulce Petry, Dulcilea Maria Gonçalves, Dulene Marly Cezario da Silva, Durvalina Aparecida da Silva Caetano, Edemar da Silva Netto, Edgar Luiz Bernal, Edilson Figueroa, Edinaldo Alves, Edith Ramos Nardin, Edith Santos Queiroz, Edna Aparecida de Andrade Val, Edy Bretas de Oliveira, Edy Rodrigues de Andrade, Eleazaro Dias de Oliveira, Elenice de Lima Correa, Elina Nair Melchiori Nunes de Matos, Elizabeth Machado Milach, Elizabeth de Oliveira Santos, Elizabeth Leni de Souza Dias, Elizabeth Maria Bonato de Campos Mello, Elza D. Alessandro, Elzira Martins Tofel, Ema Ely Salomão Bonetti, Emanuel Martins, Emigdio Mondini Junior, Ernesto Augusto, Ester Martim do Nascimento, Etzio Turquetti, Eunice Helena Lourenzi Gouvea, Eunice Rosa Puchnick, Eunice Shizuka Sanada, Euripedes Barsanulpho Ferreira, Everardo Mendes de Moraes, Fani Aparecida Storolli da Cruz, Fani Moreira Rodrigues Barbosa, Fania Regina Masocatto Faca, Flavio Marcondes Damasio, Florentina Gomide, Florise Maura de Lima, Francisca Rocilda Castelo Teixeira, Francisco Metaxas Nunes Guerra, Galdino Mendes Machado Filho, Georgina Cerqueira Villa, Geralda Maria Malaquias Lima, Geraldo Lino Nunes, Gersy Goulart Dias, Gervasio Nogueira, Gil Amorim, Gil Albano Amora Filho, Gilberto de Jesus Matos, Gilda Sant Anna Lopes, Gisela Winkel Olenscki, Gizel Fernandes Moreles, Glória Figueiredo de Souza, Glória Pires Martins, Graziani Machado de Souza, Guerino Lombardi Filho, Guiomar Alves de Moraes, Haroldo da Silva Chaves, Heber Mercier Mattos, Hedy Schulze, Heitor Riccio, Helena Flores de Vargas, Helena Lazaretti, Heleny Gomes Palma, Hélio Venturella, Hélio de Jesus Adão, Heloisa Junqueira Breviglieri, Henrique Celso Perotti Laffitte, Herbert da Silveira Reis, Hernani Guimarães Correa, Herval Rangel Pessanha, Hildegard Maria Leitner, Honoria Piras, Iade Pinheiro de Jesus, Iara Constancia Rau, Iara de Sousa Bisconti, Ibrahim Hossein, Ida Dias Ambrosio, Ieda Maria Durante Vieira, Ieda Maria Tramontina, Ile Maria Dalmolin Rezende, Ina Gegenhemer Gomes, Inez Moraes da Silva, Iolete Coelho da Silva, Iracilda Kras Grune, Iran de Lima Cavalcanti, Irani Marilene Gasparotto Venezian, Irany Amabile Burigo, Irdes Pradella Cignachi, Irene Araújo dos Prazeres, Irene Dlugosz Barczyszyn, Isabel Hanchar, Isabel Motta, Isabela Maria Bersch, Isaura Colle Thome, Ismar Pedro de Souza, Isoldino Elias, Itamar Freire, Ivanio Branco de

Araújo, Ivete dos Santos Borba, Ivete Ramires Banzato, Ivette Bucalem, Ivone Walicek Macedo, Ivone Fontoura, Ivone T. de Azevedo e Souza, Ivone Tavanti Torres, Ivonete Teresinha Rosa, Ivoni Schneider, Izaira Mendes de Oliveira, Jacira Ribeiro Marques, Jacira Vieira Campos, Jandira Palmero, Janeth Drumond Cornelio, Jaylice Maria Diederichs, Jeni Helena Barbosa, João Alberto Raupp, João Candido Pinto Filho, João Baptista Coelho da Costa, João Batista Lima, João Buchner Sobrinho, João Carlos Horner Cunha, João Genesini, João José Fabres Vitoria, João Manoel Lucas, João Quirino de Oliveira, João Romão do Nascimento, Jocelim Moreira Leal, Joceline Dario Marques dos Santos, Jonnas Barreto de Araújo, Jorge Elizario Miguel, Jorge José de Oliveira, José Guilherme Guimarães, José Luiz Araújo Saraiva, José Martins da Silva, José Roberto de Mello Motta, José Roberto Leite, José Rodrigues Nogueira, José Augusto de Carvalho Neto, José Carlos Ferreira, José Carlos Rodrigues de Araújo, José Carlos Rodrigues Filho, José Fares, José Ignacio Xavier Molina, José Luiz Fernandes Ribeiro, José Luiz Leal, José Luiz Monjardim Amigo, José Marcilio Junior, José Marino Bergonci, José Mazetti Dias, José Oscar Guimarães, José Paula de Oliveira Filho, José Raimundo da Silva Frazão, José Ribamar Correa Abreu, José Wanderley da Rosa, Josenila Coutinho Vieira, Josué Ezaledo, Judith Warumby Pinto, June Ferraz Fernandes, June Teresinha Cerentini Vianna, Jussara Tentardini de Almeida, Katia Tamanini Moreira Conde, Kayoko Mochizuki, Kikue Matsui, Kiyoshi Sato, Laedi Pimentel de Menezes, Laura Campos Sauda Barcelos, Lazara de Oliveira Laura, Leda Medeiros Ferreira, Leila Magalhães Correa Carrascosa, Leila Maria Pinho Barudy, Leila Maria V. D. Teixeira, Leni Lucas Duarte, Leny Wanderley Fialho, Leonice Bartoli, Leonilda Pacher de Oliveira, Levi de Souza, Lia Castanheira Carneiro, Lidio Sabino Coitinho, Lilia Pereira da Silva, Lilian Zelia Freire de Andrade Pereira, Lino Dias Rodrigues, Lireda Magalhães Tavora, Lourdes Oliveira Dias, Lúcia Aparecida Piccello, Lúcia Baldissarini Novaes, Lucimar Donabela Taneguchi, Lucinir Pereira Ferreira, Luecy Martins Di Pietro, Luiz Carlos dos Santos, Luiz Cezar Veriato, Luiz Eduardo Figueiredo, Luiz Fernando Antonio da Costa, Luiz Nascimento, Luiz Soares Costa, Luris Wakim, Maderlene de Almeida Yamada, Malvina Borges de Souza, Manoel dos Santos Fagundes, Manoel Ferreira Pulter, Marcelle Pereira Madeira, Marcia de Oliveira Sanglard, Marcia Maria Pinheiro Koury, Marcos Eanes Farias Pereira, Marcy Fialho de Menezes, Margarida Tawada, Maria Alice Nogueira Castro Chiavegato, Maria Alves Neves Barbosa, Maria Amancia Carvalho de Lima, Maria Aparecida Andrade Moscoliato, Maria Aparecida Dela Libera, Maria Aparecida Fernandes Sergio, Maria Aparecida Gonzaga Peres, Maria Aparecida Lopes Isiara, Maria Aparecida Montagna Rossini, Maria Aparecida Moreno Costa, Maria Augusta Rodrigues, Maria Bernadete Pereira, Maria Cecilia de Almeida Lima, Maria Cecilia Verna de Oliveira, Maria Celeste Ditzel Kritski, Maria Celia Fernandes, Maria Celia Nalli Thiago, Maria Cicilia Capanema, Maria Clara Bastos Rosa Kuhn, Maria

Clareth Fagundes de Oliveira, Maria da Conceição Farias Brum, Maria da Glória F. Costa, Maria da Glória Foohs, Maria da Glória Mendes Piacentini, Maria da Graça Pacheco Freitas, Maria da Penha Lima da Silva, Maria das Gracas de Aquino Lima, Maria das Gracas Freitas Zarbato, Maria das Neves Damasceno, Maria das Virgens Pereira Nogueira, Maria de Fátima da S. Teixeira, Maria de Lourdes Batista da Luz, Maria de Lourdes Casado Cavalcanti, Maria de Lourdes Rossi Pereira, Maria de Lourdes Schmidt, Maria de Lourdes V. Sepulcri, Maria de Oliveira Melo, Maria Diolete Puchta, Maria Dirce Val, Maria do Carmo M. Kawase, Maria do Carmo Neves Soares, Maria do Carmo Santos, Maria dos Remedios dos Anjos Pinheiro, Maria Eli Brusaca Almeida, Maria Ester de Paiva Alves Barbosa, Maria Evangila Alves de Almeida, Maria Felomena da S. Machado, Maria Gil Bizelli, Maria Helena de Lisieux Silva Gonçalves, Maria Helena Moraes, Maria Helena Piotto, Maria Imaculada Machado, Maria Ines Monho, Maria Ines Pavani Manzolli, Maria José Aparecida Buzolin Tonelo, Maria José da Silva Magalhães, Maria Julieta Virissimo de Souza, Maria Lenir Olivo Ceza, Maria Lilia Bombacini, Maria Lúcia Canto de Araújo Zebendo, Maria Lúcia Fugiwara Ueno, Maria Lúcia Serradela Marques, Maria Ludenira Pegorer Dias, Maria Luiza Bezerra de Paiva, Maria Nazareth dos Santos Borges, Maria Odete de Franca Machado, Maria Raimunda do Carmo, Maria Raimunda Silva do Sacramento, Maria Regina de Oliveira Vieira, Maria Rita Bezerra Garnier de Souza, Maria Rosa Marinho Pedriali, Maria Thereza Covassevick Ribeiro, Mariana Siqueira Damas dos Santos, Mariko Shintaku Toyama, Marilda Carneiro Duarte, Marilena Felippi Ghilardi, Marilene Brustolin Marques, Marilia de Carvalho Miranda Senhor, Marilia Schmidt, Marilia Sorgi, Marilza Schmidt Silva, Marina Fernandes, Mario David Nunes Degan, Mario Domingues da Silva Filho, Mario Favaratti, Mario Santos Picanco, Marise Martins Dias, Maristela de Lourdes Webster, Maristela Ribeiro Magalhães, Marlene Bittencourt de Almeida Loureiro, Marlene Hildebrand Robleno, Marlene Lemos Fernandes, Marlene Lopes Nunes, Marlene Ribeiro de Oliveira, Marlene Silva Faria, Marli de Paula Federice, Marli Ramos, Marli Rodrigues de Godoi Moura, Maruchia Mialik, Mavis Bauerfeldt Belfort, Max Arnold Hans Loss, Miguel Siqueira dos Santos, Miosotis Pinho, Miriam Dulce de Barros Lagne, Mirian Comandulli, Moisés Barros Braga, Nabor Praca Bezerra Cavalcanti, Nadir Ribeiro da Silva, Nadyr Costa, Nadyr Kessler de Quadros, Nagib Sabe, Nair Irene Sbaraini, Nancy de Lima Francani, Narciso Loureiro, Natalicia Martinez de Almeida, Naur Trentin, Neide Duarte dos Santos Pereira, Neidith Bueno Martini, Nelci Santos da Silva, Neli Marlene Garcia, Neli Poeta de Melo, Neli Ribeiro Pizzol, Nelio de Albuquerque Coutelo, Nelson Paula Martins, Nelson Pereira Negroni, Nerci Aparecida Guarenchi Sanches, Neusa Renault da Silva Oliveira, Neuza Aparecida Peterlini, Neuza Batista Barbosa, Neuza de Paula e Silva, Niceas Marques Silva, Niceia Aparecida Silva, Nicia Tasso, Nilda Barreto da Silva, Nilda dos Reis de Oliveira, Nilda Jansen Grocheveski, Nildes Veiga Sobral,

Nilson José Cardoso, Nilton da Silva, Nilza Machado Guaragna, Noemi Teixeira Brasil, Norma Theresinha Moritz de Souza, Nyelsen Angelina Tognela Corral, Odete Maria de Britto Faria, Odete Pivato, Odil Frederico Bonetti, Odilon Solemio Gonçalves, Odyr José Feiteira, Oedea Capriglioni, Olga Amaral da Silva, Olga Ferreira Neto, Olga Figueiredo Augusto, Olga Malta Duarte, Olinda Afonso Ferraz, Olinda Candido dos Santos, Olindino Spencer Cassiano dos Santos, Olindo Antonio Gracetto, Oloita Wanderley Pereira, Oneide de Souza Freitas Pinheiro, Ophelia Pinto de Oliveira, Orietta Greca, Orlando Doring, Oscar Bell, Oscar Christiano Kern, Oscar do Couto Severo, Osmar José de Carvalho, Osvail Prado, Oswaldo Bandeira, Pascoal Cantisani, Paulo Conde, Paulo Juvenal de Oliveira, Paulo Fernando Lima, Paulo José Granada Iunes, Pedro da Silva Buratti, Pedro Gonzaga dos Santos, Raimundo Nonato da Silva Pinto, Regina Celi Domingos, Regina Gonçalves Torquato Valentim Britto, Regina Maris Stelmachuk Lazier, Regina Mariza Garcia, Renato Thome Pegoraro, Riseuda Silva Ribeiro, Rita de Cassia S. Zamperlini, Rita Maria Guaraldo Villa Cle, Rivanilde Dantas Soares, Roberto Nicolau, Roberto Pereira, Romildo José Moro, Rosa Maciel da Silva, Rosa Maria Fontes Hoffmann, Rosa Maria Frei, Rubens Dutra, Rute Aparecida Pereira Lima, Ruth Amelia Lobo Burigo, Ruth Aparecida da Cunha, Ruth Hiroko Nakagawa, Ruth Maciel Daltro, Ruth Nanci Ceschin, Ruy Ferreira Pinheiro, Sabina Olga Kislowski, Saul Alves da Fonseca, Sebastiana Ribeiro Silva, Sebastião Altino Pinho, Sebastião Figueiredo da Costa, Sebastião G. Silva C. Branco, Sebastião Lopes da Silva, Sebastião Ventury Baptista, Sergio Manenti, Sergio da Silva, Severina de Farias, Severino Genuino Dourado, Shyrlene Rangel Oliveira, Sofia Barbosa Castro, Solange Maria Sanches Toniolli, Sonia Maria de Santanna Chontai, Sonia Vera Dutterle, Sueli de Almeida Nogueira, Sueli Garcia Lobo da Costa, Sueli Hansen Papa, Sueli Pereira Queji, Sueli Voss Dias, Susana Silveira Gonçalves, Sylvia Seabra Mayer Rolim, Tandilson Resende de Moraes, Teresa Epifanio Felix, Teresinha de Jesus Camargo Fortes, Teresinha de Jesus Soares Ribeiro de Alencar, Teresinha Maria Jacomini Malaguez, Teresinha Mattano de Souza Pinto, Tereza Barby, Tereza Dutra Moreira da Silva, Tereza Eloa de Lima Brignol, Tereza Markiewicz da Silva, Terezinha Baldesar, Therezinha de Jesus Airoso, Therezinha de Jesus Quintas Bastos, Therezinha Roma Heimbecher, Tomiko Igarashi Franco, Tupinamba Costa, Uassir Ozorio das Neves, Valderez Vianna Paladino, Valkiria Aparecida Pinese Bizeto, Valnissie Acioli da Hora, Vani Alba Petry, Venina Esequiel Silva, Vera Cleide Rosa Malaman, Vera Covacevich Giovannetti, Vera Lúcia da Silva Gomes, Vera Maria Fink, Vera Matheus Pereira dos Santos, Vera Regina Sarczuk, Victor Mario Cocchiarale, Vilmarino Rodrigues, Walacy dos Santos Lima, Waldemar Tavares, Walquiria do Rocio Moraes Yotoko, Wilma Rech, Wilson Oliveira Sousa, Wilson Lifina Holder, Zaine Nilvana Barros Fernandes, Zeferino Maciel da Rocha, Zeide Belo Ferreira,

Zelda Leonhardt Braga, Zelia Ruiz Silva, Zilfa Carolina Ribeiro, Zuleika Castilho Rodrigues e Zulema Adayl Vaz e Zumar Gasi;

(...)

9.2. informar aos órgãos e entidades mencionados nos subitens supra que os servidores inativos e instituidores de pensões, relacionados acima, que porventura já tiveram seus atos concessórios julgados legais e registrados por este Tribunal, consignado, cumulativamente, a GADF, VPNI, oriunda de parcelas de "décimos ou quintos" e vencimento de FG ou similares, excepcionalmente, podem continuar percebendo a vantagem impugnada nestes autos, bem assim aqueles que já tiveram seus atos julgados ilegais e negado o registro em face da inclusão, nos proventos, das mencionadas vantagens, mas estando suspensa a deliberação que apreciou o ato por causa de recurso interposto, com efeito suspensivo, pendente de apreciação por esta Corte de Contas ou por haver decisão judicial, posterior à apreciação do ato, obstando que o julgado deste Tribunal acerca do ato produza todos seus efeitos, alertando-os que, no tocante aos julgados ilegais, a suspensão do pagamento da mencionada vantagem deve ocorrer tão logo os motivos que suspendem a eficácia dos julgados dos atos não mais persistam;

JUSTIFICATIVA:

Visando verificar as providências adotadas pelo INSS para atendimento do citado Acórdão, emitimos, em 15.3.2006 a Solicitação de Auditoria nº 175153-01.

Em 31.3.2006 o Gestor encaminhou a seguinte resposta por meio magnético:

"Em 28.03.2006, a Procuradoria dos Tribunais Superiores encaminhou à Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos processo nº 04500.004679/2005-49, no qual consta Medida Cautelar em Mandato de Segurança nº 25568/DF, movida pela APSEF, cujo relator é o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que deferiu liminar para sustar os efeitos do Acórdão nº 814/2005, na parte em que determinou a suspensão do pagamento da GADF cumulativamente com VPNI, oriunda de parcelas de décimos, quintos e vencimento da função gratificada (FG) ou similares, em relação aos filiados da impetrante."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

Em consulta realizada em 2.6.2006 no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal, verificamos que o Mandado de Segurança nº 25568 apresenta o seguinte entendimento:

"(...)

Inferre-se da documentação juntada que a determinação de suspensão atacada limita-se às hipóteses em que não tenha ocorrido a apreciação da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão. Este o **item 9.2** do acórdão do TCU

A inexistência do registro da aposentadoria ou pensão pelo Tribunal de Contas afasta a alegação de decadência suscitada pela impetrante. Nesse sentido, v.g., o MS 24859 (Pleno, **Carlos Velloso**, DJ 27.8.04) e o MS 25192 (Pleno, **Eros Grau**, DJ 6.5.05), assim ementado no que interessa:

3. O ato de aposentadoria configura ato administrativo complexo, aperfeiçoando-se somente com o registro perante o Tribunal de Contas. Submetido a condição resolutiva, não se operam os efeitos da decadência antes da vontade final da Administração.;

Pelo mesmo motivo, o Tribunal assentou que não há falar em violação dos princípios da ampla defesa ou do contraditório com a determinação do TCU para suspender o pagamento de pensões ou proventos provisórios, quando da análise da legalidade na sua concessão (v.g. MS 24859, Pleno, **Velloso**, DJ 27.8.04; MS 24784, Pleno, **Velloso**, DJ 25.6.04; RE 163.301, 1ª T, **Pertence**, DJ 28.11.97; MS 24268, Pleno, **Gilmar**, DJ 17.9.04; MS 24754, Pleno, **M. Aurélio**, DJ 18.2.05; MS 24728, Pleno, **Gilmar**, DJ 9.9.05).

Quanto à impossibilidade do desconto parcelado dos valores indevidamente pagos como reposição ao Erário (L. 8112/90, art. 46) - devido à boa-fé dos filiados da impetrante -, verifico que não consta do Acórdão 814/2005-TCU-1ª Câmara essa determinação: assim, caso se efetive tal desconto, por ato da Administração, não será este Tribunal competente para a apreciação originária de sua ilegalidade.

Entretanto, entendo relevantes os fundamentos da decisão proferida pelo em. **Ministro Eros Grau** no precedente invocado pela impetrante (MS 25426-MC, DJ 1.8.05), no qual se discute a mesma questão, **verbis**:

11. Não há falar-se, de início, em duplo pagamento da gratificação em virtude de ser utilizada como base de cálculo da parcela dos 'quintos'. Note-se, na parte final do § 1º(), o vocábulo 'ainda', de modo que a GADF, além de incorporar-se aos proventos de aposentadoria dos servidores, também deve ser utilizada como base de cálculo para os 'quintos'.

12. A única vedação prevista seria a percepção do pagamento integral da GADF com a parcela incorporada dos 'quintos', consoante o art. 6º da Lei n. 8.538/92:

Art. 6º A Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função não poderá ser paga cumulativamente com a parcela incorporada nos termos do § 1º do art. 14 da Lei Delegada nº 13, de 1992, com a redação dada pelo art. 5º desta Lei, ressalvado o direito de opção cujos efeitos vigoram a partir de 1º de novembro de 1992.

13. Este, aliás, o entendimento do próprio Tribunal de Contas da União, conforme preconizado na Decisão n. 241/93, em que se declarou que 'a proibição de acumular, ínsita no art. 6º da Lei n. 8.538/92, diz respeito ao pagamento do valor integral da Gratificação de atividade de Desempenho de Função [100%], com a parcela incorporada de quintos, recomendando-se a inclusão da opção de 55% da GADF nos proventos de aposentadoria daquele servidor.

14. Vê-se, ademais, que até a data de revogação do art. 193 da Lei n. 8.112/90, em 18.01.95, o servidor que houvesse cumprido os requisitos ali previstos, faria jus à incorporação da parcela.

15. A redação do preceito é extremamente clara, ao condicionar a aquisição da vantagem ao implemento de determinado lapso temporal no exercício da função ou cargo em comissão, sem qualquer outro critério adicional.

16. O direito à parcela, pois, estaria plenamente incorporado ao patrimônio jurídico do servidor, ainda que o seu exercício estivesse condicionado a termo ou condição futura, sendo vedado à autoridade administrativa opor restrições onde não o fez a lei que concedeu o benefício [ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus].

17. Incontestável, por outro lado, o caráter alimentar dos proventos de aposentadoria dos servidores inativos, conquistados após vários anos dedicados ao serviço público.

Ainda, no mesmo sentido da suspensão da eficácia do Acórdão 814/2005-TCU-1ª Câmara em relação aos filiados da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (impetrante) -, a decisão liminar no MS 25561, **Marco Aurélio** (DJ 18.10.05).

Esse o quadro, **defiro** a liminar requerida tão somente para sustar os efeitos do Acórdão 814/2005-TCU-1ª Câmara na parte em que determinou a suspensão do pagamento da GADF, em relação aos filiados da impetrante, quando paga cumulativamente com o VPNI, oriunda de parcelas de 'décimos ou quintos' e vencimento da Função Gratificada (FG) ou similares.

Oficie-se, com urgência, ao TCU e aos órgãos responsáveis pelo cumprimento de decisão questionada (Ministério do Planejamento e INSS).

10.1.1.29 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 1.677/2005 - TCU Plenário - TC nº 003.426/2005-3 e nº 2.292/2005-TCU-Plenário - TC nº 020.975/2005-9

O Acórdão nº 1.677/2005 - TCU Plenário determinou ao INSS que:

"9.2.1. no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação da Resolução INSS/DC nº 142, de 13 de novembro de 2003, ao Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, alterado pelo de nº 4.836, de 09 de setembro de 2003, em especial do item 4 da referida Resolução, uma vez que está em desacordo com o art. 1º da norma regulamentar, que estabelece para os servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas a jornada de trabalho de oito horas diárias e a carga horária de quarenta horas semanais, alertando que, conforme o art. 3º do aludido Decreto, a jornada de trabalho de seis horas diárias e a carga horária de trinta horas semanais só deverão ser facultadas quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público;

9.2.2. comunique a todas as unidades do INSS (Superintendências e Gerências Executivas) a alteração da Resolução INSS/DC nº 142, de 13 de novembro de 2003, exigindo a observância dos seus comandos;

9.2.3. informe ao Tribunal as medidas efetivamente implementadas para dar atendimento à determinações contidas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 supra;"

JUSTIFICATIVA:

Visando verificar as providências adotadas pelo INSS para atendimento do citado Acórdão, emitimos, em 15.3.2006 a Solicitação de Auditoria nº 175153-02.

Em 31.3.2006 o Gestor encaminhou a seguinte resposta por meio magnético:

"Foi publicada a Resolução/INSS/PR nº 06, em 04 de janeiro de 2006, que dispõe sobre os horários de funcionamento e atendimento das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

A referida Resolução determinou que:

"Art. 1º Fixar, para as unidades da Direção Central, Gerências Regionais, Auditorias Regionais, Corregedorias Regionais, Procuradoria de Tribunais, Gerências-Executivas e Unidades Técnicas de Reabilitação Profissional, o horário de funcionamento nos dias úteis, das 8:00 às 18:00 horas.

Art. 2º Fixar, para as Agências da Previdência Social, os horários de funcionamento nos dias úteis, das 7:00 às 19:00 horas e de atendimento nos dias úteis, das 8:00 às 18:00 horas, ininterruptamente.

§ 1º Para maior comodidade dos usuários, as unidades de que trata este artigo poderão destinar parte do horário estabelecido no caput para atendimentos com hora marcada, em especial para o requerimento de benefícios.

§ 2º Encerrado o horário de atendimento, todos os segurados que estiverem nas dependências das Agências da Previdência Social serão atendidos.

§ 3º As perícias médicas deverão ser realizadas com hora marcada, respeitado o horário fixado eletronicamente quando do requerimento dos benefícios.

§ 4º Para melhor aproveitamento das instalações físicas existentes, a critério de cada Gerência-Executiva e Agência da Previdência Social, a agenda de exames médico-periciais poderá contemplar horários das 7:00 às 21:00 horas, observada a prévia autorização da Diretoria de Atendimento.

Art. 3º As unidades que não disponham dos meios técnicos, recursos humanos e logísticos necessários, ou cuja demanda não justifique os horários estabelecidos no artigo anterior, poderão ter horário alternativo de funcionamento e atendimento, desde que previamente autorizadas pela Gerência Regional.

Art. 4º É vedada:

I - a distribuição de senhas com a finalidade de limitar o número de atendimentos no decorrer do horário fixado para o atendimento;

II - a manipulação da agenda de perícias que desrespeite o disposto no § 3º do artigo 2º.

Art. 5º Os convênios com municípios para instalação de unidades da modalidade PrevCidade deverão prever, obrigatoriamente, além de outros requisitos, a cessão de espaço físico adequado para a realização de perícias médicas.

§ 1º As perícias serão realizadas, preferencialmente, no município conveniado, observada escala mensal de plantão de peritos médicos em cada uma das unidades PrevCidade da respectiva Agência da Previdência Social ou Gerência-Executiva. procedimentos necessários quanto à realização dos convênios para instalação de unidade PrevCidade.

Art. 6º Nas Agências da Previdência Social em que vigorarem os horários de funcionamento e atendimento estabelecidos no art. 2º, os serviços serão realizados em regime de turnos ou escalas.

§ 1º Nos casos de que trata este artigo, fica autorizado aos servidores cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, dispensado o intervalo para refeições, nos termos do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 1995.

§ 2º Para a flexibilização da jornada, autorizada no parágrafo anterior, deverá ser afixada, nas dependências da unidade de atendimento, em local visível e de grande circulação, quadro atualizado com a escala nominal dos servidores, constando dias e horários dos seus expedientes."

Pelo contido no referido normativo, o INSS atendeu a determinação do TCU.

10.1.1.30 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 1.306/2005 - TCU 2º Câmara

Trata-se de Pedidos de Reexame interpostos por Luiz Alberto Lazinho e Sr. Raul Christiano de Sanson Portella, então Presidente-Substituto e Diretor de Administração Patrimonial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, respectivamente, contra o Acórdão 918/2003 - Segunda Câmara - TCU, por meio do qual a Corte apreciou representação formulada pela empresa Specto Painéis Eletrônicos Ltda., nos termos do art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/93, contra atos decorrentes de licitação promovida pelo INSS sob a modalidade de Concorrência nº 002/2001, cujo objeto foi a contratação de sistemas de gerenciamento de atendimento ao público, além da notícia, pela empresa representante, de irregularidades em contratações anteriores acerca do mesmo objeto.

Por meio do referido Acórdão, a 2ª Câmara decidiu, em síntese: rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Luiz Alberto Lazinho e Raul Christiano de Sanson Portella, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

O Acórdão 1.306/2005 apresentou a seguinte decisão:

"9.1. conhecer os pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Luiz Alberto Lazinho e Raul Christiano de Sanson Portella;

9.2. no mérito, conceder provimento a esses recursos, para tornar sem efeito os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 918/2003 - Plenário - TCU;"

O Acórdão 918/2003 Plenário trata de assunto envolvendo uma Prefeitura no Estado do Maranhão. O Acórdão que trata do assunto relacionado à licitação realizada pelo INSS tem por colegiado a SEGUNDA CÂMARA, e nos itens 9.2 e 9.3 determina:

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Luiz Alberto Lazinho e Raul Christiano de Sanson Portella, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas, acrescidas dos encargos legais contados a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

Em resposta ao Relatório Preliminar, o gestor informou que:

"Processo nº 37284.000956/02-52 - Volumes I a VI e Apensos - Banking Solutions do Brasil Ltda

Primeira comissão: - Foi instaurada a Comissão de Inquérito instituída mediante a PT/INSS/CORREG Nº 00164, de 25/10/02, publicada no BS/INSS/DG nº 209, de 28/10/2002, inicialmente, relativa aos processos 37284.000956/2002-52 e seus apensos 35000.008013/98-80, 35000.007902/98-39, 35000.003219/99-59 (2 volumes) e 35000.010443/99-42, 35000.002787/99-04 (2 volumes) e 35000.006462/98-01, alterada pela PT/INSS/CORREG Nº 00165, de 25/11/02, publicada no BS/INSS/DG nº 213, de 04/11/2002, onde foi concluído, mediante a emissão do Parecer Corregedoria Geral nº 00253/2002 - CORREG de 26/11/2002, solicitando o desmembramento das apurações, em vista do contido no Art. 11, Parágrafo 2º, VI da Lei 10.480/2002, haja vista figurarem como membros da carreira de Procuradores Federais, com o devido

encaminhamento à Presidência para a adoção das medidas cabíveis, junto à PGF/AGU.

Segunda comissão - PT/INSS/CORREG Nº 00196, de 04/12/2002, publicada no BS/INSS/DG nº 234, de mesma data, relativa aos processos 37284.000956/2000-52 e Apensos 35000.008013/98-80, 35000.009734/98-15, 35000.009378/99-85, 35000.007902/98-39, 35000.003219/99-59 (2 volumes), 35000.010443/99-42, Processos de Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos - PCS's nº 01.500.0/03/99, 01.001/01/99 e 35000.0011456/2000-35 alterada pela PT/INSS/CORREG Nº 00199, de 06/12/2002, publicada no BS/INSS/DG nº 236, de mesma data, prorrogada pela PT/INSS/CORREG Nº 000019 de 30/01/2003, publicada no BS/INSS/DG nº 23, de 31/01/03, retificada, conforme publicação no BS/INSS/DG nº 36, de 19/02/03, alterada pela PT/INSS/CORREG Nº 0031, de 27/02/03, publicada no BS/INSS/DG nº 43, de 28/02/03, dissolvida e constituída pela PT/INSS/CORREG Nº 0000050, de 01/04/2003, publicada no BS/INSS/DG nº 64, de 02/04/2003, prorrogada pela PT/INSS/CORREG Nº 00105, de 29/05/03, publicada no BS/INSS/DG nº 103, de 30/05/03, dissolvida e reconduzida mediante a PT/INSS/CORREG Nº 00154, de 22/07/03, publicada no BS/INSS/DG nº 145, de 30/07/03, alterada mediante a PT/INSS/CORREG Nº 00212, de 08/09/03, publicada no BS/INSS/DG nº 173, de mesma data, prorrogada pela PT/INSS/CORREG Nº 00246, de 26/09/03, publicada no BS/INSS/DG nº 187, de mesma data, dissolvida e constituída pela PT/INSS/CORREG Nº 00320, de 20/11/2003, publicada no BS/INSS/DG nº 231, de 27/11/03, cuja conclusão se deu através do Parecer Nº 00066/2004, de 01/03/2004, pelas penalidades de suspensão por dez dias aos servidores Francisco de Assis Crizóstemo, Irineu José da Costa, Francisco Ferreira Sousa, João Leonel Cabral Calvano, Coaracy Jorge Carneiro Serra, Paulo Pereira da Silva, Antônio Leôncio Leitão e Israel Sousa Castro; o registro nos assentamentos funcionais dos servidores Arnaldo Nogueira de Lima e Manon Braga Gonçalves a aplicação da penalidade de advertência, que deixou de ser aplicada em razão da ocorrência da prescrição; aos servidores administrativos.

Com a exclusão dos processos mencionados na primeira comissão originou-se o processo nº 35000.001617/2004-69 - Volumes I a IV e Apensos 35000.002787/99-04 e 35000.006462/98-01 - Q.MATIC - SIPPS Nº15085781, mediante a PT/INSS/CORREG nº 00180, de 18/08/03 e alterações, com decisão de nulidade parcial e

instaurada comissão, mediante a PT/INSS/CORREG. nº 0028, de 28/01/2005, com sugestão de arquivamento.

Há época, não foi encontrado nos autos nenhuma menção relacionada ao encaminhamento dos processos 37284.000956/2000-52 e Apensos e 35000.001617/2004-69 e apensos, com o fim de cobrança dos prejuízos ao erário, o que ocorreu apenas em 10/03/2006, com o encaminhamento por esta Corregedoria Geral à 01.300.222. - Divisão de Tomada de Contas Especial - T.C.E."

No tocante ao que determina o Acórdão 1.306/2005 o assunto encontra-se encerrado. Quanto ao Acórdão 918/2003 - 2º Câmara, foram instaurados processos administrativos disciplinares envolvendo servidores responsáveis pelas irregularidades, conforme relatado no item 4.1.1.1.35 do Relatório de Auditoria/CGU nº 153860/2005.

O gestor informou ainda o desmembramento das apurações envolvendo membros da carreira de Procuradores Federais, com o encaminhamento à PGF/AGU para as devidas medidas.

10.1.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES DA SFC

10.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de avaliar e informar se a entidade atendeu e/ou implementou as diligências e/ou recomendações da SFC, verificamos a permanência das seguintes pendências:

- ⇒ **Relatório nº 172709/2005:** Benefícios ativos com pagamento irregular em virtude de óbito do beneficiário. Ausência de análise por parte do INSS da situação de 95% dos 9.398 benefícios irregulares apontados por esta CGU em trabalho específico realizado nos sistemas SISOBI, SIM e demais sistemas previdenciários.
- ⇒ **Relatório nº 169937/2006:** Existência de falhas e irregularidades, referentes aos pagamentos de Pensão por Morte (espécie 23); Pensão por Morte Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29); Aposentadoria por Invalidez de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 29); Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente (espécie 43); Aposentadoria por Tempo de Serviço de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 72); e Aposentadoria por Idade de Ex-Combatente Marítimo - 1.756/52 (espécie 78), que não foram objeto de revisão, conforme determina o Parecer CJ/MPAS nº 3.052/2003, gerando pagamentos indevidos aos seus beneficiários, que devem ser objeto de regularização pelo INSS, junto as suas Gerências Executivas/Agências.

- ⇒ **Relatório de Auditoria nº 159480/2004** /DSPAS/DS/SFC/CGU-PR incluído no Relatório de Gestão nº 160221/2005: Pagamentos irregulares de Auxílio Doença, apresentando formação de grupo de trabalho com o fito de regularizar a concessão de Auxílio Doença.
- ⇒ **Relatório de Auditoria nº 159481/2004** /DSPAS/DS/SFC/CGU-PR incluído no Relatório de Gestão nº 160221/2005: Pagamentos irregulares de Aposentadoria por Invalidez, apresentando formação de grupo de trabalho com o fito de regularizar a concessão de aposentadoria por invalidez.
- ⇒ **Relatório de Auditoria nº 161968/2005** DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, incluído no Relatório de Gestão nº 160221/2005: Pagamentos irregulares de Abono Permanência em Serviço.
- ⇒ **Notas Técnicas/DSPAS/SFC/CGU-PR nºs 304, 305, 438, 440, 548, 550, 1.009, 1.010, 1.174, 1.295, 1.296/2005, e 212/2006 e 213/2006:** Irregularidades constatadas durante as fiscalizações realizadas em cartórios e aposentadorias de pessoas acima de 90 anos de idade, nos municípios (434 municípios) sorteados nas 12ª a 17ª Etapas do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público;
- ⇒ **Nota Técnica nº 152/DPPES/DP/SFC/CGU-PR**, de 21/12/2005, onde apresenta irregularidades/impropriedades quanto: Adicional por tempo de serviço pago a maior; Sentenças Judiciais sem o devido cadastramento no SICAJ; e Pagamento indevido da Vantagem Pessoal Transitória.
- ⇒ **Item 4.1.2.3 do Relatório nº 160221/2005:** Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV. Prática de Ato de Improbidade Administrativa.
- ⇒ **Item 4.1.2.7 do Relatório nº 160221/2005:** Irregularidades no processo de permuta de Imóveis realizada entre o INSS e a MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários.
- ⇒ **Item 4.1.2.9 do Relatório nº 160221/2005:** Pendências do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004 - Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.
- ⇒ **Item 4.1.2.15 do Relatório nº 160221/2005:** Irregularidade na Locação de Imóvel situado a Rua André Cavalcante, nº 103, Bairro de Fátima - Rio de Janeiro/RJ, pela DATAPREV, ocupado pela Superintendência Regional do INSS/RJ.
- ⇒ **Item 5.1.1.1 do Relatório nº 160221/2005:** Baixo índice de execução física e financeira do Projeto PROPREV.
- ⇒ **Item 5.2.1.1 do Relatório nº 160221/2005:** O INSS não procedeu à devida descrição, no relatório de gestão, dos indicadores de desempenho utilizados na avaliação da gestão da Unidade.
- ⇒ **Item 5.2.2.1 do Relatório nº 160221:** Assunção pelos gestores do INSS, no exercício de 2004, de metas inconsistentes e ausência de integração entre o planejamento e o orçamento.
- ⇒ **Item 5.2.2.2 do Relatório nº 160221:** Elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Previdência Social às diversas áreas do INSS.

- ⇒ **Item 5.2.2.3 do Relatório nº 160221/2005:** Manutenção de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais com indicativo de descumprimento das normas.
- ⇒ **Item 5.2.2.4 do Relatório nº 160221/2005:** Omissão no dever de prestar contas por parte de 27 Gerências Executivas do INSS.
- ⇒ **Item 5.2.3.1 do Relatório nº 160221:** Irregularidades relativas ao pagamento indevido de benefícios e falhas nas ações gerenciais e operacionais pertinentes ao cumprimento da missão institucional do INSS.
- ⇒ **Item 6.1.2.2 do Relatório nº 160221/2005:** Ausência de integração entre o Plano Anual e o Orçamento da Unidade.
- ⇒ **Item 6.2.1.2 do Relatório nº 160221/2005:** Reincidência de utilização de Dotações Impróprias para a Realização de Despesas.
- ⇒ **Item 6.2.1.3 do Relatório nº 160221/2005:** Reincidência na realização de despesa para Pagamento de Benefícios Previdenciários em desacordo com a Lei.
- ⇒ **Item 6.2.1.4 do Relatório nº 160221/2005:** Não cumprimento das metas orçamentárias na execução das Despesas.
- ⇒ **Item 6.1.2.5 do Relatório nº 160221/2005:** Impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.
- ⇒ **Item 7.2.2.1 do Relatório nº 160221/2005:** Falhas no Controle Financeiro – Pagamento de Benefícios.
- ⇒ **Item 7.2.2.3 do Relatório nº 160221/2005:** Emissão de Autorização de Pagamento em data anterior a da Nota Fiscal, caracterizando liquidação antecipada.
- ⇒ **Item 7.2.2.4 do Relatório nº 160221/2005:** Ausência de documentação comprobatória de inscrição de devedores.
- ⇒ **Item 7.2.2.6 do Relatório nº 160221/2005:** Ausência de cronograma de pagamento de fornecedores.
- ⇒ **Item 7.2.3.1 do Relatório nº 160221/2005:** Pagamento de Juros e Multas pela Instituição.
- ⇒ **Item 7.2.4.1 do Relatório nº 160221/2005:** Pagamento de Diárias e Passagens como despesa de exercícios anteriores.
- ⇒ **Item 7.2.4.2 do Relatório nº 160221/2005:** Contas contábeis com saldos a regularizar.
- ⇒ **Item 8.1.1.1 do Relatório nº 160221:** Aumento das impropriedades e irregularidades nos atos de gestão das atividades meio do INSS por conta da descentralização para as Gerências Executivas.
- ⇒ **Item 8.1.1.16 do Relatório nº 160221:** Número reduzido de servidores para administração do patrimônio imobiliário do INSS. Falta de utilização de sistema de gerenciamento de imóveis. Ausência de serviço de vigilância para os imóveis. Falta de vistorias nos imóveis, na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP.
- ⇒ **Item 9.1.1.1 do Relatório nº 160221/2005 :** Localização de servidores admitidos em desacordo com a proposta inicial.
- ⇒ **Item 9.1.4.2 do Relatório nº 160221/2005:** Duplicidade de registros de atos de admissão no sistema de registro e de

apreciação de atos de admissão e concessão do Tribunal de Contas da União - SISAC.

- ⇒ **Item 9.5.1.2 do Relatório nº 160221/2005:** Estabelecimento de diretrizes de instauração de Processos Disciplinares-PAD que geraram significativa redução nas apurações de ilícitos administrativos; utilização inadequada de servidores locais na apuração de grandes irregularidades e/ou envolvendo autoridades regionais; uso indevido do conteúdo do Acórdão nº. 412/2004-Plenário do TCU para justificar paralisação de PAD; ausência de articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa; falhas e carências estruturais no desenvolvimento das atividades correicionais.
- ⇒ **Item 9.5.2.1 do Relatório nº 160221/2005:** Descumprimento da jornada do trabalho no INSS, com redução de 2 (duas) horas sem a contrapartida do desconto previsto em lei.
- ⇒ **Item 9.6.1.2 do Relatório nº 160221/2005:** Concessão de diária para pagamento de viagens realizadas a regiões dentro da área metropolitana.
- ⇒ **Item 9.6.1.4 do Relatório nº 160221/2005:** Ausência de justificativa em casos de concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados.
- ⇒ **Item 9.6.1.6 do Relatório nº 160221/2005:** Concessão de diárias para realizar trabalhos em sede diferente de seu exercício e por períodos prolongados.
- ⇒ **Item 9.6.1.7 do Relatório nº 160221/2005:** Inconsistência de dados no SIAPE, pagamento de diárias para servidor em período previsto de férias.
- ⇒ **Item 9.6.1.8 do Relatório nº 160221/2005:** Pagamento de diárias em duplicidade.
- ⇒ **Item 10.1.1.19 do Relatório nº 160221/2005:** Ato administrativo praticado em desacordo com legislação vigente, referente Processo nº 35000.000131/2004-11 e Processos nº 35000.004136/96-16.
- ⇒ **Item 10.1.1.20. o Relatório nº 160221/2005:** Pagamento indevido de taxa de administração de 10% para implementação da UNIPREV via Acordo de Cooperação Técnica assinado com a UNESCO e ausência de informação do acerto de contas.
- ⇒ **Item 10.1.1.21 do Relatório nº 160221/2005:** Irregularidade na contratação da FUB e pagamento indevido.

As pendências transcritas serão registradas em áreas/itens específicos deste relatório, para os casos em que foram apresentados providências e/ou novos elementos para serem avaliados.

10.2 SUBÁREA – CONTROLES INTERNOS

10.2.1 ASSUNTO – ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

10.2.1.1. INFORMAÇÃO:

Em consequência das constatações nas ações de auditoria, houve o encaminhamento de processos/dossiês à Corregedoria com proposta de apuração de responsabilidades, conforme quadro a seguir:

BENEFÍCIOS	GESTÃO INTERNA
625	35

Em relação aos impactos financeiros decorrentes das ações de auditoria, foram verificados os seguintes valores:

GASTOS FINANCEIROS	PREJUÍZOS OBSERVADOS	ECONOMIAS PROCESSUAIS
1.874.588,33	134.527.165,39	554.825,28

As ações de auditoria apresentaram o seguinte resultado no tocante às recomendações de auditoria.

1) Ações de nível nacional

AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES				
	EMITIDAS	IMPLEMENTADAS	EM IMPLEMENTAÇÃO	NÃO RESPONDIDAS	REJEITADAS PELO GESTOR
FLORIANÓPOLIS	279	131	-	148	-
SÃO PAULO	673	672	1	-	-
BELO HORIZONTE	495	105	390	-	-
RECIFE	552	354	74	124	-
BRASÍLIA	306	46	-	260	-
AUDITORIA-GERAL	184	50	116	18	-
TOTAL	2.489	1.358	581	550	-

Fonte:Auditoria-Geral/INSS

2) Ações de risco local/ extraordinárias

AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES				
	EMITIDAS	IMPLEMENTADAS	EM IMPLEMENTAÇÃO	NÃO RESPONDIDAS	REJEITADAS
FLORIANÓPOLIS	377	252	57	68	-
SÃO PAULO	16	16	-	-	-
BELO HORIZONTE	132	-	132	-	-
RECIFE	86	1	2	83	-
BRASÍLIA	14	-	-	14	-
AUDITORIA-GERAL	-	-	-	-	-
TOTAL	625	269	191	165	-

Fonte:Auditoria-Geral/INSS

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS:

Conforme verificado na Prestação de Contas do INSS referente ao exercício de 2005, as recomendações proferidas pela Auditoria Interna atingiram os seguintes índices:

- Ações de nível Nacional:

Recomendações implementadas/em implementação: 78%

Recomendações não respondidas: 22%

- Ações de risco/extraordinárias:

Recomendações implementadas/em implementação: 73%

Recomendações não respondidas: 27%

Conforme resposta apresentada à Solicitação de Auditoria nº 175153/2006, esta disfunção já foi identificada, sendo criado um cronograma para sua regularização em 2006 por meio do Regimento Interno, com estabelecimento das competências em nível de Gerência Executiva, quanto ao atendimento tempestivo das solicitações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

Portanto, observa-se que as recomendações proferidas pela Auditoria Interna do INSS foram atendidas em mais de 70% dos casos, e que a Unidade identificou a causa do não atendimento das demais recomendações estabelecendo um cronograma referente a modificações normativas que deverão ser encaminhadas a esta CGU quando de sua elaboração.

10.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

CUMPRIMENTO PARCIAL DA META FÍSICA ESTABELECIDADA NO PAAAI 2005. DESCONFORMIDADE ENTRE O CONTIDO NO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DO INSS E OS ITENS 1, 2, 3 E 5, DO ANEXO VIII DA PORTARIA CGU Nº 3, DE 5.1.2006.

FORMALIZAÇÃO DO PAAAI:

Conforme informado pelo gestor, as atividades de auditoria são desenvolvidas em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI, elaborado pela Auditoria Geral com a participação dos Auditores Regionais e os Chefes de cada Divisão de Auditoria. Deste plano constam os programas de nível nacional, a previsão para o atendimento de demandas extraordinárias e as ações que envolvem os riscos locais. Todas estas ações são pautadas no Novo Modelo de

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

Auditoria Interna (Auditoria Baseada em Risco), com ênfase nas causas visando a mitigação dos riscos na origem.

As ações da auditoria são programadas de maneira a abranger pontos que apresentam maior probabilidade de risco para a instituição. Na elaboração do PAAAI, são utilizados os resultados de prospecções elaboradas a partir de questões relevantes e consultas efetuadas por meio de entrevistas ou questionários junto às linhas de execução, com o objetivo de identificação de temas considerados críticos para a administração, que possuam maior probabilidade de ocorrência de desvio de normalidade. Após esses levantamentos, aplica-se o instrumental Matriz de Risco.

CUMPRIMENTO DO PAAAI:

Dentre as ações da Auditoria, previstas no PAAAI/2005, foram interrompidas 14 Ações de Auditoria em Procuradoria que se encontravam na fase de planejamento, considerando a extinção da Coordenação e Divisão de Auditoria em Procuradoria com o advento do Decreto nº 5.513/2005. Em relação à Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios, foi cancelado o Programa Fluxo de Concessão de Benefícios em APS que totalizava 73 Ações de Auditoria e incluído o Programa Crédito pós Óbito que totaliza 57 Ações.

Auditoria realizada/unidade

	Previsto	Realizado	%
Físico	2.150	1.280	59,53
Financeiro	9.053.000	9.021.632	99,65

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DAS AÇÕES DE AUDITORIA

PLANEJADO	24 programas de Auditoria em nível nacional - 382 ações de auditoria
EXECUTADO	269 ações (ordinárias, extraordinárias), sendo: 206 ações concluídas 63 ações em andamento/interrumpidas

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES EXECUTADAS EM 2005			
AUDITORIA	AÇÕES		TOTAL
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	
FLORIANÓPOLIS	28	4	32
SÃO PAULO	47	1	48
BELO HORIZONTE	52	7	59
RECIFE	40	12	52
BRASÍLIA	40	8	48
AUDITORIA-GERAL	25	5	30
TOTAL	232	37	269

Fonte: RAAAI/2005 - consolidado com informações fornecidas pelas Auditorias Regionais e Coordenações-Gerais.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
BENEFÍCIOS	102	28	130
GESTÃO INTERNA	126	6	132
ARRECADAÇÃO E PROCURADORIA	-	1	1
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	2	5
CONJUNTA	1	-	1
TOTAL	232	37	269

Obs.: Nas ações ordinárias estão incluídas as ações de risco local.

A Unidade disponibilizou, também os indicadores de desempenhos utilizados, conforme a seguir transcrito:

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo / Medição	Padrão de Desempenho	Responsável
Ações de Auditoria Planejadas e Executadas	Mede a eficácia da auditoria no planejamento e na execução do PAAAI	Razão entre o número de ações executadas e o número de ações planejadas (multiplicado por 100%)	80 a 100% - Ótimo 70 a 79% - Bom 60 a 69% - Regular 50 a 59% - Ruim < 50% - Insuficiente	Coordenação de Planejamento e Avaliação
Horas Planejadas e Horas Executadas	Mede a eficiência da auditoria na utilização dos recursos humanos na execução do PAAAI	Razão entre o número de horas utilizadas e o número de horas planejadas na execução das ações (multiplicado por 100%)	80 a 100% - Ótimo 70 a 79% - Bom 60 a 69% - Regular 50 a 59% - Ruim < 50% - Insuficiente	Coordenação de Planejamento e Avaliação
Gastos Previstos e Gastos Realizados	Mede a eficiência da auditoria na utilização dos recursos orçamentários na execução das ações	Razão entre o orçamento executado e o orçamento previsto na execução das ações (multiplicado por 100%)	80 a 100% - Ótimo 70 a 79% - Bom 60 a 69% - Regular 50 a 59% - Ruim < 50% - Insuficiente	Coordenação de Planejamento e Avaliação
Custo - Benefício das Ações de Auditoria	Mede a economicidade (custo x benefício) do resultado das ações de auditoria	Razão entre os valores irregulares levantados e/ou economias processuais obtidas nas ações e o orçamento executado (multiplicado por 100%)	> 70% - Ótimo 50 a 69% - Bom 30 a 49% - Regular 10 a 29% - Ruim < 10% - Insuficiente	Coordenação de Planejamento e Avaliação

Recomendações Emitidas e Implementadas/	Mede a eficácia da atuação da auditoria	Razão entre o número de recomendações implementadas/ e o número de recomendações emitidas (multiplicado por 100%)	80 a 100% - Ótimo 70 a 79% - Bom 60 a 69% - Regular 50 a 59% - Ruim < 50% - Insuficiente	Coordenação de Planejamento e Avaliação
-----------------------------------------	-----------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DO INSS:

1)conformidade da composição do processo de prestação de contas com as peças exigidas pelos normativos vigentes (página 208 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

O gestor informa que não foi possível analisar o item referente ao Rol de Responsáveis pelo recebimento intempestivo da informação. Cabe destacar que o Rol de Responsáveis apresentado na Prestação de Contas do INSS não está em conformidade com o disposto no artigo 12 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27.10.2004, tendo em vista a não inclusão dos Diretores das Áreas de Benefícios e Atendimento; Coordenadores-Gerais de Tecnologia da Informação e Planejamento Estratégico, e Corregedor-Geral do INSS.

2)cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias (página 218 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Na análise realizada pela Auditoria Interna, foi informado que há inconsistências e desconformidades nos procedimentos que não permitem que haja confiabilidade nos dados extraídos dos sistemas operacionais relacionados a Área de Benefícios. Com isso, não foram discriminadas as metas previstas no plano plurianual e seu índice de atendimento, em desconformidade com o disposto no Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 5.1.2006. Não são apontadas, também, as providências a serem adotadas pelo INSS para regularização do fato.

3)avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ, quanto à sua qualidade e confiabilidade (página 240 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ; Atendido.

A Auditoria Interna identifica a relevância e informa que diversas áreas adotaram providências objetivando a construção de indicadores de desempenho. No entanto, não é feita uma análise quanto às características dos indicadores apresentados, tais como: representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura,

economicidade, acessibilidade e estabilidade, conforme dispõe o Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 5.1.2006.

4)avaliação dos controles internos administrativos da unidade (página 241 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Conforme verificado no Relatório apresentado, a Auditoria Interna realizou a avaliação dos controles internos administrativos da unidade em consonância com o Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 5.1.2006.

5)regularidade dos procedimentos licitatórios (página 247 e Anexo I da Prestação de Contas do INSS - Volume I e II - Processo nº 35000.000430/2006-18 e) ;

Analisando o Anexo I do Processo de Prestação de Contas do INSS, conforme citado pelo gestor, verificamos que não foram apresentadas as ações de auditoria nos processos do INSS no tocante a: avaliação da regularidade da fase pré-licitatória, avaliação do edital, avaliação do processamento da licitação, avaliação da contratação, avaliação da execução físico-financeira dos contratos e avaliação dos aditamentos contratuais. Estas ausências configuram descumprimento do Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 5.1.2006.

6)avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento (página 247 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Conforme verificado no Relatório apresentado, a Auditoria Interna realizou o gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento, em consonância com o Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 5.1.2006.

7)verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, a legalidade dos atos, a confirmação física dos beneficiários e também a regularidade dos processos de admissão, cessão, requisição, concessão de aposentadoria, concessão de reforma e concessão de pensão (página 247 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Conforme verificado no Relatório apresentado, a Auditoria Interna realizou a verificação da consistência da folha de pagamento de pessoal, a legalidade dos atos, a confirmação física dos beneficiários e também a regularidade dos processos de admissão, cessão, requisição e concessão, em consonância com o Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006.

8) cumprimento das obrigações legais em relação às entidades de previdência privada, em especial quanto ao disposto no artigo 25 da Lei Complementar nº 108, de 29.5.2001, e o § 2º do artigo 41 da Lei Complementar nº 109, de 29.5.2001:

Não se aplica.

9) cumprimento das recomendações da auditoria interna (página 250 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Conforme verificado no Relatório apresentado, a Auditoria do INSS realizou a verificação do cumprimento das recomendações da auditoria interna, em consonância com o Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006.

10) cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo TCU e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (página 255 e Anexo II da Prestação de Contas do INSS - Volume I e II - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Conforme verificado no Relatório apresentado, a Auditoria do INSS realizou a verificação do cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo TCU e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em consonância com o Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006.

11) apuração de denúncias recebidas detalhando, para cada caso, o número do processo, o fato denunciado e as providências adotadas (página 255 e Anexo III da Prestação de Contas do INSS - Volume I e II - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

Analisando os documentos apresentados, verificamos que a apuração de denúncias recebidas encontra-se no anexo III do Processo de Prestação de Contas do INSS - Volume II e apresenta o fato denunciado e as providências adotadas pelo INSS.

12) apuração das demandas recebidas pelas unidades de ouvidoria, detalhando a existência de Ouvidoria própria na Unidade (página 255 da Prestação de Contas do INSS - Volume I - Processo nº 35000.000430/2006-18) ;

No tocante a apuração das demandas recebidas pelas unidades de ouvidoria, detalhando a existência de Ouvidoria própria na Unidade a Auditoria Interna atendeu ao disposto no normativo expedido pela CGU.

PARECER DE AUDITORIA INTERNA DO INSS:

O Parecer de Auditoria Interna concluiu pela regularidade da gestão, ressalvados os seguintes aspectos:

- Necessidade de maior interação entre os setores participantes, tanto na fase de programação como na fase de execução das atividades/projetos;
- Carência de recursos humanos, materiais e orçamentárias para ações pró-ativas nos diversos setores da Instituição;
- Vulnerabilidade e fragilidade das operações, as quais geram falhas e disfunções, por vezes acarretando custos materiais, humanos e financeiros para o INSS;
- Carência ou inconfiabilidade dos sistemas existentes, que possibilitem avaliar de forma tempestiva e fidedigna o desempenho das Unidades que compõem o Órgão;
- Elevação do quantitativo, a qualificação e readequação da força de trabalho, tendo como prioridade o suprimento de servidores para as localidades deficitárias.

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor deixou de cumprir aproximadamente 40% da meta física prevista no PAAAI 2005 e não apresentou informações necessárias ao atendimento dos itens 1,2,3 e 5 do Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006.

CAUSA:

A causa do fato em questão está diretamente relacionada a falha no planejamento das ações de auditoria, bem como deficiência dos seus métodos e instrumentos utilizados.

JUSTIFICATIVA:

O gestor apresentou as seguintes informações em resposta ao Relatório Preliminar:

"(...) Constatação: Rol de Responsáveis apresentado na Prestação de Contas do INSS não está em conformidade com o disposto no artigo 12 da Instrução Normativa TCU nº 47, tendo em vista a não inclusão dos nomes dos Diretores das áreas de Benefícios e Atendimento.

Resposta: A Auditoria-Geral do INSS implementou Ação de Auditoria com o objetivo de avaliar a alimentação no Sistema SIGPLAN e demais elementos que compõe a Prestação de Contas do INSS, entre eles o Rol de Responsáveis. Esta Ação teve sua primeira fase realizada no mês de maio, a segunda fase será realizada no mês de agosto e a terceira fase será realizada em novembro de 2006.

Informamos ainda, que esta Auditoria - Geral estará no segundo semestre deflagrando Ações de Auditorias Ordinárias na Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Um dos itens do Plano de Trabalho refere-se a avaliação do Rol de Responsáveis em 100% das Gerências Executivas.

a) - Item 2.

Assunto: Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Constatação: Inconsistência e desconformidades nos procedimentos que não permitem que haja confiabilidade nos dados extraídos dos sistemas operacionais relacionados com a área de benefícios.

Resposta: O Projeto de Implementação do Novo Modelo de Gestão do INSS-PINMG está desenvolvendo novos sistemas de informação, resultantes da modelagem de processos, entre eles, REAGE (Reconhecimento de Benefícios) e RECDIR (Reconhecimento do Direito). Estes sistemas substituirão os atuais SABI, PRISMA, SUB, agilizando o processo e ampliando a sua segurança, com a implantação prevista para 19.01.2007 (conforme cronograma da página PINMG - INTRAPREV - INSS).

A Auditoria-Geral está estudando formas de avaliar a consistência e confiabilidades destes sistemas ao término de cada uma de suas fases.

Concomitante a este procedimento e como já destacamos no item anterior, estamos avaliando periodicamente os dados alimentados no SIGPLAN e solicitando as correções necessárias.

b) - Item 3.

Assunto: Avaliação dos Indicadores de Desempenho utilizados, quanto a sua qualidade e confiabilidade.

Constatação: A Auditoria-Geral não analisou as características dos indicadores apresentados.

Resposta: A Auditoria-Geral, no item 3 (fls. 242) do Relatório de Gestão, avaliou de forma geral os indicadores tendo como referência os parâmetros estabelecidos no Anexo VIII da Portaria CGU nº 3, de 05.01.2006, conforme destacado em nossa conclusão, este sistema de avaliação de desempenho ainda não atingiu a sua maturidade necessitando de ajustes, aprimoramento e elaboração de sistema que possam resguardar as suas características básicas.

Uma avaliação item a item, conforme solicitado no relatório da CFC/CGU, seria infrutífero neste momento, e pouco contribuiria ao aprimoramento deste processo. Outrossim, o Anexo VIII da Portaria nº 3, apenas demonstram quais as características básicas de devem ser adotadas na avaliação, se omitindo quanto a forma a ser relatada.

Para o exercício de 2006, a Auditoria-Geral do INSS vem aprimorando seus Programas de Trabalhos com o objetivo de avaliar os indicadores. No Programa de Auditoria nº 004/2006 onde será avaliado a rotina de Benefício por Incapacidade a partir do COPEs (Cobertura Previdenciária Estimada), os indicadores que subsidiarão esta avaliação serão automaticamente analisados na medida em que na Pré-Auditoria haverá o cruzamento das informações por eles fornecidos.

c) - Item 5.

Assunto: Regularidade nos Procedimentos Licitatórios.

Constatação: Não foram apresentadas as Ações de Auditoria no tocante a avaliação da regularidade da fase pré-licitatória, avaliação do edital, avaliação do processamento licitatório, avaliação da contratação, avaliação da execução físico-financeira e avaliação dos aditamentos contratuais.

Resposta: A Auditoria-Geral realizou a análise de 251 (duzentos e cinquenta e um) processos de licitação no exercício de 2005, conforme demonstrados no Relatório de Gestão. Os processos são avaliados por meio de Plano de Trabalho, aprovado pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, composto de todos os tópicos destacados no item 5 do Anexo VIII da Portaria nº 03, de 05.01.2006. A partir desta avaliação são elaborados Relatórios Gerenciais e Recomendações às Gerências Executivas, bem como ao encerramento do Programa, emitiremos Relatório final onde são compilados os principais dados à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística. A ausência de registros se deve ao fato de que as modificações nos procedimentos, nas normas, organização e apresentação de Tomada e Prestação de Contas, determinadas pela Decisão Normativa TCU nº 71, em 07 de dezembro de 2005 e posteriormente pela Portaria CGU nº 3, de 05.01.2006, tornando os nossos registros defasados com as novas exigências. Para o exercício de 2006 revisaremos nossos Planos de Trabalhos a fim de informar com precisão os itens solicitados.

e) - Assunto: Às fls. 345/346 das "Atitudes do Gestor", a CGU conclui que Auditoria - Geral deixou de cumprir aproximadamente 40% da meta física prevista no PAAAI/2005.

Constatação: Esta constatação foi obtida observando a planilha de fls. 154, do Relatório da Prestação de Contas do INSS, conforme demonstrados a seguir:

Auditoria realizada/unidade

	Previsto	Realizado	%
Físico	2.150	1.280	59,53
Financeiro	9.053.000	9.021.632	99,65

Resposta: Informamos que a planilha em destaque refere-se à Ação 2562 do PPA - Auditoria Preventiva e Corretiva, sendo o resultado a somatória física e financeira a Auditoria-Geral, Corregedoria, Tomada de Contas Especial e Ações Específicas visando identificar pessoas, quadrilhas e grupos criminosos que atuaram em fraudes ou corrupção contra a Previdência Social (Assessoria de Pesquisas Estratégicas - APE), conforme descrito às fls.155 e 156 do Relatório de Prestação de Contas do INSS.

Diante das características e planejamentos diferenciados de cada área os resultados alimentados no SIGPLAN devem ser avaliados de forma relativa.

A Auditoria-Geral demonstrou seus resultados às fls. 156 do Relatório de Prestação de Contas, subitem 11.3.2- Indicadores ou Parâmetros de Gestão, conforme destacados a seguir:

Ações de Auditorias Planejadas (AAP) - PAAAI/2005
382 Ações.

Ações de Auditorias Executadas (AAE) - SIGA/2005
296 Ações.

$$\frac{AAE}{AAP} = 70,41\%$$

Gastos Previstos (GP) - PAAAI/2005 R\$ 3.500.000,00

Gastos Realizados (GR) - SIAFI/2005 R\$ 1.874.588,33

$$\frac{GR}{GP} = 53,56\%$$

Com estes elementos podemos concluir que a Auditoria-Geral durante o exercício de 2005 otimizou seus custos em aproximadamente em 32% (70% : 53%).

Esclarecemos ainda, que o planejamento da Auditoria-Geral foi elaborado de forma a resguardar os recursos Humanos, Materiais e Financeiros no melhor índice custos/benefícios.

Quanto às demais áreas, essencialmente, no que concerne à Tomada de Contas Especial, Corregedoria-Geral e APE, seus procedimentos envolvem aspectos legais como, prazos de depoimentos e de defesas, bem como outros fatos de difícil mensuração, que exigem a construção de novos indicadores para que os resultados possam ser avaliados de forma mais precisa."

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS:

Com base nos documentos apresentados pela Auditoria Interna do INSS na Prestação de Contas referente ao exercício de 2005, nas respostas aos questionamentos feitos por esta CGU na Solicitação de Auditoria nº 175153-08, de 15.3.2006, e nas informações apresentadas em resposta ao Relatório Preliminar, verificamos que o gestor cumpriu parcialmente as metas estabelecidas no PAAAI 2005.

Verificamos que o não atendimento das metas do PAAAI teve como justificativa a interrupção de ações de auditoria ocasionadas por atos administrativos internos, tais como o Decreto nº 5.513/2005 e metodologia utilizada nas metas de Auditoria, as quais estão conjugadas às metas da Corregedoria do INSS e Divisão de Tomada de Contas Especiais que utilizam como parâmetros processos instaurados. Outros "gargalos gerenciais", tais como carência de recursos humanos, foram apontados pela Unidade, que apresentou, também, causas e providências a serem adotadas para sua regularização.

Em que pesem as informações prestadas em razão do Relatório Preliminar, a realização de 60% das auditorias previstas com a utilização de 99,65% dos recursos orçamentários, apesar das justificativas apresentadas, demonstra a necessidade da Unidade rever seu processo de planejamento, buscando a racionalização dos meios financeiros e adequação da meta física à sua realidade operacional. A carência de recursos humanos e a falta de qualificação técnica são problemas enfrentados pela Administração Pública Federal como um todo, cabe aos gestores promover ações no sentido de adaptar sua Unidade ao cenário federal.

Quanto às recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, verificamos que foram adotadas providências pela Auditoria Geral. Os indicadores de desempenho apresentados pela unidade estão em conformidade com a Decisão Normativa/TCU nº 71, de 17.12.2005.

No tocante ao Relatório de Auditoria Interna do INSS, verificamos que o mesmo encontra-se em desconformidade com os itens: 1, 2, 3 e 5, do Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006, que tratam dos seguintes assuntos: conformidade da composição do processo de prestação de contas com as peças

exigidas pelos normativos vigentes, cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ e regularidade dos procedimentos licitatórios.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	Nome	Cargo
129.338.136-53	Paulo César Zumpano	Auditor Geral

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Auditoria Interna do INSS que atente para o disposto no Anexo VIII da Portaria/CGU nº 3, de 5.1.2006, no tocante à análise dos seguintes itens: conformidade da composição do processo de prestação de contas com as peças exigidas pelos normativos vigentes, cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ e regularidade dos procedimentos licitatórios.

Recomendamos, ainda, que a unidade reveja os métodos e instrumentos informatizados para as ações de auditoria, tanto no planejamento como na execução, de forma a permitir melhoria de eficácia e eficiência em suas atividades.

10.2.1.3 CONSTATAÇÃO:

AUMENTO DAS FALHAS E IMPROPRIEDADES NOS ATOS DE GESTÃO DAS ATIVIDADES MEIO (RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E LOGÍSTICA/PATRIMÔNIO) DO INSS, POR CONTA DA DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS GERÊNCIAS EXECUTIVAS.

Ressaltamos que esse assunto foi tratado no item 8.1.1.1 do Relatório Auditoria de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005, com a seguinte recomendação:

"RECOMENDAÇÃO: Conforme mencionado em itens específicos e, principalmente, no item 8.1.1.16 deste Relatório, recomendamos que as Gerências Executivas do INSS adotem providências para regularizar as impropriedades apontadas com vistas à regularização da situação dos imóveis.

Que a Diretoria Colegiada do INSS promova estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por Estado, de forma otimizar e

racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle, uma vez que essas áreas apresentaram aumentos de problemas após as descentralizações de suas gestões para as Gerências Executivas.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas, bem como dotar a área logística das Gerências Executivas em questão dos recursos necessários para implementação das medidas cabíveis."

ATITUDE DO GESTOR(ES) :

O gestor promoveu a descentralização, para as Gerências Executivas do INSS, de atribuições atinentes à gestão patrimonial.

CAUSA:

A causa do problema reside nessa atitude do gestor, e tem como agravante a carência de pessoal qualificado para lidar, seja com gestão patrimonial ou com outras áreas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foi apresentada pelo gestor, dentre as respostas referentes à SA nº 175153/2006.

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
231.917.329-34	Luiz Alberto Andreola	Diretor de Recursos Humanos

AValiação DA JUSTIFICATIVA:

Uma vez que o gestor não se pronunciou a respeito da constatação em tela, o assunto continua pendente de solução. Importa mencionar que o problema ganha maior relevância por ser uma constatação presente em diversas gerências regionais do INSS, que poderia redundar em excessos de despesas por parte do órgão.

RECOMENDAÇÃO:

Ficam mantidas as recomendações especificadas no Item 8.1.1.1 do Relatório nº 160221/2005, destacando:

- Que o INSS promova estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por Gerência Regional, de forma otimizar e racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle e racionalização dos recursos existentes.

10.2.1.4 CONSTATAÇÃO:

CONTRATO Nº 17/97 - INSS/BRADIV. PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

O referido assunto foi tratado no item 4.1.2.3 do Relatório nº 160221/2005, sendo feita a seguinte recomendação ao INSS: *Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade adote providências para o encaminhamento dos resultados da TCE a esta SFC/CGU, tendo em vista que a Decisão nº 527/2002 TCU/2ª Câmara, determina a recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS no valor de R\$ 1.212.086,67.*

ATITUDE DO GESTOR:

O gestor ainda não implementou a TCE, conforme solicitado.

CAUSA:

Assunção indevida de despesas por parte do INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Por meio do Memorando nº 006 de 23/03/2006, encaminhado pela Divisão de Tomada de Contas Especial -TCE, foi solicitada publicação de Portaria ao Sr. Presidente do INSS, no sentido de estabelecer prazo de 120 dias para conclusão dos trabalhos de Tomada de Contas Especial, referentes ao PAD nº 35000.004818/1997-37."

Em resposta ao Relatório Preliminar, o gestor informou que:

"O processo foi localizado na Controladoria Geral da União - CGU, onde após adotadas as providências cabíveis, o mesmo deu entrada na Divisão de Tomada de Contas Especial - DTCE, em 18 de junho de 2006. No mês de maio de 2006 foi constituída comissão temporária de Tomada de Contas Especial, por meio da Portaria/INSS/PRES nº 1.319 de 23 de maio de 2006. Esclarece que a previsão de conclusão dos trabalhos está previsto para o dia 20 de setembro do corrente."

RESPONSÁVEL (EIS) :

CPF	Nome	Cargo
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
899.266.507-59	Álvaro Luis Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA JUSTIFICATIVA:

Apesar das informações prestadas pelo Gestor, o assunto continua pendente de providências, uma vez que a TCE ainda não foi devidamente encaminhada à CGU e ao TCU, para as devidas avaliações e julgamentos, respectivamente.

RECOMENDAÇÃO:

Encaminhar os resultados da Tomada de Contas Especial.

10.2.2 ASSUNTO – FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**10.2.2.1 CONSTATAÇÃO:**

AUSÊNCIA DE INDICADORES DE GESTÃO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 3, ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU N° 71, DE 7.12.2005; E NÃO APRESENTAÇÃO DE DUAS PEÇAS PROCESSUAIS A SABER: DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.2.7 DA NORMA DE EXECUÇÃO N° 1, DE 5.1.2006.

Com base no disposto na Decisão Normativa TCU n° 71, de 7.12.2005, e Norma de Execução n° 1/CGU-PR, de 5.1.2006, analisamos o processo n° 35000.000430/2006-18, composto de quatro volumes, referente à Prestação de Contas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - exercício de 2005, verificando a seguinte situação:

-Relatório de Gestão: constante a partir das folhas 3 do processo: A Diretoria de Orçamento Finanças e Logística, a Corregedoria, a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica e o Programa de Educação Previdenciária não apresentaram os indicadores de gestão conforme item 3, Anexo II da Decisão Normativa TCU n° 71, de 7.12.2005;

-Demonstrações Contábeis:

- Balanço Financeiro: folhas 191;
- Balanço Patrimonial: folhas 193;

- Demonstração das Variações Patrimoniais: folhas 195;
 - Balanço Orçamentário: folhas 201;
- Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas: folhas 204;
- Relatório da Auditoria Interna: folhas 205;
- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na Unidade Jurisdicionada no período: folhas 499;
- Rol de Responsáveis: folhas 837.

Não foram encontradas duas peças processuais a saber:

- Demonstrativo Sintético das Tomadas de Contas Especiais; e
- Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido;

A ausência dos mesmos configura desconformidade com o item 4.2.7 da Norma de Execução nº 1/CGU-PR, de 5.1.2006.

ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):

O gestor deixou de observar o disposto no conjunto de normativos específicos do Tribunal de Contas da União sobre as peças processuais necessárias à composição da Prestação de Contas da Unidade Jurisdicionada.

CAUSA:

Não observância do disposto no item 3, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 71, de 7.12.2005 e item 4.2.7 da Norma de Execução nº 1, de 5.1.2006.

JUSTIFICATIVA:

Com relação à ausência de indicadores de desempenho, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística informou que não houve tempo hábil para conclusão dos trabalhos. A Corregedoria esclareceu que os indicadores estavam em fase de elaboração e a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica não apresentou justificativa.

Quanto às duas peças processuais não incluídas na Prestação de Contas, o gestor informou, por meio do Ofício nº. 225/INSS/PRES, de 19.4.2006, o que segue:

"Informamos que em decorrência das informações prestadas pelas Comissões, em que a maioria dos processos se encontra na fase de cobrança administrativa, e ainda aqueles que foram finalizados apresentarem valores acima do limite mínimo para instauração de TCE Simplificada, entendemos não haver necessidade do preenchimento do Anexo IV do Relatório de Gestão/2005".

Adicionalmente, por intermédio do Despacho DTCE/CCONT/CGOFC nº. 001, de 167.4.2006, foi informado que:

"1. Em resposta ao acima solicitado, juntamos as folhas 5 e 6 as seguintes peças processuais: ANEXO IV - DEMONSTRATIVO SOBRE OS PROCESSOS DE TCE SIMPLIFICADOS E ANEXO VI - INFORMAÇÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE PERDAS E EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES - SEM INSTAURAÇÃO DE TCE.

2. Ressaltamos outrossim que, quando das informações prestadas no Relatório de Gestão do exercício de 2005, anexamos o Demonstrativo sobre os Processos de Tomadas de Contas Especial Simplificados - Anexo V, conforme cópia reprográfica juntada as folhas 7, o qual equivocadamente, trata dos processos em fase de cobrança administrativa, fazendo menção ao subitem a, do item 1, constante das páginas 129 do Relatório de Prestação de Contas do INSS, do exercício de 2005."

Em resposta ao relatório Preliminar, o gestor informou ainda que:

"Ausência de indicadores de Gestão - A Corregedoria participou, no exercício passado, de reuniões com as demais áreas do INSS, objetivando iniciar as discussões acerca dos indicadores ideais para as suas atividades. Estaremos retomando a discussão, objetivando a criação da ferramenta, considerando inclusive as diretrizes fixadas pela Controladoria Geral da União - CGU."

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:

No tocante à ausência dos indicadores de desempenho das áreas mencionadas, entendemos que o INSS deve implementar os indicadores necessários para avaliar a gestão, em cumprimento a Decisão Normativa TCU nº 71/2005. A Corregedoria comprometeu-se a retomar a discussão no âmbito do INSS, a fim de implementar os indicadores, tomando como base as recomendações desta CGU.

Quanto às peças não contidas no processo, o INSS deve atentar para o disposto na Norma de Execução/CGU nº 1/2006 e incluir a devida justificativa pela ausência da respectiva peça no processo de Prestação de Contas.

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	Nome	Cargo
021.728.738-70	Valdir Moysés Simão	Presidente do INSS
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
899.266.507-59	Álvaro Luís Pereira Botelho	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
159.995.301-30	Luiz Antonio L. de Andrade	Corregedor-Geral do INSS
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedor-Geral do INSS

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao INSS que atente, quando da elaboração do processo de Prestação de Contas, para o disposto nos seguintes normativos: DN TCU nº 71/2005 e Norma de Execução/CGU nº 1/2006, incluindo a devida justificativa pela ausência da respectiva peça no processo de Prestação de Contas.

III - CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada no período a que se refere o presente processo, constatamos que os atos e fatos apresentaram irregularidades/impropriedades, sendo ressaltados por área os seguintes itens:

GESTÃO OPERACIONAL

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO: ASSUNÇÃO PELOS GESTORES DO INSS, NO EXERCÍCIO DE 2004, DE METAS INCONSISTENTES E AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.

4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: BAIXO ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PROJETO.

4.2.2.1 - CONSTATAÇÃO: ELEVADO NÚMERO DE DEMANDAS, BAIXO ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE E ELEVADO TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ÀS DIVERSAS ÁREAS DO INSS.

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO: O INSS NÃO PROCEDEU À DEVIDA DESCRIÇÃO, NO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA UNIDADE.

4.2.3.2 CONSTATAÇÃO: IRREGULARIDADES CONSTATADAS DURANTE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM CARTÓRIOS E APOSENTADORIAS DE

PESSOAS ACIMA DE 90 ANOS DE IDADE, NOS MUNICÍPIOS SORTEADOS NO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÕES POR SORTEIO PÚBLICO.

4.2.3.3 CONSTATAÇÃO: EXISTÊNCIA DE FALHAS E IRREGULARIDADES REFERENTES AOS PAGAMENTOS DE PENSÃO POR MORTE (ESPÉCIE 23), PENSÃO POR MORTE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE (ESPÉCIE 43), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 72) E APOSENTADORIA POR IDADE DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 78), QUE NÃO FORAM OBJETO DE REVISÃO, CONFORME DETERMINA O PARECER CJ/MPAS Nº 3.052/2003, GERANDO PAGAMENTOS INDEVIDOS AOS SEUS BENEFICIÁRIOS, QUE DEVEM SER OBJETO DE REGULARIZAÇÃO PELO INSS

4.2.3.4 CONSTATAÇÃO: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159480/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE AUXÍLIO DOENÇA E FRAGILIDADE NO PROCESSO DE MANUTENÇÃO - (ITEM 4.1.2.17 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

4.2.3.5 CONSTATAÇÃO: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159481/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ - (ITEM 4.1.2.18 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

4.2.3.6 CONSTATAÇÃO: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE ABONO PERMANÊNCIA EM SERVIÇO (ITEM 4.1.2.19 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

4.2.3.7 CONSTATAÇÃO: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 172709/2005/SFC/CGU-PR - BENEFÍCIOS ATIVOS COM PAGAMENTOS IRREGULARES EM VIRTUDE DE ÓBITO DO BENEFICIÁRIO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE POR PARTE DO INSS DA SITUAÇÃO DE 95% DOS 9.398 BENEFÍCIOS IRREGULARES APONTADOS POR ESTA CGU EM TRABALHO ESPECÍFICO REALIZADO NOS SISTEMAS SISOBÍ, SIM E DEMAIS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS.

4.2.3.8 CONSTATAÇÃO: IRREGULARIDADES RELATIVAS AO PAGAMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS E FALHAS NAS AÇÕES GERENCIAIS E OPERACIONAIS PERTINENTES AO CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO INSS.

4.2.3.9 CONSTATAÇÃO: FALHAS NOS PROCEDIMENTOS INTERNOS NO QUE SE REFERE À FORMALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, NAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - APS OESTE - BELO HORIZONTE, APS 26 DE AGOSTO - CAMPO GRANDE, APS CENTRO - CUIABÁ, APS AFOGADOS - RECIFE, APS LINDOLFO MONTEIRO - TERESINA E APS GERÊNCIA EXECUTIVA EM VITÓRIA.

4.2.3.10 CONSTATAÇÃO: O CENSO PREVIDENCIÁRIO NÃO POSSIBILITARÁ A REVISÃO DA LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DO MÉRITO DAS CONCESSÕES E MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL, BEM COMO A EXISTÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS QUE NÃO SERÃO RECENSEADOS, POR VALIDAÇÃO DO CNIS, QUE CONSTAM DA BASE DO SISOBI.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.2.3 CONSTATAÇÃO: INADEQUADA INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.

5.2.1.2 CONSTATAÇÃO: REINCIDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE DOTAÇÕES IMPRÓPRIAS PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS.

GESTÃO FINANCEIRA

6.2.1.1 CONSTATAÇÃO: INTEMPESTIVIDADE E AUSÊNCIA DE AÇÕES REFERENTES À INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS AOS COFRES PÚBLICOS.

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO: PENDÊNCIAS EM VALORES A RECEBER POR RESPONSABILIDADES APURADAS E IMPUTADAS A SERVIDORES OU A TERCEIROS.

6.3.1.1 CONSTATAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DAS AÇÕES (PROJETOS/ATIVIDADES) DO PROGRAMA 0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA, DESTINADAS AO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, PARA O PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR.

6.3.1.2 CONSTATAÇÃO: PAGAMENTO DE DIÁRIAS E PASSAGENS COMO DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, EM DESCUMPRIMENTO AO ART.6º DO DECRETO Nº 343/1991.

GESTÃO PATRIMONIAL

7.1.1.1 CONSTATAÇÃO: FALHA DE CONTROLE NO SISTEMA PATRIMONIAL E AUSÊNCIA DE INVENTÁRIO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2005.

7.2.1.2 CONSTATAÇÃO: IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE PERMUTA DE IMÓVEIS REALIZADA ENTRE O INSS E A MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

7.2.2.1 CONSTATAÇÃO: FALHA NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PRÉDIO E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

GESTÃO DE PESSOAS

8.2.1.1 CONSTATAÇÃO: PAGAMENTO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO - GADF, CUMULATIVAMENTE COM O VENCIMENTO DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG E COM OS QUINTOS DE FG.

8.2.2.1 CONSTATAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÕES PERTINENTES À ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAL, CARACTERIZANDO FRAGILIDADES NA SEGURANÇA DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA CGARH/INSS. NÃO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA FORMULADAS PELO CONTROLE INTERNO GEX-DF.

8.3.2.1 CONSTATAÇÃO: FALHAS FORMAIS E MATERIAIS NOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

8.3.2.2 CONSTATAÇÃO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO ENTRE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MESMA MICRORREGIÃO.

8.3.2.3 CONSTATAÇÃO: PAGAMENTO DE ADICIONAL DE DESLOCAMENTO A SERVIDOR QUE UTILIZOU VEÍCULO OFICIAL

8.4.2.1 CONSTATAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

8.4.2.2 CONSTATAÇÃO: IMPROPRIEDADES NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES

GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

9.2.1.2 CONSTATAÇÃO: PAGAMENTO DE FATURAS, POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA SEM A DEVIDA COBERTURA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE OS PREÇOS CONTRATADOS E PRATICADOS PELO MERCADO.

CONTROLES DA GESTÃO

10.1.1.4 CONSTATAÇÃO: DECISÃO Nº 1.566/2002 E ACÓRDÃO Nº 02/2005 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - IMPROPRIEDADES CONSTATADAS QUANDO DA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES DE BENS IMÓVEIS. INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

10.1.1.8 CONSTATAÇÃO: AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS PARA ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TCU QUANTO AO PAGAMENTO INDEVIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

10.1.1.27 CONSTATAÇÃO: AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA CONCLUSÃO DE PAD POR PARTE DA CORREGEDORIA-GERAL DO INSS.

10.2.1.2 CONSTATAÇÃO: CUMPRIMENTO PARCIAL DA META FÍSICA ESTABELECIDADA NO PAAAI 2005. DESCONFORMIDADE ENTRE O CONTIDO NO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DO INSS E OS ITENS 1, 2, 3 E 5, DO ANEXO VIII DA PORTARIA CGU Nº 3, DE 5.1.2006.

10.2.1.3 CONSTATAÇÃO: AUMENTO DAS FALHAS E IMPROPRIEDADES NOS ATOS DE GESTÃO DAS ATIVIDADES MEIO (RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E LOGÍSTICA/PATRIMÔNIO) DO INSS, POR CONTA DA DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS GERÊNCIAS EXECUTIVAS.

10.2.1.4 CONSTATAÇÃO: CONTRATO Nº 17/97 - INSS/BRADIV. PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

10.2.2.1 CONSTATAÇÃO: AUSÊNCIA DE INDICADORES DE GESTÃO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 3, ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 71, DE 7.12.2005; E NÃO APRESENTAÇÃO DE DUAS PEÇAS PROCESSUAIS A SABER: DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.2.7 DA NORMA DE EXECUÇÃO Nº 1, DE 5.1.2006.

BRASILIA - DF, de Junho de 2006.

JOÃO CARLOS LUIS CATALDI - TFC

FRANCISCO ALVES MOREIRA - AFC

FRANCISCO ROBERIO DE SOUSA JUNIOR - AFC

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS SILVA - AFC

JOSE DORISMAR ARRAIS DE LAVOR - AFC

MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA - AFC

MILTON MARCELO F.FERREIRA - AFC

ANTONIO AUGUSTO BARBOSA B.DE LIMA - TFC

VITOR ALVES DE SOUZA - TFC

WALQUÍRIA ALVES DE CASTRO - AFC